EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DEPUTADO RODRIGO FELINTO IBARRA EPITÁCIO MAIA

"A sociedade sempre acaba vencendo, mesmo ante a inércia ou antagonismo do Estado"[1] (Ulysses Silveira Guimarães)

MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, brasileiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 12.422, qualificação completa acostada (anexo – doc. 01); **THIAGO MOTTA MATTOS**, brasileiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 22.124, qualificação completa acostada (anexo – doc. 01); **ALEXANDRE PEREIRA BONNA**, brasileiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 18.939, qualificação completa acostada (anexo – doc. 01)*;* **ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO**, brasileiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 11.960, qualificação completa acostada (anexo – doc. 01); **MARCELO SILVA DE FREITAS**, brasileiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 5.077, qualificação completa acostada (anexo – doc. 01); **JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA**, brasileiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 17.869, qualificação completa acostada (anexo – doc. 01); **ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE**, brasileira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 15.281-B, qualificação completa acostada (anexo – doc. 01); **JOSE LEITE CAVALCANTE**, brasileiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 7.126, qualificação completa acostada (anexo – doc. 01); **LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES**, brasileiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 7.784, qualificação completa acostada (anexo – doc. 01); **RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR**, brasileiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 10.213, qualificação

[1]Pronunciamento de encerramento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. p. 14.382. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/centenario-deputado-ulysses-guimaraes/frases-memoraveis-dep-ulysses-guimaraes>. Acesso em 02.05.2020

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

completa acostada (anexo – doc. 01); **RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA**, brasileiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 12.442-A, qualificação completa acostada (anexo – doc. 01); **MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA**, brasileiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 15.069, qualificação completa acostada (anexo – doc. 01); **KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO**, brasileira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 14.949, qualificação completa acostada (anexo – doc. 01); **CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO**, brasileira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 9.256, qualificação completa acostada (anexo – doc. 01); **LUCIANA PINTO PASSOS**, brasileira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 8.550, qualificação completa acostada (anexo – doc. 01); **EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS**, brasileiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 7.575, qualificação completa acostada (anexo – doc. 01); **FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA**, brasileira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 16.170, qualificação completa acostada (anexo – doc. 01); **LUCIANA FLEXA DA SILVA**, brasileira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 23.662, qualificação completa acostada (anexo – doc. 01); **ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO**, brasileira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 17.742, qualificação completa acostada (anexo – doc. 01); **EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR**, brasileiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 18.608, qualificação completa acostada (anexo – doc. 01); **VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO**, brasileiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 14.397, qualificação completa acostada (anexo – doc. 01); **LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO**, brasileiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 17.426, qualificação completa acostada (anexo – doc. 01); e, **RICARDO BRANDÃO COELHO**, brasileiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 21.935, qualificação completa acostada (anexo – doc. 01), todos em pleno gozo dos seus direitos políticos, consoante documentos acostados (anexo – Doc. 01), vêm, perante Vossa Excelência, com fundamento no art. 14 da Lei n. 1.079/50, oferecer a presente **DENÚNCIA** em face do Excelentíssimo Presidente da República Federativa do Brasil, Sr. **JAIR MESSIAS BOLSONARO,** haja vista a prática dos crimes de responsabilidade que, consoante razões de fato e direito adiante expostas, ensejam a imediata perda do cargo, bem como a inabilitação para exercício de função pública pelo prazo de oito anos, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Lei n. 1.079/50.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Sigamos às razões que ensejam a admissão, o parecer favorável à denúncia e, ao final, a decretação do impedimento do Excelentíssimo Presidente da República Federativa do Brasil.

1 – DA LEGITIMIDADE PARA SUBSCRIÇÃO DA PRESENTE REPRESENTAÇÃO

O art. 14 da Lei n. 1.079/50 assim preleciona:

> Art. 14. É permitido a **qualquer cidadão** denunciar o Presidente da República ou Ministro de Estado, por crime de responsabilidade, perante a Câmara dos Deputados. (Destacou-se)

A chamada "Lei do *Impeachment*" garante legitimidade a **qualquer cidadão brasileiro** para, identificando possível cometimento de crime de responsabilidade por parte do Excelentíssimo Presidente da República, denunciá-lo, observada a competência para recebimento, processamento e julgamento da *notitia criminis*.

Destarte, considerando-se que todos os subscritores são brasileiros (anexo – doc. 01), nos termos do art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e estão na plenitude de gozo de seus direitos de cidadania, tem-se por demonstrada a legitimidade da subscrição, requerendo-se seja recebida a presente denúncia por Vossa Excelência, eis que competente para o recebimento e admissão do pedido, pugnando-se, seguidamente, seja encaminhada a denúncia à Egrégia Câmara dos Deputados, pois competente para autorizar a instauração do chamado "processo de *impeachment*" do Excelentíssimo Presidente da República, conforme passamos a demonstrar adiante.

2 - DA COMPETÊNCIA DA EGRÉGIA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA AUTORIZAÇÃO DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE *IMPEACHMENT* – DA INTELIGÊNCIA DO ART. 51 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 (CRFB/88)

Prima facie, mister destacar o que preleciona a Carta Magna, em seu art. 51, *ipsis litteris*:

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

> Art. 51. **Compete privativamente à Câmara dos Deputados**:
>
> I - **autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente** e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;
> (Destacou-se)

Nos termos da CRFB/88, é privativa a competência da Câmara dos Deputados para receber e autorizar a presente representação formulada em desfavor do Denunciado, observado o *quórum* estabelecido no dispositivo retro colacionado e as evidências do cometimento de crimes de responsabilidade.

Destarte, considerando-se as razões fático-jurídicas a seguir delineadas, necessário o recebimento e acolhimento da presente *notitia criminis*, afinal, são públicos, notórios e patentes os crimes de responsabilidade cometidos pelo Excelentíssimo Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro, consoante se demonstrará.

Admitida a denúncia e autorizada a instauração do processo de *impeachment*, deve ser encaminhada a presente *notitia criminis* ao Senado Federal para que seja processado e julgado o presente procedimento, a teor do art. 86 da CRFB/88, *in verbis*:

> Art. 86. **Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento** perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou **perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade**.
>
> § 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções:
>
> I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal;
>
> II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.
>
> § 2º Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
> (Destacou-se)

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Ao final, requer-se que a Câmara dos Deputados admita a acusação contra o Presidente da República, com a submissão de julgamento perante o Senado Federal, a fim de que seja decretado o impedimento do Sr. Jair Messias Bolsonaro para exercício do cargo presidencial – inclusive com a prévia e necessária suspensão das funções presidenciais pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias – e, ao final, outrossim, com a inabilitação para o exercício de função pública durante o prazo de 8 (oito) anos, nos termos do art. 52, Parágrafo Único, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, dispositivo mais adiante colacionado.

3 – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO FÁTICA

Em 2018, observando-se as disposições da CF/88 (art. 77 e subsequentes), foi realizado o certame eleitoral que culminou com a eleição do Denunciado, Sr. Jair Messias Bolsonaro, nacional que, desde 01 de janeiro de 2019, está exercendo a Chefia de Estado e Governo do Brasil, em que pese sua inexpressiva e improdutiva história política.

Anteriormente às hodiernas razões fáticas que ensejam a presente denúncia, faz-se necessário contextualizar, de forma breve, alguns fatos que permearam a ascensão do Denunciado, os quais, inobstante terem culminado, pela vontade popular, com sua eleição à Presidência da República, já adiantavam a forte possibilidade de encerramento precoce do mandato do ora Excelentíssimo Presidente da República, justamente por força da decretação do seu impedimento, tal como ora se requer.

O Denunciado, ao longo de sua árida carreira política, nunca escondeu suas tendências antidemocráticas, bem como o seu apego a um dos períodos mais trágicos da história recente do Brasil[2], condutas estas que, se praticadas durante o exercício do mais alto cargo do Poder Executivo, enquadram o autor no cometimento de crime de responsabilidade, a teor do art. 85 da CRFB/88.

Referidos fatos estão expostos para confirmação, a qualquer tempo, em conhecida entrevista concedida pelo Denunciado (à época, Deputado Federal), em **23.05.1999**[3], ao programa "Câmara Aberta", oportunidade na qual este não teve qualquer pudor para esconder suas intenções genocidas e

[2]Ditadura militar de 01.04.1964 a15.03.1985.
[3]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qIDyw9QKIvw>. Acesso em 30.04.2020.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

antidemocráticas. Veja-se a transcrição, *ipsis litteris*, do que foi dito pelo Sr. Jair Messias Bolsonaro (a partir de 30m40s de entrevista)[4]:

> "(...) me desculpa, né? **Através do voto, você não vai mudar nada nesse país. Nada! Absolutamente nada!** Você só vai mudar, infelizmente, quando um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro, né? E **fazendo o trabalho que o regime militar não fez, matando uns trinta mil, começando pelo FHC. Não vamos deixar pra fora não. Matando! Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem**! Em tudo quanto é guerra morrem inocentes. Eu até fico feliz se morrer, mas desde que vá trinta mil outros junto comigo".
> (Destacou-se)

Repugnantes as referidas e destacadas assertivas, afora denotarem o mais absoluto desapreço do Denunciado ao sufrágio que, um dia, lhe elevaria ao cargo de maior hierarquia do Poder Executivo do País.

Com o tempo, esperava-se que o ímpeto fugaz da imaturidade se esvaísse. Porém, com o passar dos anos, percebeu-se que o autoritarismo, a violência e o posicionamento antidemocrata eram, bem como ainda são, inatos ao Denunciado.

Em **31.03.2010,** perante o Plenário da Egrégia Câmara dos Deputados, tratando sobre o período da ditadura militar, afirmou o Sr. Jair Messias Bolsonaro, *ipsis litteris*, que, a partir de 1964, "*o Brasil deu início a 20 anos de glória, período em que o povo gozou de plena liberdade e de direitos humanos*". Ainda acrescentou que "*naquela época, o marginal era tratado como marginal. Hoje, ele tem direitos humanos, tem auxílio-reclusão e vota*"[5] (anexo – doc. 02).

Assim sendo, é cristalino que, em sua essência, o Denunciado apoia, defende e incita o retorno da ditadura militar, conduta que, se à época era

---

[4]Todos os vídeos mencionados nesta denúncia estão disponíveis na rede mundial de computadores (*internet*), são de amplo conhecimento público e, para evitar a violação de direitos autorais ou de regras de *compliance*, são ora referenciados na forma permitida pelo art. 16 da Lei n. 1.079/50.

[5]Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=059.4.53.O&nuQuarto=36&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:10&sgFaseSessao=BC&Data=31/03/2010&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:10&txEtapa=>. Acesso em 30.04.2020.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

apenas reprovável, hoje é razão suficiente à decretação de seu impedimento diante do atentado direto à Constituição Federal e aos valores republicano-federativos nela resguardados, pois configurado crime de responsabilidade, a teor do *caput* do art. 85 do Texto Maior.

Veja-se, ademais, que no histórico momento de votação do *impeachment* da ex-Presidente Dilma Vana Rousseff, o Denunciado não mediu palavras para homenagear o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra[6] - reconhecido torturador e uma das figuras mais repugnantes do período, reiterando, na oportunidade, seu apoio à ditadura militar, o que, afora demonstrar seu viés violento, não deixa margem de dúvidas de que, até às vésperas de se candidatar à Presidência do Brasil, o Denunciado não havia modificado sua postura vil outrora já evidenciada.

Consoante comprovação supra, já eram fortíssimos os indícios de que, após ser eleito, o Sr. Jair Bolsonaro, manteria a mesma linha de atuação, inclusive dissociada dos mais basilares ditames constitucionais.

Apesar disso, o povo o elegeu, democraticamente e ciente de seus desvios de personalidade, com base, unicamente, na esperança de superação da chamada "velha política", afinal, naquele momento de campanha, o Denunciado se apresentou como a única alternativa à corrupção que assolava o país; se apresentou como um verdadeiro "salvador da pátria".

Nesse sentido, a plataforma eleitoral[7] do Denunciado (anexo – doc. 03) foi construída com base em um viés de honestidade, de mudança e de superação à corrupção que caracterizava a "velha política", comprometendo-se em ter tolerância zero com o crime, com a corrupção e com os privilégios de outrora.

Ocorre que, como era esperado, o Denunciado, eleito, não mudou seu perfil contrário aos ditames constitucionais. Ao reverso, passou a ostentar uma postura ainda mais incompatível com os valores republicanos, valendo-se da posição que passou a ocupar e da "blindagem" que entende que o cargo lhe garante, não tendo ocorrido qualquer mudança para uma "nova política", mas tão somente o perecimento dos valores já deteriorados na concepção da política tradicional, tendo como único diferencial a mudança do grupo de beneficiários, que passou a ser composto pelos apoiadores do Sr. Jair Bolsonaro.

---

[6]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>. Acesso em 30.04.2020.
[7]Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517//proposta_1534284632231.pdf>. Acesso em 01.05.2020.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Relembre-se, aliás, que toda a campanha eleitoral do denunciado se pautou na promessa de fim da improbidade administrativa.

Não obstante e, principalmente diante dos inúmeros acontecimentos políticos recentes, entre os quais se destacam as declarações prestadas pelo ex-Ministro de Justiça e Segurança Pública, Sr. Sérgio Moro[8], indicam uma postura ímproba do Denunciado, a qual configura incontestável crime de responsabilidade (sem prejuízo das tantas outros atos adiante delineados) e, por conseguinte, enseja a necessária decretação de impedimento do Sr. Jair Messias Bolsonaro.

Nessa direção, as infelizes e reiteradas declarações do Denunciado também ficaram descortinadas, pois, se antes eram tidas apenas como meras bravatas e tratadas com tolerância por seus apoiadores, ora, passaram a ser um risco para a própria sociedade, na medida em que estimulam a violência, potencializam a morte de milhares de brasileiros em tempos de pandemia e colocam em risco o próprio regime democrático, ante a incitação ao fechamento dos poderes republicanos e incentivo ao recrudescimento de ideais nazifascistas, que pugnam pela intervenção militar e por uma repulsiva reedição do AI-5.

Dito de outra forma, ao invés de implementar uma “nova política”, acabar com a corrupção e com os privilégios, o ora Denunciado confirmou que representa apenas um “outro lado da mesma moeda”, aliás, um lado bem pior, porque, sem coibir a improbidade já instalada em seu governo, ainda implementa um viés autoritário antes inexistente, o qual justifica, inclusive, a urgência de admissão e processamento da presente representação.

Nessa toada, o Sr. Jair Messias Bolsonaro, com base em tudo aquilo que ainda será pormenorizado a seguir, deve ser julgado e condenado pelos crimes de responsabilidade cometidos de forma urgente, antes que os efeitos de seus atos e declarações ceifem ainda mais vidas do povo brasileiro e agravem de forma irreversível a crise econômica e política que já se demonstra instalada na Nação.

[8]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Yol5UvdlP2Y>. Acesso em 30.04.2020.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

4 - DAS RAZÕES JURÍDICAS QUE ENSEJAM A DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO DO EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - DA INTELIGÊNCIA DO ART. 85 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 (CRFB/88)

Superada a breve contextualização acerca da conduta pretérita do Sr. Presidente, o exame dos fatos articulados posteriormente à assunção do mandato presidencial não deixa dúvidas de que o Sr. Jair Bolsonaro, em reiterados atos comissivos, vem cometendo, dia a dia, diversos crimes de responsabilidade tipificados no art. 85 da CRFB/88 e na Lei n. 1.079/50, sendo, portanto, inevitável, a decretação de seu impedimento e os consectários daí decorrentes.

Assim sendo, observando-se as disposições previstas na Lei n. 1.079/50 e na Constituição Federal de 1988, especialmente nos arts. 52 e 85, requer-se que, com base no arcabouço fático e jurídico delineado nesta denúncia, seja admitida a presente *notitia criminis* pela Câmara dos Deputados, com consectário parecer favorável à continuidade do processo por esta Egrégia Casa, e, seguidamente, seja processado, julgado e condenado o Sr. Jair Bolsonaro pelo Senado Federal, na esteira da sua competência privativa:

> Art. 52. **Compete privativamente ao Senado Federal**:
>
> I - **processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;**
> (...)
> Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.
> (Destacou-se)

Nesse diapasão, é de se destacar que o conjunto normativo do art. 85 da CRFB/88 enumera quais são os chamados “crimes de responsabilidade”, sendo estes definidos, em condutas objetivas, pela Lei n. 1.079/50. Partindo-se dessa premissa normativa, discorrer-se-á, um a um, em tópicos apartados, cada

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

crime cometido, para que ao fim e ao cabo, sejam os mesmos reconhecidos, tanto pela Câmara dos Deputados, quanto pelo Senado Federal**.**

A consequência lógica do reconhecimento do cometimento dos crimes de responsabilidade a seguir delineados será a decretação do impedimento do Excelentíssimo Presidente para exercício do cargo, com a consectária inabilitação do mesmo para o exercício de função pública durante o prazo de 8 (oito) anos, nos termos do art. 52, Parágrafo Único, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

4.1 – DO COMETIMENTO DO CRIME DE RESPONSABILIDADE PREVISTO NO ARTIGO 85, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 – CONDUTA PREVISTA NO ARTIGO 7º, INCISO 9, DA LEI N. 1.079/50

É crime de responsabilidade tipificado no artigo 85, III, da CRFB/88, cumulado com o artigo 7º, 9, da Lei n. 1.079/50, violar patentemente qualquer direito ou garantia individual, senão vejamos:

> **Art. 85**. São **crimes de responsabilidade** os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, **especialmente, contra:**
> (...)
> **III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;**
> (...)
> Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.
> (Destacou-se)

> **Art. 7º** São **crimes de responsabilidade** contra o livre exercício dos direitos políticos, individuais e sociais:
> (...)
> **9 - violar patentemente qualquer direito ou garantia individual constante do art. 141 e bem assim os direitos sociais assegurados no artigo 157 da Constituição;**
> (Destacou-se)

Destaque-se que a Lei do *Impeachment* foi redigida sob a égide da Constituição de 1946, razão pela qual os direitos individuais e os direitos sociais

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

protegidos constitucionalmente se encontravam então salvaguardados, respectivamente, nos arts. 141 e 157, da antiga Carta Magna.

Hodiernamente, para aferir o enquadramento do Denunciado no intitulado crime de responsabilidade, faz-se necessária a análise do diploma legal sob a exegese da Constituição Federal de 1988, nas passagens que reportam aos direitos e garantias individuais e sociais, notadamente aqueles consubstanciados nos arts. 5º, 6º e 7º da CF/88, bem como à luz do próprio art. 85, *caput*, da Carta Maior, que conduz à certeza de que a própria ofensa à Constituição também caracteriza crime de responsabilidade.

Destaque-se, inclusive, que a própria Constituição Federal de 1988, assevera, em seu art. 60, §4º, IV, que os direitos e garantias individuais estão incluídos no rol de cláusulas pétreas, logo imodificáveis por emenda constitucional, dada, justamente, a sua relevância e representatividade perante o Estado Democrático de Direito.

E são justamente esses direitos mais fundamentais de cada um dos brasileiros que vêm sendo atacados sistematicamente pelo Sr. Jair Messias Bolsonaro, notadamente o direito individual à vida e o direito social à saúde, consubstanciados, no *caput* dos arts. 5º e 6º da CF/88. Confira-se:

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do **direito à vida**, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
>
> Art. 6º São **direitos sociais** a educação, **a saúde**, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
> (Destacou-se)

Desde o início da calamidade pública, o Denunciado discursou para as massas minimizando os efeitos catastróficos que a seguir adviriam da pandemia mundial oriunda da Covid-19. Abaixo algumas de suas declarações:

Em **09.03.2020,** diante de uma plateia de empresários, afirmou que, no seu **"*entender está sendo superdimensionado o poder destruidor***

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

desse vírus, e, então, talvez, esteja sendo potencializado até por questões econômicas"[9].

Em **10.03.2020**[10], afirmou que a pandemia se travava de "***uma pequena crise***", permeada de **"*muito mais fantasia"*** do que "**isso *tudo que a grande mídia propala ou propaga pelo mundo todo***".

Em **16.03.2020**, o Denunciado afirmou, categoricamente, que "***existe o perigo, mas está havendo um superdimensionamento nesta questão*"**, afirmando, seguidamente, que "**nós não podemos parar a economia"** e que ele tem **"*que dar o exemplo em todos os momentos*"** e, ainda, que ***"realmente, apertou a mão de muita gente em frente ao Palácio, aqui na Presidência da República",*** para demonstrar que estava com o povo[11].

Em **20.03.2020**, aduziu que **"*depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar*"**[12], reforçando suas manifestações anteriores.

Em pronunciamento oficial[13], na data de **24.03.2020**, em cadeia nacional de rádio e televisão, devaneou que "***pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar. Nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho***".

Em **25 e 26.03.2020**, em frente ao Palácio da Alvorada, afirmou, respectivamente, que: "***temos que tirar da cabeça do povo essa sensação de pânico, de terror"***[14] e que "***o brasileiro tem que ser estudado, ele não pega nada. Vê um cara pulando em esgoto, ali, sai, mergulha, tá certo, e não acontece nada com ele. Eu acho, até, que muita gente já foi infectada no Brasil, há poucas semanas ou meses, né, e ele já tem o anticorpo e ajuda a não proliferar mais isso aí"***[15].

De mais a mais, demonstrou o seu desapreço à vida e à saúde da nação brasileira, quando planejou campanha publicitária denominada "***O Brasil não pode parar!***". O "pré-lançamento" da referida campanha culminou com a propositura da ADPF n. 669, distribuída ao Ministro Luís Roberto Barroso, que

---

[9]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nYNhvEd66ec> Acesso em: 01.05.2020.
[10]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ai742dM_tNA> Acesso em: 01.05.2020.
[11]Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/570539/noticia.html?sequence=2&isAllowed=y> Acesso em: 02.05.2020.
[12]Disponível em: <https://youtu.be/ts2ClqnHKWA> Acesso em: 01.05.2020.
[13]Disponível em: <https://youtu.be/Vl_DYb-XaAE> Acesso em: 01.05.2020.
[14]Disponível em: <https://youtu.be/RoS7mP3CHPc> Acesso em: 01.05.2020.
[15]Disponível em: <https://youtu.be/zLk5niCCcFw> Acesso em: 01.05.2020.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

proferiu medida cautelar e determinou a suspensão de qualquer campanha com o viés proposto, com o seguinte fundamento, entre outros (anexo – doc. 04):

> (...) Trata-se, ademais, de uma **campanha "desinformativa":** se o Poder Público chama os cidadãos da "Pátria Amada" a voltar ao trabalho, a medida sinaliza que não há uma grave ameaça para a saúde da população e **leva cada cidadão a tomar decisões firmadas em bases inverídicas acerca das suas reais condições de segurança e de saúde.** O uso de recursos públicos para tais fins, claramente **desassociados do interesse público** consistente em salvar vidas, proteger a saúde e preservar a ordem e o funcionamento do sistema de saúde, traduz uma aplicação de recursos públicos que **não observa os princípios da legalidade, da moralidade e da eficiência**, além de deixar de alocar valores escassos para a medida que é a mais emergencial: salvar vidas (art. 37, caput e §1º, CF). (...)
> (Destacou-se)

Em **18.04.2020,** o Denunciado prosseguiu em sua retórica funesta, assumindo que "***infelizmente tem morrido muito. Tem. Ninguém falou que ia ser diferente. Mas o pavor foi demais*"[16],** E quando questionado sobre as mortes na pandemia, em **20.04.2020,** aduziu, *ipsis litteris*: "***eu não sou coveiro***" [17].

Mais adiante, em **28.04.2020**[18], quando arguido acerca do fato do Brasil ter superado a China no quantitativo de mortes oriundas da Covid-19, respondeu "***e daí?***", seguido de "***lamento! Quer que eu faça o que? Eu sou messias, mas não faço milagre".***

Veja-se que o Denunciado, impedido de lançar sua campanha institucional "O Brasil não pode parar", passa a promover, junto aos seus milhões de apoiadores e seguidores nas redes sociais, campanha pessoal destinada minimizar a pandemia, descumprindo, por via transversa, a medida cautelar concedida no âmbito da ADPF 669.

Todo o supra, em meio a tantas outras lamentáveis declarações que, nada obstante já configurarem, *per si*, crime de responsabilidade em razão

[16]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DRA0QCENDOQ> Acesso em 02.05.2020
[17]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aIpUbYjjdn0> Acesso em: 01.05.2020.
[18]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KGACSgIToUk> Acesso em: 01.05.2020.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

da total quebra da dignidade, honra e decoro concernente ao cargo de Presidente da República (art. 85, V, da CF/88 c/c art. 9º, 7 da Lei 1.079/50), representam principalmente um atentado contra a vida de milhões de brasileiros, os quais, instigados pelas **manifestações do Presidente da República e todo o poder simbólico a elas inerente**, se sentem estimulados a descumprir as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e as mais diversas normas de caráter cogente editadas nas searas federal, estadual e municipal[19] (anexo – Doc. 05).

Aliás, considerando a inexistência de vacina e de remédios com eficácia cientificamente comprovada contra a Covid-19, o isolamento social vem sendo tratado como a **principal proteção contra a doença** por toda a comunidade científica internacional, pela Organização Mundial de Saúde (anexo – Doc. 06) e pelos mais variados países, notadamente para evitar que todos se contaminem simultaneamente e colapsem o sistema de saúde, o que, no caso brasileiro, já vem ocorrendo em larga escala.

Dessa maneira, a conduta do Denunciado ataca justamente a maior e mais eficiente (até o momento) forma de combate ao vírus, não deixando dúvidas de que a postura pessoal do Presidente da República tem contribuído diretamente para o aumento desnecessário do número de mortes e contaminações em território brasileiro, ratificando o verdadeiro desprezo pela população que o elegeu.

E se não bastasse a calamitosa retórica do Denunciado, a sua conduta prática também vem colocando em risco iminente a população nacional ao fazer uso de sua imagem política para potencializar o contágio do vírus, na medida em que provoca ou potencializa aglomerações desnecessárias em meio à pandemia, inclusive transmitindo vídeos ao vivo em suas redes sociais.

São exemplos de aglomeração provocados pelo Sr. Jair Bolsonaro: **(i)** a sua visita a um centro comercial no Distrito Federal (sem máscara e tendo contato físico com transeuntes); **(ii)** a visita a um bairro residencial de Brasília; **(iii)** a sua visita a um hospital de campanha em Águas Lindas de Goiás; **(iv)** a sua participação em ato pela intervenção militar; e, na data de ontem, **(v)** a sua participação em solenidade militar em Porto Alegre (anexo – Doc. 07).

A conduta do Denunciado é de tamanho absurdo que postagens suas em meio a aglomerações foram apagadas das redes sociais pela

[19]Ver, exemplificativamente, a Portaria n. 454/2020, do Ministério da Saúde, o Decreto n. 609/2020, do Governo do Estado do Pará e o Decreto n. 95955/2020, da Prefeitura Municipal de Belém.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

administração do Twitter, Facebook e Instagram (anexo – Doc. 08), justamente por induzirem as pessoas em erro, incentivando-as a descumprir as normas sanitárias editadas pelas autoridades públicas em meio à pandemia da Covid-19, fato que tornou, mais uma vez, o Denunciado motivo de repulsa mundial.

Aliás, a gravidade com a qual o Denunciado atenta contra a vida do povo brasileiro é tão flagrante, que pode ser enquadrada, inclusive, em crime contra a saúde pública, consubstanciado em infração à medida sanitária preventiva determinada pelo Poder Público, a teor do art. 268 do Código Penal Brasileiro, a seguir transcrito:

> CAPÍTULO III
> DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA
>
> Infração de medida sanitária preventiva
>
> **Art. 268 - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa:**
>
> Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa.
>
> Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se o agente é funcionário da saúde pública ou exerce a profissão de médico, farmacêutico, dentista ou enfermeiro.
> (Destacou-se)

Essa infração ocorreu, por exemplo, no último dia **30.04.2020**, na cidade de Porto Alegre, ocasião em que a presença do Sr. Jair Messias Bolsonaro atraiu uma legião de militantes bolsonaristas, consoante demonstram fotos amplamente divulgadas pelos meios de comunicação (anexo – Doc. 09), em franco desrespeito, ao estabelecido no Decreto Municipal n. 20.534/2020 (anexo – Doc. 10), da Prefeitura de Porto Alegre, que assim determina:

> Art. 17. Ficam proibidos todos os eventos realizados em local fechado ou aberto em vias e logradouros públicos ou privados, independentemente da sua característica, condições ambientais, tipo do público, duração, tipo e modalidade do mesmo.

Diante da determinação da Autoridade Municipal, seja a aglomeração em espaço público causada pelo Denunciado, seja a sua participação em evento militar fechado, ambas as condutas constituem crime

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

contra a saúde pública e atentam contra o direito individual à vida e o direito social à saúde, assegurados constitucionalmente, precipuamente quando se exerce o cargo da mais alta hierarquia do país**, sempre tido como modelo de referência para toda a coletividade.**

Considerando o exposto, é patente que o Denunciado agrava os efeitos da pandemia em território brasileiro, sendo diretamente responsável por mortes e adoecimentos desnecessários e pela ofensa direta aos direitos constitucionais à vida e à saúde.

Dessa maneira, inevitável seja reconhecido o cometimento, pelo Sr. Jair Messias Bolsonaro, do crime de responsabilidade previsto no artigo 85, III, da CF/88, cumulado com o artigo 7º, 9, da Lei n. 1.079/50, a ensejar a admissão, processamento e procedência total do presente pedido de impedimento.

4.2 – DO COMETIMENTO DO CRIME DE RESPONSABILIDADE PREVISTO NO ARTIGO 85, VII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 – CONDUTA PREVISTA NO ARTIGO 12, INCISO 2, DA LEI N. 1.079/50

No ensejo da conduta do Denunciado em relação à pandemia da Covid-19, cumpre destacar que na última viagem do Sr. Jair Messias Bolsonaro aos Estados Unidos, em março corrente, vinte e três integrantes da comitiva presidencial testaram positivo para o corona vírus (anexo – Doc. 10).

E mesmo tendo tido contado direto com pessoas infectadas, o Sr. Jair Messias Bolsonaro manteve sua interação habitual com apoiadores e correligionários, conforme já amplamente demonstrado ao longo dessa peça de denúncia, sem respeitar as medidas de isolamento social determinadas pelo seu próprio governo, o que, posteriormente, veio a culminar com o desligamento do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta (anexo – Doc. 11).

Diante da conduta do Denunciado, tornou-se fundamental publicitar o resultado dos testes laboratoriais realizados pelo mesmo, pois, em que pese o próprio tenha divulgado em suas redes sociais que ambos os testes realizados resultaram em indicador negativo, o laudo em si, até o presente momento, foi sonegado ao público.

Ora, que o próprio Denunciado potencializa a contaminação em massa e a propagação do vírus, isto já é patente e de amplo conhecimento, diante do irrefutável acervo probatório produzido. Quer-se saber, agora, se o

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Denunciado foi, ele próprio, o agente contaminador de tantas pessoas das quais se aproximou, eventualmente tocou, tudo sem a devida proteção apropriada.

A reiterada negativa do Autor em apresentar publicamente os resultados de ambos os testes por si realizados, levou o veículo de comunicação "O Estado de São Paulo" a apresentar medida judicial junto à Seção Judiciária Federal de São Paulo, cadastrada sob o n. 5004924-79.2020.4.03.6100, com o fito de compelir a União a apresentar os laudos dos exames médicos a que foi submetido o Exmo. Presidente da República para detecção do Covid-19. O provimento judicial de urgência foi deferido, conforme parte final adiante transcrita (anexo – Doc. 12):

> Diante do exposto, DEFIRO A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, para determinar à União que forneça, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas os **laudos de todos os exames** aos quais foi submetido o Exmo. Sr. Presidente da República para a detecção da COVID-19, sob pena de fixação de multa de R$5.000,00 por dia de omissão injustificada.
> (Destacou-se)

A União foi intimada para cumprir a decisão em **28.04.2020** (anexo – Doc. 12) e, mesmo assim, o Exmo. Presidente da República quedou-se inerte, fazendo tábua rasa da decisão judicial e, em um nítido deboche ao funcionamento dor Poder Judiciário, juntou aos autos apenas um parecer médico (anexo – Doc. 12), datado, inclusive, de **13.03.2020**, que resultou na expedição de nova decisão (anexo – Doc. 12) para cumprimento escorreito do provimento, *in verbis*:

> Considerando que o documento juntado pela parte ré (relatório médico, datado de 18.03.2020 – id 31571155), **não atende, de forma integral,** à determinação judicial, renove-se a intimação da União, nos termos do id 31436976, para que, **em 48 (quarenta e oito) horas, dê efetivo cumprimento quanto ao decidido, fornecendo os laudos de todos os exames aos quais foi submetido o Exmo. Sr. Presidente da República para a detecção da COVID-19, sob pena de fixação de multa de R$5.000,00 por dia de omissão injustificada**.
> (Destacou-se)

Paralelamente à manifestação dos autos, o Denunciado se pronunciou publicamente afirmando que apresentaria os exames apenas "se nós

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

perdermos o recurso" (anexo – Doc. 13), ignorando a determinação judicial que lhe ordenou o cumprimento no prazo de quarenta e oito horas, prazo este já ultrapassado.

Ao recusar deliberadamente o cumprimento de decisão judicial, o Sr. Jair Messias Bolsonaro comete o crime de responsabilidade relacionado ao art. 85, VII, da CRFB/88, cuja conduta caracterizadora está prevista no art. 12, 2, da Lei n. 1.079/50. Confira-se:

> **Art. 85**. São **crimes de responsabilidade** os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, **especialmente, contra:**
> (...)
> **VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.**
> (Destacou-se)

> **Art. 12. São crimes contra o cumprimento das decisões judiciárias:**
> (...)
> **2 - Recusar o cumprimento das decisões do Poder Judiciário no que depender do exercício das funções do Poder Executivo;**
> (Destacou-se)

Observe-se que o descumprimento é deliberado e não tem qualquer razão de ser, partindo-se da premissa que o próprio Representado já divulgou o suposto resultado negativas nas suas redes sociais. Por outro lado, a recusa ao cumprimento da decisão judicial pode se tornar ainda mais gravosa, caso a intenção seja omitir da população em geral eventual teste positivo do Sr. Jair Messias Bolsonaro, o que revelará mais uma causa, entre tantas outras já arroladas, para a declaração de impedimento do mesmo.

Certamente não foge ao conhecimento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o quão grave é a conduta de desrespeito às decisões judiciais, pois, em última senda, trata-se de desrespeito aos Poderes Republicanos constituídos (no caso o Poder Judiciário), daí a tipificação de tal conduta como crime de responsabilidade.

Excelências, tolerar o descaso com o Poder Judiciário é abrir margem para o desrespeito ao Poder Legislativo, ao Ministério Público, à OAB e à sociedade civil, o que não pode ser sequer cogitado, sob pena de subversão do esquema republicano e democrático traçado na Constituição.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Tendo em vista o exposto, a recusa ao cumprimento de decisão judicial é patente, além de envolver tema de interesse público e de maior relevância no atual cenário de pandemia, razão pela qual deve reconhecido o cometimento, pelo Sr. Jair Messias Bolsonaro, do crime de responsabilidade previsto no artigo 85, VII, da CF/88, cumulado com o artigo 12, 2, da Lei n. 1.079/50, a ensejar a admissão, processamento e procedência total do presente pedido de impedimento.

4.3 – DO COMETIMENTO DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE PREVISTOS NO ART. 85, III E V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 – ART. 7º, 5, E ART. 9º, 5 DA LEI 1.079/50

Comete crime de responsabilidade, o Presidente da República que atentar contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais (inciso III do art. 85 da CF/88); e contra a probidade na administração (inciso V do mesmo dispositivo).

Das declarações prestadas pelo ex-Ministro de Justiça e Segurança Pública, Sr. Sérgio Fernando Moro, em **24.03.2020** (anexo – doc. 14), ficaram evidenciados crimes de responsabilidade praticados em ambos os aspectos supracitados, mormente aqueles definidos pela Lei n. 1.079/50, nos seus arts. 7º, 5 e 9º, 5, conforme abaixo:

> Art. 7º **São crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos direitos políticos, individuais e sociais**:
> (...)
> 5 - **servir-se das autoridades sob sua subordinação imediata para praticar abuso do poder**, ou tolerar que essas autoridades o pratiquem sem repressão sua;
> (Destacou-se)

> Art. 9º **São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração**:
> (...)
> 5 - infringir no provimento dos cargos públicos, as normas legais;
> (Destacou-se)

E, de forma apartada, demonstrar-se-á, pontualmente, quais as condutas típicas praticadas pelo Denunciado, no âmbito do episódio envolvendo as declarações do ex-Ministro Sérgio Moro.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

4.3.1 – DA CONFIGURAÇÃO DO CRIME DE RESPONSABILIDADE PREVISTO NO ART. 7º, 5, DA LEI N. 1.079/50

Primeiramente, faz-se necessária a transcrição dos principais trechos da entrevista concedida pelo então Ministro da Justiça e Segurança Pública, *in verbis*[20]:

> (...)
> Bem, em todo esse período, tive apoio do presidente Jair Bolsonaro em vários desses projetos. Outros nem tanto. Mas a partir do segundo semestre do ano passado passou a haver uma **insistência do presidente da troca do comando da Polícia Federal.** Isso, inclusive, foi **declarado publicamente pelo próprio presidente**. Houve primeiro o desejo de trocar um **superintendente da Polícia Federal do Rio de Janeiro**. Sinceramente, **não havia nenhum motivo para essa substituição.** Mas, conversando com o superintendente em questão, ele queria sair do cargo por questões exclusivamente pessoais. Então, nesse cenário, acabamos concordando, eu e o diretor-geral, em promover essa troca com uma substituição técnica, com uma substituição de um indicado pela polícia.
> (...)
> O presidente **passou a insistir na troca do diretor-geral**. O que eu sempre disse ao presidente: presidente, eu não tenho nenhum problema em trocar o diretor-geral da Polícia Federal, **mas eu preciso de uma causa.** E uma causa normalmente relacionada a uma insuficiência de desempenho, um erro grave. E, no entanto, o que eu vi durante todo esse período, até pelo histórico do próprio diretor-geral, que é um trabalho bem feito. Várias dessas operações importantes, combate ao crime organizado, operações também de combate à corrupção que foram relevantes. Poderiam ter até mais operações, mas normalmente essas operações elas maturam durante algum tempo.
> (...)
> Não é a questão do nome. Tem outros bons nomes para assumir o cargo de diretor da Polícia Federal, outros delegados igualmente competentes. O grande problema de realizar essa troca é, primeiro que haveria uma

[20]Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/leia-a-integra-do-discurso-de-despedida-de-moro-e-entenda-ponto-a-ponto.shtml>. Acesso em 01.05.2020.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

violação de uma promessa que foi feita inicialmente, que eu teria carta branca.

Em segundo lugar**, não haveria uma causa para essa substituição**. E estaria claro que estaria havendo. E estaria claro que estaria havendo ali **uma interferência política na Polícia Federal, o que gera um abalo na credibilidade, não minha, mas minha também, mas também do governo,** desse compromisso maior que nós temos de ter com a lei, com o rule of law. **E ia ter impacto também, na minha opinião, na própria efetividade da Polícia Federal, ia gerar uma desorganização.**

Não aconteceu durante a Lava Jato, a despeito de todos os problemas de corrupção nos governos. Houve até um episódio em que foi nomeado diretor no passado com o intuito de interferência política e não deu certo. Ficou pouco mais de três meses.

A própria instituição rejeitou essa possibilidade. E o problema é que, nas conversas com o presidente, **isso ele me disse expressamente, que é não é só a troca do diretor-geral. Haveria também intenção de trocar superintendentes, novamente o superintendente do Rio de Janeiro.**

Outros superintendentes provavelmente viriam em seguida, o superintendente da Polícia Federal de Pernambuco, sem que fosse me apresentado uma razão, uma causa para realizar esses tipos de substituições que fossem aceitáveis. Dialoguei muito tempo com o presidente, busquei postergar essa decisão, às vezes até sinalizando que poderia concordar no futuro com essa possibilidade.

E até em um primeiro momento pensando: "Não, de repente pode ser feito, pode ser alterado". Mas cada vez mais me veio a sinalização de que seria um grande equívoco realizar essa substituição. Ontem, conversei com o presidente, **houve essa insistência do presidente. Falei ao presidente que seria uma interferência política. Ele disse que seria mesmo.**

Falei que isso teria um impacto todos, que seria negativo, mas, para evitar uma crise durante uma pandemia, eu

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

não tenho vocação para carbonário, muito pelo contrário. Acho que o momento é inapropriado para isso. Eu sinalizei: "Então vamos substituir o Valeixo por alguém que represente a continuidade dos trabalhos. Alguém com perfil absolutamente técnico e que fosse uma sugestão minha também, na verdade nem minha, uma sugestão da própria Polícia Federal".

Eu sinalizei com o nome do atual diretor executivo, da Polícia Federal, Disney Rossetti. Nem tenho uma grande familiaridade com o Disney Rossetti, mas é uma pessoa de carreira, de confiança. E, como eu disse, essas questões não são pessoais, não são preferências pessoais, são as questões que têm de ser decididas tecnicamente. Fiz esta sinalização, mas não obtive resposta. **O presidente tem a preferência de alguns nomes que seriam da indicação deles**. Não sei qual vai ser exatamente a escolha.

Foi ventilado um nome de um **delegado que passou mais tempo no Congresso do que na ativa na Polícia Federal**. Foi indicado ou sugerido o nome do atual diretor da Abin, que é até um bom nome dentro da Polícia Federal. Mas o grande problema é que não são tantos essa questão de quem colocar**, o problema é por que trocar**. E permitir que seja feita a interferência política no âmbito da Polícia Federal.

O presidente me disse, mais de uma vez, expressamente, que ele **queria ter uma pessoa do contato pessoal dele, que ele pudesse ligar, que ele pudesse colher informações, que ele pudesse colher relatórios de inteligência, seja o diretor, seja superintendente. E realmente não é o papel da Polícia Federal prestar esse tipo de informação**.

As investigações têm de ser preservadas. Imaginem se, durante a própria Lava Jato, ministro, diretor-geral, o presidente, a então presidente Dilma ou o ex-presidente Luiz [Inácio Lula da Silva] ficasse ligando para o superintendente em Curitiba, para colher informações sobre as investigações em andamento. **A autonomia da Polícia Federal, como o respeito e a autonomia da aplicação da lei, seja a quem for, isso é um valor fundamental que nós temos preservar dentro de um Estado de Direito.**

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

O presidente me disse isso expressamente, ele pode não confirmar essas questões, mas, enfim, é algo que realmente não entendia apropriado. Então o grande problema não é quem entra**, mas por que alguém entra.** E se esse alguém, sendo a corporação, aceitando da substituição do atual diretor-geral, com o impacto que isso vai ter na corporação, não conseguiu dizer não ao presidente a uma proposta dessa espécie, **eu fico na dúvida se vai conseguir dizer não em relação a outros temas.**

Há uma possibilidade de que se afirme que o Maurício Valeixo gostaria de sair, mas isso não é totalmente verdadeiro. O ápice da carreira de qualquer policial federal, delegado da Polícia Federal, é a direção-geral da Polícia Federal. E ele entrou com uma missão. Claro que, depois de tantas pressões para que ele saísse, ele de fato até manifestou a mim: "Olha, talvez seja melhor eu sair, para diminuir esse, essa cisma, e nós conseguirmos realizar substituição aqui adequada. Aí eu sairia para uma adidância ou para um outro cargo". Mas nunca isso voluntariamente e, sim, decorrente dessa pressão que, a meu ver, não é apropriada. E o grande problema: [se fosse] uma sugestão que seja orientada por causas que possam ser sustentadas, não haveria aí nenhum problema específico.

O presidente também me informou que <u>tinha preocupação com inquéritos em curso no Supremo Tribunal Federal</u>. E que a troca também seria oportuna, da Polícia Federal, por esse motivo. Também não é uma razão que justifique a substituição. É até algo que gera uma grande preocupação.
(...)
A exoneração que foi publicada eu fiquei sabendo pelo Diário Oficial, pela madrugada. Eu não assinei esse decreto. Em nenhum momento isso me foi trazido. Em nenhum momento o diretor-geral da Polícia Federal apresentou um pedido formal de exoneração. Depois ele me comunicou que ontem à noite que recebeu uma ligação dizendo que iria sair a exoneração a pedido e se ele concordava. Ele [me] disse: "Como é que eu vou concordar com alguma coisa? Eu vou fazer o quê, né?" Se ele já estava sujeito à exoneração a pedido, não há o

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

> que dizer sobre exoneração ex officio. Mas o fato é que existe um pedido que foi feito de maneira formal. Eu, sinceramente, fui surpreendido. Achei que isso foi ofensivo. Vi que depois a Secom afirmou que houve essa exoneração a pedido, **mas isso de fato não é verdadeiro**.
> (...)
> E um pressuposto necessário para isso é que nós temos que garantir o respeito à lei, à própria autonomia da Polícia Federal, contra interferências políticas. Decerto, o presidente indica e tem essa competência, ele indica o diretor-geral, mas ele assumiu um compromisso comigo inicial de que seria uma escolha técnica, que eu faria essa escolha, e o trabalho vem sendo realizado. Poderia ser alterado o diretor-geral, desde que eu tivesse uma causa consistente. **Não tendo uma causa consistente, e percebendo que essa interferência política, pode levar a relações impróprias entre o diretor-geral, entre os superintendentes, com o presidente da República, é algo que realmente eu não posso concordar**. (...)
> (Destacou-se)

Conforme destaques acima, o ex-Ministro foi enfático ao narrar as investidas do Denunciado para **tentar interferir politicamente na autonomia da Polícia Federal**, inclusive para possível obtenção de proveito pessoal, consoante adiante ficará evidente, fato que configura crime de responsabilidade pela via do art. 7º, 5, da Lei 1.079/50.

Cumpre destacar que a Polícia Federal é **Órgão de Estado** – não de governo –, nos termos do art. 144 da CF/88, devendo gozar de independência investigativa e operacional, para o efetivo cumprimento de seu mister constitucional.

Ora, se compete à Polícia Federal a realização das investigações contra autoridades da própria União, a existência de ingerência do Chefe do Poder Executivo na atividade policial causa prejuízo a sua função finalística, afora gerar incontestável perda de credibilidade à Instituição.

Aliás, o Sr. Sérgio Moro também afirmou que nem mesmo nos Governos do Partido dos Trabalhadores (PT) houve tamanha tentativa de intervenção na Polícia Federal. Ou seja, ao invés de combater a corrupção, como prometera em sua plataforma de campanha, o Denunciado vem paulatinamente

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

aprofundando-a, inclusive buscando o aparelhamento do Estado para melhor servi-lo. O que antes criticava, virou seu objeto de obsessão no Governo.

Destarte, a pressão promovida pelo Denunciado, em nítido abuso de poder, detinha objetivos bem definidos, conforme Sérgio Moro: o **acesso a informações sigilosas da Polícia Federal,** e, quiçá, a **interferência direta nas investigações**, visto que inquéritos de interesse do Denunciado tramitam ou podem eventualmente tramitar nas dependências do Órgão (anexo – Doc. 15), sendo certo que ao mesmo não bastava simplesmente nomear o Diretor Geral, mas também os Superintendentes de algumas regiões geográficas, tudo em nítida violação ao art. 7, 5, da Lei n. 1.07950.

A propósito, a nomeação do Delegado Alexandre Ramagem para o exercício do cargo de Diretor-Geral da Polícia Federal (anexo – Doc. 16) é a nota de confirmação do abuso de poder que o Denunciado pretende impor à corporação, pois, sendo aquele uma pessoa com a qual Família Bolsonaro mantém amizade íntima, consoante se demonstrará a seguir, o Denunciado poderá concretizar sua pretensão de nomear alguém para quem *"(...) ele pudesse ligar, que ele pudesse colher informações, que ele pudesse colher relatórios de inteligência (..)"*, não deixando margem de dúvida de que seu intuito era exatamente **servir-se de autoridades a si subordinadas para praticar abuso de poder.**

Com efeito, essa pretensão, aliás, seguer foi negada pelo Sr. Jair Bolsonaro em sua entrevista coletiva concedida em **24.04.2020**, convocada em resposta às declarações de Sérgio Fernando Moro.

Em seu pronunciamento oficial[21] (anexo – doc. 16), o Denunciado declarou, sem qualquer constrangimento:

> Será que é interferir na Polícia Federal **quase que exigir e implorar** a Sergio Moro que apure quem mandou matar Jair Bolsonaro? A Polícia Federal de Sergio Moro mais se preocupou com Marielle do que com seu chefe supremo. **Cobrei muito dele isso aí**. Não interferi. Eu acho que todas as pessoas de bem no Brasil querem saber, e entendo, me desculpe seu ex-ministro, entre **meu caso** e o da Marielle, o meu tá muito menos difícil de solucionar.
> (...)

[21]Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/24/veja-e-leia-a-integra-do-pronunciamento-de-bolsonaro-sobre-a-saida-de-moro-do-governo.ghtml>. Acesso em 01.05.2020.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

> Isso é interferir na Polícia Federal? **Será que pedir à Polícia Federal, quase que implorar, via ministro, para que fosse apurado**, no caso porteiro da **minha casa 58**, na Avenida Lúcio Costa 3100?
> (...)
> Depois, a perícia da Polícia Civil do Rio ainda chega à conclusão que aquela voz não é a voz do porteiro em questão. **Será que é interferir na Polícia Federal exigir uma investigação sobre esse porteiro**? O que aconteceu com ele? Ele foi subornado? Ele foi ameaçado? Ele sofre das faculdades mentais? O que aconteceu pra ele falar com tanta propriedade um fato que, segundo ele, existiu há, praticamente, um ano atrás?
>
> É exigir da Polícia Federal muito, via seu ministro, pra que esse porteiro fosse investigado? Com todo respeito a todas as vidas do Brasil, acredito que a vida do presidente da República tem um significado.
>
> E outra coisa, é desmoralizante para um presidente ouvir isso, mais ainda, externar. Ou, não trocar, porque não foi trocado**, sugerir a troca de dois superintendentes entre os 27. O do Rio**, a questão do porteiro, a questão do meu filho, o zero quatro, o Renan, que agora tem 20, 21 anos de idade, quando num clamor da questão do porteiro, do caso Adélio, que os dois ex-policiais teriam ido falar comigo, também apareceu que o meu filho zero quatro teria namorado a filha deste ex-sargento. (...)
> (Destacou-se)

Em outras palavras, o Exmo. Presidente da República admite sua intenção de administrar, diretamente, interesses pessoais e familiares junto à Polícia Federal, cobrando que investigações de seu interesse caminhem em ritmo diferenciado dos demais processos, fato que, combinado com a nomeação de amigos próximos – até mesmo superintendentes da corporação, para que mais acesso direto tenha a eles – configura plenamente o cometimento de crime de responsabilidade, ainda que em modalidade de tentativa, o que, de igual maneira, leva ao impedimento do cargo e às demais sanções aplicáveis, segundo o art. 2º da Lei n. 1.079/50.

É perigoso, Nobres Parlamentares, tolerar a interferência política ora descortinada em Órgão de Estado tão caro ao combate dos ilícitos que permeiam o manejo da coisa pública ao longo do curso da história nacional. Aliás, como bem destacou o ex-Ministro, sequer os governos anteriores

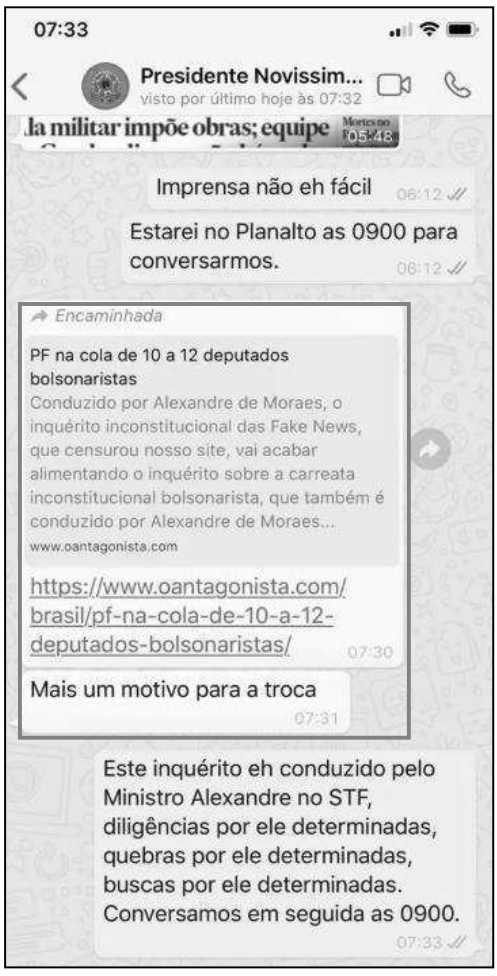
Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

chegaram a esse ponto. Se assim tivessem procedido, provavelmente nem existiria a Operação Lava-Jato ou qualquer outra correlata.

A gravidade dos fatos que pesam contra o Exmo. Sr. Presidente é ainda maior por ter sido **afirmada por um então Ministro de Estado, no exercício de suas competências funcionais,** uma vez que as declarações foram anteriores ao formal pedido de exoneração, logo, o Sr. Moro as realizou enquanto funcionário público *lato sensu* (o que, frise-se, atrai a presunção de veracidade dos fatos articulados, inclusive para fins probatórios – aplicação analógica do art. 405 do Código de Processo Civil)**.**

Nada obstante, as referidas declarações foram seguidamente comprovadas pelo Sr. Sérgio Moro, por intermédio de mensagens trocadas com o Denunciado no aplicativo de mensagens "WhatsApp". Observe-se, com destaques (anexo – doc. 17):



Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Indene de dúvidas, portanto, que as razões para intromissão do Denunciado nas estruturas da Policia Federal não são republicanas, pelo contrário, **visam favorecer ilícitos e proteger pessoas de seu interesse,** sendo imperativo, neste caso, o acolhimento integral destas razões e a declaração do seu impedimento, juntamente com a aplicação de todas as demais penalidades cabíveis na espécie.

Mas não é só.

4.3.2 – DA CONFIGURAÇÃO DO CRIME DE RESPONSABILIDADE PREVISTO NO ART. 9º, 5, DA LEI N. 1.079/50

Em **27.04.2020**[22], o Denunciado nomeou o Sr. Alexandre Ramagem Rodrigues para o exercício do cargo de Diretor-Geral da Polícia Federal (anexo – doc. 18), ainda que já fosse pública a sua intenção de interferir politicamente junto ao referido Órgão de Estado.

Não se discute, aqui, a inconteste competência do Excelentíssimo Presidente da República para promover a nomeação do Diretor Geral da Polícia Federal, a teor do art. 2º-C da Lei n. 9.266/96. Tampouco se discute a qualificação técnica do delegado nomeado.

Contudo, a análise do texto legal exige a **avaliação do contexto** que permeou a nomeação. A esta altura, o Sr. Alexandre Ramagem Rodrigues já fora nominado pelo então Ministro da Justiça, Sérgio Moro, como um dos preferidos do Denunciado para o cargo de Diretor Geral, justamente por sua proximidade com a Família Bolsonaro e para satisfazer os interesses declarados, tanto pelo ex-Ministro, quanto pelo próprio Denunciado em pronunciamento oficial e aplicativo de WhatsApp, acima colacionados.

Relembre-se que, em prestígio aos princípios constitucionais, especialmente da moralidade e transparência, todo ato administrativo deve ser motivado, e essa motivação jamais pode se afastar do interesse público.

O Sr. Presidente – na atecnia jurídica que lhe é costumeira – confunde **competência** para a prática do ato administrativo com a **necessidade de observância dos princípios constitucionais** que regem a Administração Pública. Como é público e notório, o Sr. Presidente alardeou, defendendo-se das declarações do Sr. Sérgio Moro, se não teria ele – Presidente – amparo em lei

[22]Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2020/04/27/Secao-2> Acesso em: 30.04.2020.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

para nomear o Diretor-Geral da Polícia Federal. Competência, sim, o Sr. Presidente tem, o que não significa que pode praticar o ato à revelia dos princípios que regem a Administração, notadamente impessoalidade e moralidade.

Ao que parece, "competência", para o Sr. Presidente, é permissivo legal para agir à margem dos valores traçados pelo Constituinte, o que torna o Poder Executivo uma ameaça expressa à sociedade civil, cabendo ao Poder Legislativo – em prestígio à Constituição, e fincado no sistema de freios e contrapesos, – coibir tal postura e demonstrar ao Sr. Presidente que vivemos em um Estado Democrático e Republicano de Direito (art. 1º, caput, CRFB/88)!

Intervir politicamente na Polícia Federal não é, sob nenhum prisma, motivo apto à validação do ato administrativo de nomeação outrora mencionado e, diante dos fatos narrados pelo ex-Ministro da Justiça, inevitável concluir que o Denunciado incorreu no crime de responsabilidade previsto no art. 9º, 5º, da Lei n. 1.079/50, afinal, o ato administrativo em questão atenta contra os mais basilares princípios da Administração Pública, a teor do art. 37, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Nessa senda:

> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte**:
> (Destacou-se)

Nessa toada, é cristalino que o Denunciado, visando seus escusos interesses, ofendeu os princípios da impessoalidade e da moralidade ao nomear o referido Delegado para o exercício do cargo de Diretor Geral da Polícia Federal.

Quanto à **impessoalidade,** esta se relaciona umbilicalmente com a finalidade do ato, que deve ser voltada ao atendimento do interesse público, podendo ser este um vetor consistente para a apuração da validade do ato praticado no âmbito da Administração Pública. No caso ora exposto, forçoso concluir que a finalidade da nomeação não está em sintonia com a desejada impessoalidade que deve pautar o gestor público. E essa conclusão não advém unicamente da amizade que o nomeado mantém com a família do Exmo. Presidente (anexo – doc. 19), mas sim da conjugação dessa relação pessoal, com as manifestações do então Ministro da Justiça e do próprio Denunciado.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

No tocante à indispensável **moralidade** que deve nortear a Administração Pública, esta se posiciona para além do mero cumprimento das formalidades exigidas para a prática do ato jurídico, exigindo do administrador o respeito aos preceitos éticos e de razoabilidade, os quais também serão os vetores para a validação do ato, caso este venha a ser questionado em alguma esfera.

A propósito, o desvirtuamento de finalidade na nomeação do Diretor Geral da Polícia Federal foi muito bem registrado na decisão do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do MS n. 37.097/DF (anexo – doc. 20), que suspendeu a nomeação:

> Nesse contexto, ainda que em sede de cognição inicial, analisando os
> fatos narrados, verifico a probabilidade do direito alegado, pois, em tese, apresenta-se viável a **ocorrência de desvio de finalidade do ato presidencial** de nomeação do Diretor da Polícia Federal, em **inobservância aos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade e do interesse público**.
>
> São fatos notórios, além de documentados na inicial, que, em entrevista coletiva na última sexta-feira, dia 24/4/2020, o ainda Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Fernando Moro, afirmou expressa e textualmente que o Presidente da República informou-lhe da futura nomeação do delegado federal Alexandre Ramagem para a Diretoria da Polícia Federal, **para que pudesse ter "interferência política" na Instituição, no sentido de "ter uma pessoa do contato pessoal dele", "que pudesse ligar, colher informações, colher relatórios de inteligência".**
>
> Essas alegações foram **confirmadas, no mesmo dia, pelo próprio Presidente da República**, também em entrevista coletiva, ao afirmar que, **por não possuir informações da Polícia Federal, precisaria "todo dia ter um relatório do que aconteceu, em especial nas últimas vinte e quatro horas**".
> (Destacou-se)

Diante de tudo o quanto foi exposto, imperiosamente, por mais esta razão, deve ser admitido, processado e decretado o impedimento do Sr. Jair

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Messias Bolsonaro, por cometimento de crime de responsabilidade tipificado no art. 85, III e V, da CF/88 e nos arts. 7º, 5 e 9º, 5, da Lei n. 1.079/50.

4.4 – DO COMETIMENTO DO CRIME DE RESPONSABILIDADE PREVISTO NO ART. 85, II e III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 – DEFINIÇAO DO ART. 6º, INCISO 5 E 6 E ART. 7º, INCISO 7 DA LEI 1.079/50

A Constituição Federal assim dispõe acerca dos crimes de responsabilidade contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais:

> Art. 85. **São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra** a Constituição Federal e, especialmente, contra:
> (...)
> III - **o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais**;
> (Destacou-se)

Por sua vez, os arts. 6º e 7º da Lei n. 1.079/50 assim disciplinam:

> Art. 6º São crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos poderes legislativo e judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados:
> (...)
> 5 - **opor-se diretamente e por fatos ao livre exercício do Poder Judiciário**, ou obstar, por meios violentos, ao efeito dos seus atos, mandados ou sentenças;
>
> 6 **- usar de** violência ou **ameaça, para constranger juiz,** ou jurado, a proferir ou deixar de proferir despacho, sentença ou voto, ou a fazer ou deixar de fazer ato do seu
> ofício;
>
> Art. 7º São crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos direitos políticos, individuais e sociais:
> (...)
> 7 - **incitar militares à desobediência à lei ou infração à disciplina**;
> (Destacou-se)

Com efeito, o Denunciado cometeu crime de responsabilidade quando participou ativamente de ato político ocorrido em **19.04.2020**, Dia do

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Exército, em favor da reedição do AI-5, do fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal.

Em referido ato político, amplamente difundido nas redes sociais[23], o mandatário discursou sem nenhum constrangimento frente à inúmeras faixas que pugnavam por uma intervenção militar e pelo fechamento das instâncias máximas dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como diante de gritos que entoavam "AI-5". Havia faixas, inclusive, muito próximas do Sr. Jair Bolsonaro (anexo – Doc. 21), demonstrando que o mesmo tinha plena ciência acerca das finalidades inconstitucionais a que se prestavam o ato e compactuou publicamente com estas.

O ato transcorreu em frente ao quartel general do Exército Brasileiro, não sendo a presença do Denunciado uma mera ação incauta, como alguns de seus apoiadores podem sustentar, mas sim um flagrante crime de responsabilidade, configurado no item 7 do art. 7º da Lei n. 1.079/50, na medida em que o Representado aglomera, discursa, incentiva, participa ativamente de manifestação autoritária, com viés inconstitucional, o que abre um **perigoso precedente** para que, cada vez mais, militares e civis, tratem sem o devido repúdio qualquer pensamento que perpasse por romper o Estado Democrático de Direito. É dizer, faz crer às próprias Forças Armadas que a intervenção militar é uma alternativa a ser considerada, incitando-as nessa direção.

Aliás, a participação em atos dessa natureza foi reiterada no último domingo, **03.05.2020** (anexo – Doc. 21)**.** Em mais este episódio, o Sr. Jair Bolsonaro atentou, fortemente, contra a Constituição da República.

No ao, manifestantes se aglomeraram em frente ao Palácio do Planalto e, com palavras de ordem, contra o STF e pugnando pelo fechamento do Congresso Nacional e por uma intervenção do Exército Brasileiro nos poderes constituído. No ato, ainda foram agredidos covardemente integrantes da imprensa.

Não obstante flagrante ilegalidade de tais manifestações, o Sr. Presidente da República, aqui Denunciado, saiu para frente de sua atual residência e participou, ativamente, da manifestação, aqui noticiada, tendo inclusive publicado em seu perfil pessoal na rede social YouTube, essa participação[24], repita-se, ativa, na manifestação.

---

[23]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=553D8VHI8Mo>. Acesso em 02.05.2020

[24] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MnyHZ9CXFfg&feature=youtu.be> Acesso em 04.05.2020.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

No decorrer do ato, o mesmo afirma em tom ameaçador:

> "O que nós queremos é o melhor para o nosso país, queremos a independência verdadeira dos três poderes, não apenas uma letra da Constituição. Não queremos isso. **Chega de interferência. Não vamos mais admitir interferência, deixar bem claro isso, aí. Acabou a paciência.** Vamos levar esse Brasil pra frente. Acredito no povo brasileiro e nós todos acreditamos no Brasil". (Destacou-se)

Mais adiante, volta a se dirigir à câmera e afirma:

> "Tenho certeza de uma coisa, nós temos o povo do nosso lado. Nós **termos as forças armadas ao lado do povo**, pela lei, pela ordem, pela democracia, pela liberdade e o que é mais importante, temos Deus conosco".
> (Destacou-se)

E, por fim, o Exmo. Presidente da República, declara novamente em tom intimidador:

> "Encerrando aqui um movimento espontâneo em Brasília, na certeza que o povo quer realmente estar ao lado da verdade, com desenvolvimento, da democracia, da honestidade, também, e como eu tenho dito, né, o poder executivo está unido em seu propósito tirar o Brasil da situação em que se encontra e vocês sabem que, o povo está conosco, as Forças Armadas, ao lado da lei e da ordem, da democracia e liberdade também estão do nosso lado e Deus acima de tudo. Vamos tocar o barco. **Peço à Deus que não tenhamos problema essa semana, porque chegamos no limite, não tem mais conversa, tá ok. Daqui pra frente, não só exigiremos: faremos cumprir a Constituição. Ela será cumprida a qualquer preço e ela tem dupla mão. Não é de uma mão de uma lado só, não.** Amanhã nomeamos o novo Diretor da PF e o Brasil segue o seu rumo aí...".
> (Destacou-se)

Ora, sobeja, por tais manifestações do ora Denunciado, grave atentado contra a Constituição Federal, pois, além de insinuar claramente a possibilidade de uma intervenção militar, ainda buscar coagir integrantes do Poder Judiciário a não julgarem em desfavor de seus interesses, como se

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

estivesse entre os poderes do cargo que ocupa, “aceitar ou não aceitar”, “admitir ou deixar de admitir” decisões do Poder Judiciário, as quais chama justamente de “interferências”.

Com isso, também pratica o crime de responsabilidade previsto no art. 6º, incisos 5 e 6 da Lei n. 1.079/50.

Assim, somando-se aos fatos já narrados nesta peça vestibular, eis mais episódios em que o Sr. Jair Bolsonaro, ora Denunciado faz tabula rasa da Constituição da República, menoscabando seus mais comezinhos princípios nobres.

Revela, de um todo, que o atual Presidente da República não tem mais condições, legais e políticas, de continuar à frente da Nação e, assim, de conduzir o presente e de guiar para o futuro os brasileiros e brasileiras, pelo que se pede, mais uma vez e por mais estes supra motivos, a decretação de seu impedimento ao exercício do cargo presidencial.

Logo, a admissão, processamento e decretação do pedido de impedimento do Exmo. Presidente da República em exercício também merece guarida em face do cometimento do crime de responsabilidade definido no art. 85, II e III, da CF/88, nos itens 5 e 6 do art. 6º e no item 7 do art. 7º da Lei n. 1.079/50.

4.5 – DO COMETIMENTO DO CRIME DE RESPONSABILIDADE PREVISTO NO ART. 85, V, DA CF/88 – art. 9º, INCISO 7, DA LEI N. 1.079/50

Em pouco mais de 12 meses em que exerce a Presidência da República, o Denunciado cometeu os mais variados crimes de responsabilidade, alguns deles objeto desta representação, bem como também praticou crimes comuns, inclusive alvos de denúncia e inquérito junto ao Supremo Tribunal Federal (anexo – doc. 22).

De fato, o Denunciado tenta implementar o novo, em seu Governo. Não o novo que a população esperava, de probidade, transparência e de respeito aos valores constitucionais. O sistema real que ora se encontra em fraca implantação perpassa pelo desprezo à vida humana, pelo autoritarismo e pelo aparelhamento das estruturas do Estado. Uma faceta tirana, politicamente inconsequente, daquilo que o Sr. Jair Bolsonaro costuma chamar de “velha política”.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

E diante desse cenário assustador de início de mandato, outro crime de responsabilidade vem sendo praticado reiteradamente pelo Denunciado: o seu procedimento incoerente com a dignidade, com a honra e o decoro inerentes ao cargo por ele ocupado. A Constituição Federal e a Lei n. 1.079/50 assim dispõem a esse respeito:

> Art. 85. **São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra** a Constituição Federal e, especialmente, contra:
> (...)
> V - **a probidade na administração**;
> (Destacou-se)

> Art. 9º **São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração**:
> (...)
> 7 - **proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decôro do cargo**.
> (Destacou-se)

A seguir, serão evidenciados alguns dos crimes de responsabilidade cometidos pelo Sr. Jair Bolsonaro, a partir de episódios nos quais o mesmo procedeu de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro inerentes ao cargo de Presidente da República.

4.5.1 – EPISÓDIO "*GOLDEN SHOWER*"

Durante o Carnaval de 2019, em **06.03.2019**, o Denunciado utilizou sua conta oficial do *Twitter* – a mesma que habitualmente utiliza para postagens oficiais do Governo Federal – para postar vídeo obsceno[25], que retratava dois jovens envoltos na prática sexual conhecida como "*golden shower*".

A publicação do vídeo explícito teve o escopo de criticar o Carnaval – o maior evento do turismo nacional – e demonstrar uma suposta verdade sobre o que seriam os blocos carnavalescos de rua. E legendou:

> Não me sinto confortável em mostrar, mas temos que expor a verdade para a população ter conhecimento e sempre tomar suas prioridades. É isto que tem virado

[25]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OJ1hxr7cRJk>. Acesso em 01.05.2020.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

> muitos blocos de rua no carnaval brasileiro. Comentem e tirem suas conclusões.

No dia seguinte, retornou novamente ao tema, questionando, em sua consta oficial: "*o que é golden shower?*".

O vídeo obsceno relevou procedimento incompatível com o decoro exigido pelo cargo presidencial, mormente quando publicado na mesma conta oficial na qual são divulgadas notícias oficiais do Governo Federal.

Na realidade, a exposição do ato sexual teve uma razão de ser maior do que simplesmente apresentar uma visão deturpada do Carnaval Brasileiro. Foi uma resposta baixa aos inúmeros protestos entoados por foliões contra o Denunciado e uma forma de demonizar a Comunidade LGBTI+, como se esse tipo de prática tivesse alguma relação direta e corrente com a homossexualidade.

A postagem teve repercussão mundial e ampla divulgação midiática, levando, à desnecessária exposição negativa do país, inclusive, pelo *The New York Times*[26] e pelo *The Guardian*[27], os jornais mais importantes dos Estados Unidos da América (EUA) e do Reino Unido, respectivamente.

Esse emblemático episódio demonstra a falta de decoro com que procede o Exmo. Presidente, merecendo ser declarado impedido também por esta razão.

4.5.2 – EPISÓDIO "FELIPE SANTA CRUZ"

Em **29.07.2019**, o Denunciado, faltou, novamente, com a dignidade, honra e decoro inerentes ao cargo que exerce, quando atingiu a pessoa do advogado Felipe Santa Cruz, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), bem como a memória de seu falecido pai, enquanto comentava a atuação institucional da Entidade Máxima da Advocacia. O Denunciado assim se manifestou perante a imprensa, em frente ao Palácio da Alvorada[28]:

[26]Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/03/07/opinion/bolsonaro-tweet-carnival.html>. Acesso em 01.05.2020.
[27]Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/mar/06/bolsonaro-carnival-pornographic-tweet-ridiculed>. Acesso em 01.05.2020.
[28] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3booV_ERyR4> Acesso em 02.05.2020.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

> (...) por que a OAB impediu que a Polícia Federal entrasse no telefone de um dos caríssimos advogados? Qual é a intenção da OAB? Quem é essa OAB? É, **um dia se o presidente da OAB quiser saber como o pai dele desapareceu no período militar, eu conto pra ele. Ele não vai querer ouvir a verdade. Eu conto pra ele**. Não é a minha versão..., é que a minha vivência né...(inaudível)...chego a essas conclusões naquele momento...o pai dele integrou a ação popular, o grupo mais sanguinário e violento da guerrilha lá de Pernambuco...veio a desaparecer no Rio de Janeiro. (Destacou-se)

Veja-se que neste episódio, o Denunciado atacava o sigilo telefônico garantido na relação cliente advogado, dicção dos direitos e garantias individuais esculpidos no art. 5º, XII, XIV, LVI e art. 133, da CF/88 e no art. 8º, Inciso 2, alíneas "d" e "g" e Inciso 3, do Pacto de San José da Costa Rica. O pano de fundo era a atuação da OAB no caso Adélio Bispo.

Porém, no mesmo discurso, o Exmo. Presidente passou a atacar de forma pessoal o advogado Felipe Santa Cruz, mencionando saber como o pai do mesmo desapareceu ao longo da ditadura militar e que poderia contar a ele

O ataque, se proferido por qualquer cidadão, já não seria tolerável, pois atinge diretamente uma família para a qual foi negado o direito de sepultar o corpo do pai – até hoje desaparecido – e que, portanto, permanece com uma ferida sem cicatrização.

Vinda de um Presidente da República, no exercício do mandato, a declaração causa ainda mais asco, pois revela uma agressão aos valores constitucionais mais basilares, de respeito à dignidade humana e da memória dos mortos, valores estes que o Denunciado deveria, por ofício, ser o primeiro da proteger.

Se não bastasse, o Denunciado, reforçando seu desprezo e falta de empatia pela dor alheia, comentou novamente o assunto, como se algo banal fosse, enquanto cortavam seu cabelo[29]. Veja-se um trecho das declarações:

> "a questão do pai do presidente da OAB, de São Paulo...né, estão me criticando, se eu sei, tenho de falar, o que que eu sei da história, o pai do Santa Cruz, ele integrava a AP, Ação Popular de Recife,

[29]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=80qjTjCem0U> Acesso em: 01.05.2020

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

> era o grupo terrorista mais sanguinário que tinha, e esse pessoal tinha algumas ramificações pelo Brasil. Tinha uma grande no Rio de Janeiro. E o pai dele, bastante jovem ainda...tinha o Santa Cruz que era jovem....veio para o Brasil...veio para o Rio de Janeiro. De onde eu obtive essa informação? Com quem eu conversei na época, oras bolas. Conversava com muita gente, na fronteira, conversava, e o pessoal da AP no Rio de Janeiro ficou...primeiro ficaram estupefatos, né, como é que pode esse cara vir dos Recifes se encontrar conosco aqui, o contato não seria com ele, seria com a cúpula da Ação Popular de Recife e eles resolveram sumir com o pai do Santa Cruz, é essa a informação que eu tive na época, é sobre esse episódio (...)"

Oficialmente, cumpre acrescentar que o Denunciado ainda falta com a verdade, no vídeo subsequente, quando atribui a morte do Sr. Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira ao movimento de esquerda que ele próprio integrava. Isso porque, a Comissão da Verdade reconheceu que a morte do Sr. Santa Cruz foi causada pelo Estado Brasileiro (anexo – doc. 23), com base em documentos históricos da Aeronáutica, que comprovam sua prisão no mesmo dia de seu fatídico desaparecimento (anexo – doc. 24).

Diante do exposto, sem delongas, é evidente que as declarações do Denunciado não condizem, minimamente, com a honra, com a dignidade e com o decoro que deviam ser cultivados pelo Chefe de Estado e de Governo.

Aliás, os ataques pessoais contra pessoas ou grupos que, de alguma maneira, o contrariam, têm sido recorrentes no mandato do Denunciado, sendo que a virulência destas ofensas, seu teor e forma como são proferidas conduzem a inevitável conclusão do cometimento de crime de responsabilidade, a teor do art. 85, V, da CRFB/88, e do art. 9º, 7, da Lei n. 1.079/50, devendo culminar com a declaração do seu impedimento ao exercício do cargo presidencial.

4.5.3 – EPISÓDIO "PATRÍCIA CAMPOS MELLO"

O episódio aqui denominado "Patrícia Campos Mello" ratifica que o mau procedimento do Denunciado em relação ao decoro, também extravasa para condutas conflitantes com a honra e a dignidade do cargo por ele ocupado.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

A jornalista Patrícia Campos Mello, do jornal "Folha de São Paulo", foi a responsável pela reportagem que denunciou, em 2018, o esquema de disparos em massa de mensagens eletrônicas, contra o Partido dos Trabalhadores (PT), por empresas ligadas a apoiadores do Denunciado (anexo – Doc. 25).

Em **11.02.2020**, essa mesma profissional foi insultada por Hans River do Rio Nascimento, em depoimento prestado junto à CPMI das *Fake News*. À época, o depoente afirmou**, sem provas**, que a jornalista se insinuou sexualmente em troca de informações para uma reportagem (anexo – doc. 26). A acusação, desprovida de qualquer prova, gerou uma onda de *fake news* contra a jornalista, além de fortes ataques a sua honra nas redes sociais (anexo – Doc. 27).

Trata-se de algo naturalmente devastador para qualquer ser humano, mas que foi ainda mais intenso no caso da jornalista, alvo de milhares de ataques machistas, sexistas e desrespeitosos a sua honra pessoal e profissional, inclusive com a criação de pelo menos sessenta *hashtags* direcionadas a atacar a Sra. Patrícia nas redes sociais, a grande maioria de cunho impublicável (anexo – doc. 28).

Foi exatamente nesse contexto que o Denunciado detratou a jornalista brasileira, incentivando os ataques por ela sofridos nas redes sociais. Ao comentar o depoimento de Hans River[30], o Sr. Jair Bolsonaro, em **19.02.2020**, afirmou que a Sra. Patrícia Campos Mello "*queria um furo, ela queria dar um furo a qualquer preço contra mim"*. O trocadilho espúrio foi externalizado em meio a risos de seus apoiadores.

Ora, não há como se admitir esse tipo de postura de qualquer mandatário no exercício da Presidência da República. Não se trata de mera brincadeira ou piada que possa ser tolerada. Aqui, o Denunciado corrobora o linchamento virtual de uma cidadã honrada, propaga *fake news* no exercício do mandato e sinaliza um desrespeito generalizado à figura da mulher.

A conduta do Denunciado denota uma variedade de crimes: do crime de responsabilidade por fata de decoro, honra e dignidade, ao crime comum por difamação (art. 139 do Código Penal Brasileiro). E mesmo assim, tem-se a sensação de que o ato em si é ainda mais abominável que o seu respectivo enquadramento legal.

[30]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=znEDvZqXA_U> Acesso em: 30.04.2020.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

A sensação, Nobres Deputados, é a de que o Sr. Presidente considera seu mandato uma verdadeira blindagem jurídica que o imuniza a quaisquer consequências de suas declarações espúrias, seus atos ilegais e sua postura afrontosa à Democracia, o que denota nítido perfil totalitário. Espera-se que esta Casa, Representante Democrática Maior do Povo – verdadeiro e último detentor de todo o Poder no jogo da Democracia (art. 1º, parágrafo único, CRFB/88) – inicie o processo que mostrará ao Exmo. Presidente que ele não está imune perante a Constituição e ao Direito.

Ao fim e ao cabo, este é mais um episódio que demonstra a incapacidade do Denunciado para exercer a função de Presidente da República, devendo ser reconhecido seu ultraje à dignidade, honra e decoro inerentes ao cargo que exerce, o que, à luz do art. 85, V, da CRFB/88, e do art. 9º, 7, da Lei n. 1.079/50, o que caracteriza crime de responsabilidade e deve culminar com a declaração do seu impedimento ao exercício do cargo presidencial.

5 – DA OPORTUNIDADE E CONVENIÊNCIA DA DECRETAÇÃO DE IMPEDIMENTO DO EXCELENTÍSIMO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL NO PRESENTE MOMENTO – DAS SOLUÇÕES LEGAIS NECESSÁRIAS À CONTINUIDADE DA DIREÇÃO PRESIDENCIAL DO PAÍS

É patente que o Brasil ora trava uma batalha contra um inimigo invisível, porém, implacável, impiedoso e fatal. O corona vírus. Assim, o momento não poderia ser pior para que, além da crise sanitária e econômica, o País também precise enfrentar outras crises paralelas no campo da política, da ética e do direito.

Ocorre que os sucessivos crimes de responsabilidade que vêm sendo cometidos pelo Denunciado não deixam outra alternativa senão a de que existe urgência na admissão e processamento desta medida. Com tristeza, se chega a essa conclusão.

Isso porque, superado o pleito eleitoral e iniciado o cumprimento do mandato, deixou o Denunciado de ser o candidato da maioria, para ser o Presidente de todos os brasileiros. Não há sentimento de alegria em solicitar a ruptura de um mandato presidencial. O pedido de impeachment é algo extremo, que deve ser tratado de forma excepcional. Porém, neste caso, algo necessário, imperativo e urgente.

Uma medida que evitará o adoecimento e morte de milhares de pessoas, tendo em vista que o Denunciado ainda faz pouco caso da pandemia, adotando medidas jurídicas contrárias e incitando as pessoas a agirem contra as

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

normas e orientações de isolamento social. São exemplos disso a campanha “o Brasil não pode parar” e a demissão do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, além das manifestações diárias do Denunciado. Induvidoso, portanto, que a conduta presidencial é determinante para a elevação exponencial do número diário de mortes no Brasil (anexo – doc. 29).

A declaração de impedimento também será um meio pelo qual se impedirá o aparelhamento do Estado para o favorecimento pessoal do Denunciado, de seus familiares e apoiadores, inclusive para dificultar operações policiais e judiciárias, algo que já se encontra em pleno curso, tal como demonstra a nomeação frustrada do delegado Alexandre Ramagem para a Direção Gral da Polícia Federal.

O impeachment também se afigura como a única maneira de se restabelecer o Estado Democrático de Direito, mediante o afastamento do Mandatário que tem procedido de forma indecorosa, ímproba e incompatível com a dignidade humana, com os valores constitucionais, e que constrange o Brasil em nível Mundial, de forma recorrente, além de injuriar seus próprios tutelados.

No mais, a conduta do Denunciado tem sido tão desastrosa, que nada há a temer quanto ao período de transição que advirá do seu afastamento. Muito pelo contrário. O verdadeiro temor diz respeito ao cometimento de novos crimes comuns e de responsabilidade, algo que se tornou cotidiano na rotina presidencial.

Ademais, a Constituição Federal vigente trouxe consigo solução expressa relativa ao transcurso do processo de impeachment, que garante ao País direção em todas as fases do processo. Confira-se:

> Art. 79. **Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente**.
> (...)
>
> Art. 80. **Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal**.
> (Destacou-se)

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Considerando todo o exposto, é imperativa, conveniente e oportuna a decretação de impedimento do Excelentíssimo Presidente da República Federativa do Brasil, Sr. Jair Messias Bolsonaro, razão pela qual se reitera pela urgente admissão e acolhimento da presente *notitia crimini,* **pela vida, pela saúde e pelo bem do povo brasileiro!**

6 – INDICAÇÃO DE TESTEMUNHAS

Em cumprimento estrito ao disposto no art. 16 da Lei n. 1.079/50, os Denunciantes indicam as testemunhas que pretendem ouvir ao longo da tramitação do processo de impedimento, quais sejam:

1) **Patrícia Campos Mello**, brasileira, jornalista, a ser notificada no seu endereço profissional junto ao jornal "Folha de São Paulo", sito à Al. Barão de Limeira n. 425, Campos Elíseos, São Paulo-SP, CEP 01202-900;

2) **Felipe Santa Cruz,** brasileiro, advogado, a ser notificado no endereço do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do brasil, sito à SAUS, Quadra 5, Lote 1, Bloco "M", Brasília-DF, CEP 70070-939;

3) **Sérgio Fernando Moro**, brasileiro, professor, ex-Ministro da Justiça, a ser notificado no endereço de correspondência que tenha registrado junto à União;

4) **Luiz Henrique Mandetta,** brasileiro, médico, ex-Ministro da Saúde, a ser notificado no endereço de correspondência que tenha registrado junto à União;

5) **Antônio Drauzio Varella**, brasileiro, médico, a ser notificado no seu endereço profissional junto à Rede Globo de Televisão, sito à Rua Jardim Botânico n. 695, Jardim Botânico, Rio de Janeiro-RJ, CEP 22470-051.

Havendo qualquer inconsistência nos dados, requer-se sejam notificados os Autores a procederem com as eventuais diligências que sejam necessárias.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

7 – PEDIDOS

Requer-se que a Câmara dos Deputados admita a acusação contra o Presidente da República, com a submissão de julgamento perante o Senado Federal, a fim de que seja decretado o impedimento do Sr. Jair Messias Bolsonaro para exercício do cargo presidencial – inclusive com a prévia e necessária suspensão das funções presidenciais pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias – e, ao final, outrossim, com a inabilitação para o exercício de função pública durante o prazo de 8 (oito) anos, conforme os fundamentos e **pela vida, pela saúde e pelo bem do povo brasileiro!**

Requer-se, no mais, sejam produzidas todas as provas necessárias à instrução do feito, em especial as provas documentais e testemunhais já indicadas com esta notícia crime, os links de acesso, sem prejuízo da sua produção posterior, tudo com observância aos ditames constitucionais, legais e regimentais**.**

Requer-se, ainda, se digne Vossa Excelência em determinar que sejam anotados na capa dos autos eletrônicos os dados e o endereço dos Denunciantes, que advogam em causa própria, para que recebam todas as notificações, citações e intimações, sob pena de nulidade**.**

Declara-se, para os devidos fins de direito, que os documentos que acompanham a presente peça são idôneos, na forma da lei.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
Belém, 04 de maio de 2020.

MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA
OAB/PA 12.422

THIAGO MOTTA MATTOS
OAB/PA 22.124

ALEXANDRE PEREIRA BONNA
OAB/PA 18.939

ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO
OAB/PA 11.960

MARCELO SILVA DE FREITAS
OAB/PA 5.077

JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA
OAB/PA 17.869

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE
OAB/PA 15.281-B

JOSE LEITE CAVALCANTE
OAB/PA 7.126

LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES
OAB/PA 7.784

RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES
OAB/PA 10.213

RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA
OAB/PA 12.442-A

MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA
OAB/PA 15.069

KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO
OAB/PA 14.949

CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO
OAB/PA 9.256

LUCIANA PINTO PASSOS
OAB/PA 8.550

EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS
OAB/PA 7.575

FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA
OAB/PA 16.170

LUCIANA FLEXA DA SILVA
OAB/PA 23.662

ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO
OAB/PA 17.742

EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR
OAB/PA 18.608

VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO
OAB/PA 14.397

LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO
OAB/PA 17.426

RICARDO BRANDÃO COELHO
OAB/PA 21.935

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

Este documento foi assinado digitalmente por MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, THIAGO MOTTA MATTOS, KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO, CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO, LUCIANA PINTO PASSOS, EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS, FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA, LUCIANA FLEXA DA SILVA, ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO, EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR, VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO, LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO, RICARDO BRANDÃO COELHO, ALEXANDRE PEREIRA BONNA, ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO, MARCELO SILVA DE FREITAS, JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA, ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE, JOSE LEITE CAVALCANTE, LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES, RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR, RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA e MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F14-1755-2C79-66E5.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4F14-1755-2C79-66E5 ou vá até o site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4F14-1755-2C79-66E5

Hash do Documento

EC900DEE32F06D9EDDD63D0321B63C36AA2DFC899AA2268EB0576AB1C49CEC45

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 05/05/2020 é(são) :

- MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA - [redacted]em 04/05/2020 19:18 UTC-03:00
  Nome no certificado: Marcio Pinto Martins Tuma
  Tipo: Certificado Digital
- THIAGO MOTTA MATTOS - [redacted] em 04/05/2020 19:21 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR - [redacted] em 04/05/2020 19:23 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS - [redacted] em 04/05/2020 19:24 UTC-03:00
  Nome no certificado: Edevaldo Assuncao Caldas
  Tipo: Certificado Digital
- LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES - [redacted]4 em 04/05/2020 19:27 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO - [redacted] em 04/05/2020 19:27 UTC-03:00
  Nome no certificado: Andre Luiz Serrao Pinheiro
  Tipo: Certificado Digital
- RICARDO BRANDÃO COELHO - [redacted] em 04/05/2020 19:29 UTC-03:00

Nome no certificado: Ricardo Brandao Coelho
Tipo: Certificado Digital

- ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO - [redacted] em 04/05/2020 19:33 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA - [redacted] em 04/05/2020 19:34 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- LUCIANA FLEXA DA SILVA - [redacted] em 04/05/2020 19:51 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR - [redacted] em 04/05/2020 19:51 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA - [redacted] em 04/05/2020 19:54 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA - [redacted] em 04/05/2020 19:58 UTC-03:00
  Nome no certificado: Joao Carlos Fonseca Batista
  Tipo: Certificado Digital
- ALEXANDRE PEREIRA BONNA - [redacted] em 04/05/2020 21:02 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE - [redacted] em 04/05/2020 21:11 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO - [redacted] em 04/05/2020 21:51 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- MARCELO SILVA DE FREITAS - [redacted] em 04/05/2020 22:08 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO - [redacted] em 04/05/2020 22:11 UTC-03:00
  Nome no certificado: Laercio Cardoso Sales Neto
  Tipo: Certificado Digital

- FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA - [redacted] em 05/05/2020 01:47 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- LUCIANA PINTO PASSOS - [redacted] em 05/05/2020 08:19 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO - [redacted] em 05/05/2020 11:02 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- JOSE LEITE CAVALCANTE - [redacted] em 05/05/2020 11:39 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO - [redacted] em 05/05/2020 12:28 UTC-03:00
  Nome no certificado: Katia Luiza Silva Furtado
  Tipo: Certificado Digital



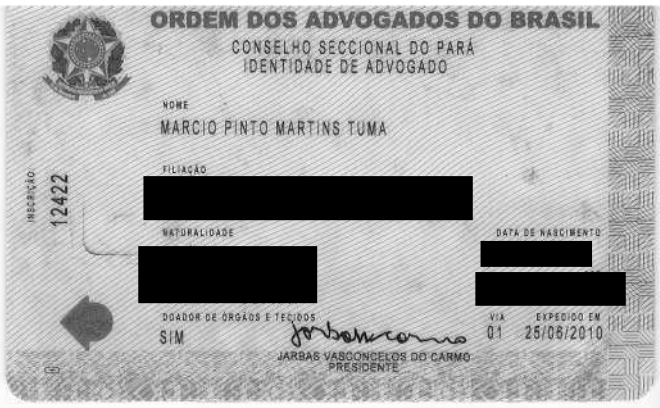
QUALIFICAÇÃO DOS SUBSCRITORES

MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 12.422 e no CPF sob o n. [redacted], com endereço à [redacted], cujo endereço eletrônico para notificações e citações é: [redacted] **THIAGO MOTTA MATTOS**, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 22.124 e no CPF sob o n. [redacted], com endereço à [redacted], cujo endereço eletrônico para notificações e citações é: [redacted] **ALEXANDRE PEREIRA BONNA**, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 18.939 e no CPF sob o n. [redacted], com endereço à [redacted], cujo endereço eletrônico para notificações e citações é: [redacted] **ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO**, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 11.960 e no CPF sob o n. [redacted] com endereço à [redacted] cujo endereço eletrônico para notificações e citações é: [redacted] **MARCELO SILVA DE FREITAS**, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 5.077 e no CPF sob o n. [redacted], com endereço à [redacted] cujo endereço eletrônico para notificações e citações é: [redacted] **JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA**, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 17.869 e no CPF sob o n. [redacted], com endereço à [redacted] cujo endereço eletrônico para notificações e citações é: [redacted] **ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE**, casada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 15.281-B e no CPF sob o n. [redacted], com endereço à [redacted] cujo endereço eletrônico para notificações e citações é: [redacted] **JOSE LEITE CAVALCANTE**, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 7.126 e no CPF sob o n. [redacted] com endereço à [redacted] 66015-000, cujo endereço eletrônico para notificações e citações é: [redacted] **LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES**, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 7.784 e no CPF sob o n. [redacted] com endereço à

[redacted] cujo endereço eletrônico para notificações e citações é: [redacted] **RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR**, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. n. 10.213 e no CPF sob o n. [redacted] com endereço à [redacted] cujo endereço eletrônico para notificações e citações é: [redacted] **RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA**, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 12.442-A e no CPF sob o n. [redacted], com endereço [redacted] cujo endereço eletrônico para notificações e citações é: [redacted] **MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA**, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 15.069 e no CPF sob o n. [redacted], com endereço à [redacted] cujo endereço eletrônico para notificações e citações é: [redacted] **KÁTIA LUIZA SILVA FURTADO**, solteira, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 14.949 e no CPF sob o n. [redacted], com endereço à Rod. [redacted] cujo endereço eletrônico para notificações e citações é: [redacted] **CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO**, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 9.256 e no CPF sob o n. [redacted] com endereço à [redacted], cujo endereço eletrônico para notificações e citações é: [redacted] **LUCIANA PINTO PASSOS**, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 8.550 e no CPF sob o n. [redacted], com endereço à [redacted] cujo endereço eletrônico para notificações e citações é: [redacted]; **EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS**, solteiro, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 7.575 e no CPF sob o n. [redacted] com endereço à [redacted], cujo endereço eletrônico para notificações e citações é: [redacted] **FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA**, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 16.170 e no CPF sob o n. [redacted], com endereço à [redacted] cujo endereço eletrônico é [redacted] **LUCIANA FLEXA DA SILVA,** solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 23.662 e no CPF sob o n. [redacted] com endereço à [redacted] cujo endereço eletrônico para notificações e citações é: [redacted] **ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO,** casada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 17.742 e no CPF sob o n. [redacted] com endereço à [redacted]

[redacted] cujo endereço eletrônico para notificações e citações é: [redacted] **EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR**, casado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 18.608 e no CPF sob o n. [redacted] com endereço à [redacted] cujo endereço eletrônico para notificações e citações é: [redacted] **VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO**, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. n. 14.397 e no CPF sob o n. [redacted] com endereço à [redacted] cujo endereço eletrônico para notificações e citações é: [redacted] **LAÉRCIO CARDOSO SALES NETO**, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 17.426 e no CPF sob o n. [redacted] com endereço à [redacted] cujo endereço eletrônico para notificações e citações é: [redacted] e, **RICARDO BRANDÃO COELHO**, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará (OAB/PA), sob o n. 21.935 e no CPF sob o n. [redacted] com endereço à [redacted] cujo endereço eletrônico para notificações e citações é: [redacted]


TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
05792483
USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)
OAB
ASSINATURA DO PORTADOR
OBSERVAÇÕES



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
MARCIO PINTO MARTINS TUMA

FILIAÇÃO
[redacted]

INSCRIÇÃO
12422

NATURALIDADE
[redacted]

DATA DE NASCIMENTO
[redacted]

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
SIM

VIA
01

EXPEDIDO EM
25/08/2010

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
PRESIDENTE

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **MARCIO PINTO MARTINS TUMA**

Inscrição: **0384 1469 1341** Zona: 0[redacted] Seção: [redacted]

Município: [redacted] UF: [redacted]

Data de nascimento: [redacted] Domicílio desde: 10/03/1999

Filiação: [redacted]

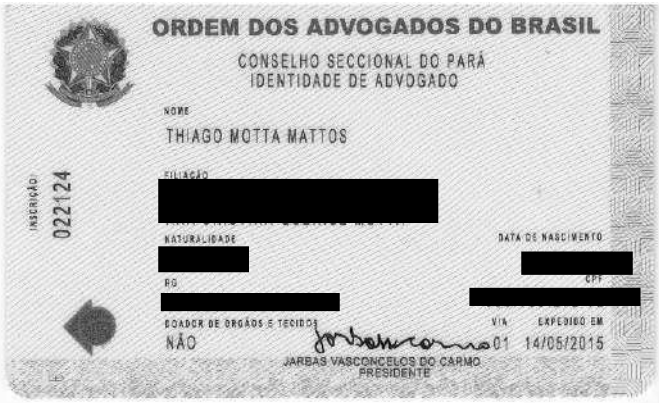
Certidão emitida às 15:32 em 01/05/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

RFQF.LUPA.ANU5.POXC


TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
12597327
USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)
OAB
ASSINATURA DO PORTADOR
OBSERVAÇÕES



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
THIAGO MOTTA MATTOS

INSCRIÇÃO
022124

FILIAÇÃO
[redacted]

NATURALIDADE
[redacted]

DATA DE NASCIMENTO
[redacted]

RG
[redacted]

CPF
[redacted]

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
NÃO

VIA
01

EXPEDIDO EM
14/05/2015

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
PRESIDENTE

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **THIAGO MOTTA MATTOS**

Inscrição: **0575 4076 1341** Zona: [redacted] Seção: [redacted]

Município: [redacted] UF [redacted]

Data de nascimento: [redacted] Domicílio desde: 06/05/2008

Filiação: [redacted]

Certidão emitida às 15:28 em 01/05/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

USN+.2OCA.G/SQ.G7OS

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

09811735



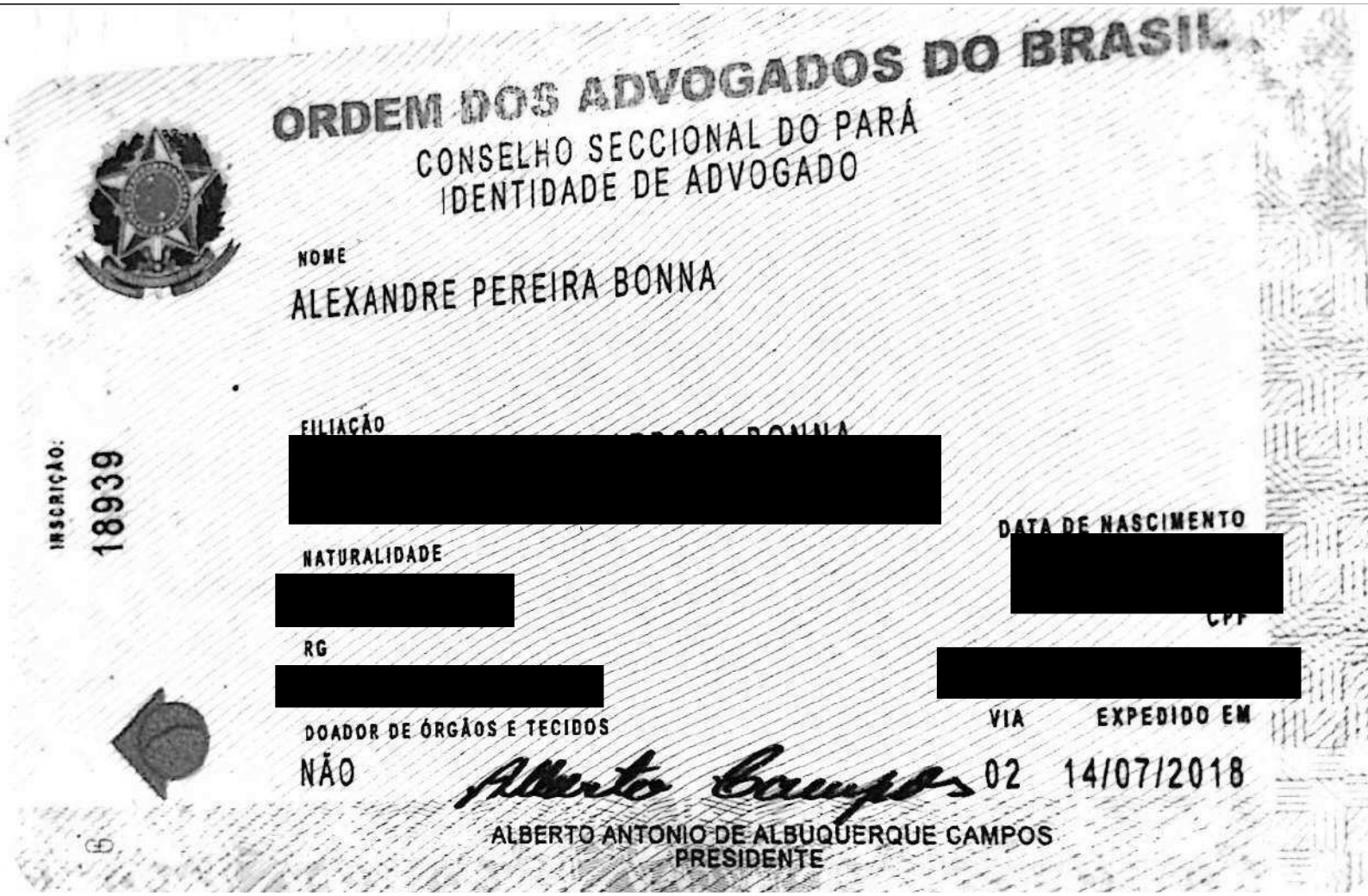
OAB

ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

Digitalizada com CamScanner



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ

IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

ALEXANDRE PEREIRA BONNA

FILIAÇÃO

[redacted]

INSCRIÇÃO: 18939

NATURALIDADE

[redacted]

DATA DE NASCIMENTO

[redacted]

RG

[redacted]

CPF

[redacted]

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

NÃO

VIA 02

EXPEDIDO EM 14/07/2018

ALBERTO ANTONIO DE ALBUQUERQUE CAMPOS

PRESIDENTE

Digitalizada com CamScanner

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **ALEXANDRE PEREIRA BONNA**

Inscrição: **0575 3445 1341** Zona: [redacted] Seção: [redacted]

Município: [redacted] UF [redacted]

Data de nascimento: [redacted] Domicílio desde: 19/02/2008

Filiação: [redacted]

Certidão emitida às 15:26 em 20/03/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

/DAE.M64O.GGSM.XEFE

OSDOBE

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

05316672



OAB

validade: 31/12/2021

ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO
DIRETOR-TESOUREIRO

NOME

ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIRO

INSCRIÇÃO: 11960

FILIAÇÃO

[redacted]

NATURALIDADE

[redacted]

DATA DE NASCIMENTO

[redacted]

RG

[redacted]

CPF

[redacted]

DATA DA POSSE
01/01/2019

VIA 01

EXPEDIDO EM
24/01/2019

ALBERTO ANTONIO DE ALBUQUERQUE CAMPOS
PRESIDENTE

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **ANDRE LUIZ SERRAO PINHEIRO**

Inscrição: **0396 2196 1309** Zona: [redacted] Seção [redacted]

Município: [redacted] UF: [redacted]

Data de nascimento: [redacted] Domicílio desde: 01/05/1998

Filiação: [redacted]

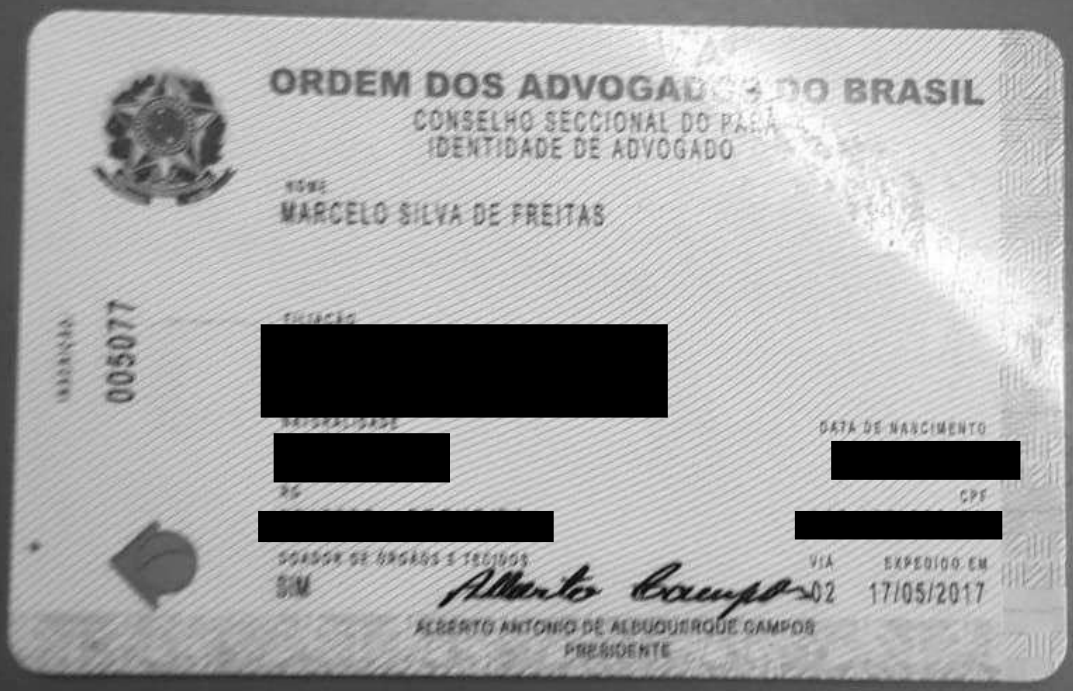
Certidão emitida às 14:36 em 30/04/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

OSCM.F9G/.8QIK.5O6H


TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
4382767
USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
OAB
ASSINATURA DO PORTADOR
OBSERVAÇÕES



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
MARCELO SILVA DE FREITAS

005077

FILIAÇÃO
[redacted]

DATA DE NASCIMENTO
[redacted]

RG
[redacted]

CPF
[redacted]

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
SIM

VIA
02

EXPEDIDO EM
17/05/2017

ALBERTO ANTONIO DE ALBUQUERQUE CAMPOS
PRESIDENTE

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **MARCELO SILVA DE FREITAS**

Inscrição: **0124 5600 1341** Zona: [redacted] Seção: [redacted]

Município: [redacted] UF: [redacted]

Data de nascimento: [redacted] Domicílio desde: 18/09/1986

Filiação: [redacted]

Certidão emitida às 17:37 em 01/05/2020

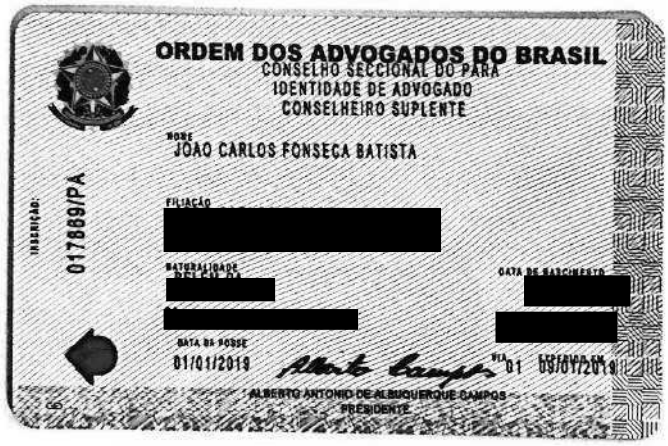
Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

OZA8.BYFZ.YCFN.BOWP



Digitalizada com CamScanner



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO
CONSELHEIRO SUPLENTE

NOME
JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA

FILIAÇÃO
[redacted]

NATURALIDADE
[redacted]

DATA DE NASCIMENTO
[redacted]

DATA DA POSSE
01/01/2019

VIA 01

EXPEDIDA EM
[redacted]

ALBERTO ANTONIO DE ALBUQUERQUE CAMPOS
PRESIDENTE

INSCRIÇÃO: 017869/PA

Digitalizada com CamScanner

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **JOÃO CARLOS FONSECA BATISTA**

Inscrição: **0530 7588 1392** Zona: [redacted] Seção: [redacted]

Município: [redacted] UF: [redacted]

Data de nascimento: [redacted] Domicílio desde: 13/12/2005

Filiação: [redacted]

Certidão emitida às 19:00 em 30/04/2020

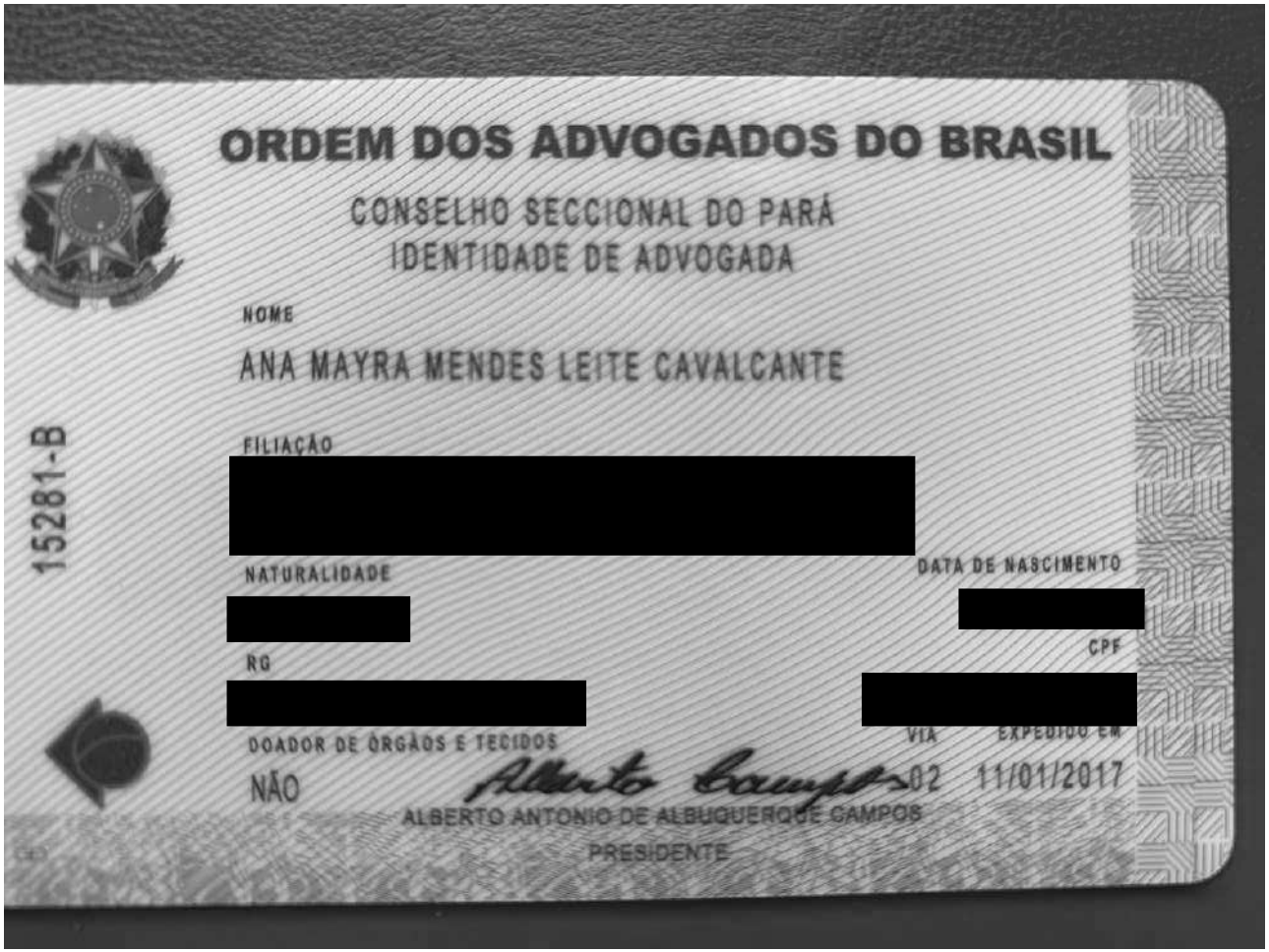
Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

CZ2Y.WKCB.RØB7.XGNE

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).


TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
06502259
USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)
OAB
ASSINATURA DO PORTADOR
OBSERVAÇÕES



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADA

NOME

ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE

15281-B

FILIAÇÃO

[redacted]

NATURALIDADE

[redacted]

DATA DE NASCIMENTO

[redacted]

RG

[redacted]

CPF

[redacted]

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

NÃO

VIA

02

EXPEDIDO EM

11/01/2017

ALBERTO ANTONIO DE ALBUQUERQUE CAMPOS
PRESIDENTE

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **ANA MAYRA MENDES LEITE CAVALCANTE**

Inscrição: **0453 1522 1317** Zona: [redacted] Seção: [redacted]

Município: [redacted] UF: [redacted]

Data de nascimento: [redacted] Domicílio desde: 30/10/2001

Filiação: [redacted]

Certidão emitida às 15:19 em 30/04/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

LIU9.WA5A.GNQD.34DY


TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
03060567
USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)
OAB
ASSINATURA DO PORTADOR
OBSERVAÇÕES
ART. 36, INC. II, L. 8906/94


ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO
NOME
JOSÉ LEITE CAVALCANTE
7126
DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
SIM
VIA
EXPEDIDO EM
01 23/02/2009
ANGELA SERRA SALES
PRESIDENTE

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **JOSE LEITE CAVALCANTE**

Inscrição: **0001 8735 1368** Zona: [redacted] Seção: [redacted]

Município: [redacted] UF: [redacted]

Data de nascimento: [redacted] Domicílio desde: 18/09/1986

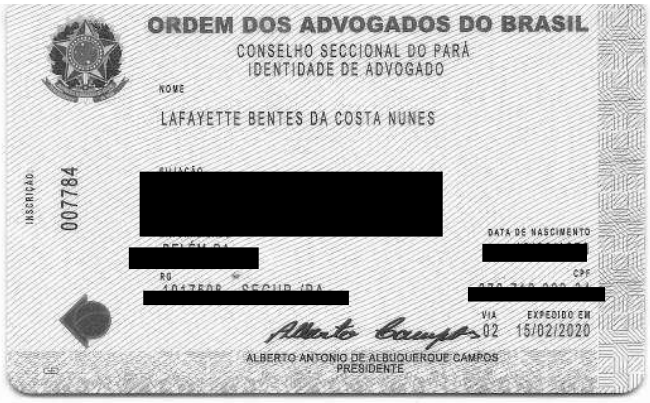
Filiação: [redacted]

Certidão emitida às 15:24 em 30/04/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

4C+N.KIGX.IX/7.EA1R



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES

INSCRIÇÃO
007784

SITUAÇÃO
[redacted]

DATA DE NASCIMENTO
[redacted]

RG
[redacted]

CPF
[redacted]

VIA
02

EXPEDIDO EM
15/02/2020

ALBERTO ANTONIO DE ALBUQUERQUE CAMPOS
PRESIDENTE



TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
01899056

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

OAB

ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES


TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
01899056
USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)
OAB
ASSINATURA DO PORTADOR
OBSERVAÇÕES

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES**

Inscrição: **0211 1776 1341** Zona: [redacted] Seção: [redacted]

Município: [redacted] UF: [redacted]

Data de nascimento: [redacted] Domicílio desde: 10/09/1988

Filiação: [redacted]

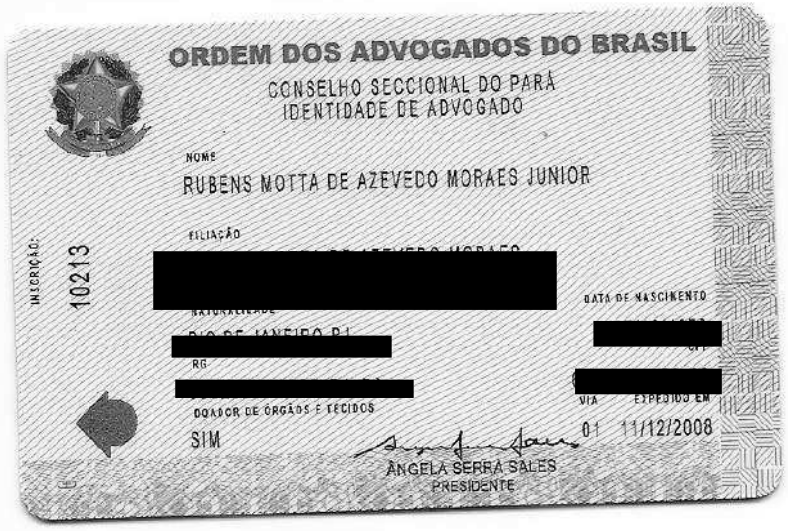
Certidão emitida às 14:51 em 30/04/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

W69D.YZRH.ZXDW.2XXT


TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
04800597
USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)
OAB
ASSINATURA DO PORTADOR
OBSERVAÇÕES


ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO
NOME
RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR
FILIAÇÃO
[redacted]
INSCRIÇÃO:
10213
DATA DE NASCIMENTO
[redacted]
RG
[redacted]
DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
SIM
VIA
01
EXPEDIDO EM
11/12/2008
ANGELA SERRA SALES
PRESIDENTE

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR**

Inscrição: **0353 3498 1333** Zona: [redacted] Seção: [redacted]

Município: [redacted] UF: [redacted]

Data de nascimento: [redacted] Domicílio desde: 30/01/2008

Filiação: [redacted]

Certidão emitida às 14:39 em 30/04/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

LLEM.+OQK.6B6E.1ZJW

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 09026711

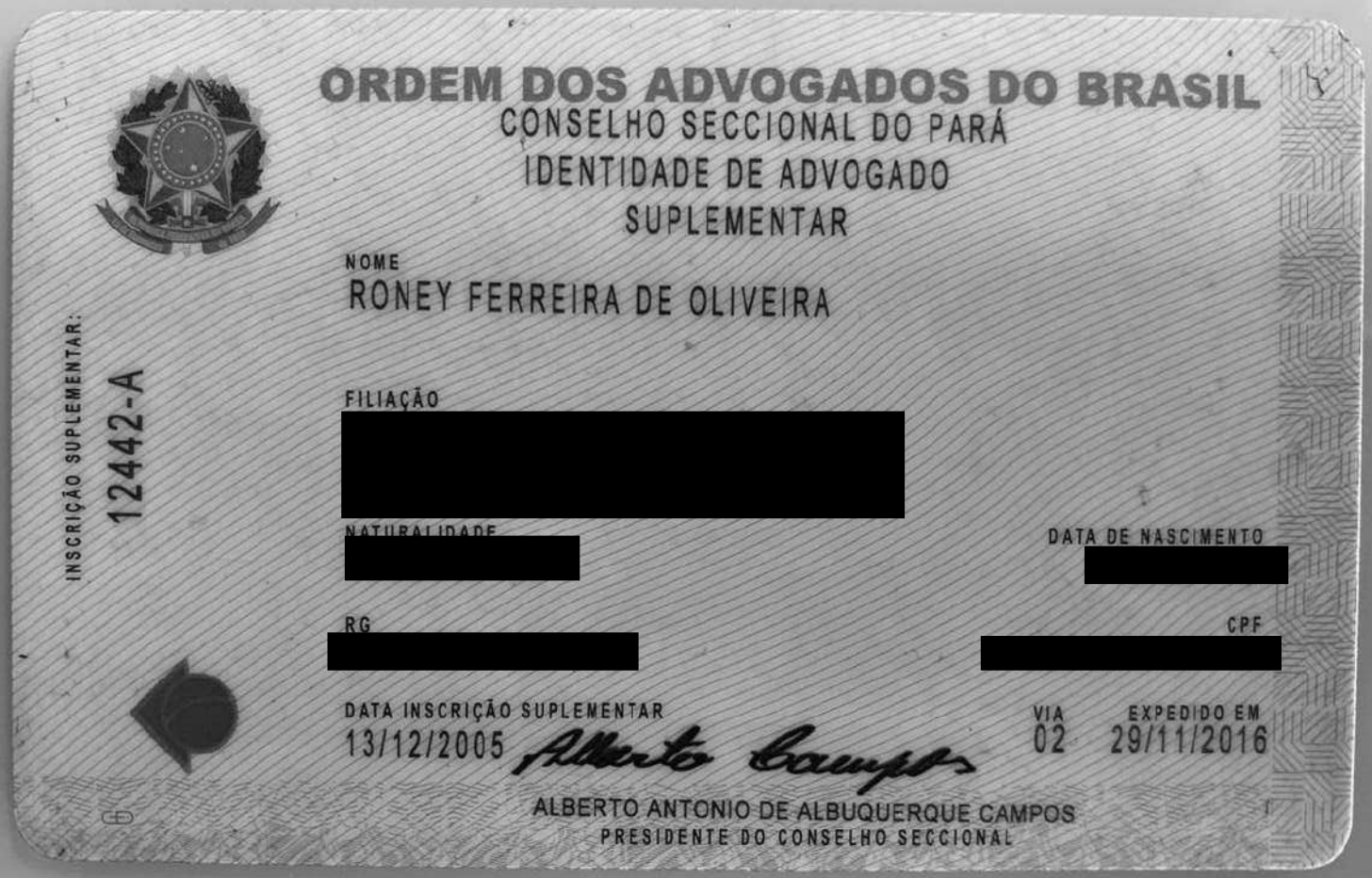
USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)



OAB

ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ

IDENTIDADE DE ADVOGADO SUPLEMENTAR

INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR: 12442-A

NOME
RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO
[redacted]

NATURALIDADE
[redacted]

DATA DE NASCIMENTO
[redacted]

RG
[redacted]

CPF
[redacted]

DATA INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR
13/12/2005

VIA
02

EXPEDIDO EM
29/11/2016

ALBERTO ANTONIO DE ALBUQUERQUE CAMPOS
PRESIDENTE DO CONSELHO SECCIONAL

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA**

Inscrição: **0334 4299 2712** Zona: [redacted] Seção: [redacted]

Município: [redacted] UF: [redacted]

Data de nascimento: [redacted] Domicílio desde: 21/12/2012

Filiação: [redacted]

Certidão emitida às 15:02 em 30/04/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

FK6C.CUNC.BMEH.E6KK

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA

INSCRIÇÃO 15069

FILIAÇÃO
[redacted]

NATURALIDADE
[redacted]

DATA DE NASCIMENTO
[redacted]

RG
[redacted]

CPF
[redacted]

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
S M

VIA 01

EXPEDIDO EM 21/08/2009

ÂNGELA SERRA SALES
PRESIDENTE


TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
08281310
USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)
OAB
ASSINATURA DO PORTADOR

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA**

Inscrição: **0317 6961 1368** Zona: [redacted] Seção: [redacted]

Município: [redacted] UF: [redacted]

Data de nascimento: [redacted] Domicílio desde: 20/05/1994

Filiação: [redacted]

Certidão emitida às 17:57 em 01/05/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

H8G3.KQMN.IVGO.EYWW


TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
08248938
USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)
OAB
ASSINATURA DO PORTADOR
OBSERVAÇÕES
ART.30, INC. I, L 8906/94


ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADA
NOME
KATIA LUIZA SILVA FURTADO
FILIAÇÃO
INSCRIÇÃO
14949
NATURALIDADE
DATA DE NASCIMENTO
CPF
RG
VIA
EXPEDIDO EM
SIM
02 10/01/2019
ALBERTO ANTONIO DE ALBUQUERQUE CAMPOS
PRESIDENTE

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **KATIA LUIZA SILVA FURTADO**

Inscrição: **0116 8812 1325** Zona: [redacted] Seção: [redacted]

Município: [redacted] UF: [redacted]

Data de nascimento: [redacted] Domicílio desde: 24/06/1988

Filiação: [redacted]

Certidão emitida às 16:55 em 01/05/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

9UM9.AUV1.OZBI.DAYI



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADA
CONSELHEIRA SUPLENTE

NOME
CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO

FILIAÇÃO
[redacted]

INSCRIÇÃO
009256/PA

NATURALIDADE
[redacted]

DATA DE NASCIMENTO
[redacted]

RG
[redacted]

CPF
[redacted]

01/01/2019

VIA 01

EXPEDIDA EM
09/01/2019

ALBERTO ANTONIO DE ALBUQUERQUE CAMPOS
PRESIDENTE


USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)
TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
03061303
OAB
Validade: 31/12/2021
ASSINATURA DO PORTADOR
Christiane de Lima Ribeiro
OBSERVAÇÕES

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **CHRISTIANNE DE LIMA RIBEIRO**

Inscrição: **0402 5924 1325** Zona: [redacted] Seção: [redacted]

Município: [redacted] UF [redacted]

Data de nascimento: [redacted] Domicílio desde: 15/01/1999

Filiação: [redacted]

Certidão emitida às 18:39 em 01/05/2020

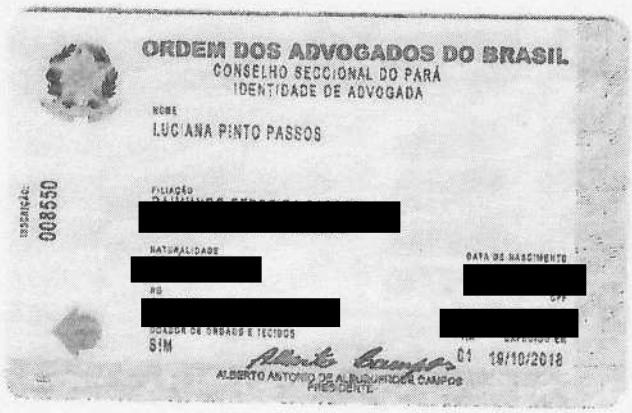
Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

8O34.FPØT.TME5.UNSG

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).


TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
04383201
USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 15 da Lei nº 8.906/94)
OAB
ASSINATURA DO PORTADOR
OBSERVAÇÕES



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADA

NOME
LUCIANA PINTO PASSOS

INSCRIÇÃO: 008550

FILIAÇÃO
[redacted]

NATURALIDADE
[redacted]

DATA DE NASCIMENTO
[redacted]

RG
[redacted]

CPF
[redacted]

DOAÇÃO DE ÓRGÃOS E TECIDOS
SIM

EMISSÃO
01 19/10/2018

ALBERTO ANTONIO DE ALBUQUERQUE CAMPOS
PRESIDENTE

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **LUCIANA PINTO PASSOS**

Inscrição: **0252 6331 1350** Zona: [redacted] Seção: [redacted]

Município: [redacted] UF: [redacted]

Data de nascimento: [redacted] Domicílio desde: 13/03/1992

Filiação: - [redacted]
-

Certidão emitida às 16:59 em 01/05/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

BAQA.8MPI.VQVP.NGHS

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ

IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS

INSCRIÇÃO: 007575

FILIAÇÃO

[redacted]

NATURALIDADE

[redacted]

DATA DE NASCIMENTO

[redacted]

RG

[redacted]

CPF

[redacted]

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

SIM

VIA EXPEDIDA EM

02 05/09/2016

ALBERTO ANTONIO DE ALBUQUERQUE CAMPOS
PRESIDENTE

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS**

Inscrição: **0381 5533 1384** Zona: [redacted] Seção: [redacted]

Município: [redacted] UF: [redacted]

Data de nascimento [redacted] Domicílio desde: 03/12/1997

Filiação: [redacted]

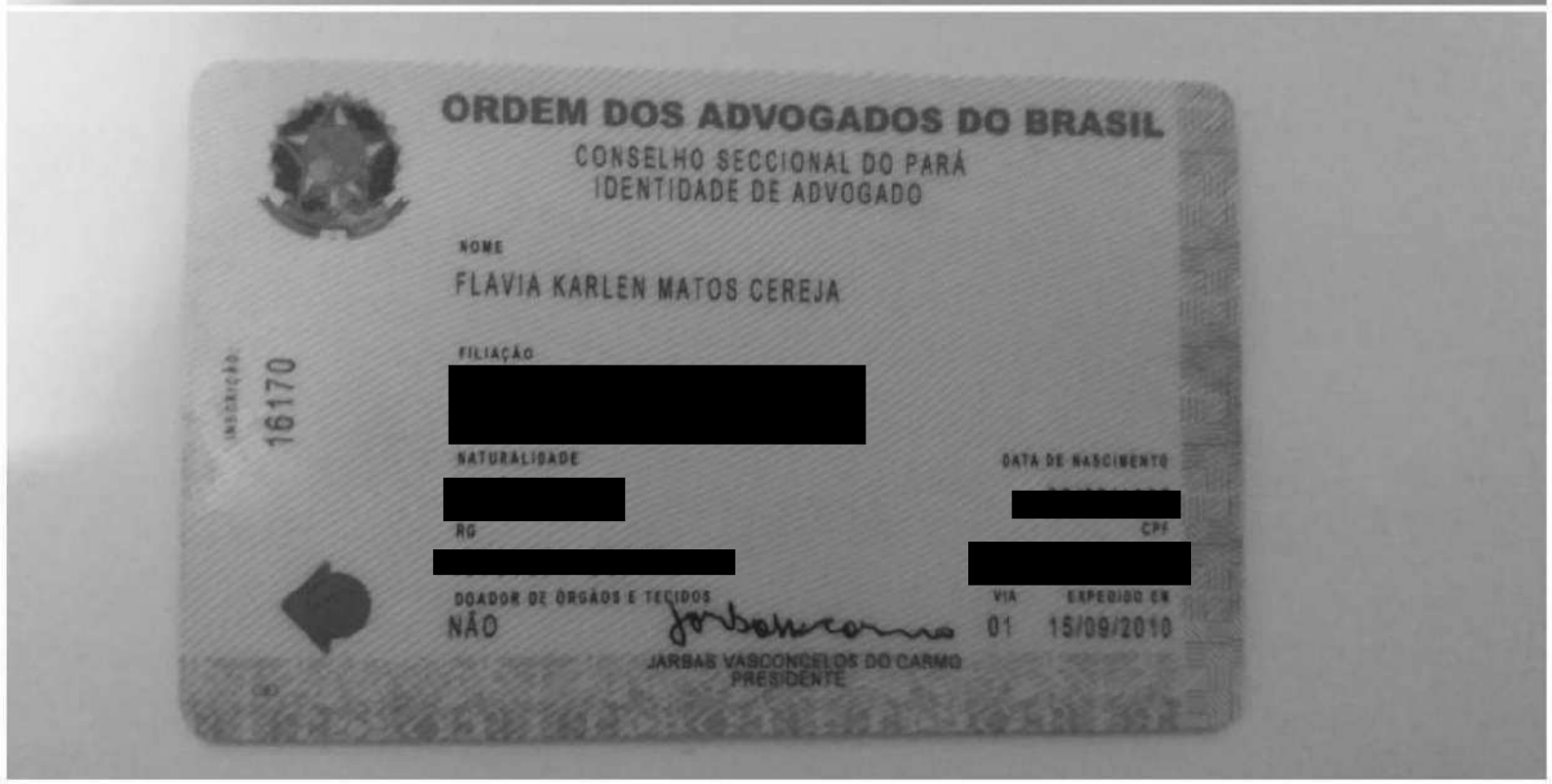
Certidão emitida às 20:49 em 30/04/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

7EFZ./4YR.ONSJ.GWIB


TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
09443961
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
OAB
ASSINATURA DO PORTADOR
OBSERVAÇÕES


ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO
NOME
FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA
FILIAÇÃO
[redacted]
INSCRIÇÃO
16170
NATURALIDADE
[redacted]
DATA DE NASCIMENTO
[redacted]
RG
[redacted]
CPF
[redacted]
DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
NÃO
VIA
01
EXPEDIDO EM
15/09/2010
JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
PRESIDENTE

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **FLAVIA KARLEN MATOS CEREJA**

Inscrição: **0527 2577 1341** Zona: [redacted] Seção: [redacted]

Município: [redacted] UF: [redacted]

Data de nascimento: [redacted] Domicílio desde: 01/12/2004

Filiação: -[redacted]
-

Certidão emitida às 14:30 em 30/04/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

+6/J.VGHK.ISVV.EQHL

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 13222804

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)



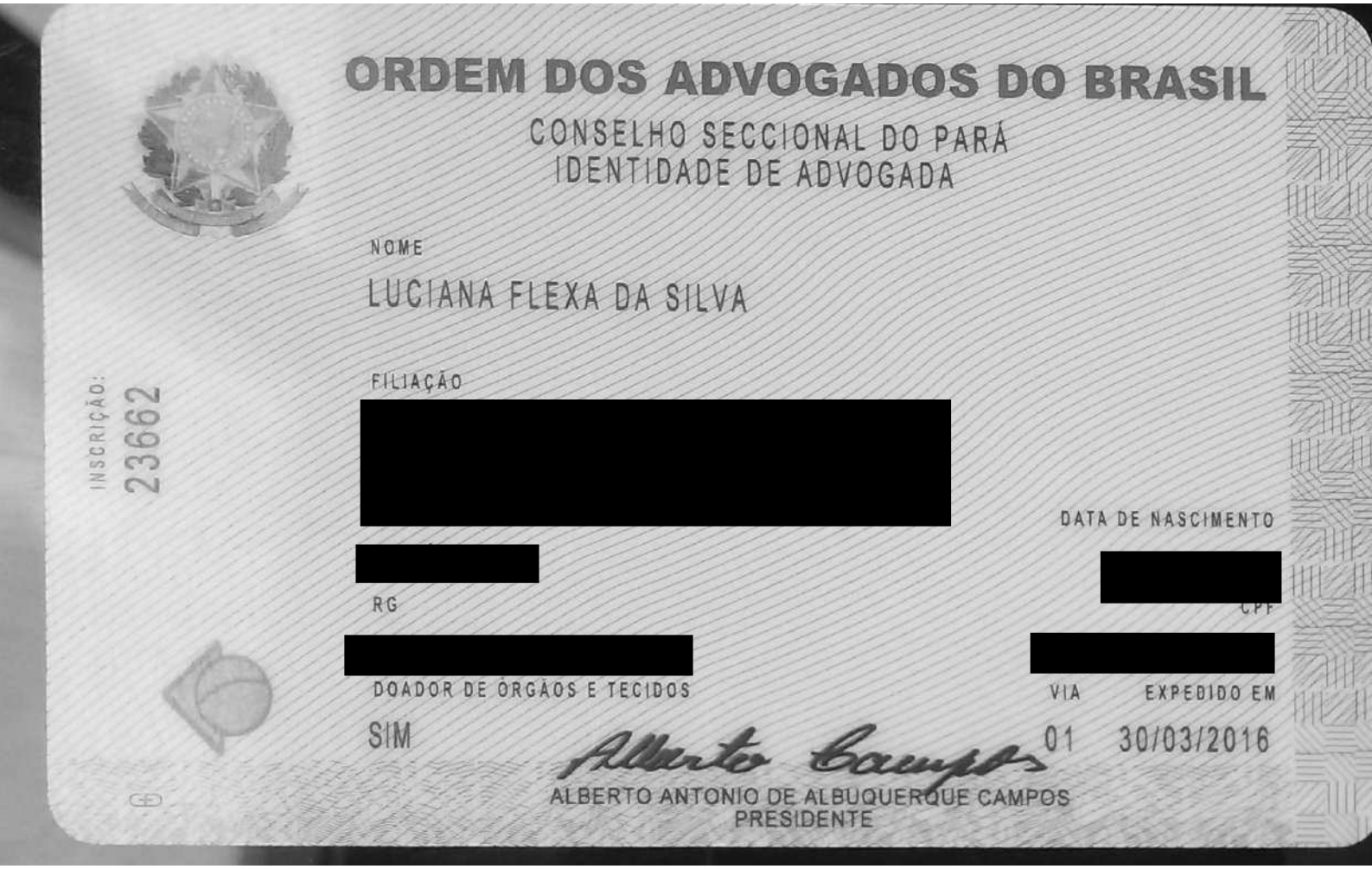
OAB

ASSINATURA DO PORTADOR

Aluciana Ribeiro da Silva

OBSERVAÇÕES

Scanned by TapScanner



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADA

NOME
LUCIANA FLEXA DA SILVA

INSCRIÇÃO:
23662

FILIAÇÃO
[redacted]

DATA DE NASCIMENTO
[redacted]

RG
[redacted]

CPF
[redacted]

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
SIM

VIA
01

EXPEDIDO EM
30/03/2016

ALBERTO ANTONIO DE ALBUQUERQUE CAMPOS
PRESIDENTE

Scanned by TapScanner

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **LUCIANA FLEXA DA SILVA**

Inscrição: **0497 8454 1341** Zona: [redacted] Seção: [redacted]

Município: [redacted] UF: [redacted]

Data de nascimento: [redacted] Domicílio desde: 02/12/2002

Filiação: [redacted]

Certidão emitida às 20:38 em 30/04/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

WYAD.WEQW.FUF7.GXMZ

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 10266370



OAB

ASSINATURA DO PORTADOR

Alessandra do Socorro Cardoso Correia

OBSERVAÇÕES

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO: 17742

NOME
ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO

FILIAÇÃO
[redacted]

NATURALIDADE
[redacted]

DATA DE NASCIMENTO
[redacted]

RG
[redacted]

CPF
[redacted]

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
SIM

VIA 01

EXPEDIDO EM 05/03/2012

ROBERTO ANTONIO BUSATO
PRESIDENTE

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO**

Inscrição: **0512 2912 1392** Zona: [redacted] Seção: [redacted]

Município: [redacted] UF: [redacted]

Data de nascimento: [redacted] Domicílio desde: 27/11/2003

Filiação: -
[redacted]
-

Certidão emitida às 22:08 em 30/04/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

K4D8.JHAI.YNIB.TBMX

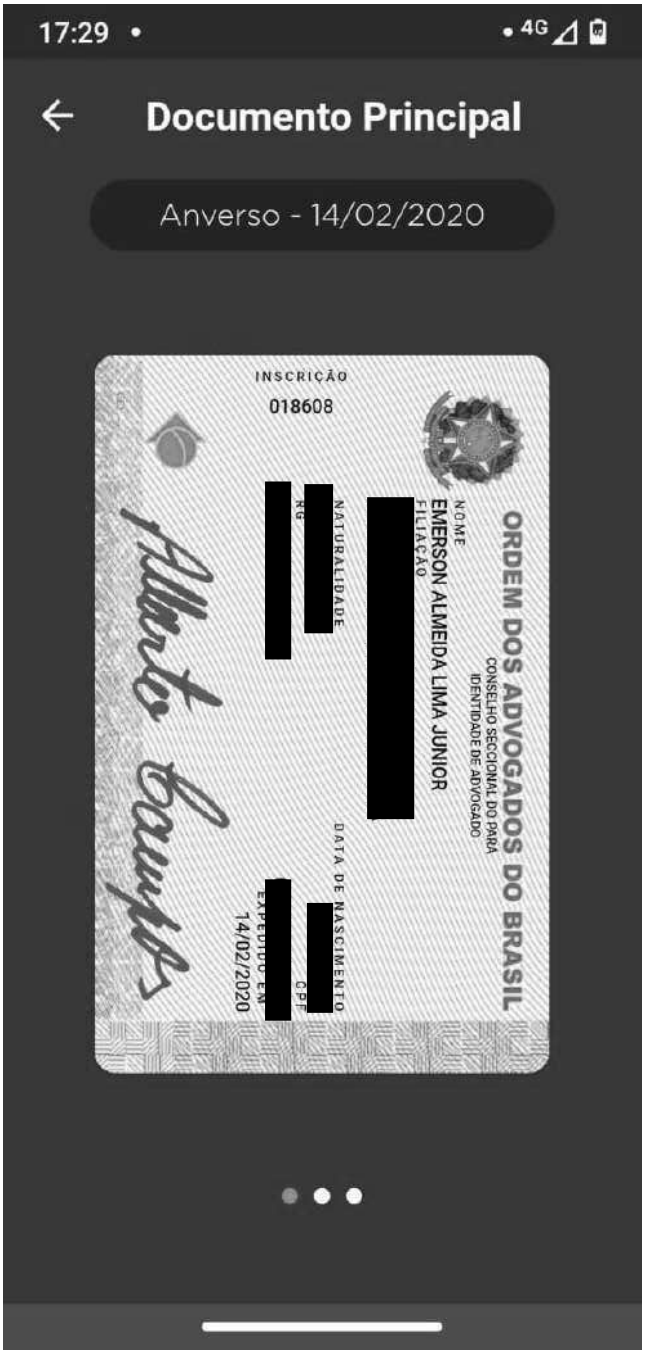
17:29 •

• 4G

Documento Principal

Verso - 14/02/2020




17:29
4G
Documento Principal
Anverso - 14/02/2020
INSCRIÇÃO
018608
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO
NOME
EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR
FILIAÇÃO
NATURALIDADE
RG
DATA DE NASCIMENTO
CPF
EXPEDIDO EM
14/02/2020

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **EMERSON ALMEIDA LIMA JÚNIOR**

Inscrição: **0560 9839 1317** Zona: [redacted] Seção: [redacted]

Município: 4[redacted] UF: [redacted]

Data de nascimento: [redacted] Domicílio desde: 26/04/2006

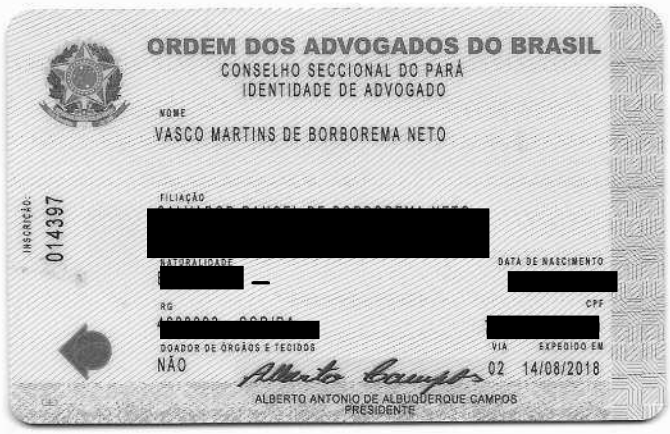
Filiação: [redacted]

Certidão emitida às 17:31 em 01/05/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

TJYX.BIBN.M1AR.WPNJ



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO

INSCRIÇÃO: 014397

FILIAÇÃO
[redacted]

NACIONALIDADE
[redacted]

DATA DE NASCIMENTO
[redacted]

RG
[redacted]

CPF
[redacted]

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
NÃO

VIA 02

EXPEDIDO EM
14/08/2018

ALBERTO ANTONIO DE ALBUQUERQUE CAMPOS
PRESIDENTE


TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
07629433
USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)
OAB
ASSINATURA DO PORTADOR
OBSERVAÇÕES

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **VASCO MARTINS DE BORBOREMA NETO**

Inscrição: **0544 5988 1350** Zona: [redacted] Seção: [redacted]

Município: [redacted] UF: [redacted]

Data de nascimento: [redacted] Domicílio desde: 04/05/2004

Filiação: [redacted]

Certidão emitida às 14:57 em 02/05/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

S9JW.PPYO.DUXE.MTRV

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL ORDEM DOS ADVOGADOS DO BR

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

OSDOBR

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

095776 13

Scanned with CamScanner

INSCRIÇÃO:

17426

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ

IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

LAERCIO CARDOSO SALES NETO

FILIAÇÃO [redacted]

NATURALIDADE [redacted]

DATA DE NASCIMENTO [redacted]

RG [redacted]

CPF [redacted]

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

NÃO

VIA 02

EXPEDIDO EM 22/11/2013

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

PRESIDENTE

Scanned with CamScanner

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **LAERCIO CARDOSO SALES NETO**

Inscrição: **0575 3910 1333** Zona: [redacted] Seção: [redacted]

Município: [redacted] UF: [redacted]

Data de nascimento: [redacted] Domicílio desde: 02/05/2008

Filiação: [redacted]

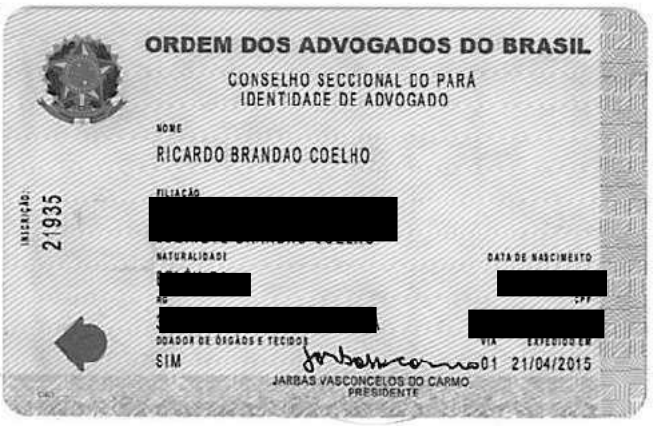
Certidão emitida às 14:47 em 02/05/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

KLNU.TK3/.VM99.FN9A


TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
10380249
OAB
USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)
ASSINATURA DO PORTADOR
OBSERVAÇÕES



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
RICARDO BRANDAO COELHO

FILIAÇÃO
[redacted]

INSCRIÇÃO: 21935

NATURALIDADE
[redacted]

DATA DE NASCIMENTO
[redacted]

RG
[redacted]

CPF
[redacted]

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
SIM

VIA 01 EXPEDIDO EM 21/04/2015

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
PRESIDENTE

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **RICARDO BRANDAO COELHO**

Inscrição: **0527 1946 1341** Zona: [redacted] Seção: [redacted]

Município: [redacted] UF: [redacted]

Data de nascimento: [redacted] Domicílio desde: 02/04/2004

Filiação: [redacted]

Certidão emitida às 15:54 em 02/05/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

7AGZ.XO4Y.LNTF.4B5Q

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 059.4.53.O Hora: 10h10 Fase: BC
Data: 31/03/2010

Sumário

Transcurso de aniversário da Revolução de 1964 - 31 de março. Trecho do artigo Julgamento da Revolução, de Roberto Marinho, publicado pelo jornal O Globo em 7 de outubro de 1984. Realizações dos Governos militares.

O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, saúdo os militares e civis que, em 1964, tiveram a coragem de assumir o comando do País, e o faço em nome do falecido jornalista Roberto Marinho, que, em editorial do jornal *O Globo*, de 7 de outubro de 1984, intitulado *Julgamento da Revolução*, disse o seguinte no primeiro parágrafo: *"Participamos da Revolução* - democrática - *de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçados pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada".*

Há alguma diferença hoje? Não.

Os militares assumiram o poder, então, com apoio de toda a imprensa, que exigia que os militares assumissem o poder em 1964; com apoio da classe empresarial, que não admitia a estatização; e, repito, com apoio da Igreja Católica, que, nas missas, impulsionava os militares a terem coragem de assumir o poder juntamente com os civis sérios - o ateísmo era a religião dos comunistas; que impulsionava os produtores rurais, que não queriam ver suas fazendas tomadas pelas ligas camponesas; que impulsionava as mulheres, nas ruas, em quase todas as capitais do Brasil, não apenas no Rio de Janeiro, como há pouco disse o Deputado Ibsen Pinheiro justificando sua emenda.

Assim o Brasil deu início a 20 anos de glória, período em que o povo gozou de plena liberdade e de direitos humanos. Naquela época, o marginal era tratado como marginal. Hoje, ele tem direitos humanos, tem auxílio-reclusão e vota. É o absurdo dos absurdos!

Dirijo-me agora aos jovens que estão me ouvindo, dada a impregnação da mídia, para que tenham realmente noção do que foi o regime militar. Procurem os mais velhos, perguntem ao primeiro que estiver passando na frente de sua casa que tiver acima de 60 anos como foi o regime militar e se ele não tem saudades daquela época, época em que todos eram respeitados, até mesmo este Parlamento, que hoje não o é mais.

Muito importante também, Sr. Presidente, foram as realizações dos militares em 20 anos de liberdade. Lançamos o lema *Brasil: ame-o ou deixe-o*. Todos tinham liberdade para sair do País, para ir e vir. O criminoso, repito, era tratado como criminoso. Nenhum Presidente militar enriqueceu-se ao longo de 20 anos de regime.

Construímos a Hidrelétrica de Itaipu, a Ponte Rio-Niterói, fizemos a duplicação da Dutra, portos, aeroportos, telecomunicações. Não há, hoje, um só militar que tenha enriquecido nessa época. O Brasil passou da 49ª para a 8ª economia do mundo exatamente por causa disso, porque a roubalheira praticamente não existia. E, quando aparecia, a autoridade era cassada pelo saudoso AI-5, que veio para evitar que o terrorismo se expandisse mais em nosso País.

O povo, iludido, lamentavelmente trocou tudo isso por voto. O voto é muito importante, mas quando se tem responsabilidade. Quando não se tem, como acontece hoje em dia, a troca do voto por bolsa família e por projetos assistencialistas. Há uma candidata do Governo com grande chance de chegar à Presidência. Agora, ninguém questiona o passado de Dilma Rousseff, o passado de terrorista, de assaltante, de integrante de movimentos como o VAR-Palmares, responsável pela execução de tantas pessoas inocentes em nosso País, inclusive usando carros-bombas e sequestrando dezenas de autoridades.

Sr. Presidente, pelo que os militares fizeram em 1964, minha saudação a eles e aos civis de bem que assumiram o timão do Brasil à época.

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS

O CAMINHO DA PROSPERIDADE

Proposta de Plano de Governo

- CONSTITUCIONAL
- EFICIENTE
- FRATERNO

E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará.

JOÃO 8: 32

BOLSONARO2018

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS

O BRASIL LIVRE

Propomos um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. Um governo sem toma lá-dá-cá, sem acordos espúrios. Um governo formado por pessoas que tenham compromisso com o Brasil e com os brasileiros. Que atenda aos anseios dos cidadãos e trabalhe pelo que realmente faz a diferença na vida de todos.

Um governo que defenda e resgate o bem mais precioso de qualquer cidadão: a Liberdade. Um governo que devolva o país aos seus verdadeiros donos: os brasileiros.

BOLSONARO2018

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS



VALORES E COMPROMISSOS



BOLSONARO2018

O FRUTO DA VIDA É SAGRADO!

- Este é um país de todos nós, brasileiros natos ou de coração. Um Brasil de diversas opiniões, cores e orientações.
- As pessoas devem ter liberdade de fazer suas escolhas e viver com os frutos dessas escolhas, desde que não interfiram em aspectos essenciais da vida do próximo.
- Os frutos materiais dessas escolhas, quando gerados de forma honesta em uma economia de livre iniciativa, têm nome: PROPRIEDADE PRIVADA! Seu celular, seu relógio, sua poupança, sua casa, sua moto, seu carro, sua terra são os frutos de seu trabalho e de suas escolhas! São sagrados e não podem ser roubados, invadidos ou expropriados!
- Os frutos de nossas escolhas afetivas têm nome: FAMÍLIA! Seja ela como for, é sagrada e o Estado não deve interferir em nossas vidas.

LIBERDADE E FRATERNIDADE!

- Quebrado o atual ciclo, com o Brasil livre do crime, da corrupção e de ideologias perversas, haverá estabilidade, riqueza e oportunidades para todos tentarem buscar a felicidade da forma que acharem melhor.
- Liberdade para as pessoas, individualmente, poderem fazer suas escolhas afetivas, políticas, econômicas ou espirituais.
- Devemos ser fraternos! Ter compaixão com o próximo. Precisamos construir uma sociedade que estenda a mão aos que caírem. Escolhas erradas ou tropeços fazem parte da vida. Ajudar o próximo a se levantar nos diferencia como humanos.
- Mais importante: uma Nação fraterna e humana, com menos excluídos, é mais forte. Há menos espaço para populistas e suas mentiras. O Brasil precisa se libertar dos corruptos. O povo brasileiro precisa ser livre de VERDADE!

DIREITOS E DEVERES

- A forma de mudarmos o Brasil será através da defesa das leis e da obediência à Constituição, Assim, NOVAMENTE, ressaltamos que faremos tudo na forma da Lei!
- Qualquer forma de diferenciação entre os brasileiros não será admitida.
- Todo cidadão terá seus direitos preservados.
- Todo cidadão, para gozar de seus plenos direitos, deve obedecer às leis e cumprir com seus deveres (não matar, não roubar, não participar de falso testemunho, não sonegar impostos, etc.).
- Qualquer pessoa no território nacional, mesmo não sendo cidadã brasileira , tem direitos inalienáveis como ser humano, assim como tem o dever de obedecer as leis do Brasil.

IMPRENSA LIVRE E INDEPENDENTE

- Somos defensores da Liberdade de opinião, informação, imprensa, internet, política e religiosa!
- Liberdade das pessoas e de suas famílias em poder escolher os rumos da vida na contínua busca da felicidade!
- Somos contra qualquer regulação ou controle social da mídia.
- A Liberdade é o caminho da prosperidade. Não permitiremos que o Brasil prossiga no caminho da servidão.
- Nosso povo deve ser livre para pensar, se informar, opinar, escrever e escolher seu futuro.

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS

A NOSSA BANDEIRA É VERDE-AMARELA

- Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira.
- Queremos um Brasil com todas as cores: verde, amarelo, azul e branco.

PRECISAMOS NOS LIBERTAR!

VAMOS NOS LIBERTAR!

BOLSONARO2018

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS



A NOVA FORMA DE GOVERNAR!

MAIS BRASIL, MENOS BRASÍLIA



BOLSONARO2018

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS

2019 SERÁ O ANO DA MUDANÇA

NOSSA VITÓRIA SERÁ CONTRA A SERVIDÃO!

Faremos os ajustes necessários para garantir crescimento com inflação baixa e geração de empregos.

Enfrentaremos os grupos de interesses escusos que quase destruíram o país.

Após 30 anos em que a esquerda corrompeu a democracia e estagnou a economia, faremos uma aliança da ordem com o progresso: um governo Liberal Democrata.

Segurança, Saúde e Educação são nossas prioridades. Tolerância ZERO com o crime, com a corrupção e com os privilégios.

BOLSONARO2018

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS

TUDO SERÁ FEITO DENTRO DA LEI

NOSSA CONSTITUIÇÃO PRECISA SER RESPEITADA!

Mesmo imperfeita, Nossa Constituição foi feita por representantes eleitos pelo povo. Ela é a LEI MÁXIMA E SOBERANA DA NAÇÃO BRASILEIRA.

Lamentavelmente, Nossa Constituição foi rasgada nos últimos anos, inclusive por muitos que deveriam defendê-la.

Nosso conjunto de Leis será o mapa e a BÚSSOLA serão os princípios liberais democratas para navegarmos no caminho da prosperidade. Enfrentaremos o viés totalitário do Foro de São Paulo, que desde 1990 tem enfraquecido nossas instituições democráticas.

BOLSONARO2018

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS

DESAFIOS URGENTES

CONTRA a criminalidade, corrupção e aparelhamento do Estado para estancar os estragos e iniciar o processo de recuperação do país, da economia e da Democracia.

- Mais de 62 mil homicídios por ano.
- Mais de UM MILHÃO de brasileiros foram assassinados desde a 1ª reunião do Foro de São Paulo.
- Epidemia de crack, introduzido no Brasil pelas filiais das FARC.
- Corrupção generalizada e ameaças às instituições que a estão combatendo.

- Infraestrutura insuficiente e deteriorada.
- Educação e saúde à beira do colapso.
- 13 milhões de desempregados, oficialmente.
- Desrespeito às leis, à vida, à propriedade privada e à Constituição Brasileira!

UM BRASIL EM ROTA FISCAL EXPLOSIVA!

BOLSONARO2018

LIBERALISMO ECONÔMICO

As economias de mercado são historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão social. Graças ao Liberalismo, bilhões de pessoas estão sendo salvas da miséria em todo o mundo.

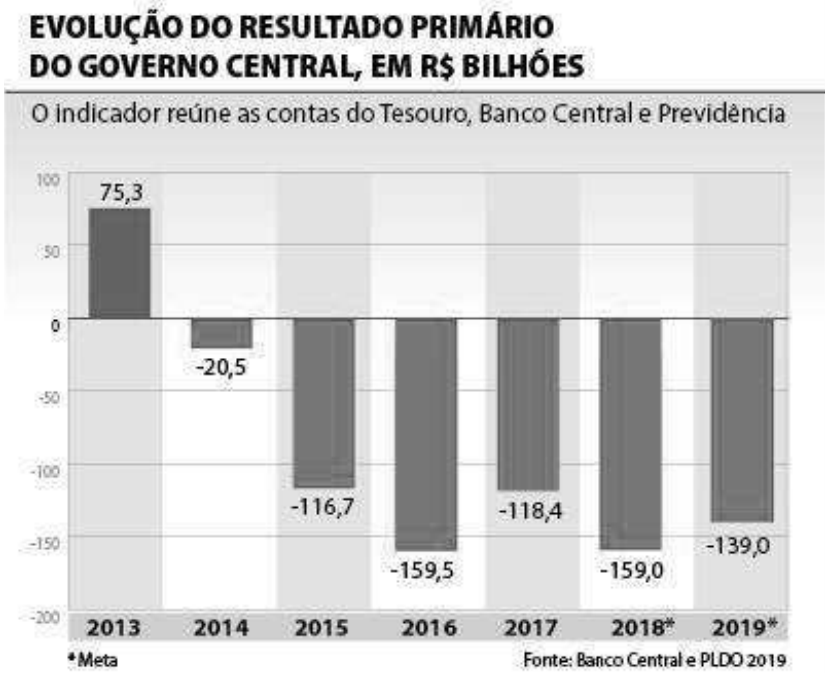
Mesmo assim, o Brasil NUNCA adotou em sua História Republicana os princípios liberais. Ideias obscuras, como o dirigismo, resultaram em inflação, recessão, desemprego e corrupção.

O Liberalismo reduz a inflação, baixa os juros, eleva a confiança e os investimentos, gera crescimento, emprego e oportunidades.

Corruptos e populistas nos legaram um déficit primário elevado, uma situação fiscal explosiva, com baixo crescimento e elevado desemprego. Precisamos atingir um superávit primário já em 2020.

Nossa estratégia será adotar as mesmas ações que funcionam nos países com crescimento, emprego, baixa inflação, renda para os trabalhadores e oportunidades para todos.

O PROBLEMA É O LEGADO DO PT DE INEFICIÊNCIA E CORRUPÇÃO



Está previsto pelo atual governo que para 2019 o Brasil terá déficit primário de R$ 139 bilhões, que tentaremos reduzir rapidamente. Temos o objetivo de equilibrar as contas públicas no menor prazo possível, buscando um superávit primário que estabilize a relação dívida / PIB. O desafio inicial também será organizar e desaparelhar as estruturas federais,

O déficit nominal de 2019, que inclui os juros da dívida, é previsto em R$ 489,3 bilhões (6,5% do PIB). O valor das renúncias tributárias é de R$ 303,5 bilhões (19% da arrecadação). O déficit dos regimes de Previdência Social está previsto em R$ 288,3 bilhões.

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS

O BRASIL É MAIOR
QUE NOSSOS PROBLEMAS

Apesar do momento difícil, é importante não esquecer que

SOMOS MUITO MAIS FORTES que todos esses problemas.

O Brasil passará por uma rápida transformação cultural, onde a impunidade, a corrupção, o crime, a "vantagem", a esperteza, deixarão de ser aceitos como parte de nossa identidade nacional, POIS NÃO MAIS ENCONTRARÃO GUARIDA NO GOVERNO.

Importante mencionar novamente: As leis e, em destaque, Nossa Constituição serão nossos instrumentos! Ninguém será perseguido, todos terão seus direitos respeitados. Todavia, investigações não serão mais atrapalhadas ou barradas.

A Justiça poderá seguir seu rumo sem interferências políticas e isso deverá acelerar as punições aos culpados.

BOLSONARO2018

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS

A NOVA FORMA DE GOVERNAR!

Estrutura e Gestão

BOLSONARO2018

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS

REDUÇÃO DE MINISTÉRIOS

ATUALMENTE TEMOS 29

ESTRUTURAS MINISTERIAIS

23 Ministérios;

2 Secretarias com status de Ministério;

4 Órgãos com status de Ministério;

Fonte:www2.planalto.gov.br/presidencia/ministros

Um número elevado de ministérios é ineficiente, não atendendo os legítimos interesses da Nação. O quadro atual deve ser visto como o resultado da forma perniciosa e corrupta de se fazer política nas últimas décadas, caracterizada pelo loteamento do Estado, o popular "toma lá-dá-cá".

O **PAÍS** FUNCIONARÁ **MELHOR** COM MENOS MINISTÉRIOS

BOLSONARO2018

ORÇAMENTO BASE ZERO

Com o fim do aparelhamento dos ministérios, inverteremos a lógica tradicional do processo de gastos públicos. Cada gestor, diante de suas metas, terá que justificar suas demandas por recursos públicos.

Os recursos financeiros, materiais e de pessoal, serão disponibilizados e haverá o acompanhamento do desempenho de sua gestão.

O montante gasto no passado não justificará os recursos demandados no presente ou no futuro. Não haverá mais dinheiro carimbado para pessoa, grupo político ou entidade com interesses especiais.

Prioridades e metas passam a ser a base do Orçamento Geral da União, para gastar o dinheiro do POVO obtido pelos impostos.

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS

MAIS BRASIL, MENOS BRASÍLIA

Brasília não pode ser o objetivo final de um governo. Quase 99% da população vive nos outros 5.570 municípios do Brasil.

Os ministros passam a ser executivos em suas respectivas áreas, com a missão de coordenar esforços de governadores, prefeitos e seus secretários para o atingimento de metas claras.

Nas últimas décadas, o Governo Federal concentrou a arrecadação de tributos, criando burocracia e ineficiência para controlar os entes federados. Queremos uma Federação de verdade. Os recursos devem estar próximos das pessoas: serão liberados automaticamente e sem intermediários para os prefeitos e governadores. As obras e serviços públicos serão mais baratos e com maior controle social.

BOLSONARO2018

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS

UM GOVERNO QUE CONFIA NOS BRASILEIROS!

Chega de carimbos, autorizações e burocracias. A complexidade burocrática alimenta a corrupção. Faremos um Governo que confiará no cidadão, simplificando e quebrando a lógica que a esquerda nos impôs de desconfiar das pessoas corretas e trabalhadoras. Não continuaremos a tratar a exceção como regra, o que prejudica a maioria dos seguidores da lei.

O GOVERNO VAI CONFIAR NOS INDIVIDUOS!

O GOVERNO RECUARÁ, PARA QUE **OS CIDADÃOS POSSAM AVANÇAR!**

BOLSONARO2018

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS



MAIS BRASIL E MENOS BRASÍLIA

LINHAS DE AÇÃO



BOLSONARO2018

LINHAS DE AÇÃO

SEGURANÇA E COMBATE À CORRUPÇÃO : enfrentar o crime e cortar a corrupção.

SAÚDE E EDUCAÇÃO: eficiência, gestão e respeito com a vida das pessoas. Melhorar a saúde e dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar.

ECONOMIA: Emprego, Renda e Equilíbrio Fiscal. oportunidades e trabalho para todos, sem inflação.

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS



SEGURANÇA E COMBATE À CORRUPÇÃO



BOLSONARO2018

SEGURANÇA E COMBATE À CORRUPÇÃO

A Globo, em seu documentário **A Guerra do Brasil** (dezembro de 2017), chama atenção para alguns números:

- 60 mil homicídios por ano, mais que 92 países juntos. Muito acima dos 14 mil homicídios dos EUA, que têm uma população 50% maior que a nossa.
- No Brasil, 786 mil pessoas foram assassinadas entre 2001 e 2015.
- Na Guerra do Iraque, entre 2003 e 2017, foram mortas 268 mil pessoas; Na Síria, de 2011 a 2017: 330 mil.
- Segundo o documentário, os culpados são: as armas de fogo, que causam 7 em cada 10 mortes.
- O documentário indica os 5 primeiros colocados no ranking de piora: Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Bahia e Ceará, porém, deixa no ar a razão da piora.
- Menciona a melhora substancial que a Colômbia teve, pois reduziu em 70% os homicídios, porém, não diz as causas disso.

CONTRA A ESQUERDA: NÚMEROS E LÓGICA

- As armas são instrumentos, objetos inertes, que podem ser utilizadas para matar ou para salvar vidas. Isso depende de quem as está segurando: pessoas boas ou más. Um martelo não prega e uma faca não corta sem uma pessoa...
- EUA, Áustria, Alemanha, Suécia, Noruega, Finlândia, Israel, Suíça, Canadá, etc, são países onde existe uma arma de fogo na maioria dos lares. Coincidentemente, o índice de homicídios por armas de fogo é muito menor que no Brasil. No Canadá, são 600 homicídios por ano! Em Israel 110 e Suíça 40!
- Peguemos o exemplo de nossos vizinhos: Chile, Uruguai, Argentina e Paraguai. Um tratamento estatístico mostrará uma correlação inversa entre armas nos lares e homicídios!
- Já a Venezuela, que aumentou a restrição às armas da população civil, está com o dobro de homicídios do Brasil: quase 60 por 100 mil. Com 31 milhões de habitantes, matam 17 mil por ano! Seria como 120 mil homicídios no Brasil por ano!

País	Quantidade de armas a cada 100 residentes	Mortes por arma de fogo por 100.000 Habitantes	Ranking Mundial Posse de Armas
Uruguai	32,0	6,5	8º
Argentina	12,6	5,8	61º
Paraguai	17	15,1	37º
Chile	10,7	5,2	59º
Brasil	8,8	30,3	75º

VAMOS AOS FATOS

Os 5 primeiros colocados no ranking de piora: Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Bahia e Ceará, são regiões que passaram a ser governadas pela esquerda ou seus aliados e onde a "epidemia" de drogas não foi coincidentemente introduzida.

Aliás, o avanço das drogas e da esquerda são prevalentes nas regiões mais violentas do mundo: Honduras, Nicarágua, El Salvador, México e Venezuela (onde há forte restrição à população ter armas).

O documentário NÃO menciona que a melhora substancial da Colômbia foi o resultado da derrota das FARC (que abertamente vive do tráfico de drogas). Além disso, as FARC participaram do Foro de São Paulo, fundado pelo PT e pelo ditador cubano. A verdade é que o número de homicídios no Brasil passou a crescer de forma consistente a partir do 1º Foro de SP, no início dos anos 1990.

Houve até *"bolsa crack"* em cidades administradas pela esquerda, como por exemplo em São Paulo.

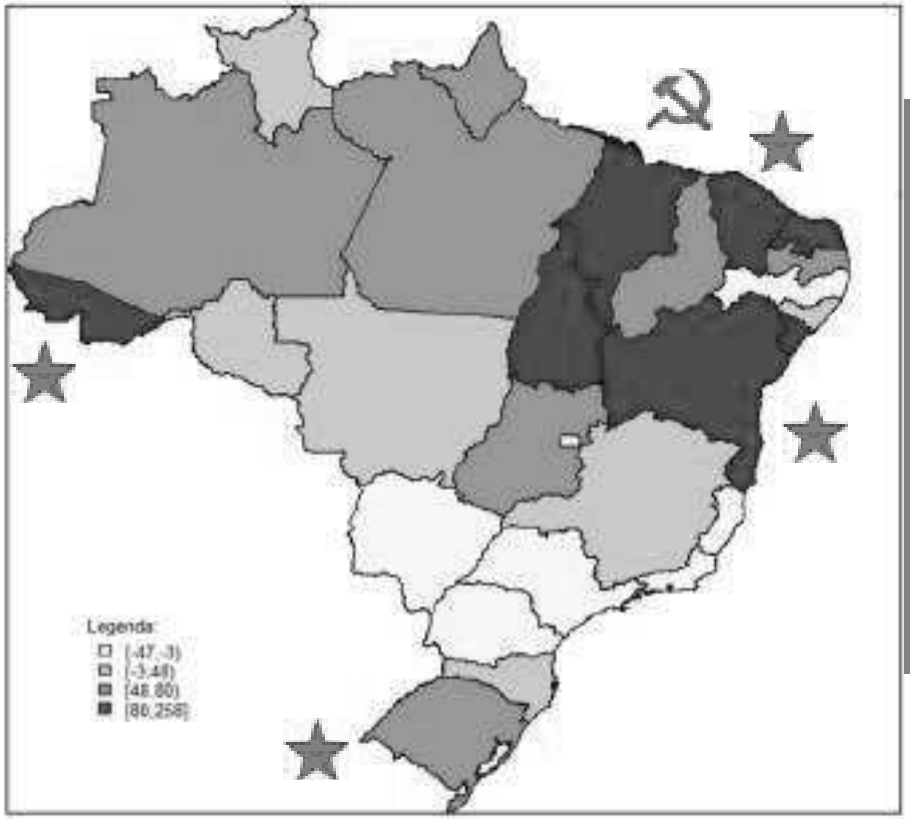
BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS

VAMOS AOS NÚMEROS: ATLAS DA VIOLÊNCIA 2018 DO IBGE

HTTP://WWW.IPEA.GOV.BR/PORTAL/IMAGES/STORIES/PDFS/RELATORIO_INSTITUCIONAL/180604_ATLAS_DA_VIOLENCIA_2018.PDF

Figura 2.1 – Brasil: variação nas taxas de homicídios por Unidade da Federação (2006 a 2016)



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Coincidentemente, onde participantes do Foro de SP governam, sobe a criminalidade.

BOLSONARO2018

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS

MAIS MENTIRAS DA ESQUERDA

“a polícia é a que mais mata“

- O Brasil está em Guerra. Veja o título do recente documentário da Globo: “**A Guerra do Brasil**”!
- Segundo o IBGE, criminosos praticaram oficialmente **62.517 homicídios** no Brasil em 2016.
- Intervenções policiais legais resultaram em 1.374 mortes em 2016.
- Apenas 2% de mortes violentas no Brasil estiveram associadas com ações policiais.
- Tais ações estão concentradas em dois Estados: Rio de Janeiro, com 538 mortes; e Bahia, com 364 mortes. Juntos, totalizam 66% das mortes! Retirando-se esses dois Estados, **em 2016 as mortes violentas no Brasil associadas com ações policiais seriam 472, um número inferior a 1% do total.**

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS

- Enquanto a esquerda está preocupada com as mortes associadas a ações policiais, segundo a Ordem dos Policiais do Brasil (OPB), **foram mortos 493 policiais** em 2016! **Em 2017 esse total subiu para 552** e, infelizmente, tudo indica que teremos ainda mais policiais mortos em 2018.
- São Heróis Nacionais que tombaram e foram esquecidos pelos atuais governantes nesta **Guerra do Brasil**! Um dos compromissos será lembrar o nome de cada um desses guerreiros! Suas famílias serão homenageadas e cada um desses heróis terá seu nome gravado no Panteão da Pátria e da Liberdade!

A GUERRA NO BRASIL SERÁ VENCIDA!

NOSSOS HERÓIS SERÃO LEMBRADOS!

Nós brasileiros agradecemos aos heróis e suas famílias pela coragem e pelo sacrifício que fizeram! Que seus nomes nunca sejam esquecidos!



BOLSONARO2018

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS

PRENDER E DEIXAR NA CADEIA

SALVA VIDAS!

Mato Grosso do Sul, São Paulo e Brasília são os que mais prendem e os que mostram avanços...

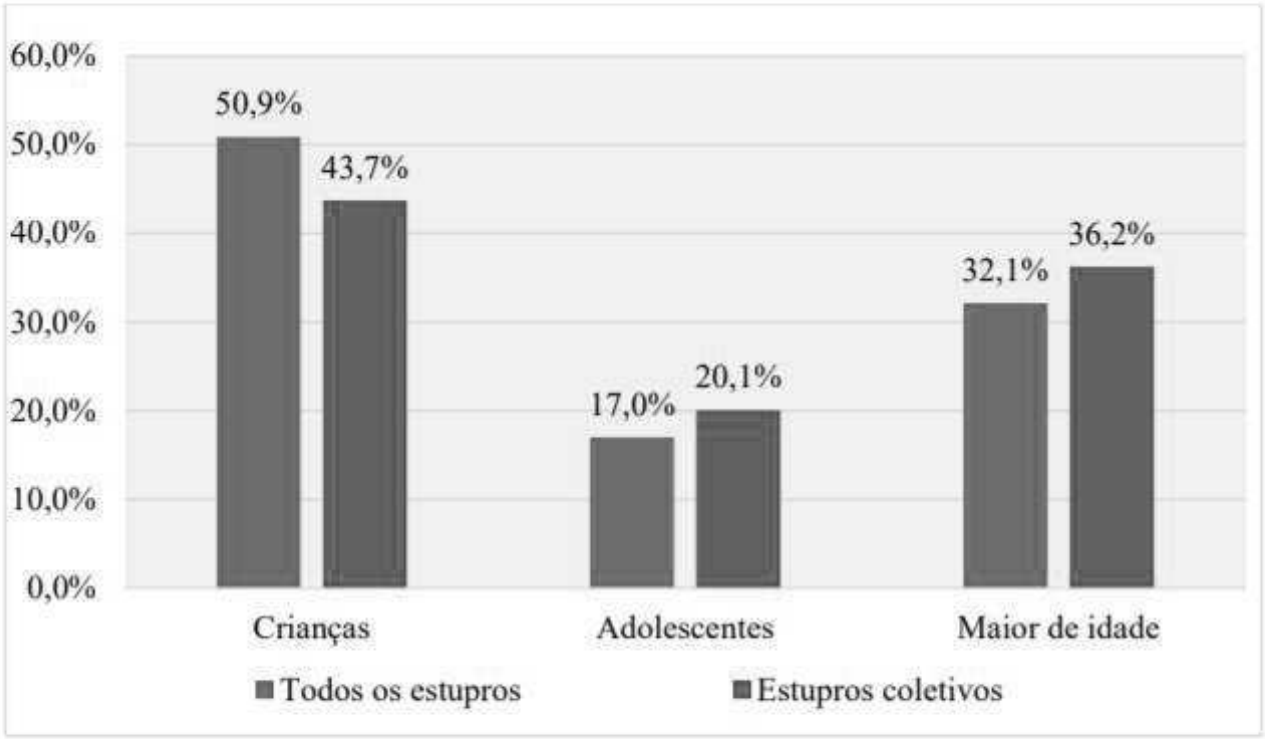
http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf



BOLSONARO2018

OUTRO EXEMPLO DE MUDANÇA IDEOLÓGICA
Combater o ESTUPRO de mulheres e CRIANÇAS!

Gráfico 6.9 – Brasil: distribuição percentual das vítimas de estupro no total de casos e nos estupros coletivos, segundo fases da vida da vítima (2016)



Fonte: Microdados do Sinan/Dasis/SVS/Ministério da Saúde. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

CONCLUSÃO

Os números comprovam que o extermínio de brasileiros é realizado pelos criminosos!

Para reduzir os homicídios, roubos, estupros e outros crimes:

1º Investir fortemente em equipamentos, tecnologia, inteligência e capacidade investigativa das forças policiais,

2º Prender e deixar preso! Acabar com a progressão de penas e as saídas temporárias!

3º Reduzir a maioridade penal para 16 anos!

4º Reformular o Estatuto do Desarmamento para garantir o direito do cidadão à LEGÍTIMA DEFESA sua, de seus familiares, de sua propriedade e a de terceiros!

5º Policiais precisam ter certeza que, no exercício de sua atividade profissional, serão protegidos por uma retaguarda jurídica. Garantida pelo Estado, através do excludente de ilicitude. Nós brasileiros precisamos garantir e reconhecer que a vida de um policial vale muito e seu trabalho será lembrado por todos nós! Pela Nação Brasileira!

6º Tipificar como terrorismo as invasões de propriedades rurais e urbanas no território brasileiro.

7º Retirar da Constituição qualquer relativização da propriedade privada, como exemplo nas restrições da EC/81.

8º Redirecionamento da política de direitos humanos, priorizando a defesa das vítimas da violência.

DEFESA NACIONAL
Garantia da Lei e da Ordem

Dentre instituições, grupos, pessoas ou atividades, que tiveram sua imagem atacada pela doutrinação ideológica de esquerda, certamente as Forças Armadas do Brasil estão entre as que mais sofreram. Houve clara intenção de desconstruir a imagem desta espinha dorsal da Nação, afinal, elas são o último obstáculo para o socialismo.

Saliente-se que as Forças Armadas do Brasil tem uma História que nos orgulha. Por exemplo, heróis brasileiros lutaram contra o Nacional Socialismo na Segunda Guerra Mundial. Fomos o único país da América Latina a lutar contra os Nazistas. Posteriormente, outros heróis impediram a tomada do poder por forças de esquerda que planejavam um golpe comunista no Brasil em 1964, conforme o editorial: Julgamento da Revolução – O GLOBO, 7 de outubro de 1984.

Atualmente, a Nação olha para as Forças Armadas como garantia contra a barbárie.

DEFESA NACIONAL

Segurança das Fronteiras

Devemos recuperar as condições operacionais de nossas Forças Armadas, com a valorização e a proteção de seus integrantes!

Diante das crises, nossos combatentes precisam de equipamentos modernos, não somente de veículos e armas. Ameaças digitais já são presentes. Nossas Forças Armadas precisam estar preparadas, através de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, com a participação das instituições militares no cenário de combate a todos os tipos de violência.

Além disso, no papel de consolidação nacional, devemos lembrar da participação das Forças Armadas no processo de atendimento da saúde e da educação da população, principalmente em áreas remotas do país.

As Forças Armadas terão um papel ainda mais importante diante do desafio imediato no combate ao crime organizado, sendo importante buscar uma maior integração entre os demais órgãos de segurança pública, principalmente na estratégia de elevar a segurança de nossas fronteiras.

Teremos em dois anos um colégio militar em todas as capitais de Estado.

SUFOCAR A CORRUPÇÃO

- Transparência e Combate à Corrupção são metas inegociáveis.
- Como pilar deste compromisso, iremos resgatar "**As Dez Medidas Contra a Corrupção**", proposta pelo Ministério Público Federal e apoiadas por milhões de brasileiros, e encaminhá-las para aprovação no Congresso Nacional.

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS



SAÚDE E EDUCAÇÃO



BOLSONARO2018

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS

A **SAÚDE** DEVERIA SER MUITO MELHOR

Com o valor que o Brasil já gasta!

Abandonando qualquer questão ideológica, chega-se facilmente à conclusão que a população brasileira deveria ter um atendimento melhor, tendo em vista o montante de recursos destinados à Saúde.

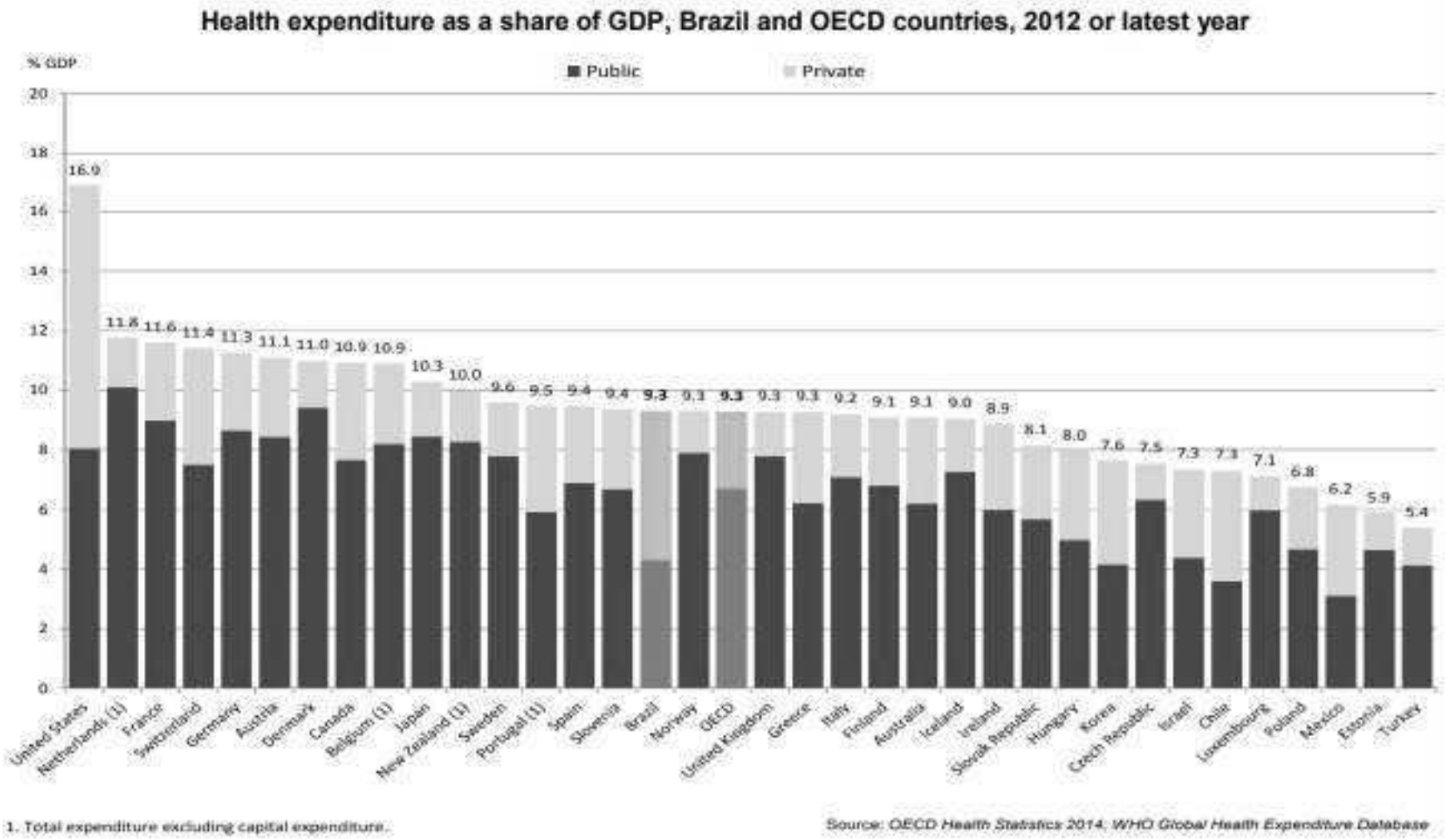
Quando analisamos os números em termos relativos, o Brasil apresenta gastos compatíveis com a média da OCDE, grupo composto pelos países mais desenvolvidos.

Mesmo quando observamos apenas os gastos do setor público, os números ainda seriam compatíveis com um nível de bem estar muito superior ao que vemos na rede pública.

É possível fazer MUITO mais com os atuais recursos!

ESSE É NOSSO COMPROMISSO!

BOLSONARO2018



1. Total expenditure excluding capital expenditure.

Source: *OECD Health Statistics 2014; WHO Global Health Expenditure Database*

SAÚDE NA BASE

O **Prontuário Eletrônico Nacional Interligado** será o pilar de uma saúde na base informatizada e perto de casa. Os postos, ambulatórios e hospitais devem ser informatizados com todos os dados do atendimento, além de registrar o grau de satisfação do paciente ou do responsável. O cadastro do paciente reduz custos ao facilitar o atendimento futuro por outros médicos, em outros postos ou hospitais. Além disso, torna possível cobrar maior desempenho dos gestores locais.

Credenciamento Universal dos Médicos: Toda força de trabalho da saúde poderá ser utilizada pelo SUS, garantindo acesso e evitando a judicialização. Isso permitirá às pessoas maior poder de escolha, compartilhando esforços da área pública com o setor privado. Todo médico brasileiro poderá atender a qualquer plano de saúde.

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS

PREVENIR É MELHOR E MAIS BARATO

Mais Médicos: Nossos irmãos cubanos serão libertados. Suas famílias poderão imigrar para o Brasil. Caso sejam aprovados no REVALIDA, passarão a receber integralmente o valor que lhes é roubado pelos ditadores de Cuba!

Médicos de Estado: Será criada a carreira de Médico de Estado, para atender as áreas remotas e carentes do Brasil

Os agentes comunitários de saúde serão treinados para se tornarem técnicos de saúde preventiva para auxiliar o controle de doenças frequentes como diabetes, hipertensão, etc.

UM EXEMPLO DE PREVENÇÃO : Saúde bucal e o bem estar da gestante. Estabelecer nos programas neonatais em todo o país a visita ao dentista pelas gestantes. Onde isso foi implementado , houve significativa redução de prematuros.

Outro exemplo será a inclusão dos profissionais de educação física no programa de Saúde da Família, com o objetivo de ativar as academias ao ar livre como meio de combater o sedentarismo e a obesidade e suas graves consequências à população como AVC e infarto do miocárdio.

BOLSONARO2018

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS

A **EDUCAÇÃO** TAMBÉM DEVERIA SER MELHOR com o valor que o Brasil já gasta!

Na Educação, assim como na Saúde, os números levam à conclusão que as crianças e os jovens brasileiros deveriam ter um desempenho escolar muito melhor, tendo em vista o montante de recursos gastos.

Os valores, tanto em termos relativos como em termos absolutos, são incompatíveis com nosso péssimo desempenho educacional.

A estratégia educacional do Japão, Taiwan e Coréia do Sul, países recentemente visitados por Jair Bolsonaro, teve papel chave no desenvolvimento econômico e social. Em uma geração, países pobres ficaram ricos.

Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOUTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio / técnico.

É POSSÍVEL FAZER MUITO MAIS COM OS ATUAIS RECURSOS!

É O NOSSO COMPROMISSO!

BOLSONARO2018

GASTAMOS COMO OS MELHORES!

TABLE 9

Education achievements

	Literacy rate				Gross enrolment ratio					Education quality		
	Adult (% ages 15 and older)	Youth (% ages 15–24)		Population with at least some secondary education	Pre-primary	Primary	Secondary	Tertiary	Primary school dropout rate	Primary school teachers trained to teach	Pupil-teacher ratio, primary school	Government expenditure on education
		Female	Male	(% ages 25 and older)	(% of preschool-age children)	(% of primary school-age population)	(% of secondary school-age population)	(% of tertiary school-age population)	(% of primary school cohort)	(%)	(number of pupils per teacher)	(% of GDP)
HDI rank	2005–2015*	2005–2015*	2005–2015*	2005–2015*	2010–2015*	2010–2015*	2010–2015*	2010–2015*	2005–2015*	2005–2015*	2010–2015*	2010–2014*
10 Canada	..	..	..	100.0	74	101	110	..	..	..	..	5.3
10 United States	..	..	..	95.3	71	100	98	87	..	..	15	5.2
12 Hong Kong, China (SAR)	..	..	..	77.4	106	111	101	69	1.6	98	14	3.6
17 Japan	..	..	..	91.8	90	102	102	62	0.2	..	17	3.8
18 Korea (Republic of)	..	..	..	91.4	92	99	98	95	0.4	..	17	4.6
19 Israel	..	..	..	88.8	111	104	102	68	0.8	..	13	5.9
38 Chile	97.3	98.7	99.0	76.5	128	101	100	87	0.5	..	20	4.6
45 Argentina	98.1	99.5	99.1	62.4	72	111	106	80	5.4	..	..	5.3
54 Uruguay	98.4	99.3	98.5	53.4	70	110	94	63	5.3	..	14	4.4
76 Lebanon	93.9	90.3	88.8	54.2	84	97	80	43	6.7	87	12	2.6
77 Mexico	94.4	96.9	98.7	57.4	89	103	91	28	4.3	86	27	5.2
78 Iran (Islamic Republic of)	99.8	99.9	100.0	85.6	23	106	103	23	2.7	100	13	2.5
79 Brazil	92.6	98.2	98.8	62.5	80	119	102	46	..	..	21	5.9
79 Grenada	..	..	..	..	91	103	101	..	..	83	14	..
Human development groups												
Very high human development	..	..	..	88.9	84	102	106	75	..	..	14	5.1
High human development	95.3	99.3	99.2	70.6	74	105	95	43	..	..	18	..
Medium human development	75.4	88.5	91.5	49.1	34	109	68	23	..	..	29	3.9
Low human development	60.8	69.1	77.5	20.3	18	99	42	8	42.2	76	42	3.8
Developing countries	83.2	88.7	91.6	57.7	42	105	71	29	..	..	26	..
Regions												
Arab States	80.7	91.6	94.6	47.0	37	96	78	30	18.1	85	21	..
East Asia and the Pacific	95.7	99.0	99.9	84.9	74	100	88	37	..	..	17	..
Europe and Central Asia	98.1	99.4	99.7	81.7	44	104	98	65	5.2	..	19	..
Latin America and the Caribbean	92.2	98.4	98.0	58.1	74	107	96	44	..	..	22	5.4
South Asia	70.3	84.8	89.5	47.9	33	109	65	23	..	..	33	3.4
Sub-Saharan Africa	64.3	71.1	78.3	29.6	28	100	43	8	41.7	78	43	4.6

EDUCAMOS COMO OS PIORES!



Os dados da ONU indicam que o nível de gastos que o Brasil tem com educação é incompatível com o péssimo nível educacional dos estudantes. Temos figurado ultimamente entre os piores resultados do PISA, feito pela OCDE.







EDUCAÇÃO



Segundo o Censo Escolar 2016, divulgado pelo Inep, 2,8 milhões de crianças e adolescentes estão fora da escola. A maior parte tem entre 15 a 17 anos. Os dados são corroborados pelo relatório “Cenário da exclusão escolar no Brasil”, divulgado em 2017 pelo Unicef.

O quadro é mais assustador se pensarmos que dos 51,6 milhões de jovens brasileiros entre 14 e 29 anos de idade, quase metade não completou o ensino médio (IBGE, 2017).

A qualificação crescente dos professores deve ser um sinal que o Brasil realmente busca um lugar de destaque entre as nações desenvolvidas.

EDUCAÇÃO



R$ **105,4** bilhões

57,68% OBRIGATÓRIAS

19,38% DISCRICIONÁRIAS

22,94% FINANCEIRAS

Precisamos inverter a pirâmide: o maior esforço tem que ocorrer cedo, com a educação infantil, fundamental e média. Quanto antes nossas crianças aprenderem a gostar de estudar, maior será seu sucesso.

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS

GESTÃO É IMPORTANTE, PORÉM,

conteúdo, forma e estratégia precisam mudar!

Além de mudar o método de gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impedindo a aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas. Hoje, não raro, professores são agredidos, física ou moralmente, por alunos ou pais dentro das escolas.

Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação.

As universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa. Enfim, trazer mais ideias que mudaram países como Japão e Coréia do Sul.

Educação à distância: deveria ser vista como um importante instrumento e não vetada de forma dogmática. Deve ser considerada como alternativa para as áreas rurais onde as grandes distâncias dificultam ou impedem aulas presenciais

BOLSONARO2018

EDUCAÇÃO: Integrando para melhorar

Atualmente os diferentes sistemas de educação do Brasil não conversam entre si. As três instâncias funcionam de maneira isolada: o Governo Federal foca mais no ensino superior, os governos estaduais na educação média/técnica, e os Municípios no ensino fundamental.

Precisamos evoluir para uma estratégia de **Integração**, onde os três sistemas dialoguem entre si.

Com base em avaliações técnicas, a **Integração** permitirá diagnósticos precisos, quer no desempenho dos estudantes ou na qualificação dos professores.

As universidades públicas e privadas contribuirão, nesse novo modelo, na qualificação de alunos e professores nas áreas aonde existam carências.

Será possível detectar e corrigir dificuldades no processo de formação de nossas crianças e jovens. Com isso acreditamos que todos os indicadores irão melhorar, na busca de um jovem melhor preparado para o futuro e para a vida.

INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O modelo atual de pesquisa e desenvolvimento no Brasil está totalmente esgotado. Não há mais espaço para basear esta importante área da economia moderna em uma estratégia centralizada, comandada de Brasília e dependente exclusivamente de recursos públicos.

Estados Unidos, Israel, Taiwan, Coréia do Sul e Japão incentivam estratégias descentralizadas. Criam-se "*hubs*" tecnológicos onde jovens pesquisadores e cientistas das universidades locais são estimulados a buscar parcerias com empresas privadas para transformar ideias em produtos. Isso gera riqueza, bem-estar e desenvolvimento para todos. Jair Bolsonaro pôde constatar isso pessoalmente. Em todos os países visitados há tais centros. Inclusive, nos países que têm liderado tal dinâmica, Japão, Taiwan e Coréia do Sul, há grande ênfase em cursos técnicos e carreiras de exatas.

Nossa intenção é criar um ambiente favorável ao empreendedorismo no Brasil. Assim, valorizaremos talentos nacionais e atrairemos outros do exterior para gerar novas tecnologias, emprego e renda aqui.

INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

As universidades, em todos os cursos, devem estimular e ensinar o empreendedorismo. O jovem precisa sair da faculdade pensando em como transformar o conhecimento obtido em enfermagem, engenharia, nutrição, odontologia, agronomia, etc, em produtos, negócios, riqueza e oportunidades. Deixar de ter uma visão passiva sobre seu futuro.

A pesquisa mais aprofundada segue um caminho natural. Os melhores pesquisadores seguem suas pesquisas em mestrados e doutorados, sempre próximos das empresas. O campo da ciência e do conhecimento nunca deve ser estéril.

Cada região do Brasil deve buscar suas vantagens comparativas: por exemplo, o Nordeste tem grande potencial de desenvolver fontes de energia renovável, solar e eólica. Os países da Ásia têm investido nesta tecnologia. Na agricultura, há espaço para trazer o conhecimento de Israel. Inclusive, Jair Bolsonaro pôde iniciar conversas sobre parcerias nesses países.

O Brasil deverá ser um centro mundial de pesquisa e desenvolvimento em grafeno e nióbio, gerando novas aplicações e produtos. Durante sua visita ao Japão, Jair Bolsonaro conheceu a utilização do grafeno, por exemplo, no desenvolvimento de um submarino nuclear.

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS



ECONOMIA E INFRAESTRUTURA



BOLSONARO2018

ECONOMIA

Retomar o Crescimento

Nossa prioridade é gerar crescimento, oportunidades e emprego, retirando enormes contingentes da população da situação precária na qual se encontram.

Nunca haverá estabilidade social na presença de fome, violência, miséria e de altas taxas de desemprego. Todo indivíduo deveria ter as condições de fazer escolhas que permitam preservar sua vida, sua liberdade e buscar sua felicidade, além do conforto de sua família. Uma sociedade justa propicia oportunidades para que todos os seus membros, e não apenas os mais ricos, tenham chances de trilhar o caminho da prosperidade, através de realizações pessoais e familiares. Um país justo deve propiciar aos mais pobres oportunidades para que superem suas dificuldades e prosperem.

ECONOMIA:
Garantir Estabilidade Macroeconômica

Para alcançar esses grandes objetivos sociais, nós brasileiros devemos afastar o populismo e garantir que o descontrole das contas públicas nunca seja ameaça ao bem-estar da população. O desequilíbrio fiscal gera crises, desemprego, inflação e miséria. Inflação é o maior inimigo das classes mais desamparadas, pois não apenas empobrece o trabalhador, mas também aumenta a desigualdade de renda, piorando a situação dos mais pobres. Além disso, altos índices inflacionários dificultam o cálculo econômico, o que em última instância diminui o investimento privado, e reduz a produtividade no longo prazo.

ECONOMIA

Reorganização da Área Econômica

A área econômica terá dois organismos principais: o Ministério da Economia e o Banco Central, este formal e politicamente independente, mas alinhado com o primeiro. Para atender ao objetivo de enxugamento do Estado, mas, também, para garantir um comando uno e coeso para a área, o Ministério da Economia abarcará as funções hoje desempenhadas pelos Ministérios da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio bem como a Secretaria Executiva do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos). Além disso, as instituições financeiras federais estarão subordinadas ao Ministro da Economia.

ECONOMIA

Eficiência do Estado e Controle dos Gastos

A administração pública inchou de maneira descontrolada nos últimos anos. Houve uma multiplicação de cargos, benefícios e transferências sem comparação em nossa História. Como resultado, vemos um setor público lento, aparelhado, ineficiente e repleto de desperdícios. Podemos fazer mais com muito menos, partindo de um movimento de gestão pública moderna, baseado em técnicas como o “Orçamento Base Zero”, além do corte de privilégios.

ECONOMIA

Eficiência do Estado e Controle dos Gastos

Daremos especial atenção ao controle dos custos associados à folha de pagamento do Governo Federal. Os cortes de despesas e a redução das renúncias fiscais constituem peças fundamentais ao ajuste das contas públicas. O déficit público primário precisa ser eliminado já no primeiro ano e convertido em superávit no segundo ano.

Quebraremos o círculo vicioso do crescimento da dívida, substituindo-o pelo círculo virtuoso de menores déficits, dívida decrescente e juros mais baixos. Isso estimulará os investimentos, o crescimento e a consequente geração de empregos. Esse processo de redução de dívida será reforçado com a realização de ativos públicos.

ECONOMIA

Redução das Despesas com Juros

Em 2017 os juros nominais nos custaram R$ 400,8 bilhões (6,11% do PIB), e em 2016, R$407 bilhões (6,50% do PIB). Ou seja, o Brasil gasta anualmente um Plano Marshall (que reconstruiu a Europa após a 2ª Guerra Mundial) com o pagamento de juros, sem contrapartidas para a população. Nossa proposta de redução de juros passa por duas vertentes, que sempre respeitarão o Estado de Direito e os contratos existentes:

(i) Desmobilização de ativos públicos, com o correspondente resgate da dívida mobiliária federal. Estimamos reduzir em 20% o volume da dívida por meio de privatizações, concessões, venda de propriedades imobiliárias da União e devolução de recursos em instituições financeiras oficiais que hoje são utilizados sem um benefício claro à população brasileira. Algumas estatais serão extintas, outras privatizadas e, em sua minoria, pelo caráter estratégico serão preservadas.

(ii) Redução natural do custo médio da dívida, na medida em que o endividamento total caia, o Brasil voltará a ter grau de investimento e a estabilidade monetária se consolidará.

ECONOMIA

Reforma da Previdência

Há de se considerar aqui a necessidade de distinguir o modelo de previdência tradicional, por repartição, do modelo de capitalização, que se pretende introduzir paulatinamente no país. E reformas serão necessárias tanto para aperfeiçoar o modelo atual como para introduzir um novo modelo. A grande novidade será a introdução de um sistema com contas individuais de capitalização. Novos participantes terão a possibilidade de optar entre os sistemas novo e velho. E aqueles que optarem pela capitalização merecerão o benefício da redução dos encargos trabalhistas.

Obviamente, a transição de um regime para o outro gera um problema de insuficiência de recursos na medida em que os aposentados deixam de contar com a contribuição dos optantes pela capitalização. Para isto será criado um fundo para reforçar o financiamento da previdência e compensar a redução de contribuições previdenciárias no sistema antigo.

ECONOMIA

Reforma Tributária

Nossa reforma visa a unificação de tributos e a radical simplificação do sistema tributário nacional. As propostas incluem:

a) gradativa redução da carga tributária bruta brasileira paralelamente ao espaço criado por controle de gastos e programas de desburocratização e privatização;

b) simplificação e unificação de tributos federais eliminando distorções e aumentando a eficiência da arrecadação;

c) descentralização e municipalização para aumentar recursos tributários na base da sociedade;

d) discriminação de receitas tributárias específicas para a previdência na direção de migração para um sistema de capitalização com redução de tributação sobre salários;

e) introdução de mecanismos capazes de criar um sistema de imposto de renda negativo na direção de uma renda mínima universal; e

f) melhorar a carga tributária brasileira fazendo com que os que pagam muito paguem menos e os que sonegam e burlam, paguem mais.

ECONOMIA

Estabilidade Monetária e Independência do Banco Central

Nosso Programa mantém o tripé macroeconômico vigente: câmbio flexível, meta de inflação e meta fiscal. No entanto, avançamos institucionalmente, com uma proposta de independência formal do Banco Central, cuja diretoria teria mandatos fixos, com metas de inflação e métricas claras de atuação. Além disso, avançamos em maior flexibilidade cambial e mais ortodoxia fiscal. Inflação baixa e previsível será uma das prioridades inegociáveis em nosso governo.

ECONOMIA:
Empresas Estatais

A União possui atualmente cento e quarenta e sete empresas estatais. Muitas delas estiveram envolvidas em uma série de escândalos sobre desvios de recursos e ingerência política.

Deste total de empresas, dezoito delas dependem de recursos financeiros (subvenções) do governo federal para pagamento de despesas com pessoal, para custeio em geral ou de capital.

Dezesseis destas empresas são controladas diretamente pela União. Outras duas são ligadas à Comissão Nacional de Energia Nuclear, controladas de maneira indireta. Entre essas empresas estão a Companha Nacional de Abastecimento (Conab), a Valec, e a Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

O gasto é altíssimo e crescente e o retorno não é vantajoso. Segundo o relatório do Tesouro Nacional, de 2012 a 2016, o custo total da União com as dezoito empresas dependentes do governo federal foi de R$ 122,31 bilhões. O retorno, nesse mesmo período, foi de R$ 89,35 bilhões, 73% do total gasto.

ECONOMIA

Privatizações e Concessões

O debate sobre privatização, mais do que uma questão ideológica, visa a eficiência econômica, bem-estar e distribuição de renda. Temos que ter respeito com os pagadores de impostos. No Brasil, esse debate envolve um elemento extra: o equilíbrio das contas públicas. Em nossa proposta, todos os recursos obtidos com privatizações e concessões deverão ser obrigatoriamente utilizados para o pagamento da dívida pública.

Além disso, devemos ressaltar que a linha mestra de nosso processo de privatizações terá como norte o aumento na competição entre empresas. Esse será nosso foco: gerar mais competição. Afinal, com mais empresas concorrendo no mercado a situação do consumidor melhora e ele passa a ter acesso a mais opções, de melhor qualidade e a um preço mais barato

ECONOMIA

Privatizações e Concessões

Algumas dificuldades políticas que poderiam surgir durante o processo de privatizações poderão ser contornadas, com bem desenhadas “golden shares”, garantidoras da soberania nacional. O BNDES deverá retornar à centralidade em um processo de desestatização mais ágil e robusto, atuando como um “Banco de Investimentos” da União e garantindo que alcancemos o máximo de valor pelos ativos públicos.

ECONOMIA

Programa da Renda Mínima

Acima do valor da Bolsa Família, pretendemos instituir uma renda mínima para todas as famílias brasileiras. Todas essas ideias, inclusive o Bolsa Família, são inspiradas em pensadores liberais, como Milton Friedman, que defendia o Imposto de Renda Negativo. Propomos a modernização e aprimoramento do Programa Bolsa Família e do Abono Salarial, com vantagens para os beneficiários.

Vamos deixar claro: nossa meta é garantir, a cada brasileiro, uma renda igual ou superior ao que é atualmente pago pelo Bolsa Família.

ECONOMIA

Modernização da Legislação Trabalhista

Criaremos uma nova carteira de trabalho verde e amarela, voluntária, para novos trabalhadores. Assim, todo jovem que ingresse no mercado de trabalho poderá escolher entre um vínculo empregatício baseado na carteira de trabalho tradicional (azul) – mantendo o ordenamento jurídico atual –, ou uma carteira de trabalho verde e amarela (onde o contrato individual prevalece sobre a CLT, mantendo todos os direitos constitucionais).

Além disso, propomos a permissão legal para a escolha entre sindicatos, viabilizando uma saudável competição que, em última instância, beneficia o trabalhador.

O sindicato precisa convencer o trabalhador a voluntariamente se filiar, através de bons serviços prestados à categoria. Somos contra o retorno do imposto sindical.

ECONOMIA

Abertura Comercial

Facilitar o comércio internacional é uma das maneiras mais efetivas de se promover o crescimento econômico de longo prazo. A evidência empírica é robusta: países mais abertos são também mais ricos. O Brasil é um dos países menos abertos ao comércio internacional, a consequência direta disso é nossa dificuldade em competirmos em segmentos de alta tecnologia. Do ponto de vista teórico, a dinamização do comércio internacional funciona como um choque tecnológico positivo no país, aumentando sua produtividade e incrementando seu crescimento econômico de longo prazo.

Propomos, assim, a redução de muitas alíquotas de importação e das barreiras não-tarifárias, em paralelo com a constituição de novos acordos bilaterais internacionais.

ECONOMIA

Aumento da Produtividade

As novas tecnologias e demandas da sociedade exigem uma profunda transformação das empresas e das relações de trabalho. Para colhermos os frutos desse movimento, precisamos implementar medidas que acelerem a modernização da nossa estrutura produtiva:

(i) Desenvolvimento e fortalecimento do mercado de capitais.

(ii) Estímulos à inovação e ao investimento em novas tecnologias por meio de políticas “do lado da oferta”, tais como depreciação acelerada e abertura comercial imediata a equipamentos necessários à migração para a indústria 4.0.

(iii) Ampla requalificação da força de trabalho para as demandas da “nova economia” e tecnologias de ponta (4ª revolução industrial).

(iv) Apoio a “*startups”* e “*scale-ups”* de alto potencial, sempre em parceria com instituições privadas do mercado de capitais.

ECONOMIA

Negócios e Empresas

O relatório do Banco Mundial "*Doing Business",* que mede o ambiente para negócios e compara as regulações em 190 países do mundo, coloca o Brasil na 125ª posição. Esse relatório classifica os países dando notas a vários quesitos como o tempo gasto com impostos, o número de dias para abrir um negócio, a facilidade para conseguir crédito e regras de proteção de acionistas minoritários.

Uma de nossas sugestões é a Simplificação de abertura/fechamento de empresas. Será criado o BALCÃO ÚNICO, que centralizará todos os procedimentos para a abertura e fechamento de empresas. Os entes federativos teriam, no máximo, 30 dias para dar a resposta final sobre a documentação. Caso não dessem a resposta nesse prazo a empresa estaria automaticamente autorizada a iniciar ou encerrar suas atividades.

AGRICULTURA - UMA PROPOSTA DE MUDANÇAS
Um Novo Modelo Institucional

- O Estado deve facilitar que o agricultor e suas famílias sejam os gestores do espaço rural. Devemos identificar quais são as áreas em que realmente o Estado precisa estar presente, e a que nível. Em alguns casos pode ser por ações ou atividades especificas, em outros atuando como regulador, ou mesmo negociador. O primeiro passo é sair da situação atual onde instituições relacionadas ao setor estão espalhadas e loteadas em vários ministérios, reunindo-as em uma só pasta.

- A nova estrutura federal agropecuária teria as seguintes atribuições:

  Política e Economia Agrícola (*Inclui Comércio*)

  Recursos Naturais e Meio Ambiente Rural

  Defesa Agropecuária e Segurança Alimentar

  Pesca e Piscicultura

  Desenvolvimento Rural Sustentável (*Atuação por Programas*)

  Inovação Tecnológica

- Tais atribuições seriam exercidas dentro da nova forma de gestão, através de indicadores que permitam identificar e monitorar o andamento de cada programa.

AGRICULTURA

Grandes Demandas

- Segurança no Campo;
- Solução para a questão agrária;
- Logística de transporte e armazenamento;
- Uma só porta para atender as demandas do Agro e do setor rural;
- Políticas especificas para consolidar e abrir novos mercados externos;
- Diversificação

INFRAESTRUTURA

O Brasil está entre os piores países do mundo

Segundo o Global Competitiveness Report de 2017 do World Economic Forum, a posição do Brasil em relação a de outros 136 países em termos da eficiência de sua infraestrutura é: Ferrovias 88º; Aeroportos 95º; Rodovias 103º; Portos 106º. O ranking Brasileiro de sua qualidade de oferta de energia é 84º.

Desburocratizar, simplificar, privatizar, pensar de forma estratégica e integrada; o setor pode deixar de ser um gargalo para se transformar em solução.

Havendo baixo risco regulatório, o Brasil poderá atrair uma grande quantidade de investimentos, gerando empregos e reduzindo o custo para seus usuários.

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS

ENERGIA

de problema à solução

As últimas gestões provocaram grave crise setorial, com judicialização causada por decisões arbitrárias, sucateamento da Eletrobrás e subsidiárias, conflitos de interesses, ineficiências na geração, excessivos encargos tributários e influência política. Além de tudo isso, o setor é extremamente centralizado e dependente de ações e decisões do governo. É preciso um choque liberal no setor.

Caso nada seja feito, o setor de energia será novamente um gargalo ao crescimento econômico no início da próxima década. Crescendo de 3% a 4% ao ano, chegaremos em 2021-22 altamente dependentes da geração termelétrica a óleo e carvão, elevando preços e ocorrências de blecautes (apagões)

Transformaremos o setor elétrico, do atual quadro de judicialização generalizada e baixa confiança dos investidores, em um dos principais vetores de crescimento e desenvolvimento do Brasil. A oferta de energia precisa ser confiável, a preços justos e competitivos internacionalmente, além da geração de oportunidades a pequenos empreendedores e criação de centenas de milhares de empregos qualificados no Brasil.

UM EXEMPLO: As Pequenas Centrais Hidrelétricas têm enfrentado barreiras quase intransponíveis no licenciamento ambiental. Há casos que superam os dez anos. Faremos com que o licenciamento seja avaliado em um prazo máximo de três meses.

BOLSONARO2018

NORDESTE
potência energética

Apesar de acreditarmos que o novo modelo será benéfico para o Brasil como um todo, consideramos que o Nordeste será uma das regiões mais beneficiadas. Com Sol, vento e mão de obra, o Nordeste pode se tornar a base de uma nova matriz energética limpa, renovável e democrática. Expandindo não somente a produção de energia, mas de toda a cadeia produtiva a ela relacionada: produção, instalação e manutenção de painéis fotovoltaicos; parceria com as universidades locais para o desenvolvimento de novas tecnologias; surgimento ou instalação de outras indústrias que sejam intensivas no uso de energia elétrica, etc.

PETRÓLEO E GÁS

Desenvolvimento da Competitividade

Depois da descoberta do pré-sal, a regulação do petróleo foi orientada pelo estatismo, gerando ineficiências.

A burocrática exigência de conteúdo local reduz a produtividade e a eficiência, além de ter gerado corrupção. Além disso. não houve impacto positivo para a indústria nacional no longo prazo. Assim será necessário remover gradualmente as exigências de conteúdo local.

O emprego na indústria local crescerá nas atividades onde houver vantagens comparativas ou competitividade. Assim, a indústria naval brasileira será compelida a investir e alcançar maiores níveis de produtividade.

PETRÓLEO E GÁS
Petrobras e mercados internos

Os preços praticados pela Petrobras deverão seguir os mercados internacionais, mas as flutuações de curto prazo deverão ser suavizadas com mecanismos de hedge apropriados.

Ao mesmo tempo, deveremos promover a competição no setor de óleo e gás, beneficiando os consumidores. Para tanto, a Petrobras deve vender parcela substancial de sua capacidade de refino, varejo, transporte e outras atividades onde tenha poder de mercado.

O gás natural exercerá papel fundamental na matriz elétrica e energética nacional, propiciando a qualidade e segurança energética para a expansão de forma combinada com as energia fotovoltaica e eólica.

A competição deve ser promovida também no setor de gás, buscando uma ação coordenada entre estados, a quem compete sua regulação por determinação constitucional.

Na formulação do preço da energia, inclusive dos combustíveis, há uma forte influência dos tributos estaduais, que precisará ser rediscutido entre todos os entes federativos, com o objetivo de não sobrecarregar o consumidor brasileiro.

PETRÓLEO E GÁS

Fim do monopólio da Petrobras no Gás Natural

O Gás tem ganho destaque na matriz energética brasileira, contribuindo na transição para reduzir as emissões de CO_2 e ajudar a integrar outras fontes renováveis intermitentes. Para aumentar a importância do Gás Natural no setor, é importante acabar com o monopólio da Petrobras sobre toda a cadeia de produção do combustível, mediante:

- Desverticalização e desestatização do setor de gás natural.
- Livre acesso e compartilhamento dos gasodutos de transporte.
- Independência de distribuidoras e transportadoras de gás natural, não devendo estar atreladas aos interesses de uma única companhia.
- Criação de um mercado atacadista de gás natural.
- Incentivo à exploração não convencional, podendo ser praticada por pequenos produtores.

TRANSPORTES

- Pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) afirma que a qualidade da infraestrutura rodoviária piorou. Em 2017, somente 38,2% dos trechos percorridos foram classificados como bons ou ótimos. Em 2016 esse índice era 41,8%.
- Para se ter uma ideia do montante de investimento nas rodovias, em 2011, o governo injetou R$ 11,2 bilhões nas estradas, volume que caiu para R$ 8,61 bilhões em 2016 - mesmo nível de 2008, segundo a pesquisa.
- No Brasil, para cada 1.000 quilômetros quadrados de área temos 3,4 quilômetros de infraestrutura ferroviária. Nos Estados Unidos, o índice é de 22,9 quilômetros e na Argentina, 13,3 quilômetros.
- Os investimentos do governo federal no transporte hidroviário caíram 77% desde 2010. Os valores destinados ao setor, que chegaram ao patamar de R$ 1,5 bilhão no começo da década, caíram para somente R$ 300 milhões, em 2016. O levantamento foi feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

PORTOS
de Santos a Yokohama

- Segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), somente em 2017, mais de 800 milhões de toneladas de cargas foram movimentadas nos 37 portos brasileiros.
- É necessário melhorar a eficiência portuária e reduzir custos, além de atrair mais investimentos para atender a demanda crescente do país.
- A melhoria neste setor vai além das estruturas portuárias e deve ter integração com uma vasta malha ferroviária e rodoviária ligando as principais regiões, assim como é feito em outros países.
- Devemos ter como meta a redução de custos e prazos para embarque e desembarque. Nosso objetivo é chegar, ao final do Governo, com patamares similares aos da Coréia do Sul (porto de Busan), do Japão (porto de Yokohama) e de Taiwan (porto de Kaohsiung).

AVIAÇÃO CIVIL

Céu de Brigadeiro

- Segundo o último balanço divulgado pela Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), foram transportados 98,9 milhões de passageiros em voos domésticos e internacionais em 2017. O número representa uma alta de 2,93% em relação a 2016, quando foram transportados 96,1 milhões de passageiros.
- É necessário atrair investimentos para a modernização e expansão dos aeroportos.
- Nesse sentido, será buscado um modelo de maior participação privada, baseado no interesse público, reduzindo custos e elevando a eficiência. Novamente, os modelos de sucesso do exterior serão fonte de inspiração.

O NOVO ITAMARATY

- A estrutura do Ministério das Relações Exteriores precisa estar a serviço de valores que sempre foram associados ao povo brasileiro. A outra frente será fomentar o comércio exterior com países que possam agregar valor econômico e tecnológico ao Brasil.
- Deixaremos de louvar ditaduras assassinas e desprezar ou mesmo atacar democracias importantes como EUA, Israel e Itália. Não mais faremos acordos comerciais espúrios ou entregaremos o patrimônio do Povo brasileiro para ditadores internacionais.
- Além de aprofundar nossa integração com todos os irmãos latino-americanos que estejam livres de ditaduras, precisamos redirecionar nosso eixo de parcerias.
- Países, que buscaram se aproximar mas foram preteridos por razões ideológicas, têm muito a oferecer ao Brasil, em termos de comércio, ciência, tecnologia, inovação, educação e cultura.
- Ênfase nas relações e acordos bilaterais.

PARA FINALIZAR

queremos resgatar o sentimento de
uma nação, justa, livre e fraterna

- Todos esses objetivos não valem sem resgatar a fraternidade, o respeito ao próximo, a cidadania, a responsabilidade com os mais fracos e vulneráveis.
- Fraternidade é lutar por quem não pode se defender dos maus. Brigar para que os jovens tenham um futuro e os idosos não fiquem desamparados por um estado falido, uma educação aparelhada ideologicamente e uma Saúde em frangalhos. É combater o roubo do dinheiro público e não ser passivo ou indiferente com o sofrimento dos brasileiros.

BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS!

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS









ORDEM E PROGRESSO







BOLSONARO2018

MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 669 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	**: MIN. ROBERTO BARROSO**
REQTE.(S)	: REDE SUSTENTABILIDADE
ADV.(A/S)	: BRUNO LUNARDI GONCALVES E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO:

Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL E SANITÁRIO. ARGUIÇÕES DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. SAÚDE PÚBLICA E COVID-19. CAMPANHA PUBLICITÁRIA APTA A GERAR GRAVE RISCO À VIDA E À SAÚDE DOS CIDADÃOS. PRINCÍPIOS DA PRECAUÇÃO E DA PREVENÇÃO. CAUTELAR DEFERIDA.

1. Arguições de descumprimento de preceito fundamental contra a contratação e veiculação de campanha publicitária, pela União, afirmando que "O Brasil Não Pode Parar", conclamando a população a retomar as suas atividades e, por conseguinte, transmitindo-lhe a impressão de que a pandemia mundial (COVID-19) não representa grave ameaça à vida e à saúde de todos os brasileiros.

2. As orientações da Organização Mundial de Saúde, do Ministério da Saúde, do Conselho Federal de Medicina, da Sociedade Brasileira de Infectologia, entre outros, assim como a experiência dos demais países que estão enfrentando o vírus, apontam para a imprescindibilidade de medidas de distanciamento social

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1737-4C0B-81E9-4DC2 e senha 274D-E024-CBBF-DD7E

voltadas a reduzir a velocidade de contágio e a permitir que o sistema de saúde seja capaz de progressivamente absorver o quantitativo de pessoas infectadas.

3. Plausibilidade do direito alegado. Proteção do direito à vida, à saúde e à informação da população (art. 5º, *caput*, XIV e XXXIII, art. 6º e art. 196, CF). Incidência dos princípios da prevenção e da precaução (art. 225, CF), que determinam, na forma da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que, na dúvida quanto à adoção de uma medida sanitária, deve prevalecer a escolha que ofereça proteção mais ampla à saúde.

4. Perigo na demora reconhecido. Disseminação da campanha "O Brasil Não Pode Parar" que já se encontra em curso, ao menos com base em vídeo preliminar. Necessidade urgente de evitar a divulgação de informações que possam comprometer o engajamento da população nas medidas necessárias a conter o contágio do COVID-19, bem como importância de evitar dispêndio indevido de recursos públicos escassos em momento de emergência sanitária.

5. Medida cautelar concedida para vedar a produção e circulação, por qualquer meio, de qualquer campanha que pregue que "O Brasil Não Pode Parar" ou que sugira que a população deve retornar às suas atividades plenas, ou, ainda, que expresse que a

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1737-4C0B-81E9-4DC2 e senha 274D-E024-CBBF-DD7E

pandemia constitui evento de diminuta gravidade para a saúde e a vida da população. Determino, ainda, a sustação da contratação de qualquer campanha publicitária destinada ao mesmo fim.

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de duas arguições de descumprimento de preceito fundamental, ADPFs 668 e 669, com pedido de cautelar, propostas, respectivamente, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos e pela Rede Sustentabilidade, contra ato do Governo Federal, de divulgação preliminar e de contratação de campanha publicitária designada "O Brasil Não Pode Parar". As requerentes alegam violação a múltiplos dispositivos constitucionais, entre os quais: o direito à vida, à saúde, à informação, à moralidade, à probidade, à transparência e à eficiência (arts. 5º, XIV e XXXIII; 37, caput e §1º; 196; 220, caput e §1º).

2. As requerentes esclarecem que vídeo preliminar, denominado "#OBrasilNãoPodeParar", já circula nas redes e foi disponibilizado pelo Governo Federal no Instagram, bem como disseminado por meio do aplicativo Whatsapp. Informam, ainda, que extrato de dispensa de licitação, com o objeto de "prestação de serviços de comunicação digital" e a justificativa de "disseminar informações de interesse público à sociedade" foi publicado no Diário Oficial de 26.03.2020, prevendo a contratação de campanha publicitária no valor de R$ 4.897.855,00. Afirmam que o vídeo preliminar, já disponibilizado em rede, promove divulgação de ideias correspondentes a informação falsa, consistentes na sugestão de que o COVID-19 não oferece risco real e grave para a população, gerando desinformação e incitando os brasileiros a um comportamento que poderá gerar grave contágio e comprometimento da saúde pública e da vida. Ponderam que a propaganda contratada tem/terá o mesmo viés que o vídeo disseminado

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1737-4C0B-81E9-4DC2 e senha 274D-E024-CBBF-DD7E

nas redes e que, por conseguinte, coloca em risco os mesmos preceitos. Argumentam, ademais, que a contratação se vale de recursos públicos, que deveriam estar voltados para atos que protejam a saúde da população, em lugar de agravar o risco a tal bem. Com base em tais fundamentos, pedem a suspensão imediata da veiculação e/ou contratação de qualquer propaganda que expresse que "O Brasil Não Pode Parar" ou que seja sugestiva de que as pessoas devem romper com o distanciamento social, cujo propósito é restringir o contágio.

3. Dada a gravidade dos efeitos da pandemia para a vida e a saúde da população, os riscos gerados por eventual campanha de desinformação e a importância de assegurar que recursos públicos escassos não sejam desperdiçados em contexto em que são imprescindíveis para a preservação da vida das pessoas, excepcionalmente, optei por decidir de imediato a cautelar, sem prejuízo da posterior oitiva das autoridades ou de sua submissão ao plenário, para confirmação.

4. É o relatório. Passo à decisão.

II. PRELIMINARMENTE: RECEBIMENTO DA AÇÃO DA REDE SUSTENTABILIDADE

5. **Recebo a ação proposta pela Rede Sustentabilidade.** Na qualidade de partido político com representação no Congresso Nacional, a agremiação é parte legítima universal para a propositura de ações diretas. Não há dúvida de que a potencial violação à vida, à saúde, à informação, à moralidade, à probidade, à transparência e à eficiência se enquadra como descumprimento de preceito fundamental, para fins de admissibilidade da ação. A jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal já assentou que todo e qualquer direito fundamental se subsume no conceito. Está, ainda, indiscutivelmente presente o requisito da subsidiariedade, quer porque inexiste outra ação direta que permita veicular a discussão, quer diante da necessidade de que se profira decisão com efeitos obrigatórios e gerais (*erga omnes*), apta a vincular todo o

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1737-4C0B-81E9-4DC2 e senha 274D-E024-CBBF-DD7E

Judiciário, a Administração Pública (dos três Poderes) e os jurisdicionados, com alcance nacional.

6. Postergo para momento posterior à oitiva das autoridades, da Advocacia Geral da União e da Procuradoria Geral da República a decisão sobre a admissibilidade da ação proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, dada a possível discussão sobre o alcance de sua legitimidade ativa para o feito. De todo modo, a ação da Rede Sustentabilidade já possibilita a apreciação da cautelar, o que passo a fazer.

III. Requisitos para Deferimento da Cautelar

7. Estão presentes os requisitos para deferimento da cautelar. A plausibilidade do direito alegado decorre do reconhecimento técnico-científico, por parte das principais autoridades mundiais e nacionais, sobre a gravidade da pandemia e a imprescindibilidade de medidas de redução da circulação social, sob pena de se colocar em risco a saúde e a vida da população. O perigo na demora está igualmente caracterizado, quer porque já há vídeo circulando da internet, conclamando a população a não parar, quer porque a qualquer momento pode ser lançada campanha mais ampla, no mesmo sentido, com o uso de recursos públicos escassos. É o que se passa a demonstrar.

III.1. Verossimilhança do Direito Alegado

8. A Constituição da República assegura a todos o direito à vida, à saúde, à segurança e à informação (arts. 5º, caput, XIV e XXXIII; arts. 6º e 196, CF). A tais direitos corresponde o dever do Poder Público de prover os serviços necessários à sua garantia e, acima de tudo, a não colocar tais bens em risco. No que respeita aos atos e campanhas publicitárias dos órgãos públicos, a Constituição determina, expressamente, que devem ter caráter "informativo, educativo ou de orientação social" (art. 37, §1º, CF). Esses são, portanto, os referenciais

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1737-4C0B-81E9-4DC2 e senha 274D-E024-CBBF-DD7E

normativos que permitem aferir se uma campanha veiculada pelo Governo atende aos padrões de legalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que regem a Administração Pública (art. 37, *caput*, CF).

9. Pois bem. É fato público e notório que o mundo enfrenta uma pandemia de proporções inéditas, que tem levado a milhares de infectados e de mortos, ao fechamento de fronteiras, à decretação de medidas de quarentena, de isolamento social, ao colapso dos mais estruturados sistemas de saúde das nações mais desenvolvidas e preparadas para enfrentar um quadro dessa ordem. A situação é gravíssima e não há qualquer dúvida de que a infecção por COVID-19 representa uma ameaça à saúde e à vida da população. Nessa linha, dados disponibilizados em 30.03.2020 registravam: 82447 casos de contágio confirmados e 3.310 mortes na China; 97689 casos confirmados e 10781 mortes na Itália; 78.797 casos confirmados e 6.528 mortes na Espanha; 122.653 casos confirmados e 2.112 mortes nos Estados Unidos da América (EUA)[1][1]. No Brasil, onde o contágio foi posterior e acaba de começar a evoluir, tais dados indicavam 3.904 infectados e 114 mortes. Veja-se, a seguir, tais números em confronto com a população total de cada país.

País	Mortes[2]	Contágio confirmado[3]	População total[4]
China	3310	82447	1.439.323.776
Itália	10781	97689	60.461.826
Espanha	6528	78797	46.754.778
EUA	2112	122.653	331.002.651
Brasil	114	3904	212.559.417

10. A experiência dos demais países no combate ao COVID tem demonstrado que boa parte da população terá contato com o vírus, mas que é preciso tomar medidas sanitárias que reduzam a velocidade de

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1737-4C0B-81E9-4DC2 e senha 274D-E024-CBBF-DD7E

contágio para que os sistemas de saúde possam fazer face ao número de infectados e, assim, evitar mortes desnecessárias. Sem a adoção de tais medidas, o contágio de grande parcela da população ocorre simultaneamente, e o sistema de saúde não é capaz de socorrer um quantitativo tão grande de pessoas. Entre as medidas de redução da velocidade de contágio estão justamente aquelas que determinam o fechamento de escolas, comércio, evitam aglomerações, reduzem a movimentação de pessoas e prescrevem o distanciamento social[5][5]. A necessidade de tais medidas constitui opinião unânime da comunidade científica sobre o tema, conforme manifestações da Organização Mundial de Saúde, do Ministério da Saúde, do Conselho Federal de Medicina e da Sociedade Brasileira de Infectologia. Confira-se:

> **Declaração do Diretor Geral da Organização Mundial de Saúde:**
>
> "Para reduzir a velocidade de contágio do COVID-19, muitos países introduziram medidas sem precedentes, com significativos custos sociais e econômicos – fechando escolas e comércio, cancelando eventos esportivos, pedindo às pessoas para ficarem em casa e seguras.
>
> Nós compreendemos que esses países estejam agora procurando identificar quando e como poderão relaxar tais medidas.
>
> A resposta depende do que tais países fazem enquanto essas medidas estão sendo aplicadas.
>
> Pedir às pessoas para ficar em casa e reduzir a movimentação da população significa "comprar tempo" e reduzir a pressão sobre os sistemas de saúde.
>
> .....
>
> A última coisa que qualquer país precisa é abrir escolas e comércio apenas para serem forçados a fechá-los novamente em razão da reincidência do vírus.
>
> **Medidas agressivas para localizar, isolar, testar e tratar**

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1737-4C0B-81E9-4DC2 e senha 274D-E024-CBBF-DD7E

são não apenas o melhor e mais rápido caminho para um país superar restrições sociais e econômicas extremas – são também a melhor maneira de evitá-las."[6]

Ministério da Saúde:

"Com base na evolução dos casos no Brasil, até o momento, estima-se que, sem a adoção das medidas propostas pela pasta para prevenção, o número de casos da doença dobre a cada três dias. [...]. **O Ministério da Saúde recomenda a redução do contato social** o que, consequentemente, reduzirá as chances de transmissão do vírus, que é alta se comparado a outros coronavírus do passado.

.....

ÁREAS COM TRANSMISSÃO COMUNITÁRIA

Para áreas com transmissão comunitária/sustentada é recomendada a redução de deslocamentos para o trabalho. O Ministério da Saúde incentiva que reuniões sejam realizadas virtualmente, que viagens não essenciais (avaliadas pela empresa) sejam adiadas/canceladas e que, quando possível, realizar o trabalho de casa (home office). Adotar horários alternativos para evitar períodos de pico também é uma das medidas recomendadas pelo Ministério da Saúde aos estados.

Para as instituições de ensino, é recomendado o planejamento de antecipação de férias, procurando reduzir prejuízos no calendário escolar, inclusive com a possibilidade de utilizar o ensino à distância. **Poderá ser declarada quarentena quando o país atingir 80% da ocupação dos leitos de UTI, disponíveis para o atendimento à doença**. A ocupação é definida pelo gestor local. As medidas também se estendem às pessoas para a diminuição da propagação do coronavírus. Cada um é responsável por ações para se manter saudável e impedir a transmissão da doença. [...]."[7]

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1737-4C0B-81E9-4DC2 e senha 274D-E024-CBBF-DD7E

Conselho Federal de Medicina

Uma nova fase de enfrentamento da epidemia se inaugura a partir de 13/3 com aconstatação de transmissão comunitária, em São Paulo e no Rio de Janeiro, com casos comprovados de pessoas que se infectaram sem ter viajado ou ter tido contato com viajantes recém-chegados de áreas epidêmicas.

Assim, altera-se o perfil de risco, que passa do viajante e seu contato para qualquer pessoa que viva nessas cidades. As medidas de distanciamento social passam a ser cruciais para a redução da velocidade de progressão da epidemia nesses locais e por consequência, no país.

.....

A principal lição aprendida com a China é que a epidemia pode ser desacelerada desde que se reconheça sua gravidade como evento de máxima ameaça à saúde pública e que não se postergue a aplicação de medidas drásticas, inclusive, se a situação assim o exigir. [...].

.....

O caso italiano foi fundamental para que outras nações da Europa e também os EUA e o Brasil se apercebessem que a crise na saúde pública de seus países era iminente e que a entrada com medidas mais duras de contenção da epidemia, logo quando ocorrem os primeiros casos de transmissão local, é mandatória para proteger os Sistemas de Saúde e mantê-los viáveis durante a fase de explosão da epidemia."[8]

Sociedade Brasileira de Infectologia:

"O Brasil está numa curva crescente de casos, com transmissão comunitária do vírus e o número de infectados está dobrando a cada três dias.

.....

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1737-4C0B-81E9-4DC2 e senha 274D-E024-CBBF-DD7E

> Também concordamos que devemos ter enorme preocupação com o impacto socioeconômico desta pandemia e a preocupação com os empregos e sustento das famílias. Entretanto, **do ponto de vista científico-epidemiológico, o distanciamento social é fundamental para conter a disseminação do novo coronavírus, quando ele atinge a fase de transmissão comunitária**. Essa medida deve ser associada ao isolamento respiratório dos pacientes que apresentam a doença, ao uso de equipamentos de proteção individual (EPI) pelos profissionais de saúde e à higienização frequente das mãos por toda a população. As medidas de maior ou menor restrição social vão depender da evolução da epidemia no Brasil e, nas próximas semanas, poderemos ter diferentes medidas para regiões que apresentem fases distantes da sua disseminação.
>
> Quando a COVID-19 chega à fase de franca disseminação comunitária, a maior restrição social, com fechamento do comércio e da indústria não essencial, além de não permitir aglomerações humanas, se impõe. Por isso, ela está sendo tomada em países europeus desenvolvidos e nos Estados Unidos da América.
>
> Médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, fisioterapeutas e todos os demais profissionais de saúde estão trabalhando arduamente nos hospitais e unidades de saúde em todo o país. A epidemia é dinâmica, assim como devem ser as medidas para minimizar sua disseminação. "**Ficar em casa" é a resposta mais adequada para a maioria das cidades brasileiras neste momento, principalmente as mais populosas**."[9][9] (Grifou-se)

11. As medidas de distanciamento social são, portanto, as medidas recomendadas para ganhar tempo no combate à transmissão do vírus e assegurar maior capacidade de resposta para o sistema. Os países que as adotaram de forma mais rápida e rigorosa sofreram menos. Os que tardaram em adotá-la – como é o caso da Itália – enfrentam uma situação dramática. O Brasil tem, contudo, uma agravante. Diferentemente de outras nações examinadas, trata-se de país em desenvolvimento: com

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1737-4C0B-81E9-4DC2 e senha 274D-E024-CBBF-DD7E

grandes aglomerações urbanas, muitas comunidades pobres e enorme quantitativo de pessoas vivendo em situação de precariedade sanitária. Estudo do Imperial College COVID-19 Responce Team aponta justamente que as estimativas de contágio e de colapso dos sistemas de saúde em países em desenvolvimento e em cenários de baixa renda podem se revelar ainda mais graves do que aquelas já expostas em cenários em que esse componente não está presente. Veja-se:

> Estudo do Imperial College COVID-19 Response Team:
>
> "**Nós estimamos que, na ausência de medidas interventivas, o COVID-19 poderia resultar em 7 bilhões de infectados e em 40 milhões de mortes neste ano. Estratégias de mitigação focando e blindando idosos (60% de redução do contato social) e reduzindo mas não interrompendo a transmissão (40% de redução do contato social para a população em geral) poderiam reduzir tal impacto pela metade, salvando 20 milhões de vida.** Entretanto, nós antevemos que, mesmo nesse cenário os sistemas de saúde de todos os países estarão rapidamente sobrecarregados. **Esse efeito pode ser ainda mais severo em regiões de baixa renda ("lower income settings"), onde a capacidade [dos sistemas de saúde] é menor: [...]. Como resultado, nós consideramos que o impacto sobre contextos de baixa renda que busquem estratégias de mitigação podem ser substancialmente maiores do que aqueles constantes das nossas previsões**.
>
> **Nossa análise sugere, portanto, que a demanda por serviços de saúde só poderá ser mantida em níveis administráveis por meio da rápida adoção de medidas de saúde pública (incluindo teste, isolamento de casos e medidas mais amplas de distanciamento social) com vistas a suprimir a transmissão**, medidas similares àquelas adotadas em diversos países no momento. Se uma estratégia de supressão for implementada cedo (no contexto de 0,2 mortes por 100.000 habitantes por semana), então 30,7 milhões de vidas poderiam ser salvas. **Atrasos na implementação de estratégias de**

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1737-4C0B-81E9-4DC2 e senha 274D-E024-CBBF-DD7E

> **supressão da transmissão levarão a resultados piores e a menos vidas poupadas**."[10][10] (Grifou-se)

12. Portanto, nada recomenda que as medidas de contenção da propagação do vírus sejam flexibilizadas em países em desenvolvimento. Ao contrário, tais medidas, em cenários de baixa renda, são urgentes e devem ser rigorosas, dado que as condições de vida em tais cenários – grandes aglomerações e falta de condições sanitárias adequadas – favorecem o contágio e a propagação do vírus. Do mesmo modo, o sistema público de saúde de países em desenvolvimento, que já se mostra deficiente em algumas circunstâncias, tende a apresentar menor capacidade de resposta do que sistemas públicos de países desenvolvidos que, a despeito disso, também experimentaram a exaustão de sua capacidade.

13. Ainda que assim não fosse: que não houvesse uma quase unanimidade técnico-científica acerca da importância das medidas de distanciamento social e mesmo que não tivéssemos a agravante de reunirmos grupos vulneráveis em situações de baixa renda, o Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência consolidada no sentido de que, em matéria de tutela ao meio ambiente e à saúde pública, devem-se observar os princípios da precaução e da prevenção. Portanto, havendo qualquer dúvida científica acerca da adoção da medida sanitária de distanciamento social – o que, vale reiterar, não parece estar presente – a questão deve ser solucionada em favor do bem saúde da população. Confira-se a jurisprudência da Corte:

> "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. MEDIDAS DE CONTENÇÃO DAS DOENÇAS CAUSADAS PELO AEDES AEGYPTI. [...]. **INAFASTABILIDADE DA APROVAÇÃO PRÉVIA DA AUTORIDADE SANITÁRIA E DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE. ATENDIMENTO ÀS PREVISÕES CONSTITUCIONAIS DO DIREITO À SAÚDE, AO MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO**

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1737-4C0B-81E9-4DC2 e senha 274D-E024-CBBF-DD7E

E AOS PRINCÍPIOS DA PRECAUÇÃO E DA PREVENÇÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL DA AÇÃO.

1. Apesar de submeter a incorporação do mecanismo de dispersão de substâncias químicas por aeronaves para combate ao mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do vírus da zika à autorização da autoridade sanitária e à comprovação de eficácia da prática no combate ao mosquito, **o legislador assumiu a positivação do instrumento sem a realização prévia de estudos em obediência ao princípio da precaução**, o que pode levar à violação à sistemática de proteção ambiental contida no artigo 225 da Constituição Federal.

2. **A previsão legal de medida sem a demonstração prévia de sua eficácia e segurança pode violar os princípios da precaução e da prevenção, se se mostrar insuficiente o instrumento para a integral proteção ao meio ambiente equilibrado e ao direito de todos à proteção da saúde.** 3. **O papel do Poder Judiciário em temas que envolvem a necessidade de consenso mínimo da comunidade científica, a revelar a necessidade de transferência do lócus da decisão definitiva para o campo técnico, revela-se no reconhecimento de que a lei, se ausentes os estudos prévios que atestariam a segurança ambiental e sanitária, pode contrariar os dispositivos constitucionais** apontados pela Autora em sua exordial, necessitando, assim, de uma hermenêutica constitucionalmente adequada, a assegurar a proteção da vida, da saúde e do meio ambiente." (ADI 5592ADI 5592, Rel. p/ Acórdão: Min. Edson Fachin, grifou-se)

"EMENTA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 2º, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.055/1995. **EXTRAÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO, UTILIZAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E TRANSPORTE DO ASBESTO/AMIANTO E DOS PRODUTOS QUE O CONTENHAM**. AMIANTO CRISOTILA. **LESIVIDADE À**

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1737-4C0B-81E9-4DC2 e senha 274D-E024-CBBF-DD7E

SAÚDE HUMANA. [...]. **CONSENSO MÉDICO ATUAL NO SENTIDO DE QUE A EXPOSIÇÃO AO AMIANTO TEM, COMO EFEITO DIRETO, A CONTRAÇÃO DE DIVERSAS E GRAVES MORBIDADES. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE. RECONHECIMENTO OFICIAL. PORTARIA Nº 1.339/1999 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. POSIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. RISCO CARCINOGÊNICO DO ASBESTO CRISOTILA**. [...].

2. **O consenso médico atual identifica, para além de qualquer dúvida razoável, a contração de diversas doenças graves como efeito direto da exposição ao amianto. A Portaria nº 1.339/1999 do Ministério da Saúde imprime reconhecimento oficial à relação de causalidade entre a exposição ao asbesto ou amianto, inclusive da variedade crisotila, e as seguintes doenças**: neoplasia maligna do estômago, neoplasia maligna da laringe, neoplasia maligna dos brônquios e do pulmão, mesotelioma da pleura, mesotelioma do peritônio, mesotelioma do pericárdio, placas epicárdicas ou pericárdicas, asbestose, derrame pleural e placas pleurais.

3. **Posição oficial da Organização Mundial da Saúde – OMS no sentido de que: (a) todos os tipos de amianto causam câncer no ser humano**, não tendo sido identificado limite algum para o risco carcinogênico do crisotila; [...].5. Limites da cognição jurisdicional. Residem fora da alçada do Supremo Tribunal Federal os juízos de natureza técnico-científica sobre questões de fato, acessíveis pela investigação técnica e científica, como a nocividade ou o nível de nocividade da exposição ao amianto crisotila e a viabilidade da sua exploração econômica segura. **A tarefa da Corte – de caráter normativo – há de se fazer inescapavelmente embasada nas conclusões da comunidade científica – de natureza descritiva**." (ADI 4066ADI 4066; Rel. Min. Rosa Weber, grifou-se)

"Recurso extraordinário. Repercussão geral reconhecida. Direito Constitucional e Ambiental. Acórdão do tribunal de origem que, além de impor normativa alienígena, desprezou

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1737-4C0B-81E9-4DC2 e senha 274D-E024-CBBF-DD7E

> norma técnica mundialmente aceita. Conteúdo jurídico do princípio da precaução. [...].
>
> 2. **O princípio da precaução é um critério de gestão de risco a ser aplicado sempre que existirem incertezas científicas sobre a possibilidade de um produto, evento ou serviço desequilibrar o meio ambiente ou atingir a saúde dos cidadãos, o que exige que o estado analise os riscos, avalie os custos das medidas de prevenção e, ao final, execute as ações necessárias, as quais serão decorrentes de decisões universais, não discriminatórias, motivadas, coerentes e proporcionais. 3. Não há vedação para o controle jurisdicional das políticas públicas sobre a aplicação do princípio da precaução, desde que a decisão judicial não se afaste da análise formal dos limites desses parâmetros e que privilegie a opção democrática das escolhas discricionárias feitas pelo legislador e pela Administração Pública**. [...].” (RE 627189(RE 627189; Rel. Min. Dias Toffoli, grifou-se)

14. Nessa linha, uma campanha publicitária, promovida pelo Governo, que afirma que “O Brasil não pode parar” constitui, em primeiro lugar, uma campanha não voltada ao fim de “informar, educar ou orientar socialmente” no interesse da população (art. 37, §1º, CF). Em momento em que a Organização Mundial de Saúde, o Ministério da Saúde, as mais diversas entidades medicas se manifestam pela necessidade de distanciamento social, uma propaganda do Governo incita a população ao inverso. Trata-se, ademais, de uma campanha “desinformativa”: se o Poder Público chama os cidadãos da “Pátria Amada” a voltar ao trabalho, a medida sinaliza que não há uma grave ameaça para a saúde da população e leva cada cidadão a tomar decisões firmadas em bases inverídicas acerca das suas reais condições de segurança e de saúde. O uso de recursos públicos para tais fins, claramente desassociados do interesse público consistente em salvar vidas, proteger a saúde e preservar a ordem e o funcionamento do sistema de saúde, traduz uma aplicação de recursos públicos que não observa os princípios da legalidade, da moralidade e da eficiência, além

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1737-4C0B-81E9-4DC2 e senha 274D-E024-CBBF-DD7E

de deixar de alocar valores escassos para a medida que é a mais emergencial: salvar vidas (art. 37, *caput* e §1º, CF).

15. Vale assinalar, ainda, que não há efetivamente uma dicotomia entre proteção à saúde da população e proteção à economia e aos empregos da mesma população, tal como vendo sendo alegado. O mundo inteiro está passando por medidas restritivas em matéria de saúde e pelos impactos econômicos delas decorrentes. Caso o Brasil não adote medidas de contenção da propagação do vírus, o próprio país poderá ser compreendido como uma ameaça aos que o estão combatendo, passando a correr o risco de isolamento econômico. Não bastasse isso, a supressão das medidas de distanciamento social levará inevitavelmente à propagação do vírus, conforme ampla experiência internacional, e, em algum momento do futuro, a medida de restrição da população será ainda mais grave. Portanto, a demora na tomada de medidas de contenção da propagação do vírus tende a aumentar os riscos também para a economia. Nota-se, portanto, que a economia precisa que a saúde pública seja protegida para que volte a funcionar em situação de normalidade.

16. É igualmente importante ter em conta que não se trata aqui de uma decisão política do Presidente da República acerca de como conduzir o país durante a pandemia. Haveria uma decisão política, no caso em exame, se a autoridade eleita estivesse diante de duas ou mais medidas aptas a produzir o mesmo resultado: o bem estar da população, e optasse legitimamente por uma delas. Não é o caso. A supressão das medidas de distanciamento social, como informa a ciência, não produzirá resultado favorável à proteção da vida e da saúde da população. Não se trata de questão ideológica. Trata-se de questão técnica. E o Supremo Tribunal Federal tem o dever constitucional de tutelar os direitos fundamentais à vida, à saúde e à informação de todos os brasileiros.

17. Por fim, vale observar que não há na presente decisão uma limitação do direito à liberdade de expressão. Em primeiro lugar, seria um pouco discutível falar no direito fundamental da União, ente público, à liberdade de expressar sua "opinião", em especial contra uma medida

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1737-4C0B-81E9-4DC2 e senha 274D-E024-CBBF-DD7E

sanitária adotada pela própria União. Não custa lembrar que a campanha publicitária aqui atacada conflita com orientações do Ministério da Saúde. Nessas condições, me parece que o que está em debate aqui é, não um direito, mas **o dever da União de informar adequadamente o público acerca das situações que colocam em risco a sua vida, saúde e segurança**.

III.2. Perigo na Demora

18. Não há dúvidas de que o caso em exame apresenta perigo de dano irreparável ou de difícil reparação caso não seja deferida de imediato uma cautelar. O vídeo "#OBrasilNãoPodeParar" está circulando nas redes sociais e por meio de Whatsapp, disseminação que é de difícil controle. Há, ainda, indícios de que campanha mais ampla, com o mesmo viés, esteja sendo gestada. A atual situação sanitária e o convencimento de que a população se mantenha em casa já demandava esforços consideráveis. A disseminação da campanha em sentido contrário pode comprometer a capacidade das instituições de explicar à população os desafios enfrentados e de promover seu engajamento com relação às duras medidas que precisam ser adotadas.

IV. Conclusão

19. Diante do exposto, recebo a ação da Rede Sustentabilidade. Defiro a cautelar para vedar a produção e circulação, por qualquer meio, de qualquer campanha que pregue que "O Brasil Não Pode Parar" ou que sugira que a população deve retornar às suas atividades plenas, ou, ainda, que expresse que a pandemia constitui evento de diminuta gravidade para a saúde e a vida da população. Determino, ainda, a sustação da contratação de qualquer campanha publicitária destinada ao mesmo fim.

20. Providencie-se o apensamento da ADPF 668 por baixo da ADPF 669. Intimem-se as autoridades para o imediato cumprimento

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1737-4C0B-81E9-4DC2 e senha 274D-E024-CBBF-DD7E

desta decisão. Intimem-se as mesmas autoridades e, ainda, a Advocacia-Geral da União e a Procuradoria Geral da República para manifestação, no prazo comum de 5 dias, por analogia ao previsto no art. 5º, §1º, da Lei 9.882/1999. Na sequência, os autos devem voltar à conclusão, para que, na qualidade de relator, possa levar a medida a referendo do Plenário.

21. Determino a intimação do Google, Instagram, Twitter, Facebook, Telegram e Whatsapp acerca da presente decisão.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO
RELATOR

[1][1] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Coronavirus Disease (COVID-2019) Situation Reports, de 30.03.2020. Disponível em: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reportshttps://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reports. Acesso em: 30.03.2020.

[2][2] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Coronavirus Disease (COVID-2019) Situation Reports, de 30.03.2020. Idem ibidem.

[3][3] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Coronavirus Disease (COVID-2019) Situation Reports, de 30.03.2020. Idem ibidem.

[4][4] WORLDOMETER, 2020. Disponível em: https://www.worldometers.info/world-population/population-by-country/https://www.worldometers.info/world-population/population-by-country/. Acesso em: 30.03.2020.

[5][5] A expressão "distanciamento social" é utilizada com o significado de redução do contato social, por meio de medidas como fechamento de comércio, escolas e utilização de sistemas de trabalho virtual em substituição ao trabalho presencial, quando possível.

[6][6] O intervalo não transcrito dizia: "Mas essas medidas isoladamente não extinguirão a epidemia. O propósito de tais atos é

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1737-4C0B-81E9-4DC2 e senha 274D-E024-CBBF-DD7E

possibilitar medidas mais precisas e direcionadas, necessárias a parar a transmissão e salvar vidas. Nós chamamos todos os países que introduziram medidas de bloqueio ("lockdown") a usar esse tempo para atacar o vírus. Nós recomendamos seis ações chave. Em primeiro lugar, expandam, treinem e implantem seu sistema de saúde e sua força de trabalho. Em segundo lugar, implementem um sistema voltado a identificar qualquer caso suspeito em nível comunitário. Em terceiro lugar, aumentem a produção, capacidade e disponibilidade de testes da enfermidade. Em quarto lugar, identifiquem, adaptem, equipem instalações de que necessitarão para isolar e tratar pacientes. Em quinto lugar, desenvolvam um plano claro e processos de quarentena. Em sexto lugar, reorientem ('refocus') todo o governo para atuar na supressão e no controle ao COVID-19. Essas medidas são a melhor forma de suprimir e parar a transmissão, para que, quando as restrições forem levantadas, o vírus não surja novamente". OMC. Who Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 – 25 March 2020, livre tradução. Disponível em: https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---25-march-2020https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---25-march-2020. Acesso em 31.03.2020, grifou-se.

[7][7] MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde anuncia orientações para evitar a disseminação do coronavírus, 13.03.2020. Disponível em: https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46540-saude-anuncia-orientacoes-para-evitar-a-disseminacao-do-coronavirushttps://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46540-saude-anuncia-orientacoes-para-evitar-a-disseminacao-do-coronavirus. Acesso em: 30.03.2020, grifou-se. No mesmo sentido: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletim Epidemiológico 05. Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública – CPVID-19. 14.03.2020. Disponível em: https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/marco/24/03--ERRATA---Boletim-Epidemiologico-

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1737-4C0B-81E9-4DC2 e senha 274D-E024-CBBF-DD7E

05.pdfhttps://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/marco/24/03--ERRATA---Boletim-Epidemiologico-05.pdf. Acesso em: 31.03.2020.

[8][8] CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Posição do Conselho Federal de Medicina sobre a pandemia COVID-19: contexto, análise de medidas e recomendações, 17.03.2020. Disponível em: https://sbpt.org.br/portal/cfm-covid19/https://sbpt.org.br/portal/cfm-covid19/. Acesso em: 31.03.2020.

[9][9] SOCIEDADE BRASILEIRA DE INFECTOLOGIA. Nota de Esclarecimento sobre o Pronunciamento Oficial do Presidente da República Jair Bolsonaro, 24.03.2020. Disponível em: https://www.infectologia.org.br/admin/zcloud/125/2020/03/b2c7d673aff412a0913cbf4be15fea258fd138f33c7c223c0a9330892eca4656.pdfhttps://www.infectologia.org.br/admin/zcloud/125/2020/03/b2c7d673aff412a0913cbf4be15fea258fd138f33c7c223c0a9330892eca4656.pdf. Acesso em 31;03.2020.

[10][10] Patrick GT Walker, Charles Whittaker, Oliver Watson et al. The Global Impact of COVID-19 and Strategies for Mitigation and Suppression. WHO Collaborating Centre for Infectious Disease Modelling, MRC Centre for Global Infectious Disease Analysis, Abdul Latif Jameel Institute for Disease and Emergency Analytics, Imperial College London, 2020, livre tradução (grifou-se). Disponível em: https://www.imperial.ac.uk/media/imperial-college/medicine/sph/ide/gida-fellowships/Imperial-College-COVID19-Global-Impact-26-03-2020.pdfhttps://www.imperial.ac.uk/media/imperial-college/medicine/sph/ide/gida-fellowships/Imperial-College-COVID19-Global-Impact-26-03-2020.pdf. Acesso em: 26.03.2020.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 1737-4C0B-81E9-4DC2 e senha 274D-E024-CBBF-DD7E

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

Imprimir

LEIS E DECRETOS MUNICIPAIS

Decreto Municipal N.º 95955, DE 18 DE MARÇO DE 2020.

DOM nº 13.955, de 18/03/2020.

Declara situação de emergência no âmbito do Município de Belém para enfrentamento preventivo da pandemia de coronavírus declarada pela Organização Mundial de Saúde – OMS e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Belém, no uso de suas atribuições legais, Considerando a competência que lhe é outorgada pelo inciso XIX do art. 94 da Lei Orgânica do Município de Belém - LOMB,

Considerando o teor da Portaria nº 188/GM/MS, publicada no Diário Oficial da União em 4 de fevereiro de 2020, oriunda do Ministério da Saúde, a qual reconhece e declara situação de Emergência em Saúde Pública com natureza internacional – ESPIN, em todo território brasileiro, em decorrência da infecção humana proveniente do novo coronavírus (SARS-COV-2),

Considerando a classificação, por parte da Organização Mundial de Saúde (OMS), da situação mundial do novo coronavírus como pandemia, configurando risco potencial da doença infecciosa atingir a população mundial de forma simultânea, não se limitando a locais que já tenham sido identificadas como de transmissão interna, e

Considerando a necessidade de adotar e recomendar medidas emergenciais e temporárias, a fim de conter a propagação da infecção e transmissão local, preservando a saúde da população em geral, bem como a regular prestação dos serviços públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Belém, no período da pandemia.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada situação de emergência em saúde pública no Município de Belém, proveniente do risco de infecção humana em virtude da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

Art. 2º Fica criado o Comitê de Operações de Emergência e Saúde Pública - COES para adoção de medidas de enfrentamento da pandemia do COVID-19, coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde – SESMA, com a responsabilidade de cuidar das ações técnicas e medidas operacionais, além da expedição de procedimentos de contingência viral no território do Município de Belém, por meio de Plano de Trabalho.

Parágrafo único. O Comitê referido no caput será constituído por representantes dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município, com característica multidisciplinar, sendo considerado de relevante interesse público.

[1]Art. 3º A partir da publicação deste Decreto, as seguintes medidas emergenciais deverão ser imediatamente adotadas:
I – Suspensão de aulas em toda rede pública municipal de ensino pelo período de 15 (quinze) dias;
II – A Secretaria Municipal de Educação - SEMEC e a Fundação Municipal de Assistência ao Estudante - FMAE elaborarão e executarão a logística para disponibilização de kits de merenda às famílias dos alunos, com anúncio até o dia 20 de março de 2020;
III – Suspensão de férias e licenças dos servidores e profissionais da área da saúde;
IV – Suspensão da utilização de ponto biométrico nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, com adoção de outro meio que ateste a frequência do servidor;
V – Proibição da realização de seminários, simpósios e congressos regionais e nacionais de qualquer natureza, com a presença de pessoas de outros Estados, nos próximos 15 (quinze) dias;
VI – Suspensão do atendimento presencial nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, quando este puder ser mantido por meio eletrônico ou telefônico;
VII – Suspensão de programas municipais que possam ensejar a aglomeração de pessoas;
VIII – Fechamento imediato de museus e do Bosque Rodrigues Alves;
IX – Suspensão de viagens de servidores municipais a serviço do Município de Belém, seja no território nacional ou no exterior;
[2]X - proibição ou revogação de licenças, autorizações ou alvarás para a realização de eventos de qualquer natureza, públicos ou privados, que gerem aglomerações, nos próximos 15 (quinze) dias. (NR)

- Redação original:
X – Proibição ou revogação de licenças, autorizações ou alvarás para realização de eventos de qualquer natureza, públicos ou privados, para quantidade igual ou superior a 500 (quinhentas) pessoas nos próximos 15 (quinze) dias;

XI – Proibição do desembarque de passageiros de Cruzeiros em portos do Município de Belém.

Art. 4º Os titulares dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, resguardada a manutenção integral dos serviços essenciais, deverão avaliar a possibilidade de suspensão, redução ou alteração dos serviços, implementação de novas condições e restrições temporárias na prestação e acesso, bem como outras medidas, Considerando a natureza do serviço e no intuito de reduzir, no período de emergência, o fluxo e aglomeração de pessoas nos locais de atendimento, em especial das pessoas inseridas, segundo as autoridades de saúde e sanitária, no grupo de risco de maior probabilidade de desenvolvimento dos sintomas mais graves decorrentes da infecção pelo coronavírus.

Art. 5º Durante a vigência deste Decreto, a Administração Pública Municipal incentivará a prática do teletrabalho em todos os seus órgãos e entidades, especialmente aos servidores que tenham idade maior ou igual a 60 (sessenta) anos, portadores de doenças crônicas, doenças cardiovasculares, câncer, diabetes, hipertensão ou com imunodeficiência e gestantes, devidamente comprovadas por atestado médico validado pelo Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Município de Belém – IASB.
[3]Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos servidores e profissionais que desempenham atividades nas áreas de saúde, segurança ou de outras atividades consideradas essenciais pelo órgão ou entidade. (AC)

Art. 6º Todos os servidores públicos municipais que tenham sintomas de gripe ou apresentem febre, tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaléia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais, e se enquadrem na definição de casos suspeitos por infecção de coronavírus pela Organização Mundial de Saúde - OMS, ou que tenham recebido diagnóstico positivo para o COVID-19, deverão abster-se de comparecer aos respectivos locais de trabalho.
§ 1º. A Secretaria Municipal de Saúde – SESMA estabelecerá protocolo de atendimento aos servidores que se ausentarem na forma do caput deste artigo, especialmente para fins de investigação e controle epidemiológico.
§ 2º. Os servidores que tenham regressado de viagens internacionais e áreas de transmissão comunitária declaradas pelo Ministério da Saúde, ficam submetidos, obrigatoriamente, a regime de teletrabalho temporário, pelo prazo de 7 (sete) dias, contados do efetivo retorno ao Município de Belém.
§ 3º. Os servidores deverão informar à chefia imediata a realização ou regresso de viagens para fins do disposto no §2º deste artigo, sob pena de serem tomadas, de ofício, as providências pertinentes.

Art. 7º Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão avaliar e implementar, de acordo com critério interno e próprio a cada um, atendendo às suas especificidades, regime de plantão e rodízio de servidores, equilibrando a restrição de convívio social com o atendimento ao público externo ou o desenvolvimento das funções institucionais.
§ 1º. Deverá ser assegurada a presença diária de servidores, em número mínimo, porém suficiente, para a continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais.
§ 2º. Os servidores que não estiverem fisicamente, e momentaneamente, na sede dos respectivos órgãos, desenvolverão as suas atividades em regime de teletrabalho, sendo que a presença física dispensada não exime o cumprimento das suas competências funcionais.
§ 3º. Os servidores manter-se-ão disponíveis por canais de comunicação próprios para que não haja prejuízo ao desenvolvimento escorreito das atividades.
§ 4º. Os titulares das unidades deverão avaliar a imprescindibilidade de reuniões presenciais, adotando as modalidades de áudio e videoconferência para eventos com número elevado de participantes.
§ 5º. A chefia imediata dos servidores enquadrados no caput deste artigo fará o monitoramento para fins do cumprimento das suas respectivas atribuições.

Art. 8º Todos os órgãos e entidades da Administração Municipal deverão envidar esforços para a ampla e sistemática divulgação das ações preventivas à COVID-19, para usuários internos e externos, baseadas nas orientações emitidas pelo Ministério da Saúde, constantes no endereço www.saude.gov.br/coronavirus, reforçando ações de limpeza e higiene e seus ambientes de trabalho.

Art. 9º Fica recomendado que os servidores que estejam dispensados de comparecer ao ambiente de trabalho em virtude do presente Decreto, desempenhando suas atividades por meio remoto ou teletrabalho, permaneçam, na medida do possível, em ambiente domiciliar, evitando locais públicos ou de grande aglomeração de pessoas, adotando medidas que reduzam o contágio pela COVID-19.

Art. 10. Os gestores dos contratos de prestação de serviço deverão notificar as empresas contratadas quanto à responsabilidade destes em adotar todos os meios necessários para conscientizar os seus funcionários quanto aos riscos do novo coronavírus, estando as empresas passíveis de responsabilização contratual em caso de omissão que resulte em prejuízo à Administração Pública.

Art. 11. Aos cinemas, teatros, academias, shoppings, comércio em geral, bancos, restaurantes e bares, recomenda-se que adotem medidas para evitar aglomerações e lotação em seus espaços.
[4] § 1º. Excepcionalmente, até o dia 30 de abril de 2020, os shoppings deverão manter funcionando apenas clínicas, laboratórios, supermercados e restaurantes, estes últimos exclusivamente por meio de serviços de entrega à domicílio (delivery). (NR)

- Redação original:

[5]§ 1º. Excepcionalmente, até o dia 5 de abril de 2020, os shoppings deverão manter funcionando apenas clínicas, laboratórios, supermercados e restaurantes, estes últimos exclusivamente por meio de serviços de entrega à domicílio (delivery). (AC)

- § 1º com NR dada pelo Decreto nº 96.051, de 01/04/2020 (DOM nº 13.964, de 01/04/2020)

§ 1º. Excepcionalmente, até o dia 15 de abril de 2020, os shoppings deverão manter funcionando apenas clínicas, laboratórios, supermercados e restaurantes, estes últimos exclusivamente por meio de serviços de entrega à domicílio (delivery).

§ 2º. Os bares e restaurantes localizados fora de shoppings permanecerão fechados para atendimento ao público nas mesmas condições e prazo definidos no §1º, sendo-lhes permitida entrega de alimentos devidamente embalados no próprio local, desde que o serviço prestado não provoque aglomerações na hora da entrega. (AC)

[6]§ 3º. Os supermercados que tenham mais de 200m2 (duzentos metros quadrados) deverão limitar o número de pessoas dentro do estabelecimento a 9m2 (nove metros quadrados) por cliente, mantendo exclusivamente 50% (cinquenta por cento) da capacidade do estacionamento ocupada, permitindo a entrada de apenas uma pessoa por veículo, com disponibilização de álcool gel ou borrifador com álcool 70% (setenta por cento) na entrada do estabelecimento, garantindo a higienização de carrinhos e cestas de compras após a utilização pelos clientes. (AC)

§ 4º. As pessoas com mais de 60 anos, aquelas que façam uso de medicamentos imunossupressores, ou que sejam comprovadamente do grupo de risco para a COVID-19, deverão priorizar o isolamento social, ficando autorizadas a frequentar os supermercados com acompanhante, preferencialmente em horários de menor fluxo de consumidores. (AC)

§ 5º. Quanto à limitação do número de pessoas na entrada dos estabelecimentos prevista no §3º, ficam excluídos os passageiros de taxi e aplicativos, que poderão entrar acompanhados dos motoristas, além de um acompanhante, caso tenham mais de 60 anos, façam uso de medicamentos imunossupressores, ou sejam comprovadamente do grupo de risco. (AC)

Art. 12. A Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém – SEMOB determinará aos permissionários do serviço de transporte público que façam higienização dos veículos ao final de cada viagem.

Art. 13. Respeitada a competência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, o Município de Belém, por meio da Secretaria Municipal de Saúde – SESMA, deverá adotar medidas adicionais de controle sanitário em portos, aeroportos, terminais rodoviários e hidroviários nesta Municipalidade, como a distribuição de panfletos informativos e orientações gerais aos viajantes.

Art. 14. O Restaurante Popular funcionará em dois horários: de 11h às 12h20 e de 12h30 às 14h, com metade da ocupação regular, garantindo atendimento do grupo usualmente atendido com menor aglomeração.

Art. 15. As medidas regulamentadoras para o fiel cumprimento deste Decreto, atendendo especificidades dos órgãos e entidades municipais, serão editadas por meio de Portaria dos respectivos titulares e aprovadas pelo Chefe do Poder Executivo. Art.

16. Ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens e serviços necessários à execução do plano de trabalho emergencial previsto no parágrafo único do art. 2º deste Decreto, no âmbito do Município de Belém, observadas as exigências do art. 24, inc. IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo viger pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

PALÁCIO ANTONIO LEMOS, 18 de março de 2020.

ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JÚNIOR
Prefeito Municipal de Belém

---

[1] Prorrogados os prazos dos incisos I, V e X por 15 (quinze) dias, pelo Decreto nº 96.051, de 1º/04/2020 (DOM nº 13.964, de 01/04/2020). Prorrogado por mais 15 (quinze) dias os prazos dos incisos I, V e X, pelo Decreto nº 96.158, de 15/04/2020 (DOM nº 13.974, de 15/04/2020)

[2] Inciso X, do art. 3º com NR dada pelo Decreto nº 95.960, de 20/03/2020 (DOM nº 13.958, de 23/03/2020)

[3] Parágrafo único do art. 5º AC pelo Decreto nº 95.960, de 20/03/2020 (DOM nº 13.958, de 23/03/2020)

[4] § 1º com NR dada pelo Decreto nº 96.158, de 15/04/2020 (DOM nº 13.974, de 15/04/2020)

[5] §§ 1º e 2º do art. 11 AC pelo Decreto nº 95.960, de 20/03/2020 (DOM nº 13.958, de 23/03/2020)

[6] §§ 3º, 4º e 5º AC pelo Decreto nº 96.158, de 15/04/2020 (DOM nº 13.974, de 15/04/2020)

Atenção: Considerando-se a possibilidade de erros de digitação, arquivos desatualizados, ou a ação de terceiros, mesmo que remotamente, é possível que existam documentos que não guardem total fidelidade aos textos oficiais. É impróprio e desaconselhável a sua utilização como suporte em ações públicas, portanto, deve-se restringir a utilização dessa página apenas à **consultas**.

Copyright © 2018 - Companhia de Tecnologia da Informação de Belém - CINBESA - Todos os direitos reservados.

DIÁRIO OFICIAL

Belém, Segunda-feira
06 de abril de 2020
EDIÇÃO EXTRA

ANO CXXIX DA IOE
130º DA REPÚBLICA
Nº 34.172

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

14 Páginas

NESTA EDIÇÃO

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR ..... - PÁG. 04

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA ..... - PÁG. 05

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA ..... - PÁG. 05

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 06



Edições IOE
4009-7817

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
GOVERNADOR

Lúcio Dutra Vale
Vice-Governador

Daniel Barbosa Santos
Presidente da Assembleia Legislativa

Leonardo de Noronha Tavares
Presidente do Tribunal de Justiça

Jeniffer de Barros Rodrigues
Defensora Pública Geral do Estado

Gilberto Valente Martins
Procurador Geral de Justiça

Jorge Luiz Guimarães Panzera
Presidente

Robson Jorge dos Santos Marques
Diretor Administrativo e Financeiro

Allan Gonçalves Brandão
Diretor Técnico

Raimunda Helena Nahum Gomes
Diretora de Documentação e Tecnologia

DIRETORIA, ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E PARQUE GRÁFICO
Trav. do Chaco, 2271, Marco - 66.093-410 Belém - Pará
PABX: 4009-7800 - FAX: 4009-7819
www.ioepa.com.br

PUBLICAÇÕES

91 4009-7810 | 4009-7819

cm x coluna R$ 75,00

(*) O padrão de publicação obedecerá obrigatoriamente a fonte Verdana, Corpo 7.

A IOE TEM UM RECADO PARA SUA EMPRESA PUBLICAR NO DIÁRIO OFICIAL FICOU MAIS RÁPIDO E MAIS SEGURO.

O sistema e-Diário, que recebe publicações para o Diário Oficial do Estado, mudou. É um reforço do compromisso da Imprensa Oficial do Estado com seus usuários.

CRITÉRIOS PARA PUBLICAÇÃO DE ARQUIVOS FECHADOS

Fonte Verdana, Corpo 7, Entrelinhamento 120%
Novo Formato DOE: A4 - Área de Trabalho (19 x 27)
Devem ser fechados no formato PDF X1A, sem marcas de cortes, texto em preto 100%
Imagens devem estar em P&B ou em escala de cinza e resolução mínima de 220 dpi.
Não condensar ou expandir as fontes e imagens
Não serão aceitos arquivos fora dos padrões.

RECEBIMENTO DE ARQUIVOS NO BALCÃO DA IOE
Devem ser entregues até as 14 horas do dia útil anterior à publicação

MAIS INFORMAÇÕES
(91) 4009-7842 / 4009-7819 | ioepa.gov@gmail.com | www.ioe.pa.gov.br

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

GABINETE DO GOVERNADOR
Governador: Helder Zahluth Barbalho
Tel.: (91) 3201-5669 / 5587 Fax: (91) 3248-0133

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR
Vice-Governador: Lúcio Dutra Vale
Tel.: (91) 3201-3631 Fax: (91) 3201-3745

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO
Chefe: Parsifal de Jesus Pontes
Tel.: (91) 3201- 5563 / 5564 Fax: (91) 3248-0765

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO
Chefe: CEL. PM Osmar Vieira da Costa Júnior
Tel.: (91) 3214-0601 / 3342-5672

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE
Procurador Geral: Ricardo Nasser Sefer
Tel.: (91) 3225-0811 / 0777 Fax: (91) 3241-2828

SECRETARIA REGIONAL DE GOVERNO DO SUDESTE DO PARÁ
Secretário: João Chamon Neto

SECRETARIA REGIONAL DE GOVERNO DO BAIXO AMAZÔNAS
Secretário: Henderson Lira Pinto

SECRETARIA REGIONAL DE GOVERNO DO MARAJÓ
Secretário: José Antonio Azevedo Leão

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA
Secretário: Ricardo Brisolla Balestreri
Tel.: (91) 3342-0353 / 98404-6851

AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE
Auditor: Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Tel.: (91) 3239-6477 / 6479 Fax: (91) 3239-6476

OUVIDORIA GERAL DO ESTADO - OGE
Auditor: Arthur Houat Nery de Souza
Tel.: (91) 3216 8883 / 8899

FUNDAÇÃO PARÁPAZ
Presidente: Raimunda Rocha Teixeira
Tel.: (91) 3201-3724

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SEPLAD
Secretária: Hana Sampaio Ghassan
Tel.: (91) 3289-6202 / 6224 Fax: (91) 3241-2971

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - IOE
Presidente: Jorge Luiz Guimarães Panzera
Tel.: (91) 4009-7800 Fax: (91) 4009-7802

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IASEP
Presidente: Bernardo Albuquerque de Almeida
Tel.: (91) 3366-6100 / 6118 / 6144

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - IGEPREV
Presidente: Silvio Roberto Vizeu Lima
Tel.: (91) 3182-3500 / 3501

ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ - EGPA
Diretor Geral: Evanilza da Cruz Marinho Maciel
Tel.: (91) 3214-6802 / 6803 Fax: (91) 3214-6802

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA
Secretário: René de Oliveira e Sousa Júnior
Tel.: (91) 3222-5720 / 3218-4200 / 4324 Fax: (91) 3223-0776

BANCO DO ESTADO DO PARÁ - BANPARÁ
Presidente: Braselino Carlos Assunção da Silva
Tel.: (91) 3348-3320 / 3209 Fax: (91) 3223-0823

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - JUCEPA
Presidente: Cilene Moreira Sabino Oliveira Bittencourt
Tel.: (91) 3217-5801 / 5802 / 5803 Fax: (91) 3217-5840

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA
Secretário: Alberto Beltrame
Tel.: (91) 4006-4800 / 4804/ 4805 Fax: (91) 4006-4849

HOSPITAL OPHIR LOYOLA
Diretor Geral: José Roberto Lobato de Souza
Tel.: (91) 3265 6529/6530

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ
Presidente: Bruno Mendes Carmona
Tel.: (91) 3241-5208 / 4009-2241 Fax: (91) 4009-2299

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ - HEMOPA
Presidente: Paulo André Castelo Branco Bezerra
Tel.: (91) 3242-6905 / 9100 Fax: (91) 3242-6905

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA
Presidente: Alessandra Lima Leal
Tel.: (91) 3276-5665 / 0601 Fax: (91) 3276-1150

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN
Secretário: Antonio de Pádua de Deus Andrade
Tel.: (91) 3218-7800 / 7846 / 7805 3243-3256 Fax: (91) 3231-5845

COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ - CPH
Presidente: Abraão Benassuly Neto
Tel.: (91) 3201-3605 Fax: (91) 3201-3605

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ARCON
Diretor Geral: Eurípedes Reis da Cruz Filho
Tel.: (91) 3213-3403 / 3241-1717 Fax: (91) 3213-3467

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA - SEDAP
Secretário: Hugo Yutaka Suenaga
Tel.: (91) 3226-8904 / 1363 Fax: (91) 3226-7864 /3246-6168

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA
Presidente: Bruno Yoheiji Kono Ramos
Tel.: (91) 3181-6500 / 6501 Pabx: 3181-6500 Fax: (91) 3229-9488

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL
Gerente Executivo: Felipe Coêlho Picanço
Tel.: (91) 3342-0151 / 3342-0152

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - ADEPARA
Diretor Geral: Geovanny Farache Maia
Tel.: (91) 3210-1104 / 1102 Fax: (91) 3210-1105

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ - EMATER
Presidente: Cleide Maria Amorim de Oliveira Martins
Tel.: (91) 3256-0150 Fax: (91) 3256-0015

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE- SEMAS
Secretário: José Mauro Ó de Almeida
Tel.: (91) 3184-3330 / 3341 Geral: 3184-3300 Fax: (91) 3276-8564

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - IDEFLOR-Bio
Presidente: Karla Lessa Bengtson
Tel.: (91) 3184-3377 / 3362 Fax: (91) 3184-3377

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP
Secretário: Ualame Fialho Machado
Tel.: (91) 3215-2200 / 3215-2255 Fax: (91) 3225-2644

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - PM
Comandante Geral: Cel. QOPM José Dilson Melo de Souza Júnior
Tel.: (91) 3214-0601/(91) 3342-5672

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ - CBM
Comandante Geral: CEL. BM Hayman Apolo Gomes de Souza
Tel.: (91) 4006-8313 / 8352 / 8396 Fax: (91) 3257-7200

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
Delegado Geral: Alberto Henrique Teixeira de Barros
Tel.: (91) 4006-9045 Fax: (91) 3252-0050

CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES
Diretor Geral: Celso da Silva Mascarenhas
Tel.: (91) 4009-6012 Geral: 4009-6075 Fax: (91) 4009-6016

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - DETRAN
Diretor Superintendente: Marcelo Lima Guedes
Tel.: (91) 3214-6253 / 6256 Fax: (91) 3214-6249

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP
Secretário: Jarbas Vasconcelos do Carmo
Tel.: (91) 3239-4229/4230 - Publica: (91) 3239-4253

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SECULT
Secretária: Úrsula Vidal Santiago de Mendonça
Tel.: (91) 4009-8736 / 8740 Fax: (91) 4009-8740

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP
Presidente: João Augusto Vieira Marques Junior
Tel.: (91) 3202-4350 / 4333 Fax: (91) 3202-4351

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES
Superintendente: Maria da Glória Boulhosa Caputo
Tel.: (91) 3201-9471 / 9478 Fax: (91) 3201-9476

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM
Secretário: Parsifal de Jesus Pontes
Tel.: (91) 3202-0931 / 0901 Fax: (91) 3202-0903

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - FUNTELPA
Presidente: Hilbert Hil Carreira do Nascimento
Tel.: (91) 3228-0838 / 4005-7746 Fax: (91) 3226-6753

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC
Secretário: Elieth de Fátima da Silva Braga
Tel.: (91) 3211-5107 / 5160 / 5161 Fax: (91) 3211-5026

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA
Reitor: Rubens Cardoso da Silva
Tel.: (91) 3244-5177 Fax: (91) 3244-5460

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA - SEASTER
Secretário: Inocêncio Renato Gasparim
Tel.: (91) 3254-1373

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ - FASEPA
Presidente: Miguel Fortunato Gomes dos Santos Júnior
Tel.: (91) 3204-0201 Fax: (91) 3204-0204

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO - CREDCIDADÃO
Gerente Executivo: Tercio Junior Sousa Nogueira
Tel.: (91) 3201-9555

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - SEJUDH
Secretário: Hugo Rogério Sarmanho Barra
Tel.: (91) 4009-2700 / 2722 / 2723 / Fax: (91) 3225-1632 / 3242-9651

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA - SEDEME
Secretário: Adler Gerciley Almeida da Silveira
Tel.: (91) 3110-2550

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ
Presidente:
Tel.: (91) 3224-2663

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ - CODEC
Presidente: Lutfala de Castro Bitar
Tel.: (91) 3236-2884

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ - IMETROPARÁ
Presidente: Cintya Silene de Lima Simões
Tel.: (91) 3246-2554 / 2404 / 1800 Fax: (91) 3266-1526

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S/A - CEASA
Presidente: Francisco Alves de Aguiar
Tel.: (91) 3205-4020/4054/4055.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS - SEDOP
Secretário: Benedito Ruy Santos Cabral
Tel.: (91) 3183-0002

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA
Presidente: José Antonio De Angelis
Tel.: (91) 3202-8567 / 8514 Fax: (91) 3236-2199

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - COHAB
Presidente: Ozório Adolfo Góes Nunes de Sousa
Tel.: (91) 3214-8500 / 8101 Fax: (91) 3243-0555

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE TRANSPORTE METROPOLITANO
Diretor Geral: Eduardo de Castro Ribeiro Júnior
Tel.: (91) 3110-8450

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA - SECTET
Secretário: Carlos Edilson de Almeida Maneschy
Tel.: (91) 4009-2510 / 4009-2512 Fax: (91) 3242-5969

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA
Presidente: Carlos Edilson de Almeida Maneschy
Tel.: (91) 3223-2560

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA
Presidente: Marcos Antonio Brandão da Costa
Tel.: (91) 3344-5201 / 5208 / 5217 Fax: (91) 3344-5204

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER - SEEL
Secretário: Arlindo Penha da Silva
Tel.: (91) 3201-2300 Fax: (91) 3201-2331

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR
Secretário: André Orengel Dias
Tel.: (91) 3110-5003

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR

DECRETO Nº 609, DE 16 DE MARÇO DE 2020*

Dispõe sobre as medidas de enfrentamento, no âmbito do Estado do Pará, à pandemia do corona vírus COVID-19.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, e

Considerando o reconhecimento, por parte da Organização Mundial da Saúde, como pandemia o surto do corona vírus COVID-19;

Considerando o disposto na Lei Federal n° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre as medidas de enfrentamento, no âmbito do Estado do Pará, à pandemia do corona vírus COVID-19.

Art. 2º Fica suspenso, pelo período de vigência do decreto, o seguinte:

I - a realização de eventos, reuniões, manifestações, carreatas e/ou passeatas, de caráter público ou privado e de qualquer espécie, com audiência maior ou igual a 10 (dez) pessoas;

II - a utilização de ponto biométrico nos órgãos e/ou entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, devendo ser adotado outro meio que ateste a frequência, na forma do Decreto Estadual n° 333, de 4 de outubro de 2019;

III - o deslocamento, no interesse do serviço, nacional ou internacional de servidores públicos, empregados públicos e colaboradores eventuais da Administração Pública Estadual, salvo autorização expressa do Chefe da Casa Civil da Governadoria;

IV - o atendimento presencial nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, quando este puder ser mantido de modo eletrônico ou telefônico;

V - o agendamento de novos eventos promovidos ou apoiados pelo Poder Executivo Estadual, ainda que fora do prazo mencionado no *caput* deste artigo, enquanto estiver vigente o presente Decreto;

VI - a concessão e o gozo de férias, licença-prêmio ou licença para tratar de interesses particulares nos órgãos e entidades da área de segurança pública e de saúde ou de qualquer outro setor estratégico para contenção da pandemia;

VII - todos os prazos dos processos administrativos, no âmbito da Administração Pública Estadual, incluso os de natureza disciplinar, e, especificamente do DETRAN/PA, todas as rotinas administrativas referentes ao andamento de autos de infração e aplicação das penalidades de multa, suspensão do direito de dirigir e cassação da CNH, inclusive os prazos de defesa prévia, recursos, bem como de entrega e bloqueio de CNH;

VIII - a contar de 23 de março de 2020, todas as visitas a unidades prisionais e unidades socioeducativas do Estado; e

IX - a contar de 23 de março de 2020, o transporte coletivo interestadual de passageiros, terrestre, marítimo e fluvial.

§ 1º O previsto no inciso VII não inclui a suspensão de prazos para pagamento de tributos.

§ 2º O previsto no inciso IX deste artigo não significa fechamento de fronteira do Estado, bem como não impede o transporte de cargas.

Art. 3º Os titulares dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta poderão, a seu critério, autorizar:

I - a realização de trabalho remoto, especialmente aos servidores e empregados públicos que:

a) tenham idade maior ou igual a 60 (sessenta) anos;

b) estejam grávidas ou sejam lactantes;

c) apresentem doenças respiratórias crônicas, doenças cardiovasculares, câncer, diabetes, hipertensão ou com imunodeficiência, devidamente comprovadas por atestado médico público ou privado;

d) apresentem febre ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais), independente de atestado médico; ou

e) tenha retornado de viagem a local onde haja casos confirmados de transmissão sustentada da COVID-19; e

II - a concessão de férias e licença-prêmio em unidades que possam ter sua carga de trabalho reduzida sem prejuízo ao serviço e ao atendimento à população.

§ 1º No caso do inciso I, alínea "e", o período de afastamento, a contar do regresso da viagem, será de 14 (quatorze) dias.

§ 2º A Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA) e a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) deverão publicar protocolo de atendimento aos servidores e empregados públicos que se ausentarem na forma das alíneas "c" e "d" do inciso I do *caput* deste artigo, especialmente para fins de investigação e controle epidemiológico.

Art. 4° Observado o disposto neste Decreto, fica mantido o expediente em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta.

§ 1º As aulas das escolas da rede pública estadual de ensino ficam suspensas até o dia 15 de abril de 2020, devendo ser mantida regularmente a oferta de merenda escolar.

§ 2º A Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) regulamentará o funcionamento mínimo das escolas estaduais para cumprimento da obrigação descrita no parágrafo anterior.

§ 3º A Universidade do Estado do Pará (UEPA) poderá regulamentar o funcionamento do curso de Bacharelado em área de saúde durante o período de suspensão das aulas, inclusive para treinamento e capacitação dos estudantes da área de saúde para atendimento de pessoas que apresentarem sintomas ou tiverem sido contaminadas pelo COVID-19.

Art. 5º Os titulares dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta da área de segurança pública e de saúde ou de qualquer outro setor estratégico para contenção da pandemia poderão, a seu critério, interromper ou suspender os afastamentos dos seus agentes, a fim de atender ao interesse público.

Parágrafo único. Fica excepcionado desde já aqueles agentes que estiverem de férias ou licença no exterior.

Art. 6° Respeitadas as atribuições da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA) deverá adotar medidas complementares de controle sanitário nos portos, aeroportos, terminais rodoviários e hidroviários do Estado do Pará.

Art. 7° Seguindo as diretrizes dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública e da Saúde, todo cidadão que adentrar no Território do Estado do Pará, proveniente do exterior ou de local onde haja casos confirmados de transmissão sustentada da COVID-19, deverá seguir os protocolos indicados, que recomendam isolamento domiciliar de no mínimo 14 (quatorze) dias.

Parágrafo único. O descumprimento da referida medida acarretará a responsabilização civil, administrativa e penal do agente infrator, nos termos da Portaria Interministerial nº 5, de 17 de março de 2020.

Art. 8º Os prestadores, públicos ou privados, de serviço de transporte de passageiros ficam obrigados a:

I - disponibilizar álcool em gel 70º para uso individual dos passageiros;

II - a higienizar bancos, pisos, corrimões e demais áreas de uso comum com desinfetante hipoclorito de sódio a 0,1% a cada conclusão de trajeto; e

III - não transportar quaisquer passageiros em pé.

Art. 9º A comercialização do álcool em gel 70º no Estado fica limitada a 3 (três) unidades por consumidor.

Art. 10. Fica proibido no território do Estado, pelo prazo de 3 (três) meses, a contar de 16 de março de 2020, corte de serviços essenciais a população, tais como energia elétrica e fornecimento de água.

Art. 11. Fica recomendada, pelo prazo do decreto, a suspensão de celebrações com público em todos os espaços religiosos no âmbito do Estado.

Art. 12. Fica recomendado à rede bancária, pública e privada, que invista em propaganda para estímulo à utilização de meios alternativos ao atendimento presencial, a fim de evitar a aglomeração de pessoas em suas agências.

Art. 13. Fica determinado o fechamento dos *shopping centers* a partir das 20h de 20 de março de 2020, pelo prazo do decreto.

Parágrafo único. Fica excepcionado o fechamento de clínicas, farmácias, laboratórios, supermercados, que estão autorizados a funcionar no interior dos *shopping centers*.

Art. 14. Fica determinado o fechamento de academias, bares, restaurantes, padarias, casas noturnas e estabelecimento similares, a partir de 23:59h de 20 de março de 2020, pelo prazo do decreto, excetuado o serviço *delivery* e retirada de comida devidamente embalada.

Parágrafo único. Fica proibido qualquer tipo de consumo de comidas e bebidas no interior dos estabelecimentos ou em suas adjacências.

Art. 15. Ficam as autoridades de trânsito e órgãos autuadores autorizados a aceitar excepcionalmente documentos de habilitação expedidos pelo DETRAN/PA com validade expirada dentro do prazo de vigência deste Decreto.

Art. 16. Ficam suspensos os serviços de vistoria, e o DETRAN/PA impedido de aplicar as penalidades aos usuários por descumprimento do prazo estabelecido no art. 233 do Código de Trânsito Brasileiro, apenas nas hipóteses em que o vencimento do prazo se der durante o período de validade deste Decreto.

Art. 17. Excepcionalmente, e pelo período de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação deste decreto, fica estabelecido o seguinte:
I - a proibição de realização de cultos/eventos religiosos presenciais;
II - bancos, casas lotéricas, supermercados, farmácias e afins ficam obrigados a distribuir máscaras, higienizar seus equipamentos (carrinhos, cestas, etc.) a cada uso pelos clientes, como também, oferecer aos seus usuários alternativas de higienização (água/sabão e/ou álcool em gel);
III - todo estabelecimento de atendimento ao público fica obrigado a realizar marcação para filas, com a distância mínima de 1 (um) metro para pessoas com máscara e 1,5 (um e meio) metro para pessoas sem máscara, inclusive na sua área externa;
IV - as paradas de ônibus deverão ser demarcadas para filas, com a distância mínima de 1 (um) metro para pessoas com máscara e 1,5 (um e meio) metro para pessoas sem máscara; e
V - o fechamento de praias, igarapés, balneários, clubes e similares.
Art. 18. Fica proibido no território do Estado, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de 06 de abril de 2020, o corte do serviço residencial de acesso à *internet*.
Art. 19. Durante os feriados da Semana Santa e de Tiradentes, fica vedada a saída intermunicipal, por meio rodoviário ou hidroviário, nos períodos de 08 a 13 de abril de 2020, bem como, 17 a 22 de abril de 2020, salvo transporte entre os Municípios de Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides.
Parágrafo único. Ficam ressalvados da proibição do *caput* deslocamentos intermunicipais realizados para fins de desempenho de atividade profissional, devidamente comprovada.
Art. 20. Ficam os órgãos e entidades componentes do Sistema Integrado de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS), bem como aqueles responsáveis pela fiscalização dos serviços públicos, autorizados a aplicar sanções previstas em lei relativas ao descumprimento de determinações do órgão licenciador, autorizador e/ou concedente, independente da responsabilidade civil e criminal, tais como, de maneira progressiva:
I - advertência;
II - multa diária de até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e
III - embargo e/ou interdição de estabelecimentos.
Parágrafo único. Todas as autoridades públicas estaduais, especialmente as mencionadas no *caput* deste artigo, que tiverem ciência do descumprimento das normas deste Decreto deverão comunicar a Polícia Civil, que adotará as medidas de investigação criminal cabíveis.
Art. 21. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e poderá ser revisto a qualquer tempo, de acordo com a evolução epidemiológica do COVID-19 no Estado.
PALÁCIO DO GOVERNO, 16 de março de 2020.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

***Republicado em virtude de complementações adicionais.**
-D.O.E. nº 34.143, de 16-3-2020, no D.O.E. nº 34.145, de 17-3-2020, D.O.E. nº 34.151, de 20-3-2020 e D.O.E. nº 34.160, de 27-3-2020 e DOE nº 34.164, de 31-3-2020.

DECRETO Nº 663, DE 6 DE ABRIL DE 2020

Acrescenta dispositivos ao Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.
O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e V, da Constituição Estadual, e
Considerando o reconhecimento, por parte da Organização Mundial da Saúde, como pandemia o surto da COVID-19;
Considerando o disposto na Lei Federal n° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;
Considerando o disposto no Decreto Estadual nº 609, de 16 de março de 2020,
DECRETA:
Art. 1º O Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 108-B. O recolhimento do imposto apurado em livro fiscal pelo contribuinte poderá ocorrer, excepcionalmente, da seguinte forma:
I - até o dia 10 (dez) dos meses de abril, maio e junho de 2020, o valor correspondente a 60% (sessenta por cento) do imposto devido, respectivamente, em relação à apuração dos meses de março, abril e maio de 2020;
II - até o dia 22 (vinte e dois) dos meses de abril, maio e junho de 2020, o valor correspondente a 40% (quarenta por cento) do imposto devido, respectivamente, em relação à apuração dos meses de março, abril e maio de 2020.
§ 1º Excetuam-se do disposto no caput deste artigo:
I - as operações sujeitas ao regime de substituição tributária nas operações internas e interestaduais;
II - as operações de mercadorias com antecipação do pagamento do imposto;
III - as operações sujeitas ao recolhimento da diferença de alíquotas;
IV - as operações com energia elétrica;
V - as prestações de serviço de telecomunicações; e
VI - as operações sujeitas a prazos especiais fixados em decretos e convênios aprovados no CONFAZ.
§ 2º Na hipótese dos dias referidos no caput deste artigo recaírem em sábado, domingo ou feriado, ou não funcionar a rede bancária, o imposto será recolhido no primeiro dia útil subsequente.
§ 3º A opção de que trata o caput deste artigo dar-se-á com o recolhimento da primeira parcela do imposto, no percentual estabelecido no inciso I do art. 108-B.
§ 4º O imposto não recolhido nos prazos legais será corrigido com base na Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará - UPF-PA para pagamento de débitos tributários, acrescido das demais cominações legais.
....."
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.
PALÁCIO DO GOVERNO, 6 de abril de 2020.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

Protocolo 540033

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/SESPA/2020
PROCESSO Nº 2020/248867
OBJETO: Aquisição de Respirador Pulmonar, para a campanha de combate ao COVID-19, no Estado do Pará.
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
CNPJ N°: 05.054.929/0001-17.
CONTRATADO: SKN DO BRASIL IMP E EXP DE ELETRO LTDA.
CNPJ Nº: 13.013.655/0002-27 .
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 8.666/93, ART. 24, INCISO IV.
VALOR: R$ 50.400.000,00 (cinquenta milhões e quatrocentos mil reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 8288
ELEMENTO DE DESPESA: 449052
FONTE: 0103
Belém (PA), 06 de Abril de 2020.
ALBERTO BELTRAME
Secretário de Estado de Saúde Pública do Pará

Protocolo 540030

CONTRATO GESTÃO Nº 06 /SESPA/2020 – Processo nº 2020/125262
Objeto: estabelecer o compromisso entre as partes para o fomento, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Regional de Tucuruí/PA.
Valor Total: R$ 6.499.478,35 (seis milhões quatrocentos e noventa e nove mil e quatrocentos e setenta e oito reais e trinta e cinco centavos).
Data de Assinatura: 06/04/2020.
Vigência: 12 meses.
Dotação Orçamentária: 8877; Elemento de Despesa: 335043; Fonte: 0103/0303/0149/0349.
Contratado: INSTITUTO DIRETRIZES – ID, CNPJ nº 10.946.361/0001-89
Endereço: Município de Santo André, sito na AV. Industrial, nº 780, conjunto 1111, CEP 09080-000.
Ordenador: ALBERTO BELTRAME - SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Protocolo 540031

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA

RESOLUÇÃO Nº 013, DE 02DE ABRILDE 2020.
Revoga a Resolução nº 049, de 20 de dezembro de 2017, que concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa COMPAR - COMPANHIA PARAENSE DE REFRIGERANTES.
A COMISSÃO DA POLÍTICA DE INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO DO ESTADO DO PARÁ, no exercício de suas atribuições legais;
Considerando o disposto na Lei nº 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico

do Estado do Pará;
Considerando o disposto no art. 15, da Lei nº 6.489, de 27 de setembro de 2002, e art.21, do Decreto nº 5.615, de 29 de outubro de 2002;
Considerando o disposto no art. 4º da Resolução nº 049, de 20 de dezembro de 2017;
Considerando o descumprimento das condições previstas no projeto e da legislação que rege a matéria, constatados durante a fruição dos benefícios fiscais concedidos à empresa COMPAR - COMPANHIA PARAENSE DE REFRIGERANTES, pelo Governo do Estado, conforme processo n.º 2013/521.741;
Considerando o disposto no art. 11 da Lei n.º 6.913, de 03 de outubro de 2006 e art. 13, inciso V do Decreto nº 2.490, de 06 de outubro de 2006; e Considerando as deliberações ocorridas na 1ª reunião extraordinária do plenário da Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará, realizada em 02 de abril de 2020.
RESOLVE:
Art. 1º Cassar a Resolução nº 049, de 20 de dezembro de 2017, que concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa COMPAR – COMPANHIA PARAENSE DE REFRIGERANTES, inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.050.925-1.
Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Pará..
Sala de Reuniões da Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará, em 02 de abril de 2020.
ADLER GERCILEY ALMEIDA DA SILVEIRA
Presidente da Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará.
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia
SEDEME

Protocolo 539638

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA N.º 065/2020 – PRESI
O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ-COHAB/PA, usando de suas atribuições legais e estatutárias,
RESOLVE:
1. DISPENSAR a Advogada ANDREA CUNHA LIMA DA COSTA, Matrícula nº 57224128/1, da Função em Comissão de Chefe da Assessoria Jurídica – ASJUR, a contar de 06.04.2020.
2. Esta Portaria entra em vigor a contar de 06.04.2020.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 03 de abril de 2020.
OZÓRIO ADOLFO GÓES NUNES DE SOUSA
Diretor Presidente

PORTARIA N.º 070/2020 – PRESI
O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ-COHAB/PA, usando de suas atribuições legais e estatutárias, RESOLVE:
1. DESIGNAR a Senhora EWERLIN SAVALA FERREIRA DA SILVA, CPF: 884.516.072-68, para ocupar a Função em Comissão de Assistente de Projeto, atribuindo-lhe a gratificação inerente a esta Função.
2. TORNAR sem efeito a Portaria nº 248/2019-PRESI.
3. Esta Portaria entra em vigor a contar de 01.04.2020.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 03 de abril de 2020.
OZÓRIO ADOLFO GÓES NUNES DE SOUSA
Diretor Presidente

PORTARIA N.º 071/2020 – PRESI
O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ-COHAB/PA, usando de suas atribuições legais e estatutárias, RESOLVE:
1. DESIGNAR o Senhor JOSÉ HAROLDO RABELO SILVA, CPF nº 625.989.532-15, para assumir a Função em Comissão de Assessor da Presidência, atribuindo-lhe a gratificação inerente a esta Função.
2. Esta Portaria entra em vigor a contar de 06.04.2020.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 03 de abril de 2020.
OZÓRIO ADOLFO GÓES NUNES DE SOUSA
Diretor Presidente

Protocolo 540032



IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 454, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, tendo em vista o disposto no § 7º do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, e

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando a condição de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19) e a necessidade premente de envidar todos os esforços em reduzir a transmissibilidade e oportunizar manejo adequado dos casos leves na rede de atenção primária à saúde e dos casos graves na rede de urgência/emergência e hospitalar; e

Considerando a necessidade de dar efetividade às medidas de saúde para resposta à pandemia do coronavírus (covid-19) previstas na Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Fica declarado, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19).

Art. 2º Para contenção da transmissibilidade do covid-19, deverá ser adotada como, medida não-farmacológica, o isolamento domiciliar da pessoa com sintomas respiratórios e das pessoas que residam no mesmo endereço, ainda que estejam assintomáticos, devendo permanecer em isolamento pelo período máximo de 14 (quartorze) dias.

Parágrafo único. Considera-se pessoa com sintomas respiratórios a apresentação de tosse seca, dor de garganta ou dificuldade respiratória, acompanhada ou não de febre, desde que seja confirmado por atestado médico.

Art. 3º A medida de isolamento somente poderá ser determinada por prescrição médica, por um prazo máximo de 14 (quatorze) dias, considerando os sintomas respiratórios ou o resultado laboratorial positivo para o SARSCOV-2.

§ 1º O atestado emitido pelo profissional médico que determina a medida de isolamento será estendido às pessoas que residam no mesmo endereço, para todos os fins, incluindo o disposto no § 3º do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

§ 2º Para emissão dos atestados médicos de que trata o § 1º, é dever da pessoa sintomática informar ao profissional médico o nome completo das demais pessoas que residam no mesmo endereço, sujeitando-se à responsabilização civil e criminal pela omissão de fato ou prestação de informações falsas.

§ 3º Para as pessoas assintomáticas que residem com a pessoa sintomática será possível a emissão de novo atestado médico de isolamento caso venham a manifestar os sintomas respiratórios previstos no parágrafo único do art. 2º ou tenham resultado laboratorial positivo para o SARSCOV-2.

§ 4º A prescrição médica de isolamento deverá ser acompanhada dos seguintes documentos assinados pela pessoa sintomática:

I - termo de consentimento livre e esclarecido de que trata o § 4º do art. 3º da Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020; e

II - termo de declaração, contendo a relação das pessoas que residam ou trabalhem no mesmo endereço, nos termos do Anexo.

Art. 4º As pessoas com mais de 60 (sessenta) anos de idade devem observar o distanciamento social, restringindo seus deslocamentos para realização de atividades estritamente necessárias, evitando transporte de utilização coletiva, viagens e eventos esportivos, artísticos, culturais, científicos, comerciais e religiosos e outros com concentração próxima de pessoas .

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.3.2020 (seção 1) Edição-extra-F

ANEXO

TERMO DE DECLARAÇÃO

Eu, _____, RG nº _____, CPF nº_____, residente e domiciliado na _____ Bairro _____, CEP , na cidade de _____, Estado_____, declaro que fui devidamente informado(a) pelo médico(a) Dr.(a) _____ sobre a necessidade de isolamento a que devo ser submetido(a), bem como as pessoas que residem no mesmo endereço ou dos trabalhadores domésticos que exercem atividades no âmbito residencial, com data de início _____, previsão de término _____, local de cumprimento da medida _____ .

Nome das pessoas que residem no mesmo endereço que deverão cumprir medida de isolamento domiciliar:

1._____

2._____

3._____

Assinatura da pessoa sintomática: _____

Data: _____/_____/_____ Hora: _____: _____

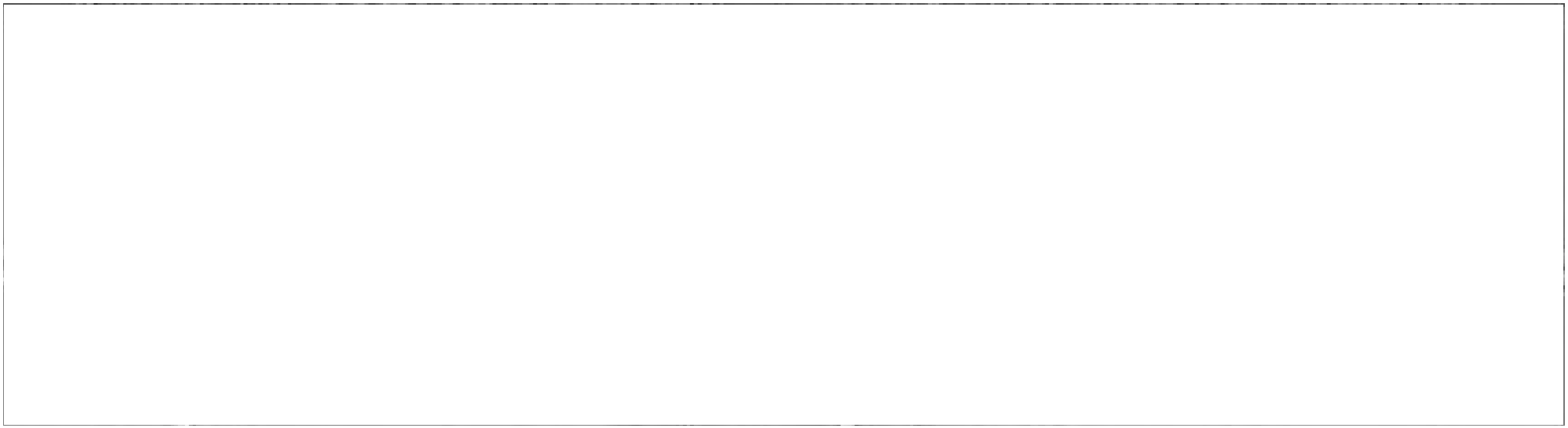
JORNAL NACIONAL

OMS reforça que medidas de isolamento social são a melhor alternativa contra o coronavírus

Mas a Organização Mundial da Saúde cobrou dos governos a garantia da renda e do bem-estar da população.

Por Jornal Nacional

30/03/2020 22h03 · Atualizado há um mês



OMS reforça que medidas de isolamento são melhor alternativa e cobra garantias de renda

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

A Organização Mundial da Saúde reforçou nesta segunda-feira (30), que as medidas de isolamento social são a melhor alternativa pra conter a propagação do vírus. E cobrou dos governos a garantia da renda e do bem-estar da população.

“Essas medidas que atingem toda a sociedade são difíceis", disse o diretor de emergências da OMS. Mas Michael Ryan destacou que, no momento, restrições à circulação são única forma que governos têm pra conter a propagação do vírus.

O especialista da Organização Mundial da Saúde disse que os efeitos de bloqueios rigorosos, como os adotados pela Itália e pela Espanha, demoram cerca de duas semanas para mostrar resultados, por isso esses países devem ver uma estabilização em breve.

O chefe da OMS, Tedros Adhanom, ressaltou que, ao implementarem medidas de isolamento, “os governos têm que garantir o bem-estar das pessoas que estão perdendo renda e precisam desesperadamente de comida, saneamento e outros serviços essenciais”.

A ONU pediu nesta segunda-feira (30) um novo pacote de ajuda - dessa vez trilionário, e com o foco na economia de países em desenvolvimento, como o Brasil. Um relatório da Agência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento alertou que o choque econômico da pandemia para esses países é dramático - mesmo quando comparado à crise financeira global de 2008.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

O plano para países em desenvolvimento prevê US$ 1 trilhão em linhas de crédito, mais US$ 1 trilhão para perdão de dívidas e outros US$ 500 bilhões para financiar um novo "Plano Marshall" - uma referência ao plano dos Estados Unidos que ajudou a reconstruir países europeus depois da Segunda Guerra Mundial.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS)



Coronavírus: receba as principais notícias

Um resumo atualizado sobre a pandemia diretamente no seu e-mail.

Para se inscrever, entre ou crie uma Conta Globo gratuita.

Inscreva-se e receba a newsletter

Comentários

Comentários

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site. Se achar algo que viole os **termos de uso**, denuncie. Leia as **perguntas mais frequentes** para saber o que é impróprio ou ilegal.

Este conteúdo não recebe mais comentários.

Rodrigo Ciasca há 1 mês

Para quem quiser informação e não opinião, segue o local com a reunião completa e farão suas conclusões: rev . com / blog / transcripts / world-health-organization-covid-19-briefing-transcript-march-30

Curtir Responder Denunciar

Rodrigo Ciasca há 1 mês

Para quem quiser informação e não opinião, segue o local com a reunião completa e farão suas conclusões: http://rev.com/blog/transcripts/world-health-organization-covid-19-briefing-transcript-march-30

Curtir Responder Denunciar

Rodrigo Ciasca há 1 mês

O problema é Global, mas a solução não será!!!

Não existe solução global, a solução é específica pra cada situação, a causa é a mesma, mas as variáveis são diferentes!

QUAL É O PROPÓSITO DISSO ??????

Curtir 2 Responder Denunciar

Rodrigo Ciasca há 1 mês

Essa manipulação e jogo de frases que foi feita nessa matéria é algo surreal, independe do seu posicionamento que vem se demonstrando óbvio eu diria, o compromisso deveria ser com a verdade, e mediante ao que vem ocorrendo na Índia o discurso foi exatamente ao contrário, o diretor geral Tedros do minuto 30 ao 32 da conferência deixa claro que cada país tem uma realidade e que cada país deve ser soberano no tratamento como na equação de equilibrar os cidadãos que precisam garantir o pão de cada dia (palavras do ditetor) com o avanço do coronavirus. Qual é o propósito desse desserviço ?

Curtir 2 Responder Denunciar

> **Lídia Raquel** há 1 mês
>
> O propósito, Rodrigo, é ver o país desandar e tirar o presidente do poder, pra então voltar retirar a fatia gorda que sempre fez uso do dinheiro público. #GLOBOLIXO
>
> Curtir Responder Denunciar

Veja também



24 de abr de 2020 às 04:53

Próximo >

Mais do **G1**

Pandemia

Mais de 1 milhão de infectados se recuperaram da Covid-19 em todo o mundo

Casos de coronavírus já são mais de 3,2 milhões, e mortes ultrapassam 233 mil, de acordo com a universidade americana Johns Hopkin.

Há 4 horas — Em Coronavírus



Olha que legal

Reencontro de famílias separadas pela pandemia tem festas e até fantasia para abraço surpresa

G1 reúne histórias emocionantes de pais que tiveram que se distanciar dos filhos por causa da pandemia.

Em Olha que legal

Apesar do risco

Aos 98, médico mais velho da França segue trabalhando na pandemia

Christian Chenay diz que pacientes de casa de repouso precisam dele.

Em Mundo



2 min

Ministro da Saúde diz que isolamento é necessário 'porque você não sabe o que fazer'

Teich deu declaração ao participar de sessão do Senado, por videoconferência. OMS e especialistas recomendam isolamento como forma de evitar disseminação do coronavírus.

Em Política

Celso de Mello manda PF ouvir Moro em até 5 dias sobre acusações a Bolsonaro

Na terça, ministro do STF tinha definido prazo de 60 dias para o depoimento. Moro afirmou, em discurso, que presidente tentou interferir em investigações da Polícia Federal.

Em Política

4 min

2 min

Justiça decreta 'lockdown' na Região Metropolitana de São Luís em razão do coronavírus

Os quatros municípios da Grande Ilha de São Luís serão as primeiras cidades brasileiras a adotar esse tipo de restrição.

Em Maranhão

VEJA MAIS

© Copyright 2000-2020 Globo Comunicação e Participações S.A.

Sobre a doença

O que é COVID-19

A **COVID-19** é uma doença causada pelo coronavírus **SARS-CoV-2**, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maioria dos pacientes com COVID-19 (cerca de 80%) podem ser assintomáticos e cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória e desses casos aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (suporte ventilatório).

O que é o coronavírus?

Coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. **O novo agente do coronavírus foi descoberto em 31/12/19** após casos registrados na China. Provoca a doença chamada de coronavírus (COVID-19).

Os primeiros coronavírus humanos foram isolados pela primeira vez em 1937. No entanto, foi em 1965 que o vírus foi descrito como coronavírus, em decorrência do perfil na microscopia, parecendo uma coroa.

A maioria das pessoas se infecta com os coronavírus comuns ao longo da vida, sendo as crianças pequenas mais propensas a se infectarem com o tipo mais comum do vírus. Os coronavírus mais comuns que infectam humanos são o alpha coronavírus 229E e NL63 e beta coronavírus OC43, HKU1.

Quais são os sintomas

Os sintomas da COVID-19 podem variar de um simples resfriado até uma pneumonia severa. Sendo os sintomas mais comuns:

- Tosse
- Febre
- Coriza
- Dor de garganta
- Dificuldade para respirar

Como é transmitido

A transmissão acontece de uma pessoa doente para outra ou por contato próximo por meio de:

• Toque do aperto de mão;
• Gotículas de saliva;
• Espirro;
• Tosse;
• Catarro;
• Objetos ou superfícies contaminadas, como celulares, mesas, maçanetas, brinquedos, teclados de computador e

Diagnóstico

O diagnóstico da COVID-19 é realizado primeiramente pelo profissional de saúde que deve avaliar a presença de critérios clínicos:

- Pessoa com quadro respiratório agudo, caracterizado por sensação febril ou febre, que pode ou não estar presente na hora da consulta (podendo ser relatada ao profissional de saúde), acompanhada de tosse OU dor de garganta OU coriza OU dificuldade respiratória, o que é chamado de Síndrome Gripal.
- Pessoa com desconforto respiratório/dificuldade para respirar OU pressão persistente no tórax OU saturação de oxigênio menor do que 95% em ar ambiente OU coloração azulada dos lábios ou rosto, o que é chamado de Síndrome Respiratória Aguda Grave

Caso o paciente apresente os sintomas, o profissional de saúde poderá solicitar exame laboratoriais:

- De biologia molecular (RT-PCR em tempo real) que diagnostica tanto a COVID-19, a Influenza ou a presença de Vírus Sincicial Respiratório (VSR).
- Imunológico (teste rápido) que detecta, ou não, a presença de anticorpos em amostras coletadas somente após o sétimo dia de início dos sintomas.

O diagnóstico da COVID-19 também pode ser realizado a partir de critérios como: histórico de contato próximo ou domiciliar, nos últimos 7 dias antes do aparecimento dos sintomas, com caso confirmado laboratorialmente para COVID-19 e para o qual não foi possível realizar a investigação laboratorial específica, também observados pelo profissional durante a consulta.

Como se proteger

As recomendações de prevenção à COVID-19 são as seguintes:

- Lave com frequência as mãos até a altura dos punhos, com água e sabão, ou então higienize com álcool em gel 70%.
- Ao tossir ou espirrar, cubra nariz e boca com lenço ou com o braço, e não com as mãos.
- Evite tocar olhos, nariz e boca com as mãos não lavadas.
- Ao tocar, lave sempre as mãos como já indicado.
- Mantenha uma distância mínima de cerca de 2 metros de qualquer pessoa tossindo ou espirrando.
- Evite abraços, beijos e apertos de mãos. Adote um comportamento amigável sem contato físico, mas sempre com um sorriso no rosto.
- Higienize com frequência o celular e os brinquedos das crianças.
- Não compartilhe objetos de uso pessoal, como talheres, toalhas, pratos e copos.
- Mantenha os ambientes limpos e bem ventilados.
- Evite circulação desnecessária nas ruas, estádios, teatros, shoppings, shows, cinemas e igrejas. Se puder, fique em casa.
- Se estiver doente, evite contato físico com outras pessoas, principalmente idosos e doentes crônicos, e fique em casa até melhorar.
- Durma bem e tenha uma alimentação saudável.
- Utilize máscaras caseiras ou artesanais feitas de tecido em situações de saída de sua residência.

Veja aqui como confeccionar e usar a máscara caseira.

Dicas para viajantes

- Caso você precise viajar, avalie a real necessidade. Se for inevitável viajar, previna-se e siga as orientações das autoridades de saúde locais.

Ao voltar de viagens internacionais ou locais recomenda-se:

- **No caso de viagens internacionais**: o isolamento domiciliar voluntário por 7 dias após o desembarque tenha apresentado os sintomas.
- **No caso de viagens locais**: ficar atento à sua condição de saúde, principalmente nos primeiros 14 dias.
- Reforçar os hábitos de higiene, como lavar as mãos com água e sabão.
- Caso apresente sintomas de gripe, siga as orientações do Ministério da Saúde para isolamento domiciliar.

Se eu ficar doente

Caso você se sinta doente, com sintomas de gripe, evite contato físico com outras pessoas, principalmente idosos e doentes crônicos e fique em casa por 14 dias.
Só procure um hospital de referência se estiver com falta de ar.

Em caso de diagnóstico positivo para COVID-19, siga as seguintes recomendações:

- Fique em isolamento domiciliar.
- Utilize máscara o tempo todo.
- Se for preciso cozinhar, use máscara de proteção, cobrindo boca e nariz todo o tempo.
- Depois de usar o banheiro, nunca deixe de lavar as mãos com água e sabão e sempre limpe vaso, pia e demais superfícies com álcool ou água sanitária para desinfecção do ambiente.
- Separe toalhas de banho, garfos, facas, colheres, copos e outros objetos apenas para seu uso.
- O lixo produzido precisa ser separado e descartado.
- Sofás e cadeiras também não podem ser compartilhados e precisam ser limpos frequentemente com água sanitária ou álcool 70%.
- Mantenha a janela aberta para circulação de ar do ambiente usado para isolamento e a porta fechada, limpe a maçaneta frequentemente com álcool 70% ou água sanitária.

Caso o paciente não more sozinho, os demais moradores da devem dormir em outro cômodo, longe da pessoa infectada, seguindo também as seguintes recomendações:

- Manter a distância mínima de 1 metro entre o paciente e os demais moradores.
- Limpe os móveis da casa frequentemente com água sanitária ou álcool 70%.
- Se uma pessoa da casa tiver diagnóstico positivo, todos os moradores ficam em isolamento por 14 dias também.
- Caso outro familiar da casa também inicie os sintomas leves, ele deve reiniciar o isolamento de 14 dias. Se os sintomas forem graves, como dificuldade para respirar, ele deve procurar orientação médica.

Serviço de Saúde

Procure um serviço de saúde apenas se apresentar falta de ar.

Lista de hospitais que prestam atendimento em seu estado/município.

Lista dos postos de saúde que prestam atendimento em seu estado/município.

Laboratórios públicos de referência de testagem para coronavírus

VOLTAR AO TOPO ^





Desenvolvimento da Cooperação Técnica (/bra/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=1015&Itemid=517)

Termos de Cooperação Técnica (/bra/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=756&Itemid=610)

Relatórios Técnicos de Termos de Cooperação (/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=3045&Itemid=806)

Relatórios de Avaliação Final de Termos de Cooperação (/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5875&Itemid=1099)

Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)

Atualizada em 30 de abril de 2020

Principais informações

- A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.
- Foram confirmados no mundo 3.090.445 casos de COVID-19 (71.839 novos em relação ao dia anterior) e 217.769 mortes (9.797 novas em relação ao dia anterior) até 30 de abril de 2020.
- O Brasil é um dos países com transmissão comunitária da COVID-19 e confirmou 85.380 casos e 5.901 mortes pela doença até a tarde do dia 30 de abril de 2020.
- A OPAS e a OMS estão prestando apoio técnico ao Brasil e outros países, na preparação e resposta ao surto de COVID-19.
- As medidas de proteção são as mesmas utilizadas para prevenir doenças respiratórias, como: se uma pessoa tiver febre, tosse e dificuldade de respirar, deve procurar atendimento médico assim que possível e compartilhar o histórico de viagens com o profissional de saúde; lavar as mãos com água e sabão ou com desinfetantes para mãos à base de álcool; ao tossir ou espirrar, cobrir a boca e o nariz com o cotovelo flexionado ou com um lenço – em seguida, jogar fora o lenço e higienizar as mãos.
- Os coronavírus são a segunda principal causa do resfriado comum (após rinovírus) e, até as últimas décadas, raramente causavam doenças mais graves em humanos do que o resfriado comum.
- Há sete coronavírus humanos (HCoVs) conhecidos, entre eles o SARS-COV (que causa síndrome respiratória aguda grave), o MERS-COV (síndrome respiratória do Oriente Médio) e o SARS-CoV-2 (vírus que causa a doença COVID-19).

COVID-19

Doença causada pelo coronavírus 2019

INFORME-SE.

COVID-19 é uma doença respiratória nova que foi identificada pela primeira vez em Wuhan, na China. **Atualmente, a transmissão se dá principalmente de pessoa a pessoa.**





SINTOMAS COMUNS



CASOS GRAVES

*Os sintomas podem aparecer entre **1 e 12 dias** após a exposição ao vírus.



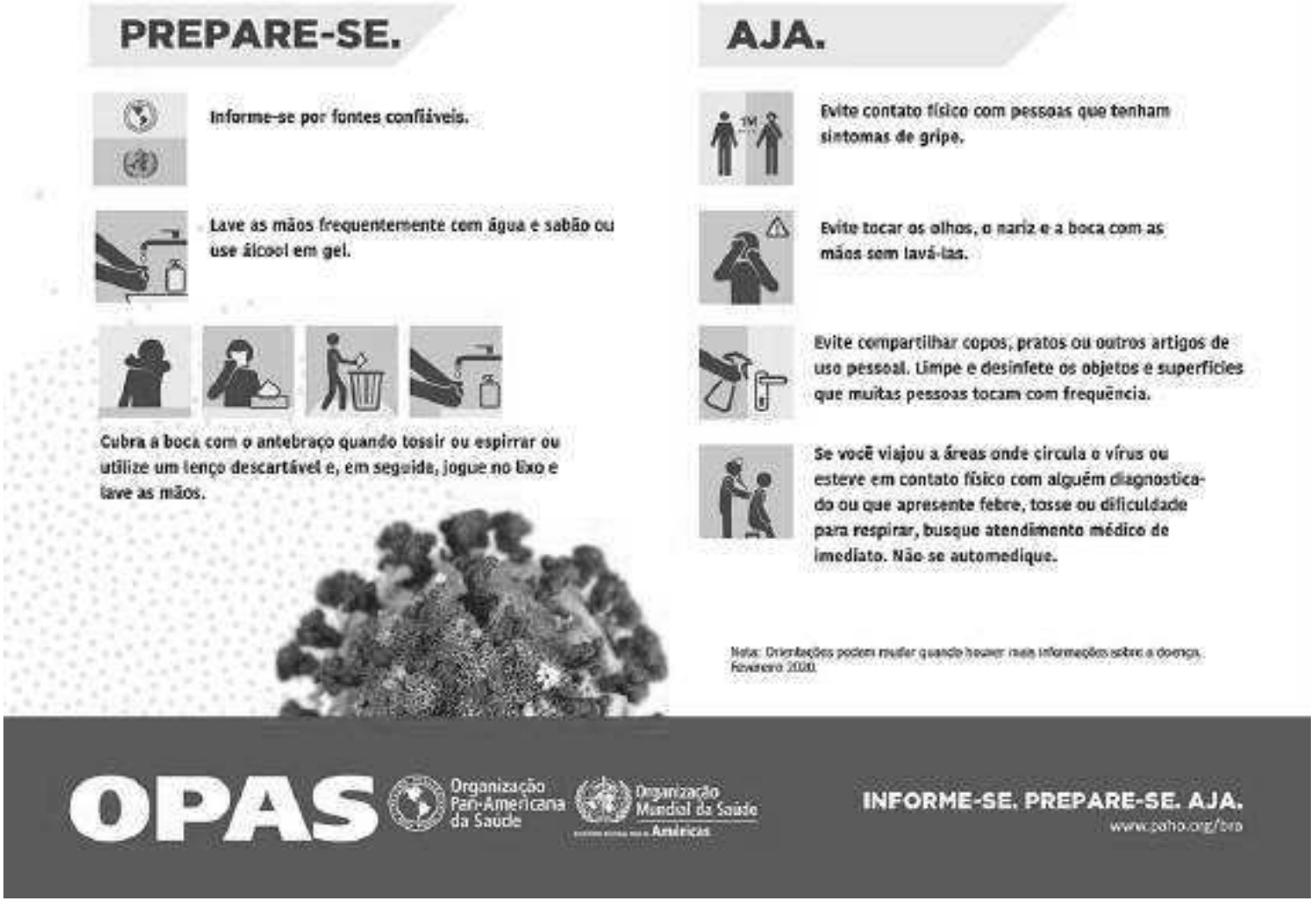
Quem tem maiores riscos de ter a doença agravada?
- Adultos com mais de 60 anos
- Pessoas com doenças preexistentes, como diabetes e cardiopatias



Como a doença é transmitida?
- Pelo contato pessoal próximo com pessoas infectadas ou por meio de tosse ou espirro de pessoas infectadas.
- Ao tocar objetos ou superfícies contaminadas e em seguida tocar a boca, nariz ou olhos.



Até o momento, não há vacina nem tratamento específico, somente tratamento de sintomas. Os casos graves podem precisar de oxigênio suplementar e ventilação mecânica.



Histórico

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos.

Uma semana depois, em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus. Os coronavírus estão por toda parte. Eles são a segunda principal causa de resfriado comum (após rinovírus) e, até as últimas décadas, raramente causavam doenças mais graves em humanos do que o resfriado comum.

Ao todo, sete coronavírus humanos (HCoVs) já foram identificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV (que causa síndrome respiratória aguda grave), MERS-COV (que causa síndrome respiratória do Oriente Médio) e o, mais recente, novo coronavírus (que no início foi temporariamente nomeado 2019-nCoV e, em 11 de fevereiro de 2020 (https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/technical-guidance/naming-the-coronavirus-disease-(covid-2019)-and-the-virus-that-causes-it), recebeu o nome de SARS-CoV-2). Esse novo coronavírus é responsável por causar a doença COVID-19.

A OMS tem trabalhado com autoridades chinesas e especialistas globais desde o dia em que foi informada, para aprender mais sobre o vírus, como ele afeta as pessoas que estão doentes, como podem ser tratadas e o que os países podem fazer para responder.

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) tem prestado apoio técnico aos países das Américas e recomendado manter o sistema de vigilância alerta, preparado para detectar, isolar e cuidar precocemente de pacientes infectados com o novo coronavírus.

Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional

Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus (/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6100:oms-declara-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-em-relacao-a-novo-coronavirus&Itemid=812) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Essa decisão buscou aprimorar a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus.. Essa decisão aprimora a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus.

A ESPII é considerada, nos termos do Regulamento Sanitário Internacional (/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5847:regulamento-sanitario-internacional-rsi&Itemid=812) (RSI), “um evento extraordinário que pode constituir um risco de saúde pública para outros países devido a disseminação internacional de doenças; e potencialmente requer uma resposta internacional coordenada e imediata”.

É a sexta vez na história que uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional é declarada. As outras foram:

- 25 de abril de 2009 – pandemia de H1N1
- 5 de maio de 2014 – disseminação internacional de poliovírus
- 8 agosto de 2014 – surto de Ebola na África Ocidental
- 1 de fevereiro de 2016 – vírus zika e aumento de casos de microcefalia e outras malformações congênitas
- 18 maio de 2018 – surto de ebola na República Democrática do Congo

A responsabilidade de se determinar se um evento constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional cabe ao diretor-geral da OMS e requer a convocação de um comitê de especialistas – chamado de Comitê de Emergências do RSI.

Esse comitê dá um parecer ao diretor-geral sobre as medidas recomendadas a serem promulgadas em caráter emergencial. Essas Recomendações Temporárias incluem medidas de saúde a serem implementadas pelo Estado Parte onde ocorre a ESPII – ou por outros Estados Partes conforme a situação – para prevenir ou reduzir a propagação mundial de doenças e evitar interferências desnecessárias no comércio e tráfego internacional.

Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia (/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812). O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo.

Perguntas e respostas

O que é COVID-19?

COVID-19 é a doença infecciosa causada pelo novo coronavírus, identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China.

Quais são os sintomas de alguém infectado com COVID-19?

Os sintomas mais comuns da COVID-19 são febre, cansaço e tosse seca. Alguns pacientes podem ter dores, congestão nasal, corrimento nasal, dor de garganta ou diarreia. Esses sintomas geralmente são leves e começam gradualmente. Algumas pessoas são infectadas, mas não apresentam sintomas e não se sentem mal. A maioria das pessoas (cerca de 80%) se recupera da doença sem precisar de tratamento especial. Uma em cada seis pessoas que recebe COVID-19 fica gravemente doente e desenvolve dificuldade em respirar. As pessoas idosas e as que têm outras condições de saúde como pressão alta, problemas cardíacos ou diabetes, têm maior probabilidade de desenvolver doenças graves. Pessoas com febre, tosse e dificuldade em respirar devem procurar atendimento médico.

Os coronavírus podem ser transmitidos de pessoa para pessoa?

Sim, alguns coronavírus podem ser transmitidos de pessoa para pessoa, geralmente após contato próximo com um paciente infectado, por exemplo, em casa, no local de trabalho ou em um centro de saúde.

Como o vírus responsável pela COVID-19 se espalha?

As pessoas podem pegar a COVID-19 de outras pessoas que têm o vírus. A doença pode ser transmitida de pessoa para pessoa por meio de pequenas gotículas do nariz ou da boca que se espalham quando uma pessoa com COVID-19 tosse ou espirra. Essas gotículas podem pousar em objetos e superfícies ao redor da pessoa – como mesas ou celulares. As pessoas pegam COVID-19 quando tocam nesses objetos ou superfícies com as mãos ou outra parte do corpo e, em seguida, tocam os olhos, nariz ou boca. As pessoas também podem pegar COVID-19 se inspirarem gotículas de uma pessoa com COVID-19 que tosse ou espirra. É por isso que é importante ficar a mais de 1 metro de distância de uma pessoa doente.

A OPAS e a OMS estão avaliando pesquisas em andamento sobre a maneira como o vírus causador da COVID-19 é disseminado e continuarão a compartilhar descobertas atualizadas.

O vírus que causa a COVID-19 pode ser transmitido pelo ar?

Estudos até o momento sugerem que o vírus que causa a COVID-19 é transmitido principalmente pelo contato com gotículas respiratórias – e não pelo ar.

É possível pegar COVID-19 de uma pessoa que não apresenta sintomas?

A principal maneira pela qual a doença se espalha é através de gotículas respiratórias expelidas por alguém que está tossindo. O risco de contrair COVID-19 de alguém sem sintomas é muito baixo. No entanto, muitas pessoas com COVID-19 têm apenas sintomas leves – particularmente nos estágios iniciais da doença. Portanto, é possível pegar COVID-19 de alguém que tenha, por exemplo, apenas uma tosse leve e não se sinta mal. A OMS está avaliando pesquisas em andamento sobre o período de transmissão da COVID-19 e continuará a compartilhar descobertas atualizadas.

Quanto tempo pacientes devem ficar isolados após o desaparecimento dos sintomas?

Pelo que se sabe até o momento, a principal forma de transmissão ocorre por pessoas que apresentam sintomas. Conforme o que já foi documentado na China (https://www.who.int/publications-detail/report-of-the-who-china-joint-mission-on-coronavirus-disease-2019-(covid-19)), Singapura e Alemanha (https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2020.03.05.20030502v1), alguns pacientes com COVID-19 podem espalhar vírus de 24 a 48 horas antes do início dos sintomas e de 3 a 4 semanas após o início dos sintomas.

Por isso, a OMS recomenda que os pacientes sejam liberados do isolamento somente após terem dois testes negativos – com pelo menos 24 horas de intervalo – e estejam clinicamente recuperados. Se o teste não for possível, é prudente que os indivíduos continuem isolados por mais duas semanas após o fim dos sintomas, pois eles podem continuar a disseminar o vírus.

Posso pegar COVID-19 de fezes de alguém com a doença?

O risco de pegar COVID-19 de fezes de uma pessoa infectada é aparentemente baixo. Embora as investigações iniciais apontem que o vírus possa estar presente nas fezes em alguns casos, a disseminação por essa via não é uma das características principais do surto. A OMS está avaliando pesquisas em andamento sobre a maneira como o vírus que causa COVID-19 é disseminado e continuará a compartilhar novas descobertas. Esse é mais um motivo para limpar as mãos regularmente, depois de usar o banheiro e antes de comer.

Existe uma vacina ou medicamento contra COVID-19?

Ainda não. Até o momento, não há vacina nem medicamento antiviral específico para prevenir ou tratar a COVID-2019. As pessoas infectadas devem receber cuidados de saúde para aliviar os sintomas. Pessoas com doenças graves devem ser hospitalizadas. A maioria dos pacientes se recupera graças aos cuidados de suporte.

Atualmente, estão sendo investigadas possíveis vacinas e alguns tratamentos medicamentosos específicos, com testes através de ensaios clínicos. A OMS está coordenando esforços para desenvolver vacinas e medicamentos para prevenir e tratar a COVID-19.

As maneiras mais eficazes de proteger a si e aos outros contra a COVID-19 são limpar frequentemente as mãos, cobrir a tosse com a parte interior do cotovelo ou lenço e manter uma distância de pelo menos 1 metro das pessoas que estão tossindo ou espirrando.

O que posso fazer para me proteger e evitar transmitir para outras pessoas?

A maioria das pessoas infectadas experimenta uma doença leve e se recupera, mas pode ser mais grave para outras pessoas. Mantenha-se informado sobre os últimos desenvolvimentos a respeito da COVID-19 e faça o seguinte para cuidar da sua saúde e proteger a dos outros:

- Lave as mãos com água e sabão ou higienizador à base de álcool, para matar vírus que podem estar nas suas mãos.

- Mantenha pelo menos 1 metro de distância entre você e qualquer pessoa que esteja tossindo ou espirrando. Quando alguém tosse ou espirra, pulveriza pequenas gotas líquidas do nariz ou da boca, que podem conter vírus. Se você estiver muito próximo, poderá inspirar as gotículas – inclusive do vírus da COVID-19 se a pessoa que tossir tiver a doença.

- Evite tocar nos olhos, nariz e boca. As mãos tocam muitas superfícies e podem ser infectadas por vírus. Uma vez contaminadas, as mãos podem transferir o vírus para os olhos, nariz ou boca. A partir daí, o vírus pode entrar no corpo da pessoa e deixá-la doente.

• Certifique-se de que você e as pessoas ao seu redor seguem uma boa higiene respiratória. Isso significa cobrir a boca e o nariz com a parte interna do cotovelo ou lenço quando tossir ou espirrar (em seguida, descarte o lenço usado imediatamente). Gotículas espalham vírus. Ao seguir uma boa higiene respiratória, você protege as pessoas ao seu redor contra vírus responsáveis por resfriado, gripe e COVID-19.

• Fique em casa se não se sentir bem. Se você tiver febre, tosse e dificuldade em respirar, procure atendimento médico. Siga as instruções da sua autoridade sanitária nacional ou local, porque elas sempre terão as informações mais atualizadas sobre a situação em sua área.

• Pessoas doentes devem adiar ou evitar viajar para as áreas afetadas por coronavírus. Áreas afetadas são países, áreas, províncias ou cidades onde há transmissão contínua -- não áreas com apenas casos importados.

• Os viajantes que retornam das áreas afetadas devem monitorar seus sintomas por 14 dias e seguir os protocolos nacionais dos países receptores; e se ocorrerem sintomas, devem entrar em contato com um médico e informar sobre o histórico de viagem e os sintomas.





Os seres humanos podem ser infectados por um novo coronavírus de origem animal?

Uma série de investigações detalhadas descobriram que o SARS-CoV foi transmitido de civetas para humanos na China em 2002 e o MERS-CoV de camelos dromedários para humanos na Arábia Saudita em 2012. Vários coronavírus conhecidos estão circulando em animais que ainda não infectaram humanos. À medida que a vigilância melhora no mundo, é provável que mais coronavírus sejam identificados.

Qual é a orientação da OPAS e da OMS no que diz respeito ao uso de máscaras?

A OPAS e a OMS recomendam que as máscaras cirúrgicas sejam usadas por:

- pessoas com sintomas respiratórios, como tosse ou dificuldade de respirar, inclusive ao procurar atendimento médico
- profissionais de saúde e pessoas que prestam atendimento a indivíduos com sintomas respiratórios
- profissionais de saúde, ao entrar em uma sala com pacientes ou tratar um indivíduo com sintomas respiratórios

O uso de máscaras não é necessário para pessoas que não apresentem sintomas respiratórios. No entanto, máscaras podem ser usadas em alguns países de acordo com os hábitos culturais locais.

As pessoas que usarem máscaras devem seguir as boas práticas de uso, remoção e descarte, assim como higienizar adequadamente as mãos antes e após a remoção. Devem também lembrar que o uso de máscaras deve ser sempre combinado com as outras medidas de proteção (veja a pergunta “O que posso fazer para me proteger e evitar transmitir para outras pessoas?”).

Como colocar, usar, tirar e descartar uma máscara:

1. Lembre-se de que uma máscara deve ser usada apenas por profissionais de saúde, cuidadores e indivíduos com sintomas respiratórios, como febre e tosse.
2. Antes de tocar na máscara, limpe as mãos com um higienizador à base de álcool ou água e sabão
3. Pegue a máscara e verifique se está rasgada ou com buracos.
4. Oriente qual lado é o lado superior (onde está a tira de metal).
5. Assegure-se que o lado correto da máscara está voltado para fora (o lado colorido).
6. Coloque a máscara no seu rosto. Aperte a tira de metal ou a borda rígida da máscara para que ela se adapte ao formato do seu nariz.
7. Puxe a parte inferior da máscara para que ela cubra sua boca e seu queixo.
8. Após o uso, retire a máscara; remova as presilhas elásticas por trás das orelhas, mantendo a máscara afastada do rosto e das roupas, para evitar tocar nas superfícies potencialmente contaminadas da máscara.

9. Descarte a máscara em uma lixeira fechada imediatamente após o uso.
10. Higienize as mãos depois de tocar ou descartar a máscara – use um higienizador de mãos à base de álcool ou, se estiverem visivelmente sujas, lave as mãos com água e sabão.

Alguns países têm recomendado o uso de máscaras caseiras, feitas com panos (/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6138:covid-19-oms-atualiza-guia-com-recomendacoes-sobre-uso-de-mascaras&Itemid=812). Atualmente, não há evidências científicas fortes de que isso terá um papel importante na redução da velocidade de transmissão da COVID-19.

Qual o período de incubação do vírus causador da COVID-19?
O período de incubação é o tempo entre ser infectado pelo vírus e o início dos sintomas da doença. As estimativas atuais do período de incubação variam de 1 a 14 dias, mais frequentemente ao redor de cinco dias. Essas estimativas estão sendo atualizados à medida que mais dados se tornam disponíveis.

Quanto tempo o vírus sobrevive em superfícies?
Não se sabe ao certo quanto tempo o vírus que causa a COVID-19 sobrevive em superfícies, mas ele parece se comportar como outros coronavírus. Uma série de estudos aponta que os coronavírus (incluindo informações preliminares sobre o vírus que causa COVID-19) podem persistir nas superfícies por algumas horas ou até vários dias. Isso pode variar conforme diferentes condições (por exemplo, tipo de superfície, temperatura ou umidade do ambiente).

Se você acha que uma superfície pode estar infectada, limpe-a com um desinfetante simples para matar o vírus e proteger a si e aos outros. Limpe as mãos com um higienizador à base de álcool ou lave-as com água e sabão. Evite tocar nos olhos, boca ou nariz.

É seguro receber um pacote de qualquer área em que a COVID-19 tenha sido notificada?
Sim. A probabilidade de uma pessoa infectada contaminar mercadorias comerciais é baixa e o risco de pegar o vírus que causa a COVID-19 em um pacote que foi movido, transportado e exposto a diferentes condições e temperaturas também é baixo.

O que posso fazer para evitar a propagação da COVID-19 no meu local de trabalho?

Antes de viajar e com base nas informações mais atualizadas, seu local de trabalho deve avaliar os benefícios e riscos relacionados a planos de viagens. Evite enviar funcionários com maior risco de doenças graves (por exemplo, pessoas idosas e com condições de saúde como diabetes, doenças cardíacas e pulmonares) para áreas com propagação de COVID-19.

Além disso, as(os) funcionárias(os) que retornem de uma área com propagação de COVID-19 devem monitorar sintomas por 14 dias e medir a temperatura duas vezes ao dia. Se a(o) funcionária(o) tiver tosse leve ou febre baixa (ou seja, uma temperatura de 37,3 ºC ou mais), deve ficar em casa e se auto isolar. Isso significa evitar contato próximo (ficar a um metro de distância) com outras pessoas, incluindo membros da família. A pessoa também deve telefonar para seu profissional de saúde ou departamento de saúde pública local, fornecendo detalhes de viagens e sintomas recentes.

Funcionárias(os) também devem ser incentivadas(os) a lavarem as mãos regularmente e a manterem pelo menos um metro de distância de pessoas que estejam tossindo ou espirrando. Devem ainda cumprir as instruções das autoridades do local para onde estão viajando. Se, por exemplo, as autoridades locais lhes dizem para não ir a algum lugar, isso deve ser cumprido.

Outras informações: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/getting-workplace-ready-for-covid-19.pdf (https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/getting-workplace-ready-for-covid-19.pdf?ua=1).

A OMS disse que notas de dinheiro carregam COVID-19?

Não. A Organização Mundial da Saúde não disse que notas de dinheiro transmitem COVID-19, nem emitiu avisos ou declarações sobre isso. A OMS recomenda que as pessoas lavem as mãos regularmente com água e sabão ou higienizador à base de álcool, para matar vírus que possam estar nas mãos.

Quem está em risco de desenvolver doenças graves?

As informações disponíveis atualmente apontam que o vírus pode causar sintomas leves e semelhantes aos da gripe, além de doenças mais graves. Os pacientes apresentam uma variedade de sintomas: febre (83%-98%), tosse (68%) e falta de ar (19%-35%). Com base nos dados atuais, 81% dos casos parecem ter doença leve ou moderada, 14% parecem

progredir para doença grave e 5% são críticos. Pessoas idosas e com condições de saúde pré-existentes (como pressão alta, doenças cardíacas, doenças pulmonares, câncer ou diabetes) parecem desenvolver doenças graves com mais frequência do que outros.

A OPAS ou a OMS divulgaram uma receita de gel pra fazer em casa?
Não, a OPAS e a OMS não divulgaram receita de gel para fazer em casa. Esse processo de produção caseira pode, inclusive, ser prejudicial à saúde. A recomendação da OPAS e da OMS é lavar as mãos com água e sabão ou higienizador à base de álcool. Tanto álcool em gel quanto água e sabão são eficazes para matar vírus que podem estar nas mãos ou outra parte do corpo.

Fumantes e usuários de produtos de tabaco correm maior risco de infecção por COVID-19?
É provável que os fumantes sejam mais vulneráveis ao COVID-19, pois o ato de fumar significa que os dedos (e possivelmente os cigarros contaminados) estão em contato com os lábios, o que aumenta a possibilidade de transmissão do vírus da mão para a boca. Os fumantes também podem já ter doença pulmonar ou capacidade pulmonar reduzida, o que aumentaria muito o risco de doença grave.

Outros produtos para fumar, como bongs, que geralmente envolvem o compartilhamento, podem facilitar a transmissão da COVID-19 em ambientes comunitários e sociais.

Condições que aumentem as necessidades de oxigênio ou reduzem a capacidade do corpo de usá-lo adequadamente colocam os pacientes em maior risco de doenças pulmonares graves, como pneumonia.

Pessoas que vivem com HIV correm um risco maior de serem infectadas pelo vírus que causa COVID-19?
As pessoas que vivem com HIV com doença avançada, aquelas com CD4 baixo e alta carga viral e aquelas que não estão em tratamento antirretroviral têm um risco aumentado de infecções e complicações relacionadas. Não se sabe se a imunossupressão causada pelo HIV colocará uma pessoa em maior risco para a COVID-19. Portanto, até que se saiba mais, devem ser tomadas precauções adicionais para todas as pessoas com HIV avançado ou pouco controlado.

No momento, não há evidências de que o risco de infecção ou complicações da COVID-19 seja diferente entre pessoas vivendo com HIV, clinicamente e imunologicamente estáveis no tratamento anti-retroviral, quando comparadas à população em geral. As pessoas que vivem com o HIV e estão tomando medicamentos antirretrovirais devem garantir que tenham um suprimento de ao menos 30 dias a 6 meses de remédios e garantir que suas vacinas estejam em dia.

Outras informações:

https://www.paho.org/es/documentos/enfermedad-por-coronavirus-covid-19-and-hiv-asuntos-acciones-claves (https://www.paho.org/es/documentos/enfermedad-por-coronavirus-covid-19-and-hiv-asuntos-acciones-claves) (espanhol)

https://www.who.int/news-room/q-a-detail/q-a-on-covid-19-hiv-and-antiretrovirals (https://www.who.int/news-room/q-a-detail/q-a-on-covid-19-hiv-and-antiretrovirals) (inglês)

Posso pegar COVID-19 do meu animal de estimação?
Houve casos de animais de pacientes com COVID-19 infectados com a doença. Como órgão intergovernamental responsável por melhorar a saúde animal no mundo, a Organização Mundial de Saúde Animal (https://www.oie.int/en/scientific-expertise/specific-information-and-recommendations/questions-and-answers-on-2019novel-coronavirus/) (OIE) vem desenvolvendo orientações técnicas sobre tópicos especializados relacionados à saúde animal, dedicados a serviços veterinários e especialistas técnicos (incluindo testes e quarentena).

- Existe a possibilidade de alguns animais serem infectados pelo contato próximo com seres humanos infectados. Ainda são necessárias mais evidências para entender se animais podem espalhar a doença.
- Com base nas evidências atuais, a transmissão de humano para humano continua sendo o principal fator.
- Ainda é muito cedo para dizer se os gatos podem ser o hospedeiro intermediário na transmissão da COVID-19.

Notificação da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19)

30 de abril de 2020

Mundo

3.090.445 confirmados (71.839 novos em relação ao dia anterior)

217.769 mortes (9.797 novas em relação ao dia anterior)

Região Europeia

1.434.649 casos confirmados (27.824 novos em relação ao dia anterior)

135.961 mortes (6.650 novas em relação ao dia anterior)

Região das Américas

1.246.190 casos confirmados (33.102 novos em relação ao dia anterior)

65.228 mortes (2.824 novas em relação ao dia anterior)

Região do Mediterrâneo Oriental

182.417 casos confirmados (5.489 novos em relação ao dia anterior)

7.447 mortes (143 novas em relação ao dia anterior)

Região do Pacífico Ocidental

147.743 casos confirmados (1.294 novos em relação ao dia anterior)

6.094 mortes (57 novas em relação ao dia anterior)

Região do Sudeste Asiático

54.021 casos confirmados (2.670 novos em relação ao dia anterior)

2.088 mortes (87 novas em relação ao dia anterior)

Região Africana

24.713 casos confirmados (1.460 novos em relação ao dia anterior)

938 mortes (36 novas em relação ao dia anterior)

Veja os dados por país no relatório de situação da OMS nº 101 (https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200430-sitrep-101-covid-19.pdf?sfvrsn=2ba4e093_2&ua=1)*.

Mais informações: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reports/ (https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reports/)

*Os países podem ter dados mais atualizados sobre suas situações específicas.

Brasil

O Brasil é um dos países com transmissão comunitária da COVID-19 e confirmou 85.380 casos e 5.901 mortes (https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46817-brasil-registra-85-380-casos-de-coronavirus-e-5-901-mortes-da-doenca) pela doença até a tarde do dia 30 de abril de 2020 (após o fechamento do boletim da OMS nº 101).

-Outras informações: https://coronavirus.saude.gov.br/ (https://coronavirus.saude.gov.br/)

-Unidades Básicas de saúde e hospitais de referência, por estado e município: https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#hospitais-referencia (https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#hospitais-referencia)

Apoio da OPAS ao Brasil

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) tem apoiado diariamente as ações no Brasil, inclusive com presença no Centro de Operações de Emergência (COE) do Ministério da Saúde.

Entre os dias 6 e 7 de fevereiro, a OPAS organizou, junto com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Ministério da Saúde do Brasil, um treinamento para nove países (/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6105:novo-coronavirus-fiocruz-ministerio-da-saude-do-brasil-e-opas-organizam-treinamento-em-diagnostico-laboratorial-para-9-paises&catid=1272&Itemid=836) sobre diagnóstico laboratorial do novo coronavírus. Participaram da capacitação especialistas da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai.

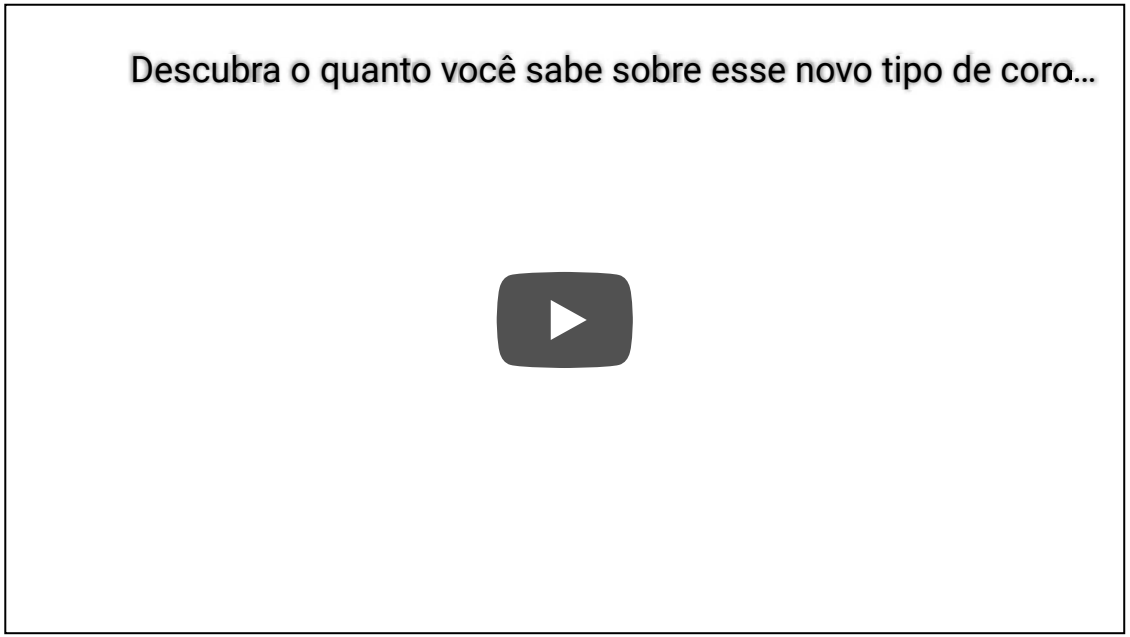
Durante a atividade, os participantes fizeram um exercício prático de detecção molecular do vírus causador da COVID-19 e receberam materiais essenciais para diagnóstico, além de revisarem e discutirem sobre as principais evidências e protocolos disponíveis.

A OPAS também doou ao Brasil primers e controles positivos, que são materiais essenciais para diagnóstico do coronavírus, e – junto com as autoridades de saúde brasileiras – está disponibilizando reagentes para outros países da região das Américas.

Nos dias 9 e 10 de março, a Organização Pan-Americana da Saúde realizou um treinamento para especialistas em saúde pública do Brasil no uso da Go.Data (/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6119:go-data-opas-treina-especialistas-do-brasil-em-uso-de-ferramenta-para-investigacao-de-epidemias-de-covid-19-e-outras-doencas&Itemid=812), ferramenta que busca facilitar a investigação de surtos e epidemias, como a da doença causada pelo novo coronavírus: COVID-19. A capacitação foi feita a pedido do Ministério da Saúde do país.

A Go.Data permite a coleta de dados de campo, rastreamento de contatos e visualização de cadeias de transmissão. Pode ser usada tanto online quanto offline em diferentes plataformas, como computadores, celulares e tablets – e funciona em diversos sistemas, como Windows, Linux, Mac, Android e iOS.

Além disso, a OPAS está ajudando o Brasil a comprar 10 milhões de testes do tipo RT-PCR, que detectam se a pessoa está infectada com o coronavírus causador da COVID-19.



Recomendações da OPAS/OMS

Para a população em geral: a OPAS/OMS recomenda reduzir a exposição e transmissão de uma variedade de doenças praticando a higiene respiratória e das mãos e seguindo práticas alimentares seguras (https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public) (em inglês).

Para trabalhadores de saúde: esteja atento a pessoas com histórico de viagens para a China que tenham febre e sintomas respiratórios. Se você é um profissional de saúde que cuida de um paciente com COVID-19, cuide-se e siga os procedimentos recomendados para prevenção e controle de infecção (/bra/index.php?option=com_docman&view=download&slug=prevencao-e-controle-de-infeccao-durante-os-cuidados-de-saude-quando-houver-suspeita-de-infeccao-pelo-novo-coronavirus-ncov&Itemid=965) (em português).

Para pessoas que podem ter infecção por COVID-19: siga as orientações da OMS sobre atendimento domiciliar e como reduzir o risco de espalhar a doença para outras pessoas (/bra/index.php?option=com_docman&view=download&slug=atendimento-domiciliar-para-pacientes-com-suspeita-de-infeccao-pelo-

novo-coronavirus-2019-ncov-que-apresentam-sintomas-leves-e-manejo-de-contatos&Itemid=965) (em português).

Para comunicação de risco e engajamento comunitário: veja as orientações para os países implementarem estratégias eficazes de comunicação de risco e engajamento comunitário (/bra/index.php?option=com_docman&view=download&slug=comunicacao-de-risco-e-engajamento-comunitario-crec-prontidao-e-resposta-ao-novo-coronavirus-de-2019-2019-ncov&Itemid=965), que ajudarão a proteger a saúde pública durante a resposta a um novo coronavírus (em português). Acesse também cards para redes sociais (/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6130:covid-19-materiais-de-comunicacao&Itemid=0) (em português).

Para viajantes: mantenha-se atualizado com os avisos de saúde de viagens da OMS (https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/travel-advice) relacionados a esse surto (em inglês).

Para profissionais de laboratório: mantenha-se atualizado sobre detecção e diagnóstico por laboratório (https://iris.paho.org/handle/10665.2/52009) (em português) e a respeito de biossegurança laboratorial para manuseio e transporte de amostras associadas ao novo coronavírus 2019 (/bra/index.php?option=com_docman&view=download&slug=diretrizes-provisorias-de-biosseguranca-laboratorial-para-o-manuseio-e-transporte-de-amostras-associadas-ao-novo-coronavirus-2019-covid-19&Itemid=965) (em português).

Profissionais de saúde também podem ter acesso a arientações técnicas da OPAS e da OMS sobre COVID-19 em uma página do Campus Virtual de Saúde Pública: https://opascovid.campusvirtualsp.org/taxonomy/term/36 (https://opascovid.campusvirtualsp.org/taxonomy/term/36)

Além disso, é possível se informar pelo Whatsapp da OMS (/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6133:oms-lanca-versao-em-portugues-de-numero-de-whatsapp-sobre-covid-19&Itemid=812). Basta enviar a palavra “oi”, no aplicativo Whatsapp, para o número +41 22 501 77 35 e iniciar a conversa. Será aberto um menu de opções para tirar dúvidas, checar os dados mais atualizados, descobrir o que é fato ou fake news (boato), quais as medidas mais importantes para proteger a si e a outras pessoas, além de outras informações sobre a doença causada pelo novo coronavírus: a COVID-19.

Curso e vitrine do conhecimento

-Para artigos científicos e outras informações, acesse a vitrine do conhecimento da BIREME/OPAS/OMS (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde) sobre o novo coronavirus (COVID-19): bvsalud.org/vitrinas/novo_coronavirus_2019/ (https://bvsalud.org/vitrinas/novo_coronavirus_2019/) (https://bvsalud.org/vitrinas/post_vitrines/novo_coronavirus/)

-Para uma introdução geral aos vírus respiratórios emergentes, incluindo novos coronavírus, e como os serviços de saúde devem se preparar acesse os cursos “Prevenção e controle de infecções (ICP) causadas pelo novo coronavírus (COVID-19) (https://www.campusvirtualsp.org/pt-br/curso/prevencao-e-controle-de-infeccoes-icp-causadas-pelo-novo-coronavirus-covid-19)” e “Vírus respiratórios emergentes, incluindo COVID-19 (http://bit.ly/CVOPAS-COVID-19)” no Campus Virtual de Saúde Pública da OPAS.

-Para guias técnicas, publicações e protocolos de pesquisa em curso sobre COVID-19, acesse: covid19-evidence.paho.org/handle/20.500.12663/37 (https://covid19-evidence.paho.org/handle/20.500.12663/37)

health organization) (/bra/index.php?format=feed&type=rss&option=com_content&Itemid=875)

- Contatos (/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=9363:2014-for-general-enquiries&catid=8038:archive&Itemid=40179&lang=es)
- Intranet OPAS/OMS no Brasil (http://intranet.paho.org/bra/default.aspx)
- Collective Travel Authorization (https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=1492&Itemid=965)
- Espaço dos Fornecedores (/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=4669&Itemid=832)
- Webmail (https://bramail.paho.org/owa/auth/logon.aspx?replaceCurrent=1&url=https%3a%2f%2fbramail.paho.org%2fowa%2f)
- Banco de Imagens (/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=3069&Itemid=2374)
- Associações de Saúde Pública (https://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=3069&Itemid=2374)
- Linkedin (http://www.linkedin.com/company/pan-american-health-organization)
- YouTube (http://www.youtube.com/pahopin)
- Vimeo (http://vimeo.com/paho)

Setor de Embaixadas Norte, Lote 19, 70800-400 Brasília, DF, Brasil
Caixa Postal 08-729, 70312-970 - Brasilia, DF, Brasil
Tel: +55 61 3251-9595

CORREIO BRAZILIENSE

'Acredito em vocês', diz Bolsonaro a apoiadores pró-intervenção militar

Contrariando as recomendações da OMS, centenas de manifestantes se aglomeraram em frente ao Quartel Geral do Exército

BL Bruna Lima (mailto:bruna.araujo.lima@gmail.com)

postado em 19/04/2020 14:23 / atualizado em 19/04/2020 14:31



(foto: Evaristo Sá/AFP)

Em apoio às milhares de pessoas que se aglomeraram em frente ao Quartel Geral do **Exército**, na tarde deste domingo (19/04), o presidente da República, **Jair Bolsonaro**, subiu em uma caminhonete para agradecer. “Eu estou aqui porque acredito em vocês. Vocês estão porque acreditam no Brasil”, disse. O grupo, que descumpriu as recomendações de isolamento (https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/04/19/interna-brasil,846213/79-dos-brasileiros-defendem-punicao-por-violacao-de-

quarentena.shtml) da Organização Mundial da Saúde e do próprio **Ministério da Saúde**, pede pela **intervenção militar**.



Vestindo verde e amarelo (https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/19/interna_polit de-semana-e-marcado-por-carreatas-e-descumprimento-do-isolamento.shtml) e erguendo a bandeira do Brasil, os bolsonaristas também trouxeram faixas pedindo a volta da AI-5 (https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/19/interna_polit pro-bolsonaro-no-df-tem-criticas-stf-e-pedidos-de-intervencao.shtml), decreto mais duro da ditadura militar. Os apoiadores são a favor do isolamento vertical, aquele que restringe a circulação apenas de grupos mais vulneráveis, como idosos e pessoas com comorbidades. No entanto, vários idosos estavam presentes na manifestação, onde a maioria não usava nenhum tipo de proteção inidividual.

Pela manhã, Bolsonaro saiu em direção a 302 Norte, onde moram um dos filhos, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL/SP) e o ministro da cidadania, Onyx Lorenzoni (DEM). Mais tarde, apareceu saudando os apoiadores no QG do Exército. Ele foi recebido com gritos de “mito” e com afirmações de que “nossa bandeira jamais será vermelha”.

O grupo também partiu em defesa ao impeachment do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e pelo fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF), Corte que, recentemente, decidiu dar autonomia para os estados e municípios decidirem sobre medidas de isolamento social.

(http://00px.net/click/eyJjciI6NjExNzksImNhIjo0MTA4LCJwbCI6NDc3MzV9)

Nova Sprinter sem entrada e 4 meses para começar a pagar!

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(http://00px.net/click/eyJjciI6NjExNzksImNhIjo0MTA4LCJwbCI6NDc3MzV9)

(https://tradingblvd.com/trending/casas-de-celebridades-que-vao-te-deixar-boquiaberto-o-seguro-residencial-delas-deve-ser-muito-caro/?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=3782614&utm_term=A+casa+de+Rick+Harrison+%C3%A9+diferente+do+que+voc%C3%AA-

A casa de Rick Harrison é diferente do que você estava esperando

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(https://tradingblvd.com/trending/casas-de-celebridades-que-vao-te-deixar-boquiaberto-o-seguro-residencial-delas-deve-ser-muito-caro/?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=3782614&utm_term=A+casa+de+Rick+Harrison+%C3%A9+diferente+do+que+voc%C3%AA-
(https://wtfacts.net/trending/voce-vai-ficar-chocado-com-aparencia-dessas-celebridades-sem-maquiagem?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=4217808&utm_term=Voc%C3%AA+lembra+dela%3F+Respire+fundo+antes+de+ver+como+e

Você lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(https://wtfacts.net/trending/voce-vai-ficar-chocado-com-aparencia-dessas-celebridades-sem-maquiagem?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=4217808&utm_term=Voc%C3%AA+lembra+dela%3F+Respire+fundo+antes+de+ver+como+e

(https://www.conselhosetruques.com/varios/dedos-personalidade/?utm_campaign=0omtnxcr&utm_source=Taboola&utm_medium=native&utm_term=diariosassociados-correiobraziliense)

Qual deles é você? É isso que diz sobre a sua personalidade!

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(https://www.conselhosetruques.com/varios/dedos-personalidade/?utm_campaign=0omtnxcr&utm_source=Taboola&utm_medium=native&utm_term=diariosassociados-correiobraziliense)

(https://cashroadster.com/trending/semelhanca-entre-essas-celebridades-e-seus-filhos-e-realmente-incrivel-alguns-filhos-parecem-mais-com-seus-pais-que-propria-celebridade?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=4397698&utm_term=Voc%C3%AA+se+lembra+do+filho+de+Ronaldo%3F+Tente+n%C3%A3
lo+agora&utm_content=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Flibtrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F33c7c29ec73ba6a4447224c07

Você se lembra do filho de Ronaldo? Tente não ficar impressionado ao

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(https://cashroadster.com/trending/semelhanca-entre-essas-celebridades-e-seus-filhos-e-realmente-incrivel-alguns-filhos-parecem-mais-com-seus-pais-que-propria-celebridade?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=4397698&utm_term=Voc%C3%AA+se+lembra+do+filho+de+Ronaldo%3F+Tente+n%C3%A3o+agora&utm_content=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Flibtrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F33c7c29ec73ba6a4447224c07

(https://www.zarb.com.br/bota-caterpillar-adventure-cafe?utm_source=taboola&utm_medium=[12/04+Bota+Desktop])

Bota caterpillar café em até 6x sem juros

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(https://www.zarb.com.br/bota-caterpillar-adventure-cafe?utm_source=taboola&utm_medium=[12/04+Bota+Desktop])

(https://foodeliciouz.com/economia-de-america-latina/?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=1844081&utm_content=1066090&utm_term=fdz_por2_richam_dsk_070219)

Os 17 países mais ricos na América Latina

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(https://foodeliciouz.com/economia-de-america-latina/?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=1844081&utm_content=1066090&utm_term=fdz_por2_richam_dsk_070219)

(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/04/24/interna_mundo,847794/luz-do-sol-destroi-coronavirus-rapidamente-afirma-agencia-americana.shtml)

Luz do sol destrói coronavírus rapidamente, afirma agência americana

Correio Braziliense

(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/04/24/interna_mundo,847794/luz-do-sol-destroi-coronavirus-rapidamente-afirma-agencia-americana.shtml)
(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/04/20/internas_economia,846668/justica-determina-suspensao-da-cobranca-do-credito-consignado.shtml?amp_js_v=0.1&usqp=mq331AQFKAGwASA=)

Justiça determina suspensão da cobrança do crédito consignado

Correio Braziliense

(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/04/20/internas_economia,846668/justica-determina-suspensao-da-cobranca-do-credito-consignado.shtml?amp_js_v=0.1&usqp=mq331AQFKAGwASA=)
(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/28/interna_politica,849430/bolsonaro-lamenta-ausencia-de-regina-duarte-e-diz-que-ela-tem-dificul.shtml)

Bolsonaro lamenta ausência de Regina Duarte e diz que ela tem 'dificuldade'

Correio Braziliense

(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/28/interna_politica,849430/bolsonaro-lamenta-ausencia-de-regina-duarte-e-diz-que-ela-tem-dificul.shtml)

Os comentários não representam a opinião do jornal e são de responsabilidade do autor.
As mensagens estão sujeitas a moderação prévia antes da publicação

© Copyright Correio Braziliense 2000 - 2020. todos os direitos reservados.

CORREIO BRAZILIENSE

Jair Bolsonaro visita comércio no DF mesmo após recomendação de isolamento

Vídeo da visita foi publicado no Twitter. Em outro, filmado por moradores, ele aparece em farmácia no Sudoeste e depois em outro estabelecimento em Sobradinho

RR Renata Rusky (mailto:renatarusky.df@dabr.com.br)

postado em 29/03/2020 11:41 / atualizado em 29/03/2020 16:56



(foto: Reprodução da internet)

Na manhã deste domingo (29/3), o presidente **Jair Bolsonaro** visitou um churrasquinho em uma praça de **Taguatinga**. O vídeo do momento, publicado

no Twitter dele, mostra o chefe do Executivo, em meio à pandemia do novo coronavírus, conversando com o vendedor de espetinhos e com pessoas que se aglomeraram em volta dos dois.

Segundo o comerciante, ele não pode ficar sem trabalhar. "Se eu não morrer do vírus, morro de fome", afirma. Além disso, ele diz que prefere não morrer de nenhum dos dois jeitos, mas acredita que está com a saúde em dia e que não tem medo. É quando Bolsonaro se volta para a câmera e discursa: "Pelo que eu tenho conversado com o povo, é que eles querem trabalhar. É o que eu tenho falado desde o início: tem que tomar cuidado".

Muita gente se reúne em volta do churrasquinho para ver e ouvir o presidente. Alguns chegam a dizer que o comércio deve ser reaberto e que as pessoas devem trabalhar normalmente. O churrasqueiro, então, alerta sobre um cuidado que toma: "Não fazer aquela aglomeração de muita gente. Pega seu churrasco e vai saindo pra não ficar aquele tumulto no carrinho".

> Agora, em Taguatinga/DF. pic.twitter.com/oVRmRWPE11 (https://t.co/oVRmRWPE11)
>
> %u2014 Jair M. Bolsonaro (@jairbolsonaro) March 29, 2020 (https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1244268944820768769?ref_src=twsrc%5Etfw)

Depois, Bolsonaro seguiu para um estabelecimento comercial chamado Sobradinho Carnes, em Taguatinga -- e não em Sobradinho, como postou o presidente --, onde falou sobre a situação da população mais pobre. "Esse isolamento horizontal se continuar assim, com a brutal quantidade de desemprego que vem pela frente, teremos um problema seríssimo, que vai levar anos para resolver", afirmou. "A luta toda não é para evitar o contágio, mas para diminuir a onda", completou o presidente.

> Sobradinho/DF.
>
> - A imprensa diz que está nas ruas porque precisa trabalhar, mas e o povo? pic.twitter.com/3EVyjWfbFz (https://t.co/3EVyjWfbFz)
>
> %u2014 Jair M. Bolsonaro (@jairbolsonaro) March 29, 2020 (https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1244283533453123592?ref_src=twsrc%5Etfw)

Pelo Distrito Federal

Em outro vídeo, filmado por moradores do Sudoeste, Jair Bolsonaro aparece em uma farmácia e em um a padaria do bairro. Ele ri alto e conversa com algumas pessoas, mas, na fila, a maioria ignora a presença dele. No fim, alguns pedem para ele mandar um oi para "a galera do WhatsApp" e lhe desejam "força".

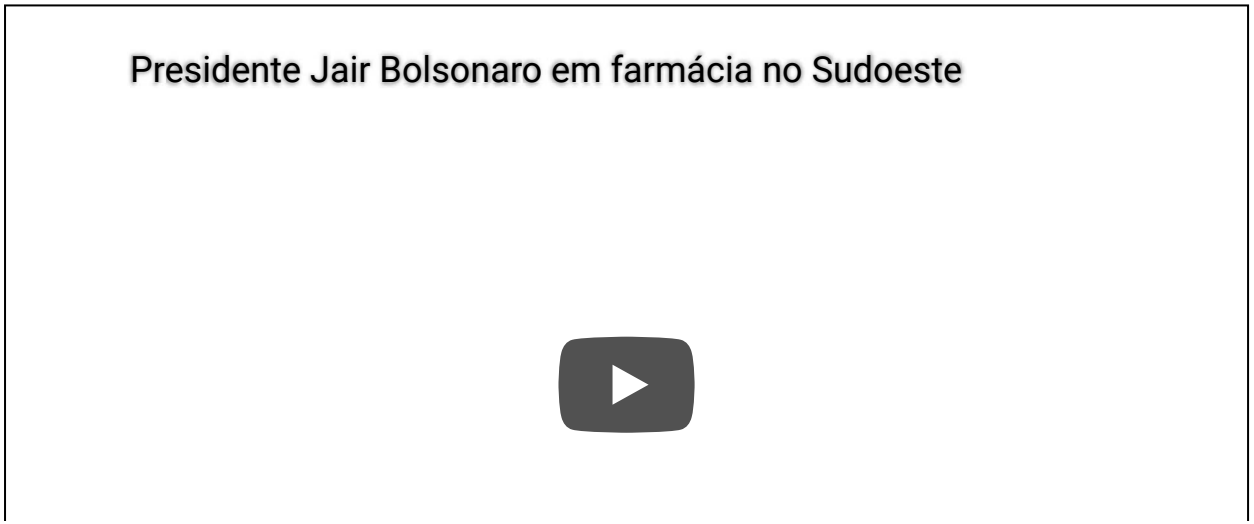
Depois de visitar padaria, farmácia e mercado, o presidente esteve no Hospital das Forças Armadas (HFA), onde ficou por cerca de 20 minutos. Ele cumprimentou populares e profissionais que lá estavam. Não há informação oficial sobre a razão da visita ao hospital.

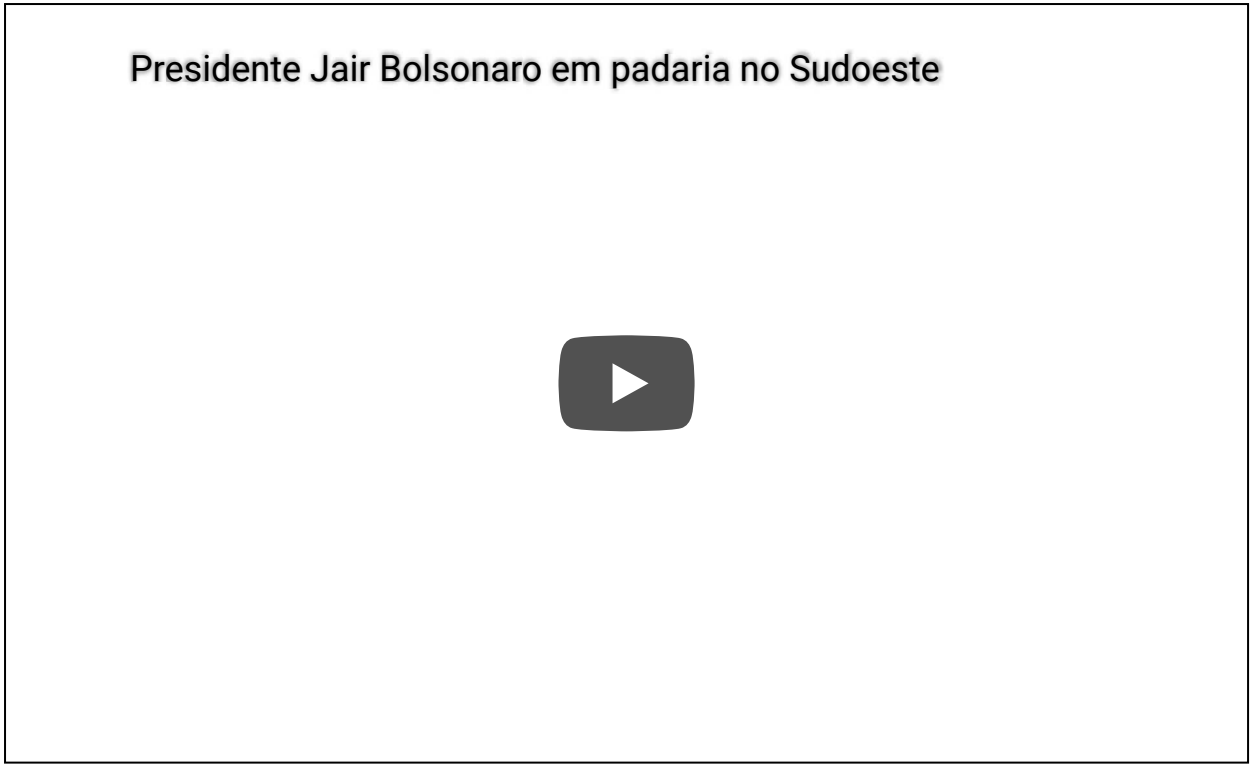
O presidente passou de carro pela região onde funciona uma feira na Ceilândia, que está fechada. Apesar da feira não estar funcionando, a chegada do presidente reuniu várias pessoas que se aproximaram para tirar fotos.



Bolsonaro, na semana passada, defendeu o chamado isolamento "vertical", quando apenas idosos e pessoas com doenças crônicas ficam isoladas (https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/24/interna_polit pede-reabertura-de-escolas-e-critica-governadores.shtml).

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, no entanto, no sábado (28/3) defendeu, num discurso contundente, a manutenção das medidas de isolamento para conter (https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/03/28/interna-brasil,840958/contrariando-bolsonaro-mandetta-incentiva-pessoas-a-ficarem-em-casa.shtml) o avanço do novo coronavírus.





*Com informações da Agência Estado

(https://noticiadasaude.com.br/fito-native?utm_source=fitotaboola&utm_campaign=camp1)

Não coma mais um grama de cúrcuma antes de ler este artigo.

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(https://noticiadasaude.com.br/fito-native?utm_source=fitotaboola&utm_campaign=camp1)

(https://mydailymagazine.com/post-543ee083/?dai=1GYu7M3g3S1z0kw30VsbYZ&utm_source=taboola-dx&utm_campaign=dx-br-d-mdm-busespt-110320-c25&utm_medium=tb4071697_1066090&utm_term=diariosassociados-correiobraziliense&fpCode=)

Homem que enterrou 42 ônibus escolares finalmente permite a entrada de câmeras

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(https://mydailymagazine.com/post-543ee083/?dai=1GYu7M3g3S1z0kw30VsbYZ&utm_source=taboola-dx&utm_campaign=dx-br-d-mdm-busespt-110320-c25&utm_medium=tb4071697_1066090&utm_term=diariosassociados-correiobraziliense&fpCode=)
(https://tradingblvd.com/trending/casas-de-celebridades-que-vao-te-deixar-boquiaberto-o-seguro-residencial-delas-deve-ser-muito-caro/?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=3782614&utm_term=A+casa+de+Rick+Harrison+%C3%A9+diferente+do+que+voc%C3%AA-

A casa de Rick Harrison é diferente do que você estava esperando

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(https://tradingblvd.com/trending/casas-de-celebridades-que-vao-te-deixar-boquiaberto-o-seguro-residencial-delas-deve-ser-muito-caro/?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=3782614&utm_term=A+casa+de+Rick+Harrison+%C3%A9+diferente+do+que+voc%C3%AA-

(https://trendscatchers.co.uk/index.php/pt/2020/01/02/aviao-fantasma-da-segunda-guerra-pousa-sem-ninguem-dentro-e-com-todos-os-paraquedas/?utm_source=tab-3597306)

Avião fantasma da Segunda Guerra pousa sem ninguém dentro e com todos os paraquedas

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(https://trendscatchers.co.uk/index.php/pt/2020/01/02/aviao-fantasma-da-segunda-guerra-pousa-sem-ninguem-dentro-e-com-todos-os-paraquedas/?utm_source=tab-3597306)

(https://wtfacts.net/trending/voce-vai-ficar-chocado-com-aparencia-dessas-celebridades-sem-maquiagem?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=4217808&utm_term=Voc%C3%AA+lembra+dela%3F+Respire+fundo+antes+de+ver+como+e

Você lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&uti**

(https://wtfacts.net/trending/voce-vai-ficar-chocado-com-aparencia-dessas-celebridades-sem-maquiagem?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=4217808&utm_term=Voc%C3%AA+lembra+dela%3F+Respire+fundo+antes+de+ver+como+e
(https://cashroadster.com/trending/semelhanca-entre-essas-celebridades-e-seus-filhos-e-realmente-incrivel-alguns-filhos-parecem-mais-com-seus-pais-que-propria-celebridade?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=4397698&utm_term=Voc%C3%AA+se+lembra+do+filho+de+Ronaldo%3F+Tente+n%C3%A3
lo+agora&utm_content=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Flibtrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F33c7c29ec73ba6a4447224c07

Você se lembra do filho de Ronaldo? Tente não ficar impressionado ao vê-lo agora

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&uti**

(https://cashroadster.com/trending/semelhanca-entre-essas-celebridades-e-seus-filhos-e-realmente-incrivel-alguns-filhos-parecem-mais-com-seus-pais-que-propria-celebridade?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=4397698&utm_term=Voc%C3%AA+se+lembra+do+filho+de+Ronaldo%3F+Tente+n%C3%A3
lo+agora&utm_content=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Flibtrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F33c7c29ec73ba6a4447224c07

(https://www.conselhosetruques.com/varios/dedos-personalidade/?utm_campaign=0omtnxcr&utm_source=Taboola&utm_medium=native&utm_term=diariosassociados-correiobraziliense)

Qual deles é você? É isso que diz sobre a sua personalidade!

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&uti**

(https://www.conselhosetruques.com/varios/dedos-personalidade/?utm_campaign=0omtnxcr&utm_source=Taboola&utm_medium=native&utm_term=diariosassociados-correiobraziliense)

(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/28/interna_politica,849430/bolsonaro-lamenta-ausencia-de-regina-duarte-e-diz-que-ela-tem-dificul.shtml)

Bolsonaro lamenta ausência de Regina Duarte e diz que ela tem 'dificuldade'

Correio Braziliense

(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/28/interna_politica,849430/bolsonaro-lamenta-ausencia-de-regina-duarte-e-diz-que-ela-tem-dificul.shtml)
(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/30/interna_politica,850032/bolsonaro-reitera-criticas-a-moraes-e-diz-que-pode-ter-pegado-covid-19.shtml)

Bolsonaro reitera críticas a Moraes e diz que pode ter pegado Covid-19

Correio Braziliense

(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/30/interna_politica,850032/bolsonaro-reitera-criticas-a-moraes-e-diz-que-pode-ter-pegado-covid-19.shtml)
(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/04/20/internas_economia,846668/justica-determina-suspensao-da-cobranca-do-credito-consignado.shtml?amp_js_v=0.1&usqp=mq331AQFKAGwASA=)

Justiça determina suspensão da cobrança do crédito consignado

Correio Braziliense

(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/04/20/internas_economia,846668/justica-determina-suspensao-da-cobranca-do-credito-consignado.shtml?amp_js_v=0.1&usqp=mq331AQFKAGwASA=)

Os comentários não representam a opinião do jornal e são de responsabilidade do autor.
As mensagens estão sujeitas a moderação prévia antes da publicação

© Copyright Correio Braziliense 2000 - 2020. todos os direitos reservados.

CORREIO BRAZILIENSE

Em visita a hospital, Bolsonaro gera aglomeração e se aproxima de populares

Hospital de campanha está sendo construído para receber pacientes com a Covid-19, doença causada pelo coronavírus

ST . Sarah Teófilo (mailto:iconescb@gmail.com)

postado em 11/04/2020 13:07 / atualizado em 11/04/2020 16:40



Bolsonaro pega na mão de mulher em Águas Lindas de Goiás

(foto: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press)

O presidente Jair Bolsonaro se aproximou sem máscara de populares aglomerados em frente à obra do primeiro hospital de campanha da União, em Águas Lindas (GO), Entorno do Distrito Federal (DF), na tarde deste sábado (11/4). Bolsonaro cumprimentou populares e uma mulher chegou a beijar sua mão. Ele também pegou uma caneta para assinar uma camiseta,

apertou a mão de pelo menos um policial e abraçou o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM).

A unidade hospitalar está sendo construída justamente para receber pacientes com a Covid-19, doença causada pelo coronavírus, que é transmitido por gotículas respiratórias (fala, tosse ou espirro, por exemplo). As ações do presidente não seguem orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do próprio Ministério da Saúde, que frisam a importância de isolamento e distanciamento social.



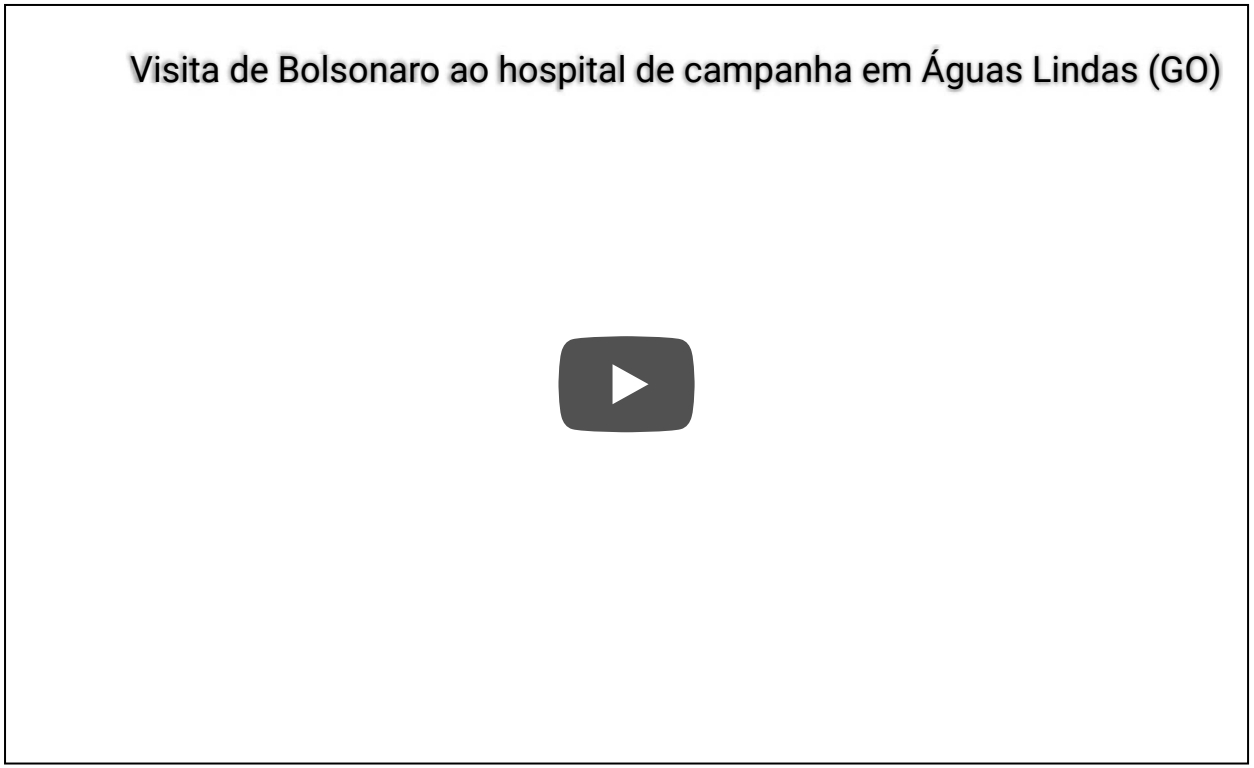
Ver galeria . 19 Fotos (https://www.correiobraziliense.com.br/app/galeria-de-fotos/2020/04/11/interna_galeriafotos,8579/11-4-visita-de-bolsonaro-as-obras-do-hospital-d l.shtml?sd=no&back=https%3A//www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/11/in visita-a-hospital-bolsonaro-gera-aglomeracao.shtml)



(foto: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press)

Ao ser questionado sobre as aglomerações em volta do hospital de pessoas que aguardavam o presidente, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, afirmou que o que pode fazer é recomendar. "Eu posso recomendar. Não posso viver a vida das pessoas. As pessoas que fazem atitude dessa hoje daqui

a pouco vão ser as mesmas que vão estar lamentando", disse. Questionado se a orientação servia também para o presidente, disse que"serve para todos os brasileiros".



O governador de Goiás evitou críticas a Bolsonaro (https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/11/interna_polit evita-criticas-a-bolsonaro-mas-defende-distanciamento.shtml), mas

defendeu o distanciamento social. "Ele que deve explicar essa situação. A minha posição vocês acompanharam", disse Caiado ao ser questionado sobre postura do presidente, que se aproximou, mais uma vez, de populares que estavam no local. No último dia 25, depois de Bolsonaro chamar o covonavírus de "gripezinha" e incentivar o fim do isolamento, Caiado sinalizou para um rompimento com o presidente. Na ocasião, ele disse as "declarações do presidente não atravessam as fronteiras (https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/25/interna_polit declaracoes-do-presidente-nao-atravessam-as-fronteiras-de-goias.shtml) de Goiás".



Na última sexta-feira (10/4), Bolsonaro também gerou aglomerações em Brasília, quando entrou em uma farmácia e lanchou (https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/10/interna_polit vai-ao-hfa-segue-para-o-sudoeste-e-e-recebido-com-protestos.shtml) em uma padaria. Imagens da *TV Globo* mostraram que o presidente limpou o nariz com o braço e a mão, e em seguida apertou a mão de algumas pessoas (https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/10/interna_polit bolsonaro-limpa-nariz-e-em-seguida-aperta-maos-de-apoiadores.shtml), inclusive de uma idosa.

Neste sábado (11/4), Bolsonaro não quis conceder entrevista à imprensa, que não teve entrada autorizada no evento (https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/11/interna_polit barrada-bolsonaro-obra-de-hospital-de-campanha-aguas-lindas.shtml). Somente jornalistas de órgãos oficiais puderam entrar. O presidente chegou ao local por volta das 11h20, e entrou no espaço do hospital de máscara. Ao cumprimentar os populares, entretanto, ele tirou.

Hospital



O hospital de campanha de Águas Lindas é o primeiro da União neste combate ao novo coronavírus. Ele terá 200 leitos, sendo 40 de suporte avançado, em uma área construída de 4.950 mil metros quadrados (m²). A construção começou na última terça-feira (7/4), e a previsão é de 15 dias para concluir a obra e mais 15 dias para equipar a unidade. O ministro Luiz Henrique Mandetta anunciou neste sábado que o próximo será em Manaus (AM) (https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/04/11/interna-brasil,843843/mandetta-anuncia-construcao-de-hospital-de-campanha-da-uniao-em-manaus.shtml).

(https://noticiadasaude.com.br/fito-native?utm_source=fitotaboola&utm_campaign=camp1)

Não coma mais um grama de cúrcuma antes de ler este artigo.

()

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(https://noticiadasaude.com.br/fito-native?utm_source=fitotaboola&utm_campaign=camp1)

(https://tradingblvd.com/trending/casas-de-celebridades-que-vao-te-deixar-boquiaberto-o-seguro-residencial-delas-deve-ser-muito-caro/?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=3782614&utm_term=A+casa+de+Rick+Harrison+%C3%A9+diferente+do+que+voc%C3%AA-

A casa de Rick Harrison é diferente do que você estava esperando

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(https://tradingblvd.com/trending/casas-de-celebridades-que-vao-te-deixar-boquiaberto-o-seguro-residencial-delas-deve-ser-muito-caro/?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=3782614&utm_term=A+casa+de+Rick+Harrison+%C3%A9+diferente+do+que+voc%C3%AA-
(https://wtfacts.net/trending/voce-vai-ficar-chocado-com-aparencia-dessas-celebridades-sem-maquiagem?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=4217808&utm_term=Voc%C3%AA+lembra+dela%3F+Respire+fundo+antes+de+ver+como+e

Você lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(https://wtfacts.net/trending/voce-vai-ficar-chocado-com-aparencia-dessas-celebridades-sem-maquiagem?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=4217808&utm_term=Voc%C3%AA+lembra+dela%3F+Respire+fundo+antes+de+ver+como+e

(https://www.conselhosetruques.com/varios/dedos-personalidade/?utm_campaign=0omtnxcr&utm_source=Taboola&utm_medium=native&utm_term=diariosassociados-correiobraziliense)

Qual deles é você? É isso que diz sobre a sua personalidade!

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(https://www.conselhosetruques.com/varios/dedos-personalidade/?utm_campaign=0omtnxcr&utm_source=Taboola&utm_medium=native&utm_term=diariosassociados-correiobraziliense)

(https://cashroadster.com/trending/semelhanca-entre-essas-celebridades-e-seus-filhos-e-realmente-incrivel-alguns-filhos-parecem-mais-com-seus-pais-que-propria-celebridade?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=4397698&utm_term=Voc%C3%AA+se+lembra+do+filho+de+Ronaldo%3F+Tente+n%C3%A3
lo+agora&utm_content=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Flibtrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F33c7c29ec73ba6a4447224c07

Você se lembra do filho de Ronaldo? Tente não ficar impressionado ao vê-lo agora

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(https://cashroadster.com/trending/semelhanca-entre-essas-celebridades-e-seus-filhos-e-realmente-incrivel-alguns-filhos-parecem-mais-com-seus-pais-que-propria-celebridade?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=4397698&utm_term=Voc%C3%AA+se+lembra+do+filho+de+Ronaldo%3F+Tente+n%C3%A3o+agora&utm_content=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Flibtrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F33c7c29ec73ba6a4447224c07
(https://www.zarb.com.br/bota-caterpillar-adventure-cafe?utm_source=taboola&utm_medium=[12/04+Bota+Desktop])

Bota caterpillar café em até 6x sem juros

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(https://www.zarb.com.br/bota-caterpillar-adventure-cafe?utm_source=taboola&utm_medium=[12/04+Bota+Desktop])

(https://foodeliciouz.com/economia-de-america-latina/?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=1844081&utm_content=1066090&utm_term=fdz_por2_richam_dsk_070219)

Os 17 países mais ricos na América Latina

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(https://foodeliciouz.com/economia-de-america-latina/?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=1844081&utm_content=1066090&utm_term=fdz_por2_richam_dsk_070219)

(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/04/20/internas_economia,846668/justica-determina-suspensao-da-cobranca-do-credito-consignado.shtml?amp_js_v=0.1&usqp=mq331AQFKAGwASA=)

Justiça determina suspensão da cobrança do crédito consignado

Correio Braziliense

(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/04/20/internas_economia,846668/justica-determina-suspensao-da-cobranca-do-credito-consignado.shtml?amp_js_v=0.1&usqp=mq331AQFKAGwASA=)
(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/04/24/interna_mundo,847794/luz-do-sol-destroi-coronavirus-rapidamente-afirma-agencia-americana.shtml)

Luz do sol destrói coronavírus rapidamente, afirma agência americana

Correio Braziliense

(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/04/24/interna_mundo,847794/luz-do-sol-destroi-coronavirus-rapidamente-afirma-agencia-americana.shtml)
(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2020/04/29/interna_diversao_arte,849612/casamento-de-luisa-sonza-e-whindersson-nunes-chega-ao-fim.shtml)

Casamento de Luísa Sonza e Whindersson Nunes chega ao fim

Correio Braziliense

(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2020/04/29/interna_diversao_arte,849612/casamento-de-luisa-sonza-e-whindersson-nunes-chega-ao-fim.shtml)

Os comentários não representam a opinião do jornal e são de responsabilidade do autor.
As mensagens estão sujeitas a moderação prévia antes da publicação

© Copyright Correio Braziliense 2000 - 2020. todos os direitos reservados.





CORREIO BRAZILIENSE

No Sudoeste, Bolsonaro limpa nariz e, em seguida, aperta mãos de apoiadores

A atitude do presidente vai na contramão de várias recomendações do Ministério da Saúde e do GDF

CB . Correio Braziliense (mailto:iconescb@gmail.com)

postado em 10/04/2020 14:11 / atualizado em 10/04/2020 14:32



(foto: Reprodução/TV Globo)

Durante a visita que fez ao **Sudoeste**, na manhã desta sexta-feira (10/4), em que esteve em uma farmácia e no prédio onde mora o filho Renan, o presidente **Jair Bolsonaro** também cumprimentou apoiadores na região. Imagens da TV Globo, no entanto, mostram ainda o presidente **limpando o nariz com a mão. Em seguida, sem limpá-la, Bolsonaro aperta a mão de algumas pessoas**, entre elas uma idosa que usava máscara como proteção da **Covid-19**.

A atitude do presidente vai na contramão de várias recomendações do **Ministério da Saúde** e do Governo do Distrito Federal (**GDF**) para tentar evitar a proliferação do novo coronavírus. Entre elas, a de **não fazer aglomeração, não colocar as mãos no rosto e não apertar as mãos das pessoas**. Veja o momento abaixo:



Ver galeria . 12 Fotos (https://www.correiobraziliense.com.br/app/galeria-de-fotos/2020/04/10/interna_galeriafotos,8578/10-4-bolsonaro-limpa-nariz-e-aperta-mao-de-a
sd=no&back=https%3A//www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/10/in
bolsonaro-limpa-nariz-e-em-seguida-aperta-maos-de-apoiadores.shtml)

(foto: Reprodução/TV Globo)

Não é a primeira vez que Bolsonaro evita aglomerações. Na quinta-feira (9/4), o presidente esteve em uma padaria na Asa Norte

(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/09/interna_polit meio-a-quarentena-bolsonaro-visita-padaria-na-asa-norte.shtml). Contrariando o decreto do GDF que libera o funcionamento do estabelecimento, ele fez um lanche no local e causou aglomeração, além de abraçar funcionários, cumprimentar pessoas com abraços e apertos de mão, além de posar para fotos.

Em 29 de março, Bolsonaro já havia quebrado o isolamento ao percorrer comércios em **Taguatinga** e **Ceilândia** (https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/03/29/interna_cida bolsonaro-visita-comercio-no-df-mesmo-apos-recomendacao-de-isolam.shtml). O passeio havia ocorrido um dia após o ministro da Saúde, Luiz Henrique **Mandetta**, reforçar o pedido para que as pessoas mantenham o **distanciamento social**.

(https://noticiadasaude.com.br/fito-native?utm_source=fitotaboola&utm_campaign=camp1)

Não coma mais um grama de cúrcuma antes de ler este artigo.

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&uti**

(https://noticiadasaude.com.br/fito-native?utm_source=fitotaboola&utm_campaign=camp1)

(https://tradingblvd.com/trending/casas-de-celebridades-que-vao-te-deixar-boquiaberto-o-seguro-residencial-delas-deve-ser-muito-caro/?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=3782614&utm_term=A+casa+de+Rick+Harrison+%C3%A9+diferente+do+que+voc%C3%AA-

A casa de Rick Harrison é diferente do que você estava esperando

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&uti**

(https://tradingblvd.com/trending/casas-de-celebridades-que-vao-te-deixar-boquiaberto-o-seguro-residencial-delas-deve-ser-muito-caro/?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=3782614&utm_term=A+casa+de+Rick+Harrison+%C3%A9+diferente+do+que+voc%C3%AA-
(https://wtfacts.net/trending/voce-vai-ficar-chocado-com-aparencia-dessas-celebridades-sem-maquiagem?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=4217808&utm_term=Voc%C3%AA+lembra+dela%3F+Respire+fundo+antes+de+ver+como+e

Você lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&uti**

(https://wtfacts.net/trending/voce-vai-ficar-chocado-com-aparencia-dessas-celebridades-sem-maquiagem?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=4217808&utm_term=Voc%C3%AA+lembra+dela%3F+Respire+fundo+antes+de+ver+como+e

(https://www.conselhosetruques.com/varios/dedos-personalidade/?utm_campaign=0omtnxcr&utm_source=Taboola&utm_medium=native&utm_term=diariosassociados-correiobraziliense)

Qual deles é você? É isso que diz sobre a sua personalidade!

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&uti**

(https://www.conselhosetruques.com/varios/dedos-personalidade/?utm_campaign=0omtnxcr&utm_source=Taboola&utm_medium=native&utm_term=diariosassociados-correiobraziliense)

(https://cashroadster.com/trending/semelhanca-entre-essas-celebridades-e-seus-filhos-e-realmente-incrivel-alguns-filhos-parecem-mais-com-seus-pais-que-propria-celebridade?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=4397698&utm_term=Voc%C3%AA+se+lembra+do+filho+de+Ronaldo%3F+Tente+n%C3%A3
lo+agora&utm_content=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Flibtrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F33c7c29ec73ba6a4447224c07

Você se lembra do filho de Ronaldo? Tente não ficar impressionado ao vê-lo agora

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&uti**
(https://cashroadster.com/trending/semelhanca-entre-essas-celebridades-e-seus-filhos-e-realmente-incrivel-alguns-filhos-parecem-mais-com-seus-pais-que-propria-celebridade?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=4397698&utm_term=Voc%C3%AA+se+lembra+do+filho+de+Ronaldo%3F+Tente+n%C3%A3
lo+agora&utm_content=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Flibtrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F33c7c29ec73ba6a4447224c07
(https://www.zarb.com.br/bota-caterpillar-adventure-cafe?utm_source=taboola&utm_medium=[12/04+Bota+Desktop])

Bota caterpillar café em até 6x sem juros

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&uti**

(https://www.zarb.com.br/bota-caterpillar-adventure-cafe?utm_source=taboola&utm_medium=[12/04+Bota+Desktop])

(https://foodeliciouz.com/economia-de-america-latina/?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=1844081&utm_content=1066090&utm_term=fdz_por2_richam_dsk_070219)

Os 17 países mais ricos na América Latina

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(https://foodeliciouz.com/economia-de-america-latina/?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=1844081&utm_content=1066090&utm_term=fdz_por2_richam_dsk_070219)

(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/04/24/interna_mundo,847794/luz-do-sol-destroi-coronavirus-rapidamente-afirma-agencia-americana.shtml)

Luz do sol destrói coronavírus rapidamente, afirma agência americana

Correio Braziliense

(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/04/24/interna_mundo,847794/luz-do-sol-destroi-coronavirus-rapidamente-afirma-agencia-americana.shtml)
(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/12/interna_politica,844096/jornal-ingles-bolsonaro-esta-arrastando-o-brasil-para-calamidade.shtml?amp_js_v=0.1&usqp=mq331AQFKAGwASA=)

Jornal inglês: 'Bolsonaro está arrastando o Brasil para calamidade'

Correio Braziliense

(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/12/interna_politica,844096/jornal-ingles-bolsonaro-esta-arrastando-o-brasil-para-calamidade.shtml?amp_js_v=0.1&usqp=mq331AQFKAGwASA=)
(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2020/04/29/interna_diversao_arte,849612/casamento-de-luisa-sonza-e-whindersson-nunes-chega-ao-fim.shtml)

Casamento de Luísa Sonza e Whindersson Nunes chega ao fim

Correio Braziliense

(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2020/04/29/interna_diversao_arte,849612/casamento-de-luisa-sonza-e-whindersson-nunes-chega-ao-fim.shtml)

Os comentários não representam a opinião do jornal e são de responsabilidade do autor.
As mensagens estão sujeitas a moderação prévia antes da publicação

© Copyright Correio Braziliense 2000 - 2020. todos os direitos reservados.



UOL HOST PAGBANK PAGSEGURO CURSOS UOL BUSCA BATE-PAPO EMAIL

Facebook e Instagram seguem Twitter e também apagam posts do presidente do Brasil

por
Giovanni Santa Rosa

publicado em
30 de março de 2020 @ 19:52 (30 de março de 2020)

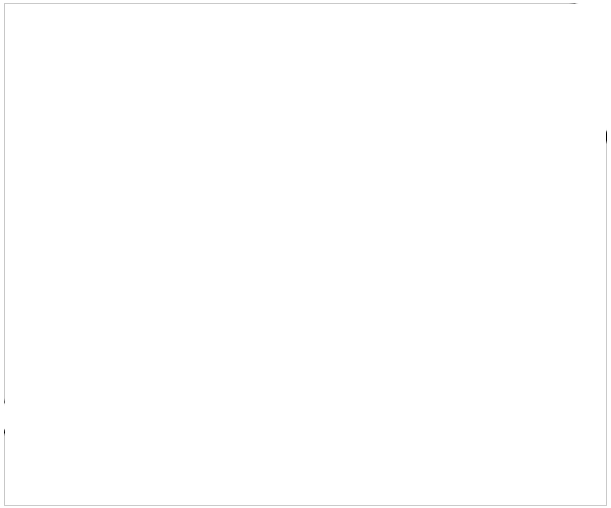


Imagem: Getty

No domingo (29), o Twitter apagou dois tuítes do presidente Jair Bolsonaro. A empresa não deu muitos detalhes, mas dá para deduzir que teve relação com políticas contra desinformação sobre o COVID-19. Nesta segunda-feira, o Facebook tomou a mesma medida e apagou um vídeo do presidente na rede social e também no Instagram.

• Twitter apaga tuítes do presidente do Brasil sobre coronavírus por violar regras da rede

Assim como os vídeos apagados do Twitter, o conteúdo apagado do Facebook e do Instagram mostra o presidente passeando por Brasília e conversando com pessoas nas ruas. Em suas falas, ele defende o fim do isolamento social, contrariando recomendações do próprio Ministério da Saúde, e fala de supostos resultados positivos de remédios contra a COVID-19, sendo que os testes ainda não tiveram resultados conclusivos.



Em nota repercutida pela *Folha* e pela *BBC*, o Facebook diz: “Removemos conteúdo no Facebook e Instagram que viole nossos Padrões da Comunidade, que não permitem desinformação que possa causar danos reais às pessoas”.

De certa forma, a decisão é bastante surpreendente vinda do Facebook, que sempre adotou uma postura bastante permissiva para conteúdos e propagandas de políticos, tomando medidas mais duras em raros casos. No Twitter, o único chefe de estado antes de Bolsonaro a ter um tuíte deletado havia sido Nicolás Maduro, presidente da Venezuela.

[Folha, BBC]

Brasil Coronavírus Jair Bolsonaro política

Recomendado para você

Sponsored

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem

Cuponomia

Play this Game for 1 Minute and see why everyone is addicted

Desert Order

Esta é a melhor maneira de se livrar de pólipos na pele!

Conselhos E Truques

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

Articaps

As mulheres de Harry Potter 20 anos depois, veja fotos

MyDailyMagazine

Gosta de cozinhar? 15 negócios para abrir dentro da sua cozinha

ocaco.com.br

Comments for this thread are now closed

208 COMENTÁRIOS Gizmodo Brasil Disqus' Privacy Policy 1 Iniciar sessão

♡ Recomendar 1 Tweet Partilhar Mostrar primeiro os mais antigos

Jairo • há um mês

Isto é otimo

9 | • Partilhar ›

Jacorona • há um mês

YouTube proibindo os donos de canais de falar de coronavirus, mídias sociais silenciando líderes de estado...e tipo assim: tudo bem, né? Ninguém faz nada.

8 | 5 • Partilhar ›

Sponsored

Play this Game for 1 Minute and see why everyone is addicted

Desert Order

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem

Cuponomia

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

Articaps

O jogo mais viciante do ano!

Forge of Empires - Jogo Online Grátis

These 5 VPNs Allow You To Unblock Streaming Services

TheTopFiveVPN

Noites perfeitas de sono. Safiro chega ao Brasil

Safiro

FOLHA DE S.PAULO

★★★

CORONAVÍRUS (HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/COTIDIANO/CORONAVIRUS)

Bolsonaro é recebido com panelaços e aglomeração de apoiadores em Porto Alegre

Apoiadores fizeram coro de ataques à imprensa e permaneceram aglomerados, apesar da pandemia do novo coronavírus

30.abr.2020 às 14h26

Atualizado: 30.abr.2020 às 14h54

EDIÇÃO IMPRESSA (https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/05/01/)

Paula Sperb (https://www1.folha.uol.com.br/autores/paula-sperb.shtml)

PORTO ALEGRE O presidente Jair Bolsonaro (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/bolsonaro-ataca-moraes-e-chama-de-politica-decisao-do-supremo-que-barrou-ramagem-na-pf.shtml) (sem partido) foi recebido com panelaços em Porto Alegre na manhã desta quinta-feira (30). A manifestação foi ouvida em bairros como Cidade Baixa e Centro, onde Bolsonaro esteve para participar da cerimônia de transmissão de cargo de comandante do Comando Militar do Sul (CMS).

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

(https://aovivo.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/30/5903-acompanhe-todas-as-informacoes-sobre-a-pandemia-de-coronavirus.shtml). Militantes bolsonaristas levaram crianças e até chimarrão para a aglomeração. Alguns não usavam máscaras.

Após a cerimônia, Bolsonaro se aproximou do grupo e caminhou perto do gradil. O presidente não atendeu à imprensa no local.

Em entrevista à equipe de comunicação do CMS, Bolsonaro disse que estava prestigiando os militares do CMS, que "sempre estiveram a disposição da democracia e da liberdade".

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

tem

Com a troca de comando do CMS, o general Valério Stumpf assume a função no lugar do general Antônio Miotto. O CMS abrange Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com cerca de 50 mil militares.



Sua assinatura vale muito.

ENTENDA



O Presidente da República Jair Bolsonaro na saída da posse do novo chefe do Comando Militar do Sul, no centro de Porto Alegre - Fernando Alves/TheNews2/Folhapress

O evento foi fechado, com aproximadamente 40 convidados, para evitar a proliferação da Covid-19.

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

contaminação (https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/estudo-confirma-que-mascaras-limitam-transmissao-de-coronavirus.shtml) pelo novo coronavírus.

Um forte esquema de segurança, com policiais militares do batalhão de Choque e cavalaria, cercava as quadras das ruas do entorno.

sua assinatura vale muito

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 120 colunistas. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

ASSINE A FOLHA (HTTPS://LOGIN.FOLHA.COM.BR/ASSINATURA/390510)

ENDEREÇO DA PÁGINA

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/bolsonaro-e-recebido-com-panelacos-e-aglomeracao-de-militantes-em-porto-alegre.shtml

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

CORREIO BRAZILIENSE

Vídeo: Bolsonaro provoca nova aglomeração e aperta mãos de apoiadores no RS

Presidente participou da solenidade de transmiss[illegible]go do comandante militar do Sul para Valério Stumpf Tr[illegible]

IS Ingrid Soares

postado em 30/04/2020 14:37 / atualizado em 30/04/2020 14:58

CONTINUE LENDO SOBRE

()



(http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/14/mapeamento-para-aglomeracao.shtml)

04:30 - 14/04/2020 - Compartilhe

(https://www.facebook.com/sharer.php?u=http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/14/mapeamento-para-aglomeracao.shtml)

(https://twitter.com/intent/tweet?url=http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/14/mapeamento-para-aglomeracao.shtml&text=Confira)

Vetado mapeamento para aglomeração (http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/14/mapeamento-para-aglomeracao.shtml)



(foto: Reprodução)

O presidente **Jair Bolsonaro** (sem partido) quebrou novamente, nesta quinta-feira (30/4), os protocolos de orientação do Ministério da Saúde em meio à pandemia do novo **coronavírus**. Em Porto Alegre (RS), onde participou da solenidade de transmissão de cargo do comandante militar do Sul, general Antonio Hamilton Mourão Stumpf Trindade, Bolsonaro provocou uma nova aglomeração de apoiadores.

A cena foi transmitida pelas redes sociais do presidente.

CONTINUE LENDO SOBRE



04:03 - 14/04/2020 - Compartilhe
(https://www.facebook.com/sharer.php?u=http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/14/mapeamento-para-aglomeracao.shtml)
(https://twitter.com/intent/tweet?url=http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/mapeamento-para-aglomeracao.shtml&text=Confira)
Vetado mapeamento para aglomeração
(http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/14/mapeamento-para-aglomeracao.shtml)

Assista:



Jair Messias Bolsonaro estava ao vivo · Seguir

Compartilhar



Bolsonaro participou de diversas outras aglomerações desde o início da pandemia de **coronavírus**. Além de passeios por regiões do Distrito Federal (https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/03/29/interna_cidadesbolsonaro-visita-comercio-no-df-mesmo-apos-recomendacao-de-isolam.shtml) e visitas a lojas (https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/09/interna_politmeio-a-quarentena-bolsonaro-visita-padaria-na-asa-norte.shtml) da capital

CONTINUE LENDO SOBRE



04:03 - 14/04/2020 - Compartilhe
(https://www.facebook.com/sharer.php?u=http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/1
(https://twitter.com/intent/tweet?
mapeamento-para-aglomeracao.shtml&text=Confira)
Vetado mapeamento para aglomeração (http://www.correiobraziliense.com.br/app/n
mapeamento-para-aglomeracao.shtml)

federal — incluindo um episódio em que apertou a mão de um apoiador após limpar o nariz (https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/10/interna_polit bolsonaro-limpa-nariz-e-em-seguida-aperta-maos-de-apoiadores.shtml) — o presidente também causou aglomeração e interagiu com uma multidão em uma visita às obras do hospital de campanha de Águas Lindas (GO) (https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/11/interna_polit visita-a-hospital-bolsonaro-gera-aglomeracao.shtml), dedicado exatamente a atender pacientes com o novo coronavírus, e em um polêmico protesto no Setor Militar Urbano (SMU) (https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/19/interna_polit em-voces-diz-bolsonaro-apoiadores-pro-intervencao-militar.shtml), em que os participantes pediam o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF) e uma intervenção militar.

O **isolamento social** é uma das principais recomendações da Organização Mundial de Saúde (**OMS**) e de especialistas para evitar a disseminação do novo coronavírus. Segundo o mais recente balanço do Ministério da Saúde (https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/04/29/interna-brasil,849729/brasil-tem-mais-449-mortes-por-coronavirus-e-soma-mais-de-78-mil-infec.shtml), divulgado na quarta-feira (29/4), o Brasil tem 78.162 casos confirmados de Covid-19 e 5.466 mortes. O país, aliás, já ultrapassou a China no número de mortes

CONTINUE LENDO SOBRE



Vetado mapeamento para aglomeração (http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/14/interna_politica,850128/bolsonaro-provoca-nova-aglomeracao-e-aperta-maos-de-apoiadores-no-rs.shtml#)

30/04/2020 - Compartilhe (https://www.facebook.com/sharer.php?u=http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/14/interna_politica,850128/bolsonaro-provoca-nova-aglomeracao-e-aperta-maos-de-apoiadores-no-rs.shtml) (https://twitter.com/intent/tweet?url=http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/14/interna_politica,850128/bolsonaro-provoca-nova-aglomeracao-e-aperta-maos-de-apoiadores-no-rs.shtml&text=Confira)

Vetado mapeamento para aglomeração (http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/14/interna_politica,850128/bolsonaro-provoca-nova-aglomeracao-e-aperta-maos-de-apoiadores-no-rs.shtml#)

(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/04/28/interna-brasil,849340/covid-19-brasil-registra-474-obitos-em-1-dia-e-tem-mais-mortos-que-a.shtml). Questionado sobre a marca, o presidente respondeu: "E daí?" (https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/28/interna_polit dai-diz-bolsonaro-sobre-brasil-superar-china-em-mortes-por-covid.shtml).

(https://www.conselhosetruques.com/varios/dedos-personalidade/?
utm_campaign=0omtnxcr&utm_source=Taboola&utm_medium=native&utm_term=diariosassociados-correiobraziliense)

Qual deles é você? É isso que diz sobre a sua personalidade!

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(https://www.conselhosetruques.com/varios/dedos-personalidade/?
utm_campaign=0omtnxcr&utm_source=Taboola&utm_medium=native&utm_term=diariosassociados-correiobraziliense)

(https://pausadocafe.com/n/famosos/e-se-os-participantes-do-bbb-fossem-da-disney?
utm_source=taboola&utm_medium=desktop&utm_campaign=bbb-disney)

Como seria 16 participantes do BBB se fossem personagens da Disney? Veja

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**
(https://pausadocafe.com/n/famosos/e-se-os-participantes-do-bbb-fossem-da-disney?
utm_source=taboola&utm_medium=desktop&utm_campaign=bbb-disney)
(https://isinglemom.com/trending/criancas-celebridades-crescidas-eles-estao-seguindo-os-passos-dos?
utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-
correiobraziliense&utm_campaign=4287218&utm_term=Honey+Boo+Boo+tem+quase+ nte+n%C3%A3o+sorria

Honey Boo Boo tem quase 14 anos, tente não sor o à vir agora

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(https://isinglemom.com/trending/criancas-celebridades-crescidas-eles-estao-seguindo-os-passos-dos?
utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-
correiobraziliense&utm_campaign=4287218&utm_term=Honey+Boo+Boo+tem+quase+14+anos%2C+tente+n%C3%A3o+sorrir

(https://www.cuponomia.com.br/lpage/loja_americanas?
utm_source=taboola&utm_medium=Display&utm_campaign=Campanha_1_D&utm_term=diariosassociados-



CONTINUE LENDO SOBRE



04:03 - 14/04/2020 - Compartilhe
(https://www.facebook.com/sharer.php?u=http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/1 mapeamento-para-aglomeracao.shtml)
(https://twitter.com/intent/tweet?url=http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/ mapeamento-para-aglomeracao.shtml&text=Confira)

(http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/ mapeamento-para-aglomeracao.shtml)

Vetado mapeamento para aglomeração (http://www.correiobraziliense.com.br/app/n mapeamento-para-aglomeracao.shtml)

correiobraziliense&utm_content=correiobraziliense.com.br)

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(https://www.cuponomia.com.br/lpage/loja_americanas?utm_source=taboola&utm_medium=Display&utm_campaign=Campanha_1_D&utm_term=diariosassociados-correiobraziliense&utm_content=correiobraziliense.com.br)

(https://cashroadster.com/trending/semelhanca-entre-essas-celebridades-e-seus-filhos-e-realmente-incrivel-alguns-filhos-parecem-mais-com-seus-pais-que-propria-celebridade?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=4397698&utm_term=Voc%C3%AA+se+lembra+do+filho+de+Ronaldo%3F+Tente+n%C3%A3o+agora&utm_content=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Flibtrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F33c7c29ec73ba6a4447224c07

Você se lembra do filho de Ronaldo? Tente não ficar impressionado ao vê-lo agora

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(https://cashroadster.com/trending/semelhanca-entre-essas-celebridades-e-seus-filhos-e-realmente-incrivel-alguns-filhos-parecem-mais-com-seus-pais-que-propria-celebridade?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=4397698&utm_term=Voc%C3%AA+se+lembra+do+filho+de+Ronaldo%3F+Tente+n%C3%A3o+agora&utm_content=http%3A%2F%2Fcdn.taboola.com%2Flibtrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F33c7c29ec73ba6a4447224c07

(https://foodeliciouz.com/economia-de-america-latina/?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=1844081&utm_content=1066090&utm_term=fdz_por2_richam_dsk_070219)

Os 17 países mais ricos na América Latina

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_source=diariosassociados-correiobraziliense&ut**

(https://foodeliciouz.com/economia-de-america-latina/?utm_source=taboola&utm_medium=diariosassociados-correiobraziliense&utm_campaign=1844081&utm_content=1066090&utm_term=fdz_por2_richam_dsk_070219)

(https://noticiadasaude.com.br/fito-native?utm_source=fitotaboola&utm_campaign=cam

Não coma mais um grama de cúrcuma antes [illegible] este artigo.

| Patrocinado **(https://popup.taboola.com/pt/?template=colorbox&utm_sourc=diariosassociados-correiobraziliense&uti**

(https://noticiadasaude.com.br/fito-native?utm_source=fitotaboola&utm_campaign=camp1)

(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/24/interna_politica,847970/na-despedida-rosangela-moro-posta-poema-ausencia-de-vinicius-de-mo.shtml?__twitter_impression=true)

Na despedida, Rosângela Moro posta poema 'Ausência', de Vinícius de

CONTINUE LENDO SOBRE ()



04:03 - 14/04/2020 - Compartilhe

(https://www.facebook.com/sharer.php?u=http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/14/mapeamento-para-aglomeracao.shtml)

(https://twitter.com/intent/tweet?url=http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/14/mapeamento-para-aglomeracao.shtml&text=Confira)

(http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/mapeamento-para-aglomeracao.shtml)

Vetado mapeamento para aglomeração (http://www.correiobraziliense.com.br/app/n

mapeamento-para-aglomeracao.shtml)

Moraes

Correio Braziliense

(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/24/interna_politica,847970/na-despedida-rosangela-moro-posta-poema-ausencia-de-vinicius-de-mo.shtml?__twitter_impression=true)
(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/24/interna_politica,847873/e-o-comeco-do-fim-do-mandato-de-bolsonaro-diz-lider-da-bancada-da-bala.shtml)

"É o começo do fim do mandato de Bolsonaro", diz líder da bancada da bala

Correio Braziliense

(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/24/interna_politica,847873/e-o-comeco-do-fim-do-mandato-de-bolsonaro-diz-lider-da-bancada-da-bala.shtml)
(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/30/interna_politica,850032/bolsonaro-reitera-criticas-a-moraes-e-diz-que-pode-ter-pegado-covid-19.shtml)

Bolsonaro reitera críticas a Moraes e diz que pode ter pegado Covid-19

Correio Braziliense

(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/30/interna_politica,850032/bolsonaro-reitera-criticas-a-moraes-e-diz-que-pode-ter-pegado-covid-19.shtml)

Os comentários não representam a opinião do jornal e são de responsabilidade do autor.
As mensagens estão sujeitas a moderação prévia antes da publicação

© Copyright Correio Braziliense 2000 - 2020. todos os direitos reservados.

CONTINUE LENDO SOBRE



04:03 - 14/04/2020 - Compartilhe

(https://www.facebook.com/sharer.php?u=http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/1-mapeamento-para-aglomeracao.shtml)

(https://twitter.com/intent/tweet?url=http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/mapeamento-para-aglomeracao.shtml&text=Confira)

(http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/mapeamento-para-aglomeracao.shtml)

Vetado mapeamento para aglomeração (http://www.correiobraziliense.com.br/app/n mapeamento-para-aglomeracao.shtml)

DECRETO Nº 20.534, DE 31 DE MARÇO DE 2020.

Decreta o estado de calamidade pública e consolida as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), no Município de Porto Alegre.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 23 e o artigo 59 da Constituição Federal, o artigo 94, incisos II, IV e XVII, e o artigo 157 da Lei Orgânica do Município, e ainda com base no artigo 2º, inciso I, do Código Municipal de Saúde, Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, Decreto Estadual nº 55.128, de 19 de março de 2020, Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, Decreto Estadual nº 55.130, de 20 de março de 2020, Decreto Estadual nº 55.135, de 23 de março de 2020, Decreto Estadual nº 55.136, de 24 de março de 2020, Decreto Estadual nº 55.149, de 27 de março de 2020, Decreto Estadual nº 55.150, de 28 de março de 2020 e na Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998,

D E C R E T A:

CAPÍTULO I
DO ESTADO DE CALAMIDADE

Art. 1º Fica decretado o estado de calamidade no Município de Porto Alegre, para o enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19).

CAPÍTULO II
DO COMITÊ DE COMBATE AO CORONAVÍRUS

Art. 2º Fica instituído o Comitê Temporário de Enfrentamento ao Coronavírus (CTECOV) do Município de Porto Alegre, como mecanismo municipal da gestão coordenada em resposta à calamidade na saúde pública.

Art. 3º O CTECOV será presidido pelo Prefeito e coordenado pelo Secretário Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O Secretário Extraordinário para Enfrentamento do Coronavírus será responsável pelo acompanhamento da execução das deliberações do CTECOV, bem como pelo exercício de outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Prefeito.

Art. 4º Fica instituído o Grupo Especial para propor medidas de contenção e mitigação dos efeitos sociais decorrentes da pandemia do COVID-19.

§ 1º O Grupo é formado pelas seguintes Secretarias:

I – Secretaria Municipal de Relações Institucionais (SMRI);

II – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte (SMDSE);

III – Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC);

IV – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE);

V – Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC);

VI – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana (SMIM);

VII – Secretaria Municipal da Segurança (SMSeg);

VIII – Defesa Civil;

IX – Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB); e

X – Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE).

§ 2º Poderão ser convidados a participar dos trabalhos do Grupo a que se refere este artigo profissionais e representantes da sociedade civil.

Art. 5º Fica instituído o Grupo Especial para propor alternativas relacionadas ao desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda.

§ 1º O Grupo é formado pelas seguintes Secretarias:

I – Secretaria Municipal de Relações Institucionais (SMRI);

II – Secretaria Municipal da Fazenda (SMF);

III – Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG);

IV – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE);

V – Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas (SMPE); e

VI – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAMS).

§ 2º Poderão ser convidados a participar dos trabalhos do Grupo a que se refere este artigo profissionais e representantes da sociedade civil.

Art. 6º Compete ao CTECOV:

I – planejar, organizar, coordenar e controlar as medidas a serem empregadas durante a calamidade pública;

II – articular-se com os gestores federais, estaduais e municipais;

III – elaborar relatórios técnicos sobre a emergência de saúde pública de importância internacional e as ações administrativas em curso, a serem apresentadas e comunicadas regularmente;

IV – divulgar à população informações relativas à emergência de saúde pública de importância internacional;

V – monitorar os indicadores da pandemia, periodicamente; e

VI – revisar as medidas restritivas para o controle sanitário e epidemiológico.

Art. 7º O presidente convocará os titulares dos Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta para integrar o Comitê e Grupos Especiais, conforme a necessidade.

Parágrafo único. O CTECOV poderá requisitar a utilização da estrutura técnica e administrativa de quaisquer órgãos do Município para a consecução de suas atividades.

CAPÍTULO III
DAS MEDIDAS RESTRITIVAS PARA O COMBATE SANITÁRIO E EPIDEMIOLÓGICO

Seção I
Estabelecimentos Comerciais, de Serviços e Industriais, Atividades de Construção Civil

Art. 8º Fica proibido o funcionamento de todos os estabelecimentos comerciais, de serviços e industriais, bem como as atividades de construção civil.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no *caput* deste artigo, o funcionamento dos setores administrativos, desde que realizados de forma remota e individual.

Art. 9º Ficam autorizadas as atividades e os estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços de qualquer ramo, para prestação de serviços para o Poder Público federal, estadual e municipal, inclusive a execução de obras públicas.

Art. 10. Ficam autorizadas as atividades de construção civil exclusivamente para os fins de saúde, segurança e educação.

Seção II
Das Atividades Essenciais

Art. 11. Ficam permitidas, observado o disposto neste artigo, as seguintes atividades essenciais:

I – todos os serviços públicos;

II – assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

III – farmácias e drogarias;

IV – relacionados ao comércio, serviços e indústria na área da saúde e segurança;

V – atividades médico-periciais;

VI – assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

VII – atividades de segurança privada;

VIII – atividades de defesa civil;

IX – transportadoras;

X – serviços de telecomunicações, internet e de processamentos de dados e relacionados à tecnologia da informação;

XI – telemarketing;

XII – distribuidoras de energia elétrica, água, saneamento básico, serviço de limpeza urbana e coleta de lixo;

XIII – serviços de manutenção de redes e distribuição de energia elétrica e o de iluminação pública;

XIV – produção, distribuição, comercialização e entrega realizadas presencialmente ou por meio de comércio eletrônico de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas não alcoólicas;

XV – mercados, supermercados, hipermercados, padarias, lojas de conveniência, mercearias, açougues, peixarias, fruteiras e centros de abastecimento de alimentos, as distribuidoras e centros de distribuição de alimentos e de água, salvo se estas não forem as atividades predominantes do estabelecimento;

XVI – serviços funerários;

XVII – guarda, uso e controle de substâncias radioativas, de equipamentos e de materiais nucleares;

XVIII – vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

XIX – prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais;

XX – inspeção de alimentos, de produtos e de derivados de origem animal e vegetal;

XXI – vigilância agropecuária;

XXII – controle e fiscalização de tráfego;

XXIII – mercado de capitais e de seguros;

XXIV – compensação bancária, redes de cartões de crédito e de débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais;

XXV – serviços postais;

XXVI – veículos de comunicação e seus respectivos parques técnicos, incluídos a radiodifusão de sons e de imagens, a internet, os jornais, as revistas, as bancas de jornais e de revistas;

XXVII – fiscalização tributária e aduaneira;

XXVIII – transporte de numerário;

XXIX – atividades de fiscalização;

XXX – produção, distribuição e comercialização de combustíveis, lubrificantes e de derivados;

XXXI – monitoramento de construções e de barragens que possam acarretar risco à segurança;

XXXII – levantamento e análise de dados geológicos com vistas à garantia da segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais e de cheias e de inundações;

XXXIII – serviços agropecuários e veterinários e de cuidados com animais em cativeiro, incluídos clínicas veterinárias e pet shops;

XXXIV – serviços de manutenção, de reparos ou de consertos de veículos, de pneumáticos, inclusive borracharias, de elevadores e de outros equipamentos essenciais ao transporte, à segurança e à saúde, bem como à produção, à industrialização e ao transporte de alimentos e de produtos de higiene;

XXXV – produção, distribuição e comercialização de equipamentos, de peças e de acessórios para refrigeração, bem como os serviços de manutenção de refrigeração;

XXXVI – serviço de hotelaria e hospedagem;

XXXVII – atividades acessórias, de suporte e a disponibilização dos insumos necessários a cadeia produtiva relativas ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais;

XXXVIII – atividades de pesquisa, científicas, laboratoriais ou similares, relacionadas com a pandemia de que trata este Decreto; e

XXXIX – atividades de representação judicial e extrajudicial, de assessoria e de consultoria jurídicas exercidas pelas advocacias públicas, relacionadas à prestação regular e tempestiva dos serviços públicos.

§ 1º Os serviços de telemarketing e similares poderão funcionar desde que as mesas dos operadores mantenham distância mínima de 2 (dois) metros umas das outras.

§ 2º O funcionamento de restaurantes, bares, lancherias e similares é permitido apenas por sistema de tele-entrega (*delivery*), pegue e leve (*take away*), sendo vedado o ingresso de clientes nos estabelecimentos e a formação de filas, mesmo que externas.

§ 3º O funcionamento de padarias e lojas de conveniência é permitido apenas por sistema de tele-entrega (*delivery*), pegue e leve (*take away*), com restrição do número de clientes, na proporção de 1 (um) cliente para cada 1 (um) atendente, sendo vedado o ingresso de clientes nos espaços de convivência e a formação de filas, mesmo que externas.

§ 4º Fica estabelecido que o atendimento nas agências bancárias e serviços postais deverá ser realizado a portas fechadas, com equipes reduzidas e com restrição do número de clientes, na proporção de 1 (um) cliente para cada 1 (um) funcionário.

§ 5º Fica determinada em relação aos óbitos cuja causa seja atribuída a infecção suspeita ou confirmada pelo COVID-19:

I – a suspensão dos velórios ou despedidas fúnebres; e

II – o transporte e a disposição do cadáver apenas em caixão lacrado.

§ 6º Entende-se como caso suspeito aquele que foi testado e aguardava resultado do exame realizado para infecção pelo COVID-19.

§ 7º Fica limitado o acesso de pessoas a velórios ou despedidas fúnebres a 30% (trinta por cento) da capacidade máxima prevista no alvará de funcionamento ou de proteção e prevenção contra incêndio do local em que se realizarem.

§ 8º Fica determinado aos estabelecimentos funerários a estrita observância das orientações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e da Diretoria-Geral de Vigilância em Saúde (DGVS) quanto ao manejo do cadáver.

§ 9º Fica vedado o funcionamento das áreas comuns dos estabelecimentos que prestem serviço de hotelaria e hospedagem, sendo o consumo de refeições permitido exclusivamente nas respectivas acomodações.

Seção III
Do Comércio, Indústria e Serviços em Geral

Art. 12. Fica permitido o funcionamento das seguintes atividades e estabelecimentos:

I – ferragens e relacionados ao comércio de materiais de construção;

II – indústrias de produtos perecíveis, de alimentação animal, de limpeza e assepsia;

III – fornecimento e distribuição de gás;

IV – lavanderias;

V – óticas;

VI – salões de beleza e barbearias;

VII – indústria e comércio de embalagens de papel, papelão, vidro e plástico;

VIII – indústria e comércio de produtos farmoquímicos e farmacêuticos e de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos;

IX – fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal;

X – fabricação de equipamentos e acessórios para segurança e proteção pessoal e profissional;

XI – gráficas;

XII – comércio de adubos e fertilizantes e produtos químicos orgânicos;

XIII – estacionamentos, sendo vedado o serviço de manobristas;

XIV – serviços de manutenção predial e residencial;

XV – atividades relacionadas à produção rural;

XVI – produção e comércio de autopeças;

XVII – unidades lotéricas.

§ 1º O funcionamento dos salões de beleza e barbearias deve ser realizado com equipes reduzidas e com restrição ao número de clientes simultâneos, e a lotação nas salas de espera ou de recepção não poderá exceder a 30% (trinta por cento) da capacidade máxima prevista no alvará de funcionamento ou de proteção de prevenção contra incêndio, como forma de evitar a aglomeração de pessoas, observada a distância de 4 m² (quatro metros quadrados) entre os clientes.

§ 2º O comércio de autopeças é permitido apenas por sistema de tele-entrega (*delivery*), pegue e leve (*take away*), sendo vedado o ingresso de clientes nos estabelecimentos e a formação de filas, mesmo que externas.

§ 3º Fica estabelecido que o atendimento nas unidades lotéricas deverá ser realizado a portas fechadas, com equipes reduzidas e com restrição do número de clientes, na proporção de 1 (um) cliente para cada 1 (um) funcionário.

Seção IV
Das vedações específicas

Subseção I
Dos *shopping centers* e centros comerciais

Art. 13. Fica vedado o funcionamento dos *shopping centers* e centros comerciais, à exceção de farmácias, estabelecimentos de comércio e serviços na área da saúde, posto de atendimento da polícia federal, mercados, supermercados e afins, bancos, terminais de autoatendimento, lotéricas, correios e estacionamentos nele situados.

Parágrafo único. O atendimento nas agências bancárias, lotéricas e serviços postais, situados nos *shopping centers* e centros comerciais deverá ser realizado nos termos do § 3º do art. 11 deste Decreto, a portas fechadas, com equipes reduzidas e com restrição do número de clientes, na proporção de 1 (um) cliente para cada 1 (um) funcionário, como forma de controle da aglomeração de pessoas.

Subseção II
Do Mercado Público

Art. 14. Fica determinado o fechamento do Mercado Público, à exceção dos restaurantes, estabelecimentos com comércio de alimentação e vendas de produtos alimentícios, bem como espaços de circulação para acesso a tais estabelecimentos, observado o disposto no art. 12, § 2º, deste Decreto.

§ 1º O funcionamento deverá ocorrer com os portões fechados, à exceção daqueles com acesso pela Praça XV de Novembro e pela Avenida Borges de Medeiros, como medida de controle ao acesso de pessoas.

§ 2º Nos acessos previstos no § 1º deste artigo deverá haver orientação pessoal aos clientes com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos de sua situação de risco ante a possibilidade de contágio do COVID-19, de modo a conscientizar sobre a importância do isolamento domiciliar em sua residência e adoção de medidas de higienização das mãos com a utilização de álcool em gel 70% (setenta por cento).

§ 3º A orientação referida no § 2º deste artigo deverá ser feita pelos funcionários da prestadora de serviço de segurança do Mercado Público.

§ 4º O número de pessoas no Mercado Público não poderá exceder a 30% (trinta por cento) da capacidade máxima prevista no alvará de funcionamento ou de prevenção e proteção contra incêndio.

§ 5º As lojas com acesso pela parte externa do prédio devem manter janelas e portas abertas contribuindo para a renovação de ar, com o fechamento das portas das lojas que dão acesso à parte interna do prédio, para que haja o controle de acesso pelas portas principais indicadas no § 1º deste artigo.

§ 6º Devem ser disponibilizados, pelos permissionários, na entrada de cada um dos acessos que permanecem abertos, álcool em gel 70% (setenta por cento) para utilização dos clientes e funcionários do local.

§ 7º O horário de funcionamento fica limitado ao período das 09:00 às 17:00, exceto padarias e restaurantes com entrada externa.

§ 8º Fica autorizado aos estabelecimentos o encerramento das atividades caso entendam ser a medida mais adequada à situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no Município de Porto Alegre.

Subseção III
Dos demais estabelecimentos

Art. 15. Fica vedado o funcionamento de:

I – casas noturnas, pubs, boates e similares;

II – teatros, museus, centros culturais, bibliotecas, cinemas e similares;

III – academias, centros de treinamento, centros de ginástica, clubes sociais e similares.

Art. 16. Fica vedado o uso de salões de festas, salões de jogos, salas de cinema, espaços de recreação e academias em condomínios residenciais, ou quaisquer outras áreas de convivência similares.

Parágrafo único. Fica o síndico ou o seu representante legal obrigado a manter a higienização das áreas comuns do condomínio e disponibilizar álcool em gel 70% (setenta por cento) junto aos acessos de pessoas, elevadores ou portarias.

Art. 17. Ficam proibidos todos os eventos realizados em local fechado ou aberto em vias e logradouros públicos ou privados, independentemente da sua característica, condições ambientais, tipo do público, duração, tipo e modalidade do mesmo.

§ 1º Nos termos do disposto no *caput* deste artigo, ficam automaticamente revogados os alvarás de autorização já concedidos para eventos temporários.

§ 2º As feiras de hortifrutigranjeiros ao ar livre poderão funcionar, desde que observado o distanciamento mínimo de 10 m (dez metros) entre uma banca e outra.

Art. 18. Ficam canceladas as autorizações para produções audiovisuais e fotografias publicitárias de que trata o Decreto nº 19.565, de 25 de novembro de 2016.

Art. 19. Fica permitida a realização de missas, cultos ou similares realizados exclusivamente para a captação audiovisual, com o ingresso no estabelecimento apenas da equipe técnica respectiva.

Art. 20. Fica permitido o trabalho social nas igrejas e templos de qualquer natureza que envolva o recebimento e a entrega de doações de alimentos, agasalhos e similares, cuja entrega poderá ocorrer somente no sistema pegue e leve (*take away*), sendo vedado o ingresso nos estabelecimentos e a formação de filas, mesmo que externas.

Seção V
Das medidas de higienização e funcionamento para os estabelecimentos do ramo da alimentação

Art. 21. Os estabelecimentos restaurantes, bares, lanchonetes e similares deverão adotar, cumulativamente, as seguintes medidas:

I – higienizar continuamente:

a) as superfícies de toque (cadeiras, maçanetas, cardápios, mesas e bancadas), preferencialmente após cada utilização, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, os pisos, paredes e banheiro, preferencialmente com álcool em gel 70% (setenta por cento), bem como com biguanida polimérica ou peróxido de hidrogênio e ácido peracético;

b) os banheiros, preferencialmente após cada utilização, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, os pisos, paredes e banheiro, preferencialmente com água sanitária, bem como com peróxido de hidrogênio ou ácido peracético;

c) as demais superfícies, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, preferencialmente com água sanitária, bem como com peróxido de hidrogênio ou ácido peracético;

II – dispor:

a) na entrada no estabelecimento e em local de fácil acesso ao público, álcool em gel 70% (setenta por cento);

b) de kit completo de higiene de mãos nos sanitários, utilizando sabonete líquido, álcool em gel 70% (setenta por cento) e toalhas de papel não reciclado, para utilização dos funcionários do local; e

III – manter os locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, as janelas e portas abertas, contribuindo para a renovação de ar.

Seção VI
Das medidas de higienização e funcionamento para os estabelecimentos do comércio, indústria e serviços em geral

Art. 22. Os estabelecimentos do comércio e serviços em geral cujas atividades estão permitidas por este decreto deverão adotar, cumulativamente, as seguintes medidas:

I – higienizar continuamente:

a) as superfícies de toque (corrimão de escadas rolantes e de acessos, maçanetas, portas, inclusive de elevadores, trinco das portas de acesso de pessoas, carrinhos, etc.), durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, preferencialmente com álcool em gel 70% (setenta por cento) e/ou água sanitária, bem como com biguanida polimérica, quaternário de amônio, peróxido de hidrogênio, ácido peracético ou glucopratamina;

b) os banheiros, preferencialmente após cada utilização, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, preferencialmente com água sanitária, bem como com peróxido de hidrogênio ou ácido peracético;

c) as demais superfícies, preferencialmente após cada utilização, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, preferencialmente com álcool em gel 70% (setenta por cento) e/ou água sanitária, bem como com biguanida polimérica, quartenário de amônio, peróxido de hidrogênio, ácido peracético ou glucopratamina;

II – dispor:

a) na entrada no estabelecimento e em local de fácil acesso, álcool em gel 70% (setenta por cento);

b) de kit completo de higiene de mãos nos sanitários, utilizando sabonete líquido, álcool em gel 70% (setenta por cento) e toalhas de papel não reciclado, para utilização dos clientes e funcionários do local;

III – manter os locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, as janelas e portas abertas, contribuindo para a renovação de ar.

§ 1º O funcionamento das lojas deve ser realizado com equipes reduzidas e com restrição ao número de clientes concomitantemente, como forma de controle da aglomeração de pessoas.

§ 2º A lotação não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima prevista no alvará de funcionamento ou de proteção e prevenção contra incêndio.

§ 3º Fica vedado o funcionamento de brinquedotecas, espaços *kids*, *playgrounds*, e espaços de jogos.

Seção VII
Das medidas de higienização e funcionamento para as agências bancárias, lotéricas e correios

Art. 23. As agências bancárias, lotéricas e os correios, deverão adotar, cumulativamente, as seguintes regras de higienização:

I – higienizar continuamente:

a) as superfícies de toque após cada atendimento, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, preferencialmente com álcool 70% (setenta por cento), além de biguanida polimérica ou peróxido de hidrogênio e ácido peracético;

b) as demais superfícies (pisos, paredes) e banheiros, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, preferencialmente com álcool 70% (setenta por cento) e/ou água sanitária, além de biguanida polimérica, quartenário de amônio, peróxido de hidrogênio, ácido peracético ou glucopratamina;

II – dispor:

a) na entrada no estabelecimento e em local de fácil acesso, álcool em gel 70% (setenta por cento), para utilização dos clientes e funcionários do local; e

b) de kit completo de higiene de mãos nos sanitários, utilizando sabonete líquido, álcool em gel 70% (setenta por cento) e toalhas de papel não reciclado, para utilização dos clientes e funcionários do local; e

III – manter os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, quando possível, as janelas e portas abertas, contribuindo para a renovação de ar.

Parágrafo único. Os terminais de autoatendimento deverão observar as mesmas regras de higienização aplicadas às agências bancárias, de responsabilidade tanto da instituição financeira quanto do estabelecimento onde estiverem localizados.

Seção VIII
Das penalidades

Art. 24. O descumprimento do disposto neste Capítulo, no que couber, acarretará, cumulativamente, nas penalidades de multa, interdição total da atividade e cassação de alvará de localização e funcionamento, previstas na Lei Complementar nº 395, de 26 de dezembro de 1996 (Código Municipal de Saúde) e legislações correlatas, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis e penais.

CAPÍTULO IV
DAS MEDIDAS DE HIGIENIZAÇÃO EM GERAL

Art. 25. Os órgãos e repartições públicas, os locais privados com fluxo superior a 20 (vinte) pessoas de forma simultânea, deverão disponibilizar ao público:

I – álcool em gel 70% (setenta por cento), nas suas entradas e acessos de pessoas; e

II – toalhas de papel descartável.

Parágrafo único. Os locais com acesso disponibilizarão informações sanitárias visíveis sobre higienização de mãos e indicarão onde é possível realizá-la.

Art. 26. Os banheiros públicos e os privados de uso comum deverão disponibilizar sabão, sabonete detergente ou similar, e toalhas de papel descartável.

§ 1º Os banheiros deverão ser higienizados em intervalos de 3 (três) horas, com uso diuturnamente de materiais de limpeza que evitem a propagação do COVID-19, sendo obrigatoriamente higienizados no início e ao final do expediente ou horários de funcionamento do órgão, repartição ou estabelecimento.

§ 2º Durante o período em que o órgão, repartição ou estabelecimento não estiver em funcionamento, fica suspensa a periodicidade prevista no § 1º deste artigo.

Art. 27. Devem ser fechados os banheiros públicos que não disponibilizarem sabonete detergente ou outra forma de higienização.

CAPÍTULO V
DO SISTEMA DE MOBILIDADE URBANA

Art. 28. Ficam estabelecidas as seguintes medidas para os operadores do sistema de mobilidade, em especial o transporte coletivo urbano e metropolitano, o transporte privado e o transporte individual público e privado de passageiros.

Parágrafo único. A fiscalização será realizada de forma compartilhada pela EPTC e pelos agentes de fiscalização do Município.

Seção I
Da circulação de veículos de transporte coletivo

Art. 29. Deverão as concessionárias e permissionárias de transporte coletivo observar, rigorosamente, a tabela horária dos transportes coletivos fornecida pela EPTC, sob pena de responsabilização pessoal, civil e penal, de seus respectivos administradores.

Parágrafo único. A tabela horária fornecida pela EPTC deverá considerar uma redução de viagens variando entre 10 % (dez por cento) e 70% (setenta por cento) do total das viagens da tabela oficial do dia da operação.

Art. 30. O transporte coletivo de passageiros público e privado deverá ser realizado sem exceder a capacidade de passageiros sentados, sendo proibido o embarque nos veículos que atingirem esta capacidade máxima.

Art. 31. Fica proibida a utilização do cartão TRI para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos nos seguintes horários: das 6:00 (seis) às 9:00 (nove) horas e das 16:00 (dezesseis) às 19:00 (dezenove) horas.

Art. 32. Fica autorizada a utilização do cartão TRI apenas por residentes, estagiários, aprendizes nas atividades em funcionamento e estudantes das áreas da saúde e da educação.

Seção II
Das medidas de higienização para o sistema de mobilidade

Art. 33. O sistema de mobilidade urbana operado pelo transporte coletivo urbano, o transporte metropolitano, o transporte privado, o transporte seletivo por lotação, transporte individual público ou privado de passageiros adotará medidas de higienização e ventilação nos veículos conforme segue:

I – higienizar superfícies de contato (direção, bancos, maçanetas, painel de controle, portas, catraca, corrimão, balaústres, etc.) com álcool líquido 70% (setenta por cento) a cada viagem no transporte individual e diariamente no coletivo; e

II – manter à disposição, na entrada e saída do veículo, álcool em gel 70% (setenta por cento) para utilização dos passageiros, motoristas e cobradores.

Parágrafo único. Para manter o ambiente arejado o transporte deverá circular com janelas e alçapões de teto abertos, e ar condicionado ligado.

Art. 34. Fica determinada a fixação, em local visível aos passageiros, de informações sanitárias sobre higienização e cuidados para a prevenção do COVID-19, em cada veículo de transporte público ou privado, individual ou coletivo de passageiros.

Art. 35. Fica determinada aos usuários do transporte de passageiros, antes e durante a utilização dos veículos, a adoção das seguintes medidas de higienização e etiqueta respiratória recomendadas pelos órgãos de saúde, em especial:

I – higienizar as mãos antes e após a realização de viagem nos veículos transporte remunerado de passageiros e evitar o contato desnecessário com as diversas partes do veículo; e

II – proteger boca e nariz ao tossir e espirrar, utilizando lenço ou a dobra do cotovelo.

Seção III
Do transporte coletivo urbano, metropolitano e do transporte seletivo

Art. 36. Os operadores do transporte coletivo urbano, metropolitano e os do seletivo por lotação deverão adotar as seguintes medidas:

I – circulação dos veículos com as janelas e alçapões de teto abertos;

II – utilização dos veículos que possuam janelas passíveis de abertura (janelas não lacradas), facultando-se o uso os demais veículos apenas em caso de necessidade, e para fins de atendimento pleno da programação de viagens;

III – instrução e orientação de seus motoristas e cobradores, de modo a reforçar a importância e a necessidade:

a) da adoção de cuidados pessoais, sobretudo da lavagem as mãos ao fim de cada viagem realizada, da utilização de produtos assépticos durante a viagem - álcool em gel 70% (setenta por cento) - e da observância da etiqueta respiratória;

b) da manutenção da limpeza dos veículos; e

c) do modo correto de relacionamento com os usuários no período de calamidade de saúde pública decorrente do COVID-19.

IV – limpeza minuciosa diária, no retorno do veículo para a garagem, com utilização de produtos determinados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) que impeçam a propagação do vírus – álcool líquido 70% (setenta por cento), solução de água sanitária, quaternário de amônio, biguanida ou glucoprotamina;

V – manutenção e limpeza dos equipamentos de ar-condicionado e de ar renovável dos veículos, com a substituição dos respectivos filtros;

VI – orientação dos usuários, mediante a divulgação de informativos na parte interna dos veículos, abordando a etiqueta respiratória, e na parte externa, abordando instruções gerais sobre condutas certas e erradas para reduzir o contágio do COVID-19.

Art. 37. Fica determinado às concessionárias do transporte coletivo por ônibus e permissionárias do transporte seletivo por lotação do Município de Porto Alegre, e às empresas do transporte coletivo metropolitano:

I – a realização de limpeza rápida dos pontos de contato com as mãos dos usuários, como roleta, bancos, balaústres, pega-mão, corrimão e apoios em geral, a ser realizada sempre que possível e, no mínimo:

a) ao término das viagens; ou

b) no caso das linhas transversais, na chegada do veículo nos terminais;

II – a retirada, da escala de trabalho, dos motoristas, cobradores e fiscais que se encontrem insertos nos grupos de risco identificados pelos órgãos de saúde, tais como: maiores de 60 (sessenta) anos de idade, doentes cardíacos, diabéticos, doentes renais crônicos, doentes respiratórios crônicos, transplantados, portadores de doenças tratados com medicamentos imunossupressores e quimioterápicos, etc.; e

III – a disponibilização, na entrada e saída do veículo, de dispensadores de álcool em gel 70% (setenta por cento), para utilização dos usuários.

Parágrafo único. Poderão ser tolerados pelo órgão de fiscalização do Município, atraso eventual no cumprimento da tabela horária no transporte coletivo por ônibus e do transporte seletivo por lotação, desde que decorrente do atendimento às determinações do inc. I do *caput* deste artigo.

Seção IV
Do Transporte Individual de Passageiros

Art. 38. A prestação dos serviços de transporte individual público ou privado de passageiros no Município de Porto Alegre deverão observar:

I – a higienização:

a) das mãos, pelo condutor do veículo, ao fim de cada viagem realizada, mediante a lavagem ou a utilização de produtos assépticos - álcool em gel 70% (setenta por cento);

b) dos equipamentos de pagamento eletrônico, como máquinas de cartão de crédito e débito, após cada utilização;

II – a realização de limpeza rápida dos pontos de contato com as mãos dos usuários, como painel, maçanetas, bancos, pega-mão, puxadores, cinto de segurança e fivelas;

III – a circulação dos veículos apenas com as janelas abertas;

IV – a disponibilização de produtos assépticos aos usuários - álcool em gel 70% (setenta por cento); e

V – a observância da etiqueta respiratória referida no art. 35, inc. II, deste Decreto.

Seção V
Do Transporte Escolar

Art. 39. Fica vedado o transporte escolar no âmbito do Município de Porto Alegre, enquanto suspensas as atividades de ensino, de estabelecimentos públicos e privados.

Seção VI
Das penalidades

Art. 40. O descumprimento do disposto neste Capítulo, no que couber, acarretará, cumulativamente, nas penalidades de multa e de cassação dos termos de permissão ou autorização, exceto para o transporte coletivo urbano, por se tratar de serviço essencial, previstas na Lei Complementar nº 395, de 26 de dezembro de 1996 (Código Municipal de Saúde) e legislações correlatas, sem prejuízo de outras administrativas, cíveis e penais.

Parágrafo único. Para o transporte coletivo urbano, aplicam-se, cumulativamente, as penalidades de multa, de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, previstas na Lei Complementar nº 395, de 26 de dezembro de 1996 (Código Municipal de Saúde) e legislações correlatas, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis e penais.

CAPÍTULO VI
DAS ATIVIDADES DE ENSINO

Art. 41. Ficam suspensas as atividades presenciais de ensino infantil, fundamental, médio e superior, de estabelecimentos públicos e privados.

Parágrafo único. Aplica-se a suspensão do *caput* deste artigo para escolas e estabelecimentos de ensino em geral, como cursos de idiomas, esportes, artes, culinária e similares.

Seção I
Das penalidades

Art. 42. Em caso de descumprimento do art. 41 deste Decreto, aplicam-se, cumulativamente, as penalidades de multa, interdição total da atividade e cassação de alvará de localização e funcionamento, previstas na Lei Complementar n.º 395, de 1996 (Código Municipal de Saúde) e legislações correlatas, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis e penais.

CAPÍTULO VII
DO ISOLAMENTO DOMICILIAR DE PESSOAS COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 60 (SESSENTA) ANOS DE IDADE

Art. 43. Fica determinada a abordagem para orientação do isolamento domiciliar de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos para enfrentamento da calamidade pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no Município de Porto Alegre.

Art. 44. Ficam os parques e praças interditados à circulação de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 45. Fica recomendado aos empregadores a designação dos seus empregados com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos para realizar as atividades de forma remota.

Seção I
Das penalidades

Art. 46. Em caso de descumprimento do art. 44 deste Decreto aplica-se a multa prevista no inc. I do § 1º do art. 196 da Lei Complementar nº 395, de 1996 (Código Municipal de Saúde), sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis e penais.

CAPÍTULO VIII
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 47. No âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, os servidores e empregados públicos que apresentarem os sintomas compatíveis com a COVID-19 deverão comunicar à chefia imediata, via *e-mail* ou telefone, encaminhando o respectivo atestado médico, por meio eletrônico, de seu estado de saúde.

§ 1º De posse do atestado médico acerca do estado de saúde do servidor, a chefia imediata deverá enviar *e-mail* para o setor de perícia médica responsável comunicando o nome e matrícula do servidor afastado por suspeita de COVID-19.

§ 2º Servidores e empregados públicos com casos suspeitos ou testados negativos para contaminação de COVID-19 deverão comparecer no setor de perícia médica em até 20 (vinte) dias após o término do isolamento recomendado no atestado médico, quando o afastamento for superior a 7 (sete) dias.

§ 3º Fica autorizado à chefia o lançamento de atestados médicos pelo prazo máximo de 7 (sete) dias, uma única vez, para os casos de suspeita ou testados negativos de contaminação pelo vírus COVID-19, sendo dispensada a perícia médica.

Art. 48. Os servidores e empregados públicos com casos confirmados pela contaminação de COVID-19 deverão comparecer no setor de perícia médica em até 20 (vinte) dias após o término do isolamento recomendado no atestado médico, quando o afastamento for superior a 14 (quatorze) dias.

Parágrafo único. Fica autorizado à chefia o lançamento de atestados médicos pelo prazo máximo de 14 (quatorze) dias, uma única vez, para os casos confirmados de contaminação pelo vírus COVID-19, dispensada a perícia médica.

Art. 49. Os servidores ou empregados públicos que convivam diretamente com pessoas com confirmação da doença COVID-19 deverão manter-se em quarentena, com posterior justificativa da falta, através dos documentos médicos comprobatórios da condição de saúde do infectado, pelo prazo de até 14 (quatorze) dias, dispensada a perícia, e atendidos os requisitos previstos no art. 47 deste Decreto.

Art. 50. Ficam proibidos de comparecer nos órgãos ou secretarias os servidores com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, aplicando-se o regime de trabalho remoto, quando possível, durante o prazo de vigência deste Decreto.

Art. 51. Fica vedado o comparecimento, a participação em reuniões presenciais ou a realização de tarefas no âmbito da repartição pública a todo e qualquer agente público, servidor efetivo ou temporário, estagiário remunerado ou não, que mantenha vínculo com a Administração Pública Municipal, bem como membro de colegiado, com sintomas de COVID-19 e orientação de isolamento, conforme atestado médico.

Parágrafo único. O servidor, empregado público e aqueles que mantenham vínculo com a Administração Pública Municipal, deverão informar a chefia antes de retornar ao trabalho, os países e cidades que visitou, apresentando documentos comprobatórios da viagem.

Art. 52. Os gestores dos contratos de prestação de serviço deverão notificar as empresas contratadas para que, sob pena de responsabilização, em caso de omissão:

I – adotem todos os meios necessários para o cumprimento das determinações constantes deste Decreto; e

II – conscientizem seus funcionários quanto aos riscos do COVID-19 e quanto à necessidade de reportarem a ocorrência dos sintomas de COVID-19.

Art. 53. Ficam suspensas, no prazo de vigência deste Decreto:

I – as atividades de capacitação, de treinamento ou de eventos coletivos realizados que impliquem em aglomeração de mais de 50 (cinquenta) pessoas;

II – a autorização para viagens internacionais ou interestaduais relacionadas ao trabalho de servidores e empregados públicos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta; e

III – a concessão de férias e de licença-prêmio aos servidores que atuem na SMS, SMSeg e no DMAE, bem como nos demais serviços considerados essenciais.

§ 1º O gozo de férias ou, excepcionalmente, o gozo de licença prêmio em curso dos servidores da SMS e da SMSeg poderão ser suspensos a qualquer tempo em virtude de necessidade e interesse público, devidamente fundamentados, durante o prazo de vigência deste Decreto.

§ 2º Eventuais exceções à norma de que trata este artigo deverão ser avaliadas pela SMS e autorizadas pelo Gabinete do Prefeito (GP).

Art. 54. Ficam ampliadas as seguintes atividades, no prazo de vigência deste Decreto, conforme plano de ação a ser fixado por Ordem de Serviço de acordo com a finalidade e utilização de cada órgão ou entidade públicos:

I – a limpeza de:

a) elevadores e banheiros, principalmente das áreas de contato com as mãos;

b) áreas comuns, como piso, corrimão, maçaneta e banheiros com álcool 70% (setenta por cento), solução de água sanitária, quaternário de amônio, biguanida ou glucoprotamina; e

II – a disponibilização de álcool em gel.

Art. 55. Como forma de evitar a disseminação do vírus, deverá ser recomendado o uso de álcool em gel para higienização e, em ambientes fechados, a adoção de medidas para a circulação de ar, como a abertura de portas e janelas.

Art. 56. Os casos omissos, as eventuais exceções à aplicação deste Decreto e a identificação de novas situações decorrentes da evolução do vírus serão definidos pela SMS, juntamente com o GP, sem prejuízo da edição de outros atos normativos.

Art. 57. Os titulares dos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta deverão avaliar a possibilidade de suspensão, redução, alteração ou implementação de novas condições temporárias na prestação de serviço e acesso aos locais de sua execução, bem como, outras medidas, considerando a natureza do serviço no período de calamidade pública, o fluxo e aglomeração de pessoas nos locais de trabalho, emitindo os regramentos internos necessários.

§ 1º Nos termos do *caput* deste artigo, os servidores, efetivos ou comissionados, empregados públicos ou contratados poderão desempenhar suas atribuições em domicílio, em modalidade excepcional de trabalho remoto, ou por sistema de revezamento de jornada de trabalho, no intuito de evitar aglomerações em locais de circulação comum, como salas, elevadores, corredores, auditórios, dentre outros, sem prejuízo ao serviço público.

§ 2º As reuniões de trabalho deverão ser realizadas, sempre que possível, de modo remoto.

§ 3º Os servidores e empregados públicos em regime de trabalho remoto deverão executar suas funções durante o horário de expediente em sua residência e, fora deste período, apenas para casos de absoluta necessidade.

§ 4º A efetividade do servidor em trabalho remoto será aferida mediante relatório descritivo de atividades ou entregas registradas em processo eletrônico SEI, com periodicidade máxima semanal.

§ 5º O trabalho remoto será regulamentado na forma de Instrução Normativa a ser editada pelos respectivos órgãos, referente às possibilidades de sua implantação e contenção do contágio e propagação do vírus, contemplando, principalmente:

I – a garantia da manutenção e prestação de todos os serviços, independentemente da sua forma de execução; e

II – o acompanhamento de produtividade através da emissão de relatórios semanais, em caso de trabalho remoto.

§ 6º Fica suspensa a realização de hora extra, exceto nos serviços definidos como essenciais ou prioritários pelos gestores, hipótese em que o pagamento ficará condicionado à autorização pelo Comitê para Gestão da Despesa de Pessoal (CGDEP), mediante justificativa do titular da pasta.

§ 7º Fica estabelecida a possibilidade de realização de atividades à distância aos estagiários da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, sem prejuízo da bolsa-auxílio correspondente, ressalvados os casos de serviços essenciais e os demais avaliados como prioritários pelos gestores, nos quais será mantida a atividade na forma presencial.

§ 8º As atividades à distância previstas no *caput* deste artigo serão estabelecidas pelos gestores e supervisionadas de forma remota, devendo estar em consonância com a formação do estagiário e as atividades previstas no programa de estágio, com a devida comprovação semanal das entregas por atividades.

§ 9º Durante o período em que os servidores não estiverem exercendo suas atividades no local de trabalho, o cálculo da ajuda de custo a ser concedida a título de vale-transporte deverá considerar apenas os dias efetivamente trabalhados pelo servidor municipal, na forma presencial, mediante registro eletrônico de efetividade.

Art. 58. A modalidade excepcional de trabalho remoto será obrigatória para os seguintes servidores:

I – com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, exceto nos casos dos servidores vinculados aos serviços essenciais, tais como os prestados pela SMS, SMSeg e DMAE;

II – gestantes; e

III – portadores de doenças cardíacas ou pulmonares graves, diabetes e imunossupressão, mediante atestado médico, que, por recomendação médica específica, devam ficar afastados do trabalho durante o período de calamidade pública de que trata este Decreto.

Parágrafo único. Os casos elencados neste artigo em que a modalidade de trabalho remoto não seja possível em decorrência das especificidades das atribuições, deverão ser submetidos pelo Titular da Pasta ao Gabinete do Prefeito, que deliberará acerca da possibilidade de dispensa de suas atividades, sem prejuízo a sua remuneração, durante a validade deste decreto.

Art. 59. Fica dispensada a utilização da biometria para registro eletrônico da efetividade, devendo ser realizada apenas por meio do crachá de identificação funcional.

Parágrafo único. Excetuam-se à regra prevista no *caput* deste artigo os servidores da SMS, que continuarão a utilizar biometria, ou crachá com biometria, para registro eletrônico da efetividade.

Art. 60. Ficam suspensos os prazos de sindicâncias, os processos administrativos disciplinares, os prazos para interposição de reclamações, recursos administrativos e recursos tributários no âmbito Municipal, os prazos para atendimento da Lei de Acesso à Informação,

bem como as nomeações, posses e entrada em exercício dos servidores efetivos ou temporários cujas convocações tenham sido publicadas anteriormente a este Decreto.

Parágrafo único. Excetuam-se ao disposto no *caput* deste artigo os casos de ingresso de servidores profissionais da saúde, da SMSeg e do DMAE, bem como nos demais serviços considerados essenciais decorrentes da necessidade de atendimento à população em caráter de urgência, ficando os demais casos sujeitos à avaliação do GP.

Art. 61. Fica prorrogado o prazo para compensação das horas decorrentes do estabelecimento de expediente em regime de revezamento no período de 23 de dezembro de 2019 a 3 de janeiro de 2020, nos órgãos da Administração Direta, bem como Autarquias e Fundação Municipais, estabelecido pelo Decreto nº 20.434, de 18 de dezembro de 2019.

Seção I
Do atendimento ao público

Art. 62. Ficam suspensas as atividades de atendimento presencial dos serviços, resguardada a manutenção integral da prestação dos serviços essenciais.

§ 1º Os atendimentos deverão ser realizados, preferencialmente, por meio eletrônico, ou telefone, quando couber, podendo, excepcionalmente, se realizar através de agendamento individual em caso de necessidade;

§ 2º A suspensão prevista no *caput* deste artigo aplica-se, inclusive, ao serviço prestado pela Linha Turismo e pelo Centro de Informações Turísticas, da SMDE.

Seção II
Dos aposentados e pensionistas

Art. 63. Ficam dispensados, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a realização de prova de vida dos aposentados, pensionistas vinculados ao Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre (PREVIMPA).

§ 1º Não se aplica o disposto no *caput* deste artigo aos casos em que já houve o bloqueio do pagamento, ocasião em que deverá ser realizado agendamento individual junto à Autarquia Previdenciária;

§ 2º Para os demais serviços prestados pela Autarquia Previdenciária, o Titular do Departamento poderá expedir regulamentação específica.

Seção III
Dos Serviços Públicos de Assistência Social e Esportes

Art. 64. Ficam suspensas todas as atividades coletivas de Assistência Social e Esportes.

§ 1º O Acolhimento Institucional de crianças, adolescentes e adultos, Instituições de Longa permanência de Idosos Grau 1 e 2, Casas Lar de Idosos, República e Albergue manterão atendimento ininterrupto, restringindo visitas institucionais e domiciliares, conforme especificidade.

§ 2º O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de crianças, adolescentes, adultos e idosos, Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência (PCDs), Centros POP, Centro Dia Idoso e ProJovem Adolescente terão atividades coletivas suspensas, mantendo apenas atendimentos individuais em regime de plantão, resguardando suas especificidades.

§ 3º Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), Serviços de Atendimento às Famílias, Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF), Proteção e Atenção Especializado a Famílias e Indivíduo (PAEFI) e Abordagem Social de Rua terão suas atividades coletivas suspensas, mantendo apenas atendimentos individuais, conforme sua especificidade.

Seção IV
Dos Contratos e Termos de Parceria

Art. 65. Poderá o Prefeito Municipal rescindir, revisar ou suspender o objeto de convênios, contratos e outros instrumentos celebrados pela Administração Direta, e determinar as mesmas providências àqueles celebrados pelas entidades que integram a Administração Indireta, nos termos do art. 78, incs. XII e XIV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, pelo prazo que durar a calamidade declarada pelo Município de Porto Alegre no presente Decreto.

Art. 66. Fica determinado aos titulares dos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta que apresentem, semanalmente, ao Comitê de Gestão Orçamentária e Financeira (CGOF) plano de ação com a reavaliação de todos os contratos, convênios, termos de parceria e demais ajustes celebrados, a fim de que sejam readequados e redimensionados ao mínimo necessário para atender às reais necessidades da Administração no período em que viger a situação de calamidade pública.

§ 1º A reavaliação dos contratos e termos de parcerias prevista no *caput* deste artigo poderá se dar mediante rescisão, suspensão, redução ou alteração do respectivo objeto ou

por meio de implementação de novas condições temporárias, observadas as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 junho de 1993, e da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 2º As reavaliações semanais serão apreciadas pelo Comitê de Gestão Orçamentária e Financeira (CGOF) e pelo CTECOV para atendimento das necessidades decorrentes da calamidade na saúde pública, e deverão ser apresentadas para deliberação do Prefeito.

Seção V
Das penalidades

Art. 67. O descumprimento do disposto neste Capítulo, no que couber, acarretará abertura de processo administrativo disciplinar, e aplicação das sanções previstas na Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis e penais.

CAPÍTULO IX
DAS PRÁTICAS COMERCIAIS ABUSIVAS

Art. 68. Fica vedado o aumento injustificado de preço de qualquer produto ou serviço durante o período de situação de calamidade pública face à pandemia do COVID-19, nos termos do art. 39, inc. X, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 69. As competências do presidente do CTECOV poderão ser delegadas ao Secretário extraordinário de enfrentamento do COVID-19.

Art. 70. Os alvarás de funcionamento de competência municipal que vencerem nos próximos 30 (trinta) dias ficam renovados automaticamente pelo prazo de 3 (três) meses, devendo ser mantidas em plenas condições de funcionamento e condições exigidas, a contar da de 22 de março de 2020.

Art. 71. Para fiscalização e execução das sanções de que trata este Decreto, fica autorizado o acompanhamento de guarda municipal e o uso de força policial, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais.

Art. 72. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com vigência até o dia 30 de abril de 2020,

Art. 73. Ficam mantidos todos os efeitos jurídicos decorrentes da decretação de emergência do Decreto nº 20.505, de 17 de março de 2020.

Art. 74. Ficam revogados:

I – o Decreto nº 20.499, de 16 de março de 2020, que suspende as atividades de ensino, de estabelecimentos públicos e privados;

II – o Decreto nº 20.500, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre medidas no âmbito da Administração Pública Municipal;

III – o Decreto nº 20.501, de 16 de março de 2020, que institui o Comitê Temporário de Enfrentamento ao Coronavírus;

IV – o Decreto nº 20.502, de 17 de março de 2020, que alterou o Decreto n. 20.499, de 16 de março de 2020;

V – o Decreto nº 20.503, de 17 de março de 2020, que estabelece medidas a serem adotadas pelo transporte coletivo urbano e metropolitano, transporte privado de passageiros, transporte individual público e privado;

VI – o Decreto nº 20.504, de 17 de março de 2020, que estabelece normas complementares de prevenção ao contágio do COVID-19;

VII – o Decreto nº 20.505, de 17 de março de 2020, que decreta situação de emergência e estabelece medidas para os estabelecimentos restaurantes, bares, casas noturnas e outros;

VIII – o Decreto nº 20.506, de 17 de março de 2020, que estabelece medidas para os estabelecimentos shoppings centers e centros comerciais;

IX – o Decreto nº 20.507, de 18 de março de 2020, que altera o Decreto nº 20.504;

X – o Decreto nº 20.508, de 18 de março de 2020, que altera o Decreto nº 20.506;

XI – o Decreto nº 20.511, de 19 de março de 2020, que estabelece medidas para as cozinhas das escolas municipais;

XII – o Decreto nº 20.512, de 19 de março de 2020, que estabelece medidas para o Mercado Público;

XIII – o Decreto nº 20.513, de 20 de março de 2020, que determina o funcionamento das agências bancárias, lotéricas, dos Correios e dos terminais de autoatendimento;

XIV – o Decreto nº 20.514, de 20 de março de 2020, que altera o Decreto nº 20.506, de 2020;

XV – o Decreto nº 20.518, de 20 de março de 2020, que altera o Decreto nº 20.500, de 2020, e o Decreto nº 20.504, de 2020;

XVI – o Decreto nº 20.519, de 20 de março de 2020, que estabelece medidas a serem adotadas pelo transporte coletivo urbano e metropolitano, transporte privado de passageiros, transporte individual público e privado;

XVII – o Decreto nº 20.520, de 20 de março de 2020, que estabelece a possibilidade de declarar a rescisão, redução ou suspensão do objeto contratual de contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados com a Administração Direta e Indireta do Município de Porto Alegre pelo período que durar a situação de emergência declarada pelo Município de Porto Alegre;

XVIII – o Decreto nº 20.522, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre práticas comerciais excessivas na comercialização de produtos de saúde e higiene;

XIX – o Decreto nº 20.523, de 20 de março de 2020, que altera o Decreto nº 20.505, de 2020;

XX – o Decreto nº 20.525, de 22 de março de 2020, que altera o Decreto nº 20.521, de 2020, e o Decreto nº 20.505, de 2020;

XXI – o Decreto nº 20.526, de 23 de março de 2020, que altera o Decreto nº 20.524, de 2020;

XXII – o Decreto nº 20.528, de 24 de março de 2020, que altera o Decreto nº 20.524, de 2020;

XXIII – o Decreto nº 20.529, de 25 de março de 2020, que determina a situação de isolamento domiciliar de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos de idade, interdita praças e parques;

XXIV – o Decreto nº 20.530, de 25 de março de 2020, que Determina que os titulares dos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta apresentem plano de ação ao Gabinete do Prefeito (GP) para reavaliação de todos os contratos e termos de parcerias, a fim de que sejam readequados e redimensionados ao mínimo necessário para atender às reais necessidades da Administração no período em que viger a situação de emergência prevista no Decreto nº 20.505, de 17 de março de 2020;

XXV – o Decreto nº 20.531, de 25 de março de 2020, que proíbe o funcionamento de todos os estabelecimentos comerciais, de serviços e industriais, bem como as atividades de construção civil, exceto os estabelecimentos que menciona.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 31 de março de 2020.

Nelson Marchezan Júnior,
Prefeito de Porto Alegre.

Registre-se e publique-se.

Nelson Nemo Franchini Marisco,
Procurador-Geral do Município.

DIÁRIO OFICIAL
PORTO ALEGRE

Órgão de divulgação do Município - Ano XXV - Edição 6220 - Quarta-feira, 1 de abril de 2020
Divulgação: Quarta-feira, 1 de abril de 2020 **Publicação:** Quinta-feira, 2 de abril de 2020

EDIÇÃO EXTRA

EXECUTIVO

Decretos

PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, através dos "links" abaixo:

DECRETO Nº 20.534, DE 31 DE MARÇO DE 2020, que "decreta o estado de calamidade pública e consolida as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), no Município de Porto Alegre."

DECRETO Nº 20.534, DE 31 DE MARÇO DE 2020.

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/3310_ce_286414_1.pdf

EXPEDIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
Diário Oficial Eletrônico de Porto Alegre
Órgão de Divulgação Oficial do Município
Instituído pela Lei nº 11.029 de 03/01/2011
http://www.portoalegre.rs.gov.br/dopa

PREFEITO MUNICIPAL: Nelson Marchezan Júnior
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO: Juliana Garcia de Castro
COORDENAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL: Eliane Iensen
EDIÇÃO: Ana Paula Witt Mosena, Fernanda Silva da Silva, Kátia Maria Vieira Brito
ENDEREÇO: R. Siqueira Campos, 1300, 7º andar, Porto Alegre, RS
CONTATO: e-mail dopa@portoalegre.rs.gov.br

FOLHA DE S.PAULO

★★★

CORONAVÍRUS (HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/COTIDIANO/CORONAVIRUS)

Veja quem são os 23 com coronavírus da comitiva de Bolsonaro que visitou os EUA

Diagnosticados com a Covid-19 após viagem presidencial incluem dois ministros do governo

23.mar.2020 à 1h00

Atualizado: 23.mar.2020 às 7h51

EDIÇÃO IMPRESSA (https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/03/23/)

Gustavo Uribe (https://www1.folha.uol.com.br/autores/gustavo-uribe.shtml)

BRASÍLIA Até esta segunda-feira (23), há 23 pessoas cujo teste para o novo coronavírus deu resultado positivo após acompanharem o presidente Jair Bolsonaro em (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/sobe-para-23-numero-de-pessoas-com-coronavirus-que-tiveram-contato-com-bolsonaro.shtml)viagem (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/sobe-para-23-numero-de-pessoas-com-coronavirus-que-tiveram-contato-com-

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

Veja abaixo perfis dos acompanhantes do presidente infectados com o vírus.

★

Augusto Heleno (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/ministro-de-bolsonaro-general-heleno-diz-que-esta-com-coronavirus.shtml)**, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI)**

Um dos ministros mais próximos de Bolsonaro, o general quatro estrelas tem 72 anos e faz parte do grupo de risco da doença. Um dia antes de seu teste ter dado positivo, ele se reuniu três vezes com o presidente. Em nenhuma delas, usou máscara cirúrgica.

PUBLICIDADE [x]



Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

Bento Albuquerque (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/de-mascara-bolsonaro-anuncia-mais-um-ministro-infectado-pelo-coronavirus.shtml)**, ministro de Minas e Energia**

O almirante de esquadra Bento Abulquerque tem 61 anos e também faz parte do grupo de risco. Depois da viagem aos Estados Unidos, ele não se reuniu novamente com o presidente, mas esteve no Rio de Janeiro com empresários antes de seu exame ter dado positivo.

Karina Kufa, advogada de Jair Bolsonaro

A advogada especializada em direito eleitoral tem ajudado o presidente a viabilizar a Aliança pelo Brasil, partido que ele tenta viabilizar. Ela é tesoureira da nova legenda e uma das principais consultoras jurídicas de Bolsonaro.

Marcos Troyjo, secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia

O economista e diplomata é um dos assessores mais experientes da atual gestão em negociações internacionais. Ele participou, por exemplo, da articulação do pacto entre União Europeia e Mercosul, fechado em 2019 após 20 anos de negociação, e participou da missão aos Estados Unidos na tentativa de trazer investimentos ao Brasil.

Fabio (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/wajngarten-volta-de-viagem-aos-eua-com-bolsonaro-e-testa-positivo-para-coronavirus.shtml)**Wajngarten** (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/wajngarten-volta-de-viagem-aos-eua-com-bolsonaro-e-testa-positivo-para-coronavirus.shtml)**, chefe da Secom (Secretaria Especial de Comunicação)**

O chefe da comunicação institucional do Planalto foi o primeiro da comitiva presidencial a receber diagnóstico

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

dos Estados Unidos, Donald Trump. Em viagens, Wajngarten costuma carregar o celular pessoal do presidente, o que causou preocupação sobre a possibilidade de Bolsonaro ter sido contaminado.

Alan Coelho de Séllos, chefe de cerimonial do Ministério de Relações Exteriores

O chefe do cerimonial do Itamaraty teve contato durante a viagem aos Estados Unidos com toda a equipe de apoio do presidente. Em viagens internacionais, ele costuma acompanhar o ministro Enesto Araújo, cujo exame para a doença teve resultado negativo.

Carlos França, chefe de cerimonial do Palácio do Planalto

O chefe de cerimonial da Presidência é o responsável por dar a palavra final na ordem dos discursos e das cadeiras em eventos com a presença do presidente. Na viagem aos Estados Unidos, o embaixador Carlos França teve contato direto com todas as autoridades presentes e também com a equipe americana. Ele era o número dois no cerimonial palaciano na gestão de Michel Temer e acabou ascendendo ao posto de número um com Bolsonaro.

Major Mauro Cid, ajudante de ordens da Presidência da República

Filho do general Mauro César, que se formou com o presidente na Academia da Agulhas Negras, o Major Mauro Cid é ajudante de ordens de Bolsonaro desde a posse, quando o acompanhou na subida da rampa do Planalto. Ele é o principal assessor do presidente na rotina de governo e é o responsável por transportar seus aparelhos de comunicação e documentos oficiais.

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

Discípulo do escritor Olavo de Carvalho, Filipe Martins é formado em relações internacionais e é o responsável pela elaboração das agendas do presidente com chefes de Estado. Ele é amigo tanto de Eduardo Bolsonaro como de Carlos Bolsoanro, filhos do presidente, e faz parte do chamado “gabinete do ódio”.

Coronel Gustavo Suarez, diretor do Departamento de Segurança Presidencial

O militar é um dos responsáveis pelo planejamento da segurança do presidente. Na viagem, era quem coordenava o posicionamento de agentes de segurança e o trajeto do comboio presidencial.

Sergio Lima, publicitário e marqueteiro da Aliança pelo Brasil

O marqueteiro, que é amigo do presidente, o acompanhou aos Estados Unidos para participar de um encontro com empresários brasileiros que residem na Flórida. Foi ele quem produziu a identidade visual da Aliança pelo Brasil, partido que Bolsonaro tenta viabilizar.

Robson Andrade, presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria)

Com 72 anos, o presidente da principal entidade da indústria no Brasil se aproximou de Bolsonaro no seu primeiro ano de mandato. Andrade participou de evento na Flórida, que teve a presença do presidente, com empresários brasileiros que moram nos Estados Unidos.

Flávio Roscoe, presidente da Fiemg (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais)

O empresário do setor têxtil assumiu a entidade ainda no governo Temer e foi um dos principais defensores da

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

Marcelo Thomé, presidente da Fiero (Federação das Indústrias do Estado de Rondônia)

Nascido no Rio de Janeiro, o arquiteto e urbanista preside a entidade industrial estadual e a Agência de Desenvolvimento de Porto Velho. Ele também viajou aos Estados Unidos para participar de encontro com empresários brasileiros.

Sérgio Segovia, presidente da Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações)

O almirante assumiu o comando da agência federal em maio, após dois indicados do ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, terem sido afastados. Ele foi nomeado ao cargo com o apoio da cúpula militar, que acusava o núcleo ideológico de ter paralisado os trabalhos do órgão de promoção dos produtos brasileiros no exterior.

Nestor Forster (https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/apos-acompanhar-bolsonaro-indicado-a-embaixada-do-brasil-nos-eua-esta-com-coronavirus.shtml)**, encarregado de Negócios do Brasil nos Estados Unidos**

Próximo do escritor Olavo de Carvalho, o diplomata brasileiro foi indicado pelo presidente para assumir o posto de embaixador do Brasil em Washington após a desistência da nomeação do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP). A sua designação depende da aprovação do Senado.

Empresário não identificado

A **Folha** confirmou que um dos empresários que participou do encontro com o presidente também teve resultado positivo para a doença. Ele, no entanto, não autorizou a divulgação de seu nome.

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência informou que quatro integrantes do grupo de logística foram confirmados com a doença. A pasta ministerial, no entanto, não divulgou os nomes.

Nelson Trad (PSD-MS) (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/teste-de-coronavirus-de-senador-que-acompanhou-bolsonaro-aos-eua-da-positivo.shtml)**, senador**

Preside a Comissão de Relações Exteriores do Senado. Antes de ser diagnosticado, participou de reunião sobre o combate ao coronavírus com a presença de deputados e senadores de diversos partidos, entre eles o presidente da Casa, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), que posteriormente recebeu teste positivo para a Covid-19.

Daniel Freitas (PSL-SC), deputado federal

O parlamentar é um dos apoiadores do presidente e teve resultado negativo no primeiro exame realizado. A contraprova, no entanto, atestou positivo. Próximo ao deputado federal Eduardo Bolsonaro, ele deve ser um dos parlamentares do PSL que migrará para a Aliança para o Brasil.

sua assinatura vale muito

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 120 colunistas. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

ENDEREÇO DA PÁGINA

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/veja-quem-sao-os-23-infectados-da-comitiva-de-bolsonaro-em-visita-aos-eua.shtml

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

globo.com g1 globoesporte gshow vídeos

ASSINE JÁ MINHA CONTA E-MAIL ENTRAR ›

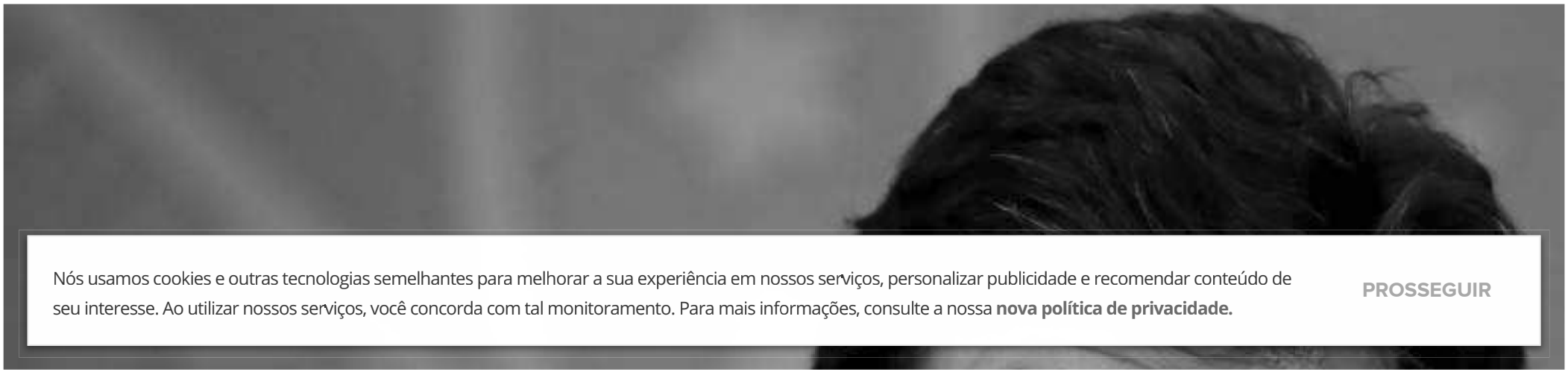
POLÍTICA

Mandetta anuncia em rede social que foi demitido por Bolsonaro do Ministério da Saúde

Presidente e ministro tiveram divergências públicas sobre isolamento social. Na quarta, Mandetta disse em coletiva que chegou a aconselhar pessoas cotadas para a vaga.

Por Guilherme Mazui, G1 — Brasília

16/04/2020 16h18 · Atualizado há 2 semanas



Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR



O ministro da Saúde, Henrique Mandetta, durante entrevista na última sexta-feira (3) — Foto: Ueslei Marcelino/Reuters

Em meio à pandemia do **novo coronavírus**, o presidente **Jair Bolsonaro** demitiu nesta quinta-feira (16) o ministro da Saúde, **Luiz Henrique Mandetta**. A informação foi divulgada pelo próprio ministro em uma rede social.

"Acabo de ouvir do presidente Jair Bolsonaro o aviso da minha demissão do Ministério da Saúde. Quero agradecer a

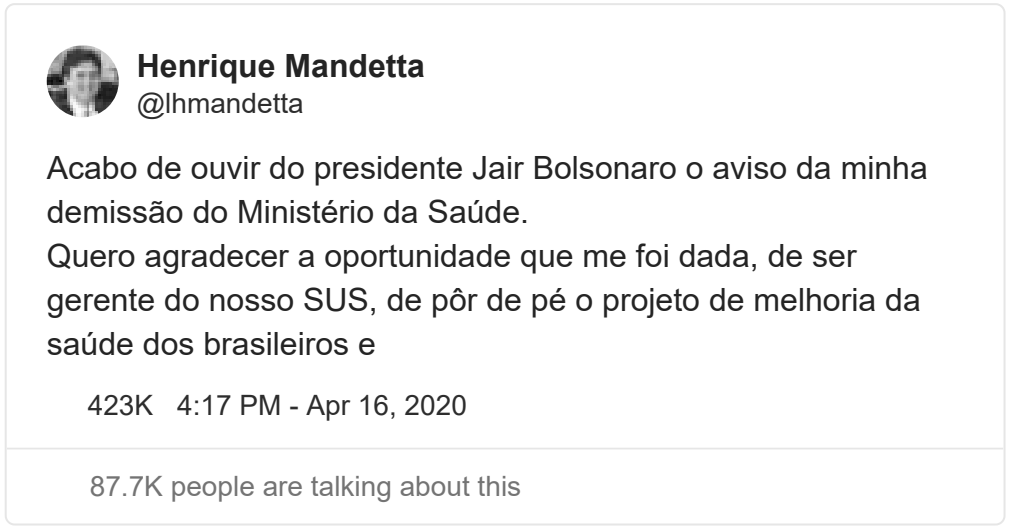
Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

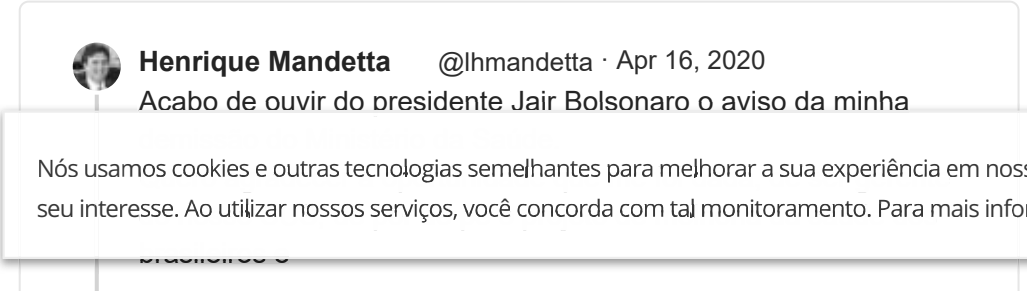
PROSSEGUIR

"Agradeço a toda a equipe que esteve comigo no MS e desejo êxito ao meu sucessor no cargo de ministro da Saúde. Rogo a Deus e a Nossa Senhora Aparecida que abençoem muito o nosso país", prosseguiu.

Após as mensagens, Mandetta afirmou à jornalista da GloboNews e do **G1** Andréia Sadi que o **substituto dele no cargo será o oncologista Nelson Teich** (*veja detalhes abaixo*).

Por volta das 17h30, logo após o fim dos pronunciamentos, a exoneração de Mandetta foi publicada em uma edição extra do "Diário Oficial da União". A nomeação de Nelson Luiz Sperle Teich foi oficializada no mesmo documento.





Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

Henrique Mandetta
@lhmandetta

de planejar o enfrentamento da pandemia do coronavírus, o grande desafio que o nosso sistema de saúde está por enfrentar.

134K 4:17 PM - Apr 16, 2020

9,152 people are talking about this

Henrique Mandetta @lhmandetta · Apr 16, 2020
Replying to @lhmandetta
de planejar o enfrentamento da pandemia do coronavírus, o grande desafio que o nosso sistema de saúde está por enfrentar.

Henrique Mandetta
@lhmandetta

Agradeço a toda a equipe que esteve comigo no MS e desejo êxito ao meu sucessor no cargo de ministro da Saúde. Rogo a Deus e a Nossa Senhora Aparecida que abençoem muito o nosso país.

146K 4:17 PM - Apr 16, 2020

15K people are talking about this

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

Nas últimas semanas, contudo, Bolsonaro e Mandetta tiveram divergências públicas em razão das estratégias para conter a velocidade do contágio da Covid-19, doença provocada pelo vírus.

Em **entrevista ao Fantástico**, no domingo (12), Mandetta disse que a população não sabe "se escuta o presidente ou o ministro" da Saúde em relação a medidas.

Em coletiva nesta quarta (15), no Palácio do Planalto, o então ministro da Saúde disse que era **claro o "descompasso"** entre a pasta e as orientações do presidente Jair Bolsonaro. Segundo Mandetta, pessoas cotadas para a sucessão no cargo chegaram a ligar para ele em busca de aconselhamento.

Na entrevista, o ministro também disse que a equipe montada por ele e empossada em 2019 trabalharia em conjunto, e **ajudaria na transição para evitar uma ruptura** na política contra a Covid-19.

O último dia

Na manhã desta quinta, Mandetta participou de um seminário virtual sobre o enfrentamento ao coronavírus. Durante o papo, afirmou que a perspectiva era de que a mudança no comando do ministério acontecesse "hoje, no mais tardar amanhã".

No mesmo horário, o presidente Jair Bolsonaro **recebia Nelson Teich no Palácio do Planalto**. O médico, que atua em São Paulo, desembarcou em Brasília como o principal cotado para assumir o Ministério da Saúde.

- **Quem é Nelson Teich, o mais cotado para substituir Mandetta no Ministério da Saúde**

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

econômicos ou apenas fatores sanitários.

Discordâncias

O presidente defende o que chama de "isolamento vertical", ou seja, isolar somente idosos e pessoas com doenças graves, que estão no grupo de risco. Bolsonaro repete que o isolamento amplo, com suspensão de atividades, traz **prejuízos à economia** que ele considera até mais graves do que as mortes provocadas pelo coronavírus.

Mandetta reforçou nas últimas semanas a **necessidade de isolamento** para toda a população e reafirmou que as recomendações e determinações do Ministério da Saúde seguem parâmetros científicos e da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Em três ocasiões diferentes, Bolsonaro saiu por ruas de Brasília e cumprimentou apoiadores, mantendo contato físico e descumprindo as orientações dadas por Mandetta e pelas autoridades internacionais de saúde.

A discussão sobre as medidas de restrição, com suspensão de atividades comerciais e aulas, por exemplo, gerou embate do presidente não só com Mandetta, mas também **com governadores** - em especial com o de São Paulo, João Doria (PSDB), e o do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC).

Bolsonaro e Mandetta também discordaram sobre um remédio usado para tratamento de malária como alternativa para o coronavírus, a cloroquina (*escute o podcast **O assunto** sobre o tema ao final da reportagem*). Bolsonaro é entusiasta do remédio para tratar a Covid-19. Mandetta alerta para a falta de estudos científicos sobre o tema.

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR



Para Bolsonaro, faltava 'humildade' a Mandetta

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

tempo". O presidente declarou que faltava "humildade" ao ministro.

> **"O Mandetta já sabe que a gente está se bicando há algum tempo, já sabe disso. Eu não pretendo demiti-lo no meio da guerra, não pretendo. Agora, ele é uma pessoa que [...] em algum momento, ele extrapolou. Ele sabe que tem uma hierarquia entre nós, eu sempre respeitei todos os ministros", afirmou o presidente na ocasião.**

Em resposta às críticas do presidente, Mandetta vinha repetindo que se **dedicava ao trabalho**.

Pesquisas sobre desempenho de presidente e ministério

A demissão foi anunciada na semana seguinte à divulgação de uma pesquisa do instituto Datafolha que mediu avaliação do desempenho de Bolsonaro, dos governadores e do Ministério da Saúde na condução da crise do coronavírus.

O presidente teve **33% de avaliação ótima ou boa e reprovação de 39%.** No levantamento anterior, divulgado no dia 23 de março, a aprovação de Bolsonaro era de 35%, e a reprovação era de 33%

O Ministério da Saúde teve **aprovação de 76% e reprovação de 5%** na pesquisa da semana passada. No levantamento anterior, a aprovação do Ministério da Saúde era de 55%, e a reprovação era de 12%.

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR



Mandetta no governo

Bolsonaro **anunciou Luiz Henrique Mandetta (DEM-MS) como ministro** da Saúde em novembro de 2018, após vencer a eleição presidencial e iniciar a transição de governo. Então deputado federal, Mandetta havia apoiado Bolsonaro na eleição.

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

O anúncio de Bolsonaro da escolha do então futuro ministro foi feito por uma rede social, após encontro do presidente eleito com representantes das santas casas e de deputados da Frente Parlamentar da Saúde.

Ex-deputado e médico de formação

Médico de formação, Mandetta era deputado em final de mandato. Ele não tentou a reeleição em 2018. Foi o terceiro ministro filiado ao DEM anunciado por Bolsonaro – Tereza Cristina (Agricultura) e Onyx Lorenzoni (Casa Civil à época) eram os outros.

Natural de Campo Grande, o agora ex-ministro seguiu a profissão do pai, o médico Hélio Mandetta. Cursou medicina na Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, fez residência em ortopedia na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e uma especialização em ortopedia em Atlanta (EUA).

Em seu estado, Mandetta foi dirigente de plano de saúde e secretário municipal. Ele presidiu a Unimed de Campo Grande entre 2001 e 2004 e, ao encerrar sua gestão, assumiu a secretaria de Saúde de Campo Grande.

Coronavírus

Durante um ano e quatro meses como ministro da Saúde, Mandetta tentou cultivar uma imagem de gestor técnico e distante das pregações ideológicas que marcam a conduta de parte dos ministros de Bolsonaro.

Mandetta recebia críticas de auxiliares do presidente. No entanto, com a pandemia do novo coronavírus, passou a conceder entrevistas coletivas quase diariamente, nas quais recomendava o distanciamento social como forma de tentar reduzir a

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

O Brasil teve o **primeiro caso de Covid-19 confirmado em 26 de fevereiro**. O ex-ministro e sua equipe alertavam que haveria uma elevação do número de casos. O Ministério da Saúde orientou medidas de proteção e trabalhou na tentativa de ampliar equipamentos e aparelhos nas unidades hospitalares.

Crítico do programa Mais Médicos, criado no governo Dilma Rousseff, Mandetta também liderou a criação do **Médicos Pelo Brasil**. O novo programa foi concebido para substituir de forma gradativa o Mais Médicos e ainda não está em pleno funcionamento.

CORONAVÍRUS

VÍDEOS: Coronavírus: perguntas e respostas

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

Veja o que é #FATO ou #FAKE sobre o coronavírus

Quanto tempo o novo coronavírus vive em uma superfície ou no ar?

Manual das máscaras: como fazer, como usar e a importância do uso

Como se prevenir do coronavírus?

Coronavírus, Covid-19, Sars-Cov-2 e mais: confira os termos da pandemia

Saiba quais os sintomas do coronavírus e quando procurar um médico

Veja quais são os grupos mais vulneráveis ao coronavírus e por quê

TIRA-DÚVIDAS: saiba como são os testes e as pesquisas sobre remédios e vacinas

Guia para vida em casa: G1 lista dicas para o isolamento social

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

JAIR BOLSONARO LUIZ HENRIQUE MANDETTA

Veja também

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR



Dec

Ju

Gov o
abe

Há 6

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

Quest e mais shows para ver em casa



Leo Santana, Harmonia do Samba e Parangolé fazem transmissões juntos; Priscila Alcantara também canta. Veja horários.

Em Música



Quarentena musical

Cantora lírica faz apresentação diária na janela e encanta vizinhos

Juliana Sucupira já fez 32 pequenos 'shows' no Rio e ganhou amigos.

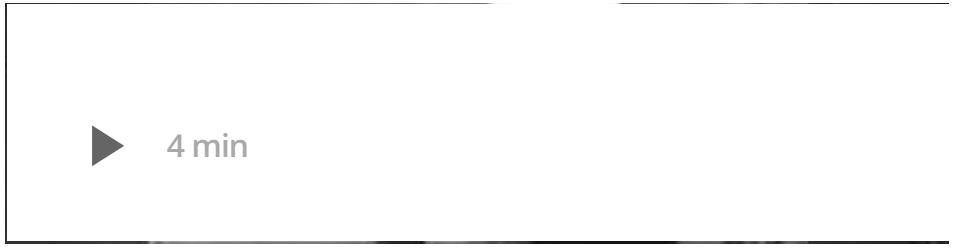
Em Rio de Janeiro

Em meio à crise do coronavírus, Bolsonaro negocia entrega de área de vigilância do Ministério da

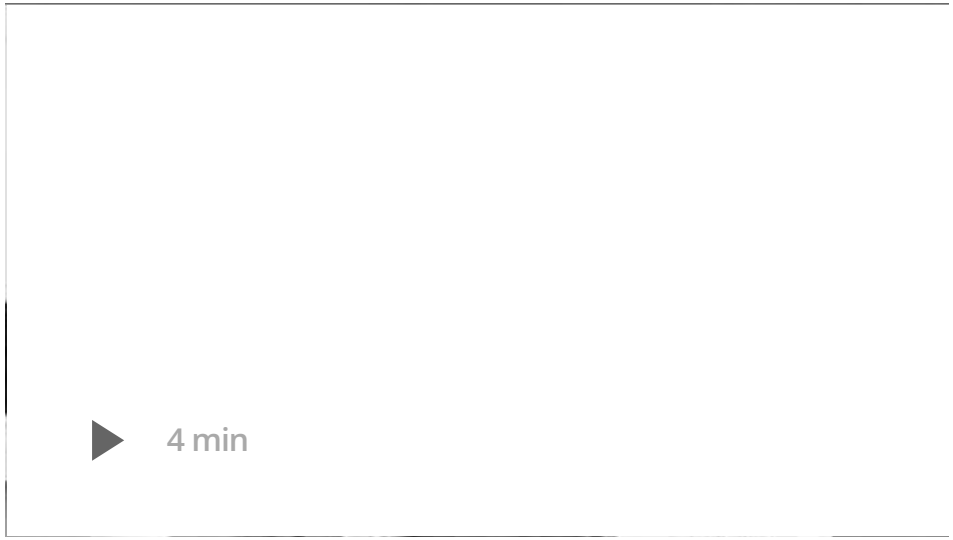
Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

Wanderson Oliveira, braço direito do ex-ministro Henrique Mandetta.



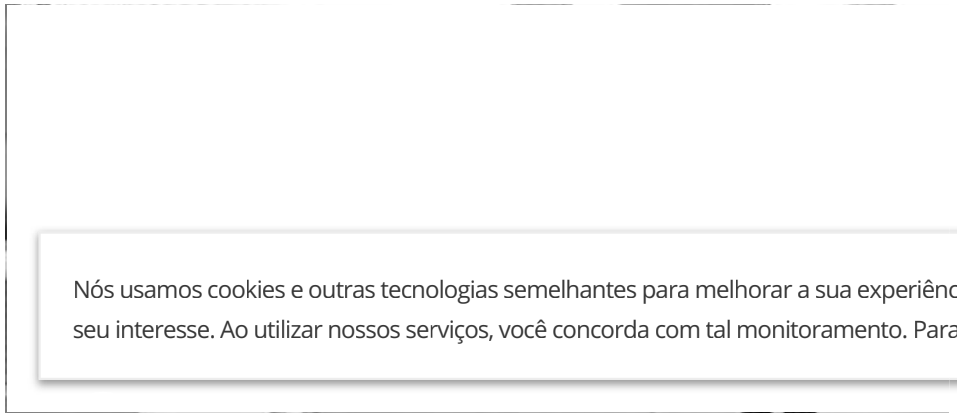
Em Blog da Andréia Sadi



Celso de Mello manda PF ouvir Moro em até 5 dias sobre acusações a Bolsonaro

Na terça, ministro do STF tinha definido prazo de 60 dias para o depoimento. Moro afirmou, em discurso, que presidente tentou interferir em investigações da Polícia Federal.

Em Política



Quarentena na cidade de SP vai ser prorrogada com restrições mais rígidas, diz secretário

Edson Aparecido disse que Bruno Covas já tomou a decisão de que não tem "como relaxar nas medidas de isolamento". Notificações da doença passaram

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR



VEJA MAIS

últimas notícias

G1 Política

© Copyright 2000-2020 Globo Comunicação e Participações S.A.

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

Processo nº 5004924-79.2020.4.03.6100

14ª Vara Federal Cível

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que em cumprimento ao mandado retro, **PROCEDI A CITAÇÃO e INTIMAÇÃO DA UNIÃO FEDERAL** por meio do correio eletrônico pru3.pandemia.saude@agu.gov.br em 30.04.2020, às 18h10, conforme consta das propriedades do e-mail, tendo o recebimento da mensagem sido atestado por e-mail de resposta em 30.04.2020, às 18h48 enviado pelo Gabinete da Procuradoria Regional da União da 3ª Região, restando atendidas as formalidades preconizadas pelo artigo 1º, §3º da Ordem de Serviço nº 1/2020 – SP-CM-CEUNI/SP-CM-NUCM, de 30.03.2020. O referido é expressão da verdade. São Paulo, 30 de Abril de 2020.

SÉRGIO RICARDO CAIRES RAKAUSKAS
Oficial de Justiça Avaliador Federal

RF 5825

Re: Mandado - Processo 5004924-79.2020.4.03.6100

De: PRU3 - Pandemia Saúde <p[redacted]
Para: SERGIO RICARDO CAIRES RAKAUSKAS[redacted]
Data: Quinta-feira - 30/Abril/2020 18:48
Assunto: Re: Mandado - Processo 5004924-79.2020.4.03.6100
Anexos: TEXT.htm; Mime.822

Prezado,
Boa tarde
Confirmamos o recebimento.

Atenciosamente,

Plantão - Saúde pública
Gabinete
Procuradoria Regional da União da 3ª Região
pru3.pandemia.saude@agu.gov.br (11)3506-2800/2900

De: SERGIO RICARDO CAIRES RAKAUSKAS <SRAKAUSK@trf3.jus.br>
Enviado: quinta-feira, 30 de abril de 2020 18:10:49
Para: PRU3 - Pandemia Saúde
Cc: PRU3 - Procuradoria Regional da União da 3ª Região
Assunto: Mandado - Processo 5004924-79.2020.4.03.6100

Prezado(a) Sr(a).
Segue, em anexo, mandado de citação e intimação para ciência.
Solicito confirmação do recebimento.
Att.

Sérgio Ricardo Caires Rakauskas
Oficial de Justiça Avaliador Federal
Rf 5825

Ajude a reduzir o consumo de papel. Antes de imprimir, pense no seu compromisso com o MEIO AMBIENTE! Mas, se for imprimir, use a EcoFont (www.agu.gov.br/ecofont)!

Assinado eletronicamente por: SERGIO RICARDO CAIRES RAKAUSKAS - 30/04/2020 19:00:10
http://pje1g.trf3.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20043019001034200000028753850
Número do documento: 20043019001034200000028753850

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) Nº 5004924-79.2020.4.03.6100 / 14ª Vara Cível Federal de São Paulo
AUTOR: S/A O ESTADO DE S.PAULO
Advogados do(a) AUTOR: MAURICIO JOSEPH ABADI - SP139485, AFRANIO AFFONSO FERREIRA NETO - SP155406, ANDRE CID DE OLIVEIRA - SP351052
REU: UNIÃO FEDERAL

C E R T I D Ã O

Certifico que, em cumprimento a determinação judicial id 31594445, procedi aolevantamento da anotação do sigilo da petição e anexos, juntados pela União Federal (id nºs. 31570832, 31570848 e 31571155).

SãO PAULO, 30 de abril de 2020.

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) Nº 5004924-79.2020.4.03.6100 / 14ª Vara Cível Federal de São Paulo
AUTOR: S/A O ESTADO DE S.PAULO
Advogados do(a) AUTOR: MAURICIO JOSEPH ABADI - SP139485, AFRANIO AFFONSO FERREIRA NETO - SP155406, ANDRE CID DE OLIVEIRA - SP351052
REU: UNIÃO FEDERAL

Pessoa a ser intimada: União

Endereço:Rua Bela Cintra, 657, 12º andar - São Paulo - CEP: 01415-003

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - **URGENTE**

A DOUTORA **ANA LÚCIA PETRI BETTO**, JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA NA TITULARIDADE DA 14ª VARA CÍVEL DA 1ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

MANDA a qualquer Oficial de Justiça Avaliador deste Juízo Federal a quem este for apresentado que, em seu cumprimento:

INTIME a parte acima indicada da decisão de ID nº 31594445 proferida nos autos em epígrafe, cuja cópia segue anexa e que poderá também ser acessada no endereço eletrônico http://web.trf3.jus.br/anexos/download/Q55E81D5A a fim de que sejam adotadas as medidas cabíveis no **prazo de 48 horas.**

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei.
EXPEDIDO nesta cidade de SãO PAULO, 30 de abril de 2020

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) Nº 5004924-79.2020.4.03.6100 / 14ª Vara Cível Federal de São Paulo
AUTOR: S/A O ESTADO DE S.PAULO
Advogados do(a) AUTOR: MAURICIO JOSEPH ABADI - SP139485, AFRANIO AFFONSO FERREIRA NETO - SP155406, ANDRE CID DE OLIVEIRA - SP351052
REU: UNIÃO FEDERAL

D E S P A C H O

Vistos.

Id 31436976 e 31592464: com base no decidido ao ID 31436976, que reafirmou o direito fundamental de acesso à informação (art. 5º, XXXIII da CF/88), o princípio da publicidade (art. 37, caput e § 3º, II da CF/88) e a liberdade de informação jornalística (artigo 220§1º da CF/88), **indefiro** o pedido de sigilo documental.

À zelosa Secretaria para levantar a anotação do sigilo da petição e anexos, juntados pela União Federal (id nºs. 31570832, 31570848 e 31571155).

Considerando que o documento juntado pela parte ré (relatório médico, datado de 18.03.2020 – id 31571155), não atende, de forma integral, à determinação judicial, renove-se a intimação da União, nos termos do id 31436976, para que, **em 48 (quarenta e oito) horas, dê efetivo cumprimento quanto ao decidido, fornecendo os laudos de todos os exames aos quais foi submetido o Exmo. Sr. Presidente da República para a detecção da COVID-19, sob pena de fixação de multa de R$5.000,00 por dia de omissão injustificada**.

Em caso de omissão ou reiterada a comunicação de descumprimento, retornem os autos imediatamente à conclusão.

Intimem-se, com urgência.

São Paulo, 30 de abril de 2020.

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

14ª Vara Cível Federal de São Paulo
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) Nº 5004924-79.2020.4.03.6100
AUTOR: S/A O ESTADO DE S.PAULO
Advogados do(a) AUTOR: MAURICIO JOSEPH ABADI - SP139485, AFRANIO AFFONSO FERREIRA NETO - SP155406, ANDRE CID DE OLIVEIRA - SP351052
REU: UNIÃO FEDERAL

C E R T I D Ã O

CERTIFICO QUE, diante do que dispõem as Portarias Conjuntas PRES/CORE nºs 01, 02 e 03/2020, e a Resolução CNJ nº. 313/2020, bem como da suspensão do atendimento presencial por parte da CEF, PFN, AGU, PRF, INSS e Delegacias da Receita Federal, interrompendo, inclusive, o recebimento de mandados urgentes que seriam entregues por Oficial de Justiça, encaminhei, nesta data, o Mandado/Ofício expedido nos autos, via correio eletrônico, no endereço indicado pelo(s) destinatário(s) para essa finalidade, a saber:

( ) CEF (jurirsp15@caixa.gov.br)

( ) PFN: (covid19.mandados.prfn3@pgfn.gov.br)

( ) PRF: (prf3.quarentena@agu.gov.br)

( ) AGU: (pru3.pandemia.saude@agu.gov.br) (especificamente para ações judiciais envolvendo saúde e medicamentos)

(x) AGU: (pru3@agu.gov.br) (para outras ações judiciais)

( ) INSS: (coordenacao.adjsp@inss.gov.br)

( ) DERAT/DEINF/DEFIS: (deratspo.sp@rfb.gov.br)

São Paulo, 28 de abril de 2020.

CIVEL - SECRETARIA 14ª VARA - SE0E - urgente - decisão prazo 48h - processo 5004924-79.2020.4.03.6100

De: CIVEL - SECRETARIA 14ª VARA - SE0E
Para: pru3@agu.gov.br
Data: 28/04/2020 10:41
Assunto: urgente - decisão prazo 48h - processo 5004924-79.2020.4.03.6100
Anexos: Citação e intimação (1).pdf

Ilmo(a)s. Sr(a)s,

Tendo em vista o disposto nas Portarias Conjuntas PRES/CORE nºs 01, 02 e 03/2020, e na Resolução CNJ nº. 313/2020, bem como a interrupção do cumprimento de Mandados e Ofícios por Oficiais de Justiça, encaminho o documento anexo, excepcionalmente no endereço eletrônico indicado pelo destinatário para essa finalidade, conforme segue.
Respeitosamente,

Carla Emiko Inoue Maganha
Secretaria da 14ª Vara Cível

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

14ª Vara Cível Federal de São Paulo
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) Nº 5004924-79.2020.4.03.6100
AUTOR: S/A O ESTADO DE S.PAULO
Advogados do(a) AUTOR: MAURICIO JOSEPH ABADI - SP139485, AFRANIO AFFONSO FERREIRA NETO - SP155406, ANDRE CID DE OLIVEIRA - SP351052
REU: UNIÃO FEDERAL

Endereço: Avenida Paulista, 1.374, 7º andar, Bela Vista, CEP 01310-937

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - **URGENTE**

A DOUTORA **ANA LÚCIA PETRI BETTO**, JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA NA TITULARIDADE DA 14ª VARA CÍVEL DA 1ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

MANDA a qualquer Oficial de Justiça Avaliador deste Juízo Federal a quem este for apresentado que, em seu cumprimento:

1. CITE UNIÃO FEDERAL, para, querendo, contestar a ação, em conformidade com a cópia da petição inicial e demais documentos que se encontram disponíveis no endereço eletrônico http://web.trf3.jus.br/anexos/download/R6FA04DD2C e que ficam fazendo parte integrante do presente mandado, observando-se para fins de contagem do prazo o disposto no artigo 335, do Código de Processo Civil.

2. INTIME a parte acima indicada da decisão de ID nº 31436976 proferida nos autos em epígrafe, que poderá ser igualmente acessada no endereço eletrônico supra, a fim de que sejam adotadas as medidas cabíveis no **prazo de 48 horas,** sem prejuízo do prazo para apresentar contestação.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei.

EXPEDIDO nesta cidade de São Paulo em 28 de abril de 2020.

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

14ª Vara Cível Federal de São Paulo
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) Nº 5004924-79.2020.4.03.6100
AUTOR: S/A O ESTADO DE S.PAULO
Advogados do(a) AUTOR: MAURICIO JOSEPH ABADI - SP139485, AFRANIO AFFONSO FERREIRA NETO - SP155406, ANDRE CID DE OLIVEIRA - SP351052
REU: UNIÃO FEDERAL

D E C I S Ã O

Vistos.

Trata-se de ação de procedimento comum, ajuizada por **S/A O ESTADO DE SÃO PAULOS** em face da **UNIÃO FEDERAL**, objetivando, em sede de tutela de urgência, seja determinado à Ré que apresente os laudos de todos os exames aos quais foi submetido o Exmo. Presidente da República para a detecção da COVID-19, ainda que sob um pseudônimo, sob pena de aplicação de multa a ser fixada.

Em síntese, aduz a parte autora que entre os dias 7 e 10 de março de 2020 uma comitiva de Ministros de Estado, Secretários de Governo, parlamentares e empresários, liderada pelo Exmo. Presidente da República, JAIR BOLSONARO, viajou ao Estados Unidos, onde se reuniu com lideranças norte-americanas, e, desde então, os veículos de comunicação vêm noticiando que 23 pessoas que compuseram e acompanharam aquele cotejo presidencial foram infectadas com o novo coronavírus, suscitando especulações e dúvidas sobre a saúde do máximo mandatário do País.

Alega que aos 13 de março, o Presidente, em sua conta no twitter, anunciou que “HFA/SABIN4 atestam negativo para o COVID19 o Sr. Pres. da República Jair Bolsonaro”, sem, contudo, apresentar documento que atestasse aquele diagnóstico. Outrossim, em 17 de março, tendo sido submetido a um novo exame laboratorial, JAIR BOLSONARO divulgou, também nas redes sociais, que “... meu 2° teste para COVID-19 deu NEGATIVO.”. Novamente mantendo em sigilo absoluto o respectivo relatório laboratorial.

Assim, diante da enigmática e injustificada resistência do Presidente da República quanto a um definitivo e espontâneo esclarecimento, a equipe de reportagem do diário O ESTADO DE S. PAULO, editado pela Autora, no exercício da atividade informativa resguardada pelos incisos IX e XIV, do artigo 5º, e pelo artigo 220 da Constituição Federal, e amparada nos direitos garantidos pelo incisos XIV e XXXIII, também do artigo 5º da Lei Maior, desde então vem tentando obter junto aos órgãos públicos os laudos dos testes mencionados por JAIR BOLSONARO, que confirmariam a veracidade daquela manifestação presidencial.

Aduz a autora que formulou requerimento pelo SISTEMA ELETRÔNICO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (instituído para assegurar o acesso a informações públicas, nos termos do art. 9º, da Lei nº 12.527/2011), com o escopo de obter acesso a todos os exames feitos pelo presidente Jair Bolsonaro para saber se foi infectado pelo novo coronavírus. No entanto, a União até o momento mantém em enigmático e inadmissível segredo o exato teor dos laudos, não obstante a concessão de acesso aos documentos deva ser imediata, independentemente de qualquer prazo, nos termos do art. 11, da Lei nº 12.527/2011, por se tratar de informação facilmente obtenível e de descomplicada disponibilização. Pede tutela de urgência.

Ante a especificidade do caso, a apreciação do pedido de tutela foi postergada para após manifestação da Ré, deferindo o prazo de 10 (dez) dias (id 30444751).

A parte autora requer a reconsideração e requer apreciação do pedido de tutela (id 30530276). A decisão que concedeu o prazo foi mantida (id 30551208).

A parte autora agravou da decisão que postergou a análise, sendo deferido, em 17.04.2020, o pedido subsidiário de antecipação da tutela recursal, a fim de determinar que o juízo de primeiro grau decida o pedido de antecipação da tutela, antes do prazo dado para a União se manifestar (id 31143486).

Em 17.04.2020, a União Federal apresenta manifestação, combatendo o mérito (id 31153678), sustentando não estar obrigado a violar a intimidade do Exmo. Presidente da República.

É o relatório. Decido.

De início, a União sustenta que a petição inicial deveria ser indeferida, pela ausência de atribuição de valor à causa. Da leitura da exordial, contudo, depreende-se que foi indicado o montante de R$1.000,00 reais a este título, de modo que a preliminar deve ser rejeitada.

A parte Ré pondera, ainda, que o Autor buscaria defender direitos de terceiros, inexistindo interesse processual. Sem razão, contudo. Tutela-se direito próprio, correspondente ao acesso de informações de relevância pública, com base no princípio constitucional da publicidade (artigo 37, “caput”, da Constituição Federal de 1988) e na liberdade de informação jornalística (artigo 220§1º da CF/88).

Como última preliminar, a União argumenta que não ostentaria legitimidade passiva, pois não poderia ser compelida a exibir documento relativo a terceira pessoa. No entanto, o inciso I do parágrafo único do artigo 1º da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) é expresso ao dispor sobre a submissão dos órgãos públicos ao regime do aludido diploma. Uma vez que a Presidência da República e seus respectivos órgãos não detêm personalidade jurídica própria, a União corresponde à parte legítima para figurar como Ré na presente ação.

Superadas as preliminares, passa-se ao exame da medida pleiteada.

Para a concessão de tutela provisória de urgência, requer-se a demonstração dos requisitos previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Pelo primeiro requisito, entende-se a relevância do fundamento fático-jurídico da demanda, traduzido pela verossimilhança das alegações, que se faz presente no caso.

No Estado Democrático de Direito, a publicidade é regra geral. O sigilo é a exceção.

Com efeito, o titular do poder político é o povo (art. 1º, parágrafo único, da CF/88), de modo que os órgãos estatais e agentes políticos devem esclarecer aos mandantes as questões de relevante interesse nacional.

A análise sistemática dos dispositivos da Constituição Federal não leva a outra conclusão.

Nesse sentido, estão previstos, de forma expressa, o **direito fundamental de acesso à informação** (art. 5º, XXXIII), sobretudo quanto à documentação governamental (art. 216, § 2º), o **princípio da publicidade** (art. 37, caput e § 3º, II) e, finalmente, o **princípio republicano** (art. 1º), fonte dos deveres de transparência e de prestação de contas.

Oportuno destacar que a Constituição excepciona a regra da publicidade somente em duas hipóteses, quais sejam, aquelas que envolvam informações "cujo sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado" (art. 5º, XXXIII, parte final da CF/88) e aquelas que versem sobre dados protegidos pelo direito à intimidade (art. 5º, X, c/c art. 37, § 3º, II, ambos da CF/88).

Em se tratando de restrições ao direito fundamental de acesso à informação, devem ser interpretadas de maneira estrita, recaindo sobre a Ré o ônus argumentativo de demonstrar uma das situações suprarreferidas.

Nesse contexto, foi editada a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), consagrando a regra da transparência no acesso a documentos públicos:

> "Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:
>
> I - observância da **publicidade como preceito geral** e do sigilo como exceção;"

Em relação ao acesso de informações pessoais, a Lei assim dispõe:

> "Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

> § 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:
>
> (...) II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.
>
> § 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias:
>
> (...) V - à **proteção do interesse público e geral preponderante.**
>
> § 4º A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância."

A leitura do artigo permite concluir que, muito embora o acesso a informações pessoais ocorra, via de regra, com o consentimento do titular, a anuência não é exigida para os casos de proteção do interesse público e geral e nem para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

Na hipótese em comento, o Autor pretende o acesso aos laudos de todos os exames laboratoriais para a detecção da COVID-19 aos quais foi submetido o Sr. Presidente da República.

A Ré limita-se a sustentar a proteção à intimidade e à privacidade de maneira genérica, ponderando que o Hospital das Forças Armadas atende aos preceitos do Regulamento Sanitário Internacional.

Com as devidas vênias, os argumentos não merecem amparo.

A presente demanda não objetiva uma devassa injustificável na vida privada do Sr. Presidente, mas tão somente o acesso aos laudos dos exames relativos à COVID-19.

No atual momento de pandemia que assola não só Brasil, mas o mundo inteiro, os fundamentos da República não podem ser negligenciados, em especial quanto aos deveres de informação e transparência.

Repise-se que "**todo poder emana do povo**" (art. 1º, parágrafo único, da CF/88), de modo que os mandantes do poder têm o direito de serem informados quanto ao real estado de saúde do representante eleito.

Ainda, conforme a prova documental carreada pelo Autor, o próprio Presidente já fez menção expressa aos resultados dos exames em suas redes sociais, atenuando, assim, o eventual sigilo que poderia recair sobre tais informações.

Em caso análogo, o E. Supremo Tribunal Federal firmou entendimento mitigando a violação ao direito constitucional da intimidade e vida privada, assegurados constitucionalmente, quando relacionado as pessoas públicas:

> "(...) **Não se alegue estar-se diante de circunstâncias que respeitam sempre a quem exerce cargo do povo, pelo que o público deveria dele saber, não se podendo escusar de deixar que a plena luz incida sobre todos os setores da vida.** Primeiro, porque há sempre espaço de indevassabilidade e segredo no íntimo da pessoa, de parco ou nenhum conhecimento dos outros. Segundo**, porque quem faz a sua vida e profissão na praça pública, com a presença e a confiança do povo, e angaria o prestígio que o qualifica e enaltece, não há de pretender esquivar-se desse mesmo público segundo o seu voluntarismo, como se a praça fosse mecanismo virtual, com botão de liga/desliga ao sabor do capricho daquele que buscou fazer-se notório.** A alegação era transgressão ao mesmo dispositivo 8º da Convenção Europeia de Direitos Humanos e o objeto da inobservância da norma era provada pela divulgação de fotos com artigos descrevendo situações que diriam respeito à sua vida privada. Diferente da conclusão antes adotada, a Corte decidiu, nesse momento, inexistir a pretensa contrariedade: a matéria tratava da doença do Príncipe Rainier, pai da princesa, e relatava o que teria sido a ausência da assistência a ele devida pela filha. Considerando as funções das pessoas noticiadas, a natureza das atividades e os fins de elucidação das relações entre as figuras da monarquia monegasca, a Corte concluiu que o público não tinha por que não ter ciência do que se passava e julgou inexistente o direito que se alegava ofendido. A Corte Europeia, no segundo processo, adotou como critérios de decidir: a natureza da função exercida pela pessoa retratada, a natureza da atividade exercida, a conduta anterior em relação às fotos obtidas, o conteúdo e a forma de se dar a público o que retratado, as circunstâncias em que tiradas as fotos. Para a Corte, os critérios definidores da decisão fizeram pender a balança no sentido da garantia do direito à informação, no direito/dever de informar e na garantia de ser informado. Não se alegue estar-se diante de circunstâncias que respeitam sempre a quem exerce cargo do povo, pelo que o público deveria dele saber, não se podendo escusar de deixar que a plena luz incida sobre todos os setores da vida. Primeiro, porque há sempre espaço de indevassabilidade e segredo no íntimo da pessoa, de parco ou nenhum conhecimento dos outros. Segundo, porque quem faz a sua vida e profissão na praça pública, com a presença e a confiança do povo, e angaria o prestígio que o qualifica e enaltece, não há de pretender esquivar-se desse mesmo público segundo o seu voluntarismo, como se a praça fosse mecanismo virtual, com botão de liga/desliga ao sabor do capricho daquele que buscou fazer-se notório. **A notoriedade tem preço fixado pela extensão da fama, quase sempre buscada. Quando não, mas ainda assim é obtida, a fama cobra pedágio**: o bilhete do reconhecimento público, que se traduz em exposição do espaço particular, no qual

todos querem adentrar". **GRIFO NOSSO.** (trecho constante no item 54 do voto proferido pela Relatora da ADIN 4815-DF, Ministra Carmem Lúcia).

Portanto, sob qualquer ângulo que se analise a questão, a recusa no fornecimento dos laudos dos exames é ilegítima, devendo prevalecer a transparência e o direito de acesso à informação pública.

A seu turno, quanto ao "*periculum in mora*", a Ré aduz que não só que inexistiria o perigo de dano ao resultado útil do processo, mas também que o deferimento da medida esgotaria a pretensão autoral, havendo, ainda, irreversibilidade no eventual provimento judicial.

Sem razão, contudo.

Como bem ressaltado pelo Eminente Desembargador Federal André Nabarrete na decisão que deferiu o pedido subsidiário de antecipação da tutela recursal, " **inegável que, sob o aspecto jornalístico, que é o escopo da atividade da autora, o decurso do tempo esvai a razão de ser do processo**." (ID 31143486).

Presentes os requisitos legais, de rigor o deferimento da medida requerida.

Diante do exposto, **DEFIRO A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA,** para determinar à União que forneça, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas os laudos de todos os exames aos quais foi submetido o Exmo. Sr. Presidente da República para a detecção da COVID-19, sob pena de fixação de multa de R$5.000,00 por dia de omissão injustificada.

Intime-se, com urgência, para cumprimento da presente decisão.

Comunicado o descumprimento, retornem os autos imediatamente à conclusão.

Sem prejuízo, cite-se, obedecidas as formalidades legais, iniciando-se o prazo para contestação nos termos dos artigos 231, I e II, 303, III e 335 do CPC.

I. C.

São Paulo, 27 de abril de 2020.

UOL HOST PAGBANK PAGSEGURO CURSOS UOL BUSCA BATE-PAPO EMAIL

congressoemfoco Respeitamos as diferenças

Único veículo jornalístico do país premiado em 2019 no CANNES LIONS

Juíza dá mais 48 horas para Bolsonaro apresentar exames para coronavírus

Por **Congresso Em Foco** Em **30 abr, 2020 - 18:35** Última Atualização **30 abr, 2020 - 18:52**

Saúde Governo



Presidente da República, Jair Bolsonaro.

A juíza Ana Lúcia Petri Betto decidiu nesta quarta-feira (30) dar mais 48 horas para o presidente **Jair Bolsonaro** apresentar à Justiça os laudos dos exames realizados por ele para covid-19.

Mais cedo, depois que o primeiro prazo havia encerrado, **a Advocacia-Geral da União (AGU) afirmou que o resultado do presidente deu negativo para a doença**, mas não encaminhou a íntegra do teste ao jornal Estado de S. Paulo, que fez o pedido de informação. A AGU informou que encaminhou um relatório médico de 18 de março no qual atestava que Bolsonaro estava assintomático e teve resultado negativo para os testes realizados no mês passado.

> Sai a primeira decisão de lockdown determinado pela Justiça no país

Para a juíza, o documento não atende de forma integral a determinação judicial. "Considerando que o documento juntado pela parte ré (relatório médico, datado de 18.03.2020 – id 31571155), não atende, de forma integral, à determinação judicial, renove-se a intimação da União, nos termos do id 31436976, para que, em 48 (quarenta e oito) horas, dê efetivo cumprimento quanto ao decidido, fornecendo os laudos de todos os exames aos quais foi submetido o Exmo. Sr. Presidente da República para a detecção da COVID-19, sob pena de fixação de multa de R$5.000,00 por dia de omissão injustificada", determinou Ana Lúcia.

O pedido de informação, com o encaminhamento do resultado do exame, foi feito pelo jornal Estado de S. Paulo na Justiça Federal de São Paulo. O **primeiro prazo** se encerrava nesta quinta. As informações são do próprio jornal.

O governo quer que o caso tramite sob sigilo por envolver informações pessoais do presidente, o que foi negado pela juíza. A juíza Ana Lúcia entende que a população tem o direito de ser informada quanto ao real estado de saúde de seu representante eleito. "Sob qualquer ângulo que se analise a questão, a recusa no fornecimento dos laudos dos exames é ilegítima, devendo prevalecer a transparência e o direito de acesso à informação pública."

Ao deixar o Palácio da Alvorada esta manhã, Bolsonaro disse que se sentirá "violentado" caso tiver que apresentar os exames. "A Advocacia-Geral da União (AGU) deve ter recorrido. E se nós perdermos o recurso, daí vai ser apresentado. E vou

me sentir violentado. A lei vale para o presidente e mais humilde cidadão brasileiro", declarou.

> Cadastre-se e acesse de graça por 30 dias o melhor conteúdo político *premium* do país



Advocacia-Geral Da União | Coronavírus | Covid-19 | Jair Bolsonaro | Juíza Ana Lúcia Petri Betto | Justiça De São Paulo

Clicando em assinar você nunca perderá postagens importantes!

Assine

Congresso Em Foco

COMENTÁRIOS

Serviços Premium **Anuncie** **Revista Congresso em Foco** **Fale conosco** **Política de Privacidade**

© 2020 - Congresso em Foco. Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução sem autorização por escrito da direção deste site. SIG Qd. 01 - Ed. Platinum Office - Lote 385 sala 207 - Brasília-DF - CEP 70.610-410 Tel: (61) 98249-5657

Desenvolvido por: ELAV

FOLHA DE S.PAULO

★★★

GOVERNO BOLSONARO (HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/ESPECIAL/2018/GOVERNO-BOLSONARO)

Leia a íntegra do discurso de despedida de Moro e entenda ponto a ponto

Ex-juiz anunciou nesta sexta-feira (24) sua saída do Ministério da Justiça do governo Bolsonaro

24.abr.2020 às 18h43

Atualizado: 24.abr.2020 às 20h11

EDIÇÃO IMPRESSA (https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/04/25/)

SÃO PAULO Ao confirmar sua demissão (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/ao-anunciar-demissao-moro-critica-interferencia-de-bolsonaro-na-pf-e-destaca-autonomia-em-gestoes-do-pt.shtml) do governo federal, nesta sexta-feira (24), o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, fez críticas a Jair Bolsonaro (sem partido) e revelações sobre o presidente consideradas graves (https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/04/ministros-do-stf-enxergam-crimes-de-bolsonaro-na-fala-de-moro-oab-fara-relatorio.shtml).

A demissão de Moro foi antecipada (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/bolsonaro-avisa-moro-que-vai-trocar-diretor-geral-da-policia-federal.shtml) pela **Folha** nesta quinta-feira (23). O agora ex-titular da Justiça anunciou sua saída em um pronunciamento de 40 minutos, pela manhã, na sede do ministério, em Brasília.



O ministro da Justiça, Sergio Moro, ao anunciar sua demissão do governo Bolsonaro - Pedro Ladeira/Folhapress

No fim da tarde, Bolsonaro fez um pronunciamento (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/bolsonaro-diz-que-autonomia-da-pf-nao-e-soberania-e-que-moro-se-preocupou-mais-com-marielle-do-que-com-facada.shtml) no Palácio do Planalto em que rebateu afirmações de seu ex-auxiliar e

disse que não sairá do conflito com a pecha de mentiroso.

Leia a seguir o discurso comentado de Sergio Moro.

★

PUBLICIDADE

Antes de entrar no assunto específico, eu queria só fazer algumas reflexões gerais para poder justificar minhas decisões.

> ***Antes de assumir o cargo de ministro da Justiça e Segurança Pública, eu fui juiz federal por 22 anos*** ***(https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/moro-antecipa-saida-da-justica-e-exoneracao-e-assinada-por-presidente-do-trf-4.shtml)*****. Tive diversos casos criminais relevantes. E, desde 2014, em particular, nós tivemos a Operação Lava Jato, que mudou o patamar do combate à corrupção no país. Claro que existe muito ainda a ser feito. Mas aquela grande corrupção, que em geral era impune, esse cenário foi modificado. Esse foi um trabalho do Judiciário, do Ministério Público, de outros órgãos e, na parte da investigação, principalmente aí da Polícia Federal.**
>
> ***Durante... desde 2014, né, na Lava Jato sempre tinha uma preocupação constante de uma interferência do Executivo nos trabalhos da investigação. E isso poderia ser feito de diversas formas, como troca do diretor-geral, assim que houvesse causa, troca do superintendente.***

A possibilidade de interferência política na Lava Jato sempre foi temida pela força-tarefa que conduzia a operação, composta por membros do MPF (Ministério Público Federal), Justiça Federal e Polícia Federal.

Nesta sexta, após o discurso de Moro, os procuradores da força-tarefa em Curitiba divulgaram nota (https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/04/forca-tarefa-da-lava-jato-diz-ser-inconcebivel-que-presidente-tenha-acesso-a-informacoes-sigilosas.shtml) dizendo ser inconcebível que o presidente tenha acesso a informações sigilosas.

"A Operação Lava Jato demonstra que o trabalho do Estado contra a corrupção exige instituições fortes, que trabalhem de modo técnico e livre de pressões externas nas investigações e processos", afirmaram os membros da força-tarefa no MPF.

No comunicado, eles também defendem que a escolha de pessoas para cargos relevantes na estrutura do Ministério da Justiça e da Polícia Federal deve ser impessoal "e jamais pode servir para interferência político-partidária nas

investigações e processos".

Em seu pronunciamento, Bolsonaro disse que nunca esteve contra a Lava Jato e que Moro, como juiz da operação, era "um ídolo". Mas criticou o ex-magistrado e ex-ministro, afirmando que ele tem um compromisso com o seu ego.

O presidente também afirmou, em sintonia com Moro, que a corrupção deixou de ser um problema central desde a sua chegada ao Planalto. Ele ressaltou que ministros são escolhidos por critérios técnicos e que as nomeações de seu governo não são feitas de forma partidária.

"Colocamos um ponto final nisso. Poderosos se levantaram contra mim. Estou lutando contra o sistema. Coisas que aconteciam no Brasil não acontecem mais", disse.

> ***Tivemos no início da Lava Jato o superintendente Rosalvo Ferreira, que eu convidei aqui para o ministério e está fazendo um grande trabalho. Depois, sucedido pelo superintendente [Maurício] Valeixo*** *(https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/sergio-moro-confirma-mauricio-valeixo-como-novo-diretor-geral-da-policia-federal.shtml)****, que na Polícia Federal fez um grande trabalho. Houve essa substituição, e essa substituição foi pela aposentadoria do Rosalvo. E, enfim, foi garantida a autonomia da Polícia Federal durante esses trabalhos da área de investigação.***
>
> ***É certo que o governo da época tinha inúmeros defeitos, aqueles crimes gigantescos de corrupção que aconteceram naquela época, mas foi fundamental a manutenção da autonomia da PF para que fosse possível realizar esse trabalho. Seja de bom grado, seja pela pressão da sociedade. Isso é tão ilustrativo da importância de garantir o Estado de Direito, o rule of law, autonomia das instituições de controle e de investigação.***

Em um raro comentário positivo sobre os governos do PT, Moro fez referência ao que considerou respeito da gestão Dilma Rousseff à autonomia da PF.

Ao sair do cargo, o ex-ministro da Justiça petista José Eduardo Cardozo admitiu à **Folha** (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1745315-saio-do-ministerio-da-justica-por-desgaste-politico-e-pessoal-diz-cardoso.shtml) que sofreu pressão de setores de seu partido para que atuasse de forma diferente diante da corporação. Nesta sexta-feira, Cardozo disse à **Folha** que Dilma nunca o pressionou " (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/dilma-nunca-me-pressionou-como-bolsonaro-pressionou-moro-diz-ex-ministro-da-petista.shtml)como Bolsonaro pressionou Moro (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/dilma-nunca-me-pressionou-como-bolsonaro-pressionou-moro-diz-ex-ministro-da-petista.shtml). Ela só queria saber se as ações eram legais ou não, interferir no mérito jamais".

Em 2016, o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, à época integrante da Lava Jato, afirmou que os governos do PT não interferiam (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1755535-odebrecht-quer-acordo-para-salvar-o-patrimonio-da-familia-diz-procurador.shtml) na independência do Ministério Público e da PF.

Bolsonaro, no discurso feito à tarde, disse que "autonomia não é sinal de soberania" e que, como presidente, tem "poder de veto em cargos-chave".

> ***Lembrando aqui até um episódio num domingo qualquer durante aquelas investigações. Lembro que então foi o superintendente Maurício Valeixo que recebeu uma ordem de soltura ilegal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, condenado por corrupção, preso, ordem emitida por um juiz incompetente. Depois isso foi reconhecido nas demais instâncias.***
>
> ***Foi graças à autonomia dele e o sentimento da necessidade de cumprir o dever que ele comunicou as autoridades judiciárias e foi possível rever essa ordem de prisão ilegal [possivelmente Moro quis dizer ordem***

de soltura] antes que ela fosse executada. A demonstrar o empenho dessas autoridades e da importância da autonomia dessas organizações de controle.

O episódio citado por Moro ocorreu em julho de 2018, quando o juiz Rogério Favreto, plantonista do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, determinou a soltura de Lula (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/entenda-hora-a-hora-o-vaivem-de-decisoes-sobre-a-libertacao-de-lula.shtml). Depois de um vaivém de decisões, o despacho foi suspenso e o ex-presidente permaneceu na superintendência da PF em Curitiba.

À época, Valeixo era superintendente da PF no Paraná e preferiu seguir as orientações de Moro. O juiz disse que não cabia ao magistrado do TRF decidir sobre o caso, o que retardou a libertação de Lula (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/pt-contem-comemoracao-e-aliados-de-lula-pedem-cautela-sobre-soltura.shtml). Horas depois, a decisão favorável ao petista acabou anulada.

No final de 2018, essa é uma história repetida, eu recebi o convite do então eleito presidente da República Jair Bolsonaro, e isso eu já falei publicamente diversas vezes, fácil repetir essa história, porque essa história é absolutamente verdadeira, e fui convidado *(https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/sergio-moro-aceita-convite-para-ministerio-da-justica-do-governo-bolsonaro.shtml)* ***a ser ministro da Justiça e da Segurança Pública.***

O que foi conversado com o presidente, lembro que foi em 1º de novembro, foi que nós teríamos um compromisso com o combate à corrupção, ao crime organizado e à criminalidade violenta. Inclusive foi me prometido na ocasião carta branca para nomear todos os assessores, inclusive desses órgãos policiais, como Polícia Rodoviária Federal e a própria Polícia Federal.

A data em que Moro foi sondado para integrar o ministério de Bolsonaro é controversa. Ele foi procurado para falar da possibilidade antes do segundo turno da eleição presidencial, segundo relato do ex-ministro Gustavo Bebianno,

morto neste ano. Moro contesta a informação (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/moro-responde-a-colunista-e-diz-que-repudia-insinuacoes-sobre-convite-para-ministerio.shtml).

Bebianno disse que Paulo Guedes, hoje ministro da Economia, lhe contou ter conversado com o então juiz "cinco ou seis vezes" antes do segundo turno sobre a possibilidade de ele assumir o Ministério da Justiça. Segundo Moro, o convite oficial de Bolsonaro só ocorreu após o resultado do pleito (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/veja-o-que-se-sabe-ate-agora-sobre-convite-para-moro-assumir-ministerio-de-bolsonaro.shtml).

O vice-presidente, Hamilton Mourão, também já disse (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/moro-foi-sondado-por-bolsonaro-ainda-durante-a-campanha-diz-mourao.shtml) que a primeira abordagem a Moro ocorreu semanas antes da eleição de Bolsonaro.

Ao anunciar o ex-magistrado como ministro, o presidente disse que "a agenda anticorrupção, anticrime organizado, bem como respeito à Constituição e às leis", seriam o norte deles.

Ele também disse em entrevistas na época que tinha combinado com Moro que ele teria "liberdade total" para o combate à corrupção e ao crime organizado. Em uma das vezes, citou a escolha do chefe da PF como uma das atribuições do ministro.

Questionado em agosto de 2019 se o titular da Justiça tinha carta branca para atuar, Bolsonaro respondeu (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/nao-tenho-problema-nenhum-com-moro-diz-bolsonaro-sobre-sua-ingerencia-em-ministros.shtml): "Olha, carta branca. Eu tenho poder de veto em qualquer coisa, se não eu não sou presidente. Todos os ministros têm essa ingerência minha".

A fala ocorreu já em um momento de crise entre ambos (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/bolsonaro-muda-discurso-e-retira-carta-branca-prometida-a-moro.shtml), quando o presidente atropelou o auxiliar e anunciou a troca do superintendente da PF no Rio de

Janeiro.

> ***Na ocasião, até aproveitando aqui um breve parêntese para desmistificar um dado que foi divulgado equivocadamente por algumas pessoas que eu deveria estabelecido como condição para assumir o Ministério da Justiça uma nomeação ao Supremo Tribunal Federal. Nunca houve essa condição. Até porque seria algo de aceitar um cargo de ministro da Justiça pensando em outro. Isso não é da minha natureza.***

Em outubro de 2018, já eleito, Bolsonaro anunciou que convidaria Moro para ser ministro da Justiça ou do STF (Supremo Tribunal Federal) (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/moro-diz-estar-honrado-com-eventual-convite-de-bolsonaro-e-promete-pensar.shtml) no futuro. A possibilidade estava colocada desde então.

Em abril do ano passado, Moro disse (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/moro-diz-que-virar-ministro-do-stf-seria-como-ganhar-na-loteria.shtml) que virar ministro do STF "seria como ganhar na loteria".

Pelo critério de aposentadoria compulsória aos 75 anos dos ministros do Supremo, as próximas vagas serão as de Celso de Mello, em novembro de 2020, e Marco Aurélio Mello, em julho de 2021.

Em sua fala, Bolsonaro acusou Moro de negociar uma vaga no STF. O presidente afirmou que o ex-juiz pediu a ele para que a troca do comando da PF ocorresse depois de ser indicado à corte.

Moro contestou a versão e respondeu, em uma rede social, que a mudança na corporação nunca foi usada como moeda de troca para eventual nomeação.

> ***Eu realmente assumi esse cargo, fui criticado, entendo essas críticas. Mas a ideia era realmente buscar um nível de formulador de políticas públicas aqui numa alta posição do Executivo, de aprofundar o combate à***

corrupção e levar essa maior efetividade em relação à criminalidade violenta e o crime organizado.

As principais críticas a Moro à época de sua ida para o cargo estavam relacionadas ao fato de que ele, como juiz, havia contribuído para tirar da competição eleitoral de 2018 um dos candidatos que mais pontuavam nas pesquisas de intenção de voto (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/lula-chega-a-39-aponta-datafolha-sem-ele-bolsonaro-lidera.shtml), o ex-presidente Lula (PT).

A ida dele para o governo do presidente eleito, opositor de Lula, colocou em xeque a sua imparcialidade como juiz, na visão de detratores. Líderes de esquerda disseram que a adesão a Bolsonaro confirmava a tese de que Moro teve uma atuação política na Lava Jato (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/veja-o-que-as-mensagens-da-lava-jato-ja-revelaram-sobre-a-atuacao-de-moro-no-caso-lula.shtml).

Tem uma única condição que eu coloquei. Não ia revelar, mas agora isso não faz mais sentido manter segredo. Isso pode ser confirmado tanto pelo presidente quanto pelo general [Augusto] Heleno. Eu disse que, como eu estava abandonando 22 anos da magistratura, contribuí 22 anos para a Previdência e perdia saindo da magistratura essa previdência. Pedi apenas, já que nós íamos ser firmes contra a criminalidade, especialmente a criminalidade organizada, que é muito poderosa, que, se algo me acontecesse, pedi que minha família não ficasse desamparada, sem uma pensão. Foi a única condição que eu coloquei para assumir essa posição específica no Ministério da Justiça.

Permito-me aqui dizer que o presidente concordou com todas, com esse compromisso, nem foi uma condição o combate à corrupção, criminalidade violenta, criminalidade organizada. Falou até publicamente que me daria carta branca.

Eu já tinha uma expertise por trabalhar com polícia como juiz, evidentemente, essa criminalidade organizada e aceitei mais uma vez com aquele intento de realmente fazer com que as coisas evoluíssem. Minha avaliação na época é que essa aceitação, que essa aceitação ao convite, foi muito bem acolhida pela sociedade.

Também me via como, estando no governo, como também garantidor, claro que existem outras instituições importantes, o Judiciário, o Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público, mas entendi que, pelo meu passado de juiz e meu compromisso com o Estado de Direito, que eu também poderia ser aí um garantidor da lei e da imparcialidade e da autonomia dessas instituições.

Dentro do ministério, me permito aqui algumas reflexões, a palavra mote tem sido integração. Nós atuamos muito próximos das forças de segurança estaduais, até mesmo municipais. Nós realmente trabalhamos duro contra a criminalidade organizada. Ouso aqui dizer, claro que tudo isso é sujeito a críticas e segundas opiniões, mas que não houve um combate tão efetivo à criminalidade organizada como houve durante essa gestão do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Trabalhando não contra, mas com os governos estaduais. Tivemos o caso, por exemplo, da transferência e isolamento das lideranças do PCC *(https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/um-dia-apos-transferencia-de-membros-do-pcc-pm-prende-226-pessoas-no-estado-de-sp.shtml)*. ***Tivemos recentemente a prisão da maior autoridade do PCC em liberdade*** *(https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/mocambique-anuncia-extradicao-para-o-brasil-de-lider-do-pcc.shtml)*, ***20 anos foragido, graças a um trabalho de investigação eficiente da Polícia Federal.***

Tivemos recordes de apreensão de drogas no combate ao crime organizado. Isso é importante, tirar drogas das ruas, a cocaína, maconha. Isso feito pela Polícia Federal. Isso feito pela Polícia Rodoviária Federal, também um belíssimo trabalho aqui desenvolvido. Pela Força Nacional, nos locais em que ela atuou. Tivemos

recordes de destruição de plantações de maconha no Paraguai, que é o nosso principal fornecedor. Números expressivos de apreensão de produto do crime, seja de drogas, seja de corrupção. Principalmente aí no caso pela Polícia Federal.

Buscamos fortalecer a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal nesse período com ampliação dos concursos existentes. Empregamos maciçamente a Força Nacional e todo o território nacional. A Força Nacional é uma instituição que, ao meu ver, ia ser fortalecida. Nós estamos lá defendendo no Congresso Nacional uma emenda à Constituição para tornar ela uma instituição prevista ali na Constituição para que nós possamos ter com o tempo também um corpo próprio, sem prejuízo dos mobilizados, sem prejuízo dos requisitados dos estados, que nós queremos fortalecê-la. Ela tem sido muito demandada e às vezes nós sentimos que nós não temos a perna suficiente. E ela atendeu diversas emergências de segurança pública nesse período lá no Ceará por mais de uma vez, espalhadas aí em terras indígenas.

Enfim, o nosso projeto Em Frente, Brasil. Nós criamos o Seope, né, Secretaria de Operações Integradas, até nessa linha de fortalecer a integração. A Seope desenvolveu um programa chamado Hórus e Vigia, que é talvez um dos primeiros programas realmente efetivos para controle de fronteiras no país e trabalha em conjunto com as forças de segurança estaduais.

Investimos na inteligência, com os centros de fusão, saímos trabalhando também em outras áreas. Várias outras áreas do Ministério da Justiça tiveram, ao meu ver, um bom ganho de efetividade, a área do consumidor, a área de imigração, a Senajus. Aqui é só um retrato. Queria fazer só umas justificativas.

No momento o Ministério da Justiça está voltado principalmente ao enfrentamento da pandemia (https://aovivo.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/30/5901-acompanhe-todas-as-informacoes-sobre-a-pandemia-de-

coronavirus.shtml). ***Isso prejudicou um pouco os planos em curso, embora eles continuassem. Nós estamos cuidando também de EPI, de vacinação, de atenção às forças de segurança, de coordenação, de se preocupar com o plano nacional de segurança.***

Enquanto o Coaf esteve no Ministério da Justiça, eu não pedi que o Coaf viesse, mas foi proposto que ele fosse colocado na estrutura do Ministério da Justiça. Nós o fortalecemos. Depois ele acabou sendo transferido para outros órgãos. Até onde eu tenho presente a estrutura fortalecida se manteve. Acho que isso é muito positivo. Também é um órgão de inteligência importantíssimo, que nós devíamos inclusive aumentar sua estrutura e melhorar seu funcionamento.

Tivemos aí o projeto de lei anticrime, que foi a principal mudança legislativa durante o nosso período de gestão. Várias alterações, facilitação também de venda de drogas [possivelmente Moro quis dizer que houve dificultação de venda de drogas]. O Depen fez um trabalho também fantástico aqui, o Ministério Público, também a Senad. Desculpe aqui um pouco cansativo todas essas reflexões. O projeto de lei anticrime poderia ter avanços maiores, infelizmente não foi aprovado em sua totalidade, mas ainda assim na minha avaliação ele representou um grande avanço.

Embora não tenha sido sua ideia, Moro encampou o projeto de colocar o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) sob seu comando (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/em-meses-coaf-vai-de-simbolo-anticorrupcao-a-orgao-esvaziado.shtml), com o argumento de que no seu guarda-chuva o funcionamento seria mais dinâmico, auxiliando ainda mais investigações em andamento.

A resistência do Congresso, no entanto, acabou levando Bolsonaro a manejá-lo, primeiro, de volta à Economia (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/veja-como-votaram-os-deputados-sobre-a-retirada-do-coaf-da-pasta-de-moro.shtml) e, depois, para o Banco Central

(https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/12/camara-aprova-medida-provisoria-que-transfere-coaf-ao-banco-central.shtml).

O nome escolhido por Moro para o Coaf, o do auditor Roberto Leonel (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/planalto-pressiona-guedes-a-tirar-aliado-de-moro-da-chefia-do-coaf.shtml), um de seus principais aliados na Lava Jato, também foi trocado por outro, escolhido pela equipe econômica e de agrado da maior parte do mundo político.

Batizadas de pacote anticrime (https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/12/nao-e-o-projeto-dos-sonhos-mas-vamos-em-frente-diz-moro-sobre-pacote-anticrime.shtml), as medidas propostas pelo ministro da Justiça para o combate à criminalidade tiveram uma trajetória errônea no Congresso.

Além de ter que ceder a prioridade legislativa para a reforma da Previdência (https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/02/pacote-anticrime-nao-atrapalha-andamento-da-reforma-da-previdencia-diz-moro.shtml), Moro viu seu pacote ser esvaziado em vários pontos (https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/12/entenda-como-ficaram-as-principais-propostas-de-moro-no-pacote-anticrime-aprovado-na-camara.shtml), entre eles a prisão logo após a segunda instância e a ampliação do excludente de ilicitude para policiais, o que abrandaria a possibilidade de punição a excessos da polícia.

O pacote aprovado foi sancionado por Bolsonaro (https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/12/nao-e-o-projeto-dos-sonhos-mas-vamos-em-frente-diz-moro-sobre-pacote-anticrime.shtml), com mais uma derrota a Moro —contra a posição pública de seu ministro (https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/12/juiz-das-garantias-dificulta-elucidacao-de-casos-complexos-diz-parecer-de-moro-a-bolsonaro.shtml), o presidente deu aval à medida incluída pelos congressistas (https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/12/bolsonaro-sanciona-pacote-anticrime-com-vetos-mas-mantem-juiz-de-garantias.shtml) que estabelece a figura do juiz das garantias (https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/12/nao-havera-dificuldade-para-implementar-o-juiz-das-garantias-em-sp-diz-presidente-do-tj-sp.shtml).

A implementação da novidade (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/entenda-o-que-e-o-juiz-das-garantias-defendido-por-toffoli-e-criticado-por-moro.shtml), contudo, acabou suspensa pelo STF (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/pressionado-fux-amplia-debates-sobre-juiz-das-garantias-e-indica-atraso-na-

decisao.shtml).

> ***Eu lembro aqui num dos primeiros projetos que nós fizemos no Ministério da Justiça, logo no início, foi uma campanha motivacional para os servidores, e o tema era "faça a coisa certa sempre". Então esse sempre foi o mote, sempre foi a palavra, a frase do Ministério da Justiça e da Segurança Pública. Faça a coisa certa e não importa as circunstâncias, arque com as consequências, isso faz parte.***
>
> ***Acho que com tudo isso nós conseguimos resultados expressivos, alguns deles eu já mencionei, como as questões do combate ao crime organizado. Mas nós tivemos, permito-me aqui dizer, uma redução expressiva da criminalidade em 2019.***
>
> ***Tudo bem, já tinha uma queda em 2018, mas em 2019 nós tivemos uma queda em percentuais sem precedentes históricos: menos 19% de assassinatos. Outros crimes também caíram percentualmente até de maneira mais significativa. Mais de 10 mil brasileiros deixaram de ser assassinados.***
>
> ***Claro, é um resultado compartilhado com os estados e com os municípios onde tem o combate à violência. Ninguém tem dúvida disso, ninguém quer invocar esse mérito específico de maneira exclusiva. Até porque a proposta do Ministério da Justiça sempre foi integração: importa o resultado, não quem leva a medalha no final.***

A redução da criminalidade (https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/brasil-tem-queda-de-19-nos-crimes-violentos-em-2019.shtml) durante sua gestão no ministério foi comemorada por Moro ao longo de 2019.

A diminuição, no entanto, acompanha uma tendência que começou a ser verificada em 2018 (https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ilona-szabo/2019/04/explicando-a-queda-nos-homicidios.shtml), quando houve queda de 14% dos homicídios em

relação a 2017.

As razões da diminuição, que começou antes da gestão bolsonarista, no entanto, são pouco aferíveis (https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/12/bolsonaro-deixa-no-papel-maioria-de-promessas-para-seguranca-publica.shtml). Alguns especialistas afirmam que não há um fator único a justificar o fenômeno, e tampouco houve uma ação nacional de coordenação que explique os resultados.

Entre as hipóteses estariam a dinâmica própria do crime organizado e ações específicas de governos estaduais, como o empenho de mais efetivo policial nas ruas.

> ***Mas é muito significativo. Tudo isso me deixa muito feliz, que nesse primeiro ano nós tivemos resultados assim tão positivos para a queda de violência, que é uma grande aspiração da população brasileira. Claro que temos ainda que melhorar muito esse cenário, mas, enfim, esse é um trabalho que é permanente e duradouro.***
>
> ***Bem, em todo esse período, tive apoio do presidente Jair Bolsonaro em vários desses projetos. Outros nem tanto. Mas a partir do segundo semestre do ano passado passou a haver uma insistência do presidente da troca do comando da Polícia Federal. Isso, inclusive, foi declarado publicamente pelo próprio presidente. Houve primeiro o desejo de trocar um superintendente da Polícia Federal do Rio de Janeiro. Sinceramente, não havia nenhum motivo para essa substituição. Mas, conversando com o superintendente em questão, ele queria sair do cargo por questões exclusivamente pessoais. Então, nesse cenário, acabamos concordando, eu e o diretor-geral, em promover essa troca com uma substituição técnica, com uma substituição de um indicado pela polícia.***

Em agosto de 2019, Bolsonaro atropelou a PF e anunciou a troca do comando da superintendência no Rio de Janeiro (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/bolsonaro-atropela-policia-federal-e-anuncia-troca-de-superintendente-no-rio.shtml). No meio da polêmica, o presidente chegou a citar um delegado que assumiria a chefia do Rio, mas foi rebatido pela Polícia Federal, que divulgou outro nome, de confiança da atual gestão.

Ricardo Saadi, delegado que teve a saída anunciada por Bolsonaro, acabou exonerado do cargo (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/apuracao-do-caso-queiroz-ajudou-a-derrubar-diretor-da-pf-rj.shtml) em agosto.

> ***Agora, fazer uma referência bastante rápida. Eu não indico superintendentes da Polícia Federal. Única pessoa que eu indiquei na Polícia Federal foi o diretor, Maurício Valeixo. Não é meu papel fazer indicações aí de superintendentes. E assim tem sido no ministério como um todo. Eu sempre tenho solicitado, dado autonomia ao pessoal que trabalha comigo —a palavra certa não é subordinado, é equipe— para que eles façam as melhores escolhas. Assim se valoriza os subordinados, subordinados... a equipe, e as escolhas técnicas.***
>
> ***Eu tinha notícia de quando eu assumi aqui o Ministério da Justiça de, que pelo menos havia rumores, de que a Polícia Rodoviária Federal tinha em algumas superintendências indicações políticas. Eu escolhi o diretor-geral Adriano Furtado, está aqui presente, ele pode testemunhar o que eu disse para ele na ocasião, que eu falei: "Escolha tecnicamente". O que não é aceitável de maneira nenhuma são essas indicações políticas.***
>
> ***Claro que às vezes existem indicações positivas. Mas, quando se começa a preencher esses cargos técnicos, principalmente de política, com indicações político-partidárias, realmente o resultado não é bom para a corporação inclusive.***
>
> ***O presidente passou a insistir na troca do diretor-geral. O que eu sempre disse ao presidente: presidente, eu não tenho nenhum problema em trocar o diretor-geral da Polícia Federal, mas eu preciso de uma causa. E***

uma causa normalmente relacionada a uma insuficiência de desempenho, um erro grave. E, no entanto, o que eu vi durante todo esse período, até pelo histórico do próprio diretor-geral, que é um trabalho bem feito. Várias dessas operações importantes, combate ao crime organizado, operações também de combate à corrupção que foram relevantes. Poderiam ter até mais operações, mas normalmente essas operações elas maturam durante algum tempo.

E ano passado, em particular, nós ficamos vários meses sem poder movimentar inquéritos envolvendo lavagem de dinheiro por uma decisão judicial. Isso também prejudicou um pouco os trabalhos. Mas o trabalho vinha sendo feito até a queda dessas estatísticas criminais é um indicador relevante de que o trabalho estava sendo positivo.

Moro se referiu à liminar obtida pela defesa do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) no STF (Supremo Tribunal Federal) que paralisou (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/toffoli-atende-a-pedido-de-flavio-bolsonaro-e-suspende-inquerito-com-dados-do-coaf.shtml) por cerca de cinco meses investigações envolvendo dados detalhados do Coaf, o órgão de controle de atividades financeiras.

A suspensão determinada por Dias (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/toffoli-atende-a-pedido-de-flavio-bolsonaro-e-suspende-inquerito-com-dados-do-coaf.shtml)Toffoli (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/toffoli-atende-a-pedido-de-flavio-bolsonaro-e-suspende-inquerito-com-dados-do-coaf.shtml), presidente do STF, foi motivo de desentendimento entre Moro e Bolsonaro. O ex-juiz se mobilizou para reverter a decisão, o que irritou o presidente.

Não é a questão do nome. Tem outros bons nomes para assumir o cargo de diretor da Polícia Federal, outros delegados igualmente competentes. O grande problema de realizar essa troca é, primeiro que haveria uma violação de uma promessa que foi feita inicialmente, que eu teria carta branca.

Em segundo lugar, não haveria uma causa para essa substituição. E estaria claro que estaria havendo. E estaria claro que estaria havendo ali uma interferência política na Polícia Federal, o que gera um abalo na credibilidade, não minha, mas minha também, mas também do governo, desse compromisso maior que nós temos de ter com a lei, com o rule of law. E ia ter impacto também, na minha opinião, na própria efetividade da Polícia Federal, ia gerar uma desorganização.

Não aconteceu durante a Lava Jato, a despeito de todos os problemas de corrupção nos governos. Houve até um episódio em que foi nomeado diretor no passado com o intuito de interferência política e não deu certo. Ficou pouco mais de três meses.

Moro se referiu ao ex-diretor-geral da PF Fernando Segovia, que ocupou o cargo durante três meses (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/segovia-foi-pego-de-surpresa-com-anuncio-de-sua-queda-na-pf.shtml) no governo Michel Temer (MDB), entre o fim de 2017 e o início de 2018. Ele foi demitido após passar por uma série de desgastes, depois de ter comentado em uma entrevista sobre um inquérito em andamento que investigava o então presidente, o que suscitou dúvidas sobre sua conduta.

A própria instituição rejeitou essa possibilidade. E o problema é que, nas conversas com o presidente, isso ele me disse expressamente, que é não é só a troca do diretor-geral. Haveria também intenção de trocar superintendentes, novamente o superintendente do Rio de Janeiro.

Outros superintendentes provavelmente viriam em seguida, o superintendente da Polícia Federal de Pernambuco, sem que fosse me apresentado uma razão, uma causa para realizar esses tipos de substituições que fossem aceitáveis. Dialoguei muito tempo com o presidente, busquei postergar essa decisão, às vezes até sinalizando que poderia concordar no futuro com essa possibilidade.

E até em um primeiro momento pensando: "Não, de repente pode ser feito, pode ser alterado". Mas cada vez mais me veio a sinalização de que seria um grande equívoco realizar essa substituição. Ontem, conversei com o presidente, houve essa insistência do presidente. Falei ao presidente que seria uma interferência política. Ele disse que seria mesmo.

Falei que isso teria um impacto todos, que seria negativo, mas, para evitar uma crise durante uma pandemia, eu não tenho vocação para carbonário, muito pelo contrário. Acho que o momento é inapropriado para isso. Eu sinalizei: "Então vamos substituir o Valeixo por alguém que represente a continuidade dos trabalhos. Alguém com perfil absolutamente técnico e que fosse uma sugestão minha também, na verdade nem minha, uma sugestão da própria Polícia Federal".

Eu sinalizei com o nome do atual diretor executivo, da Polícia Federal, Disney Rossetti. Nem tenho uma grande familiaridade com o Disney Rossetti, mas é uma pessoa de carreira, de confiança. E, como eu disse, essas questões não são pessoais, não são preferências pessoais, são as questões que têm de ser decididas tecnicamente. Fiz esta sinalização, mas não obtive resposta. O presidente tem a preferência de alguns nomes que seriam da indicação deles. Não sei qual vai ser exatamente a escolha.

Foi ventilado um nome de um delegado que passou mais tempo no Congresso do que na ativa na Polícia Federal. Foi indicado ou sugerido o nome do atual diretor da Abin, que é até um bom nome dentro da Polícia Federal. Mas o grande problema é que não são tantos essa questão de quem colocar, o problema é por que trocar. E permitir que seja feita a interferência política no âmbito da Polícia Federal.

O presidente me disse, mais de uma vez, expressamente, que ele queria ter uma pessoa do contato pessoal dele, que ele pudesse ligar, que ele pudesse colher informações, que ele pudesse colher relatórios de inteligência,

seja o diretor, seja superintendente. E realmente não é o papel da Polícia Federal prestar esse tipo de informação.

As investigações têm de ser preservadas. Imaginem se, durante a própria Lava Jato, ministro, diretor-geral, o presidente, a então presidente Dilma ou o ex-presidente Luiz [Inácio Lula da Silva] ficasse ligando para o superintendente em Curitiba, para colher informações sobre as investigações em andamento. A autonomia da Polícia Federal, como o respeito e a autonomia da aplicação da lei, seja a quem for, isso é um valor fundamental que nós temos preservar dentro de um Estado de Direito.

Moro reiterou que gestos que pudessem indicar interferência de autoridades e políticos não foram registrados nos governos do PT (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/dilma-nunca-me-pressionou-como-bolsonaro-pressionou-moro-diz-ex-ministro-da-petista.shtml).

Em sua réplica, Bolsonaro admitiu interesses pessoais (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/bolsonaro-diz-que-autonomia-da-pf-nao-e-soberania-e-que-moro-se-preocupou-mais-com-marielle-do-que-com-facada.shtml) em ações da Polícia Federal, mas negou ter pedido a Moro o andamento de qualquer processo. "Nunca pedi para ele o andamento de qualquer processo."

O presidente afirmou que pedia ao ministro relatórios "do que aconteceu, em especial nas últimas 24 horas, para poder decidir o futuro da nação".

O presidente me disse isso expressamente, ele pode não confirmar essas questões, mas, enfim, é algo que realmente não entendia apropriado. Então o grande problema não é quem entra, mas por que alguém entra. E se esse alguém, sendo a corporação, aceitando da substituição do atual diretor-geral, com o impacto que isso vai ter na corporação, não conseguiu dizer não ao presidente a uma proposta dessa espécie, eu fico na dúvida se vai conseguir dizer não em relação a outros temas.

Há uma possibilidade de que se afirme que o Maurício Valeixo gostaria de sair, mas isso não é totalmente verdadeiro. O ápice da carreira de qualquer policial federal, delegado da Polícia Federal, é a direção-geral da Polícia Federal. E ele entrou com uma missão. Claro que, depois de tantas pressões para que ele saísse, ele de fato até manifestou a mim: "Olha, talvez seja melhor eu sair, para diminuir esse, essa cisma, e nós conseguirmos realizar substituição aqui adequada. Aí eu sairia para uma adidância ou para um outro cargo". Mas nunca isso voluntariamente e, sim, decorrente dessa pressão que, a meu ver, não é apropriada. E o grande problema: [se fosse] uma sugestão que seja orientada por causas que possam ser sustentadas, não haveria aí nenhum problema específico.

O presidente também me informou que tinha preocupação com inquéritos em curso no Supremo Tribunal Federal. E que a troca também seria oportuna, da Polícia Federal, por esse motivo. Também não é uma razão que justifique a substituição. É até algo que gera uma grande preocupação.

Casos que envolvem o entorno de Bolsonaro são investigados em inquéritos da PF (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/relembre-casos-investigados-pela-pf-que-envolvem-entorno-de-bolsonaro.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha) e já tiveram desdobramentos no STF (Supremo Tribunal Federal). Entre eles, a apuração sobre fake news contra a própria corte e seus membros, além das investigações do caso Fabrício Queiroz, PM aposentado e ex-assessor de Flávio Bolsonaro (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/entenda-as-suspeitas-sobre-flavio-bolsonaro-e-o-ex-assessor-fabricio-queiroz.shtml) (Republicanos-RJ) na Assembleia do Rio.

Enfim, eu sinto que eu tenho o dever de tentar proteger a instituição, a Polícia Federal. E, por todos esses motivos, que eu ainda busquei uma solução alternativa, para tentar evitar uma crise política durante uma pandemia. Acho que o foco deveria ser o combate à pandemia. Mas entendi que eu não podia deixar de lado esse meu compromisso com o Estado de Direito.

> ***A exoneração que foi publicada eu fiquei sabendo pelo Diário Oficial, pela madrugada. Eu não assinei esse decreto.*** *(https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/moro-diz-que-nao-assinou-demissao-da-pf-e-viu-como-ofensivo-seu-nome-no-diario-oficial.shtml)* ***Em nenhum momento isso me foi trazido. Em nenhum momento o diretor-geral da Polícia Federal apresentou um pedido formal de exoneração. Depois ele me comunicou que ontem à noite que recebeu uma ligação dizendo que iria sair a exoneração a pedido e se ele concordava. Ele [me] disse: "Como é que eu vou concordar com alguma coisa? Eu vou fazer o quê, né?" Se ele já estava sujeito à exoneração a pedido, não há o que dizer sobre exoneração ex officio. Mas o fato é que existe um pedido que foi feito de maneira formal. Eu, sinceramente, fui surpreendido. Achei que isso foi ofensivo. Vi que depois a Secom afirmou que houve essa exoneração a pedido, mas isso de fato não é verdadeiro.***

O ato que oficializou a saída do diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, foi publicado no Diário Oficial da União na madrugada desta sexta-feira (24). A exoneração foi publicada como "a pedido" de Valeixo no Diário Oficial, com as assinaturas eletrônicas do presidente Jair Bolsonaro e de Moro.

O Painel noticiou que Valeixo não fez pedido de demissão do cargo, mas foi exonerado (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/bolsonaro-exonera-diretor-geral-da-pf-em-meio-a-negociacoes-para-permanencia-de-moro.shtml) por decisão de Bolsonaro, segundo integrantes da cúpula da PF.

À noite, o presidente admitiu o erro (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/bolsonaro-admite-erro-e-republica-exoneracao-de-diretor-da-pf-sem-assinatura-de-moro.shtml) e retirou o nome de Moro da assinatura da medida. A exoneração foi republicada em edição extra do Diário Oficial da União sem o nome de Moro abaixo do de Bolsonaro.

> ***Para mim, esse último ato também é uma sinalização de que o presidente me quer realmente fora do cargo. Não me quer presente aqui dentro do cargo. Por que essa precipitação na realização da exoneração? Não vejo***

aí muita justificativa.

Eu tenho até outras divergências, tive outras divergências com o presidente da República durante essa permanência aqui. Tive muitas convergências. Recebi apoio do presidente em diversas ocasiões importantes, assim como dei apoio ao presidente da República em várias circunstâncias. Tive pontuais divergências, mas eu acho que, como ministro, eu estou numa relação que eu tenho que preservar também a questão da hierarquia. Mas não vou aqui falar dessas outras divergências. Isso fica para uma outra ocasião.

Bolsonaro apoiou Moro, por exemplo, após a divulgação das mensagens obtidas (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/veja-o-que-ja-foi-publicado-pela-folha-com-base-em-mensagens-da-lava-jato.shtml) pelo site The Intercept que mostraram colaboração entre o então juiz e o procurador da República Deltan Dallagnol (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/site-publica-mensagens-que-mostram-colaboracao-entre-moro-e-deltan-na-lava-jato.shtml) quando ambos integravam a força-tarefa da Operação Lava Jato.

Inicialmente, o presidente manteve silêncio (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/bolsonaro-mantem-silencio-sobre-mensagens-e-condecora-moro-em-evento.shtml) sobre as revelações, mas depois de quatro dias se manifestou em defesa do ministro (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/bolsonaro-quebra-silencio-sobre-moro-minimiza-mensagens-e-diz-que-legado-dele-nao-tem-preco.shtml), dizendo que o legado do trabalho feito por Moro na Lava Jato não tinha preço.

De todo modo, o meu entendimento foi que eu não tinha como aceitar essa substituição [de Valeixo]. Há uma questão também envolvida da minha biografia como juiz, de respeito à lei, ao Estado de Direito, à impessoalidade no trato das coisas de governo. E eu vivenciei isso durante a Lava Jato. Seria um tiro na Lava Jato se houvesse substituição de delegados, superintendentes, naquela ocasião. Então, eu não me senti confortável. Tenho que preservar a minha biografia, mas acima de tudo eu tenho que preservar o

compromisso, que foi o compromisso que eu assumi inicialmente com o próprio presidente, que nós seríamos firmes no combate à corrupção, ao crime organizado e à criminalidade violenta.

E um pressuposto necessário para isso é que nós temos que garantir o respeito à lei, à própria autonomia da Polícia Federal, contra interferências políticas. Decerto, o presidente indica e tem essa competência, ele indica o diretor-geral, mas ele assumiu um compromisso comigo inicial de que seria uma escolha técnica, que eu faria essa escolha, e o trabalho vem sendo realizado. Poderia ser alterado o diretor-geral, desde que eu tivesse uma causa consistente. Não tendo uma causa consistente, e percebendo que essa interferência política, pode levar a relações impróprias entre o diretor-geral, entre os superintendentes, com o presidente da República, é algo que realmente eu não posso concordar.

[Falando] um pouco sobre o futuro. De todo modo, eu agradeço ao presidente da República a nomeação, como foi feita, lá atrás. Nós tínhamos um compromisso e eu fui fiel a esse compromisso. Estou sendo fiel a esse compromisso no momento em que eu me encontro aqui dentro do Ministério da Justiça. No futuro, eu vou começar a empacotar as minhas coisas e vou providenciar aqui o encaminhamento da minha carta de demissão. Eu, infelizmente, não tenho como persistir com o compromisso que assumi sem que eu tenha condições de trabalho, sem que eu tenha condições de preservar a autonomia da Polícia Federal para realizar os seus trabalhos. Ou sendo forçado a sinalizar uma concordância com uma interferência política na Polícia Federal cujos resultados são imprevisíveis.

Espero que, independentemente da minha saída, seja feita a escolha de um... Quem sabe até a própria manutenção da direção atual, já que o pedido de exoneração não existe. Mas, não havendo essa possibilidade, que seja feita uma escolha técnica, sem preferências pessoais. Que também a instituição... Dá para se confiar na Polícia Federal, né? A Polícia Federal tem um histórico. Ela vai também resistir a qualquer espécie de

interferência política, tenho crença nisso. E que seja indicado alguém que possa realizar um trabalho autônomo, independente. Alguém que não concorde em trocar superintendentes ou delegados por motivos não justificados.

O meu futuro pessoal, após disso, eu abandonei esses 22 anos de magistratura. Infelizmente, é um caminho sem volta, mas, quando eu assumi, eu sabia dos riscos. Vou descansar um pouco. Nesses 22 anos foram muito trabalho. Em especial durante todo esse período da Lava Jato, praticamente não tive descanso e nem durante o exercício do cargo de ministro da Justiça e Segurança Pública. Vou procurar mais adiante um emprego. Não enriqueci no serviço público, nem como magistrado, nem como ministro.

E quero dizer que, independentemente de onde eu esteja, eu sempre vou estar à disposição do país para ajudar, no que quer que seja. Se eu puder ajudar nesse período da pandemia com outras atitudes. Mas, enfim, sempre respeitando o mandamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública nessa gestão, que é fazer a coisa certa sempre. Muito obrigado.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (https://login.folha.com.br/newsletter)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/leia-a-integra-do-discurso-de-despedida-de-moro-e-entenda-ponto-a-ponto.shtml

Inq 4781

Processo Físico **Sigiloso**

Número Único: Sem número único

INQUÉRITO
Origem: -
Relator: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
Redator do acórdão:
Relator do último incidente: MIN. ALEXANDRE DE MORAES (Inq-AgR)

AUTOR(A/S)(ES) SOB SIGILO
ADV.(A/S) SOB SIGILO

Informações

Assunto:

Procedência

Data de Protocolo:

14/03/2019

Órgão de Origem:

Origem:

Número de Origem:

Partes

AUTOR(A/S)(ES)
SOB SIGILO

ADV.(A/S)
SOB SIGILO

Andamentos

29/04/2020
Juntada a petição nº

29/04/2020
Juntada a petição nº

29/04/2020
Petição

29/04/2020
Petição

24/04/2020
Certidão

24/04/2020
Despacho

24/04/2020
Conclusos ao(à) Relator(a)

23/04/2020
Juntada a petição nº

23/04/2020
Petição

22/04/2020
Juntada a petição nº

22/04/2020
Petição

16/04/2020
Juntada a petição nº

16/04/2020
Juntada a petição nº

16/04/2020
Juntada a petição nº

16/04/2020
Juntada a petição nº

16/04/2020
Juntada a petição nº

16/04/2020
Juntada a petição nº

16/04/2020
Juntada a petição nº

16/04/2020
Juntada a petição nº

16/04/2020

Petição

16/04/2020
Petição

16/04/2020
Petição

16/04/2020
Petição

16/04/2020
Petição

16/04/2020
Petição

16/04/2020
Petição

15/04/2020
Petição

07/04/2020
Despacho

07/04/2020
Conclusos ao(à) Relator(a)

07/04/2020
Juntada a petição nº

07/04/2020
Juntada a petição nº

07/04/2020
Juntada a petição nº

06/04/2020
Petição

06/04/2020
Petição

06/04/2020
Petição

06/04/2020
Petição

03/04/2020
Certidão

03/04/2020
Despacho

Despacho

03/04/2020
Conclusos ao(à) Relator(a)

20/03/2020
Juntada a petição nº

20/03/2020
Certidão

19/03/2020
Petição

18/03/2020
Certidão

18/03/2020
Despacho

18/03/2020
Conclusos ao(à) Relator(a)

18/03/2020
Certidão

18/03/2020
Despacho

18/03/2020
Conclusos ao(à) Relator(a)

18/03/2020
Certidão

17/03/2020
Petição

16/03/2020
Despacho

16/03/2020
Conclusos ao(à) Relator(a)

16/03/2020
Juntada a petição nº

16/03/2020
Juntada a petição nº

16/03/2020
Juntada a petição nº

16/03/2020
Juntada a petição nº

16/03/2020
Juntada a petição nº

16/03/2020
Juntada a petição nº

16/03/2020
Petição

13/03/2020
Juntada a petição nº

13/03/2020
Petição

13/03/2020
Petição

11/03/2020
Petição

11/03/2020
Juntada a petição nº

11/03/2020
Juntada a petição nº

11/03/2020
Juntada a petição nº

11/03/2020
Juntada a petição nº

11/03/2020
Juntada a petição nº

11/03/2020
Juntada a petição nº

11/03/2020
Juntada a petição nº

11/03/2020
Juntada a petição nº

11/03/2020
Juntada a petição nº

11/03/2020
Juntada a petição nº

11/03/2020
Juntada a petição nº

11/03/2020
Juntada a petição nº

11/03/2020
Juntada a petição nº

11/03/2020
Juntada a petição nº

11/03/2020
Juntada a petição nº

11/03/2020
Juntada a petição nº

11/03/2020
Juntada a petição nº

11/03/2020
Petição

11/03/2020
Juntada a petição nº

11/03/2020
Petição

11/03/2020
Petição

11/03/2020
Petição

11/03/2020
Petição

11/03/2020
Petição

11/03/2020
Petição

11/03/2020
Petição

11/03/2020
Petição

11/03/2020
Petição

11/03/2020
Petição

11/03/2020
Petição

11/03/2020
Petição

11/03/2020
Petição

11/03/2020
Petição

11/03/2020
Petição

11/03/2020
Petição

11/03/2020
Petição

10/03/2020
Petição

09/03/2020
Petição

06/03/2020
Petição

06/03/2020
Certidão

06/03/2020
Decisão (segredo de justiça)

06/03/2020
Conclusos ao(à) Relator(a)

06/03/2020
Juntada a petição nº

06/03/2020
Juntada a petição nº

06/03/2020
Juntada a petição nº

06/03/2020
Juntada a petição nº

05/03/2020
Petição

05/03/2020
Petição

05/03/2020
Petição

04/03/2020
Petição

04/03/2020
Juntada a petição nº

03/03/2020
Juntada a petição nº

03/03/2020
Petição

03/03/2020
Juntada a petição nº

03/03/2020
Juntada a petição nº

03/03/2020
Petição

03/03/2020
Petição

03/03/2020
Juntada a petição nº

03/03/2020
Juntada a petição nº

03/03/2020
Juntada a petição nº

03/03/2020
Certidão

03/03/2020
Despacho

03/03/2020
Conclusos ao(à) Relator(a)

28/02/2020
Certidão

28/02/2020
Despacho

Despacho

28/02/2020
Conclusos ao(à) Relator(a)

28/02/2020
Petição

20/02/2020
Petição

20/02/2020
Juntada a petição nº

19/02/2020
Juntada a petição nº

19/02/2020
Juntada a petição nº

19/02/2020
Juntada a petição nº

19/02/2020
Juntada a petição nº

19/02/2020
Juntada a petição nº

19/02/2020
Juntada a petição nº

19/02/2020
Juntada a petição nº

19/02/2020
Juntada a petição nº

19/02/2020
Juntada a petição nº

19/02/2020
Petição

19/02/2020
Petição

14/02/2020
Petição

13/02/2020
Certidão

13/02/2020
Juntada a petição nº

13/02/2020
Certidão

13/02/2020
Despacho

13/02/2020
Conclusos ao(à) Relator(a)

13/02/2020
Certidão

12/02/2020
Despacho

12/02/2020
Conclusos ao(à) Relator(a)

12/02/2020
Juntada a petição nº

12/02/2020
Juntada a petição nº

12/02/2020
Juntada a petição nº

12/02/2020
Conclusos ao(à) Relator(a)

12/02/2020
Juntada a petição nº

12/02/2020
Juntada a petição nº

12/02/2020
Juntada a petição nº

12/02/2020
Juntada a petição nº

12/02/2020
Juntada a petição nº

12/02/2020
Juntada a petição nº

12/02/2020
Juntada a petição nº

12/02/2020
Juntada a petição nº

12/02/2020
Juntada a petição nº

12/02/2020
Juntada a petição nº

12/02/2020
Certidão

12/02/2020
Decisão (segredo de justiça)

12/02/2020
Despacho

12/02/2020
Despacho

12/02/2020
Despacho

12/02/2020
Decisão (segredo de justiça)

12/02/2020
Despacho

12/02/2020
Conclusos ao(à) Relator(a)

12/02/2020
Juntada a petição nº

12/02/2020
Petição

12/02/2020
Recebimento dos autos

12/02/2020
Petição

11/02/2020
Petição

07/02/2020
Petição

06/02/2020
Petição

06/02/2020
Petição

06/02/2020
Petição

06/02/2020
Petição

06/02/2020
Petição

05/02/2020
Petição

05/02/2020
Petição

04/02/2020
Petição

04/02/2020
Petição

04/02/2020
Petição

04/02/2020
Petição

04/02/2020
Petição

04/02/2020
Petição

04/02/2020
Petição

04/02/2020
Petição

04/02/2020
Petição

31/01/2020
Petição

30/01/2020
Petição

27/01/2020
Petição

27/01/2020
Petição

23/01/2020
Petição

17/01/2020
Petição

08/01/2020
Juntada a petição nº

08/01/2020
Juntada a petição nº

08/01/2020
Juntada a petição nº

08/01/2020
Juntada a petição nº

08/01/2020
Petição

08/01/2020
Petição

08/01/2020
Petição

08/01/2020
Petição

07/01/2020
Juntada a petição nº

07/01/2020
Juntada a petição nº

07/01/2020
Juntada a petição nº

07/01/2020
Juntada a petição nº

07/01/2020
Certidão

07/01/2020
Juntada a petição nº

07/01/2020
Juntada a petição nº

07/01/2020
Juntada a petição nº

07/01/2020
Petição

07/01/2020
Petição

07/01/2020
Petição

07/01/2020
Petição

07/01/2020
Petição

07/01/2020
Petição

07/01/2020
Petição

18/12/2019
Decisão (segredo de justiça)

18/12/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

18/12/2019
Juntada a petição nº

18/12/2019
Juntada a petição nº

18/12/2019
Certidão

18/12/2019
Despacho

18/12/2019
Decisão (segredo de justiça)

18/12/2019
Petição

18/12/2019
Petição

18/12/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

13/12/2019
Certidão

13/12/2019
Despacho

13/12/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

13/12/2019
Juntada a petição nº

13/12/2019
Juntada a petição nº

13/12/2019
Juntada a petição nº

13/12/2019
Juntada a petição nº

13/12/2019
Petição

13/12/2019
Petição

13/12/2019
Petição

13/12/2019
Petição

12/12/2019
Juntada a petição nº

12/12/2019
Juntada a petição nº

12/12/2019
Juntada a petição nº

11/12/2019
Certidão

11/12/2019
Decisão (segredo de justiça)

11/12/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

10/12/2019
Petição

10/12/2019
Petição

09/12/2019
Certidão

09/12/2019
Petição

09/12/2019
Juntada a petição nº

09/12/2019
Juntada a petição nº

09/12/2019
Petição

05/12/2019
Petição

05/12/2019
Juntada a petição nº

05/12/2019
Petição

04/12/2019
Decisão (segredo de justiça)

04/12/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

02/12/2019
Juntada a petição nº

02/12/2019
Juntada a petição nº

02/12/2019
Juntada a petição nº

02/12/2019
Petição

02/12/2019
Petição

02/12/2019
Petição

02/12/2019
Juntada a petição nº

02/12/2019
Juntada a petição nº

02/12/2019
Juntada a petição nº

02/12/2019
Juntada a petição nº

02/12/2019
Juntada a petição nº

02/12/2019
Petição

02/12/2019
Petição

02/12/2019
Petição

02/12/2019
Petição

02/12/2019
Juntada a petição nº

02/12/2019
Juntada a petição nº

02/12/2019
Juntada a petição nº

02/12/2019
Juntada a petição nº

02/12/2019
Certidão

02/12/2019
Juntada a petição nº

02/12/2019
Juntada a petição nº

29/11/2019
Petição

29/11/2019
Petição

28/11/2019
Petição

28/11/2019
Petição

28/11/2019
Petição

28/11/2019
Petição

28/11/2019
Petição

27/11/2019
Petição

26/11/2019
Juntada a petição nº

26/11/2019
Juntada a petição nº

26/11/2019
Juntada a petição nº

26/11/2019
Juntada a petição nº

26/11/2019
Petição

26/11/2019
Petição

26/11/2019
Petição

26/11/2019
Petição

25/11/2019
Juntada a petição nº

25/11/2019
Petição

25/11/2019
Juntada a petição nº

25/11/2019
Juntada a petição nº

25/11/2019
Juntada a petição nº

25/11/2019
Juntada a petição nº

25/11/2019
Juntada a petição nº

25/11/2019
Juntada a petição nº

25/11/2019
Petição

22/11/2019
Petição

22/11/2019
Petição

22/11/2019
Petição

22/11/2019
Petição

22/11/2019
Petição

22/11/2019
Certidão

22/11/2019
Despacho

22/11/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

21/11/2019
Juntada a petição nº

21/11/2019
Juntada a petição nº

21/11/2019
Juntada a petição nº

21/11/2019
Juntada a petição nº

21/11/2019
Juntada a petição nº

21/11/2019
Juntada a petição nº

21/11/2019
Juntada a petição nº

21/11/2019
Juntada a petição nº

21/11/2019
Petição

21/11/2019
Petição

21/11/2019
Petição

20/11/2019
Juntada a petição nº

20/11/2019
Juntada a petição nº

20/11/2019
Juntada a petição nº

20/11/2019
Juntada a petição nº

20/11/2019
Juntada a petição nº

20/11/2019
Juntada a petição nº

20/11/2019
Juntada a petição nº

20/11/2019
Juntada a petição nº

20/11/2019
Juntada a petição nº

20/11/2019
Petição

20/11/2019
Petição

20/11/2019
Petição

20/11/2019
Petição

20/11/2019
Petição

20/11/2019
Certidão

19/11/2019
Petição

19/11/2019
Petição

18/11/2019
Certidão

18/11/2019
Decisão (segredo de justiça)

18/11/2019
Despacho

18/11/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

18/11/2019
Certidão

18/11/2019
Petição

18/11/2019
Petição

18/11/2019
Petição

18/11/2019
Petição

18/11/2019
Petição

18/11/2019
Petição

18/11/2019
Petição

12/11/2019
Juntada a petição nº

12/11/2019
Juntada a petição nº

12/11/2019
Petição

12/11/2019
Petição

12/11/2019
Despacho

12/11/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

12/11/2019
Juntada a petição nº

11/11/2019
Petição

11/11/2019
Juntada a petição nº

11/11/2019
Juntada a petição nº

11/11/2019
Petição

11/11/2019
Petição

07/11/2019
Juntada a petição nº

07/11/2019
Juntada a petição nº

07/11/2019
Juntada a petição nº

07/11/2019
Juntada a petição nº

07/11/2019
Certidão

07/11/2019
Decisão (segredo de justiça)

07/11/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

06/11/2019
Petição

06/11/2019
Certidão

06/11/2019
Despacho

06/11/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

06/11/2019
Petição

06/11/2019
Petição

06/11/2019
Juntada a petição nº

06/11/2019
Juntada a petição nº

06/11/2019
Juntada a petição nº

06/11/2019
Juntada a petição nº

06/11/2019
Juntada a petição nº

06/11/2019
Juntada a petição nº

05/11/2019
Petição

05/11/2019
Petição

05/11/2019
Petição

05/11/2019
Petição

05/11/2019
Petição

04/11/2019
Petição

04/11/2019
Petição

04/11/2019
Juntada a petição nº

04/11/2019
Petição

04/11/2019
Certidão

04/11/2019
Decisão (segredo de justiça)

04/11/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

30/10/2019
Juntada a petição nº

30/10/2019
Juntada a petição nº

30/10/2019
Petição

30/10/2019
Juntada a petição nº

30/10/2019
Juntada a petição nº

30/10/2019
Juntada a petição nº

30/10/2019
Petição

30/10/2019
Petição

30/10/2019
Petição

29/10/2019
Petição

29/10/2019
Juntada a petição nº

29/10/2019
Juntada a petição nº

29/10/2019
Petição

29/10/2019
Petição

25/10/2019
Certidão

25/10/2019
Juntada a petição nº

25/10/2019
Juntada a petição nº

25/10/2019
Juntada a petição nº

25/10/2019
Juntada a petição nº

25/10/2019
Juntada a petição nº

25/10/2019
Juntada a petição nº

25/10/2019
Juntada a petição nº

25/10/2019
Juntada a petição nº

25/10/2019
Juntada a petição nº

25/10/2019
Juntada a petição nº

25/10/2019
Juntada a petição nº

25/10/2019
Juntada a petição nº

25/10/2019
Petição

25/10/2019
Petição

25/10/2019
Petição

25/10/2019
Petição

25/10/2019
Despacho

25/10/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

24/10/2019
Petição

24/10/2019
Petição

24/10/2019
Petição

24/10/2019
Petição

24/10/2019
Petição

24/10/2019
Petição

24/10/2019
Petição

24/10/2019
Petição

22/10/2019
Petição

22/10/2019
Juntada a petição nº

22/10/2019
Juntada a petição nº

22/10/2019
Juntada a petição nº

22/10/2019
Juntada a petição nº

22/10/2019
Juntada a petição nº

22/10/2019
Petição

22/10/2019
Petição

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Petição

21/10/2019
Despacho

21/10/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Juntada a petição nº

21/10/2019
Petição

21/10/2019
Petição

21/10/2019
Petição

21/10/2019
Petição

21/10/2019
Petição

18/10/2019
Petição

17/10/2019
Juntada a petição nº

17/10/2019
Juntada a petição nº

17/10/2019
Juntada a petição nº

17/10/2019
Petição

17/10/2019
Petição

17/10/2019
Petição

16/10/2019
Certidão

16/10/2019
Despacho

16/10/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

16/10/2019
Petição

16/10/2019
Juntada a petição nº

16/10/2019
Juntada a petição nº

16/10/2019
Juntada a petição nº

16/10/2019
Juntada a petição nº

16/10/2019
Petição

16/10/2019
Petição

16/10/2019
Petição

16/10/2019
Petição

15/10/2019
Juntada a petição nº

15/10/2019
Juntada a petição nº

15/10/2019
Juntada a petição nº

15/10/2019
Juntada a petição nº

15/10/2019
Juntada a petição nº

15/10/2019
Juntada a petição nº

15/10/2019
Juntada a petição nº

15/10/2019
Juntada a petição nº

15/10/2019
Juntada a petição nº

15/10/2019
Juntada a petição nº

15/10/2019
Juntada a petição nº

15/10/2019
Juntada a petição nº

15/10/2019
Juntada a petição nº

15/10/2019
Juntada a petição nº

15/10/2019
Juntada a petição nº

15/10/2019
Juntada a petição nº

15/10/2019
Juntada a petição nº

15/10/2019
Petição

15/10/2019
Petição

15/10/2019
Petição

15/10/2019
Juntada a petição nº

14/10/2019
Petição

14/10/2019
Juntada a petição nº

14/10/2019
Petição

14/10/2019
Petição

14/10/2019
Petição

14/10/2019
Petição

14/10/2019
Petição

14/10/2019
Petição

14/10/2019
Petição

14/10/2019
Petição

14/10/2019
Petição

14/10/2019
Petição

14/10/2019
Petição

14/10/2019
Petição

14/10/2019
Petição

14/10/2019
Petição

14/10/2019
Petição

11/10/2019
Certidão

11/10/2019
Decisão (segredo de justiça)

11/10/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

11/10/2019
Petição

11/10/2019
Petição

10/10/2019
Certidão

10/10/2019
Despacho

10/10/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

10/10/2019
Petição

10/10/2019
Juntada a petição nº

10/10/2019
Juntada a petição nº

10/10/2019
Juntada a petição nº

10/10/2019
Petição

10/10/2019
Petição

10/10/2019
Petição

10/10/2019
Juntada a petição nº

10/10/2019
Juntada a petição nº

10/10/2019
Juntada a petição nº

10/10/2019
Petição

10/10/2019
Petição

10/10/2019
Petição

09/10/2019
Despacho

09/10/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

09/10/2019
Juntada a petição nº

09/10/2019
Juntada a petição nº

09/10/2019
Petição

09/10/2019
Petição

09/10/2019
Juntada a petição nº

09/10/2019
Juntada a petição nº

08/10/2019
Petição

08/10/2019
Petição

08/10/2019
Petição

08/10/2019
Petição

08/10/2019
Petição

08/10/2019
Petição

08/10/2019
Petição

08/10/2019
Petição

08/10/2019
Petição

08/10/2019
Petição

07/10/2019
Juntada a petição nº

07/10/2019
Juntada a petição nº

07/10/2019
Juntada a petição nº

07/10/2019
Petição

07/10/2019
Petição

07/10/2019
Petição

07/10/2019
Juntada a petição nº

07/10/2019
Juntada a petição nº

07/10/2019
Juntada a petição nº

03/10/2019
Petição

03/10/2019
Certidão

03/10/2019
Despacho

03/10/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

03/10/2019
Juntada a petição nº

03/10/2019
Juntada a petição nº

03/10/2019
Petição

03/10/2019
Petição

02/10/2019
Juntada a petição nº

02/10/2019
Juntada a petição nº

02/10/2019
Certidão

02/10/2019
Despacho

02/10/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

02/10/2019
Juntada a petição nº

02/10/2019
Juntada a petição nº

02/10/2019
Juntada a petição nº

02/10/2019
Certidão

02/10/2019
Despacho

02/10/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

02/10/2019
Juntada a petição nº

Juntada a petição nº

02/10/2019
Petição

02/10/2019
Petição

02/10/2019
Petição

02/10/2019
Petição

01/10/2019
Juntada a petição nº

01/10/2019
Juntada a petição nº

01/10/2019
Juntada a petição nº

01/10/2019
Juntada a petição nº

01/10/2019
Certidão

01/10/2019
Despacho

01/10/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

30/09/2019
Petição

30/09/2019
Petição

30/09/2019
Petição

30/09/2019
Petição

30/09/2019
Petição

30/09/2019
Petição

27/09/2019
Certidão

27/09/2019
Decisão (segredo de justiça)

27/09/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

27/09/2019
Juntada a petição nº

27/09/2019
Petição

27/09/2019
Juntada a petição nº

27/09/2019
Juntada a petição nº

27/09/2019
Petição

27/09/2019
Petição

19/09/2019
Petição

19/09/2019
Petição

19/09/2019
Decisão (segredo de justiça)

19/09/2019
Petição

19/09/2019
Petição

19/09/2019
Despacho

19/09/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

19/09/2019
Juntada a petição nº

18/09/2019
Petição

18/09/2019
Certidão

18/09/2019
Decisão (segredo de justiça)

18/09/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

17/09/2019
Certidão

17/09/2019
Decisão (segredo de justiça)

12/09/2019
Despacho

12/09/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

12/09/2019
Petição

11/09/2019
Petição

11/09/2019
Juntada a petição nº

11/09/2019
Petição

11/09/2019
Petição

11/09/2019
Certidão

11/09/2019
Despacho

11/09/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

10/09/2019
Juntada a petição nº

10/09/2019
Petição

10/09/2019
Juntada a petição nº

09/09/2019
Petição

Petição

06/09/2019
Petição

06/09/2019
Juntada a petição nº

06/09/2019
Certidão

06/09/2019
Decisão (segredo de justiça)

06/09/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

06/09/2019
Petição

05/09/2019
Petição

05/09/2019
Pauta publicada no DJE - Plenário

04/09/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

04/09/2019
Juntada a petição nº

04/09/2019
Petição

03/09/2019
Inclua-se em pauta - minuta extraída

03/09/2019
Juntada a petição nº

03/09/2019
Juntada a petição nº

03/09/2019
Juntada a petição nº

03/09/2019
Despacho

03/09/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

03/09/2019
Petição

03/09/2019
Petição

03/09/2019
Petição

03/09/2019
Petição

03/09/2019
Petição

03/09/2019
Petição

03/09/2019
Petição

03/09/2019
Juntada a petição nº

03/09/2019
Petição

02/09/2019
Juntada a petição nº

02/09/2019
Juntada a petição nº

02/09/2019
Petição

29/08/2019
Petição

29/08/2019
Petição

29/08/2019
Petição

28/08/2019
Petição

27/08/2019
Petição

23/08/2019
Certidão

23/08/2019
Decisão (segredo de justica)

Decisão (segredo de justiça)

23/08/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

23/08/2019
Juntada a petição nº

23/08/2019
Petição

23/08/2019
Juntada a petição nº

23/08/2019
Juntada a petição nº

23/08/2019
Despacho

23/08/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

23/08/2019
Certidão

23/08/2019
Decisão (segredo de justiça)

23/08/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

22/08/2019
Petição

22/08/2019
Petição

22/08/2019
Juntada a petição nº

22/08/2019
Petição

22/08/2019
Certidão

22/08/2019
Decisão (segredo de justiça)

22/08/2019
Despacho

22/08/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

Concluso(s) ao(à) Relator(a)

22/08/2019
Juntada a petição nº

22/08/2019
Juntada a petição nº

22/08/2019
Petição

21/08/2019
Petição

21/08/2019
Certidão

21/08/2019
Decisão (segredo de justiça)

20/08/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

20/08/2019
Certidão

20/08/2019
Despacho

20/08/2019
Juntada a petição nº

20/08/2019
Juntada a petição nº

20/08/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

20/08/2019
Juntada a petição nº

20/08/2019
Juntada a petição nº

20/08/2019
Juntada a petição nº

20/08/2019
Despacho

20/08/2019
Petição

20/08/2019
Petição

20/08/2019
Petição

20/08/2019
Petição

20/08/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

20/08/2019
Juntada a petição nº

20/08/2019
Certidão

20/08/2019
Petição

20/08/2019
Decisão (segredo de justiça)

19/08/2019
Despacho

19/08/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

19/08/2019
Certidão

19/08/2019
Decisão (segredo de justiça)

19/08/2019
Despacho

19/08/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

16/08/2019
Certidão

16/08/2019
Juntada a petição nº

15/08/2019
Petição

15/08/2019
Certidão

15/08/2019
Decisão (segredo de justiça)

Decisão (segredo de justiça)

15/08/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

15/08/2019
Despacho

15/08/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

15/08/2019
Juntada a petição nº

15/08/2019
Certidão

15/08/2019
Decisão (segredo de justiça)

15/08/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

15/08/2019
Despacho

15/08/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

15/08/2019
Petição

14/08/2019
Petição

14/08/2019
Certidão

14/08/2019
Despacho

14/08/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

13/08/2019
Petição

12/08/2019
Certidão

12/08/2019
Despacho

12/08/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

Conclusos ao(à) Relator(a)

12/08/2019
Juntada a petição nº

12/08/2019
Petição

12/08/2019
Certidão

09/08/2019
Juntada a petição nº

09/08/2019
Petição

08/08/2019
Despacho

08/08/2019
Interposto agravo regimental

08/08/2019
Juntada a petição nº

08/08/2019
Certidão

08/08/2019
Despacho

08/08/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

08/08/2019
Petição

08/08/2019
Petição

08/08/2019
Juntada a petição nº

08/08/2019
Juntada a petição nº

08/08/2019
Juntada a petição nº

08/08/2019
Juntada a petição nº

08/08/2019
Petição

08/08/2019
Petição

08/08/2019
Petição

08/08/2019
Petição

07/08/2019
Juntada a petição nº

07/08/2019
Juntada a petição nº

07/08/2019
Juntada a petição nº

07/08/2019
Petição

07/08/2019
Petição

05/08/2019
Certidão

05/08/2019
Despacho

05/08/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

05/08/2019
Juntada a petição nº

05/08/2019
Petição

02/08/2019
Petição

02/08/2019
Certidão

01/08/2019
Despacho

01/08/2019
Decisão (segredo de justiça)

01/08/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

30/07/2019
Certidão

30/07/2019
Despacho

30/07/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

30/07/2019
Certidão

30/07/2019
Despacho

30/07/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

30/07/2019
Juntada a petição nº

30/07/2019
Juntada a petição nº

30/07/2019
Petição

30/07/2019
Petição

29/07/2019
Juntada a petição nº

29/07/2019
Juntada a petição nº

29/07/2019
Petição

26/07/2019
Petição

26/07/2019
Certidão

26/07/2019
Despacho

26/07/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

25/07/2019
Juntada a petição nº

25/07/2019
Petição

24/07/2019
Juntada a petição nº

24/07/2019
Juntada a petição nº

24/07/2019
Juntada a petição nº

24/07/2019
Certidão

24/07/2019
Juntada a petição nº

24/07/2019
Certidão

24/07/2019
Despacho

24/07/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

24/07/2019
Juntada a petição nº

24/07/2019
Petição

24/07/2019
Petição

24/07/2019
Petição

24/07/2019
Petição

24/07/2019
Petição

24/07/2019
Juntada a petição nº

24/07/2019
Juntada a petição nº

24/07/2019
Juntada a petição nº

24/07/2019
Juntada a petição nº

24/07/2019
Juntada a petição nº

24/07/2019
Juntada a petição nº

24/07/2019
Juntada a petição nº

24/07/2019
Juntada a petição nº

24/07/2019
Juntada a petição nº

24/07/2019
Juntada a petição nº

24/07/2019
Juntada a petição nº

24/07/2019
Petição

24/07/2019
Petição

24/07/2019
Petição

24/07/2019
Petição

24/07/2019
Petição

24/07/2019
Petição

24/07/2019
Petição

24/07/2019
Petição

24/07/2019
Petição

24/07/2019
Petição

Petição

24/07/2019
Petição

19/07/2019
Certidão

19/07/2019
Despacho

19/07/2019
Despacho

19/07/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

18/07/2019
Juntada a petição nº

18/07/2019
Petição

17/07/2019
Juntada a petição nº

17/07/2019
Petição

17/07/2019
Juntada a petição nº

17/07/2019
Juntada a petição nº

17/07/2019
Juntada a petição nº

17/07/2019
Juntada a petição nº

17/07/2019
Juntada a petição nº

17/07/2019
Juntada a petição nº

17/07/2019
Juntada a petição nº

16/07/2019
Juntada a petição nº

16/07/2019
Juntada a petição nº

16/07/2019
Juntada a petição nº

16/07/2019
Petição

16/07/2019
Petição

16/07/2019
Petição

16/07/2019
Petição

16/07/2019
Petição

16/07/2019
Petição

16/07/2019
Petição

16/07/2019
Petição

16/07/2019
Petição

16/07/2019
Petição

16/07/2019
Petição

16/07/2019
Petição

16/07/2019
Petição

16/07/2019
Petição

16/07/2019
Certidão

16/07/2019
Juntada a petição nº

15/07/2019
Juntada a petição nº

15/07/2019
Juntada a petição nº

15/07/2019
Juntada a petição nº

15/07/2019
Juntada a petição nº

15/07/2019
Juntada a petição nº

15/07/2019
Juntada a petição nº

15/07/2019
Juntada a petição nº

15/07/2019
Juntada a petição nº

15/07/2019
Juntada a petição nº

15/07/2019
Juntada a petição nº

15/07/2019
Juntada a petição nº

15/07/2019
Petição

15/07/2019
Petição

15/07/2019
Petição

15/07/2019
Petição

15/07/2019
Petição

15/07/2019
Petição

12/07/2019
Petição

11/07/2019
Petição

10/07/2019
Petição

05/07/2019
Petição

05/07/2019
Petição

05/07/2019
Petição

05/07/2019
Juntada a petição nº

05/07/2019
Juntada a petição nº

05/07/2019
Petição

04/07/2019
Petição

04/07/2019
Juntada a petição nº

04/07/2019
Juntada a petição nº

04/07/2019
Petição

02/07/2019
Petição

27/06/2019
Despacho

27/06/2019
Expedido Ofício nº

27/06/2019
Expedido Ofício nº

27/06/2019
Expedido Ofício nº

27/06/2019
Expedido Ofício nº

27/06/2019
Expedido Ofício nº

Expedido Ofício nº

27/06/2019
Certidão

27/06/2019
Certidão

27/06/2019
Certidão

27/06/2019
Certidão

27/06/2019
Certidão

27/06/2019
Decisão (segredo de justiça)

27/06/2019
Decisão (segredo de justiça)

27/06/2019
Decisão (segredo de justiça)

27/06/2019
Decisão (segredo de justiça)

27/06/2019
Decisão (segredo de justiça)

27/06/2019
Decisão (segredo de justiça)

27/06/2019
Decisão (segredo de justiça)

27/06/2019
Decisão (segredo de justiça)

27/06/2019
Decisão (segredo de justiça)

27/06/2019
Decisão (segredo de justiça)

27/06/2019
Despacho

27/06/2019
Despacho

27/06/2019
Despacho

27/06/2019
Despacho

27/06/2019
Despacho

27/06/2019
Despacho

27/06/2019
Despacho

27/06/2019
Despacho

27/06/2019
Despacho

27/06/2019
Despacho

26/06/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

26/06/2019
Certidão

26/06/2019
Juntada a petição nº

26/06/2019
Juntada a petição nº

26/06/2019
Petição

18/06/2019
Juntada a petição nº

18/06/2019
Petição

17/06/2019
Juntada a petição nº

17/06/2019
Juntada a petição nº

17/06/2019
Petição

17/06/2019
Petição

13/06/2019
Expedido Ofício nº

13/06/2019
Expedido Ofício nº

13/06/2019
Expedido Ofício nº

13/06/2019
Expedido Ofício nº

13/06/2019
Expedido Ofício nº

13/06/2019
Expedido Ofício nº

13/06/2019
Expedido Ofício nº

13/06/2019
Expedido Ofício nº

13/06/2019
Certidão

13/06/2019
Decisão (segredo de justiça)

13/06/2019
Decisão (segredo de justiça)

13/06/2019
Decisão (segredo de justiça)

13/06/2019
Decisão (segredo de justiça)

13/06/2019
Decisão (segredo de justiça)

13/06/2019
Decisão (segredo de justiça)

13/06/2019
Decisão (segredo de justiça)

13/06/2019
Decisão (segredo de justiça)

13/06/2019
Decisão (segredo de justiça)

Decisão (segredo de justiça)

13/06/2019
Decisão (segredo de justiça)

13/06/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

13/06/2019
Despacho

13/06/2019
Despacho

13/06/2019
Despacho

13/06/2019
Despacho

13/06/2019
Despacho

13/06/2019
Despacho

13/06/2019
Despacho

13/06/2019
Despacho

13/06/2019
Despacho

13/06/2019
Despacho

12/06/2019
Petição

12/06/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

12/06/2019
Juntada a petição nº

12/06/2019
Petição

05/06/2019
Juntada a petição nº

05/06/2019
Juntada a petição nº

05/06/2019
Petição

05/06/2019
Petição

05/06/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

05/06/2019
Juntada a petição nº

05/06/2019
Juntada a petição nº

05/06/2019
Petição

05/06/2019
Petição

03/06/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

03/06/2019
Juntada a petição nº

03/06/2019
Petição

30/05/2019
Certidão

30/05/2019
Expedido Ofício nº

30/05/2019
Decisão (segredo de justiça)

28/05/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

28/05/2019
Certidão

28/05/2019
Expedido Ofício nº

28/05/2019
Decisão (segredo de justiça)

27/05/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

27/05/2019
Juntada a petição nº

27/05/2019
Petição

23/05/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

23/05/2019
Juntada a petição nº

23/05/2019
Petição

23/05/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

23/05/2019
Juntada a petição nº

23/05/2019
Petição

10/05/2019
Juntada a petição nº

10/05/2019
Petição

07/05/2019
Juntada a petição nº

07/05/2019
Petição

06/05/2019
Juntada a petição nº

06/05/2019
Juntada a petição nº

06/05/2019
Petição

03/05/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

03/05/2019
Juntada a petição nº

03/05/2019
Juntada a petição nº

Juntada a petição nº

03/05/2019
Petição

03/05/2019
Petição

02/05/2019
Petição

30/04/2019
Certidão

30/04/2019
Despacho

30/04/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

30/04/2019
Juntada a petição nº

30/04/2019
Juntada a petição nº

30/04/2019
Juntada a petição nº

30/04/2019
Petição

29/04/2019
Petição

26/04/2019
Petição

26/04/2019
Certidão

26/04/2019
Despacho

26/04/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

26/04/2019
Juntada a petição nº

26/04/2019
Certidão

26/04/2019
Petição

Petição

25/04/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

25/04/2019
Certidão

25/04/2019
Decisão (segredo de justiça)

25/04/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

25/04/2019
Juntada a petição nº

25/04/2019
Petição

25/04/2019
Certidão

25/04/2019
Despacho

24/04/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

24/04/2019
Juntada a petição nº

24/04/2019
Juntada a petição nº

24/04/2019
Juntada a petição nº

24/04/2019
Petição

24/04/2019
Juntada a petição nº

24/04/2019
Petição

24/04/2019
Juntada a petição nº

24/04/2019
Juntada a petição nº

24/04/2019
Juntada a petição nº

24/04/2019
Juntada a petição nº

24/04/2019
Juntada a petição nº

24/04/2019
Juntada a petição nº

24/04/2019
Juntada a petição nº

24/04/2019
Juntada a petição nº

24/04/2019
Juntada a petição nº

24/04/2019
Petição

24/04/2019
Petição

24/04/2019
Petição

24/04/2019
Petição

24/04/2019
Petição

24/04/2019
Petição

24/04/2019
Petição

24/04/2019
Petição

23/04/2019
Petição

23/04/2019
Certidão

23/04/2019
Juntada a petição nº

23/04/2019
Juntada a petição nº

Juntada a petição nº

23/04/2019
Certidão

23/04/2019
Expedido Ofício nº

23/04/2019
Despacho

23/04/2019
Decisão (segredo de justiça)

23/04/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

23/04/2019
Juntada a petição nº

23/04/2019
Juntada a petição nº

23/04/2019
Petição

23/04/2019
Petição

23/04/2019
Petição

23/04/2019
Petição

19/04/2019
Comunicação assinada

16/04/2019
Decisão (segredo de justiça)

16/04/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

16/04/2019
Juntada a petição nº

16/04/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

16/04/2019
Decisão (segredo de justiça)

16/04/2019
Petição

16/04/2019
Conclusos à Presidência

16/04/2019
Despacho

16/04/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

16/04/2019
Certidão

16/04/2019
Juntada a petição nº

16/04/2019
Despacho

16/04/2019
Petição

16/04/2019
Petição

16/04/2019
Petição

16/04/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

16/04/2019
Certidão

16/04/2019
Despacho

15/04/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

15/04/2019
Certidão

15/04/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

15/04/2019
Juntada a petição nº

15/04/2019
Juntada a petição nº

15/04/2019
Juntada a petição nº

15/04/2019
Certidão

15/04/2019
Certidão

15/04/2019
Decisão (segredo de justiça)

15/04/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

15/04/2019
Certidão

15/04/2019
Decisão (segredo de justiça)

15/04/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

15/04/2019
Certidão

15/04/2019
Despacho

15/04/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

15/04/2019
Certidão

15/04/2019
Juntada a petição nº

15/04/2019
Juntada a petição nº

15/04/2019
Juntada a petição nº

15/04/2019
Petição

15/04/2019
Petição

15/04/2019
Petição

12/04/2019
Petição

12/04/2019
Petição

12/04/2019
Petição

10/04/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

10/04/2019
Juntada a petição nº

10/04/2019
Petição

09/04/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

09/04/2019
Juntada a petição nº

09/04/2019
Certidão

09/04/2019
Expedido Ofício nº

09/04/2019
Despacho

09/04/2019
Petição

04/04/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

04/04/2019
Juntada a petição nº

04/04/2019
Juntada a petição nº

04/04/2019
Juntada a petição nº

04/04/2019
Petição

04/04/2019
Petição

03/04/2019
Petição

Petição

03/04/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

03/04/2019
Juntada a petição nº

03/04/2019
Juntada a petição nº

03/04/2019
Juntada a petição nº

03/04/2019
Juntada a petição nº

03/04/2019
Petição

03/04/2019
Petição

03/04/2019
Petição

03/04/2019
Petição

03/04/2019
Certidão

03/04/2019
Expedido(a)

03/04/2019
Expedido(a)

03/04/2019
Decisão (segredo de justiça)

29/03/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

29/03/2019
Juntada a petição nº

29/03/2019
Petição

28/03/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

28/03/2019
Juntada a petição nº

28/03/2019
Juntada a petição nº

28/03/2019
Petição

28/03/2019
Petição

27/03/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

27/03/2019
Juntada a petição nº

27/03/2019
Petição

27/03/2019
Expedido(a)

26/03/2019
Expedido(a)

26/03/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

26/03/2019
Petição

26/03/2019
Expedido(a)

22/03/2019
Comunicação assinada

22/03/2019
Comunicação assinada

22/03/2019
Comunicação assinada

22/03/2019
Petição

21/03/2019
Petição

20/03/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

20/03/2019
Certidão

20/03/2019
Despacho

20/03/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

20/03/2019
Despacho

15/03/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

15/03/2019
Juntada a petição nº

15/03/2019
Petição

15/03/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

15/03/2019
Despacho

15/03/2019
Lançamento indevido

~~**15/03/2019**~~
~~**Conclusos ao(à) Relator(a)**~~

14/03/2019
Conclusos ao(à) Relator(a)

14/03/2019
Distribuído

14/03/2019
Autuado

14/03/2019
Protocolado

Decisões

Sessão virtual

Deslocamentos

Petições

Recursos

Pautas

05/09/2019
Pauta publicada no DJE - Plenário

Inq 4831

Processo Físico **Público**

Número Único: 0024271-86.2020.1.00.0000

INQUÉRITO
Origem: DF - DISTRITO FEDERAL
Relator: MIN. CELSO DE MELLO
Redator do acórdão:

AUTOR(A/S)(ES)	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S)	JAIR MESSIAS BOLSONARO (PRESIDENTE DA REPÚBLICA)
INVEST.(A/S)	SÉRGIO FERNANDO MORO (EX-MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA)

Informações

Assunto:

DIREITO PENAL | Crimes Contra a Administração da Justiça | Denunciação caluniosa

DIREITO PENAL | Crimes contra a Fé Pública | Falsidade ideológica

DIREITO PENAL | Crimes Contra a Administração da Justiça | Coação no curso do processo

DIREITO PENAL | Crimes Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral | Advocacia administrativa

DIREITO PENAL | Crimes Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral | Prevaricação

DIREITO PENAL | Crimes contra a Honra

Procedência

Data de Protocolo:

28/04/2020

Órgão de Origem:

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Origem:

DISTRITO FEDERAL

Número de Origem:

4829, 8802, 4831

Partes

AUTOR(A/S)(ES)
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S)(ES)
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

INVEST.(A/S)
JAIR MESSIAS BOLSONARO (PRESIDENTE DA REPÚBLICA)

INVEST.(A/S)
SÉRGIO FERNANDO MORO (EX-MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA)

Andamentos

01/05/2020
Comunicação assinada
OFÍCIO - DETERMINAÇÃO CUMPRIMENTO DESPACHO/DECISÃO - SEJ (ENVIO ELETRÔNICO)

01/05/2020
Comunicação assinada
OFÍCIO - COMUNICA DESPACHO/DECISÃO - SEJ (ENVIO ELETRÔNICO)

01/05/2020
Deferido
MIN. CELSO DE MELLO

Em 01.05.2020 "(...) Defiro, em termos, o pedido formulado pelo Senhor Procurador-Geral da República referente à comunicação, ao Serviço de Inquéritos – SINQ – da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DICOR – da Polícia Federal, dos nomes dos membros do “Parquet” indicados no último parágrafo da promoção do eminente Chefe do Ministério Público da União (Procuradores da República João Paulo Lordelo Guimarães Tavares, Antonio Morimoto e Hebert Reis Mesquita), que irão acompanhar a inquirição do Senhor Sérgio Fernando Moro e os demais atos e diligências a serem praticados no âmbito do presente inquérito. Determino, ainda, seja transmitido ao Senhor Procurador-Geral da República o teor integral da decisão por mim proferida em 30/04/2020, na qual acolhi, em parte, o pleito ontem deduzido por ilustres congressistas (PG/STF nº 26.627/2020). As comunicações ao Senhor Procurador-Geral da República e ao Serviço de Inquéritos – SINQ – da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DICOR – da Polícia Federal deverão ser efetivadas pela Secretaria Judiciária desta Corte pelo meio mais rápido possível, independentemente de ofício por mim assinado. Publique-se."

30/04/2020
Manifestacão da PGR

Vista PGR - Petição: 27436 em 30/04/2020 às 22:47:11 via Web Service MNI 2.2.2. - PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

30/04/2020

Determinada a diligência
"(...)Por tal motivo é que se impõe, na espécie, e como anteriormente enfatizei, a prévia audiência da douta Procuradoria-Geral da República sobre a realização das diligências investigatórias sugeridas pelos Senhores congressistas, ora requerentes. Para efeito da inquirição do Senhor Sérgio Fernando Moro, oficie-se ao Serviço de Inquéritos – SINQ – da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DICOR – da Polícia Federal, encaminhando-se-lhe cópia tanto da presente decisão quanto da petição do eminente Senhor Procurador-Geral da República (que deu início a este procedimento) e da petição dos Senhores congressistas protocolada nesta Corte (PG nº 26.627/2020). Publique-se. Brasília, 30 de abril de 2020 (20h50)."

30/04/2020
Petição
26627/2020 - 29/04/2020 - PETICIONADA PELO SISTEMA DE PETICIONAMENTO ELETRONICO V.3 - Alessandro Vieira e outros - solicitam providências.

30/04/2020
Petição
25896/2020 - 28/04/2020 - PETICIONADA PELO SISTEMA DE PETICIONAMENTO ELETRONICO V.3 - Luiz Paulo Teixeira Ferreira - solicita providências.

30/04/2020
Publicação, DJE
DJE nº 105, divulgado em 29/04/2020

29/04/2020
Expedido(a)
Ofício Eletrônico 5059/2020 - A Sua Excelência o Senhor ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA - COM CÓPIA DA PETIÇÃO INICIAL E DA DECISÃO - Data da Remessa: 29/04/2020

28/04/2020
Vista à PGR
para fins de intimação.

28/04/2020
Certidão
de vínculo do protocolado nº 25978/2020 à pet 8805.

28/04/2020
Despacho
referente ao protocolado nº 25978/2020.

28/04/2020

28/04/2020
Desentranhamento de peças
protocolados nºs 25616/2020, 25657/2020 e 25858/2020.

28/04/2020

Despacho
referente ao protocolado nº 25858/2020.

28/04/2020
Despacho
referente ao protocolado nº 25657/2020.

28/04/2020
Despacho
referente ao protocolado nº 25616/2020.

28/04/2020
Recebimento dos autos

28/04/2020
Comunicação assinada
OFÍCIO ELETRÔNICO - COMUNICA DECISÃO (ENVIO ELETRÔNICO)

28/04/2020
Petição
Manifestação - Petição: 25978 Data: 28/04/2020 às 15:35:29

28/04/2020
Vista à PGR para fins de intimação

28/04/2020
Distribuído por prevenção
MIN. CELSO DE MELLO. Prevenção do Relator/Sucessor: MIN. CELSO DE MELLO. Processo que justifica: Pet 8802. Justificativa legal: RISTF, art. 69, caput

28/04/2020
Autuado

28/04/2020
Protocolado
Reautuação do processo: Pet / 8802

Decisões

01/05/2020
Deferido
MIN. CELSO DE MELLO

Em 01.05.2020 "(...) Defiro, em termos, o pedido formulado pelo Senhor Procurador-

Geral da República referente à comunicação, ao Serviço de Inquéritos – SINQ – da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DICOR – da Polícia Federal, dos nomes dos membros do “Parquet” indicados no último parágrafo da promoção do eminente Chefe do Ministério Público da União (Procuradores da República João Paulo

Lordelo Guimarães Tavares, Antonio Morimoto e Hebert Reis Mesquita), que irão acompanhar a inquirição do Senhor Sérgio Fernando Moro e os demais atos e diligências a serem praticados no âmbito do presente inquérito. Determino, ainda, seja transmitido ao Senhor Procurador-Geral da República o teor integral da decisão por mim proferida em 30/04/2020, na qual acolhi, em parte, o pleito ontem deduzido por ilustres congressistas (PG/STF nº 26.627/2020). As comunicações ao Senhor Procurador-Geral da República e ao Serviço de Inquéritos – SINQ – da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DICOR – da Polícia Federal deverão ser efetivadas pela Secretaria Judiciária desta Corte pelo meio mais rápido possível, independentemente de ofício por mim assinado. Publique-se."

Sessão virtual

Deslocamentos

PROCESSOS ORIGINÁRIOS CRIMINAIS

Guia 2294947/2020 Enviado por PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA em 30/04/2020

Recebido em 30/04/2020

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Guia 2654/2020 Enviado por PROCESSOS ORIGINÁRIOS CRIMINAIS em 28/04/2020

PROCESSOS ORIGINÁRIOS CRIMINAIS

Enviado por AUTUAÇÃO, ANÁLISE DE PREVENÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS em 28/04/2020

AUTUAÇÃO, ANÁLISE DE PREVENÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS

Guia 6622/2020

Recebido em 28/04/2020

Guia 2292790/2020 Enviado por DIVERSOS em 28/04/2020

Recebido em 28/04/2020

Petições

27436/2020 Peticionado em 30/04/2020

Recebido em 30/04/2020 22:47:15 por PROCESSOS ORIGINÁRIOS CRIMINAIS

26627/2020 Peticionado em 30/04/2020

26627/2020 Peticionado em 29/04/2020

Recebido em 30/04/2020 14:13:39 por GABINETE MINISTRO CELSO DE MELLO

25896/2020 Peticionado em 28/04/2020

Recebido em 30/04/2020 14:13:39 por GABINETE MINISTRO CELSO DE MELLO

Recursos

Pautas

Ministro autoriza abertura de inquérito para investigar atos em favor do AI-5 e do fechamento de instituições republicanas

Em sua decisão, o ministro Alexandre de Moraes destaca a necessidade da verificação da existência de organizações e esquemas de financiamento de manifestações contra a Democracia.

21/04/2020 13h50 - Atualizado há



O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a instauração de inquérito, conforme requerido pela Procuradoria-Geral da República (PGR), e a realização das diligências solicitadas; mantendo a investigação em sigilo, como requerido pela PGR.

Em sua decisão, o ministro salientou que o fato, tal como narrado pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, revela-se gravíssimo, pois atentatório ao Estado Democrático de Direito brasileiro e suas instituições republicanas.

Apontou que a Constituição Federal não permite o financiamento e a propagação de ideias contrárias à ordem constitucional e ao Estado Democrático (CF, artigos 5º, XLIV; 34, III e IV), nem tampouco a realização de manifestações visando ao rompimento do Estado de Direito, com a extinção das cláusulas pétreas constitucionais – voto direto, secreto, universal e periódico; separação de poderes e direitos e garantias fundamentais (CF, artigo 60, parágrafo 4º) –, com a consequente instalação do arbítrio.

Salientou que a liberdade de expressão e o pluralismo de ideias são valores estruturantes do sistema democrático. A livre discussão, a ampla participação política e o princípio democrático estão interligados com a liberdade de expressão e por objeto não somente a

proteção de pensamentos e ideias, mas também opiniões, crenças, realização de juízo de valor e críticas a agentes públicos, no sentido de garantir a real participação dos cidadãos na vida coletiva.

Dessa maneira, são inconstitucionais, e não se confundem com a liberdade de expressão, as condutas e manifestações que tenham a nítida finalidade de controlar ou mesmo aniquilar a força do pensamento crítico, indispensável ao regime democrático. Também ofendem os princípios constitucionais aquelas que pretendam destruí-lo, juntamente com instituições republicanas, pregando a violência, o arbítrio, o desrespeito aos direitos fundamentais. Em suma, pleiteando a tirania.

A decisão concluiu ser imprescindível a verificação da existência de organizações e esquemas de financiamento de manifestações contra a Democracia e a divulgação em massa de mensagens atentatórias ao regime republicano, bem como as suas formas de gerenciamento, liderança, organização e propagação que visam lesar ou expor a perigo de lesão os Direitos Fundamentais, a independência dos Poderes instituídos e ao Estado Democrático de Direito, trazendo como consequência o nefasto manto do arbítrio e da ditadura.

GMAM//MA

BBC Account

M

Os 6 casos envolvendo aliados ou família de Bolsonaro que ficam em evidência com mudança de comando da PF

27 abril 2020



FLICKR FAMÍLIA BOLSONARO

As circunstâncias da saída do ex-ministro Sergio Moro do governo Jair Bolsonaro alimentaram questionamentos sobre como um novo comando na Polícia Federal poderia afetar casos que envolvem filhos e aliados do presidente.

Moro atribuiu sua saída do Ministério da Justiça a pressões que o presidente estaria exercendo sobre a Polícia Federal, que classificou de "inadequadas". Segundo o ex-juiz da Lava Jato, Bolsonaro chegou a pedir informações sobre investigações em andamento, ameaçando a autonomia da corporação.

Bolsonaro negou, no mesmo dia, que tenha tentado interferir na Polícia Federal (PF). "Nunca pedi para ele (Moro) que a PF me blindasse onde quer que fosse", disse o presidente. Ele afirmou, no entanto, que **pediu informações sobre as atividades da PF a Moro para "bem decidir o futuro dessa nação"**.

A exoneração de Maurício Valeixo do cargo de diretor-geral da Polícia Federal foi publicada na sexta-feira (24/04). Alexandre Ramagem, atual diretor da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), é apontado como provável novo diretor-geral da Polícia Federal.

No domingo (26/04), Bolsonaro respondeu "e daí?", em rede social, a uma mensagem que dizia que Alexandre Ramagem é amigo dos filhos do presidente.

Talvez também te interesse



Quais são as investigações que envolvem os filhos de Bolsonaro?



O que é a Lei de Segurança Nacional, evocada pelo Ministério Público para pedir investigação de protestos pró-ditadura



Alexandre de Moraes suspende nomeação de Ramagem para o comando da Polícia Federal





O acordo de Bolsonaro com o Congresso para recuperar o controle sobre os R$ 30,1 bilhões do Orçamento

"E daí? Antes de conhecer os meus filhos eu conheci o Ramagem. Por isso deve ser vetado? Devo escolher alguém amigo de quem?", escreveu Bolsonaro.

Interferências?

A Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), que representa quase 15 mil policiais federais de todo o país, divulgou nota na qual diz que "a Polícia Federal é uma polícia de Estado e não de governo e, por isso, acredita e defende que jamais a instituição deve ser atingida por interferências políticas".

O presidente da Fenapef, Luís Antônio Boudens, disse à BBC News Brasil que a federação vai reforçar a vigilância sobre eventuais tentativas de interferência política.

"Aumenta o nosso cuidado nosso com a preservação de policiais envolvidos nas investigações. Nossa vigilância será mais atenta", afirmou.

Ele reforça que é prerrogativa do presidente da República escolher o diretor-geral da PF, mas disse que "se cria um alerta" quando se fala em relação de amizade. "Nós não consideramos, a não ser que haja motivação descoberta, que a troca de diretor-geral é uma interferência. Isso é previsto em lei, não há que se falar em atropelo".

Quando se fala em eventual tentativa de intervenção na PF para minar investigações, os dois pontos centrais, segundo Boudens, são mudanças em equipes de investigadores e algum tipo de corte desproporcional de verbas para áreas da Polícia Federal.

"A remoção de policiais de equipe de investigação sem motivo plausível é algo que geraria suspeita", explica Boudens.

Veja, a seguir, 6 casos que envolvem pessoas próximas ao presidente Jair Bolsonaro e que têm alguma relação com a Polícia Federal:



ADRIANO MACHADO/REUTERS

1. CPMI das fake news

Dois filhos do presidente Jair Bolsonaro - Carlos Bolsonaro, vereador do Rio, e Eduardo Bolsonaro, deputado federal - são investigados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das Fake News.

Depoimentos à comissão denunciaram a participação de Carlos e Eduardo em campanhas na internet para atacar adversários políticos, com uso frequente de notícias falsas.

Alvo de ataques em sites e redes sociais, a deputada federal e ex-líder do governo Joice Hasselmann (PSL-SP) apresentou um dossiê à comissão e acusou Carlos e Eduardo

Bolsonaro de impulsionar os ataques. Outro deputado federal, Alexandre Frota (PSDB-SP), também alvo de ataques e outro ex-aliado, fez acusações semelhantes.

Frota disse que documentos enviados pelo Facebook à Câmara implicavam Eduardo Guimarães, um assessor de Eduardo, no esquema de ataques virtuais. Segundo Frota, os documentos revelaram que o computador de Guimarães está vinculado à conta do Instagram Bolsofeios, que faz vários ataques contra jornalistas e críticos do governo.

Eduardo Bolsonaro disse desconhecer qualquer vínculo entre seu assessor e a conta.

A BBC News Brasil perguntou ao gabinete de Carlos qual sua posição em relação às denúncias, mas não obteve resposta.

O trabalho da CPMI foi reforçado, desde o fim do ano passado, por um delegado e um perito criminal especializados em crime cibernético.

Em 22 de abril, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM), determinou a suspensão dos prazos da comissão durante a pandemia do coronavírus. Com a decisão, que contraria os interesses da família Bolsonaro, os congressistas terão mais tempo para investigar o tema.

O presidente da CPI Mista das Fake News, senador Angelo Coronel (PSD-BA), já disse que pretende convocar Moro para falar à comissão.

2. Inquérito das fake news

O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a abertura de uma investigação sobre ataques a membros da corte e do Congresso. A investigação, que tramita em sigilo, teve acesso às informações colhidas pela CPMI das Fake News e pode se tornar outra fonte de preocupação para Eduardo e Carlos Bolsonaro.

Embora a tramitação seja sigilosa, alguns resultados já foram divulgados pela imprensa. Segundo a Folha de S.Paulo, a Polícia Federal identificou Carlos Bolsonaro como um dos articuladores de um esquema criminoso de fake news. E, segundo o Estadão, foram identificados empresários bolsonaristas que estariam financiando ataques contra ministros da Corte nas redes sociais.

Após a saída de Moro com acusações contra Bolsonaro, o ministro do STF Alexandre de Moraes, que é relator do caso, determinou que o comando da Polícia Federal mantenha nos postos os delegados da PF que trabalham nesse caso. A medida foi vista como uma forma de evitar que uma eventual substituição na direção-geral da PF influencie a investigação.

Boudens, da Fenapef, diz que o ministro do Supremo foi ágil. "Podemos até questionar constitucionalmente aquilo, porque a PF que teria que decidir sobre seus próprios coordenadores, mas entendo que ele acertou ao tomar a medida como preventiva".



DIVULGAÇÃO

3. Investigação de atos pró-golpe

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, autorizou a abertura de inquérito para investigar as manifestações realizadas no dia 19 de abril. O pedido de investigação foi feito pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, para apurar se houve ato contra a democracia por deputados federais, o que justifica a competência do STF no caso. Este inquérito também está sob sigilo.

Nessa data, o presidente Jair Bolsonaro fez pronunciamento a manifestantes em frente ao Quartel General do Exército. Entre os manifestantes, havia defensores do fechamento do Congresso, do STF e de um novo AI-5, o ato institucional que endureceu o regime militar e suprimiu direitos e liberdades. O presidente não está no pedido de inquérito.

Também em relação a essa investigação, o ministro Alexandre de Moraes, que é relator e responsável por coordenar as investigações junto à Polícia Federal, determinou que a PF mantenha nos postos os delegados que já trabalham no caso.

4. Caso Queiroz e a Superintendência da PF no Rio

Em agosto de 2019, Bolsonaro anunciou a troca de superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro: Ricardo Saadi foi substituído por Carlos Henrique Oliveira. O presidente mencionou problemas de "gestão e produtividade", mas a instituição negou problemas de desempenho da chefia.

Embora o superintendente da PF no Rio não tivesse ingerência sobre casos envolvendo a família Bolsonaro, houve uma avaliação de que Bolsonaro trocou o superintendente porque a atuação de Saadi estava em sintonia com autoridades que lidavam com o Caso Queiroz — que investiga supostos elos entre milícias do Rio de Janeiro — no âmbito estadual, com o Ministério Público do Rio de Janeiro.

Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e amigo de Jair Bolsonaro desde a década de 1980, passou a ser investigado em 2018 depois que o Coaf (atual Unidade de Inteligência Financeira) identificou diversas transações suspeitas.

Segundo o órgão, Queiroz movimentou R$ 1,2 milhão entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017, valor que seria incompatível com seu patrimônio e ocupação, e recebeu transferências em sua conta de sete servidores que passaram pelo gabinete de Flávio.

Essas movimentações atípicas, que vieram à tona num braço da Operação Lava Jato, levaram a uma investigação do Ministério Público do Rio de Janeiro. Há a suspeita de que as transferências se devessem a um esquema de "rachadinha", no qual parte dos salários dos assessores seria devolvida a Flávio ou destinada a outro fins, o que Flávio nega.

Flávio recorreu ao Supremo Tribunal Federal para barrar a apuração, mas foi derrotado, e as investigações foram retomadas por decisão do ministro Gilmar Mendes.

Na semana passada, em outro revés para o senador, o ministro Felix Fischer, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou um pedido para que as investigações fossem suspensas.

Para os investigadores, Flávio Bolsonaro é chefe de uma organização criminosa que atuou em seu gabinete na Assembleia Legislativa entre 2007 e 2018, e parte dos recursos movimentados no esquema foi lavada em uma franquia de chocolate da qual ele é sócio.

Promotores investigam ainda se a "rachadinha" teria sido usada para financiar uma milícia que era comandada pelo ex-policial Adriano Nóbrega, morto em fevereiro.

Danielle Mendonça, ex-mulher de Nóbrega, trabalhou como assessora de Flávio. Em conversas de WhatsApp acessadas pelos investigadores, ela disse que o ex-marido ficava com parte do salário que ela recebia do gabinete.

Flávio é investigado sob suspeita de peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Não há informações detalhadas sobre os próximos passos nem previsão de conclusão porque os processos correm sob sigilo.

O senador nega ter cometido qualquer ilegalidade no caso.

"Fabricio Queiroz trabalhou comigo por mais de dez anos e sempre foi da minha confiança. Nunca soube de algo que desabonasse sua conduta", disse, no Twitter, quando o caso veio à tona. "Tenho meu passado limpo e jamais cometi qualquer irregularidade em minha vida. Tudo será provado em momento oportuno dentro do processo legal", afirmou Flávio em nota.

No domingo (26/04), em meio às negociações sobre novos nomes para assumir a PF e o Ministério da Justiça, Bolsonaro recebeu no Palácio da Alvorada o advogado Frederick Wassef, que advoga para Flavio Bolsonaro no caso Queiroz. Não houve declaração à imprensa.

5. Adélio Bispo

No pronunciamento em que rebateu acusações de Moro, Bolsonaro disse que o ex-ministro se preocupou mais com o caso do assassinato da vereadora Marielle Franco do que com o atentado sofrido por ele durante campanha presidencial.

A pressão de Bolsonaro sobre o caso Adélio Bispo, autor do atentado a faca, será o primeiro problema para o novo diretor da PF. Segundo a coluna Painel, da Folha de S.Paulo, a avaliação interna entre os policiais federais é que já houve intensa investigação neste caso, mas que não foi encontrado um mandante.

Ainda está pendente, no entanto, a decisão do STF de autorizar ou não investigações em documentos e equipamentos recolhidos com advogados de Adélio. Caberá aos ministros do Supremo decidir se, neste caso, a PF terá permissão para periciar um celular e outros materiais apreendidos no escritório do advogado Zanone Manuel de Oliveira, que defende Adélio.

A investigação dos materiais que estavam com Zanone foi suspensa após a Justiça atender a um pedido da Ordem dos Advogados do Brasil, que argumentou que vasculhar informações de um advogado violaria o sigilo profissional garantido pela Constituição.

Bolsonaro e seus advogados defendem que essa perícia poderia ajudar a elucidar o episódio.

Adélio está preso desde o atentado, em setembro de 2018.

6. Secretário de Comunicação de Bolsonaro

No início deste ano, **a Polícia Federal abriu inquérito para investigar supostas irregularidades cometidas pelo secretário de Comunicação Social da Presidência da República**, Fábio Wajngarten. O inquérito também tramita em sigilo.

O pedido do Ministério Público Federal diz que o objetivo é investigar indícios de corrupção, peculato e advocacia administrativa (quando o gestor usa cargo público para defender interesses privados).

O caso de Wajngarten veio à tona a partir de uma série de reportagens publicadas pelo jornal Folha de S.Paulo desde meados de janeiro.

O veículo revelou que ele, mesmo com cargo público, segue como o principal sócio de uma empresa que presta consultoria e recebe dinheiro de TVs e empresas de publicidade contratadas pela secretaria comandada por ele. Esse cenário implicaria conflito de interesse.

Wajngarten nega todas as acusações e diz que a investigação servirá para provar sua inocência.

- **Clique para assinar o canal da BBC News Brasil no YouTube**

Já assistiu aos nossos novos vídeos no YouTube? Inscreva-se no nosso canal!

Tópicos relacionados

Brasil **Polícia Federal do Brasil** **Política** **Jair Bolsonaro**

Compartilhar Sobre compartilhar

Voltar ao topo

Notícias relacionadas

Quais são as investigações que envolvem os filhos de Bolsonaro?
24 abril 2020

Demissão de Moro: Não se pode 'subestimar Bolsonaro', diz brasilianista
26 abril 2020

Moro pulou do navio antes do 'Titanic afundar de vez', diz analista americana
25 abril 2020

Brasil terá de explicar graves acusações que levaram a renúncia de Moro, diz dirigente anticorrupção da OCDE

25 abril 2020

Principais notícias

No Maranhão, casos de covid-19 se multiplicam e pobreza dificulta combate à doença
Justiça impõe lockdown em São Luís, com UTIs semilotadas e capital do Estado com maior número de pessoas na pobreza do Brasil; secretário relata dificuldade em promover isolamento: 'como vou falar para a pessoa ficar em casa, sabendo que ela mora em um cômodo com 7 pessoas, dormindo no mesmo colchão?'
1 maio 2020

Dia do trabalhador sem estatística de emprego: governo não divulga número de contratações e demissões desde janeiro
1 maio 2020

Primeiro de Maio: como o Dia do Trabalhador foi 'apropriado' por Getúlio Vargas
30 abril 2020

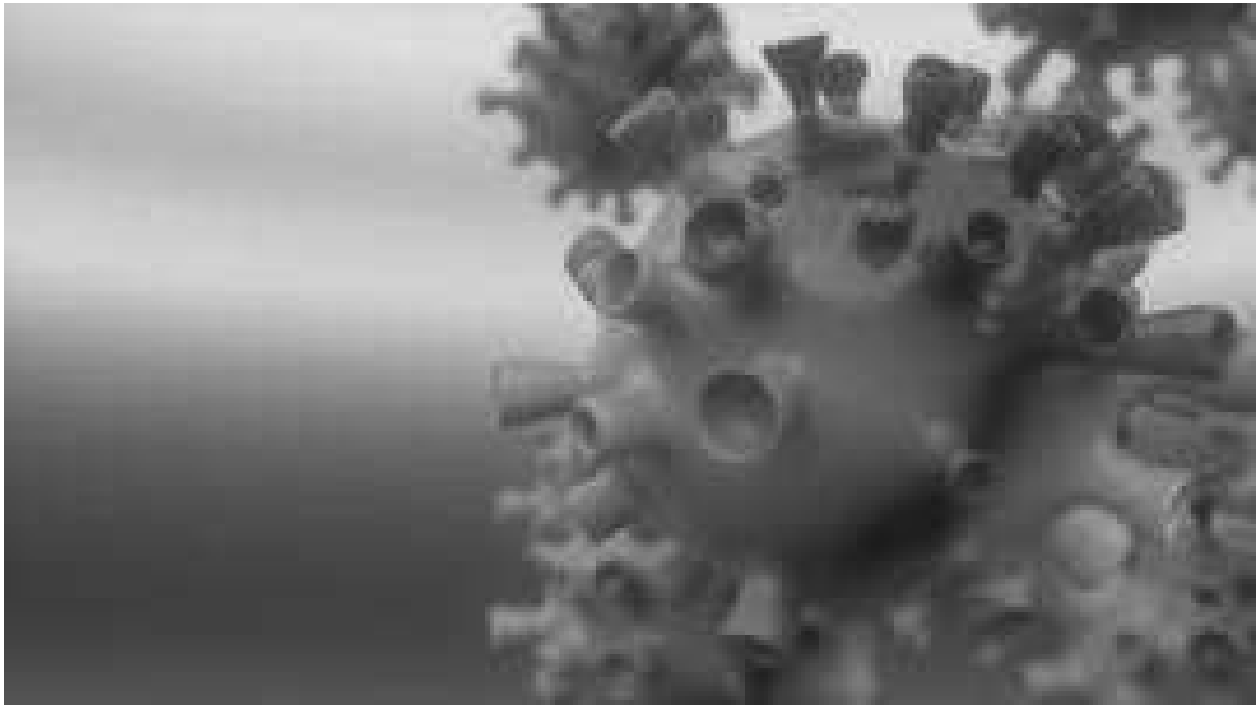
Leia mais



Como cidade espanhola se fechou e conseguiu bloquear o vírus



Não se pode fazer política ignorando a Ciência, diz ex-presidente do Chile



Médicos britânicos investigam se coronavírus está causando 'choque tóxico' em crianças



Trump afirma que Brasil tem 'surto' de coronavírus e repete que poderá banir voos do país



O motorista de aplicativo com covid-19 que foi despejado e morreu sem teto



Coronavírus: mitos sobre a covid-19 que você deveria ignorar



'Estamos sós no universo?': por que vídeos de óvnis divulgados pelos EUA não ajudam a solucionar mistério



'Pneumonia silenciosa' que dificulta diagnóstico de casos graves de covid-19 intriga médicos: 'Eles falavam no celular'

Mais lidas

Mortos por coronavírus: por que a Belgica tem a maior taxa de mortalidade por covid-19 no mundo **1**

Coronavírus: o mapa que mostra o alcance mundial da doença **2**

Dia do Trabalhador ou Dia do Trabalho? Como o Primeiro de Maio foi 'apropriado' por Getúlio Vargas **3**

'Pneumonia silenciosa' que dificulta diagnóstico de casos graves de covid-19 intriga médicos: 'Eles falavam no celular' **4**

Sintomas do coronavírus: quais os novos sinais de covid-19 que as autoridades americanas acrescentaram à lista 5

'Isso nao é a peste negra; não é como se não tivéssemos ideia do que está matando as pessoas', diz Harari 6

Coronavírus no Maranhão: casos de covid-19 se multiplicam e pobreza dificulta combate à doença 7

Autoridades americanas comemoram 'efeito certeiro' de remédio contra coronavírus 8

Coronavírus: por que número de casos quase dobrou em uma semana em Blumenau? 9

Coronavírus: qual a fórmula da Costa Rica, país com menor número de mortes por covid-19 na América Latina 10

Navegação na BBC

News
Weather
Arts
Sport
Radio

Termos de uso
Privacidade
Accessibility Help
Contate a BBC
Sobre a BBC
Cookies
Parental Guidance
Get Personalised Newsletters

Anuncie na BBC Opções para propagandas

Copyright © 2020 BBC. A BBC não se responsabiliza pelo conteúdo de outros sites. **Leia mais sobre nossa política para links externos.**

FOLHA DE S.PAULO

★★★

Família, adversários e fake news; entenda obsessão de Bolsonaro pela PF no RJ e em PE

Em despedida, Moro disse que o presidente queria trocar superintendentes da Polícia Federal no Rio e em Pernambuco

28.abr.2020 às 16h19

Atualizado: 29.abr.2020 às 15h13

EDIÇÃO IMPRESSA (https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/04/29/)

Camila Mattoso (https://www1.folha.uol.com.br/autores/camila-mattoso.shtml)

BRASÍLIA Em seu pronunciamento de despedida (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/sergio-moro-o-juiz-da-lava-jato-anuncia-sua-demissao-do-governo-bolsonaro.shtml) do Ministério da Justiça, Sergio Moro mencionou que, além do diretor-geral, o presidente Jair Bolsonaro também queria trocar os superintendentes da Polícia Federal no Rio de Janeiro, esse pela segunda vez, e em Pernambuco.

O ex-juiz da Lava Jato não expôs quais seriam os motivos do interesse do presidente, mas afirmou que não lhe foram apresentadas (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/ao-anunciar-demissao-moro-critica-interferencia-de-bolsonaro-na-pf-e-destaca-autonomia-em-gestoes-do-pt.shtml) razões ou causas aceitáveis para esse tipo de substituição.

A preocupação com investigações sobre sua família, desconhecimento sobre processos, síndrome de perseguição, inimigos políticos e fake news são alguns dos principais pontos elencados por pessoas ouvidas pela **Folha** para tentar desvendar o que há no Rio e em Pernambuco.

Entenda, a seguir, o que há em jogo pela Polícia Federal nesses dois estados.

★

NETSHOES Netshoes
Sponsored



Tênis Reebok Flashfilm 2.0 Masculino

Compre!

Reduto político

Capitão reformado do Exército e defensor de pautas das forças de segurança desde o início da vida política, Bolsonaro sempre manteve contato com agentes e delegados das polícias. O filho Eduardo virou escrivão da PF, o que também estreitou laços. No Rio, onde a família mora, a aproximação foi ainda maior.

A candidatura a presidente levou ao auge das relações principalmente com integrantes da Polícia Federal, que faziam sua segurança diária, equipe que chegou a ser coordenada por Alexandre Ramagem (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/saiba-quem-e-alexandre-ramagem-amigo-dos-filhos-de-bolsonaro-e-novo-chefe-da-policia-federal.shtml) a partir do fim de outubro de 2018 —cuja nomeação para a diretoria-geral da PF, feita pelo presidente, foi suspensa pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes. Bolsonaro desistiu da indicação após revés no tribunal.

Segundo relatos, bastidores da Superintendência da PF no Rio, intrigas entre grupos e outras ocorrências passaram a chegar rapidamente a Bolsonaro desde a campanha.

Depois, as relações foram mantidas, e os assuntos viraram mais importantes, principalmente após vir à tona a investigação de seu filho Flávio e também pelo fato de seu mandato ter começado no Planalto.

A presença ou ausência do chefe da PF no edifício do órgão era motivo de perguntas por parte do presidente, por exemplo. Funções de delagados específicos também viravam alvo de reclamações de Bolsonaro.

Investigação da 'rachadinha'

A apuração (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/fabricio-queiroz-e-ex-assessores-de-flavio-bolsonaro-sao-alvo-de-operacao-no-rio.shtml) no gabinete de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio começou após um relatório federal apontar movimentação de R$ 1,2 milhão na conta do ex-assessor Fabrício Queiroz, de janeiro de 2016 a janeiro de 2017. Queiroz é um policial militar aposentado e antigo amigo de Bolsonaro.

A suspeita do MP do Rio é a de que o dinheiro seja de um esquema de “rachadinha” (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/flavio-lavou-ate-r-23-milhoes-com-imoveis-e-loja-de-chocolate-diz-promotoria.shtml) —quando funcionários são coagidos a devolver parte de seus salários aos deputados.

Esse caso, especificamente, não está com a PF, mas o órgão tocava na época investigações envolvendo personagens em comum. Aliados do presidente, no entanto, divulgam por diversas vezes que a polícia possui uma série de informações deste assunto, guardadas em sigilo.

Flávio é investigado desde janeiro de 2018 sob a suspeita de recolher parte do salário de seus empregados na Assembleia de 2007 a 2018. Os crimes em apuração são peculato, lavagem de dinheiro, ocultação de patrimônio e organização criminosa.

A apuração contra o senador começou após relatório federal indicar movimentação financeira atípica de Queiroz, então assessor e espécie de chefe de gabinete de Flávio.

Além do volume movimentado, de R$ 1,2 milhão em um ano, chamou a atenção a forma com que as operações se davam: depósitos e saques em dinheiro vivo em datas próximas do pagamento de servidores da Assembleia.

Queiroz, que hoje mora em São Paulo para o tratamento de um câncer, afirmou que recebia parte dos valores dos salários dos colegas de gabinete. Ele diz que usava esse dinheiro para remunerar assessores informais de Flávio, sem conhecimento do então deputado estadual. A sua defesa, contudo, nunca apontou os beneficiários finais dos valores.

Queiroz era amigo do ex-policial militar e miliciano Adriano da Nóbrega, chamado de herói pelo presidente Bolsonaro e ligado ao gabinete de seu filho Flávio. Adriano esteve foragido por mais de um ano até março passado, quando foi morto (https://painel.blogfolha.uol.com.br/2020/02/09/miliciano-ligado-a-flavio-bolsonaro-e-morto-em-operacao/) durante uma operação policial na Bahia.

De 2007 até Flávio se mudar para o Senado, Adriano teve parentes nomeados no antigo gabinete na Assembleia. Primeiro foi a então mulher e, em 2016, a mãe. Queiroz disse ser o responsável pela indicação das duas.

Declaração de bens de Flávio Bolsonaro

Flávio Bolsonaro era alvo de um procedimento (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/transacoes-imobiliarias-de-flavio-bolsonaro-viram-alvo-de-investigacao-eleitoral.shtml) sobre falsidade ideológica eleitoral por suposta ocultação de patrimônio na declaração de bens à Justiça eleitoral em 2014. A PF investigava se ele teria declarado um imóvel pelo valor abaixo do real.

Ao concluir o inquérito, no início deste ano, o delegado Erick Blatt apontou que não havia indícios do crime eleitoral e também de lavagem de dinheiro. Segundo pessoas que acompanharam o caso, havia uma expectativa que ele aprofundasse e esgostasse as possibilidades para terminar sua apuração.

Como a investigação havia se ampliado desde quando ela começou, a avaliação interna na polícia é a de que havia possibilidade legal de que ele avançasse em outros pontos, o que ele não fez. A conclusão de Blatt não afetou a apuração sobre "rachadinha", que está no Ministério Público do Rio.

Queiroz é citado

A Superintendência da PF no Rio tem aberto inquérito com base em relatório federal de inteligência financeira em que o nome Queiroz é mencionado. Ele não é alvo da apuração, mas seu antigo advogado, Paulo Klein, protocolou pedido para ter acesso aos autos em setembro do ano passado.

Funcionários fantasma Carlos Bolsonaro

O Ministério Público do Rio de Janeiro abriu em setembro do ano passado (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/promotoria-investiga-carlos-bolsonaro-por-suposto-uso-de-funcionarios-fantasmas.shtml) dois procedimentos para investigar o vereador Carlos Bolsonaro (PSC) pela suspeita do uso de funcionários fantasmas em seu gabinete e da prática de "rachadinha" —quando o

servidor devolve parte do salário para o parlamentar. A informação sobre a abertura dos procedimentos foi divulgada pela revista Época e confirmada pela **Folha**.

Da mesma maneira que ocorre com outros casos, aliados de Bolsonaro também por vezes afirmam que a investigação está com a Polícia Federal.

Episódio Hélio Negão

A primeira crise que atingiu a PF teve como um dos panos de fundo uma investigação de crimes previdenciários que supostamente envolvia um dos grandes aliados de Bolsonaro, o deputado federal Hélio Negão (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/sombra-de-bolsonaro-helio-negao-e-aconselhado-a-reivindicar-ministerio.shtml) (PSL-RJ).

Como mostrou a **Folha**, um despacho de um delegado responsável pelo inquérito causou confusão e virou alvo de apuração, a pedido, na época, de Sergio Moro, pressionado pelo presidente.

O documento recuperava casos de anos anteriores para levantar a possibilidade de um homem citado no inquérito ser, na verdade, o parlamentar. Em seguida, no entanto, dizia que não era, mas mandara o caso para os órgãos de inteligência e também decretara sigilo —dois procedimentos considerados fora do padrão para o tipo de investigação.

A desconfiança da cúpula da polícia era que se tratava de uma fraude, com o objetivo de gerar desconfiança na PF do Rio.

Segundo integrantes da polícia, esse não foi o único, mas ajudou a derrubar Ricardo Saadi (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/apuracao-do-caso-queiroz-ajudou-a-derrubar-diretor-da-pf-rj.shtml), demissão anunciada por Bolsonaro em

entrevista na frente do Palácio da Alvorada, em Brasília, em agosto do ano passado.

Antes de vir à tona, o presidente chegou a dizer à imprensa que estavam tentando prejudicá-lo, mostrando ter informações de bastidores do que ocorria no órgão.

Depoimento do porteiro

Também está com a PF do Rio investigação sobre denunciação caluniosa contra Bolsonaro envolvendo o porteiro do condomínio em que o presidente morava (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/entenda-o-que-se-sabe-sobre-bolsonaro-e-o-caso-marielle-e-veja-perguntas-sem-resposta.shtml).

O funcionário afirmou, em depoimento no inquérito que apura as mortes da vereadora Marielle Franco (PSOL) e de seu motorista, Anderson Gomes, que foi o hoje presidente (à época deputado) quem autorizou a entrada de um dos acusados pelo assassinato a entrar no condomínio para encontrar o PM aposentado Ronnie Lessa, também réu na ação penal de homicídio, no dia do crime.

Gravação do sistema de interfone do condomínio e a presença registrada de Bolsonaro na Câmara dos Deputados naquele dia contradisseram o porteiro. Confrontado com as informações, ele afirmou à PF ter se equivocado no depoimento para a Polícia Civil. O inquérito ainda não foi concluído.

Em fevereiro deste ano foi concluído um laudo do ICCE (Instituto de Criminalística Carlos Éboli) (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/gravacoes-em-portaria-de-bolsonaro-nao-sofreram-adulteracao-aponta-pericia.shtml), da Polícia Civil do Rio, realizado em cinco HDs apreendidos no condomínio, onde moravam tanto Bolsonaro como o policial militar aposentado Ronnie (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/policia-apreende-computador-na-administracao-de-condominio-de-bolsonaro.shtml)Lessa (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/policia-apreende-computador-na-administracao-de-condominio-de-bolsonaro.shtml), um dos acusados e preso pelo

homicídio. O laudo aponta que o porteiro que interfonou para (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/gravacoes-em-portaria-de-bolsonaro-nao-sofreram-adulteracao-aponta-pericia.shtml)Lessa (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/gravacoes-em-portaria-de-bolsonaro-nao-sofreram-adulteracao-aponta-pericia.shtml) não é o mesmo que prestou depoimento apontando o envolvimento de Bolsonaro.

Governo Witzel

No episódio envolvendo o porteiro, o presidente chegou a insinuar que o ocorrido era parte de um plano do governador Wilson Witzel (PSC-RJ). Antes aliados, os dois viraram inimigos políticos desde o final do ano passado.

A partir disso, nos bastidores, Bolsonaro reclamava de que o adversário não virava alvo de investigações. Seus contatos na PF também inflamavam a irritação, dizendo que tipo de apuração poderia vir a ser feita para atender os anseios do presidente e espalhavam que os trabalhos não andavam como deveriam.

Política em Pernambuco

A delegada Carla Patrícia Cintra Barros da Cunha tomou posse como chefe da PF no dia 13 de dezembro do ano passado. Sua indicação é um dos raros casos de ruptura de forte tradição da polícia: comandar uma superintendência no estado em que nasceu como primeira experiência de chefia regional.

Carla começou como estagiária, virou escrivã da PF e depois assumiu chefias diversas, como a Executiva e de Combate ao Crime Organizado. Antes de tomar posse, no entanto, ela estava fora do órgão, em um cargo de confiança do governo Paulo Câmara (PSB).

O governador participou da cerimônia e tirou fotos. O fato e as imagens deste dia são usados por bolsonaristas em redes sociais para acusar a PF de não investigar a gestão estadual.

Câmara, que é da oposição, e Bolsonaro já tiveram desavenças públicas diversas vezes desde o início do governo. Para policiais federais, o interesse pela cadeira da chefia regional faz com que adversários usem a questão política para convencer o presidente de que uma substituição é necessária.

Caso da família Bezerra

Dias antes de Carla assumir, a PF realizou uma grande operação contra desvios de recursos públicos de obras do Nordeste. O senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) e seu filho, o deputado Fernando Coelho Filho (DEM-PE) foram alvos de busca e apreensão.

Bezerra já era na época líder do governo Jair Bolsonaro no Senado. A PF conseguiu autorização do STF para entrar no Congresso e vasculhar os gabinetes dos dois parlamentares (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/pf-diz-ter-encontrado-arquivo-de-doadores-ocultos-em-gabinete-de-lider-de-bolsonaro.shtml).

Os celulares de ambos foram recolhidos na operação. Eles deram as senhas.

Na época, comentava-se que os dois faziam parte de grupos com demais deputados e senadores, o que causou apreensão em um primeiro momento. Falava-se no Congresso também que Bezerra trocava mensagens com frequência com os filhos do presidente.

Tempos depois, no entanto, reportagem da Veja revelou materiais colhidos na busca fizeram a PF passar a suspeitar de algum vazamento da ação. A perícia encontrou uma nota oficial enviada pelo advogado de Bezerra na noite anterior ao mandado ser cumprido —a defesa nega irregularidade e diz que sempre faz isso para "caso ocorra alguma coisa".

A investigação está nas mãos do grupo de delegados que cuida de inquéritos que estão no Supremo Tribunal Federal. O início do caso, porém, foi em Pernambuco, com uma delação premiada de um empresário no meio de outra apuração, envolvendo o ex-governador Eduardo Campos, que morreu em um acidente de avião.

Laranjas

Pernambuco é um dos focos das candidaturas de laranjas do PSL, partido pelo qual o presidente Bolsonaro foi eleito.

Em novembro passado, a Polícia Federal indiciou o deputado federal Luciano Bivar (PSL-PE) e três mulheres de Pernambuco por suposta participação em (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/entenda-as-evidencias-e-as-versoes-dos-envolvidos-em-esquema-de-laranjas-do-psl.shtml) esquema de candidaturas de laranjas (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/entenda-as-evidencias-e-as-versoes-dos-envolvidos-em-esquema-de-laranjas-do-psl.shtml) para desviar verba pública do partido.

Os quatro foram indiciados sob suspeita dos crimes de falsidade ideológica eleitoral, apropriação indébita de recurso eleitoral e associação criminosa —com penas de 5, 6 e 3 anos de prisão, respectivamente.

A investigação sobre as candidaturas de laranjas da legenda teve início depois de a **Folha** revelar a existência do esquema em Pernambuco, em uma série de reportagens publicadas desde fevereiro. O jornal também mostrou que a mesma articulação ocorreu em Minas Gerais.

A PF apurou se o partido cometeu irregularidades na campanha de 2018 ao apresentar candidaturas de mulheres apenas para cumprir a cota mínima obrigatória de 30%.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (https://login.folha.com.br/newsletter)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/familia-adversarios-e-fake-news-entenda-obsessao-de-bolsonaro-pela-pf-no-rj-e-em-pe.shtml

globo.com g1 globoesporte gshow vídeos

ASSINE JÁ MINHA CONTA E-MAIL ENTRAR ›

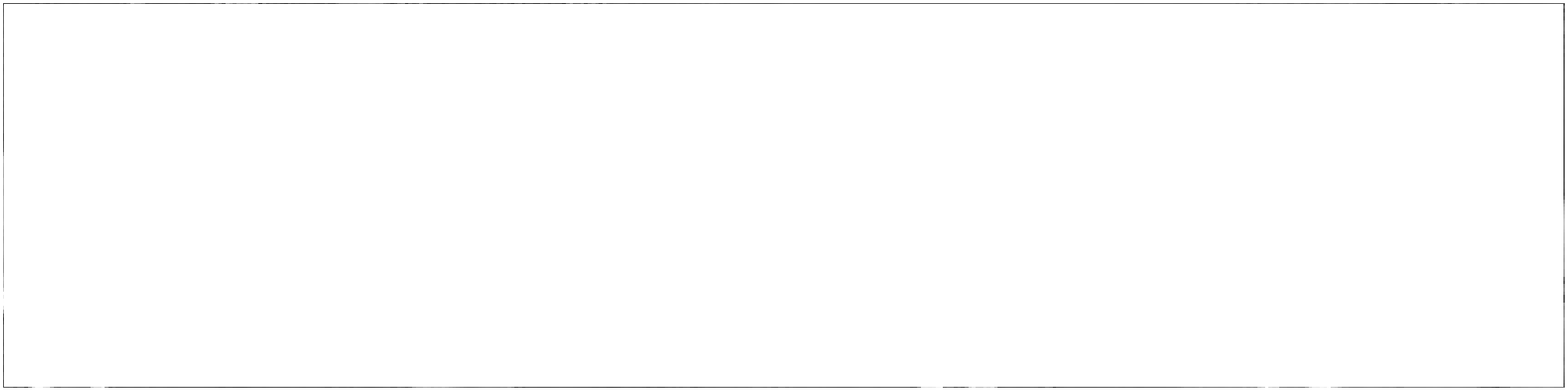
POLÍTICA

Veja e leia a íntegra do pronunciamento de Bolsonaro sobre a saída de Moro do governo

Presidente fez manifestação no Palácio do Planalto em resposta à fala de Sergio Moro pela manhã. O ex-ministro disse que deixou o governo em razão de interferência do presidente na PF.

Por G1 — Brasília

24/04/2020 20h28 · Atualizado há uma semana





CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Assista no vídeo acima e leia abaixo a íntegra do pronunciamento em que o **presidente Jair Bolsonaro fala sobre a saída do governo do ministro Sergio Moro**, da Justiça e Segurança Pública, e a demissão do diretor-geral da Polícia Federal, Mauricio Valeixo.

Íntegra

Senhores e senhoras, boa tarde. Meus ministros, imprensa, povo brasileiro que me assiste.

Sabia que não seria fácil. Uma coisa é você admirar uma pessoa. A outra, é conviver com ela, trabalhar com ela. Hoje pela manhã, por coincidência, tomando café com alguns parlamentares, eu lhes disse: "Hoje vocês conhecerão aquela pessoa que tem um compromisso consigo próprio, com seu ego e não com o Brasil."

O que eu tenho ao meu lado, e sempre tive, foi o povo brasileiro. Hoje, essa pessoa vai buscar uma maneira de botar uma cunha entre eu e o povo brasileiro. Isso aconteceu há poucas horas.

Um breve histórico. Todos nós conhecemos o senhor Sergio Moro das suas decisões lá da Vara Federal de Curitiba. A Lava Jato já existia, mas ninguém nega o seu brilhante trabalho.

Eu, pessoalmente, tive o primeiro contato com o senhor Sergio Moro no dia 30 de março de 2017 no Aeroporto de Brasília, onde ele estava parado numa lanchonete e eu fui cumprimentá-lo. Ele praticamente me ignorou. A imprensa toda noticiou isso, dando descrédito a minha pessoa.

Confesso que fiquei triste porque ele era um ídolo pra mim. Eu era apenas um deputado, humilde deputado, como é ou como são a maioria dos que estão no Parlamento brasileiro. Não vou dizer que chorei porque estaria mentindo, mas fiquei muito triste.

Para minha surpresa, alguns dias depois, eu estava em Parnamirim (RN) e recebi um telefonema dele onde, obviamente, a sua consciência tocou e ele conversou comigo sobre o episódio. Eu dei por encerrado o assunto, me senti, de certa forma, reconfortado.

O tempo passou. Eu, numa pré-campanha e ele com as suas sentenças em Curitiba. Com o passar do tempo, entrei em campanha, e como, do meu entendimento, não tinham como me deter, tentaram me assassinar.

Obviamente, isso marca a história de uma nação. Muito mais, a minha vida, a da minha família, e em especial da minha filha Laura, de 9 anos de idade. Acabou o primeiro turno e eu fui, fui... Passei para o segundo turno, com o senhor Fernando Haddad, do PT. Nesse ínterim, eu baixado no Einstein, em São Paulo, recebi uma ligação de uma pessoa que queria fazer com que o Sergio Moro fosse me visitar. Eu fiquei feliz, mas declinei. Ele não esteve comigo durante a campanha, eu não sei em quem ele votou no primeiro turno, e nem quero saber, o voto é sagrado e secreto. Mas eu, exatamente, evitei conversar com ele, naquele momento, entre o primeiro e segundo turno, porque, com certeza, essa visita se tornaria pública e eu não queria aproveitar do prestígio dele para conseguir a vitória no segundo turno.

Após, então, a nossa vitória, a vitória da democracia, da liberdade, das eleições livres, eu recebi o senhor Sergio Moro na minha casa, na Barra da Tijuca. Presente ao meu lado, o senhor Paulo Guedes, o homem que eu já havia escolhido para ser ministro da Economia, e, ali, traçamos alguma coisa de como ele seria tratado caso aceitasse o nosso convite para ser ministro da Justiça. Obviamente, repito, ele não participou da minha campanha. Acertamos como fizemos com todos os ministros: 'Vai ter autonomia no seu ministério'. Autonomia não é sinal de soberania. A todos os ministros, e a ele também, falei do meu poder de veto. Os cargos-chaves teriam que passar pelas minhas mãos e eu daria o sinal verde ou não. Para todos os ministros, foi feito dessa maneira. Mais de 90% dos cargos que passaram pela minha mão eu dei sinal verde. Assim foi também com o senhor Valeixo, até ontem, diretor da nossa honrada e gloriosa Polícia Federal.

A indicação foi do senhor Sérgio Moro. Apesar de a lei de 2014 dizer que a indicação para esse cargo a nomeação é exclusiva do senhor presidente da República, abri mão disso, porque confiava no senhor Sérgio Moro. E ele levou a sua equipe, trouxe a sua equipe aqui para Brasília.

Todos os cargos-chaves são de Curitiba. Inclusive, a Polícia Rodoviária Federal. Lógico, me surpreendeu. Será que os melhores quadros da Polícia Federal, todos estavam em Curitiba? Mas vamos confiar. Vamos dar um crédito. E, assim, nós começamos a trabalhar.

Os senhores da imprensa bem sabem que eu não conto com isenção, na maioria das vezes, por parte de vocês, nas matérias publicadas. Desde o começo, já se começou a falar que eu estava dificultando operações de combate à corrupção, porque as operações, com muito menos intensidade, apareciam. Mas é óbvio que isso ia acontecer. Se as nossas indicações para os ministérios, bancos oficiais e estatais não passavam por indicações partidárias, tá na cara que a fonte da corrupção não era tão abundante como antigamente.

Isso começou a abater sobre mim, como se eu tivesse contrário à Lava Jato. Isso não é verdade. As grandes operações da Polícia Federal, no passado, foram em cima de estatais ou de empreiteiros que faziam obras e arrancavam recursos via bancos oficiais, em especial o BNDES. Nós botamos um ponto final nisso. Isso foi muito caro para mim.

Poderosos se levantaram contra mim. E é uma realidade, é uma verdade. Eu estou lutando contra um sistema, contra o establishment. Coisas que aconteciam no Brasil, praticamente, não acontecem mais. E, me desculpe a modéstia, em grande parte pela minha coragem de indicar um time de ministros comprometido com o futuro do Brasil. Continua não sendo fácil, mas, pode ter certeza, hoje em dia, eu conto com muitos parlamentares dentro do Congresso Nacional que já comungam dessa tese, de vários partidos, exceto da extrema esquerda porque o que eles querem, no final das contas, é roubar a nossa liberdade. No que depender de mim, não medirei esforços para que isso não aconteça.

Dizer ao prezado ex-ministro Sergio Moro, como o senhor disse hoje, na sua coletiva, por três vezes, o senhor disse que tinha uma biografia a zelar. Eu digo a vossa senhoria que eu tenho um Brasil a zelar.

Não apenas fiz um juramento quando sentei praça nos idos de 1973, na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em Campinas (SP), em dar a vida pela minha pátria se preciso fosse. Mais que a vida pra minha pátria eu tenho dado, eu tenho dado o desconforto da minha família. As acusações mais torpes possíveis, não só contra minha família, bem como, aqueles que estão ao meu lado.

Falava-se em interferência na Polícia Federal. Ora bolas! Se eu posso trocar um ministro, por que não posso, de acordo com a lei, trocar o diretor da Polícia Federal? Eu não tenho que pedir autorização pra ninguém, pra trocar o diretor ou qualquer outro, que esteja na pirâmide hierárquica do poder Executivo.

Será que é interferir na Polícia Federal quase que exigir e implorar a Sergio Moro que apure quem mandou matar Jair Bolsonaro? A Polícia Federal de Sergio Moro mais se preocupou com Marielle do que com seu chefe supremo. Cobrei muito dele isso aí. Não interferi. Eu acho que todas as pessoas de bem no Brasil querem saber, e entendo, me desculpe seu ex-ministro, entre meu caso e o da Marielle, o meu tá muito menos difícil de solucionar. Afinal de contas, o autor foi preso em flagrante delito, mais pessoas testemunharam, telefones foram apreendidos. Três renomados advogados, em menos de 24 horas, estavam la pra defender o assassino.

Isso é interferir na Polícia Federal? Será que pedir à Polícia Federal, quase que implorar, via ministro, para que fosse apurado, no caso porteiro da minha casa 58, na Avenida Lúcio Costa 3100?

Quase que por acaso descobrimos, se não eu pedisse para o meu filho ir na portaria e filmar a secretária eletrônica, talvez até hoje ficasse a dúvida para todos que eu poderia estar envolvido nisso. Isso foi numa quarta-feira, de março de 2018, onde,

entre a ligação do porteiro pra minha casa e as minhas digitais nos painéis de presença da Câmara, tinha um espaço de menos de uma hora! Eu não tava lá.

Depois, a perícia da Polícia Civil do Rio ainda chega à conclusão que aquela voz não é a voz do porteiro em questão. Será que é interferir na Polícia Federal exigir uma investigação sobre esse porteiro? O que aconteceu com ele? Ele foi subornado? Ele foi ameaçado? Ele sofre das faculdades mentais? O que aconteceu pra ele falar com tanta propriedade um fato que, segundo ele, existiu há, praticamente, um ano atrás?

É exigir da Polícia Federal muito, via seu ministro, pra que esse porteiro fosse investigado? Com todo respeito a todas as vidas do Brasil, acredito que a vida do presidente da República tem um significado.

Afinal de contas, é um chefe de Estado. Isso é interferir na Polícia Federal? Cobrar isso da sua Polícia Federal? Confesso que, ao longo do tempo, como bem vos lhes disse, uma coisa é ter uma imagem e conhecer uma pessoa; a outra, é conviver com ela. Nunca pedi pra ele para que a Polícia Federal me blindasse onde quer que fosse.

Quando se fala em corrupção, eu falo da minha vida particular. Nos últimos dois anos de parlamentar, gastei menos da metade do que poderia gastar da sua cota parlamentar, como passagem aérea, com despesa de combustível, alimentação, de aluguéis.

Na vida de presidente da República, eu tenho três cartões corporativos. Dois são usados para despesas, as mais variadas possíveis, que, afinal de contas, mais de 100 pessoas estão na minha segurança diariamente, despesas de casa normal. E um terceiro cartão, que eu posso sacar R$ 24 mil por mês, sem prestar conta. Eu posso sacar R$ 24 mil e gastar onde eu bem entender, sem prestar contas. Quanto eu usei dessa verba desde janeiro do ano passado? Zero. Isso é obrigação.

Eu desliguei o aquecedor da piscina olímpica do Alvorada, modificamos o cardápio, mas isso não tem nada a ver. É obrigação da minha parte. Isso é só para lembrar que eu tenho preocupação com a coisa pública e busco dar o exemplo. Quando se fala em interferência, e tenho aqui um ministro meu, tão importante quantos os demais, porque nós somos uma corrente e nem um elo é mais forte que uma corrente, o Paulo Guedes. Quando eu vi o Inmetro, que é um órgão parecido até, logicamente cada um na sua função, com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal, com a Secretaria da Cultura, do Marcelo Álvaro Antônio, entre tantas outras. Eu falei: 'Paulo Guedes, eu vou implodir o Inmetro. O que eu descobri lá, nós não podemos deixar o povo sofrer dessa maneira. Queriam trocar 1,6 milhão de tacógrafos das viaturas e cada tacógrafo custando R$ 1.900. Quem ia pagar a conta era o motorista de caminhão, o motorista van, de ônibus.

Queriam trocar todos os taxímetros do Brasil. Só no meu estado, o Rio de Janeiro, 40 mil taxistas iam ter que comprar um novo taxímetro. Queriam um chip, em cada bomba de gasolina do Brasil, onde nós ficamos sabendo que não teria a sua eficácia. E essa conta não foi para o povo pagar. A obrigação do Inmetro é, obviamente, atestar a qualidade de muita coisa e, de preferência, obviamente, evitar onerar o nosso já sofrido povo brasileiro com a pesada carga de impostos que tem. Implodimos o Inmetro. E a Polícia Federal?

Como publicado por vocês, no dia de ontem, mas esqueçam a imprensa. Esqueçam a imprensa. Ontem, numa videoconferência, o senhor Valeixo se dirigiu a todos os seus 27 superintendentes e disse que, desde janeiro, vinha falando com o senhor Sérgio Moro que iria deixar a Polícia Federal. Superintendentes são a prova disso. E, algumas vezes, falei com o Sérgio Moro sobre a Polícia Federal. Quando eu me elegi, havia uma ideia por parte de policiais, muitos trabalhavam comigo, em torno de 60 em rodízio. Eu tinha direito a isso pela legislação. Até o maior efetivo, por ser um candidato com maior chance e, mesmo assim, apesar de todo o trabalho da Polícia Federal, não conseguiu evitar a tentativa de homicídio. Mas eu digo: foi a Polícia Federal, com o seu trabalho técnico, preventivo, que também foi um elo na salvação da minha vida. Que, a cada ponto, a cada esquina que passava, eles tinham um plano da minha evacuação, caso eu sofresse alguma coisa.

Então, a Polícia Federal, em primeiro lugar, eu devo a minha vida a esses homens. Bem como, alguns policiais militares de Brasília e do Rio que voluntariamente estavam lá em Juiz de Fora (MG). E o que eu quero, o que nós queremos da PF? Que ela seja usada em sua plenitude, que as suas operações sejam, no mínimo mantidas, no que depender de mim, potencializadas. Que é, com o trabalho dela, que nós damos esperança, num primeiro momento, à população brasileira. O combate à corrupção, o combate ao crime organizado.

E, como o mesmo senhor Valeixo disse que estava cansado, eu comecei a fazer gestões junto ao ministro para trocarmos o diretor-geral da Polícia Federal. Era intenção dele, como ele declarou ontem, que desde janeiro queria sair. Nós cansamos, nós não somos máquinas. No dia de ontem, eu conversei com o senhor Sergio Moro. Só eu e ele, como na maioria das vezes nas nossas conversas. Onde nós, eu sempre abri o coração para ele. Eu já duvido se ele sempre abriu o coração para mim. Eu sempre disse aos meus ministros. A confiança tem que ter dupla mão. Ministro quer que eu confie nele? Quer e tem razão.

Mas eu também quero que o ministro confie em mim. Sempre falei pra ele: 'Moro, não tenho informações da Polícia Federal. Eu tenho que todo dia ter um relatório do que aconteceu, em especial, nas últimas 24 horas, para poder bem decidir o futuro dessa nação. Eu nunca pedi pra ele o andamento de qualquer processo. Até porque a inteligência, com ele, perdeu espaço na Justiça. Quase que implorando informações, e assim, eu sempre cobrei informações dos demais órgãos de inteligência oficiais do governo, como a Abin, que tem à frente o delegado da Polícia Federal, uma pessoa que eu conheci durante a minha campanha e tem um nome, e é respeitado pelos seus companheiros.

E, conversando ontem com o Moro, entre muitas coisas, até que chegou na questão Valeixo, eu falei tá na hora de colocar um ponto final nisso. Ele tá cansado, fazendo como pode o seu trabalho. Pessoalmente, não tenho nada contra ele, conversei poucas vezes com ele durante um ano e quatro meses, sim. Poucas vezes, mas conversei com ele, e a maioria das vezes estava o Sergio Moro do lado.

Então, eu falei que amanhã, dia de hoje, o 'Diário Oficial da União' publicaria a exoneração do senhor Valeixo. E, pelo que tudo indicava, a exoneração a pedido. Bem, ele relutou, o senhor Sergio Moro, e falou: 'mas o nome tem que ser o meu'. Eu falei: 'vamos conversar. Por que que tem que ser o seu e não o meu? Ou, então, vamos pegar, já que não vai ter interferência política, técnica ou humana, pegar os que tem condições e fazer um sorteio'. Por que tem que ser o dele e não, possivelmente, o meu? Ou um de consenso entre nós dois?

E eu lembrei da lei de 2014, que a indicação é minha, é prerrogativa minha. E o dia que eu tiver que me submeter a qualquer um subordinado meu, eu deixo de ser presidente da República. Eu jamais pecarei por omissão. Falei para ele que é um delegado que pode não ser o seu, pode não ser o meu, mas que eu sinta, além da competência óbvia, se bem que essa é uma coisa comum entre os delegados da polícia federal, que eu possa interagir com ele, por que não?

Eu interajo com os homens da inteligência das Forças Armadas, se preciso for. Eu interajo com a Abin. Interajo com qualquer um do governo. Sempre procuro o ministro, mas, numa necessidade, eu falo diretamente com o primeiro escalão daquele ministro, como ontem ou anteontem. Anteontem, eu tinha que decidir uma coisa, e tinha que ver com a Marinha. Mas como é, exclusivamente, com a Marinha, eu resolvi, naquele momento, não falar com o ministro da Defesa, falei diretamente com a Marinha e foi resolvido, de acordo com o interesse dele. Depois participei o ministro da Defesa.

Isso não é quebra de hierarquia, é necessidade. Não posso abrir mão disso, assim como, o ministro da Defesa pode ligar diretamente pro comandante de batalhão sem passar pelo comandante da brigada, se preciso for. Depois ele participa, pra evitar que venhamos a ferir o princípio da hierarquia.

E mais, já que ele falou em algumas particularidades, mais de uma vez, o senhor Sergio Moro disse pra mim: 'você pode trocar o Valeixo, sim, mas em novembro, depois que o senhor me indicar para o Supremo Tribunal Federal'. Me desculpa, mas não é por aí, reconheço as suas qualidades, em chegando lá, se um dia chegar, pode fazer um bom trabalho, mas eu não troco.

E outra coisa, é desmoralizante para um presidente ouvir isso, mais ainda, externar. Ou, não trocar, porque não foi trocado, sugerir a troca de dois superintendentes entre os 27. O do Rio, a questão do porteiro, a questão do meu filho, o zero quatro, o Renan, que agora tem 20, 21 anos de idade, quando num clamor da questão do porteiro, do caso Adélio, que os dois ex-policiais teriam ido falar comigo, também apareceu que o meu filho zero quatro teria namorado a filha deste ex-sargento. Eu comecei a correr atrás, primeiro chamei meu filho: 'abre o jogo'. 'Pai, eu sai com metade do condomínio, nem lembro quem é essa menina, se é que eu estive com ela'.

Hoje a vida é assim. A intenção de dizer que meu filho namorava a filha do ex-sargento era que nos tínhamos relação familiar. Eu não me lembro dele. Pode ser até que tenha tirado foto com ele. Durante a pré-campanha e campanha, era comum, eu tirava 500 fotos por dia, em média, porque essa era a minha imprensa e daí eu fiz um pedido para a Polícia Federal, quase com um por favor: cheguem em Mossoró (RN) e interroguem o ex-sargento.

Foram lá, a Polícia Federal fez o trabalho, interrogou e está comigo a cópia do interrogatório onde ele diz, simplesmente o seguinte: 'a minha filha nunca namorou o filho do presidente Jair Bolsonaro, porque a minha filha sempre morou nos Estados Unidos. Mas eu é que tenho que correr atrás disso? Ou é um ministro? Ou é a Polícia Federal que tem que se interessar? Não é para me blindar, porque eu não estou incurso em nenhum crime. A mídia, outras instituições, já me botaram de cabeça para baixo, chacoalharam tudo.

Levantaram até que, com cinco anos de idade, 'Revista Época', eu chamava uma mulher de gorda em Eldorado Paulista. Descobriram, e eu nem sabia, que a vó da minha esposa já foi presa por três anos por tráfico de drogas, confesso que não sabia. E, se soubesse, teria casado com a senhora Michelle assim mesmo. Fiquei sabendo, através de vocês também, que a mãe da senhora Michelle cometeu um crime de falsidade ideológica e, na sua inocência, em vez de fazer uma cirurgia plástica para ficar mais jovem, mais bonita, ela resolveu fazer uma cirurgia na certidão de nascimento, diminuindo 10 anos. Esse foi o crime dela. Se coloca em público isso daí, para escrotizar, para dizer que ela não tem caráter.

O caso Queiroz... Eu conheço o Queiroz desde 1984, no oitavo grupo de campanha paraquedista, foi para a Polícia Militar. Depois de um tempo, fizemos amizade. Veio trabalhar comigo, com meu filho. O que, por ventura, ele faz, ele reponde pelos seus atos. Não foi por uma, foram por duas vezes que o Queiroz teve dívida comigo e me pagou com cheques.

E não veio para a minha conta esse cheque, porque simplesmente eu deixei no Rio de Janeiro. Não estaria na minha conta. E não foram R$ 24 mil. Foi R$ 40 mil. Desde o primeiro momento, não é porque uma pessoa, por ventura, faz algo de errado, está do nosso lado, você tem que ser responsabilizado. E o tempo todo ser cobrado por isso.

Nunca pedi para blindar ninguém da minha família. Jamais faria isso. Agora, eu lamento que aquela pessoa que mais tinha que defender dentro dentro de uma legalidade, não faz. Teve um clima, sim, pesado com o senhor ministro na última reunião de ministros, onde eu cobrei dele, na frente de todos os ministros, que ele tomasse uma posição sobre a prisão e algemas usadas contra mulheres na praia. Mulheres em praça pública, como a de Araraquara. Um pobre, um humilde, trabalhador do comércio no Piauí, entre tantos outros, que ele tinha que mostrar a sua cara. Ele tem amparo na Lei de Abuso de Autoridade. Essa lei, que, por ser lei, não tem que ser questionada, discutida, tem que ser cumprida. Quem é contra ela que apresente uma ADIN, junto ao órgão competente para que ele ajuíze junto ao STF.

A resposta dele foi o silêncio. Boas matérias, ele aparece. Más, se omite. A minha vida, as minhas ações, muitas vezes, elas são num arrebento de explosão. Eu não posso admitir cercear o direito de ir e vir de quem quer que seja. E a lei que fala sobre isso, no caso de pandemias, é alguém comprovadamente infectado. A decisão dessas medidas coercitivas cabe aos respectivos governadores e prefeitos. Assim, decidiu o Supremo Tribunal Federal. E uma vez decidido, não cabe a mim questionar mais.

Prefeitos, alguns governadores, em cima disso, estão fazendo, cometendo tremendos absurdos. E o governo federal tem que se posicionar, tem que pressionar o STF, entrar com ações. E quem tem que fazer isso? O presidente? Ou o ministro da pasta

responsável? Isso incomodou a ele. É um ministro, lamentavelmente, desarmamentista. Dificuldades enormes, um decreto para facilitar para os CACs ou, para aqueles que tem uma arma, a compra de armamento, de munição.

Aquilo que eu defendi durante a campanha e a pré-campanha, os ministros têm obrigação de estar junto comigo. Caso contrário, não estão no governo certo.

Não tenho mágoa do senhor Sergio Moro. Hoje, pela manhã, acredito que sete ou oito deputados, ou meia dúzia, tomaram café comigo. E eles estão à vontade, se quiserem falar ou não, eu lhes disse: 'Hoje, vocês vão conhecer quem realmente não me quer na cadeira presidencial'.

Esse alguém não está no Poder Judiciário nem está no Parlamento brasileiro, não lhes disse o nome. Falei: 'vocês vão conhecê-lo às 11h' da manhã'. Repetindo a vocês, veio com a cunha. Se ele quer ter independência, como eu tenho, autoridade, ou, se quisesse, poderia virar candidato em 2018. Agora, eu não posso conviver, ou fica difícil a convivência com a pessoa que pensa bastante diferente de você.

Um fato que foi noticiado muito no início do ano passado: ele nomeou a senhora Ilona Szabó como suplente de um conselho. E nós sabemos que essa senhora ou senhorita tem publicações, as mais variadas possíveis, defendendo o aborto, ideologia de gênero, dentre tantas outras coisas, que estão em completo desacordo com as bandeiras que eu defendi, que os cristãos brasileiros também defendiam. E até ateus defendiam também. Não foi fácil conseguir a exoneração dessa pessoa, porque o tempo todo você me deu carta branca e porteira fechada, mas quase sempre se lembrava do poder de veto.

Torci muito pra dar certo. Muito. Mas, infelizmente, ou felizmente, no dia de hoje, após a nossa conversa no dia de ontem, eu até fui sinalizado que ele compareceria à Presidência e seria bem recebido, como foi o senhor Mandetta há poucos dias, pra comunicar seu afastamento ou pra tentar a última cartada... 'Oh, tem mais esses nomes aqui pro DG, o senhor concorda com alguns deles ou não?' E daí tomar uma providência.

Eu sempre fui do diálogo. Vocês não vão encontrar nenhum ministro meu que vai dizer que eu impus qualquer coisa pra ele. Ele resolveu marcar uma coletiva e fez acusações infundadas, que eu lamento. Pra muitos, vai deslustrar a sua tão defendida biografia.

Nós que estamos na linha de frente, nós, ministros, tem algo mais importante que a nossa biografia. É o bem-estar do seu povo, é o futuro dessa nação. Vamos levar, no sentido figurado, muito tiro na cara, mas vamos cumprir a missão.

Aqui tem ministro que apanha todo dia. Abraham Weintraub, por exemplo. Outros apanham também, mas este é exemplo. Luta contra uma doutrinação de décadas, onde vem demonstrando que a educação do Brasil nunca teve tão mal. Não só as provas do PISA, bem demonstram que estamos em várias matérias em último na América do Sul, em último no mundo. E isso tem que ser mudado.

Ele tenta, e vem demonstrando com muito trabalho, que não vale, senhores pais, senhoras mães, que seu filho tenha um pedaço de papel escrito: diploma. Ele tem que exercer aquele ofício. O diploma, hoje em dia, passou a ser apenas uma figura decorativa para alunos. Ele tem que ser um bom profissional e não um bom militante.

Três páginas bem curtas apenas aqui. Eu vou ler e dar o encerramento a essa coletiva.

Meu compromisso é com o Brasil e com a democracia. Sempre dei plena liberdade aos meus ministros sem abrir mão do meu poder de veto e da minha autoridade como presidente da República.

Sempre mantive diálogos republicanos com todos os meus ministros. Temos discordâncias e convergências, mas, em qualquer situação, mantive o respeito à opinião de todos, sempre fui leal a eles.

Ontem, mais uma vez, conversamos com o senhor ministro Sergio Moro sobre a substituição na Polícia Federal. Esperava, em conjunto com o senhor ministro, definir um nome para a instituição ainda que, pela lei, essa seja uma prerrogativa exclusiva do presidente da República.

Estou decepcionado e surpreso com o seu comportamento. Não se dignou a me procurar e preferiu uma coletiva de imprensa para comunicar sua decisão. Meu compromisso é com a verdade, sem distorções.

Não são verdadeiras as insinuações de que eu desejaria saber sobre investigações em andamento. Nos quase 16 meses que esteve a frente do Ministério da Justiça, o senhor Sérgio Moro sabe que jamais lhe procurei para interferir nas investigações que estavam sendo realizadas. A não ser aquelas, não vi interferência, mas quase como uma súplica sobre o Adélio, o porteiro, e meu filho zero quatro.

Sobre a exoneração do doutor Valeixo, diretor-geral da PF, pela lei 13.047 de 2014, é prerrogativa do presidente da República a nomeação e a exoneração do diretor-geral, bem como, de vários outros cargos da administração direta.

A exoneração ocorreu após uma conversa minha com o ministro da Justiça, pela manha de ontem. À noite, eu e o doutor Valeixo conversamos por telefone, e ele concordou com a exoneração a pedido. Desculpe, senhor ministro, o senhor não vai me chamar de mentiroso. Não existe uma acusação mais grave para um homem como eu, militar, cristão, e presidente da República, ser acusado disso.

Essa foi a minha conversa com doutor Valeixo e, mais ainda, a imprensa publicou no dia de ontem e de hoje, bem como, entre aspas, o doutor Valeixo, em contato com a superintendência do Brasil, comunicando que estava cansado, que desde janeiro queria sair. Então, não foi uma demissão que causasse surpresa a quem quer que fosse.

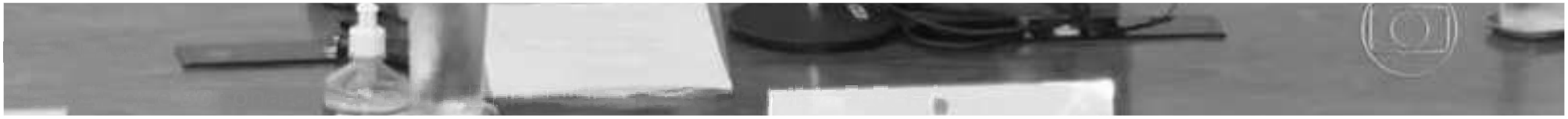
A Polícia Federal é uma instituição de estado. Ela deve se conduzir de acordo com a Constituição Federal e as leis do país. Não importa quem as conduza. Não abro mão disso. Não existe possibilidade de interferência na Polícia Federal. Sua própria estrutura e seus profissionais garantem a autonomia de suas investigações. Esta autonomia é inerente à instituição e independente de governos. Não posso aceitar minha autoridade confrontada por qualquer ministro. Assim como respeito a todos, espero o mesmo comportamento.

Confiança é uma via de mão dupla. Continuarei fiel a todos os brasileiros, segurei no combate à corrupção, às organizações criminosas e no trabalho para a redução da criminalidade. O governo continua. O governo não pode perder a sua autoridade por questões pessoais de alguém que se antecipa a projetos outros.

Travo o bom combate. A minha preocupação é entregar o Brasil, para quem vier me suceder no futuro, bem melhor que eu recebi em janeiro do ano passado. Confio nos meus ministros, nos servidores públicos que têm nos ajudado a vencer a estes obstáculos. O Brasil é maior do que qualquer um de nós. Esse é o nosso compromisso. Esse é o nosso dever de servir à pátria. A pátria vai ter, de cada um de nós, o seu empenho, o seu sacrifício e se possível, se for necessário, o teu sangue para defender a democracia e a liberdade.

O meu muito obrigado a todos os senhores.

Veja também



Sergio Moro diz que a saída do diretor-geral da Polícia Federal teria também como razão a preocupação de Bolsonaro com inquéritos que correm no STF.

24 de abr de 2020 às 20:35

Próximo >

Mais do **G1**

Coronavírus

Justiça suspende ordem para Bolsonaro entregar resultados de testes para Covid-19

Decisão de 2ª instância dá mais 5 dias para análise sobre a necessidade de entregar ou não os resultados.

Há 2 horas — Em Política



Solidariedade

Costureira arrecada 100 quilos de ração trocando máscaras por doações

Moradora de São Roque (SP) conta que a arrecadação é para alimentar animais que vivem nas ruas.

Em Sorocaba e Jundiaí

Lives de hoje



Alok, Jorge & Mateus e Lulu Santos estão na agenda de shows ao vivo

- DJ toca no 'Em Casa', programa de lives da Globo, Globoplay e Multishow

Em Música

Ex-ministro Sérgio Moro depõe à Polícia Federal, em Curitiba

Depoimento foi determinado pelo ministro Celso de Mello, relator do caso, e é colhido por delegados da PF e acompanhado pelos procuradores que tiveram autorização de Mello.

Em Paraná

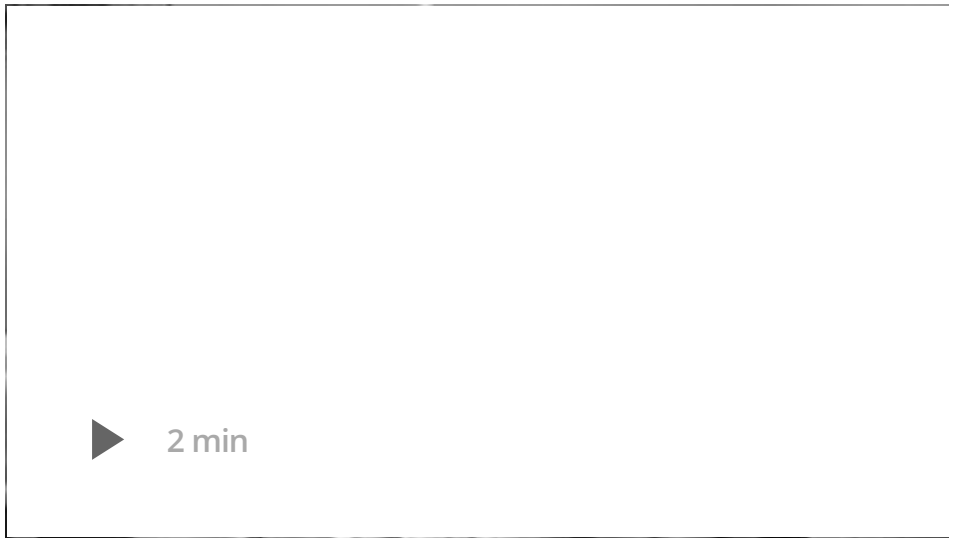
▶ 6 min

Manifestantes se aglomeram em frente à PF para a chegada do ex-ministro Sérgio Moro, em Curitiba



Moro deve depor aos delegados, neste sábado (2), sobre as acusações de que o presidente Bolsonaro tentou interferir no trabalho da PF e em inquéritos relacionados a familiares.

Em Paraná



Bolsonaro visita posto de gasolina em Goiás, causa aglomeração e cumprimenta apoiadores

Presidente e a maioria dos apoiadores estavam de máscara, mas retiravam o equipamento para falar ou posar para fotos. Novamente, Bolsonaro defendeu reabertura do comércio.

Em Política

VEJA MAIS

© Copyright 2000-2020 Globo Comunicação e Participações S.A.

CADASTRE-SE ENTRAR FALE CONOSCO

Migalhas

sexta-feira, 1º de maio de 2020

ISSN 1983-392X

Ministério da Justiça

Moro apresenta mensagens com Bolsonaro acerca da troca no comando da PF

Conversas são com o presidente da República e a deputada Carla Zambelli.

sexta-feira, 24 de abril de 2020

1

apoiadores

GBSA
GONÇALVES E BRUNO SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Cadastre-se para receber o informativo **gratuitamente** E-mail WhatsApp Telegram



O ex-ministro da Justiça Sergio Moro apresentou provas de que a troca de comando da Polícia Federal era uma pressão de Bolsonaro para interferência em investigações.

As mensagens trocadas com o presidente da República e com a deputada Carla Zambelli foram divulgadas na edição desta sexta-feira, 24, do Jornal Nacional.

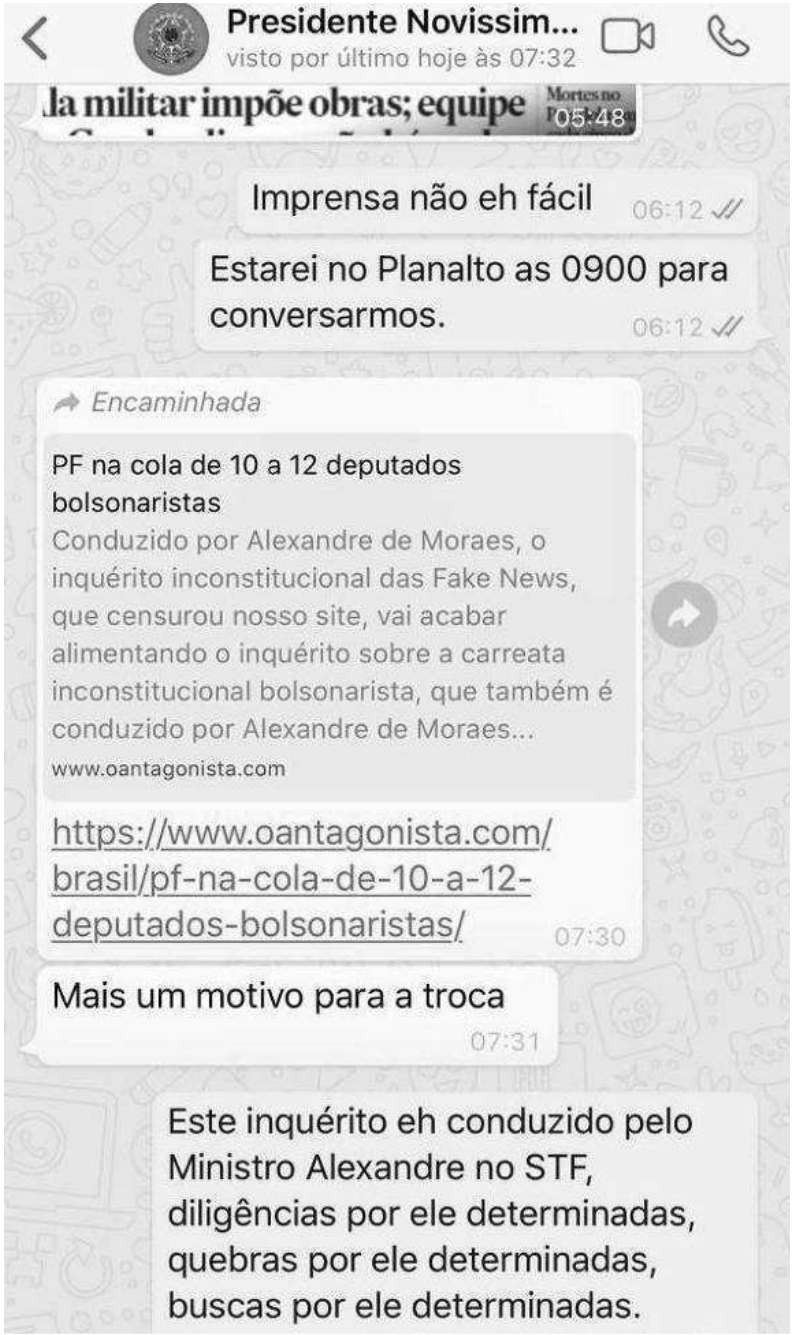
Bolsonaro compartilhou com Moro link de O Antagonista, “PF na cola de 10 a 12 deputados bolsonaristas”. E escreveu, em referência ao comando da Polícia Federal: “Mais um motivo para a troca”. O ex-juiz Federal respondeu ao presidente da República que as investigações decorrem de ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo.

ICET INSTITUTO CEARENSE DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS

patrocínio

vivo

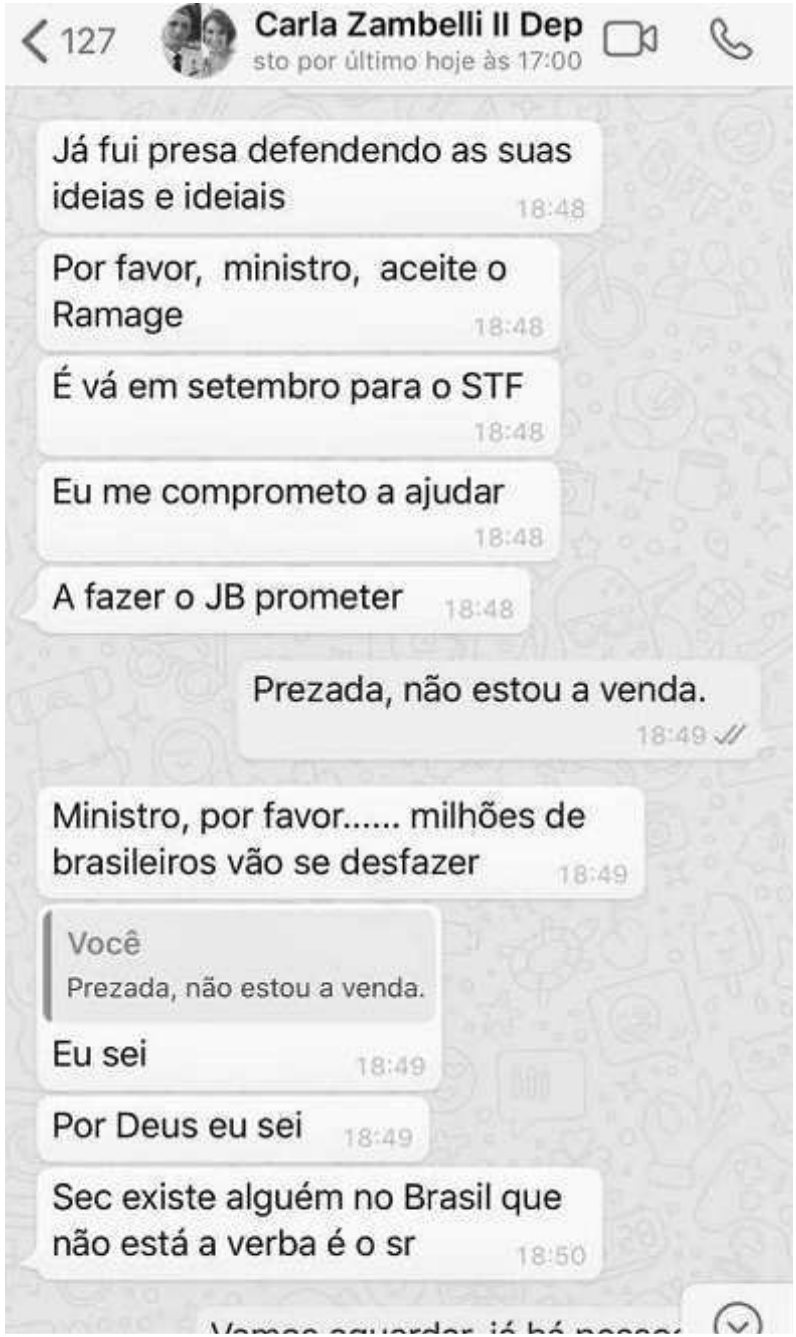
Cadastre-se para receber o informativo **gratuitamente** E-mail WhatsApp Telegram



Cadastre-se para receber o informativo **gratuitamente** E-mail WhatsApp Telegram

Já na troca de mensagem com Carla Zambeli, Moro afirmou que "não está à venda", após a deputada oferecer apoio por indicação do ex-magistrado a cargo no Supremo em troca de o então ministro aceitar Alexandre Ramagem no lugar de Maurício Valeixo.

Cadastre-se para receber o informativo **gratuitamente** E-mail WhatsApp Telegram



Cadastre-se para receber o informativo **gratuitamente** E-mail WhatsApp Telegram

Em tempo, o site Poder360 observou que Moro printou as imagens logo que as conversas ocorreram.

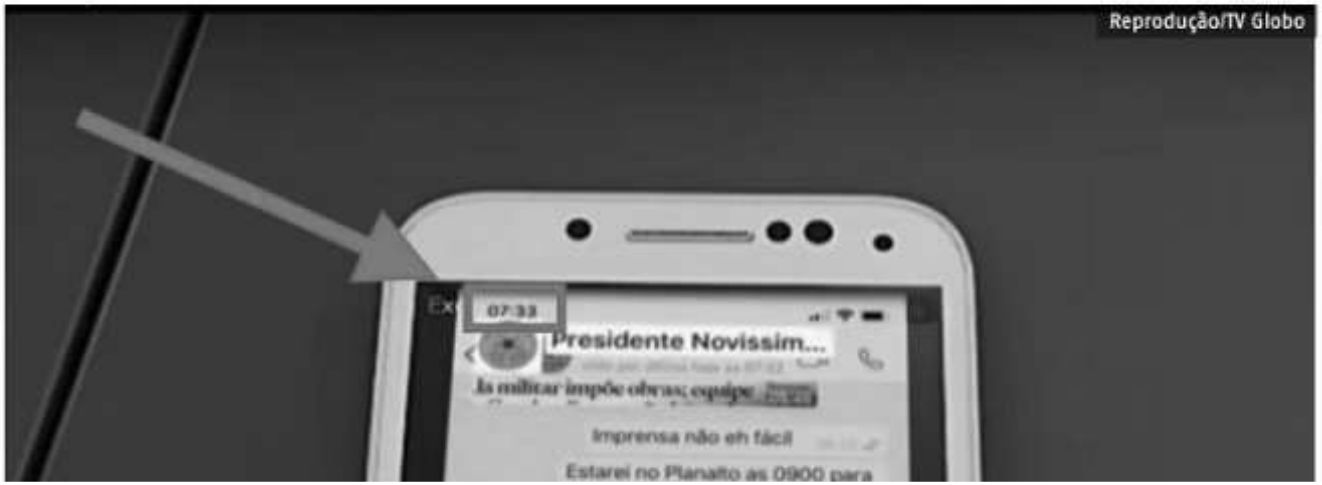
PODER 360 Diretor de Redação Fernando Rodrigues

Buscar

Você está em: Governo ▶ JN exibe suposta troca de mensagens de Moro com Bolsonaro

O ministro, aparentemente, fez uma cópia da imagem da tela com as mensagen imediatamente depois da conversa com o presidente. A mensagem de Moro foi enviada às 7h33 e a imagem da tela copiada também indicava o mesmo horário.

Essa preocupação de fazer a cópia da tela imediatamente após a conversa indica que o ministro já poderia estar pensando em coletar evidências naquele momen em que conversava com o presidente da República.



Cadastre-se para receber o informativo **gratuitamente** E-mail WhatsApp Telegram



Sergio Moro acusou Bolsonaro, em seu pronunciamento de demissão, de ter falsificado sua assinatura na exoneração “a pedido” de Valeixo. Em resposta, o presidente afirmou que a demissão de Valeixo "não causou surpresa a quem quer que fosse".

Mas fato é que, no fim da tarde desta sexta-feira, 24, a exoneração de Maurício Valeixo foi republicada, sem a assinatura de Moro.

Cadastre-se para receber o informativo **gratuitamente** E-mail WhatsApp Telegram

1

leia mais

Lewandowski arquiva ação que questionava exoneração de Maurício Valeixo

MIGALHAS QUENTES - SEXTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2020

Exoneração de Valeixo da PF é republicada no DOU sem assinatura de Sergio Moro

MIGALHAS QUENTES - SEXTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2020

Bolsonaro diz que Moro propôs troca de Valeixo após sua nomeação ao STF

MIGALHAS QUENTES - SEXTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2020

Força-tarefa da Lava Jato defende Moro: "é inconcebível que presidente interfira em investigações"

MIGALHAS QUENTES - SEXTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2020

Bolsonaro diz que às 17h vai "restabelecer a verdade" da saída de Moro

MIGALHAS QUENTES - SEXTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2020

Moro faz graves acusações a Bolsonaro ao anunciar saída do governo; assista

MIGALHAS QUENTES - SEXTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2020

De Curitiba para o mundo: a trajetória de Sergio Moro até a saída do governo Bolsonaro

MIGALHAS QUENTES - SEXTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2020

Internet reage à saída de Moro do governo; veja os memes

MIGALHAS QUENTES - SEXTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2020

Moro revela que condicionou cargo à garantia de pensão à família caso algo lhe

Cadastre-se para receber o informativo **gratuitamente** E-mail WhatsApp Telegram

Reveja repercussão de Sergio Moro na Lava Jato

MIGALHAS QUENTES - SEXTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2020

Sergio Moro acusa Bolsonaro de crime de prevaricação

MIGALHAS QUENTES - SEXTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2020

Autoridades repercutem saída de Moro do governo

MIGALHAS QUENTES - SEXTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2020

Moro deixa o ministério da Justiça

MIGALHAS QUENTES - SEXTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2020

últimas quentes

STJ julgará embargos de Lula no caso do triplex em 5 de maio

O julgamento havia sido suspenso e será reiniciado, desta vez, por videoconferência.

TST: Erro na nomenclatura de documento no PJe não impede admissão de recurso

2ª turma entendeu que o juiz deve abrir prazo para que o erro seja sanado e determinou retorno dos autos.

Investigador particular é condenado por utilizar brasão da República em propaganda

No entendimento do TRF-3, o réu fez uso indevido de símbolo identificador de órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Estudante convocado por universidade consegue reservar vaga até obter documentação

Estudante não obteve documentos devido ao fechamento das escolas durante a pandemia do coronavírus.

OAB aciona STF acerca dos honorários sucumbenciais em causas envolvendo a Fazenda Pública

Ordem alega que diversos tribunais têm autorizado arbitramento equitativo dos

STF assegura acesso à informação durante pandemia

Com a decisão, não está valendo a suspensão de prazos de resposta a pedidos nos órgãos da administração pública cujos servidores

Banco indenizará consumidora por cobrança indevida da fatura do cartão de crédito

Turma Recursal do TJ/SP manteve decisão de 1º grau que concedeu danos morais à autora.

Toffoli autoriza teletrabalho no STF até janeiro de 2021

Resolução estabelece medidas para gestão das atividades do Tribunal.

Cadastre-se para receber o informativo **gratuitamente** E-mail WhatsApp Telegram

mais migalhas

migalhas amanhecidas migalhas quentes migalhas de peso colunas migalhas dos leitores eventos mercado de trabalho dr. Pintassilgo
apoiadores fomentadores central do migalheiro fale conosco

serviços

correspondentes catálogo de escritórios precatórios livraria

Cadastre-se para receber o informativo **gratuitamente** E-mail WhatsApp Telegram

ISSN 1677-7050

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano LXI Nº 80 Brasília - DF, terça-feira, 28 de abril de 2020 SEÇÃO 2

Sumário

Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Cidadania 5
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 5
Ministério da Defesa 6
Ministério do Desenvolvimento Regional 13
Ministério da Economia 14
Ministério da Educação 18
Ministério da Infraestrutura 30
Ministério da Justiça e Segurança Pública 32
Ministério do Meio Ambiente 32
Ministério de Minas e Energia 33
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 33
Ministério das Relações Exteriores 35
Ministério da Saúde 35
Ministério do Turismo 37
Controladoria-Geral da União 38
Ministério Público da União 39
Poder Legislativo 41
Poder Judiciário 42
Editais e Avisos 43

..... Esta edição completa do DOU é composta de 43 páginas .....

Atos do Poder Executivo

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

DECRETO DE 27 DE ABRIL DE 2020

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso I e XVI, da Constituição, resolve:

NOMEAR

JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR, para exercer o cargo de Advogado-Geral da União, ficando exonerado do cargo que atualmente ocupa.

Brasília, 27 de abril de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECRETOS DE 27 DE ABRIL DE 2020

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso I, da Constituição, resolve:

NOMEAR

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, ficando exonerado do cargo que atualmente ocupa.

Brasília, 27 de abril de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 2º-C da Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, resolve:

NOMEAR

ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Polícia Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ficando exonerado do cargo que atualmente ocupa.

Brasília, 27 de abril de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Presidência da República

CASA CIVIL

PORTARIA Nº 202, DE 27 DE ABRIL DE 2020

MINISTÉRIO DA CIDADANIA

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, resolve:

NOMEAR

PEDRO JOSE VILAR GODOY HORTA, para exercer o cargo de Secretário Especial Adjunto da Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania, código DAS 101.6, ficando exonerado do cargo que atualmente ocupa.

WALTER SOUZA BRAGA NETTO

SECRETARIA-GERAL

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIAS DE 27 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º da Portaria nº 32, de 3 de outubro de 2019, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, resolve:

Nº 206 - **CONCEDER**

à servidora JOANA DARQUE OLIVEIRA a Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, Nível Intermediário - SISG, no Gabinete da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Nº 207 - **DISPENSAR**

JOANA DARQUE OLIVEIRA da função de Assistente, código GR-IV, do Gabinete da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Nº 208 - **DISPENSAR**

SÉRGIO NOGUEIRA DANTAS JÚNIOR, 2º Ten EB, da função de Assistente, código GR-IV, da Coordenação de Saúde da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Nº 209 - **DISPENSAR**

ALEXANDRE SILVA ALMEIDA da função de Supervisor, código GR-V, da Coordenação-Geral de Planejamento Orçamentário e Financeiro da Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República, a contar de 20 de abril de 2020.

Nº 210 - **DESIGNAR**

MÁRCIO VICENTE DE PAULO, S Ten EB, para a função de Assistente, código GR-IV, na Coordenação de Saúde da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Nº 211 - **DESIGNAR**

ARIZANEIDE CAMPOS DOS SANTOS DE ABREU para a função de Especialista, código GR-II, na Coordenação de Saúde da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República.

ANTONIO CARLOS PAIVA FUTURO

SECRETARIA DE GOVERNO

PORTARIAS DE 27 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nº 35 - **DESIGNAR**

ANATERRA OLIVEIRA DA SILVA para exercer o encargo de substituta eventual do Diretor do Departamento de Análise e Estratégia de Imprensa da Secretaria de Imprensa da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República, código DAS 101.5, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo, ficando revogada a Portaria nº 71, de 11 de setembro de 2019.

Nº 36 - **DESIGNAR**

ANDREA LOPES VASCONCELOS CARTAXO para exercer o encargo de substituta eventual do Diretor do Departamento de Atendimento à Imprensa da Secretaria de Imprensa da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República, código DAS 101.5, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo, ficando revogada a Portaria nº 63, de 2 de setembro de 2019.

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA

PORTARIA Nº 37, DE 27 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso II do art. 6º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, resolve:

NOMEAR

GEORGES FERES KANAAN para exercer o cargo de Assessor Especial na Assessoria Especial da Secretaria de Governo da Presidência da República, código DAS 102.5.

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA



POLÍTICA

Nomeado por Bolsonaro diretor-geral da PF, Alexandre Ramagem está na corporação desde 2005 e é amigo da família do presidente; veja perfil

Delegado assumiu a segurança do então candidato presidencial após facada em 2018 e foi fotografado em réveillon com Carlos Bolsonaro. Nesta terça, Bolsonaro tornou sem efeito o decreto que havia nomeado Ramagem como diretor-geral da PF; reversão do ato foi publicada em edição extra do 'Diário Oficial da União'.

Por G1 — Brasília

28/04/2020 02h04 · Atualizado há 2 dias

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR



Nomeado pelo presidente Jair Bolsonaro diretor-geral da Polícia Federal (PF), Alexandre Ramagem é delegado da PF desde 2005, chefiou a equipe de segurança de **Jair Bolsonaro** na campanha eleitoral de 2018 depois do atentado a faca em Juiz de Fora (MG) e, desde então, se tornou amigo próximo da família do presidente. Ele tem a confiança de Bolsonaro e dos filhos.

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

Ainda na tarde desta terça, **o presidente tornou sem efeito o decreto que havia nomeado Ramagem** como diretor-geral da PF. A reversão do ato foi publicada em edição extra do "Diário Oficial da União".



Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR



Ramagem, ao lado do vereador Carlos Bolsonaro, filho do presidente, no réveillon de 2019 — Foto: Reprodução

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

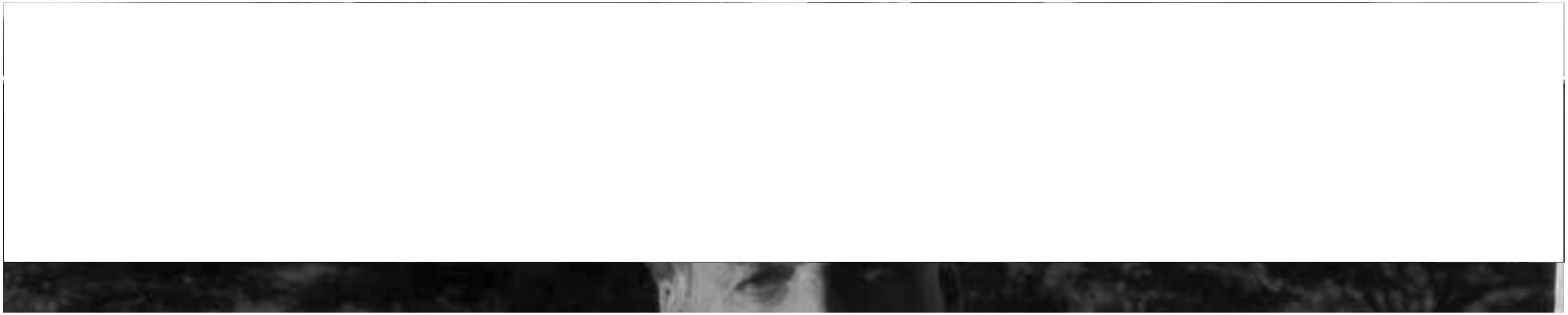
N

Er *o*
a

"E
fo
fil
D
pra PF, por que não o indicaria?", questionou Bolsonaro.

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR



Ramagem na Secretaria de Governo

Em março de 2019, ainda no início do mandato de Bolsonaro, o delegado foi nomeado assessor do então ministro Santos Cruz na Secretaria de Governo – pasta que fica no Palácio do Planalto.

Ramagem foi mantido na secretaria, como assessor do novo ministro, Luiz Eduardo Ramos, após a **demissão de Santos Cruz**, em junho de 2019.

No mês seguinte, em julho, o delegado foi escolhido por Bolsonaro para ser diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que é vinculada ao gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência, comandada pelo ministro Augusto Heleno. Segundo o GSI, a Abin produz informações para embasar decisões do presidente da República de forma rápida.

Na posse, o presidente se referiu a ele **como "um amigo que conheci há pouco tempo"**.

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR



Bolsonaro cumprimenta Ramagem em julho de 2019, quando o novo diretor-geral da PF assumiu a chefia da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) — Foto: Carolina Antunes/PR

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

Na **Polícia Federal**, Ramagem comandou as divisões de Administração de Recursos Humanos e de Estudos, Legislações e Pareceres, e atuou na área de coordenação de eventos como a Copa do Mundo de 2014, a Olimpíada de 2016 e a Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente.

Bolsonaro demitiu chefe anterior

Ramagem assume o comando da corporação após Bolsonaro **demitir o então diretor-geral da PF**, Maurício Valeixo, o que precipitou a saída de **Sergio Moro do Ministério da Justiça**, ao qual a corporação está subordinada.

Ao anunciar sua saída, Moro afirmou que Bolsonaro tentou interferir politicamente na PF ao demitir Valeixo. O presidente nega **e diz que Moro propôs aceitar a exoneração do então diretor-geral da corporação se fosse indicado ministro do STF. Moro nega**.

- **Veja e leia a íntegra do pronunciamento de Sergio Moro**

Como prova da interferência, o ex-ministro exibiu uma imagem que mostra que o presidente lhe enviou, pelo celular, o link de uma reportagem do site "O Antagonista" segundo a qual a PF está "na cola" de dez a 12 deputados bolsonaristas.

O presidente, então, escreveu: **"Mais um motivo para a troca", se referindo à mudança na direção da Polícia Federal**.

Sergio Moro respondeu ao presidente explicando que a investigação não tinha sido pedida pelo então diretor da PF, Maurício Valeixo.

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

Uma dessas investigações trata da origem de fake news e ameaças anônimas feitas aos integrantes do STF. Outro inquérito, aberto esta semana no Supremo, investiga a organização e o patrocínio de atos antidemocráticos - num deles, no dia 18 de abril, o presidente Bolsonaro discursou.

Parcialidade do governo

Colocar um policial ligado à família no maior órgão de investigação do país levou a duras críticas de parcialidade do governo numa corporação que tem autonomia e independência.

O deputado Marcelo Freixo (PSOL) disse que vai apresentar uma ação para impedir que Alexandre Ramagem assuma o comando da Polícia Federal. Segundo ele, o presidente quer transformar a PF numa polícia política a serviço da família.

Internamente, delegados dizem que é preciso deixar claro que a PF não é um órgão de inteligência como a Abin e não está a serviço do governo.

A Polícia Federal é um órgão de polícia judiciária da União, que faz investigações solicitadas pelo Judiciário. Esses delegados destacam que quanto mais relevante for uma investigação, mais sigilosa ela deve ser, exigindo autorização judicial para ter acesso aos dados.

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

MUDANÇAS NO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NA PF

Bolsonaro exonera diretor-geral da PF Maurício Valeixo

Moro deixa governo após ser surpreendido com exoneração na PF

Moro mostra mensagem em que Bolsonaro pede interferência em investigações

Bolsonaro diz que Moro aceitou exoneração na PF em troca de indicação no STF

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

Governo confirma Mendonça na Justiça e Ramagem na PF

Ministro do Supremo suspende nomeação de Ramagem

JAIR BOLSONARO POLÍCIA FEDERAL SERGIO MORO

Veja também

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR



Números da pandemia

Brasil tem 428 mortes por coronavírus em 24 horas e passa de 6,3 mil

São [illegible]

Há [illegible] pandemia

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR



Risco à vida

Isolamento em SP cai ao menor nível desde o início da quarentena

Taxa na quinta era de 46%; recomendação das autoridades de saúde é de 70%.

Em São Paulo



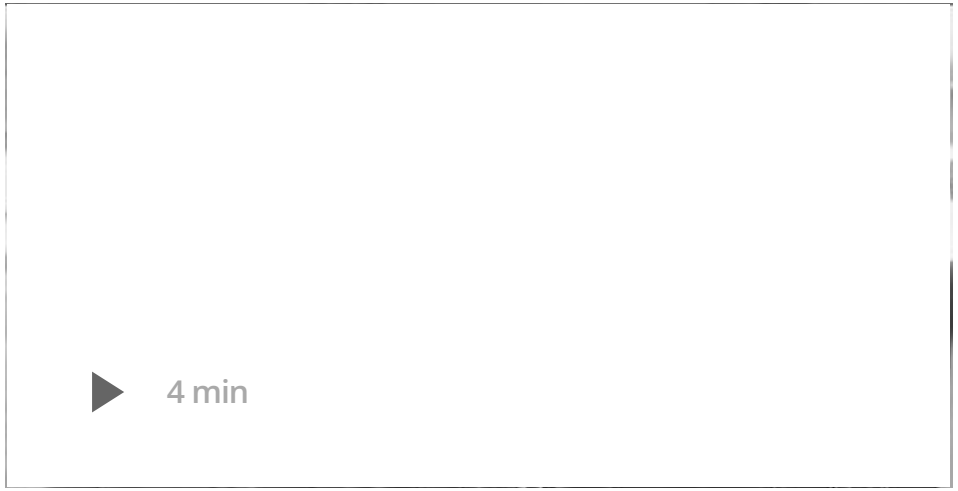
Dia do trabalhador

Distanciamento e máscaras: atos marcam 1º de maio ao redor do mundo; FOTOS

Em Mundo

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

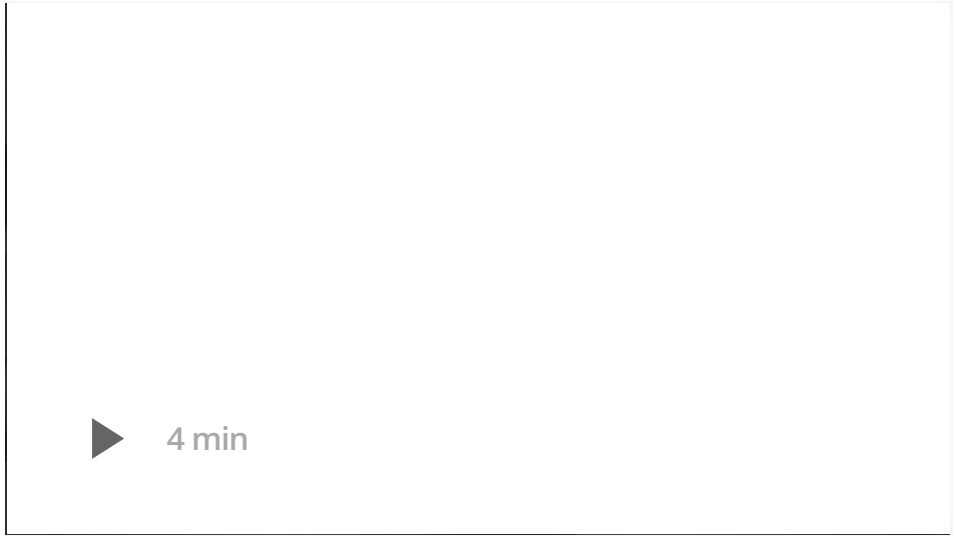
PROSSEGUIR



Bolsonaro diz que crítica a ministro do STF foi 'desabafo' e que não ofendeu 'ninguém'

De manhã, presidente disse que Alexandre de Moraes deu decisão 'política' ao suspender nomeação de Alexandre Ramagem como diretor da PF. Declaração gerou críticas de entidades.

Em Política



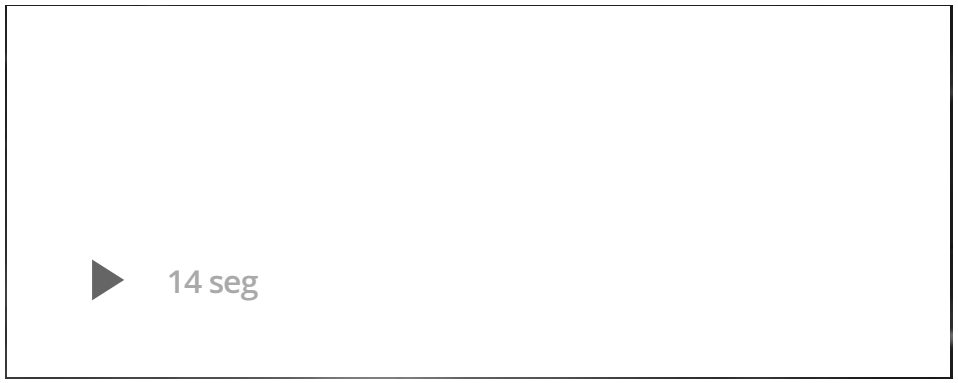
Moro diz que apresentará provas de tentativas de interferência de Bolsonaro na Polícia Federal

Em entrevista à revista 'Veja', ex-ministro da Justiça também afirmou que procurador-geral tentou intimidá-lo ao colocá-lo como investigado em inquérito sobre acusações contra presidente.

Em Política

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR



Diretor da Abin é amigo da família Bolsonaro, e ministro Alexandre de Moraes suspendeu nomeação dele como diretor-geral da PF por entender que houve desvio de finalidade.

Em Política

VEJA MAIS

últimas notícias

G1 Política

© Copyright 2000-2020 Globo Comunicação e Participações S.A.

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

MANDADO DE SEGURANÇA 37.097 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
IMPTE.(S)	: PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA
ADV.(A/S)	: MARCOS ALDENIR FERREIRA RIVAS
IMPDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
LIT.PAS.	: ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Trata-se de Mandado de Segurança coletivo, com pedido de liminar, impetrado pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), no qual se aponta como autoridade coatora o Presidente da República, o qual, segundo se afirma, teria incorrido em ilegalidade ao editar, em 27/4/2020, o Decreto de nomeação de Alexandre Ramagem Rodrigues para exercer o cargo de Diretor-Geral da Polícia Federal.

O impetrante sustenta, inicialmente, que "*a nomeação, por meio do ato coator, do Litisconsorte para o cargo de Diretor-Geral da Polícia Federal revela flagrante abuso de poder, na forma de desvio de finalidade. Trata-se, na dicção legal, da prática de 'ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência' (Lei Federal nº 4.717/1965, art. 2º, parágrafo único, 'e')*" (doc. 1, fl. 5). Argumenta que "*a vontade pessoal contida no ato coator é de, através da pessoa do Litisconsorte, imiscuir-se na atuação da Polícia Federal, sobremodo, a do exercício exclusivo de função de polícia judiciária da União (CF, art. 144, § 1º, IV), perante esta Corte, inclusive. Pretende-se, ao fim, o aparelhamento particular – mais do que político, portanto – de órgão qualificado pela lei como de Estado (Lei Federal nº 9.266/1996, art. 2º)*" (doc. 1, fl. 6). Ressalta "*que compete, privativamente, ao Presidente da República prover os cargos públicos federais (CF, art. 84, XXV), no que se insere nomear o Diretor-Geral da Polícia Federal (Lei Federal 9.266/1996, art. 2º-C). Contudo, o exercício dessas competências não pode se operar segundo finalidade diversa do interesse público e, muito menos, em prejuízo da moralidade administrativa (CF, art. 5º, LXIX, e 37, 'caput')*" (doc. 1, fl. 6). Afirma, na sequência, que "*há prova pré-constituída de que as verdadeiras intenções da*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código D9CA-202C-280E-E812 e senha F4CF-8662-E739-F7C0

Autoridade Coatora são diversas que a da respectiva regra de competência" (doc. 1, fl. 7). Menciona, nesse sentido, as "*declarações do então Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Fernando Moro, em entrevista coletiva, em 24/04/2020, na qual, colaborando efetiva e voluntariamente, denunciou que a Autoridade Coatora confessou o objetivo de interferir diretamente na Polícia Federal através da nomeação do Litisconsorte*" (doc. 1, fl. 7). Cita, também, "*a ligação intestina do Litisconsorte com a prole da Autoridade Coatora, amplamente veiculada pela imprensa, inclusive com fotografia na intimidade de rendez-vous, reconhecida pelo Presidente da República, coloquialmente, com o desprezo da expressão 'E daí?'. São, por si mesmos, fatos notórios, que, por isso, prescindem de prova (CPC, art. 274)*" (doc. 1, fl. 8). Destaca, ainda, "*o teor das mensagens divulgadas por programa televisivo em que a Autoridade Coatora afirma como motivo para a troca de Diretor-Geral da Polícia Federal reportagem cujo título é 'PF na cola de 10 a 12 deputados bolsonaristas'. Malgrado não tenha sido auditada por autoridade competente, o Presidente da República em nenhum momento negou a veracidade do conteúdo em comento*" (doc. 1, fl. 8). Assevera, além disso, que, "*consumado o ato coator, acentua-se a probabilidade de que a supervisão da direção da Polícia Federal diretamente pelo Presidente da República – que, como explicado, é um desvio de finalidade por excelência –, mediante 'relatórios de inteligência', transmude-se em aparelhamento ideológico daquele órgão*" (doc. 1, fl. 12). Destaca, ainda, que "*do ponto de vista do pressuposto subjetivo da impetração, o direito líquido e certo que reclama proteção jurisdicional consiste na moralidade administrativa em sentido estrito (CF, art. 5º, LXXIII e 37, caput), que é interesse juridicamente tutelado, mas de caráter transindividual, difuso entre os titulares de direitos políticos (cidadania)*" (doc. 1, fl. 14).

Requer, ao final, "*a concessão de medida liminar,* inaudita altera parte, *para suspender a eficácia do Decreto de 28/04/2020 (DOU de 28/4/2020, Seção 2, p. 1) e, por conseguinte, a nomeação de Alexandre Ramagem Rodrigues para o cargo de Diretor-Geral da Polícia Federal, interditando-se a respectiva posse até decisão definitiva neste 'writ'*". No mérito, pede "*a confirmação da liminar, concedendo-se a segurança para cassar o Decreto de 28/4/2020 (DOU de 28/4/2020, Seção 2, p. 1)*" (doc. 1, fl. 17).

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código D9CA-202C-280E-E812 e senha F4CF-8662-E739-F7C0

É o relatório. Decido.

A primeira questão que se coloca diz respeito à legitimidade *ad causam* do Partido Democrático Trabalhista (PDT) para impetrar mandado de segurança coletivo, que afirmo presente.

Entendo, como sempre defendi (*Direito Constitucional.* 36.ed. São Paulo: Atlas, 2020. p. 194-195), que os partidos políticos, desde que representados no Congresso Nacional, têm legitimação ampla, podendo proteger quaisquer interesses coletivos ou difusos ligados à sociedade, independentemente de vinculação com interesse de seus filiados (TEORI ZAVASCKI. *Processo coletivo.* 6 ed. São Paulo: RT, 2014. p. 193-194), o que, evidentemente, ocorre na presente hipótese (MS 34.070-MC, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe de 28/3/2016; MS 34.071-MC, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe de 28/3/2016; MS 34.069-MC, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe de 16/2/2017).

Como salientado pela Ministra ELLEN GRACIE,

> "se o legislador constitucional dividiu os legitimados para a impetração do mandado de segurança coletivo em duas alíneas, e empregou somente com relação à organização sindical, à entidade de classe e à associação legalmente constituída a expressão *em defesa dos interesses de seus membros ou associados* é porque não quis criar esta restrição aos partidos políticos. Isso significa dizer que está reconhecendo na Constituição o dever do partido político de zelar pelos interesses coletivos, independente de estarem relacionados a seus filiados", além disso, afirma "não haver limitações materiais ao uso deste instituto por agremiações partidárias, à semelhança do que ocorre na legitimação para propor ações declaratórias de inconstitucionalidade" e conclui que "tudo o que foi dito a respeito da legitimação dos partidos políticos na ação direta de inconstitucionalidade pode ser aplicado ao mandado de segurança coletivo" (RE 196.184/AM).

O art. 21 da Lei n. 12.016/2009 deve ser interpretado no sentido de se

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código D9CA-202C-280E-E812 e senha F4CF-8662-E739-F7C0

excluir a restrição ao objeto do mandado de segurança coletivo ajuizado por partidos políticos tão somente à defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária. A meu ver, se todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição (CF, art. 1º, parágrafo único), sendo indispensável para o exercício da capacidade eleitoral passiva (elegibilidade) o alistamento eleitoral (CF, art. 14, § 3º, III), a razão de existência dos partidos políticos é a própria subsistência do Estado Democrático de Direito e da preservação dos direitos e garantias fundamentais (CF, art. 1º, V – consagra o pluralismo político como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil). Nesta esteira de raciocínio, o legislador constituinte pretende fortalecê-los concedendo-lhes legitimação para o mandado de segurança coletivo, para a defesa da própria sociedade contra atos ilegais ou abusivos por parte da autoridade pública. Cercear essa legitimação somente para seus próprios interesses ou de seus filiados é retirar dos partidos políticos a característica de essencialidade em um Estado Democrático de Direito e transformá-lo em mera associação privada, o que, certamente, não foi a intenção do legislador constituinte.

Reafirmo que, a supremacia absoluta das normas constitucionais e a prevalência dos princípios que regem a República, entre eles, a cidadania e o pluralismo político como seus fundamentos basilares, obrigam o intérprete, em especial o Poder Judiciário, no exercício de sua função interpretativa, aplicar não só a norma mais favorável à proteção aos direitos humanos, inclusive aos direitos políticos, mas também eleger, em seu processo hermenêutico, a interpretação que lhes garanta a maior e mais ampla proteção; e, consequentemente, exigem a inconstitucionalidade, com a respectiva declaração de nulidade parcial, do *caput* do artigo 21 da Lei 12.016/09, no sentido de se excluir a restrição ao objeto do mandado de segurança coletivo ajuizado por partidos políticos tão somente à defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária (de minha autoria: Lei transformou partidos em meras associações. Disponível em:

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código D9CA-202C-280E-E812 e senha F4CF-8662-E739-F7C0

http://www.conjur.com.br/2009-nov-23/lei-ms-coletivotransformou-partidos-meras-associacoes-classehttp://www.conjur.com.br/2009-nov-23/lei-ms-coletivotransformou-partidos-meras-associacoes-classe).

O partido requerente, portanto, possui plena legitimidade ativa para a propositura do presente mandado de segurança coletivo.

Passo à análise da medida liminar pleiteada.

A característica básica do Presidencialismo é a centralização e a personificação do Poder Executivo Central na figura do Presidente da República, exercente da mais alta magistratura do país – como a ele se referiram JAY, HAMILTON e MADISON – e da maior liderança política nacional (MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO. *Curso de direito constitucional.* 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 140; PAULO BONAVIDES. *Ciência política.* 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 296).

Em respeito à Separação de Poderes, o Presidente da República, como força motriz na condução do Estado nos regimes presidencialistas, acumula as chefias de Estado e de Governo, competindo-lhe a chefia da administração pública federal e a livre nomeação de seus ministros, secretários e funcionários de confiança, no intuito de imprimir o direcionamento na condução dos negócios políticos e administrativos do país.

Observe-se, contudo, que com tão amplas atribuições e caracterizado pela concentração de poder pessoal na figura do Presidente, o sistema presidencialista garantiu sua imparcial e livre atuação, balizada necessariamente, pelos princípios constitucionais e pela legalidade dos atos do Chefe do Poder Executivo, a fim de manterem-se a independência e a harmonia dos Poderes da República (GIOVANNI SARTORI. *Engenharia constitucional:* como mudam as constituições. Brasília: UnB, 1996. p. 99; DONALD ROBISON. *To the best of my ability:* the presidency the constitution. New York: W. W. Norton & Company, 1987. p. 87 ss; HENRY BARRET LEARNED. *The president's cabinet*: studies in the origin, formation and structure of an american institution. New Haven: Yale University Press, 1912. p. 379; EDWARD CORWIN; LOUIS KOENING.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código D9CA-202C-280E-E812 e senha F4CF-8662-E739-F7C0

The presidency today. New York: New York University Press, 1956. p. 2; CLINTON ROSSITER. *American presidency.* New York: New American, 1940. p. 13 ss; ROBERT DAHL. *Democracia.* Brasília: UnB, 2001. p. 131. GIOVANNI BOGNETTI. *Lo spirito del costituzionalismo americano*. Turim: G. Gioppichelli, 2000. v. 2, p. 241 ss.; ASSIS-BRASIL. *Do governo presidencial na república brasileira.* 2. ed. Rio de Janeiro: Calvino, 1934. p. 141 ss.), pois como salientado por MIRKINE GUETZÉVITCH,

> "*o executivo forte, o executivo criador, o executivo poderoso é a necessidade técnica da democracia*", porém "*o exercício irresponsável, o executivo pessoal, é a ditadura*" (*As novas tendências do direito constitucional.* São Paulo: Nacional, 1933. p. 312).

Assim, para efetivar-se verdadeiramente a denominada "*Constituição equilibrada*" defendida por BLACKSTONE, se por um lado, no exercício de suas atribuições, ao Presidente da República está assegurado o juízo de conveniência e oportunidade para escolher aqueles que entender como as melhores opções para o interesse público no âmbito dos Ministérios e, como na presente hipótese, na definição da chefia da Polícia Federal, por outro lado, o chefe do Poder Executivo deve respeito às hipóteses legais e moralmente admissíveis, pois, por óbvio, em um sistema republicano não existe poder absoluto ou ilimitado, porque seria a negativa do próprio ESTADO DE DIREITO, que vincula a todos – inclusive os exercentes dos poderes estatais – à exigência de observância às normas constitucionais.

A escolha e nomeação do Diretor da Polícia Federal pelo Presidente da República (CF, art. 84, XXV e Lei Federal 9.266/1996, art. 2º-C), mesmo tendo caráter discricionário quanto ao mérito, está vinculado ao império constitucional e legal, pois, como muito bem ressaltado por JACQUES CHEVALLIER, "*o objetivo do Estado de Direito é limitar o poder do Estado pelo Direito*" (*L'Etat de droit.* Paris: Montchrestien, 1992. p. 12).

A Constituição da República de 1988, ao constitucionalizar os princípios e os preceitos básicos da Administração Pública, permitiu um alargamento da função jurisdicional sobre os atos administrativos discricionários, consagrando a possibilidade de revisão judicial.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código D9CA-202C-280E-E812 e senha F4CF-8662-E739-F7C0

Logicamente, não cabe ao Poder Judiciário moldar subjetivamente a Administração Pública, porém a constitucionalização das normas básicas do Direito Administrativo permite ao Judiciário impedir que o Executivo molde a Administração Pública em discordância a seus princípios e preceitos constitucionais básicos, pois a finalidade da revisão judicial é impedir atos incompatíveis com a ordem constitucional, inclusive no tocante as nomeações para cargos públicos, que devem observância não somente ao princípio da legalidade, mas também aos princípios da impessoalidade, da moralidade e do interesse público.

Importante inclusão feita pelo legislador constituinte, o princípio da impessoalidade encontra-se, por vezes, no mesmo campo de incidência dos princípios da igualdade e da legalidade, e não raramente é chamado de *princípio da finalidade administrativa*, que exige do administrador público a prática do ato somente visando seu *fim legal, de forma impessoal* (HELY LOPES MEIRELLES. *Direito administrativo brasileiro*. 21. ed. São Paulo: Malheiros, 1995. p. 82; FÁBIO KONDER COMPARATO. Contrato de associação – descumprimento do princípio constitucional da impessoalidade da Administração Pública. *Revista Trimestral de Direito Público.* v. 19, p. 103 ss; CARLOS ARI SUNDFELD. Princípio da impessoalidade e abuso do poder de legislar. *Revista Trimestral de Direito Público.* São Paulo: Malheiros, n. 5, p. 152, 1994).

O princípio da impessoalidade está diretamente relacionado com o princípio da supremacia ou preponderância do interesse público, também conhecido por princípio da finalidade pública, consistente no direcionamento da atividade e dos serviços públicos à efetividade do bem comum e constituindo-se em verdadeiro *vetor de interpretação* do administrador público na edição dos atos administrativos.

Por sua vez, pelo princípio da moralidade administrativa, não bastará ao administrador o cumprimento da estrita legalidade; deverá ele, no exercício de sua função pública, respeitar os princípios éticos de razoabilidade e Justiça, pois a moralidade constitui, a partir da Constituição de 1988, pressuposto de validade de todo ato da Administração Pública (CELSO BASTOS. O princípio da moralidade no

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código D9CA-202C-280E-E812 e senha F4CF-8662-E739-F7C0

direito público. *Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política.* São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 6, n. 22, p. 44, jan./mar. 1998; JOAQUIM ANTONIO CASTRO AGUIAR. O princípio da moralidade administrativa. *Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política.* São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 6, n. 22, p. 265, jan./mar. 1998; TOSHIO MUKAI. Da aplicabilidade do princípio da moralidade administrativa e do seu controle jurisdicional. *Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política.* São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 1, n. 4, p. 211, jul./set. 1993).

O Poder Judiciário, ao exercer o controle jurisdicional, não se restringirá ao exame estrito da legalidade do ato administrativo, devendo entender por legalidade ou legitimidade não só a conformação do ato com a lei, como também com a moral administrativa e com o interesse coletivo, em fiel observância ao "*senso comum de honestidade, equilíbrio e ética das Instituições"*, como ensinado por MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO:

> "não é preciso penetrar na intenção do agente, porque do próprio objeto resulta a imoralidade. Isto ocorre quando o conteúdo de determinado ato contrariar o senso comum de honestidade, retidão, equilíbrio, justiça, respeito à dignidade do ser humano, à boa-fé, ao trabalho, à ética das instituições. A moralidade exige proporcionalidade entre os meios e os fins a atingir (...) ; (se) o ato em si, o seu objeto, o seu conteúdo, contraria a ética da instituição, afronta a norma de conduta aceita como legítima pela coletividade administrada. Na aferição da imoralidade administrativa, é essencial o princípio da razoabilidade" (*Discricionariedade administrativa na Constituição de 1988.* São Paulo: Atlas, 1991. p. 111).

A obrigatoriedade de respeito ao princípio da moralidade por toda a Administração Pública foi consagrada pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, como bem destacado pelo Ministro MARCO AURÉLIO, ao lembrar que:

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código D9CA-202C-280E-E812 e senha F4CF-8662-E739-F7C0

> "O *agente público não só tem que ser honesto e probo, mas tem que mostrar que possui tal qualidade. Como a mulher de César*" (RE 160.381/SP, SEGUNDA TURMA, DJ de 12/8/1994).

O Poder Judiciário, portanto, deverá exercer o juízo de verificação de exatidão do exercício da discricionariedade administrativa perante os princípios da administração pública (CF, art. 37, *caput)*, verificando a realidade dos fatos e também a coerência lógica do ato administrativo com os fatos. Se ausente a coerência, o ato administrativo estará viciado por infringência ao ordenamento jurídico e, mais especificamente, ao princípio da proibição da arbitrariedade dos poderes públicos que impede o extravasamento dos limites razoáveis da discricionariedade, evitando que se converta em causa, de decisões desprovidas de justificação fática e, consequentemente, arbitrárias, pois o exame da legalidade, moralidade e impessoalidade, além do aspecto formal, compreende também a análise dos fatos levados em conta pelo Presidente da República ao realizar determinada nomeação.

Como salientam CANOTILHO e VITAL MOREIRA,

> "como toda a actividade pública, a Administração está subordinada à Constituição. O princípio da constitucionalidade da administração não é outra coisa senão a aplicação, no âmbito administrativo, do princípio geral da constitucionalidade dos actos do Estado: todos os poderes e órgãos do Estado (em sentido amplo) estão submetidos às normas e princípios hierarquicamente superiores da Constituição" (Constituição da República Portuguesa anotada. 3. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1993. p. 922).

Dessa forma, a Constituição Federal permite a apreciação dos atos administrativos discricionários pelo Poder Judiciário, quando o órgão administrativo utilizar-se de seu poder discricionário para atingir fim diverso daquele que a lei fixou, ou seja, quando ao utilizar-se indevidamente dos critérios da conveniência e oportunidade, o agente

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código D9CA-202C-280E-E812 e senha F4CF-8662-E739-F7C0

desvia-se da finalidade de persecução do interesse público.

Nos atos discricionários, a opção conveniente e oportuna deve ser feita legal, moral e impessoalmente pela Administração Pública, ou seja, é na legalidade, na moralidade e na impessoalidade que a oportunidade deve ser apreciada pelo Poder Judiciário.

Como destacado por CELSO BASTOS,

> "Então, ao Poder Judiciário cabe também anular atos administrativos, por desvio de poder, por abuso de poder, que atacam exatamente não uma irregularidade formal explícita do ato administrativo, mas ataca o seu âmago, a sua finalidade, apresentando-se essa irregularidade de forma velada, camuflada" (*Curso de direito administrativo.* Saraiva, 1994. p. 338).

GEORGES VEDEL aponta, em relação a todos os atos administrativos discricionários, a existência de um controle judicial mínimo, que deverá ser realizado sob o ângulo de seus elementos, pois, embora possa haver competência do agente, é preciso, ainda, que os motivos correspondam aos fundamentos fáticos e jurídicos do ato, e o fim perseguido seja constitucional e legal (*Droit administratif.* Paris: Presses Universitaries de France, 1973. p. 320).

O Estado de Direito exige a vinculação das autoridades ao Direito, e, portanto, as escolhas e nomeações realizadas pelo Presidente da República devem respeito aos princípios constitucionais regentes da Administração Pública, podendo, excepcionalmente nesse aspecto, o Poder Judiciário analisar a veracidade dos pressupostos fáticos para a sua celebração (*motivo*).

O controle jurisdicional do ato administrativo, em face do desvio de poder no exercício das competências administrativas, deve ser realizado, imprescindivelmente, em confronto com os princípios constitucionais da administração pública, obrigatórios ao chefe do Poder Executivo.

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, portanto, tem o dever de analisar se determinada nomeação, no exercício do poder discricionário do Presidente da República, está vinculada ao império constitucional,

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código D9CA-202C-280E-E812 e senha F4CF-8662-E739-F7C0

pois a opção conveniente e oportuna para a edição do ato administrativo presidencial deve ser feita legal, moral e impessoalmente pelo Presidente da República, podendo sua constitucionalidade ser apreciada pelo Poder Judiciário, pois na sempre oportuna lembrança de ROSCOE POUND,

> "a democracia não permite que seus agentes disponham de poder absoluto" (*Liberdade e garantias constitucionais.* Ibrasa: São Paulo, 1976, p. 83).

Nesse contexto, ainda que em sede de cognição inicial, analisando os fatos narrados, verifico a probabilidade do direito alegado, pois, em tese, apresenta-se viável a ocorrência de desvio de finalidade do ato presidencial de nomeação do Diretor da Polícia Federal, em inobservância aos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade e do interesse público.

São fatos notórios, além de documentados na inicial, que, em entrevista coletiva na última sexta-feira, dia 24/4/2020, o ainda Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Fernando Moro, afirmou expressa e textualmente que o Presidente da República informou-lhe da futura nomeação do delegado federal Alexandre Ramagem para a Diretoria da Polícia Federal, para que pudesse ter *"interferência política"* na Instituição, no sentido de "*ter uma pessoa do contato pessoal dele*", *"que pudesse ligar, colher informações, colher relatórios de inteligência"*.

Essas alegações foram confirmadas, no mesmo dia, pelo próprio Presidente da República, também em entrevista coletiva, ao afirmar que, por não possuir informações da Polícia Federal, precisaria "*todo dia ter um relatório do que aconteceu, em especial nas últimas vinte e quatro horas*".

São estas as declarações do ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro:

> "Foi indicado o nome do atual diretor da ABIN (referindo-se ao delegado federal Alexandre Ramagem, posteriormente nomeado pelo Presidente da República para a Diretoria da Polícia Federal), que é até um bom nome dentro da Polícia

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código D9CA-202C-280E-E812 e senha F4CF-8662-E739-F7C0

> Federal. Mas o grande problema é que não são tanto essa questão de quem colocar, mas sim porque trocar e permitir que seja feita a interferência política na PF. O presidente me disse mais de uma vez, expressamente, que queria ter uma pessoa do contato pessoal dele que ele pudesse ligar, colher informações, colher relatórios de inteligência, seja diretor-geral, superintendente e realmente não é o papel da Polícia Federal prestar esse tipo de informação. As investigações têm que ser preservadas. Imaginem se durante a própria Lava Jato, o Ministro, Diretor-Geral ou a então Presidente Dilma ficassem ligando para o superintendente em Curitiba para colher informações sobre as investigações em andamento. A autonomia da PF como um respeito a aplicação a lei seja a quem for isso é um valor fundamental que temos que preservar dentro de um Estado de Direito O presidente me disse isso expressamente, ele pode ou não confirmar, mas é algo que realmente não entendi apropriado. Então o grande problema não é quem entra mas porque alguém entra. E se esse alguém, a corporação aceitando substituição do atual Diretor, com o impacto que isso vai ter na corporação, não consegue dizer não para o Presidente a uma proposta dessa espécie, fico na dúvida se vai conseguir dizer não em relação a outros temas".

Por sua vez, declarou o Presidente da República, também em 24/4/2020:

> Sempre falei para ele: "Moro, não tenho informações da Polícia Federal. Eu tenho que todo dia ter um relatório do que aconteceu, em especial nas últimas vinte e quatro horas, para poder bem decidir o futuro dessa nação".

Em virtude dessas declarações, foi requerida a instauração de inquérito em face do Presidente da República e do ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública para apuração de eventuais infrações penais, tendo salientado o Procurador-Geral da República:

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código D9CA-202C-280E-E812 e senha F4CF-8662-E739-F7C0

> "A dimensão dos episódios narrados, especialmente os trechos destacados, revela a declaração de Ministro de Estado de atos que revelariam a prática de ilícitos, imputando a sua prática ao Presidente da República, o que, de outra sorte, poderia caracterizar igualmente o crime de denunciação caluniosa. Dos fatos noticiados, vislumbra-se, em tese, a tipificação de delitos como os de falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal), coação no curso do processo (art. 344 do CP), advocacia administrativa (art. 321 do CP), prevaricação (art. 319 do CP), obstrução de Justiça (art. 1º, § 2º, da Lei nº 12.850/2013), corrupção passiva privilegiada (art. 317, § 2º, do CP) ou mesmo denunciação caluniosa (art. 339 do Código Penal), além de crimes contra a honra (arts. 138 a 140 do CP)".

Posteriormente, no mesmo dia, em matéria do telejornal conhecido como "Jornal Nacional", da Rede Globo de Televisão, foi divulgada conversa entre o ex-Ministro Sérgio Moro e o Presidente da República, ocorrida no dia 23/4/2020, pelo aplicativo *Whatsapp*, que, em tese, indicaria a insatisfação presidencial com a existência de um inquérito no SUPREMO TRIBUINAL FEDERAL como uma das razões para a troca da direção da Polícia Federal.

Igualmente, houve a divulgação de conversa ocorrida no mesmo dia e pelo mesmo aplicativo, em que a Deputada Federal Carla Zambelli pede que o ex-Ministro Sérgio Moro aceite a nomeação do Delegado Federal Alexandre Ramagem para a Diretoria da Polícia Federal, nos seguintes termos:

> "Por favor, ministro, aceite o Ramagem. E vá em setembro pro STF. Eu me comprometo a ajudar. A fazer JB prometer".

Com a seguinte resposta do ex-Ministro Sérgio Moro:

> "Prezada, eu não estou a venda"

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código D9CA-202C-280E-E812 e senha F4CF-8662-E739-F7C0

Posteriormente, em decisão do dia 27/4/2020, o eminente Decano da CORTE, Ministro CELSO DE MELLO, após detalhada análise, entendeu plausíveis os argumentos apresentados pelo Procurador-Geral da República e determinou a instauração de inquérito, com a seguinte decisão:

> **"Sendo assim**, *em face das razões expostas*, **defiro**, *em termos*, o pedido **formulado** pelo eminente Senhor Procurador-Geral da República **e determino**, *em consequência* – **considerada a situação pessoal** do Senhor Presidente da República **e** do Senhor Sérgio Fernando Moro, *então* Ministro da Justiça e Segurança Pública –, **a instauração de inquérito** destinado **à investigação penal** dos fatos **noticiados** na peça de fls. 02/13".

Tais acontecimentos, juntamente com o fato de a Polícia Federal não ser órgão de inteligência da Presidência da República, mas sim exercer, nos termos do artigo 144, §1º, VI da Constituição Federal, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União, inclusive em diversas investigações sigilosas, demonstram, em sede de cognição inicial, estarem presentes os requisitos necessários para a concessão da medida liminar pleiteada, uma vez que o *fumus boni iuris* está comprovado pela instauração, no âmbito do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, de inquérito para apuração de eventuais práticas de crimes relacionados, inclusive, à própria nomeação futura do comando da Polícia Federal, e o *periculum in mora* correspondente à irreparabilidade do dano, em virtude de a posse do novo Diretor-Geral da Polícia Federal estar agendada para esta quarta-feira, dia 29/4/2020, às 15h00, quando então passaria a ter plenos poderes para comandar a instituição.

Diante de todo o exposto, nos termos do artigo 7º, inciso III da Lei 12.016/2016, DEFIRO A MEDIDA LIMINAR para suspender a eficácia do Decreto de 27/4/2020 (DOU de 28/4/2020, Seção 2, p. 1) no que se refere à nomeação e posse de Alexandre Ramagem Rodrigues para o cargo de Diretor-Geral da Polícia Federal.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código D9CA-202C-280E-E812 e senha F4CF-8662-E739-F7C0

Determino, ainda, que, IMEDIATAMENTE, notifique-se a autoridade impetrada, nos termos dos artigos 7º, I da Lei 12.016/2016 e 206 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Dê-se ciência imediata, inclusive por whatsapp em face da urgência, ao Advogado-Geral da União.

Após, encaminhem-se os autos à Procuradoria-Geral da República para apresentação de parecer.

Publique-se.

Brasília, 29 de abril de 2020.

Ministro **ALEXANDRE DE MORAES**

Relator

Documento assinado digitalmente

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código D9CA-202C-280E-E812 e senha F4CF-8662-E739-F7C0

Bolsonaro discursa em ato em frente a quartel com pedidos de intervenção militar

Da CNN, em Brasília e em São Paulo*
19 de Abril de 2020 às 17:24 | Atualizado 19 de Abril de 2020 às 23:39

Compartilhar

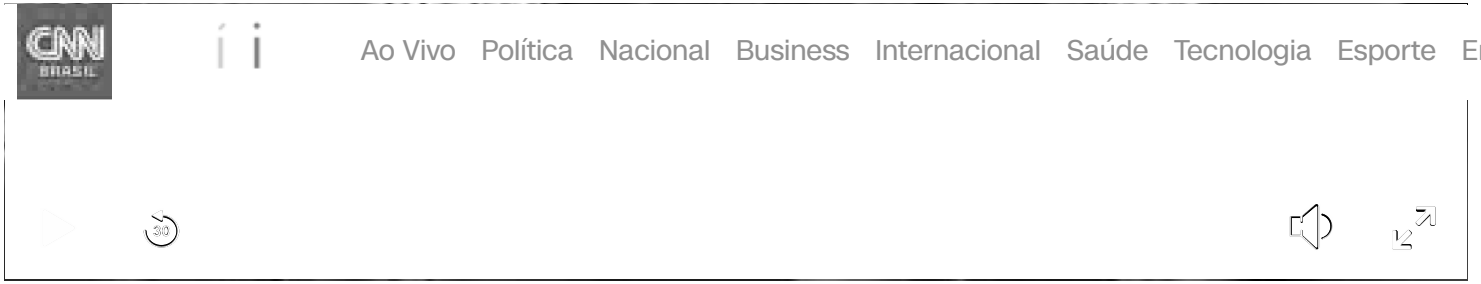
Ouvir

MAIS DA CNN BRASIL

Como o segundo país mais populoso do mundo tem cerca de mil mortes por COVID-19

Filho de Bolsonaro, Jair Renan ironiza coronavírus em vídeo: 'Gripezinha'

AGU diz que tomará medidas judiciais s
exames de Bolsonaro até sábado (2)



O presidente Jair Bolsonaro (Sem Partido) participou neste domingo (19) de um protesto diante um quartel do Exército em Brasília, onde manifestantes pedem intervenção militar, o fechamento do Congresso e do STF (Supremo Tribunal Federal).

O presidente fez um pronunciamento aos seus partidários no local, transmitido em uma live no Facebook, na qual pediu que a população "faça tudo o que for necessário para o país ter o lugar de destaque que merece."

PUBLICIDADE

accenture

CONTEÚDO PAGO POR

Frigideira que não usa óleo e não gruda vira febre em Belém
Gold Chef Panelas

Nunca vista essas 9 roupas durante um voo
Free Hub

Eu tô aqui porque acredito em vocês. Vocês tão aqui porque acreditam no Brasil. Não vamos negociar nada", disse Bolsonaro. "Todos sem exceção têm que ser patriotas e acreditar e fazer sua parte pra que possamos colocar o Brasil no lugar de destaque que ele merece. O povo no poder. Fazer tudo q for necessário."

Leia também:

Repercussão: Congresso, STF e governadores criticam Bolsonaro, que se reúne com generais

Os manifestantes gritavam "Mito", "Fora, Maia" e "AI-5", em referência ao ato institucional que ampliou os poderes da ditadura militar brasileira em 1968. Havia também pedidos de fechamento do Congresso e do STF. A polícia do Exército observa a manifestação.

O AI-5 foi o Ato Institucional mais duro instituído pela repressão militar nos anos de chumbo, em 13 de dezembro de 1968, ao revogar direitos fundamentais e delegar ao presidente da República o direito de cassar mandatos de parlamentares, intervir nos municípios e Estados. Também suspendeu quaisquer garantias constitucionais, como o direito a habeas corpus, e instalou a censura nos meios de comunicação. A partir da medida, a repressão do regime militar recrudesceu.

Em redes bolsonaristas, foram marcados protestos em frente a quartéis em diversas cidades do país.



O presidente Jair Bolsonaro discursa em Brasília para apoiadores da intervenção militar, do AI-5 e do fechamento do Congresso Nacional (19.abr.2020)

Foto: Gabriela Biló/Estadão Conteúdo

Visita aos filhos

Bolsonaro (PSL). Na reunião informal, estava, também, o senador pelo Rio de Janeiro Flávio Bolsonaro (Republicanos) e o vereador da cidade do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro (Republicanos).

Em foto publicada nas redes sociais de Eduardo, a legenda diz: “Reunião no QG”. O deputado mora em um prédio de apartamentos funcionais, onde outros deputados federais residem, além do ministro da cidadania, Onyx Lorenzoni (DEM).



O presidente Jair Bolsonaro discursa em Brasília para apoiadores da intervenção militar, do AI-5 e do fechamento do Congresso Nacional (19.abr.2020)

Foto: Gabriela Biló/Estadão Conteúdo

Repercussão negativa

do centro, da direita e da esquerda se manifestaram na tarde deste domingo (19).
Políticos classificaram como "grave", "incentivo à desobediência" e "escalada antidemocrática" a atitude de Bolsonaro de ir a um protesto antidemocrático e de incentivar a aglomeração de pessoas.

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse neste domingo (19) que é "assustador" ver manifestações pela volta do regime militar, após 30 anos de democracia. Em seu perfil no Twitter, Barroso também afirmou que "é seu dever defender a Constituição e as instituições democráticas." O seu comentário foi compartilhado pelo seu companheiro de STF, o também ministro Gilmar Mendes.

Pouco tempo depois, o ministro se manifestou por conta própria na mesma rede social. "A crise do coronavírus só vai ser superada com responsabilidade política, união de todos e solidariedade", escreveu Mendes. "Invocar o AI-5 e a volta da Ditadura é rasgar o compromisso com a Constituição e com a ordem democrática."

Outro integrante da corte também se manifestou. "Não sei onde o capita está com a cabeça", disse à CNN o ministro Marco Aurélio Mello, ao se referir a Bolsonaro como capitão. "Não sei em que ele está respaldado. Conheço os militares. Observam a disciplina, a hierarquia e não apoiam maluquices", disse o ministro ao recordar que frenquentou a Escola Superior de Guerra, em 1983.

Marco Aurélio, que é vice-decano da suprema corte, repetiu um bordão que lhe é característico: "Tempos estranhos!". Para o ministro, não há espaço para o que ele



Apoiadores de intervenção militar se aglomeram durante discurso do presidente Jair Bolsonaro em Brasília (19.abr.2020)

Foto: Gabriela Biló/Estadão Conteúdo

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que o Brasil precisa combater o coronavírus e "o vírus do autoritarismo". "Defender a ditadura é

Citando as 2.462 mortes por COVID-19 no Brasil até este domingo, Maia também disse que "pregar uma ruptura democrática diante dessas mortes é uma crueldade imperdoável com as famílias das vítimas e um desprezo com doentes e desempregados."

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), que vem travando debates com Bolsonaro desde que determinou medidas de isolamento social para combater o coronavírus, assim como a maior parte dos governadores, chamou de "lamentável" a atuação do presidente neste domingo.

"Lamentável que o presidente da República apoie um ato antidemocrático, que afronta a democracia e exalta o AI-5. Repudio também os ataques ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal. O Brasil precisa vencer a pandemia e deve preservar sua democracia", disse o governador.

Na oposição, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou que vai entrar com uma representação contra Bolsonaro na Procuradoria-Geral da República (PGR). "O senhor presidente da República atravessou o rubicão da tolerância democrática e ofendeu a Constituição em vários aspectos. Ele atentou contra as instituições do Estado democrático de direito e ofendeu inclusive o código penal", declarou.

** com informações de Estadão Conteúdo*

CONTEÚDO PAGO

Celebridades falidas que hoje trabalham em empregos comuns

Free Hub | Patrocinado

Internet caindo o tempo todo? Esse extensor de Wi-Fi resolve sua vida

WIFI UltraBoost | Patrocinado

Você se lembra do filho de Ronaldo? Tente não ficar impressionado ao vê-lo agora

Cash Roadster | Patrocinado

Compre hoje 100 unidades da máscara mais segura por um preço inacreditável

Máscara Segura | Patrocinado

O jogo mais viciante do ano!

Forge of Empires - Jogo Online Grátis | Patrocinado

O segredo para comprar nas Americanas que as pessoas não sabem

Cuponomia | Patrocinado

Chega no Brasil, aparelho que ensina qualquer pessoa a tocar violão ou guitarra.

Guitar Acordes | Patrocinado

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente

Dr. Rafael Freitas | Patrocinado

Secador IQ Perfetto. Revolucionário, ultraleve, compacto

GA.MA Italy | Patrocinado

Política
Toffoli entra na operação pela nomeação de Ramagem na PF

Política
Fux envia à PGR notícia-crime contra Bolsonaro por superfaturamento

Política
Guedes conta que recebeu de Doria conselho para sair do governo, diz site

Nacional
Advogados denunciam Moro para a Comissão de Ética da Presidência

Política
Ministro Luís Roberto Barroso diz que 'impeachment é a última opção'

Internacional
COVID-19 pode ser erradicada mesmo sem vacina, diz Trump

Política
Análise: STF e Planalto começam a construir pontes com nomeações de Bolsonaro

Saúde

Política

'Inadmissível' a intervenção parlamentar em inquérito contra Bolsonaro, diz PGR

Internacional

Trump se diz confiante de que COVID-19 pode ter surgido em laboratório chinês

- Sobre a CNN Brasil
- Termos de Uso
- Políticas de Privacidade
- Mapa do site
- Fale com a CNN

© 2020 Cable News Network Brasil. Uma empresa NOVUS MÍDIA. Todos os direitos reservados.

Ao Vivo Política Nacional Business Internacional Saúde Tecnologia Esporte Entretenimento Estilo Viagem

BREAKING NEWS

Brasil confirma mais 421 mortes e total vai a 6.750; casos são mais de 96 mil

Home > Política

Congresso, STF e governadores criticam Bolsonaro, que se reúne com generais

Caio Junqueira, Gabriel Hirabahasi, Mathias Brotero, Tainá Farfan e Basília Rodrigues, da CNN em Brasília

19 de Abril de 2020 às 18:27 | Atualizado 19 de Abril de 2020 às 23:36

Compartilhar

Ouvir

MAIS DA CNN BRASIL

Rosa Weber suspende requerimentos d
contra assessor de Eduardo Bolsonaro



O presidente Jair Bolsonaro discursa em ato em Brasília em que manifestantes pediam intervenção militar e defendiam o AI-5

Foto: Ueslei Marcelino - 19.abr.2020/Reuters

Integrantes do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e lideranças políticas de centro, da direita e da esquerda se manifestaram na tarde deste domingo (19) contra as declarações do presidente Jair Bolsonaro durante atos em seu favor em Brasília.

Estudo brasileiro mostra que COVID-19 consegue infectar neurônios humanos

'Só sei trabalhar com saúde', afirma ex-número 2 do ministério após exoneração

PSB questiona no STF revogação da exoneração de Ramagem na Abin

CONTEÚDO PAGO POR

Frigideira que não usa óleo e não gruda vira febre em Belém
Gold Chef Panelas

Homem que enterrou 42 ônibus escolares finalmente permite a entrada de câmeras
MyDailyMagazine

Em sua fala durante manifestação que tinha como alvo o Legislativo, o Judiciário e que pedia também intervenção militar, Bolsonaro afirmou que “não queremos negociar nada”, que “chega da velha política no Brasil” e “vamos fazer o possível para mudar o destino do Brasil”. Dezenas de manifestantes se aglomeraram para ouvi-lo em frente ao Quartel-General do Exército.

Horas após a fala, ele retornou ao Palácio da Alvorada, onde reuniu-se com seu núcleo militar. Chegaram lá os ministros da Casa Civil, general Braga Neto; da Defesa, general Fernando Azevedo; do Gabinete de Segurança Institucional, general Heleno Ribeiro e da Secretaria de Governo, general Luiz Ramos.

No Supremo Tribunal Federal, o ministro Luís Roberto Barroso não fez menção ao presidente. O ministro, porém, comentou o ato e disse que “é assustador ver manifestações pela volta do regime militar”. “Só pode desejar intervenção militar quem perdeu a fé no futuro e sonha com um passado que nunca houve. Ditaduras vêm com violência contra os adversários, censura e intolerância. Pessoas de bem e que amam o Brasil não desejam isso”, afirmou.

Outro ministro do STF, Gilmar Mendes não se manifestou sobre o ato ou a participação de Bolsonaro. Porém, Gilmar compartilhou a mesma publicação de Barroso nas redes sociais.



"Não sei onde o capita está com a cabeça", disse à **CNN** o ministro Marco Aurélio Mello, ao se referir a Bolsonaro como capitão. "Não sei em que ele está respaldado. Conheço os militares. Observam a disciplina, a hierarquia e não apoiam maluquices", disse o ministro ao recordar que frenquentou a Escola Superior de Guerra, em 1983, Marco Aurélio, que é vice-decano da suprema corte, repetiu um bordão que lhe é característico: "Tempos estranhos!". Para o ministro, não há espaço para o que ele chama de retrocesso. "Os ares são democráticos e assim continuarão. Visão totalitária merece a excomunhão maior", disse.

Críticas do centro, direita e esquerda

No universo político, as críticas vieram também do centro e da direita.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que o Brasil precisa combater o coronavírus e "o vírus do autoritarismo". "Defender a ditadura é estimular a desordem. É flertar com o caos", afirmou.

Citando as 2.462 mortes por COVID-19 no Brasil até este domingo, Maia também disse que "pregar uma ruptura democrática diante dessas mortes é uma crueldade imperdoável com as famílias das vítimas e um desprezo com doentes e desempregados."

O Movimento Brasil Livre (MBL) acusou o presidente de ser “mentiroso”. “O governo dele é o que mais liberou emenda parlamentar na história, distribuiu sim cargos ao centrão, sancionou fundão de R$ 2 bilhões, juiz de garantias, etc. e agora o bonitão aparece em ato com militantes para falar que ‘não vai negociar’”, afirmou em rede social.

O MDB publicou em suas redes sociais uma imagem do ex-presidente da Câmara Ulysses Guimarães com o texto: “Temos ódio e nojo da ditadura”. O partido não se referiu diretamente ao presidente da República ou ao ato deste domingo.

O PSL, partido pelo qual Bolsonaro se elegeu e depois rompeu, escreveu: “O PSL repudia atos antidemocráticos, motivo pelo qual Bolsonaro não faz mais parte do PSL. Neste documento, assinado por ele, promete “preservar as instituições e proteger o Estado Democrático de Direito”. Quem defende o AI-5 e o fechamento do Congresso não comunga dos nossos valores.”

O PSDB também criticou a participação do presidente da República no ato deste domingo. “O presidente eleito jurou obedecer à Constituição brasileira. Ao apoiar abertamente movimento golpista, coloca em risco a democracia e desmoraliza o cargo que ocupa. O povo e as instituições brasileiras não aceitarão”, disse o presidente do partido, Bruno Araújo (PE).

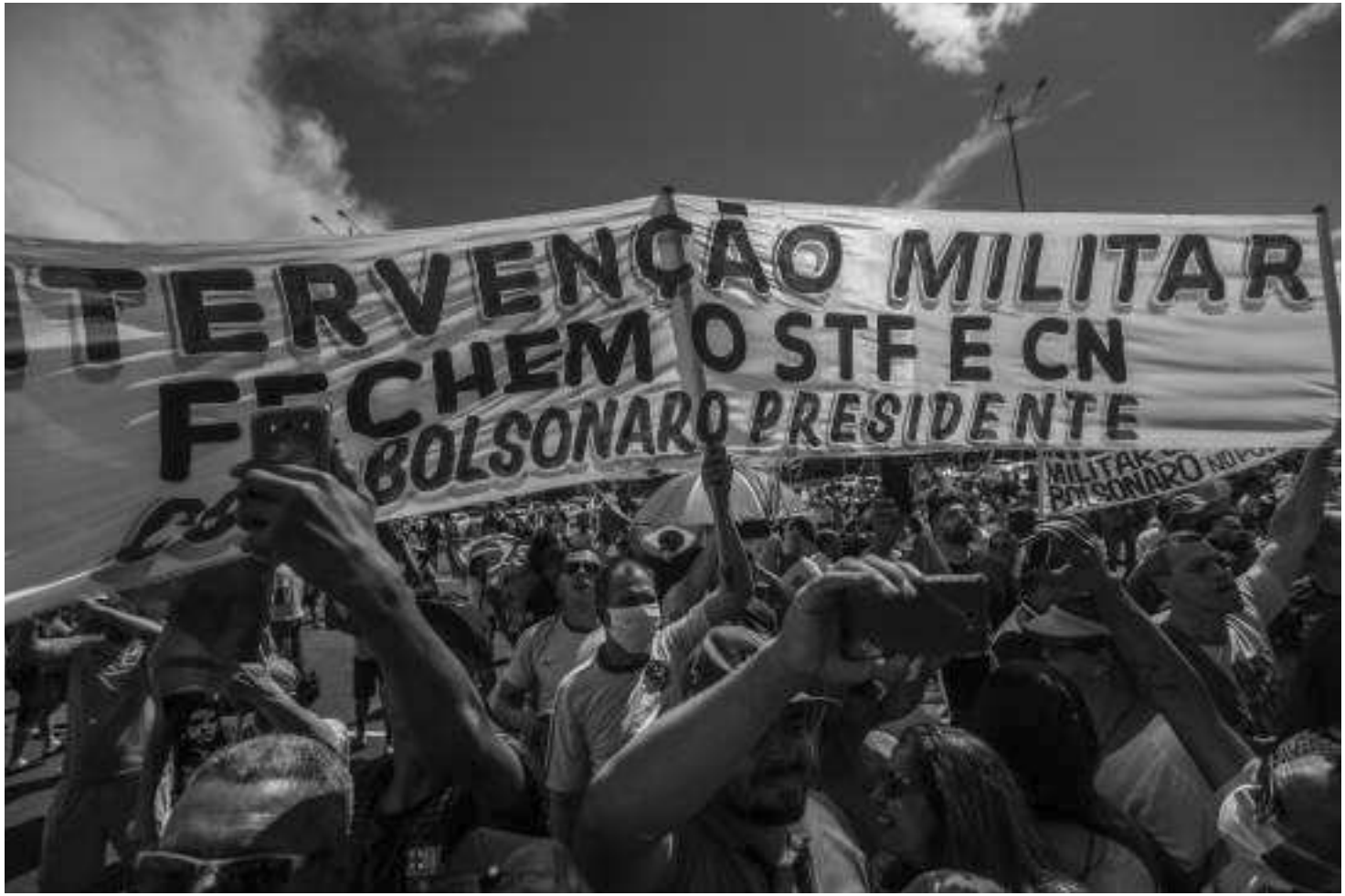
Líder do Podemos no Senado, o senador Álvaro Dias afirmou que a atitude de Bolsonaro é um "estímulo à desobediência". "Fica difícil aceitar essa transferência de responsabilidade para o Congresso do fracasso do governo federal", afirmou o senador. "A atitude de Bolsonaro hoje (com manifestantes) foi grave. É um estímulo à desobediência. O presidente age como se estivesse em um parque de diversões."

Já Roberto Freire, presidente do Cidadania, classificou a atitude de Bolsonaro como uma "escalada antidemocrática". "O STF e o Congresso devem ficar em posição de alerta. O presidente está se aproveitando da pandemia para articular uma escalada antidemocrática. Além de um ato criminoso contra a saúde pública foi um crime de responsabilidade apoiar um ato que prega a volta do AI-5 e contra o Congresso e STF."

O ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso disse que é “lamentável” a participação de Bolsonaro na manifestação. “É hora de união ao redor da Constituição contra toda ameaça à democracia. Ideal que deve unir civis e militares; ricos e pobres. Juntos pela liberdade e pelo Brasil”, declarou.

O presidenciável e apresentador Luciano Huck disse que “defender a ditadura promove a desordem e é inconstitucional”. Huck não mencionou Bolsonaro, mas afirmou que “só

com democracia construiremos um país menos desigual e mais eficiente e afetivo. Neste momento, deveríamos investir nosso tempo em salvar vidas e combater a pandemia e suas consequências".



Apoiadores de intervenção militar se aglomeram durante discurso do presidente Jair Bolsonaro em Brasília (19.abr.2020)

Foto: Gabriela Biló/Estadão Conteúdo

No campo político da esquerda, que faz oposição a Bolsonaro, as críticas foram maiores.

O ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que "a mesma Constituição que permite que um presidente seja eleito democraticamente têm mecanismos para impedir que ele conduza o país ao esfacelamento da democracia e a um genocídio da população."

A presidente do PT, deputada Glesi Hoffmann, disse que a atitude de Bolsonaro foi uma “irresponsabilidade”. “Provoca aglomeração para fazer discurso político e incentivar ilegalidades. Receita perfeita para a tragédia”, afirmou. O líder do PT na Câmara, deputado Ênio Verri (PR), disse que o presidente da República “atenta contra a democracia”.

Ex-prefeito de São Paulo e candidato derrotado do PT nas eleições presidenciais em 2018, Fernando Haddad disse: “Até quando os democratas suportarão tanta provocação, sem nada fazer? O dia do fora já chegou!”. Também candidato derrotado em 2018, o coordenador do MTST, Guilherme Boulos, disse que “todos os limites já foram ultrapassados. E sobram razões jurídicas para retirá-lo da presidência: fraude eleitoral, crimes de responsabilidade e contra a saúde pública”.

O líder da minoria no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou que “Bolsonaro já incorreu em crime de responsabilidade inúmeras vezes. Atentou contra a Constituição, contra os poderes constitucionais, contra a democracia. Promoveu o ódio, exaltou o AI-5, um dos piores episódios da nossa história!”.

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), disse que, “para desviar o foco de suas absurdas atitudes quanto ao coronavírus e a sua péssima gestão econômica, Bolsonaro resolve atiçar grupelhos para atacar a Constituição, as instituições e o regime democrático. Bolsonaro não sabe e não quer governar”.

O PSOL publicou uma nota de repúdio, assinada pelo seu presidente, Juliano Medeiros. "Essa provocação soma-se a outras tantas e comprova que ele não tem mais condições de seguir governando. É preciso que Bolsonaro deixe o poder imediatamente, pelos meios constitucionais disponíveis, para que o Brasil não siga sob as ameaças de um genocida."

O núcleo mais próximo do presidente o defendeu. Seu filho Eduardo Bolsonaro, deputado federal, disse que o “trabalho da extrema imprensa hoje é estimular discórdia entre os poderes e botar palavras na boca do presidente”. Segundo o deputado, “Bolsonaro não vira as costas para o povo”. A deputada Carla Zambelli, aliada fiel do presidente, compartilhou o vídeo do presidente no ato e disse: “Acabou a patifaria”.

Carta dos governadores

Alguns governadores de manifestaram neste domingo com críticas às falas do presidente Bolsonaro. Segundo João Dória (PSDB), governador de São Paulo, é "lamentável que o presidente da República apoie um ato antidemocrático, que afronta a democracia e exalta o AI-5". Doria disse ainda repudiar também "os ataques ao

Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal. O Brasil precisa vencer a pandemia e deve preservar sua democracia".

Também ex-apoiador de Bolsonaro, o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, afirmou pelo Twitter na noite desde domingo que "em vez de o presidente incitar a população contra os governadores e comandar uma grande rede de fake news para tentar assassinar nossas reputações, deveria cuidar da saúde dos brasileiros". "Seguimos na missão de enfrentamento do COVID-19", complementou Witzel.



O governador fluminense disse ainda que "democracia não é o que presidente Bolsonaro pratica: mandar o povo brasileiro para as ruas, correndo riscos de se

contaminar, de tornar o nosso Brasil um país doente, em meio a uma grave crise de saúde mundial".

Para o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), Bolsonaro quer "desviar o foco de suas absurdas atitudes quanto ao coronavírus e a sua péssima gestão econômica". Ainda segundo Dino, "Bolsonaro resolve atiçar grupelhos para atacar a Constituição, as instituições e o regime democrático. Bolsonaro não sabe e não quer governar. Só quer poder e confusão".

O governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), disse que "ato pedindo volta da Ditadura não é apenas contra a memória. É desrespeito com quem teve que chorar perdas ontem e hoje. É também crime contra quem está na linha de frente, como profissionais da Saúde e Segurança. Garantir o Estado Democrático, em defesa da vida."

O Fórum Nacional de Governadores divulgou no sábado (18) uma carta aberta em defesa das recentes declarações do presidente Jair Bolsonaro sobre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e o do Senado, Davi Alcolumbre. O documento, assinado por 20 governadores, diz que “o mundo vive uma das suas maiores crises, temos testemunhado o empenho com que os presidentes do Senado e da Câmara têm se conduzido, dedicando especial atenção às necessidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios brasileiros”.

Segundo o documento dos governadores, as declarações do presidente da República sobre a postura dos dois presidentes do Legislativo acaba “afrontando princípios democráticos que fundamentam nossa nação”. “A saúde e a vida do povo brasileiro

devem estar muito acima de interesses políticos, em especial nesse momento de crise", dizem os governadores.

Sociedade civil

Em nota, a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) disse ver "com preocupação" as manifestações pedindo o fechamento do Congresso e do STF, "além de outras medidas ilegais e que agridem a Constituição Federal." Segundo a entidade, "o caminho correto para a busca das soluções é o cumprimento rigoroso da lei e o trabalho em conjunto das instituições em prol da construção de soluções".

"A AMB está atenta aos acontecimentos e pronta para atuar em defesa da Constituição, da magistratura e do sistema de Justiça", diz o comunicado.

A Associação Juízes para a Democracia disse que a participação de Bolsonaro na manifestação a favor do AI-5 e contra as instituições democráticas revelou "uma vez mais sua incapacidade para gerir o país em um período de pandemia".

"É inaceitável que o chefe de estado estimule aglomerações quando isso representa evidente potencialização do risco de vida para todas as pessoas", diz a associação. "A AJD exorta uma vez mais as instituições republicanas a assumirem a responsabilidade histórica de reconduzir o Brasil à normalidade democrática, antes que seja tarde demais."

Seis das principais centrais sindicais do país -- CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST e CSB -- também divulgaram nota conjunta de repúdio ao que chamaram de "escalada golpista" liderada por Bolsonaro. Segundo as entidades, o presidente "provocou um show de horrores em relação ao necessário isolamento social" e "mais uma vez testa os limites do seu cargo e os limites das instituições democráticas".

"Ele avança, com suas extravagâncias, onde não encontra resistência. Se esta resistência não vier, até onde irá a irresponsabilidade do presidente? Onde vamos parar? Uma contundente resposta faz-se urgente e necessária", diz a nota.

CONTEÚDO PAGO

Internet caindo o tempo todo? Esse extensor de Wi-Fi resolve sua vida

WIFI UltraBoost | Patrocinado

Celebridades falidas que hoje trabalham em empregos comuns

Free Hub | Patrocinado

Você se lembra do filho de Ronaldo? Tente não ficar impressionado ao vê-lo agora

Cash Roadster | Patrocinado

O jogo mais viciante do ano!

Forge of Empires - Jogo Online Grátis | Patrocinado

O segredo para comprar nas Americanas que as pessoas não sabem
Cuponomia | Patrocinado

Chega no Brasil, aparelho que ensina qualquer pessoa a tocar violão ou guitarra.
Guitar Acordes | Patrocinado

Compre hoje 100 unidades da máscara mais segura por um preço inacreditável
Máscara Segura | Patrocinado

Secador IQ Perfetto. Revolucionário, ultraleve, compacto
GA.MA Italy | Patrocinado

Carros para quem quer parecer rico
lupa times | Patrocinado

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente
Dr. Rafael Freitas | Patrocinado

Política

Toffoli entra na operação pela nomeação de Ramagem na PF

Política

Fux envia à PGR notícia-crime contra Bolsonaro por superfaturamento

Política

Guedes conta que recebeu de Doria conselho para sair do governo,

Nacional

Advogados denunciam Moro para a Comissão de Ética da Presidência

Política

Ministro Luís Roberto Barroso diz que 'impeachment é a última opção'

Internacional

COVID-19 pode ser erradicada mesmo sem vacina, diz Trump

Política

Análise: STF e Planalto começam a construir pontes com nomeações de Bolsonaro

Saúde

Vacina contra COVID-19 deve ter primeiros resultados até junho, diz Pfizer

Política

'Inadmissível' a intervenção parlamentar em inquérito contra Bolsonaro, diz PGR

Internacional

Trump se diz confiante de que COVID-19 pode ter surgido em laboratório chinês

© 2020 Cable News Network Brasil. Uma empresa NOVUS MÍDIA. Todos os direitos reservados.

globo.com g1 globoesporte gshow vídeos

ASSINE JÁ MINHA CONTA E-MAIL ENTRAR ›

DISTRITO FEDERAL

Bolsonaro volta a apoiar ato antidemocrático e diz que não vai mais 'admitir interferência'

Presidente também afirmou que 'daqui pra frente, não só exigiremos, faremos cumprir a Constituição'. Manifestantes levaram faixas pela intervenção militar e contra o Congresso e o STF.

Por G1 — Brasília

03/05/2020 11h28 · Atualizado há 15 horas





O presidente **Jair Bolsonaro** participou, neste domingo (3), de mais um ato a favor do governo e de medidas antidemocráticas na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

Os manifestantes pediram intervenção militar e criticaram o presidente da Câmara, **Rodrigo Maia** (DEM-RJ), ministros do Supremo Tribunal Federal e o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, **Sergio Moro** – que acusa o presidente de **tentar interferir politicamente na Polícia Federal** para proteger familiares.

> **Em declaração transmitida por live em rede social, Bolsonaro afirmou: "Temos as Forças Armadas ao lado do povo, pela lei, pela ordem, pela democracia, pela liberdade".**

> "Nós queremos o melhor para o nosso país. Queremos a independência verdadeira dos três poderes, e não apenas uma letra da Constituição, não queremos isso. Chega de interferência. Não vamos admitir mais interferência. Acabou a paciência. Vamos levar esse Brasil para frente. Acredito no povo brasileiro e nós todos acreditamos no Brasil."

> Ao final, o presidente disse: "Peço a Deus que não tenhamos problemas nessa semana. Porque chegamos no limite, não tem mais conversa. Daqui para frente, não só exigiremos, faremos cumprir a Constituição."





Sem máscara, Bolsonaro e apoiadores aglomerados estendem bandeirão do Brasil na rampa do Palácio do Planalto — Foto: Facebook/Reprodução

Na quinta (30), Bolsonaro acusou o ministro do STF Alexandre de Moraes de tomar uma decisão "política" ao barrar a nomeação do delegado Alexandre Ramagem para o comando-geral da PF. Na live, o presidente voltou a criticar o que chama de "interferência".

"Ela [A Constituição] será cumprida a qualquer preço. E ela tem dupla-mão. Não é de uma mão, de um lado só não. Amanhã nomeamos novo diretor da PF e o Brasil segue o seu rumo, aí".

Sem máscara, Bolsonaro levou a filha Laura, de 9 anos, para o Palácio do Planalto, de onde acenou para manifestantes que se aglomeravam em frente ao prédio. O presidente não foi à grade do Planalto, mas liberou a entrada de participantes do ato, que subiram a rampa e estenderam uma bandeira do Brasil.

Enquanto Bolsonaro conversava com manifestantes, parte do grupo **agrediu profissionais de imprensa** que acompanhavam o ato. A Polícia Militar precisou montar um cordão de isolamento improvisado para evitar as agressões.



Juristas, políticos e entidades **repudiaram as agressões à imprensa e as pautas** antidemocráticas e inconstitucionais do protesto. O **presidente da Câmara**, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que "cabe às instituições democráticas impor ordem legal ao grupo que confunde política com terror".

Ato pró-governo





Carreata pró-Bolsonaro na Esplanada dos Ministérios, em 2 de maio — Foto: TV Globo/Reprodução

Manifestantes fizeram uma carreata em Brasília, na manhã deste domingo (3), em defesa do presidente **Jair Bolsonaro**. O ato na Esplanada dos Ministérios foi convocado pelas redes sociais.





Manifestantes na Praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Planalto exibem faixa com dizeres contra o STF — Foto: TV Globo/Reprodução

A concentração começou às 10h, no Museu da República. O grupo ocupou todas as faixas do Eixo Monumental, na altura da Rodoviária do Plano Piloto. Até as 13h30, o trânsito no local seguia bloqueado.

Os participantes exibiram bandeiras do Brasil e faixas contra o presidente da Câmara, **Rodrigo Maia** (DEM) e com reivindicações antidemocráticas e anticonstitucionais, como "intervenção militar com Bolsonaro" e "Fora Congresso. STF sabotadores".





Manifestantes em ato pró-Bolsonaro exibem faixa pedindo retorno de intervenção militar — Foto: TV Globo/Reprodução

Outras aglomerações

No sábado (2), Bolsonaro visitou um **posto de gasolina às margens da BR-040**, em Cristalina, gerando nova aglomeração. Ele voltou a defender a flexibilização do isolamento social e disse que as pessoas devem ir de máscara para a rua.

" Vamos tomar cuidado e usar máscara", disse. Apesar disso, o próprio presidente usou o equipamento de forma errada, retirou a proteção para falar e para tirar fotos.

Houve um momento em que o presidente levou a mão ao nariz e depois, com a mesma mão, cumprimentou apoiadores. Levar a mão ao nariz é uma das principais formas de se contagiar e de espalhar o vírus.

A primeira participação de Bolsonaro em um ato do tipo, em meio à pandemia, **foi em 15 de março**. Naquele momento, o Brasil já tinha casos confirmados da Covid-19 e campanhas pelo isolamento social, mas nenhuma morte.

O presidente ainda tinha recomendação específica de isolamento, por ter participado de uma **viagem oficial a Miami**, nos Estados Unidos. Das pessoas que integraram a comitiva, pelo menos **23 tiveram Covid-19** logo após o retorno.

Desde o primeiro ato, em menos de dois meses, o Brasil chegou a 97,1 mil casos confirmados da infecção e 6.761 mortes, segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde **neste sábado**.

Leia mais notícias sobre a região no **G1 DF**.

BRASÍLIA DISTRITO FEDERAL

Veja também



Participação de Bolsonaro em atos antidemocráticos repercute

Juristas, políticos e representantes da sociedade civil também repudiaram as agressões à equipe do jornal 'O Estado de S.Paulo'.

3 de mai de 2020 às 20:16

Próximo >

Mais do **G1**

Comando da Polícia Federal

1 hora após nomeação, subordinado de Ramagem é empossado chefe da PF em cerimônia fechada

Bolsonaro assinou termo de posse de Rolando de Souza sem a presença da imprensa. Nomeação ocorre após STF barrar a indicação de Ramagem.

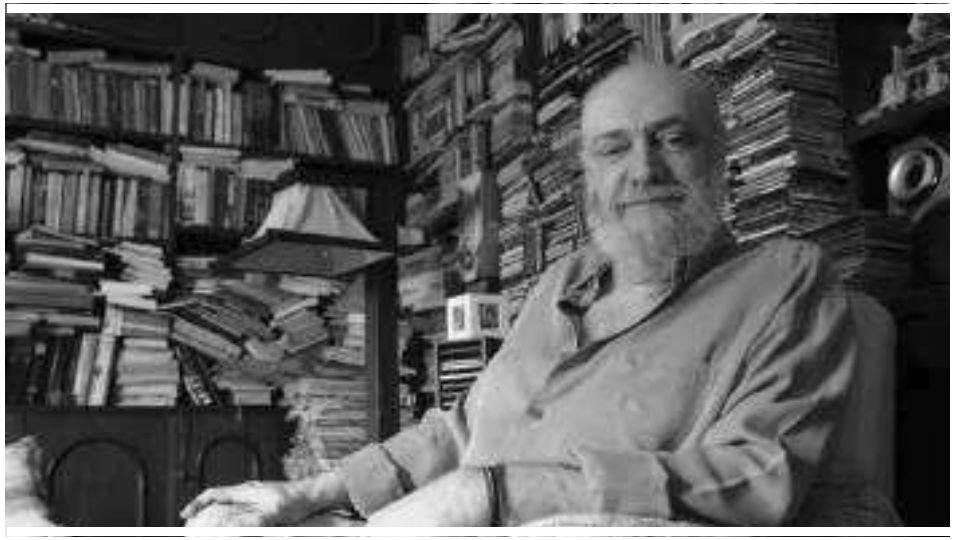
Há 3 horas — Em Política



Morre aos 85 anos o ator Flávio Migliaccio no RJ

- Memória Globo: relembre a carreira do ator

Em Região dos Lagos



Compositor e escritor Aldir Blanc morre no Rio aos 73 anos

- Blanc é autor de 'O bêbado e a equilibrista', eternizada por Elis Regina; veja trechos de obras

Em Rio de Janeiro



Ato antidemocrático

ANDRÉIA SADI: Fala de Bolsonaro em ato irrita cúpula das Forças Armadas

- CAMAROTTI: Acuado por Moro e desgastado com 'Centrão', presidente testa limites da democracia
- VALDO CRUZ: Militares não apoiam qualquer 'ato de força' contra Judiciário ou Legislativo

Há 3 horas — Em Blog da Andréia Sadi

O Globo

EDITORIAL: Presidente insiste na desobediência institucional

Há 7 horas



'Cada Poder tem limites e responsabilidades', diz Mourão; juristas e políticos reagem a Bolsonaro em ato

- Maia diz que 'cabe às instituições democráticas impor ordem legal ao grupo que confunde política com terror'
- Imprensa internacional repercute postura do presidente

Há 15 horas — Em Política

VEJA MAIS

© Copyright 2000-2020 Globo Comunicação e Participações S.A.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

PETIÇÃO PGR Nº 120763/2020

Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal,

O **PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA** subassinado, com fundamento no art. 21, XV, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal[1], vem requerer a

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO

para apuração de supostos fatos noticiados em pronunciamento do ora Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Fernando Moro, iniciado às 11h00 do dia 24 de abril de 2020[2], no auditório Tancredo Neves, localizado no Palácio da Justiça, edifício-sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

1 Art. 21. São atribuições do Relator: […] XV – determinar a instauração de inquérito a pedido do Procurador-Geral da República, da autoridade policial ou do ofendido, bem como o seu arquivamento, quando o requerer o Procurador-Geral da República.

2 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eXwA73n7xXw

Na ocasião, o titular da pasta, ao tornar pública a sua exoneração do cargo, deu declarações cujo teor é transcrito abaixo:

> *Eu queria lamentar esse evento na data de hoje, nós estamos passando por uma pandemia do Conid-9, ontem uma informação lamentável de 407 óbitos, então durante essa pandemia infelizmente tendo que realizar esse evento. Busquei ao máximo evitar que isso acontecesse, mas foi inevitável então peço a compreensão de todos pelas circunstâncias adversas mas não foi por minha opção.*
>
> *Queria fazer algumas reflexões gerais para poder justificar minhas decisões. Antes de assumir o cargo como ministro eu fui juiz federal por 22 anos, tive diversos casos criminais relevantes, e desde 2014 em particular tivemos a operação lava jato que mudou o patamar de combate a corrupção no país. Claro que existe muito a ser feito, mas aquela grande corrupção que em geral era impune, esse cenário foi modificado. Isso foi um trabalho do judiciário, do ministério público, de outros órgãos, e na parte de investigação, principalmente da Polícia Federal. Desde 2014, sempre tive uma preocupação constante de uma interferência do Executivo na investigação, e isso poderia ser feito de diversas formas, como na troca de diretor-geral sem justa causa, troca de superintendente.*
>
> *Tivemos no início da Lava Jato o superintendente Rosalvo Ferreira, que convidei pro ministério. Depois foi sucedido pelo superintendente Valeixo. Houve a substituição mas ela foi pela aposentadoria do dr Rosalvo e foi garantida a autonomia da Polícia Federal durante as investigações. O governo da época (Dilma Rousseff, PT) tinha inúmeros defeitos, crimes de corrupção, mas foi fundamental a manutenção da autonomia da PF para que fosse possível realizar este trabalho. Seja de bom grado ou seja pela pressão da sociedade essa autonomia foi mantida e isso permitiu que os resultados fossem alcançados. Isso até é um ilustrativo da importância de garantir estado de direito,autonomia das instituições de controle e de investigação.*

Lembrando até um episódio que num domingo qualquer, lembro que Valeixo recebeu uma ordem de soltura ilegal do ex-presidente Lula, condenado por corrupção e preso, emitida por um juiz incompetente. Foi graças a autonomia de Valeixo que ele comunicou as autoridades e foi possível rever essa ordem de prisão ilegal, antes que ela fosse executada, a demonstrar o empenho dessas autoridades e a importância da autonomia das organizações de controle

No fim de 2018, recebi convite de Bolsonaro, recém-eleito. Fui convidado a ser ministro da Justiça e Segurança Pública. Foi conversado no 1º de novembro que teríamos o compromisso com o combate à corrupção, crime organizado e criminalidade violenta. Inclusive foi-me prometido carta branca para nomear todos os assessores como a PRF e a PF.

Na ocasião, foi divulgado equivocadamente que eu teria estabelecido como condição uma nomeação ao STF. Isso nunca aconteceu. Eu realmente assumi o cargo, mas a ideia era buscar num nível de formulação de políticas públicas, numa alta posição no Executivo de aprofundar o combate à corrupção e levar maior efetividade em relação à criminalidade violenta e ao crime organizado.

Tem uma única condição que coloquei, que revelo agora, eu disse que como eu estava abandonando minha carreira de 22 anos da magistratura e contribui 22 para a previdência e pedi que se algo me acontecesse, que minha família não ficasse desamparada sem uma pensão. Foi a única condição que coloquei para assumir a posição no Ministério.

O presidente concordou com todos os compromissos. Falou que me daria carta branca. Eu já tinha uma expertise por trabalhar com polícia, como juiz evidentemente, e aceitei com o intento de fazer com que as coisas evoluíssem. Na época, minha avaliação é que a aceitação ao convite tinha sido bem aceito pela sociedade. Também me vi como, estando no governo, como também um garantidor. Claro que existem outras instituições, como o judiciário, o STF, o Ministério Público, mas entendi que, pelo meu passado como juiz e meu compromisso

com o estado de direito, eu poderia ser um garantidor da lei e da imparcialidade e autonomia dessas instituições.

Dentro do ministério, a palavra norte tem sido integração. Atuamos próximos das forças de segurança estaduais e até municipais. Trabalhamos duro contra a criminalidade organizada. Não houve um combate tão efetivo como nesta gestão. Trabalhamos com os governos estaduais, não contra.

Ouso aqui dizer que não houve um combate tão efetivo à criminalidade organizada como nessa gestão trabalhando com os governos estaduais. Tivemos o caso da transferência e isolamento das lideranças do PCC, a prisão de um líder foragido há 20 anos, recorde de apreensão de drogas. Feito pela PF, PRF, força nacional. Também houve recorde de destruição de plantações de maconha no Paraguai, além de número expressivo de apreensões de produtos do crime. Buscamos fortalecer a PF e a PRF, com ampliação dos concursos. Empregamos a força nacional, instituição que ao meu ver deveria ser fortalecida.

Criamos o SIOP – secretaria de operações integradas -, nessa linha de fortalecer a integração, que desenvolveu o programa hórus e vigia, que trata do controle de fronteiras. investimos em inteligência, com os centros de fusão. Várias outras áreas do Ministério da Justiça tiveram um bom ganho de efetividade, área de consumidor, imigração, Senajus.

No momento, o ministério está voltando ao enfrentamento da pandemia. Isso prejudicou um pouco os planos em curso embora eles continuassem. Mas estamos cuidando de epis, vacinação, atenção às forças de segurança, de coordenação, de preocupação com o plano nacional de segurança.

Enquanto o Coaf esteve no ministério da justiça, e não pedi que o Coaf viesse, mas foi proposto que ele fosse colocado na estrutura, e nós o fortalecemos. Depois acabou sendo transferido mas a estrutura fortalecida se manteve.

Tivemos o projeto de lei anti crime, que foi a principal mudança legislativa durante o nosso período de gestão. O projeto poderia ter avanços maiores, mas na minha avaliação representou um grande avanço.

Lembro aqui de uma campanha motivacional que tivemos logo no início para nossos servidores e o tema era "faça a coisa certa sempre". Então esse sempre foi o mote do Ministério, faça a coisa certa, não importa as circunstâncias, arque com as consequências. Isso faz parte. Acho que com tudo isso conseguimos resultados expressivos, como as de combate ao crime organizado, mas tivemos uma redução da criminalidade em 2019 sem precedentes de -19% de assassinatos. Outros crimes também caíram. Mais de 10 mil brasileiros deixaram de ser assassinados. Claro, é um resultado compartilhado com estados e municípios. A proposta no MJSP sempre foi integração, não importa o resultado. Mas me deixa muito feliz que tivemos resultado assim tão positivos para a queda de violência. Claro que temos que melhorar muito mas isso é um trabalho permanente e duradouro.

Em todos esse período tive apoio o presidente em vários desses projetos, outros nem tanto, mas a partir do segundo semestre do ano passado passou a haver uma insistência do presidente da troca do comando da Polícia Federal. Isso inclusive foi declarado publicamente. Houve primeiro o desejo de trocar o superintendente do Rio. Sinceramente não havia nenhum motivo para essa mudança. Mas conversando com o superintendente, ele queria sair do cargo por questões pessoais. Então nesse cenário concordamos eu e o diretor geral em promover essa troca com uma substituição técnica, de um indicado da polícia.

É preciso que fazer uma referência, eu não indico superintendentes. A única pessoa que indiquei foi o diretor Maurício Valeixo. Não é meu papel fazer a minha indicação de superintendentes. Sempre

tenho dado autonomia a minha equipe para que eles façam as melhores escolhas, assim se valoriza a equipe e as escolhas técnicas.

Eu tinha notícia quando assumi de que pelo menos havia rumores de que a PRF tinha algumas superintendências por indicações políticas. Escolhi o diretor geral, ele pode testemunhar o que eu disse pra ele. Foi 'escolha tecnicamente, o que não é aceitável são essas indicações políticas'. Claro que existem indicações positivas, mas quando se começam a preencher esses cargos técnicos principalmente de polícia, com questões político partidárias, realmente o resultado não é bom para a corporação inclusive.

O presidente no entanto também passou a insistir na troca do diretor geral. Eu sempre disse, 'presidente não tem nenhum problema em trocar o diretor-geral, mas preciso de uma causa' e uma causa normalmente relacionada a insuficiência de desempenho, um erro grave. No entanto o que eu vi durante esse período e até pelo histórico do diretor que é um trabalho bem feito.

Várias operações importantes, combate ao crime organizado e corrupção. Poderiam ter até mais operações, mas normalmente elas maturam algum tempo e no ano passado ficamos quatro meses sem poder movimentar inquéritos de lavagem de dinheiro. Mas o trabalho vinha sido feito.

Não é uma questão do nome. Tem outros bons nomes para assumir o cargo de diretor da PF. Há outros delegados igualmente competentes. O grande problema de realizar essa troca é que haveria uma violação de uma promessa que me foi feita, de que eu teria carta branca. ***Em segundo lugar não haveria causa para essa substituição e estaria claro que estaria havendo ali uma interferência política na polícia federal, o que gera um abalo da credibilidade não minha, mas minha também, mas do governo e do compromisso maior que temos que ter com a lei. E tem um impacto também na própria efetividade da polícia federal,***

ia gerar uma desorganização. *Não aconteceu durante a Lava Jato, a despeito de todos os problemas de corrupção dos governos anteriores. Houve até um episódio que foi nomeado um diretor no passado, com intuito de interferência política e não deu certo ficou pouco mais de três meses a própria instituição rejeitou essa possibilidade.*

O problema é que nas conversas com o presidente e isso ele me disse expressamente, que o problema não é só a troca do diretor-geral. Haveria intenção de trocar superintendentes, novamente o do rio, outros provavelmente viriam em seguida como o de Pernambuco, sem que fosse me apresentado uma razão para realizar esses tipos de substituições que fossem aceitáveis.

Dialoguei muito tempo, busquei postergar essa decisão, às vezes até sinalizando que poderia concordar no futuro. Até num primeiro momento pensando que poderia ser feito, mas cada vez mais me veio a sinalização de que seria um grande equívoco realizar essa substituição

Ontem conversei com o presidente houve essa insistência. Falei que seria uma interferência política. Ele disse que seria mesmo. Falei que isso teria um impacto pra todos que seria negativo. mas para evitar uma crise durante uma pandemia, não tenho vocação para carbonário, muito pelo contrário acho que o momento é inapropriado para isso eu sinalizei então vamos substituir o Valeixo por alguém que represente a continuidade dos trabalhos, alguém com perfil absolutamente técnico e que fosse uma sugestão minha também, mas na verdade nem minha, da polícia federal. Eu sinalizei com o nome do atual diretor executivo, Disney Rosseti. Nem tenho uma grande familiaridade, mas é uma pessoa de carreira de confiança. E como falei essas questões não são pessoais, tem que ser decididas tecnicamente. Fiz essa sinalização, mas não obtive resposta.

O presidente tem preferência por alguns nomes que seriam da indicação dele, não sei qual vai ser a escolha. Foi ventilado o nome de um delegado que passou mais tempo no congresso do que na ativa. Foi indicado o nome do atual diretor da Abin que é até um bom nome dentro da Polícia Federal. Mas o grande problema é que não são tanto essa questão de quem colocar, mas sim porque trocar e permitir que seja feita a interferência política na PF.

O presidente me disse mais de uma vez, expressamente, que queria ter uma pessoa do contato pessoal dele que ele pudesse ligar, colher informações, colher relatórios de inteligência, seja diretor-geral, superintendente e realmente não é o papel da polícia federal prestar esse tipo de informação. As investigações tem que ser preservadas. Imaginem se durante a própria lava jato, o ministro, diretor-geral ou a então presidente Dilma ficassem ligando para o superintendente em Curitiba para colher informações sobre as investigações em andamento. A autonomia da PF como um respeito a aplicação a lei seja a quem for isso é um valor fundamental que temos que preservar dentro de um estado de direito

O presidente me disse isso expressamente, ele pode ou não confirmar, mas é algo que realmente não entendi apropriado. Então o grande problema não é quem entra mas porque alguém entra. e se esse alguém, a corporação aceitando substituição do atual direto, com o impacto que isso vai ter na corporação, não consegue dizer não pro presidente a uma proposta dessa espécie, fico na dúvida se vai conseguir dizer não em relação a outros temas.

Há uma possibilidade que Valeixo gostaria de sair, mas isso não é totalmente verdadeiro. *O ápice de qualquer delegado da PF é a direção geral. E ele entrou com uma missão. Claro que depois de tantas pressões para que saísse, ele de fato manifestou a mim 'olha talvez seja melhor eu sair para diminuir essa cisma e nós*

conseguimos realizar uma substituição adequada', mas nunca isso voluntariamente, mas decorrente dessa pressão que não é apropriada.

O presidente também me informou que tinha preocupação com inquéritos em curso no STF e que a troca também seria oportuna da Polícia Federal por esse motivo. Também não é uma razão que justifique a substituição e é até algo que gera uma grande preocupação.

Enfim, eu sinto que tenho o dever de tentar proteger a pf e por esses motivos, ainda busquei uma solução alternativa para evitar uma crise política durante a pandemia. acho que o foco deveria ser o combate a pandemia, mas entendi que não poderia deixar de lado esse meu compromisso com o estado de direito.

A exoneração fiquei sabendo pelo DOU. Não assinei esse decreto. Em nenhum momento isso foi trazido ou o diretor geral apresentou um pedido formal de exoneração. Depois me comunicou que ontem a noite recebeu uma ligação dizendo que ia sair a exoneração a pedido, e se ele concordava. Ele disse ' como é que vou concordar com alguma coisa, vou fazer o que'. O fato é que não existe nenhum pedido que foi feito de maneira formal. Sinceramente fui surpreendido, achei que foi ofensivo a via que depois a Secom informou que houve essa exoneração a pedido mas isso de fato não é verdadeiro.

Para mim esse último ato é uma sinalização de que o presidente me quer fora do cargo porque essa precipitação na exoneração não vejo muita justificativa.

De todo modo, meu entendimento foi que não tinha como aceitar essa substituição. Há uma questão envolvida da minha biografia como juiz, de respeito à lei, ao estado de direito, à impessoalidade no trato das coisas do governo. Seria um tiro na lava jato se houvesse substituição de delegados, superintendentes naquela ocasião. Então eu não me senti confortável. Tenho que preservar minha biografia, mas também o compromisso que assumi inicialmente, de que seriamos firmes no combate a corrupção, ao crime organizado e à

criminalidade violenta. E o pressuposto a isso é que nós temos que garantir o respeito à lei e à própria autonomia da Polícia Federal contra interferências políticas

O presidente indica o diretor-geral, ele tem essa competência, mas assumiu um compromisso comigo de que seria uma escolha técnica que eu faria. O trabalho vem sendo realizado, e o diretor-geral poderia ser alterado desde que houvesse uma causa consistente. Não tendo essa causa consistente e percebendo que essa interferência política pode levar a relações impróprias entre o diretor-geral, o superintendentes para com o presidente da república é ai que não posso concordar.

De todo modo agradeço ao presidente, fui fiel ao compromisso que tivemos e acho que estou sendo fiel no atual momento. No futuro, vou começar a empacotar minhas coisas e providenciar o encaminhamento da minha carta de demissão. Eu infelizmente não tenho como persistir com o compromisso que assumi sem que eu tenha condições de trabalho, de preservar a autonomia da Polícia Federal para realizar seu trabalhos ou sendo forçado a sinalizar uma concordância com uma interferência política na polícia federal cujos resultados são imprevisíveis.

Espero que independentemente da minha saída seja feita a escolha – quem sabe até a própria manutenção do diretor sendo que não existe pedido de exoneração, mas não havendo essa possibilidade que seja feita uma escolha técnica sem preferências pessoais que seja indicado alguém que possa realizar um trabalho autônomo e independente também a instituição vai também resistir a qualquer espécie de interferência política e alguém que não concorde em trocar superintendente delegados por motivos não justificados

Sobre o meu futuro pessoal, abandonei 22 anos de magistratura. Infelizmente é um caminho sem volta, mas quando assumi sabia dos riscos. Vou descansar um pouco. nesses 22 anos foram muito trabalho, em especial durante a lava jato não tive descanso, nem durante o cargo no ministério. vou procurar mais adiante a um

> *emprego, não enriqueci no serviço público nem como juiz nem como ministro e quero dizer que independentemente de onde eu esteja sempre vou estar a disposição do país para ajudar. Enfim sempre respeitando o mandamento do ministério da justiça e segurança pública nessa gestão que é fazer a coisa certa sempre.*

A dimensão dos episódios narrados, especialmente os trechos destacados, revela a declaração de Ministro de Estado de atos que revelariam a prática de ilícitos, imputando a sua prática ao Presidente da República o que, de outra sorte, poderia caracterizar igualmente o crime de denunciação caluniosa.

Dos fatos noticiados, vislumbra-se, em tese, a tipificação de delitos como os de falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal), coação no curso do processo (art. 344 do CP), advocacia administrativa (art. 321 do CP), prevaricação (art. 319 do CP), obstrução de Justiça (art. 1º, § 2º, da Lei 12.850/2013) corrupção passiva privilegiada (art. 317, § 2º, do CP) ou mesmo denunciação caluniosa (art. 339 do Código Penal), além de crimes contra a honra (arts. 138 a 140 do CP).

Para tanto, indica-se, como diligência inicial, a oitiva de Sérgio Fernando Moro, a fim de que apresente manifestação detalhada sobre os termos do pronunciamento, com a exibição de documentação idônea que eventualmente possua acerca dos eventos em questão.

Instaurado o inquérito, e na certeza da diligência policial para o não perecimento de elementos probatórios, o PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA reserva-se para acompanhar o apuratório e, se for o caso, oferecer denúncia.

Brasília, 24 de abril de 2020.

Augusto Aras
Procurador-Geral da República

Inq 4831

Processo Físico **Público**

Número Único: 0024271-86.2020.1.00.0000

INQUÉRITO
Origem: DF - DISTRITO FEDERAL
Relator: MIN. CELSO DE MELLO
Redator do acórdão:

AUTOR(A/S)(ES) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) JAIR MESSIAS BOLSONARO (PRESIDENTE DA REPÚBLICA)
INVEST.(A/S) SÉRGIO FERNANDO MORO (EX-MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA)

Informações

Assunto:

DIREITO PENAL | Crimes Contra a Administração da Justiça | Denunciação caluniosa

DIREITO PENAL | Crimes contra a Fé Pública | Falsidade ideológica

DIREITO PENAL | Crimes Contra a Administração da Justiça | Coação no curso do processo

DIREITO PENAL | Crimes Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral | Advocacia administrativa

DIREITO PENAL | Crimes Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral | Prevaricação

DIREITO PENAL | Crimes contra a Honra

Procedência

Data de Protocolo:

28/04/2020

Órgão de Origem:

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Origem:

DISTRITO FEDERAL

Número de Origem:

4829, 8802, 4831

Partes

AUTOR(A/S)(ES)
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S)(ES)
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

INVEST.(A/S)
JAIR MESSIAS BOLSONARO (PRESIDENTE DA REPÚBLICA)

INVEST.(A/S)
SÉRGIO FERNANDO MORO (EX-MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA)

Andamentos

01/05/2020
Petição
Manifestação - Petição: 27495 Data: 01/05/2020 às 17:03:16

01/05/2020
Expedido(a)
OFÍCIO - DETERMINAÇÃO CUMPRIMENTO DESPACHO/DECISÃO - SEJ (ENVIO ELETRÔNICO)

01/05/2020
Expedido(a)
OFÍCIO - COMUNICA DESPACHO/DECISÃO - SEJ (ENVIO ELETRÔNICO)

01/05/2020
Comunicação assinada
OFÍCIO - DETERMINAÇÃO CUMPRIMENTO DESPACHO/DECISÃO - SEJ (ENVIO ELETRÔNICO)

01/05/2020
Comunicação assinada
OFÍCIO - COMUNICA DESPACHO/DECISÃO - SEJ (ENVIO ELETRÔNICO)

01/05/2020
Deferido
MIN. CELSO DE MELLO

Em 01.05.2020 "(...) Defiro, em termos, o pedido formulado pelo Senhor Procurador-Geral da República referente à comunicação, ao Serviço de Inquéritos – SINQ – da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DICOR – da Polícia Federal, dos nomes dos membros do “Parquet” indicados no último parágrafo da promoção do eminente Chefe do Ministério Público da União (Procuradores da República João Paulo Lordelo Guimarães Tavares, Antonio Morimoto e Hebert Reis Mesquita), que irão

acompanhar a inquirição do Senhor Sérgio Fernando Moro e os demais atos e diligências a serem praticados no âmbito do presente inquérito. Determino, ainda, seja transmitido ao Senhor Procurador-Geral da República o teor integral da decisão por mim proferida em 30/04/2020, na qual acolhi, em parte, o pleito ontem deduzido por ilustres congressistas (PG/STF nº 26.627/2020). As comunicações ao Senhor Procurador-Geral da República e ao Serviço de Inquéritos – SINQ – da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DICOR – da Polícia Federal deverão ser efetivadas pela Secretaria Judiciária desta Corte pelo meio mais rápido possível, independentemente de ofício por mim assinado. Publique-se."

30/04/2020
Manifestação da PGR
Vista PGR - Petição: 27436 em 30/04/2020 às 22:47:11 via Web Service MNI 2.2.2. - PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

30/04/2020
Determinada a diligência
"(...)Por tal motivo é que se impõe, na espécie, e como anteriormente enfatizei, a prévia audiência da douta Procuradoria-Geral da República sobre a realização das diligências investigatórias sugeridas pelos Senhores congressistas, ora requerentes. Para efeito da inquirição do Senhor Sérgio Fernando Moro, oficie-se ao Serviço de Inquéritos – SINQ – da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DICOR – da Polícia Federal, encaminhando-se-lhe cópia tanto da presente decisão quanto da petição do eminente Senhor Procurador-Geral da República (que deu início a este procedimento) e da petição dos Senhores congressistas protocolada nesta Corte (PG nº 26.627/2020). Publique-se. Brasília, 30 de abril de 2020 (20h50)."

30/04/2020
Petição
26627/2020 - 29/04/2020 - PETICIONADA PELO SISTEMA DE PETICIONAMENTO ELETRONICO V.3 - Alessandro Vieira e outros - solicitam providências.

30/04/2020
Petição
25896/2020 - 28/04/2020 - PETICIONADA PELO SISTEMA DE PETICIONAMENTO ELETRONICO V.3 - Luiz Paulo Teixeira Ferreira - solicita providências.

30/04/2020
Publicação, DJE
DJE nº 105, divulgado em 29/04/2020

29/04/2020
Expedido(a)
Ofício Eletrônico 5059/2020 - A Sua Excelência o Senhor ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA - COM CÓPIA DA PETIÇÃO INICIAL E DA DECISÃO - Data da Remessa: 29/04/2020

28/04/2020
Vista à PGR
para fins de intimação.

28/04/2020
Certidão
de vínculo do protocolado nº 25978/2020 à pet 8805.

28/04/2020
Despacho
referente ao protocolado nº 25978/2020.

28/04/2020
Desentranhamento de peças
protocolados nºs 25616/2020, 25657/2020 e 25858/2020.

28/04/2020
Despacho
referente ao protocolado nº 25858/2020.

28/04/2020
Despacho
referente ao protocolado nº 25657/2020.

28/04/2020
Despacho
referente ao protocolado nº 25616/2020.

28/04/2020
Recebimento dos autos

28/04/2020
Comunicação assinada
OFÍCIO ELETRÔNICO - COMUNICA DECISÃO (ENVIO ELETRÔNICO)

28/04/2020
Petição
Manifestação - Petição: 25978 Data: 28/04/2020 às 15:35:29

28/04/2020
Vista à PGR para fins de intimação

28/04/2020
Distribuído por prevenção
MIN. CELSO DE MELLO. Prevenção do Relator/Sucessor: MIN. CELSO DE MELLO. Processo que justifica: Pet 8802. Justificativa legal: RISTF, art. 69, caput

28/04/2020
Autuado

28/04/2020
Protocolado
Reautuação do processo: Pet / 8802

Decisões

01/05/2020
Deferido
MIN. CELSO DE MELLO

Em 01.05.2020 "(...) Defiro, em termos, o pedido formulado pelo Senhor Procurador-Geral da República referente à comunicação, ao Serviço de Inquéritos – SINQ – da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DICOR – da Polícia Federal, dos nomes dos membros do "Parquet" indicados no último parágrafo da promoção do eminente Chefe do Ministério Público da União (Procuradores da República João Paulo Lordelo Guimarães Tavares, Antonio Morimoto e Hebert Reis Mesquita), que irão acompanhar a inquirição do Senhor Sérgio Fernando Moro e os demais atos e diligências a serem praticados no âmbito do presente inquérito. Determino, ainda, seja transmitido ao Senhor Procurador-Geral da República o teor integral da decisão por mim proferida em 30/04/2020, na qual acolhi, em parte, o pleito ontem deduzido por ilustres congressistas (PG/STF nº 26.627/2020). As comunicações ao Senhor Procurador-Geral da República e ao Serviço de Inquéritos – SINQ – da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DICOR – da Polícia Federal deverão ser efetivadas pela Secretaria Judiciária desta Corte pelo meio mais rápido possível, independentemente de ofício por mim assinado. Publique-se."

Sessão virtual

Deslocamentos

PROCESSOS ORIGINÁRIOS CRIMINAIS

Guia 2294947/2020 Enviado por PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA em 30/04/2020

Recebido em 30/04/2020

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Guia 2654/2020 Enviado por PROCESSOS ORIGINÁRIOS CRIMINAIS em 28/04/2020

PROCESSOS ORIGINÁRIOS CRIMINAIS

Enviado por AUTUAÇÃO, ANÁLISE DE PREVENÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS em 28/04/2020

AUTUAÇÃO, ANÁLISE DE PREVENÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS

Guia 6622/2020
Recebido em 28/04/2020
Guia 2292790/2020
Enviado por DIVERSOS em 28/04/2020
Recebido em 28/04/2020

Petições

27495/2020 Peticionado em 01/05/2020
Recebido em 01/05/2020 17:03:17 por PROCESSOS ORIGINÁRIOS CRIMINAIS

27436/2020 Peticionado em 30/04/2020
Recebido em 30/04/2020 22:47:15 por PROCESSOS ORIGINÁRIOS CRIMINAIS

26627/2020 Peticionado em 29/04/2020
Recebido em 30/04/2020 14:13:39 por GABINETE MINISTRO CELSO DE MELLO

25896/2020 Peticionado em 28/04/2020
Recebido em 30/04/2020 14:13:39 por GABINETE MINISTRO CELSO DE MELLO

Recursos

Pautas

globo.com g1 globoesporte gshow vídeos

ASSINE JÁ MINHA CONTA E-MAIL ENTRAR ›

POLÍTICA

Atestado de óbito diz que morte de pai do presidente da OAB foi causada pelo Estado

Bolsonaro diz que Fernando Santa Cruz foi morto por 'grupo terrorista' de esquerda, não por militares. Segundo Comissão de Mortos e Desaparecidos, vítima teve 'morte violenta' em 1974.

Por Vladimir Netto, Marcelo Parreira e Filipe Matoso, TV Globo e G1 — Brasília

29/07/2019 20h03 · Atualizado há 9 meses

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR



CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

O **atestado de óbito** de Fernando Santa Cruz de Oliveira, opositor do **regime militar**, afirma que a morte dele foi causada pelo Estado brasileiro.

Fernando Santa Cruz é pai de Felipe Santa Cruz, atual presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Mais cedo, nesta segunda-feira, o presidente **Jair Bolsonaro** disse que, se o presidente da **OAB** quisesse saber como o pai morreu, **ele, Bolsonaro, contaria**.

Depois, em uma rede social, Bolsonaro disse que Fernando Santa Cruz não foi morto por militares, mas, sim, **pela organização de esquerda Ação Popular do Rio de Janeiro**, classificada pelo presidente como "grupo terrorista".

A **Comissão da Verdade**, porém, diz que Santa Cruz foi **morto por agentes da ditadura**.

O atestado de óbito foi incluído no sistema da Comissão de Mortos e Desaparecidos no último dia 24 e será enviado à família de Fernando Santa Cruz.

Documento da Aeronáutica

A Comissão da Verdade disponibiliza na internet um **documento do antigo Ministério da Aeronáutica** segundo o qual Fernando Santa Cruz foi preso em 22 de fevereiro de 1974, um dia antes da data em que, segundo o atestado de óbito, ele morreu.

Reação

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

No documento, afirmou que **o presidente da República é "cruel"** e não sabe separar o público do privado.

Também nesta segunda, a própria OAB divulgou uma **nota de repúdio** à declaração do presidente da República.

Íntegra

Leia a íntegra do atestado de óbito de Fernando Santa Cruz:

ATESTADO DE ÓBITO

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

presidente nomeada no Decreto de 25 de julho de 2014 (D.O.U. 28/07/2014), declara, nos termos da Resolução Nº 2, de 29 de

novembro de 2017 (D.O.U. 11/12/2017), para fins de retificação de assento de óbito lavrado com base na mesma lei acima citada, que:

- FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA, brasileiro, casado, estudante universitário e funcionário público, residente e domiciliado em São Paulo/SP, nascido em Recife/PE, aos 20 de fevereiro de 1948, filho de Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira e Lincoln de Santa Cruz Oliveira, conforme reconhecido às páginas 1.601/1.607, do Volume III, do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, faleceu provavelmente no dia 23 de fevereiro de 1974, no Rio de Janeiro/RJ, em razão de morte não natural, violenta, causada pelo Estado brasileiro, no contexto da perseguição sistemática e generalizada à população identificada como opositora política ao regime ditatorial de 1964 a 1985.

Brasília, 24 de julho de 2019.

(Assinado eletronicamente)

EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

Presidente

Observação: corpo não localizado até a data de lavratura do presente atestado.

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR



Coronavírus: receba as principais notícias

Um resumo atualizado sobre a pandemia diretamente no seu e-mail.

Para se inscrever, entre ou crie uma Conta Globo gratuita.

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

Veja também

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

Força Nacional do SUS envia ajuda para Manaus

Força Nacional do SUS aumentou a equipe de saúde, já são 8 mil profissionais cadastrados, Nesta semana, foram enviados profissionais de Saúde para ajudar Manaus.

2 de mai de 2020 às 08:43

Próximo >

Mais do **G1**

Coronavírus

Idosos perdem, em média, 10 anos de vida ao morrer por Covid-19, diz estudo

Dos 50 aos 79 anos, mesmo com até 4 comorbidades, pacientes teriam ainda mais uma década de vida, pelo menos. Dados são da Itália, Reino Unido, Escócia e da OMS.

Há 36 minutos — Em Coronavírus

Brasileiros nos EUA

Pandemia põe fim ao 'sonho americano' de imigrantes: 'Insustentável'

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR



Em Mundo



Lives de hoje

Alok, Jorge & Mateus e Lulu Santos animam a quarentena

- DJ vai fazer transmissão ao vivo de set montado em casa

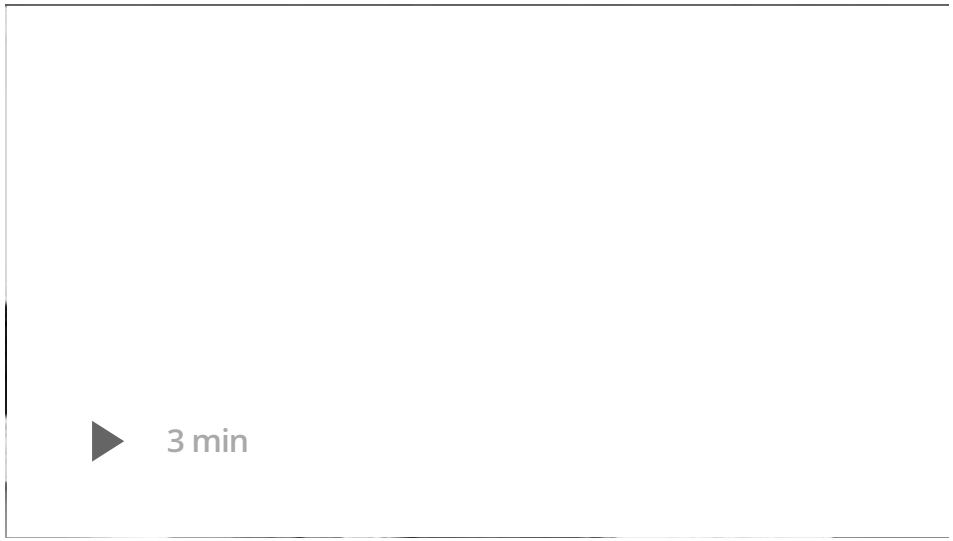
Em Música

Veja vias de São Paulo que terão bloqueios a partir de segunda-feira para elevar isolamento social

Radial Leste e Moreira Guimarães estão entre as vias. Primeiro dia de bloqueios será educativo, para adaptação dos paulistanos, mas a partir de terça-feira (5), os fiscais da prefeitura vão começar a barrar os carros para

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR



Moro presta depoimento à Polícia Federal neste sábado em Curitiba

Ex-ministro da Justiça será ouvido sobre acusação de que presidente Jair Bolsonaro tentou interferir politicamente na PF. Depoimento foi determinado pelo ministro Celso de Mello, do STF

Em Política

Casos de coronavírus e número de mortes no Brasil em 2 de maio

As secretarias estaduais de Saúde confirmam no país 92.630 casos do novo coronavírus (Sars-CoV-2), com 6.434 mortes.

Em Coronavírus

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR

VEJA MAIS

últimas notícias

G1 Política

© Copyright 2000-2020 Globo Comunicação e Participações S.A.

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Para mais informações, consulte a nossa **nova política de privacidade.**

PROSSEGUIR


ESV ACE
SEC
3704/82
3

CONFIDENCIAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA

INFORMAÇÃO Nº0593/78-SI/SR/DPF/BA

Data : 18/09/78
Assunto :
Origem :
Difusão :
Referência :

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL — SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

Aud-4ªCJM, em 05/11/71, condenou o nominado, a revelia, à pena de 1(dois) anos de reclusão, inc no Art 37 do Dec Lei nº 314/67, modificado pelo Dec Lei nº 510/69. Mandado expedido pel 4ª CJM. Condenado, ainda, a revelia, em 15/02/74, pela 2ª Aud/2ª CJM, à pena de de 6 (seis) meses de reclusão, inc no Art 14 do Dec Lei nº /-898/69.

40) - AGENOR ANDRADE FILHO, DLN-1939-BA, filho de Agenor Andrade e Adalgisa de Souza Andrade, Motorista. Condenado pela 1ª Aud/Mar/1ª CJM no Proc nº 507/66, a revelia, em 13/08/69, à pena de 2 anos de reclusão, como inc no Art 13 da Lei nº 1.802/-1953.

41) - ALFREDO MAGALDI BRANDÃO, DLN-22/11/37-BA, filho de Afonso Maia Brandão e Lira Magaldi Brandão, Ex 3-S Q 10 FL.Condenado a revelia pela 1ª/Aud/Ae/1ªCJM, à pena de 12 anos de reclusão, como inc no Art 130, parágrafo único, c/c o Art 57 e 59, item II, letra "E" do C.P.M. Expedido Mandado de Prisão ao DESIPE/RJ, DE/SP, e Brasília e Cmdo 6º COMAR. Atingido Pelos Atos da Revolução. Vide Coletânea do Min.Aér. vol.I, pag.46.

42) - ANTONIO JOSÉ FONSECA SANCHES DE ALMEIDA, DLN- /-27/10/52-Salvador/BA, filho de Alayzio Sanches de Almeida e Nailda Fonseca de Almeida, com endereço a Rua Arquimedes Gonçalves, 40/-201-Salvador/BA. Indiciado em IPL nº 52/71-SR/BA, teve sua prisão preventiva decretada em 30/11/71 e em 06/12/71 foi preso e recolhido ao Grupamento de Fuzileiros Navais de Salvador. Em 16/1/73, por

x-x-x-x-x-x-x-x

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

fls.16.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA

INFORMAÇÃO Nº0593/78-SI/SR/DPF/BA

Data : 18/09/78
Assunto :
Origem :
Difusão :
Referência :

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

---

por decisão do Egrégio Superior Tribunal Militar, foi relaxada sua prisão preventiva. Em, 23/02/76 foi condenado pela Aud/6ªCJM à pena de 2 anos de reclusão, como inc no Art 14, do Dec Lei nº 898/69. Em, 27/02/76 apresentou-se expontaneamente nesta SR e foi apresentado a Penitenciária Lemos de Brito para cumprimento da pena.

43) - ANTONIO SERGIO MELO MARTINS DE SOUZA, DLN-25/01-/1952-Recife/PE, filho de Antonio Martins Furtado de Souza e Adalgisa Melo Martins de Souza. Indiciado no IPL nº 52/71, instaurado por esta SR, teve decretada a sua prisão preventiva em 30/11/71. Em, 13/10/72 foi recolhido a Penitenciária Lemos de Brito, à disposição da 6ªCJM. Teve a prisão relaxada em 15/3/73, pelo Egrégio Superior Tribunal Militar. Em, 23/02/76, foi condenado pela Aud/6ªCJM, à pena de 2 anos de reclusão, como inc no Art 14, do Dec Lei nº 898/69. Em, 05/mar/76 apresentou-se expontaneamente nesta SR e foi recolhido a Penitenciária Lemos de Brito, para cumprimento de pena.

44) - ARAKEN VAZ GALVÃO, DLN-JEQUIÉ/BA, filho de Osval - do Vaz Galvão Sampaio e Altamira Passos Galvão, Ex-Sargento. Condenado pela Aud/4ª CJM.

45) - NADIM MELHEM, DLN-Salvador/BA, filho de Salim Melhem e Amélia Melhem. O CPJ da Aud/4ª CJM em 20/04/72, condenou o nominado à pena de 1 ano e 6 meses de detenção, inc no Art 36 do Dec-Lei nº 314/67. Mandado de Prisão expedido pela 4ªRM.

46) - ESTEVÃO GOMES DE OLIVEIRA, DLN-22/03/49-BA, filho de Otacilio Gomes Sena e Francisca Gomes de Oliveira. O STM, em data

X-X-X-X-X-X

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

fls.17

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA

INFORMAÇÃO Nº0593/78-SI/SR/DPF/BA

Data : 18/09/78
Assunto :
Origem :
Difusão :
Referência :

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL — SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

---

data de 15/11/69, reformou a sentença do CPJ da 3ª Aud/Ex/1ªCJM, para condenar o nominado à pena de 1(um) ano de detenção, como ino no Art 33, nº 1, III e IV, do Dec-Lei nº 314/67.

√ 47) - JOSÉ SALVADOR MOREIRA, DLN- 04/01/49-BA, filho / de João Salvador Moreira e Maria Miguez Moreira. Condenado a revelia, pelo CPJM da 1ª Aud/Mar/1ª CJM, à pena de 4 anos de reclusão como ino nos Art 11 e 12 da Lei nº 1.802/53. Expedido Mandado de Prisão à DPC/RJ.

√ 48) - MARIO ALVES DE SOUZA MOREIRA, DLN-14/06/23-BA, filho de Romualdo Leal Vieira e Julieta Alves de Souza Vieira, casado, jornalista. Condenado pelo CPJM da Aud/7ª CJM, em 10/05/71, a revelia, à pena de 1(um) ano de detenção, como ino no Art 36 do / Dec-Lei nº 314/67. Condenado pelo CPJA da 1ª Aud/Ae/1ª CJM, em 16 11/72, a revelia, à pena de 3(três) anos de reclusão, como ino /- nos Art 14, 23, 25 e 43 do Dec-Lei nº 898/69.

√ 49) - NOACIR BARBOSA DA SILVA, DLN-22/11/46-Nazaré/BA, filho de Manoel Sampaio Silva e Matilde Barbosa Silva. Condenado pelo CPJ da 1ª/Aud/2ªCJM, em 30/06/71, à pena de 2 anos de reclusão, como ino no Art 14 do Dec Lei nº 898/69.

√ 50) - WALTER RIBEIRO NOVAES- DLN-01/08/39-BA, filho de Arlindo Ribeiro Novaes e Maria Rosalino Ribeiro. Respondeu ao /- Processo nº 06/73- O CPJA da 1ª Aud/Ae/1ª CJM, em 14/11/75, julgou e condenou o nominado, a revelia, à pena de 6(seis) meses de reclusão, como ino nos Art 14 e 27 do Dec-Lei nº 898/69.

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

fls. 18

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA

INFORMAÇÃO Nº 0593/78-SI/SR/DPF/BA

Data : 18/09/78
Assunto :
Origem :
Difusão :
Referência :

51) - RAIMUNDO FERRÃO NUNES DE ARAGÃO, DLN-21/11/11-Salvador/BA, casado, jornalista, CI nº 458327/IFP/Rio. Em 28/01-69 a Embaixada do México comunicou haver concedido Asilo Diplomático.

52) - GERALDO JORGE SARDINHA, DLN-23/4/44-Santa Inês/BA, filho de Antônio Sardinha Brandão e Emedina Nunes Logrado, CI nº 510540/IIPB/BA.

- Em 29/01/72 a Imprensa de Montevidéu noticiou a prisão do nominado juntamente com outros extremistas integrantes do Movimento Tupamaro.

- Em 5/5/72, GERALDO JORGE SARDINHA apresentou-se ao Consulado Geral em Montevidéu quando tentou obter sem declinar / sua situação de asilado, informações de como voltar ao Brasil, em / companhia da esposa de nacionalidade uruguaia; ocasião em que quis obter também, declaração escrita de que nada impedia sua volta ao Território Nacional. Em Montevidéu registra o seguinte: Domiciliado em Norberto Ortiz, j.880, no ano de 1971, estudante de Belas Artes, no Brasil, integrava a Frente Unida dos Estudantes do Calabouço. Usufruiu uma bolsa de auxílio financeiro concedida em 1970, pela Universidade da República, que segundo o periódico "El Diário". em editorial de 22/6/72, é o "principal Club político de Frente Comunista e Fábrica de Tupamaros.

53) - LOURIVALDO NUNES DOURADO, DLN-28/10/47-Irecê/BA, filho de Rogério Nunes Dourado e Dorandina Nunes Dourado.

- Em 24/3/68, foi condenado a revelia à pena de 2-

X-X-X-X-X-X-X-X-X

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA

fls.19

Cont. INFORMAÇÃO Nº 0593/78-SI/SR/DPF/BA

Data : 18/9/78
Assunto :
Origem :
Difusão :
Referência :

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL / SR/BA / SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

---

dois anos de prisão pela 3ª Aud/1ªCJM, como inc no Art 211, parágrafo 2º e nºs I e II do CPM.

- Esteve refugiado em Portugal e, por despacho de 14/12/77, do Ministério Público Militar, com fulcro no Art 123, nº IV / do CPM julgou prescrita a ação Penal pertinente ao setenciado. Re tornou ao Brasil, desembarcou no Awroporto Internacional do Galeão em 16/3/78, procedente de Lisboa, detentor do passaporte nº A-053180.

- Em 17/8/78, prestou declarações nesta SR, foi fotografado, em cumprimento a determinações da Direção Geral do DPF.

54) - MARIA LUCIA SANTANA CERQUEIRA, DLN-27/11/47-Irará/BA, filha de Everton Martins Cerqueira e Maria Lucia Santana Cerqueira. - Indiciada em IPL nº 08/71 instaurado por esta SR, teve / sua prisão preventiva decretada em 22/6/71

- Em 26/11/73, foi absolvida. Esteve refugiada na Argentina, procedente do Chile.

- Prestou declarações nesta SR no dia 10/02/78, quando declarou residir à rua Brasília-Ed.Madrid, aptº 302 -Pituba, nesta Capital.

Os demais não possuem registros.

x-x-x-x-x-x-x-x-x-x

Todo pessoa que tomar conhecimento deste documento é responsável pela manutenção de seu sigilo (Art 13 do R S A S - Dec Nº 79.099 / 77)

CONFIDENCIAL

ATENÇÃO
O original deste documento (com 01 folha(s)) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

Anfpo (1971)

143

C.S.I.

JUTA LOPES SALGADO

José Teixeira Salgado e Hilotildes Lopes Salgado

"Barcelinho"

(Solteiro)

Modus operandi

Sinais particulares

Data identificação

MOTIVO	OBSERVAÇÕES	DATA DA SAÍDA

[illegible] grupo que efetuou o rapto do embaixador norte-americano, [illegible] outros terroristas, tendo servido a FAB no [illegible] vindo sido licenciado a pedido do serviço ativo em [illegible]. Do Sr Alexander Fleming, da Sociedade de Cigarros [illegible] permitiram assaltos a bancos, juntamente com outros elementos [illegible] Banco - Conta 10.000,00. Inquerito nº 50/69 dist. [illegible] Bonfiança, Conta 37.750,12, Inquerito nº 50/69 dist. [illegible] Aeronáutica - Banco Ultramarino da Guiné. - Rural colocou [illegible] na Rua Pamplona Amoedo em Ipanema, Inquerito nº 97/69 [illegible] e 1º Auditoria da 2ª Região Militar. - Banco Portugues do [illegible] de numerario na agencia Ipanema da rua Barata Ribeiro e [illegible] nº 1/69, encaminhado a Auditoria da Justiça Militar [illegible] Auditoria da 2ª Região Militar Culpantes de [illegible] do Inquerito nº 901- Nom. 700.000,00 e 30.000 Dolares, Inquerito [illegible]

FICHADO

149

SECRETO

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
COMANDO COSTEIRO
QUARTEL GENERAL
2ª SEÇÃO

Em 12 Set 78

1 - ASSUNTO ..... REGRESSO AO BRASIL DE BANIDOS, ASILADOS, AUTO-EXILADOS OU/E ELEMENTOS COMPROMETIDOS COM A SUBVERSÃO.
2 - ORIGEM ..... SNI/ASV
3 - DIFUSÃO ..... SIN/ASV
4 - DIFUSÃO ANTERIOR .: *****6ª RM - 2ºDN - COMCOS -SR/DPF/BA -SSP/BA
5 - REFERÊNCIA ..... PB Nº 0054116/ASV, de 08 Set 78

NUMERAÇÃO	
M AER	P N I

RESPOSTA PEDIDO DE BUSCA nº 655/A2/COMCOS/78

I -Tendo em vista a solicitação contida no PB referenciado, esta Seção informa o seguinte:

a - LISTA Nº 1 - BANIDOS

ELIONOR MENDES BRITO

DLN - 05 Jan 1941 - Bahia

Filiação: Manoel Mendes Batista e Teodomira Brito Mendes

Est. Civil: Solteiro

Profissão : Escriturária

- Lider estudantil comunista e um dos principais fomentadores das agitações estudantis na Guanabara. Possui o Curso de Guerrilha tirado em Cuba.
- Foi condenado a 3 anos de reclusão pela Auditoria da Aeronáutica, por ter incendiado as antigas instalações da UNE. Banido pelo Decreto nº 68.050, de 13 Jan 71, trocado pelo Embaixador da Suiça em 07 Dez 70.

- FRANCISCO ROBERVAL MENDES MAGALHÃES

DLN - 11 Jul 1942 - Salvador - Bahia

Filiação: Roberval Mendes e Ismênia Magalhães Mendes

Profissão: Operador de Computador

- Elemento subversivo pertencente a ALN.
- Responsável por ações subversivas na Escola de Comunicações da UFRJ.
- Assaltou o Banco Nacional de Minas Gerais no qual morreu um guarda de segurança. Banido pelo Decreto nº68.050, de 13 Jan 71, trocado pelo Embaixador da Suiça em 07 Dez 70.

SECRETO

SECRETO

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - QUARTEL-GENERAL DO COMCOS
(Continuação do RPB Nº 655/A2/COMCOS, de 22 Set 78)

JOÃO LEONARDO DA SILVA ROCHA
DLN - 04 Ago 1939 - Bahia - Salvador
Codinome: "Mario"
Filiação: Mario Rocha e Maria Anatália da Silva Rocha
Profissão: Advogado e Professor
- Foi banido do Territorio Nacional pelo Ato Complementar nº 64, de 05 Set 69;
- Frequentou a Universidade Patrice Lumumba em Moscou
- Fez o Curso de Guerrilha em Cuba, III Ex ALN.

- LISTA Nº 2 - ELEMENTOS COM PEDIDOS DE PRISÃO

- AGENOR DE ANDRADE FILHO
DLN 44 anos de idade - natural da Bahia
Filiação: Agenor Andrade e Adalgisa de Souza Andrade
Estado civil: Solteiro
-Foi condenado a pena de 2 anos de reclusão, pela 1ª Auditoria da Marinha em 13 Ago 69
- A CI/DPF/BR, solicita sua prisão

- AGLIBERTO VIEIRA DE AZEVEDO
- Codinomes: "Arthur","Airton" e "Davi"
DLN - 19 Out 1906, 14 Out 1928 e 19 Out 1910 - Sergipe
Filiação: José Paes de Azevedo Santos e Cecilia Vieira de Sá
- Respondeu ao Inquérito nº 14/73 da SR/DPF/BA, pela prática de crime contra a Segurança Nacional, como elemento subversivo e militante do Partico Comunista Brasileiro - PCB - "Partidão".
- Frequentava reuniões do CM-PCB/Feira Santana-BA,em 1969 em companhia de Humberto Cerqueira Mascarenhas.
- Em 21 Abr 73, a Auditoria da 6ª CJM decretou sua prisão preventiva, tendo em vista a alta periculosidade que é portador.
- Consta que o nominado em 1967 passou a pertencer ao Comitê Estadual do PCB.
- Condenado à pena de 5 anos pelo ECPJAer/6ª CJM em 1974

SECRETO

SECRETO

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - QUARTEL-GENERAL DO COMCOS - 2º SECÇÃO
(Continuação do RPB Nº 655/A2/COMCOS, de 22 Set 78).

6 - ANTONIO CARLOS MONTEIRO TEIXEIRA

DLN: 22 Ago 44 - Ilhéus - Bahia
Estado Civil - Casado com Dinalva Conceição Oliveira
Filiação: Gerson da Silva Teixeira e Luiza Monteiro Teixeira
- Participou do movimento de agitação estudantil realizado em Salvador - Bahia, no ano de 1968, teve o seu nome vetado para matrícula no ano de 1969, conforme sugestão feita à - Reitoria, pelo Comando da 6ª RM.
- Foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, tendo sido denunciado em Jan 71, pelo Procurador Militar à Auditoria da 6ª CJM.
- Indiciado no Inquérito nº 028/68-SOPS/DPF-BAHIA, enquadrado nos Arts 23 Inciso IV do Art 38 do Dec Lei 314.
- Teve sua prisão preventiva decretada pela Auditoria da 6ª CJM em 1971.
- Foi julgado pelo CPM da Auditoria da 6ª CJM, sendo condenado à revelia, a um (1) ano e quatro (4) meses de prisão, de acordo com o artigo 38, inciso II, do Dec-Lei 314/67.

7 - CARLOS AUGUSTO DIÓGENES PINHEIRO "Serra"

- DLN: 17 Jun 1944 - Ceará
Filiação: Carlos Xavier Pinheiro e Raimunda Diógenes Pinheiro
Profissão: Engenheiro Civil - Formado pela UFC/1968
Casado com Noélia Reis Ribeiro/Noelia Ribeiro Pinheiro, do PC do B
Certificado de Reservista 2ª Categoria nº 19649 de 9 Jan 63
Registro Civil SS/CE nº 170.855
- Ex-integrante do Comitê Regional do PC do B na Bahia/1972
- Foi citado por FRANCISCO PARENTES DE REZENDE CORREA como pertencente a Comité Universitário da UF Ceará.
- Envolvido no inquérito que apurava atividades do PC do B no Ceará/1973.
- Condenado em 04 Out 74, pela Auditoria da 6ª CJM, a pena de 4 anos de reclusão, como incurso no art 43, do Decreto-Lei nº 898/69.
- A Auditoria da 6ª CJM, decretou sua prisão preventiva em 04 Out 74.

SECRETO

- Em sessão de 13 Out 74, o Egrégio Superior Tribunal Militar, sustou, por unanimidade, o julgamento de CARLOS AUGUSTO DIÓGENES PINHEIRO, e outros, por serem revéis.

- CÉLIO AUGUSTO CASTRO GUEDES
  - DLN - 21 Jun 1920 - Bahia
  - Filiação: Júlio Guedes e Adorzina Santos Guedes
  - Casado com Raquel Gesteira Guedes
  - Era a 2ª pessoa do organismo do Partido Comunista na Bahia
  - Estava evadido de Salvador e da Bahia desde 1964, quando fugiu espetacularmente ante o cerco que lhe fizeram as autoridades da 6ª Região Militar
  - Com a eclosão da Revolução de 1964, ia ser preso quando fugiu.
  - Pertencia ou pertence a uma família tradicionalmente vinculada ao Movimento Comunista há mais de 30 anos.
  - Foi publicado no jornal " ATARDE", edição de 05 Set 73, anúncio fúnebre de Missa de Ano pelo falecimento de CELIO AUGUSTO GUEDES.
  - Causou estranhesa o citado anúncio por sua redação
  - O anúncio de agora suscita dúvidas, por ter sido feito em nome de D Adosina Santos Guedes.
  - Consta que na missa citada compareceram vários elementos esquerdistas.
  - Era destacado chefe do PC na BAHIA
  - Foi condenado pelo Conselho Especial de Justiça para o Exército, em 27 Fev 70
  - Encontrava-se radicado no Rio de Janeiro
  - Suicidou-se no DOPS/RJ em 1972.

- CLAUDIONOR FRÓES COUTO
  - DLN - 23 Ago 1938 - São Miguel das Matas/Bahia
  - "Mauricio"
  - Estado civil - Solteiro
  - Filiação: João Batista Couto e Idalina Fróes Couto
  - Militante da VAR-PALMARES na Bahia, onde foi membro do

Comando Regional.
- Condenado à pena de 3 (três) anos de reclusão, pela Auditoria da 6ª CJM
- Tem mandado de prisão contra o mesmo
- Condenado também a pena acessória de suspensão de seus direitos políticos por 6 (seis) anos, em conformidade com o Art 62, do Dec-Lei 314, de 13 Mar 67, com as alterações feitas pelo Dec-Lei 510, de 20 Mar 69.

- EDUARDO COLLIER FILHO
  - DLN - 05 Dez 1948 - Recife/PE
  - Filiação - Eduardo Colier e Rizoleta Meire Collier
  - Codinome - "ULISSES"
  - Militante da AP atuante no ABC
  - Em Julho de 1968 liderou o atentado contra a sede da Comissão Executora do acordo MEC-USAID.
  - Foi preso em 12 Out 68, em IBIUNA/SP
  - Em 1969 teve suspensa sua matrícula na Universidade Federal da Bahia
  - Em 1971 foi para Belo Horizonte/MG onde fez parte do comando APML do Brasil;
  - Em 1970/71 fazia parte do CS de São Caetano do Sul/SP.
  - Em 1972 foi indiciado em Inquérito instaurado pela Polícia Federal, sobre o movimento estudantil no Estado de Espírito Santo.
  - Teve mandado de prisão expedido pedindo sua prisão, pela 1ª Auditoria da 2ª CJM, em 1973.

- ELIZABETH RABELLO CORREIA LIMA
  - DLN - 14 Jul 1947 - Rio de Janeiro/GB
  - Codinomes - "CECILIA, BETICA, KATIA e TÂNIA"
  - Filiação - Lemir Martins Correia Lima e Edith Rabello Correia Lima
  - Amante de SERGIO LANDULFO FURTADO - Subversivo
  - Residia a Av Fernandes da Cunha,43 Salvador-Ba
  - Carteira de Identidade nº 669.653 expedida pelo IIPM/BA

- No ano de 1969, após um acidente ocorrido em um veículo em que viajava e em que faleceu um outro elemento subversivo, desapareceu do seu endereço, estando em local ignorado.
- Em Fevereiro de 1973 foi condenada a pena de 2 (dois) / anos de reclusão, como incursa no art 43 da LSN.
- A Auditoria da 6ª CJM expediu mandado de prisão
- Encontra-se foragida
- É militante do MR-8

- FREDERICO JOSÉ MENEZES DE OLIVEIRA
  - DLN - 20 Fev 1943 - Recife - PE
  - Codinomes - " Fred ou Crispim "
  - Filiação - Edgard Cândido de Oliveira e Maria Margarida de Oliveira ou (Maria Alves de Araujo)
  - Profissão - Advogado
  - A Auditoria da 6ª CJM expedido mandado de prisão contra o mesmo em 19 Jan 71
  - É Militante do PCBR em Pernambuco, e teria sido deslocado para o Sul do País, quando da prisão de outros elementos da área em 1972
  - É ex-funcionário da SUDENE
  - Sua residência em Gengenho do Meio, servia de aparelho para o partido
  - No Sul submeteu-se a operação plástica e segundo consta, foi visto em Recife/PE.
  - Foi condenado pela 6ª CJM, a pena de 2 anos de reclusão, como incurso no art 43 do Dec-Lei 898/69, em 14 Jan 74,
  - O Egrégio Superior Tribunal Militar comunicou que desclassificou o Art 43 condenado o mesmo a 1 ano de reclusão, de acordo com o art 14 do Dec-Lei 898/69.

- GALDINO MOISÉS DE OLIVEIRA
  - DLN - BAHIA
  - Subversivo do PCBR
  - Terrorista foragido que atuava no Paraná

- JOÃO CARLOS DOS SANTOS
  - DLN - 18 Jul 1938 - Jacobina - Bahia
  - Filiação - Paulo Carlos dos Santos e Maria Carlos dos Santos
  - Condenado pelo CPJ da Aeronáutica a pena de 20 anos de reclusão, em 23 Jul 71
  - A Auditoria da 11ª RM expediu mando de prisão contra o memo
  - A sua condenação deu-se em virtude de envolvimento do mesmo em tentativa de roubo a Agência do Banco Nacional de Minas Gerais, em Goiânia/GO e Assalto e furto contra a Agência do Banco do Estado de Goiás, na cidade de CATALÃO/GO.

- JOÃO LOPES SALGADO
  - Codinomes " Dino", "Murilo", "Ribeiro"
  - DLN - 24 Jan 43 - Inhambupe - Bahia (Abre Campo/MG)
  - Filiação - José Teixeira Salgado e Milotildes Lopes Salgado
  - Profissão - Ex-Sargento da Aeronáutica
  - Militante da Dissidência Comunista da Guanabara
  - Militante da ALN
  - Condenado a 6 (seis) anos de reclusão como incurso nos arts 254 e 255 do CPM, pela 2ª Auditoria da Aeronáutica - 1ª CJM, em 1971.
  - Auditoria da6ª CJM expediu mandado de prisão contra o referido reu em 29 Jun 71
  - Teve a sua pena reduzida para 3 anos de reclusão em 1973
  - Militante do MR-8, vivendo maritalmente com Nelie Porcina Sá Pereira.

- JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

  Codinomes - "Enio", "Juca", "Lula", "Lucas", "Bacalhau"
  - DLN - 31 Jan 1949 - Salvador - Bahia
  - Filiação - Ayrton Silva Ferreira e Osa Bastos Ferreira

SECRETO

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - QUARTEL-GENERAL DO COMCOS - 2ª SEÇÃO
(Continuação do RPB Nº 655/A2-COMCOS, de 22 Set 78)

- Profissão - Estudante Universitário
- Preso pelo CODI/SV em 28 Out 70
- Condenado em 14 Jan 74, pelo ECPJ para Marinha à pena de 6 meses de reclusão, como incurso, por desclassificação, no Art 14 do Dec-Lei 898/69
- Componente da Dissidência da Guanabara

- JOSÉ ANSELMO DOS SANTOS
  - DLN 13 Fev 1941 - Sergipe
  - Codinomes - "Augusto", "Daniel", "Paulo", Renato", Sergio"
  - Filiação - Joana Balbina dos Santos
  - Ex-Cabo da Marinha de Guerra do Brasil
  - Existe divergência na filiação (Joana Madalena da Silva)
  - Fez o Curso de Guerrilha em Cuba em Maio e Junho 1967
  - Fez o Curso de Guerrilha I Ex-ALN
  - Subversivo militante da VAR-PALMARES
  - Fugiu da Embaixada do México

- JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA " RAFAEL"
  - DLN - 08 Mar 1939 - São Paulo
  - Filiação - Bento Barbosa de Oliveira e Alzira de Oliveira
  - Profissão - Contabilista
  - Casado com Edivaldina Silva de Jesus " Dininha", Profª da FLUC Sv
  - Militante do Partico Comunista do Brasil PC do B
  - Consta ter realizado um curso na China Comunista.
  - Foi apontado por Maria de Fátima Teixeira e Raimundo Batista da Luz, quando estiveram presos em 1972
  - Fugiu com a família, para local ignorado, no dia 28 de setembro de 1975, ao perceber que seu nome estava "aberto", levando apenas algumas malas com roupas.
  - Na empresa onde trabalhava(CARLA RIBEIRO) declarou que precisava ir urgente a São Paulo visitar sua genitora, "que se encontrava muito doente" e, para tal, conseguiu dinheiro adiantado.
  - Foi condenado a pena de 4 (quatro) anos de reclusão pela Auditoria da 6ª CJM, tendo sido expedido competente Mandado de Prisão, em 04 Out 74

SECRETO

- MAURÍCIO GRABOIS
  - DLN - 02 Out 1912 - BAHIA
  - Filiação - Augusto Grabois e Dora Grabois
  - Elemento subversivo, militante do PC do B
  - Direção de cúpula do Partido Comunista Brasileiro, juntamente com Luiz Carlos Prestes e Diogenes Arrua, citado no Livro "A GRANDE MURALHA", de autoria do subversivo - Aylton Quintiliano, editado em 1959.

- NEMÉSIO LEAL ANDRADE SALES

  Nome Frio - Inácio Silva Mesquita
  - Subversifo foragido do Brasil, ativista egresso da Bahia, encontra-se no Chile, entre os 2 mil brasileiros asilados.
  - Cursou a Escola de Quadros de Moscou, em 1969
  - Consta que NEMÉSIO, amante de Maria Helene Russ, desaparecido do Brasil após processo por atividades subversivas, depois de uma longa excursão pela Europa e, demorada permanência em Cuba onde participou de um Curso de Capacitação Política e Treinamento de Guerra de Guerrilhas
  - Esteve nos Estados Unidos onde se submeteu a uma operação plástica facial
  - Atualmente se encontra circulando em Salvador

- RENATO RIBEIRO DA COSTA
  - Codinome "ROBERTO","BETO"
  - DLN - 25 Jul 1942 - Paraiba - João Pessoa
  - Casado com Anna Cecília Jacome Ribeiro "ADRIANA"
  - Filiação - Gasparino Ribeiro Costa e Julieta Pedrosa Ribeiro da Costa
  - Profissão - Técnico.Engenheiro
  - Residência - Rua Antonio Balbino, 64 Salvador
  - Carteira de Identidade nº 498.429
  - Carteira Profissional nº 3730 Série 179
  - Carteira de Reservista nº 241.524
  - Título de Eleitor nº 28.975 - 5ª Zona
  - A Auditoria da 6ª CJM, expedid contra o mesmo Mandado de Prisão em Janeiro de 1971

- Condenado à pena de 6 meses de reclusão de acordo com o Art 14, por desclassificação do art 43 do Decreto-Lei 898/69

- ROSALINDO SOUZA

Codinome "Mundico"

- DLN - Caldeirão Grande - Bahia
- Filiação - Rosalvo Cipriano de Souza e Lindaura Correia de Souza
- É amante da subversiva SARA SILVA a qual está cumprindo pena nesta Capital por crime de subversão/1973
- É integrande do Grupo Pau preto e do Comitê Regional da Bahia do PC do B
- Está condenado a 28 meses de reclusão pela Justiça Militar
- A Auditoria da 6ª CJM expediu Mando de Prisão contra o mesmo em 1973

- SALOMÃO GHELFGOT

- DLN - Salvador - Bahia
- Filiação - Aron Ghelfgot e Sara Ghelfgot
- Acha-se com Mandado de Prisão expedido pela Auditoria da 6ª CJM

- SERGIO LANDULFO FURTADO

-Codinomes - "Jaime", "Toni", "Tom"

- DLN - 24 Mai 1951 - Serrinha Bahia
- Profissão - Estudante - Solteiro
- Residência - Av Lucaia,29 Salvador - Bahia
- Filiação - George de Souza Furtado e Diva Landulfo Furtado
- Carteira de Identidade nº 667.320 IIPM
- Respondeu ao Processo nº 29/71 da 6ª CJM
- Foi preso pelo CODI/6, em 1971
- Em 29 Jun 71, teve sua prisão preventiva decretada pela 6ª CJM, de conformidade com o art 46, inciso IV, da Lei de Organização Judiciária Militar (Dec-Lei 1003, de 21 Out 69, combinado com os arts 254, letras a e b e art 255, letras a e b e d do CPPM.

- Tomou parte no assalto ao Banco Itaú America - Agência TIJUCA, em 1972
- Militante do MR-8
- Condenado pela 6ª CJM, a pena de 3 anos de reclusão, como incurso nas sanções penais do artigo 43 do Dec-Lei nº 898/69, em 9 Fev 73
- A Auditoria da 6ª CJM expedido mandado de prisão contra o mesmo em 9 Fev 73

-SERGIO MIRANDA MATOS BRITOS

- Codinomes - "Paulo", "Chico"
- DLN - 23 Nov 1947 - Belém do Pará
- Filiação - Jorge de Matos Brito e Ana Miranda de Matos Brito
- Profissão - Ex-estudante do Instituto de Matemática UFC
- Rendereço - Rua Maria Tomásia,48 Forte - Ceará
- Está com Prisão Preventiva decretada pela 10ª CJM
- Solteiro de cor branca
- Preso no Congresso daUNE em IBIUNA em 12 Out 69
- Em JUNHO de 1969 ingressou no Comitê Universitário do PC do B em Fortaleza e passou ao Comitê Regional
- Foi assistente da Base de Engenharia, tendo feito distribuição de vários panfletos no meio estudantil
- Citado por vários militantes presos como sendo de alta periculosidade
- Foi expedido Mandado de Prisão contra o mesmo por respon de (Processo nº 70/73), em 21 Nov 73, pela Auditoria da 6ª CJM
- Condenado pela 6ª CJM, a pena de 4 anos de reclusão em 04 Out 74
- Foi sustado o seu julgamento pelo ESPM, por ser revel, em 20 Out 75

- SERGIO SOARES DIAS

- DLN - 26 Jul 1943 - Amargosa - Bahia
- Filiação - Jurandir Veloso Dias dos Santos e Eunice Soares Dias
- Profissão - Engenheiro
- Em 1968 residia na Rua Ari Barroso, 7 Chame-Chame Salvador - Bahia

- Em 1974 o nominado encontrava-se em Alger-Algéria, trabalhando no Ministério dos Correios e Telégrafos daquele País
- Militante do PCB - Coordenador de manifestações subversivas
- Participou do XXX Congresso da UNE em IBIUNA/SP.
- Expedido pela 6ª CJM, Mandado de Prisão contra o mesmo em 5 Out 76.

- STUART EDGAR ANGEL JONES
- DLN - 11 Jan 45 - Bahia
- Filiação - Norman Angel Jones e Zuleika Angel Jones
  - Norman Angel Gomes e Zuleika Angel Gomes
- Militante da Dissidência da Guanabara
- Está com com Prisão Preventiva decretada pela 1ª Auditoria, da 1ª RM, em 1971
- Foi visto no dia 17 Mai 71, às 10:00 hs conversando com outro elemento, junto à Estação do Plano Inclinado, próximo à Praça da Sé.
- Foi condenado a 4 anos de reclusão - Auditoria Aer - 1ª CJM (6ªDN)
-

- SILVIA PEROBA CARNEIRO PONTES
- DLN - 13 Abr 1947 - São Paulo
- Codinomes - "Rita", Susana", "Sueli""Sueli Carvalho Dias"
- Profissão - Estudante
- Filiação - Antonio Carneiro Pontes Junior e Lídia Ferreiro Carneiro Pontes
- Indiciada em Inquérito nº 09/72-DEOPS/SSP/SP
  Inquerito nº 44/73-DPF/BA
  Processo nº 69/73
- Tomou parte, junto com outros integrantes do MOLIPO, em diversas ações armadas de expropriação.
- Pertenceu a ALN e atualmente integra a MOLIPO/1972
- É profissional da subversão, e além da parte política e aliciamento, participou de inumeras ações armadas, assaltos a Bancos, pichações e panfletagens.
- Iniciou um tiroteio do qual resultou a morte do Cabo - PM/SP, quando do incendio de um ônibus em São Paulo.
- Foi apresentada a ARNO BRICHTA, passando a dar-lhe assistência.

- Os panfletos encontrados na residência deste, foram trazidos de São Paulo por SILVIA PEROBA.
- Em Out 73, o DOPS/SP, enviou Inquérito a Justiça Militar pedindo sua prisão peventiva.
- A Auditoria da 6ª CJM expediu Mandado de Prisão contra a mesma em 09 Nov 73
- Reside na Guanabara desde o ano de 1968, à Av Cesário de Melo, 310 - Campo Grande GB
- Fez a sua defesa na Auditoria da 6ª CJM, o Advogado - JOAQUIM INACIO SANTOS GOMES - Inscrição OAB-BA 1.917 CPF - 02178675

COMANDO COSTEIRO
SEÇÃO QUARTEL-GENERAL

- LISTA Nº 3 - RELAÇÃO DO III EXÉRCITO

- ADERBAL CAETANO DE BURGOS
  - Codinome - "Victor"
  - DLN - 14 Jan 1944 (1945) São Felix - Bahia
  - Filiação - Stênio Henrique de Burgos e Eunice de Burgos
  - Profissão - Acadêmico em Filosofia
    Ex-Funcionário do Tribunal de Contas da Bahia
  - Endereço - Rua José Duarte, Tororó - Salvador - Ba
  - Indiciado em IP- nº 33/70-DPF/BA, instaurado para apurar atos de subversão ocorridos na Bahia que envolvem o Movimento de Organização e Luta (MOL)
  - Teve em 09.7.73 sua Prisão preventiva decretada pela 4ª CJM (Juiz de Fora/MG)
  - Está indiciado no Inquérito Policial 14/69 no DPF/BA era integrante de uma Célula Comunista montada em Periperi, onde recebia instruções do Partido Operário Comunista
  - Foi demitido de suas funções de Auxiliar no Tribunal de Contas -Ba, com base no Art 239, inciso I da Lei 2323/66
  - Foi condenado a 1 ano e 5 meses de reclusão em 1970
  - Fornecia material subversivo à Walter Luna Cunha
  - Responde a Processo na Auditoria da 4ª CJM, está foragido e tem Prisão preventiva decretada
  - Em 30 Mai 75, o Juiz da 6ª CJM, declarou extinta a punibilidade referente a ADEBAL BURGOS, arrimado no inciso VI do Art 125 e art 126 tudo do Código Penal Militar.

SECRETO

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - QUARTEL-GENERAL DO COMCOS - 2ª SEÇÃO
(Continuação do RPB Nº 655/A2-COMCOS, de 22 de Setembro de 1978.)

- ALFREDO MAGALDI BRANDÃO " Brandão"

- DLN - 22 Nov 1937 - Bahia
- Profissão - Militar - Ex 3S Q IG FI - Sargento da Aeronáutica, tendo sido incluido na Base Aérea de Salvador, com destino ao Centro de Instrução de Natal, no Rio Grande do Norte, posteriormente foi transferido para Brasília

  Promovido a Soldado de 1ª Classe na BASV em 04 Out 55 e a Cabo em 12 Abr 57
- Filiação - Afonso Maia Brandão e Lira Magaldi Brandão
- Foi condenado à pena de 12 anos de reclusão como incurso no art 130, parágrafo único , combinado com os Arts 57 e 59, item II, letra k, do CPM, pela 1ª Auditoria da Aer.
- Por Decreto de 30 Jun 1964 - O Presidente da República, tendo em vista o que consta do Processo em curso na 1ª Auditoria da Aeronáutica e considerando os resultados da investigação sumaria procedida pela Comissão de Inquérito do Ministério da Aeronáutica, com fundamento no Art 7º e seu § 1º do Ato Institucional de 9 Abr 64 e sem prejuizo das sanções penais a que esteja sujeito, resolve EXPULSAR das Fileiras da Força Aérea Brasileira o 3S Q IG FI ALFREDO MAGALDI BRANDÃO.
- Foi autorizado ao Consulado-Geral do Brasil em MONTIVIDEU a conceder documento de viagem à menor Ana Lyra Lima Brandão, filha do asilado brasileiro ALFREDO MAGALDI BRANDÃO. A viagem se daria em 10 Dez 73, em companhia de sua genitora Maira Cecilia Martins Lima Brandão, que viveria na residência do seu avô paterno, Sr AFONSO MAIA BRANDÃO à Rua Prfº Mussurunga -26 Sv/Ba.
- Fez o Curso de Guerrilha em Cuba, com duração de 1 ano 1966/1967
- Vive no Uruguai
-

- ANTONIO JORGE SANCHES DE ALMEIDA

- DLN - 27 Out 1952 - Nazaré - Bahia
- Filiação ALOYSIO SANCHES DE ALMEIDA e RAILDA FONSECA DE ALMEIDA
- Profissão - Estudante de medicina

SECRETO

- Residência - Rua Senador Costa Pinto,63 Salvador-BA
  Rua Arquimedes Gonçalves,40 Aptº 201
- Em 03 Ago 71 foi preso pelo CODI/SV, juntamente com mais 19 subversivos, quando entrava " Aparelho" situado a Rua Jardim Mariano, Ed Veneza, Aptº 201, Vasco da Gama, em Salvador/BA.
- No referido aparelho foram apreendidas 9 armas de fogo, revolveres e pistolas automaticas, armas brancas, bombas caseiras e 2 rádios transmissores e receptores.
- Atuante organizações AP ou PC do B, atuando setor UBES.
- Confesso integrante da Ação Popular, por si conhecida - como uma organização devidamente estruturada em Salvador, e interior, através Comando Regional, Comandos Seccionais e Células de Base.
- No ilícito organismo, nele se integrou totalmente, chegando ao ponto de ser o depositário do Armamento da Regional Bahia (AP-ME-R-6), que foi apreendido em seus aposentos na sua residência (panfletos, 7 revólveres, 2 pistolas - automáticas e munições.
- Respondeu aos Processos: 13/72 -6ª RM e Inquérito Policial nº 52/71-SCPS/SR/BA
- Em sessão de 28 Jan 74, o CPJ Aer - 6ª CJM, o condenou a pena de 8 meses de reclusão de acordo com o art 14 do Dec Lei 898/69, deixou de ser expedido mandado de prisão,tendo em vista já haver cumprido a pena.
- Apresentou-se expontaneamente na SR/DPF/BA, em 26 Fev 76 e no dia 27 foi encaminhado a Auditoria da 6ª CJM
- A 6ª CJM expedido Mandado de Prisão contra o mesmo, em 23 Fev 76, por ter sido condenado em sessão de 12.2.76,à pena de 2 anos de reclusão, como incurso no art 14 do Dec-Lei 898/69.

- ANTONIO SÉRGIO MELLO MARTINS DE SOUZA
- Codinomes - "Lucas", "Mauro", "Galalau", "Catatau"
- DLN - 25 Jan 1952
- Residência - Alfredo Osório,257 Casa Amarela - PE
- Profissão - Não tem
- Cor branca
- Solteiro

SECRETO

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - QUARTEL-GENERAL DO COMCOS - 2º SEÇÃO
(Continuação do RPB Nº 655/A2-COMCOS, de 22 de Set 78)

- Filiação - Antonio Martins Furtado de Souza e [illegible] Melo Martins de Souza
- Foi Comando Regional em São Paulo, citado e reconhecido por militantes da AP presos em Mauá/SP
- Faz parte do Comando Nacional Estudantil
- Citado no depoimento de Olivier Negri Filho "Erick", em 03 Jan 71, em São Paulo.
- Participante da UBES
- Foi líder estudantil noPará
- Foi citado no depoimento de Maria Julia de Oliveira "Heloisa", em 25 Dez 70, em SP
- Fugiu da repressão de um Estado do norte, a fim de atuar no ME de São Paulo (UBES); coordenava a célula respectiva, nas cidades de Santo André e Mauá
- Sua mulher - Gilceone Westin Cossenza também esteve no / Jardim Zaira várias vezes, e também é militante da AP
- Foi citado também no Depoimento de Gil Gonçalves Jr "Caetano", em 27 Dez 70, em São Paulo
- Segundo depoimento de Antonio Luiz Bernardes "Nenem", prestado em 01 Mai 71, em São Paulo, ANTONIO SERGIO "Catatau", em 1968, fazia o Curso Colegial no Colégio Estadual de Pernambuco e pertencia ao Comitê ARES (Associação Recifense de Estudantes Secundários) e ainda integrava a diretoria da referida entidade estudantil
- Atuou na R-7, R-4 e R-3/1971
- Responde ao Inquérito nº 52/71-SCPS, por pertencer ao Movimento de Ação Popular ME-R6
- Condenado pela 6ª CJM, em 28 Jan 74, a pena de 1 ano de reclusão, de acordo com art 14 do Dec-Lei 898/69, deixou de ser expedido Mandado de Prisão, tendo em vista o mesmo já haver cumprido a pena.
- Processo 13/72 - 6ª CJM -:
  - Reconhecido militante da Ação Popular, tem o seu nome implicado em assalto a estabelecimento de crédito na cidade Fortaleza;
  - Denunciado em processo que tramita na Auditoria da 10ª CJM/1972
  - Veio de São Paulo com o falso nome de "MARIO WERSON", para a Bahia, com o objetivo de politizar, em termos de AP, os estudantes locais,

SECRETO

aqui chegando em março de 1971.

- Atuando dentro da estrutura da AP, desenvolvia suas atividades através do Comando Regional, que por seu turno superintendia as Seccionais e as Bases, dando assim fiel cumprimento à missão que lhe fora confiada pela alta direção nacional do organismo.
- No quarto de pensão em que morava foi arrecadado fato material de teor político antagônico às instituições nacionais.
- Foi preso em 05 Mar 1976 e recolhido à Penitenciária Lemos de Brito em Salvador/BA.
- Foi solto condicionalmente em 28 Abr 78 pela 6ª CJM.
- É visto em todas as Manifestações Estudantis em Salvador

33 - BADIH MELHEN

DLN - Salvador - Bahia

Filiação - Salim Melhen e Adélia Melhen

- Elemento subversivo, militante da VAR-PALMARES
- A Auditoria da 4ª CJM/MG, expediu contra o mesmo Mandado de Prisão em 09 Jul 73

34 - MÁRIO ALVES DE SOUZA VIEIRA

- DLN - 14 Jun 23 - Bahia
- Filiação - Romualdo Leal Vieira e Julieta Alves de Souza Vieira
- Profissão - Jornalista
- Militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

35 - MOACIR BARBOSA DA SILVA

- Nome frio - "JOSÉ MOACYR DE ARAUJO FREITAS"
- Codinomes - "Jorge", "Silvio", Vitor", "Jackson"
- DLN - 04 Abr 1949 (1948) - Nazaré - Bahia
- Filiação - Manoel Sampaio Silva ou Levino Barbosa Silva e Matilde Barbosa Silva ou Maria Judice Silva
- Casado com Marta Maria Henrique da Silva "Celia"
- Reside junto com Maria Lucia Fer Farias "Flor", que regressou de Santiago/Chile/1972
- Profissão - Acadêmico Filosofia - Jornalista
- Carteira de Identidade nº 554.522 IIIPM/BA

- Indiciado no Processo 33/70-DPF/BA
- Está com prisão preventiva decretada pela Auditoria 6ªCJM
- Foi condeando à pena de 1 ano e 5 meses de detenção, como incurso no Art 36, do Dec-Lei 314, de 13.3.67 - LSN
- Em 1969, fugiu da DPF/BA quando preso para averiguações
- Era militante do POC
- Foi condenado a 2 anos de reclusão

- LISTA Nº 4 - OUTROS ELEMENTOS COMPROMETIDOS COM A SUVERSÃO

- GERALDO JORGE SARDINHA
  - DLN - 23 Abr 1944 - Santa Inês - Bahia
  - Filiação - Antonio Sardinha Brandão e Enedina Nunes Logrado
  - Profissão - Pintor
  - Estado Civil - Casado com Estela Castade Sardinha, estudante de História, de nacionalidade Uruguai
  - Residência - Depart RIVERA - Rurugai - República do
  - Era estudante de Belas Artes no Brasil
  - É Estudante de História na Faculdade de Humanidades em Montividéu - Uruguai
  - Local de Trabalho no Uruguai:
    1º - CHENA nº 1.884 em Montividéu
    2º - NORBERTO ORTIZ nº 3.880 em 1971
  - Carteirad de Identidade nº 510.240 IIPM/BA de 16,9.69
  - Em 1972, foi preso em Montivideu juntamente com outros extremistas integrantes do Movimento Tupamaros
  - Apresentou-se ao Consulado-Geral em Montividéu, pela primeira vez em 5 Mai 1972, quando tentou obter, sem declinar sua situação de asilado, informações de como voltar ao Brasil, em companhia de sua esposa, de nacionalidade uruguaia, ocasião em que quis obter, também, declaração escrita de que nada impedia sua volta ao território nacional.
  - Integrou a Frente Unida dos Estudantes do Lalabouço
  - Solicitou asilo político em junho de 1970
  - Militava a M L N
  - Aliciou RIVERO - Piloto de João Gulart à organização - subversiva, para tarefas de apoio

- Está asilado no Uruguai/1970
- Comunicado das Forças Conjuntas Uruguaias, em 13 Mai 74, pede a captura de GERALDO SARDINHA
- O marginado havia perdido, em abril de 1974, o asilo territorial que lhe havia sido concedido em 13 de outubro de 1970, por haver renunciado a tal condição
- O pedido de captura foi solicitado por dois motivos:
  a - o marginado deixou de apresentar-se diariamente ao Quartel da Armada, na Cidade Velha de Montevidéu;
  b - investigações apontam-no como envolvido em tráfico de revólveres brasileiros marca "Rossi", calibre 38". Cerca de sessenta dessas armas foram encontradas em busca efetuada em local ocupado por Tupamaros.
- SARDINHA havia estado preso. Ao sair da prisão estava mais comprometido com o MLN do que ao entrar. O MLN o estava mantendo economicamente
- O marginado estaria na Argentina, possivelmente com documentos falsos fornecidos pelo elemento "DILSON"da ALN.

- GILSON RIBEIRO DA SILVA
  Codinome - "Antonio"
  - DLN - 05 Mar 1943 - Bahia
  - Filiação - Antonio Rodrigues da Silva e Ercília Ribeiro da Silva
  - Fez o Curso de Guerrilha em Cuba - II Ex ALN

- JOÃO CARLOS CAVALCANTE REIS
  - Codinomes - "Theles" "Vicente"
  - DLN - 08 Ago 1945 - Bahia
  - Filiação - João Vivelino Reis e Helan Cavalcante
  - Fez o Curso de Guerrilha em Cuba - III Ex ALN
  - Militante da ALN e MOLIPO

- MARIA LÚCIA SANTANA CERQUEIRA
  - Codinomes " Andréa", "Marina"
  - DLN - 29 Set 1947 - Irará - Bahia
  - Filiação - Everton Martins Cerqueira e Helena Santana Cerqueira

SECRETO

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - QUARTEL-GENERAL DO COMCOS - 2ª SEÇÃO
(Continuação à o RPB Nº 655-A2/COMCOS, de 22 de Set 78)

- Profissão - Professora
- Endereço - Rua General Labatu, 76 Barris - Salvador/BA
- Cútis - Morena, cabelos cast esc. lisos, olhos cast escuros, altura 1,60 m
- Carteira de Identidade nº 672.659 IIPM/BA, 28 Jan 66
- Certidão de Nascimento s/nº, fls 52, Livro 17 da Comarca de Irará - Bahia de 13 Jul 64
- Em 1971:

✓ - Foi indiciada no Inquérito Policial nº 062/71, realizado pela SR/DPF/BA, como militante do PCBR, e teve sua prisão preventiva decretada pela 6ª CJM

✓ - Foi indiciada no Inquérito Policial nº 11/71 realizado pela SR/DPF/BA e que apurou as atividades do MR-8 na Bahia

- Usava o codinome de "ANDRÉA" no MR-8, onde era encarregada do Setor Estudantil, de dar assistência aos presos políticos e a simpatizantes, e ajudava ao Setor de Documentação

✓ - Participava da confeção do Jornal clandestino "VENCEREMOS" do MR-8 e tratava dos problemas de infra-estrutura da organização

✓ - Citada no Relatório do Inquérito Policial nº 8/71 realizado pela SR/DPF/BA, que apurou responsabilidade de elementos militantes do PCBR, usando o codinome de "Joana".

✓ - Foragida da Justiça, viajou para o Chile em 1º Mar 72, saindo de Salvador/Ba, sem passaporte e sem carteira de identidade. Refugiou-se na Embaixada da ARGENTINA em SANTIAGO/CHILE, em 11 Set 73, por ocasião da Revulução CHILENA.

✓ - Chegou a BUENOS AIRES em 1º Nov 73, transferida do Chile como refugiado político, passando a residir à CALLE COMBATE DE LOS POZOS, 2133, BUENOS AIRES

✓ - Requereu passaporte perante o Conselho Brasileiro em 22 Jan 74, com o fim de viajar para a EUROPA

- Em 08 Jan 78 desembarcou no Aeroporto do Galeão, acompanhada de Enrique Santna Cerqueira (4 anos), Maria José Martins Simões irmã de Maria Lucia Santana Cerqueira
- Refugiada no exterior (Chile, Argentina, França, Portugal e Moçambique) desde 1971, quando foi detetada sua

SECRETO

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - QUARTEL-GENERAL DO COMCOS - 2ª SEÇÃO
(Continuação do RPB Nº 655/A2-COMCOS, de 22 de Set 78)

- militância no MR-8, na Bahia
- Regressou ao Brasil em 09 Jan 78 procedente de Lisboa
- Alegou ter-se utilizado, para o regresso, do "Título de Nacionalidade", fornecido pelo Consulado do Brasil em Moçambique em 10 Dez 77, com validade de 30 dias.
- Dados existentes sobre a epigrafada, a partir de sua ida para o Chile:
  - estudante da Escola de Economia da Un do Chile
  - recebia ajuda financeira da Associação Chileno Brasileira de Solidariedade (ACBS);
  - recebeu bolsa de estudos do SUM (Serviço Universitário Mundial) através a ACBS;
  - estava catalogada na ACBS como militante da AP-2 (Ação Popular nº 2), definida pela ACBS como " fração dissidente da Ação Popular declaradamente pela luta armada";
  - era conhecida pelos apelidos de "Baiana" e "Mariazinha";
  - no Chile viveu com ROBERTO CHAGAS E SILVA, militante do MR-8, possivelmente pai de seu filho.
  - Sua irmã MARIA JOSÉ MARTINS SIMÕES, vive à Av Adhemar de Barros, 162 - Ondina Salvador - Bahia, prestou declarações na SR/DPF/BA em 09 Fev 78;
  - MARIA LUCIA SANTANA CERQUEIRA, sabedora que sua irmã / Maria José Martins Simões esteve na SR/DPF/BA para esclarecer fatos relacionados com a sua viagem a EUROPA, resolveu apresentar-se expontaneamente no dia posterior, (10 Fev 78), tendo prestado declarações;
  - Reside atualmente à Rua Brasília, Ed Madrir, Aptº 302 - Pituba, local este que corresponde a residência de seu irmão Augusto José Santana Martins

b - Outros elementos, com seus respectivos antecedentes

-- ARGONAUTO PACHECO DA SILVA
- Codinomes - "Aparecido", Arthur", "Otoñ
- DLN - 28 Fev 1927 - Sergipe

- Estado civil - Casado
- Filiação - José Francisco da Silva e Eudócia Pacheco da Silva
- Militante da ALN/1969
- Foi Banido do Território Brasileiro pelo Ato Complementar nº 64, de 05 Set 69
- Fez o Cruso de Guerrilha em Cuba - III Ex - ALN

- ARMANDO AUGUSTO VARGAS DIAS
- Codinomes - Armando de Deus", "Ivo"
- DLN - 08 Jul 1941 - Livramento - Rio Grande do Sul
- Filiação - Armando Prates Dias e Clélia Vargas Dias
- Profissão - Técnico em Contabilidade
- Pertencia ao setor de campo da VPR, tendo feito levantamento ao longo da Belém-Brasília, até Imperatirz, Maranhão para escolhaer local para treinamento de guerrilha.
- Foi banido para o Chile, trocado pelo Embaixador da Suiça sequestrado em 07 Dez 1970
- Fez o Curso de Guerrilha em Cuba, pelo prazo de 1 ano
- Vive em Bruxelas

- ATON FON FILHO
- Codinome - "Marcos"
- DLN - 10 Jul 1939 - Bahia
- Filiação - Aton Fon e Zeorilda Rosa Gonçalves Fon
- Pertencia a Dissidência da ALN
- Fez o Curso de Guerrilha em Cuba - I Ex ALN

- ARMANDO TEIXEIRA FRUTUOSO
- DLN - Guanabara - Rio de Janeiro
- Filiação - Anibal Teixeira Frutuoso e Maria da Glória Frutuoso
- Profissão - Estudante

- Elemento subversivo, indiciado em processo pela Auditoria da 4ª CJM.
- Foi condenado pela 4ª CJM/1971
- A Auditoria da 4ª CJM expedido Mando de Prisão contra o mesmo
- Integrava a UJP-UNIÃO DA JUVENTUDE PATRIÓTA
- Era contato de DELZIR ANTONIO MATHIAS, quando este prestava assistência à UJP, quando das ligações com o CC do PC do B
- Foi preso no Rio de Janeiro em 1975

- ALBERTO CARMO .
  DLM - 66 anos de idade
  - Profissão Jornalista - Radialista
  - Candidato a asilo
  - Há 14 anos está asilado
  - Vive em Portugal há 3 anos

- AUGUSTO BOAL .
  - Profissão - Teatrologo
  - Vive em Portugal
  - Candidato a exilio

- AMINA DE CARVALHO .
  - Profissão - Advogada
  - Exilada desde 1971
  - Vive atualmente em Paris

- ANA ROSA KUCINSKI
  - Profissão - Química pela USP - Profª Universitária
  - Presa em 22 Abr 74 em São Paulo, com o marido Wilson Silva

- BAYARD DE MARIA BOITEUX
  - Profissão - Professor
  - Tem 61 anos de idade
  - Subversivo militante da VAR-PALMARES/1970
  - Ficou preso 3 anos no Brasil

- Asilou-se na Argélia em 1970
- Em 1975 foi para Portugal a convite da Faculdade de Economia da Universidade de Porto

- CAYUBI ALVES DE CASTRO
  - DLN - 1928
  - Estado Civil - Casado
  - Filiação - Marino Alves de Castro e Leopoldina Ribeiro de Castro
  - Profissão - Bancário aposentado
  - Detido pelo DOPS/GB em Maio de 1968, por ter participado de agitações de rua
  - Foi posto em liberdade em 06 Mai 68, após prestar declarações
  - Foi preso em 21 Nov 71, no Rio de Janeiro
  - Considerado desaparecido pelo Comitê Brasileiro de Anistia

- CARLOS ALBERTO DE FREITAS
  - DLN - Nova Lima /MG - 1942
  - Filiação - Luiz de Freitas Junior e Otilia Alves Freitas
  - Casado (Desquitado)
  - Profissão - Professor
  - Condenado a pena de 30 anos de reclusão, incurso no Art 28 do Dec-Lei 898/69
  - Ex-Diretor do Colégio Santa Maria (atual Centro de Estudos Pedagógicos da Universidade Católica de MG)
  - Foi o autor do sequestro de um avião Samurai da Cruzeiro do Sul em julho de 1970 (Rota Belém-Macapá), tendo sido processado na Base Aérea de Belém/PA
  - O nominado deu um desfalque de Cr$ 32.000,00 cruzeiros no Colégio onde lecionava e emitiu um cheque sem fundos no valor de Cr$ 1.950,00 cruzeiros para pagamento de um automóvel alugado em Belo Horizonte e com o qual fugiu em 23 Fev 1970
  - Casou-se em Abril de 1969, desquitando-se meses depois
  - Seu pai, LUIZ DE FREITAS JUNIOR, é ex-gerente do Banco da Lavoura de Nova Lima/MG

- Codinome " BRENO"
Existe divergência em sua filiação da acima citada e:
- Filho de JAIME MARTINS DE FREITAS E ALICE SOARES DE FREITAS - Natural de Belo Horizonte/MG
1970 - Elemento terrorista, integrante da VAR-PALMARES
- Consta que neste ano estava na Executiva de Luta Principal em Belém/PA e na área de Imperatriz/MA
- 1972 - Manteve contato em Fortaleza com José Salres de Oliveira, no sentido de fundir a VAR-PALMARES com a ALN
- 1974 - Foi julgado e condenado, à revelia, pela 4ª CJM,
- O CPJ da Auditoria da 8ª CJM condenou o nominado à pena de 30 (trinta) anos de reclusão, em 16 Ago 71, como incurso no Art 28 do Dec-Lei 898 de 29 Set 69 .
- Considerado desaparecido em relação divulgada pelo Comitê Brasileiro de Anistia

- CARMELA PEZZUTTI
- Tem 51 anos de idade
- Banida
- Trocada pelo Embaixador da Suiça
- Reside atualmente na França

- CEZAR QUEIROZ BENJAMIM
- Codinomes - "Meninho","Floriano", "Eduardo" "Lacrte" "Domingos", "Flor", "Paraiba","Cabral", "Ribamar","Fidelo"
- Nomes frios - Lacrte de Abreu Junior, Aloisio Soares Gouveia
- DLN - 05 Mai 1954 - Rio de Janeiro/GB
- Filiação - Mey Benjamin e Iramaia Porancy de Queiroz Benjamim
- Profissão - Estudante
- Endereço - Rua Tubira, 8 Aptº 612 Leblon - Guanabara
- Indiciado em Inquérito MR.8 do 1º RO/105
- Preso pelo CODI/SV em 30 Ago 71
- Foi transferido para a BAHIA/1971, a fim de auxiliar João Lopes Salgado "Dino"
- É irmão de CID QUEIROZ BENJAMIN (Banido)

- Tomou parte em várias ações armadas na Guanabara/1971
- Militante do MR-8/1971
- Foi ouvido no 1º RO 105 no IPM/MR-8, declarou ter certeza absoluta de que haverá nos próximos dias um "SEQUESTRO" e que êle será incluido na lista de troca de presos subversivos, pelo sequestrado.
- Disse que o "SEQUESTRO" não será efetuado pelo MR-8. Que o sequestro será uma autoridade tão importante, que não haverá possibilidade der recusa na troca de nossa parte.
- Foi julgado em 5 Processos
- Não foi condenado por ser menor de 18 anos
- Permaneceu preso até 1976
- Saiu do Brasil em 1976
- Reside na Suécia, onde está seu irmão Banido - CID QUEIROZ BEJAMIN

- CHIZUO OZAVA " Mario Japa"
- DLN - 26 Fev 1945 - Arceburgo/MG
- Filho de Guentaro Ozawa e Hamaia Ozawa
- Foi preso em 1970
- Banido
- Foi trocado pelo Consul Japonês em São Paulo em 1970
- Fez o Curso de Guerrilha em Cuba

- CID QUEIROZ BENJAMIN
- Codinomes - "Billy", "Vicyor", "Levi", "Miro", "Willie"
- Militante da Dissidência da Guanabara
- Participou do assalto à sentinela do Hospital da Aeronáutica e roubo de uma metralhadora INA, no Rio de Janeiro
- Assalto ao bar Castelinho/RJ
- Assalto ao Banco de Crédio Territorial de Bonsucesso
- Participou do assalto à sentinela do gasômetro do Leblon na Rua Carlos Goies quando tentou roubar uma metralhadora do soldado, este reagiu e ele baleou o mesmo
- Participou do assalto a um carro Pagaro do Banco Mercantil de Niteroi

- Tomou parte do assalto a um carro pagador do Banco [illegible] gues do Brasil na rua Djalma Ulrich/RJ
- Participou do sequestro do Embaixador ELBRICK
- Banido
- Em 1970 foi trocado pelo Embaixador da Alemanha [illegible] sequestrado em 11 Jun 70
- Vive na [illegible]cia
- Trabalha em publicações de um Boletim mensal sobre brasileiros, realização de seminários, Atos públicos sobre o Brasil, etc

- CONCEIÇÃO IMACULADA DE OLIVEIRA
- DLN - 12 Jun 1946 - Marinhos
- Profissão - Operária metalurgica
- Indiciada em Inquérito na Auditoria da 4ª RM/1971
- Liderou o Movimento de Greve na Siderúrgia MANNESMAN
- Pertencia ao "Setor de Expropriação" da Organização subversiva denominada "CORRENTE".
- Participou do assalto à Mercearia Nossa Senhora da Conceição em Belo Horizonte/MG e de dois treinamentos de guerrilha
- A Auditoria da 4ª RM, decretou sua prisão preventiva
- Foi presa em 1971
- Banida do País em 1971 para o Chile
- Foi trocada pelo Embaixador da Suiça

- DAVID CAPISTRANO DA COSTA FILHO
- DLN - 1913
- Ex-Deputado Estado por Pernambuco
- Indiciado em Inquérito Policial nº 53/75/DOPS/SP
- Preso em São Paulo em 16 Mar 74
- Considerado desaparecido em uma relação divulgado pelo Comitê Brasileiro de Anistia

- FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA
- DLN 1948
- Estado Civil - Casado

SECRETO

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - QUARTEL-GENERAL DO COMCOS - 2ª SEÇÃO
(Continuação d o RPB Nº 655/A2-COMCOS, de 22 de Set 78)



- Profissão - Funcionário Público e Estudante de Direito
- Filiação - Lícoln de Santa Cruz Oliveira e Elzira Santos Santa Cruz Oliveira
- Citado por militantes presos como membro da Ação Popular Marxista - Leninista do Brasil - APML do Brasil/1975
- Preso em 22 Fev 74 no Rio de Janeiro
- Considerado desaparecidoem uma relação divulgada pelo Comitê Brasileiro de Anistia

- FRANCISCO LAGE PESSOA
  - DLN 18 Mar 1917 - Ferros/MG
  - Filiação - José James Lage e Leopoldina Lage Pessoa
  - Profissão - Padre
  - Atuva junto ao Movimento Sindical em Belo Horizonte/MG
  - Elemento subversivo
  - Condenado a 28 anos de prisão pela Auditoria da 4ª CJM
  - Teve Mandado de Prisão expedido contra o mesmo
  - Preso e Processado em 1964
  - Asilou-se na Embaixada Mexicana, tendo seguido para o exílio

- HONESTINO MONTEIRO GUIMARÃES " ALEXANDRE"
  - DLN Itaberaí/Goias - 1947
  - Filiação Benedito Monteiro Guimarães e Maria Rosa Leite Guimarães
  - Membro da C N E em 1969 da APML
  - Iniciou suas atividades subversivas em 1965
  - Foi preso pelo DOPS/BSB, em 16 Fev 66, quando pichava muros.
  - Ex-Presidente da Federação UFBR
  - Condenado à pena de 19 anos de reclusão pela 11ª CJM/1972
  - Foi expedido Mandado de Prisão contra o mesmo
  - Preso em 10 Out 73 no Rio de Janeiro
  - Considerado desaparecido em uma relação divulgada pelo Comitê Brasileiro de Anistia

-

SECRETO

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - QUARTEL-GENERAL DO COMCOS - 2ª SEÇÃO
(Continuação do RPB Nº 655/A2-COMCOS, de 22 de Set 78)

- JEAN MARC FRIEDRICH CHARLES VAN DER WEID
  - Codinome -"MAURÍCIO"
  - DLN - 09 Fev 42/GB
  - Filiação - Regina Sodré Von Er Weid
  - Agitador e terrorista, fez uma conferência em SAINTE-FOYE-QUEBEC/1972
  - Militante da AP/1975
  - Condenado a 2 anos de reclusão pela 3ª Auditoria da 1ªRM
  - Presidente da UN/1968/69
  - Encontra atualmente banido do território nacional, tendo sido trocado pelo Embaixador da Suíça quando do seu sequestro (GEOVANNI BUCHER)
  - Vive atualmente em Paris

- JOSÉ LUIZ MOREIRA GUEDES
  - Codinome - "ANDRÉ"
  - Militante da APML/1970
  - Envolvido nas reuniões de diversas organizações subversivas na Europa, para tratr dav viabilidade e do dimensionamento de uma união entre as mesmas em nível diferente, de uma simples "Frente Única".
  - Sempre foi do PC do B, tendo feito parte do grupo que rompeu com o PCB; antes do "racha", participou de Conferências com LUIS CARLOS PRESTES
  - Foi presidente da UME
  - Exilado

- MARCIO MOREIRA ALVES
  - Profissão - Professor - Engenheiro
  - Banido, trocado pelo Embaixador da Alemanha Ocidental
  - Vive em Portugal desde 1964
  - Trabalha no Instituto Superior de Ciências de Lisboa
  - Em 23 Mai 76, acompanhado do Embaixador Cubano em Lisboa, viajou para Cuba
  - Goza de grande intimidade com o Embaixador Cubano em Lisboa, é o elemento brasileiro de maior prestígio em Cuba.
  - Está recebendo de Havana uma série de recursos financei-



ros para o desenvolvimento das atividades do "Movimento para Anistia no Brasil - MPA" em Lisboa, Londres, Paris e Belgica.

- É atualmente a principal ligação entre Cuba e determinados parlamentares brasileiros, com os quais Havana deseja manter contactos em caráter reservado.
- Viajou a Paris, em meados de julho.
- Em Portugal, ele é um dos principais impulsionadores dos "Comitês pró-Anistia Geral no Brasil".
- Sua terefa, em Paris, foi coordenar as diversas atividades do Comitê da França e entrar em contato com José Ibrahim, que é, em Bruxelas, o encarregado da ligação do setor brasileiro com as organizações de esquerda da Belgica.

- MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA BRITO
  - Codinome - " Ana Maria Cortez"
  - DLN - 03 Set 1942 - Minas Gerais
  - Viuva do terrorista Juarez Guimarães de Brito falecido/70
  - Subversiva, banida do Território Nacional em 15 Jul 70
  - Foi trocada pelo Embaixador alemão em 1970
  - Asilada na Argélia
  - Viveu com Angelo Pezzuti, morto em 1975 em desastre de automóvel na França, do qual tem um filho
  - Desde 1973 vivem com CHIZUO OSAVA, também subversivo, mais conhecido como "MARIO JAPA"
  - Retornará ao Brasil com o nome de ANA MARIA CORTEZ

- ROQUE APARECIDO DA SILVA
  - DLN 05 Jan 1947 - Santonópolis/Paraná
  - Dissidência da VPR, preso em Fev 1969, atuava em Osasco-São Paulo
  - Banido para Chile, trocado em 1970, pelo Embaixador da Suiça
  - Em Janeiro de 1971, chegou a Chile em companhia de 69 Banidos
  - Vive atualmente em Paris
  - Faz Pós-Graudação em Sociologia do Desenvolvimento

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - QUARTEL-GENERAL DO COMCOS - 2ª SEÇÃO
(Continuação do RFB Nº 655/A2-COMCOS, de 22 de Set 78)

- SINVAL DE OLIVEIRA BAMBIRRA
  - Ex-Deputado Estado (PTB) por Minas Gerais
  - Ex-Presidente dos Tecelões de Minas Gerais
  - Condenado pela Auditoria da 4ª CJM/1971
  - A Auditoria da 4ª CJM expedido Mandado de Prisão contra o mesmo em 15 Dez 65,
  - Asilou-se na Alemanha Oriental onde dá aulas de Portugues

- SILVINO ALVES DE CARVALHO
  - Codinome - "ANTONIO" - Apelido - "LISCA"
  - DLN 29 Nov 1941 - Itaberaba - Bahia
  - Filiação - Nelson Alves de Guimarães Carvalho e Maria Izabel de Carvalho
  - Profissão - Médico
  - Endreço - Av Barão do Rio Branco, 67 Itaberaba/BA
  - Carteira de Identidade nº 428.524 IIPM
  - Preso pelo DOI/ II EX em 26 Set 72
  - Constar ter estudado na TCHECOSLOVÁQUIA, aproveitando uma bolsa de estudos que lhe fora oferecida
  - Militante da AP1 - Movimento Popular de Libertação/1972
  - Fez o Curso de Guerrilha em Cuba no período de Setembro a Dezembro de 1968

II - Outrossim, informa que quanto aos demais nomes citados nas relações referenciadas, nada consta nesta Seção. Solicitamos antecedentes dos mesmos.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTE DOCUMENTO

175

Fl 1/1

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
IV EX — 6ª R M
2ª SEÇÃO
INFORMAÇÃO Nº 439/E2

Salvador - BA, 02 de outubro de 1978

Assunto : REGRESSO AO BRASIL DE BANIDOS, ASILADOS, AUTO-EXILADOS OU/E ELEMENTOS COMPROMETIDOS COM A SUBVERSÃO.

Referência : Info nº 427/E2, de 18 Set 78, desta Agência. → P8 m°

Origem : 2ª SEC/6ª RM

Area :

Dif. Anterior :

Difusão : ASV/SNI

Anexos : Fotocópias de 3 (três) extratos de dossiês.

= =

1. Complementando a Info referenciada, esta Agência remete, em anexo, fotocópias dos extratos de dossiês dos elementos abaixo:

- MARIA LÚCIA SANTANA CERQUEIRA;
- ADERBAL CAETANO DE BURGOS; e
- ANTONIO SÉRGIO MELO MARTINS DE SOUZA.

2. Quanto ao grau de sigilo (SECRETO) do extrato de dossiê de MARIA LÚCIA SANTANA CERQUEIRA, é motivado por estar esta Agência em Operação de Vigilância sobre a nominada visando obter maior quantidade / de dados. -*

Toda pessoa que tomar conhecimento deste documento é responsável pela manutenção de seu sigilo (Art 12 do RSAS Dec n.o 79.099/77).

SECRETO

— S E C R E T O —

SEXTA REGIÃO MILITAR
2ª SEÇÃO

MARIA LÚCIA SANTANA CERQUEIRA
NOME

FOTO

PROFISSÃO:

FILIAÇÃO: Everton Martins Cerqueira e Maria Helena Santana Cerqueira

ESTADO CIVIL: Solteira

NATURALIDADE: BAHIA (Est.) . IRARÁ (Mun.)

DATA NASCIMENTO: 29 SET 47 .

SINAIS CARACTERÍSTICOS:

Altura: 1,65 Cutis: Morena Cabelos: Cast Olhos: Cast

IDENTIDADE:

— Número da carteira [redacted]

— Número do registro:

— Local de fornecimento: SSP/BA - 1978

TÍTULO DE ELEITOR Nº 36172 - 1ª Zona
INSTRUÇÃO: Superior - Licenciada em História

LOCAL DE TRABALHO: Desempregada

RESIDÊNCIA: Valdemar de Barros nº 162.

Doc Origem Pasta e Arq	Data Fonte Classificação	HISTÓRICO
Relação do DPF/BA	-	- Dá conta de que a nominada é integrante do PCBR, está com prisão preventiva decretada pela 6ª CJM, estando foragida.
PB nº 37/71/ S2, da 6ª RM	30 MAR 71	-Pertence ao MR-8, atuando com o codinome de ANDREA; -Recebeu do partido a missão de estruturar o Movimento Estudantil; -É responsável pelo Setor de divulgação da documentação do MR-8; -Tinha destacada atuação da distribuição de panfletos subversivos.
IP nº 08/71, da SR/DPF/BA	19 ABR 71	-Indiciada no referido IP que apurou as atividades de elementos do PCBR, tendo sido enquadrada nos Art 43, 45 e 49, III do Dec-Lei 898, de 29 Set 69 (LSN)
PB nº 097/S2, da 6ª RM	27 MAI 74	-Foi indiciada no IP nº 062/71, realizado pela SR/DPF/BA como militante do PCBR; -Tem prisão preventiva decretada pela 6ª CJM; -Usava os codinomes: MARINA ou ANDREA; -Foi indiciada no IP nº 11/71 instaurado pela SR/DPF/BA que apurou as a-

Continua...

— S E C R E T O —

Continuação do extrato do dossiê de MARIA LÚCIA SANTANA CERQUEIRA Fl nº 02

Doc Origem Pasta e Arq	Data Fonte e Classificação	HISTÓRICO
		atividades do MR-8 na BAHIA; -Encarregada no MR-8 do Setor Estudantil, de dar assistência aos presos subversivos e a simpatizantes, ajudando também no setor de documentação; -Participou da confecção do jornal VENCEREMOS do MR-8; tratava dos problemas de infra-estrutura da organização; -Citada no Relatório do IP Nº 6/71, do DPF/BA, que apurou responsabilidades de elementos militantes do PCBR, usando o codinome de JOANA.
PB nº 097/E2, da 6ª RM	27 MAI 74	-Foragida da Justiça, viajou para o CHILE em 01 Mar 72, saindo de SALVADOR/BA, sem passaporte e sem carteira de identidade; -Refugiou-se na Embaixada da ARGENTINA em SANTIAGO DO CHILE em 11 / Set 73, por ocasião da Revolução / Chilena; -Chegou a BUENOS AIRES-ARGENTINA em 01 Nov 73, transferida do CHILE como refugiada política, passando a residir à Calle Combate de Los Pozos, 2133 em BUENOS AIRES; -Requereu passaporte junto ao Consulado Brasileiro em 23 Jan 74, com a finalidade de viajar para a EUROPA, apresentando apenas Certidão / de Nascimento extraída em 04 Mar 72, quando declarou sua residência à / Rua Ademar de Barros nº 5A-Ondina-SALVADOR/BA.
Enc nº 047,do COMOCS	17 MAR 78	-Encaminha Info nº 0147/CISA-RJ sobre a nominada e seu regresso ao BRASIL, contendo os seguintes tópicos: - Em 08 Jan 78 desembarcou no Aeroporto do Galeão a irmã da nominada acompanhada de ENRIQUE SANTANA CERQUEIRA de 4 anos, filho da refugiada; - Em 11 Jan 78 o CISA pediu ao / COMOCS MARIA JOSÉ MARCINS SIMÕES (irmã da nominada) fosse entrevistada objetivando levantar dados da

— SECRETO —

Continuação do extrato de dossiê de MARIA LÚCIA SANTANA CERQUEIRA Fl n.º 03

Doc Origem Pasta e Ano	Data Fonte e Classificação	HISTÓRICO
		foragida; - Durante a entrevista no DPF/BA apurou-se que MARIA LÚCIA SANTANA / CERQUEIRA regressara ao BRASIL no dia imediato ao da irmã, 09 Jan 78, procedente de LISBOA/PORTUGAL; - A nominada alegou ter-se utilizado, para o regresso, do "Título de Nacionalidade" fornecido pelo Consulado do BRASIL em MOÇAMBIQUE em 10 Dez 77 com validade para 30 dias; - Desconhece o CISA se a DSI/MRE cientificou a algum órgão de informação o regresso da nominada, conforme é praxe. Desconhece também a concessão desse documento a nominada, e não foi informado da provável data do seu regresso ao BRASIL; - Em levantamento feito na Delegacia de Polícia Marítima do RJ, o CISA apurou que a irmã da nominada, MARIA JOSÉ MARTINS SIMÕES, embarcou para MADRI, em 11 Dez 77, vôo 990 da IBERIA e desembarcou procedente de MADRID em 08 Jan 78, pelo vôo / 755 da VARIG, portando passaporte nº 244887 expedido no RJ em 25 Nov 77; -Quanto a nominada, não teria desembarcado no dia 09 Jan 78 segundo alega, e se o fez, é estranho que // não tenha sido detida, e o seu título de Nacionalidade recolhido, como normalmente ocorre, e como nele consta expressamente; - Por outro lado a nominada não foi interrogada a respeito de suas atividades e de seus companheiros de / organização nesses 7 anos em que viveu no exterior, em pelo menos cinco países; - Tendo em vista os dados expostos o CISA sugere que a nominada volte a ser inquerida no DPF/BA, por elementos especializados do DOI/CODI/ III, visando esclarecer os pontos obscuros de seu retorno ao BRASIL e colher dados de interesse da Segurança Interna;

— SECRETO —

— S E C R E T O —

Continuação do extrato de dossiê de MARIA LÚCIA SANTANA CARNEIRA Fl nº 04

Doc Origem Folha e Rbj	Data Fonte e Classificação	HISTÓRICO
		-Informa ainda os seguintes dados sobre a nominada: -Estudou na Escola de Economia da UN do CHILE; -Recebia ajuda financeira da Associação Chilena Brasileira de Solidariedade (ACBS), conforme recibos e outros documentos apreendidos na sede da ACBS após a deposição do governo Allende e em poder desta AI; -Recebeu Bolsa de Estudos do Serviço Universitário Mundial (SUM) através da ACBS; -Estava catalogada na ACBS como militante da AP-2, definida pela / ACBS como "fração dissidente da AP declaradamente pela luta armada"; -Era conhecida pelo apelido de / Baiana e Mariazinha; -No CHILE viveu com ROBERTO CHAGAS E SILVA militante do MR-8, possivelmente pai do seu filho;
-	-	-Com base nessas informações, foi / montada uma Operação de Vigilância e coleta de dados sobre a nominada pelo DOI/CODI/III, por ordem do Cmt da 6ª RM.
Rd nº 157/78-E2, da 6ª RM	05 ABR 78	-Informe ao CIE que com base na Info do CISA/RJ, foi montada uma Operação de Vigilância constante sobre a nominada a fim de colher elementos para um futuro interrogatório.
Enc nº 78/78, do COMOCS	26 ABR 78	-Remete o Enc nº 0111/CISA/RJ com / anexo os seguintes dados da nominada: -Teria obtido junto ao Consulado do BRASIL em MOÇAMBIQUE, em 10 Dez 77, um título de Nacionalidade válido / para o regresso ao BRASIL; -Viveu a nominada no CHILE durante o Governo Allende; -Em Out 73 viajou para a ARGENTINA na condição de refugiada e daí para a FRANÇA, PORTUGAL e MOÇAMBIQUE; -Regressou ao BRASIL e está vivendo em SALVADOR/BA; -O CISA não recebeu nenhuma comunica-

Continua...

— S E C R E T O —

Continuação do extrato de dossiê de MARIA LÚCIA SANTANA CERQUEIRA Fl n.º 09

Doc Origem Posto e Arq	Data Fonte e Classificação	HISTÓRICO
		a respeito desse possível regresso; -Enviou anexo a Info nº DSI/MRE/1094 de 27 Mar 78, confirmando a concessão do Título de Nacionalidade, pela Embaixada do BRASIL em MAPUTO, sem consulta prévia do M.R.E a nominada, para uma única viagem, no trecho MAPUTO-LISBOA-RIO DE JANEIRO, válido por 30 dias a contar da data da emissão (10 Dez 77), com a ressalva de que deveria ser recolhido pelas autoridades brasileiras quando de sua chegada ao RJ, prevista para início de Jan 78, após a realização de tratamento médico de seu filho em PORTUGAL.
Roteiro de Interrogatório do DOI/ CODI/III	03 MAI 78	-O DOI/CODI/III forneceu um roteiro de interrogatório, baseado em dados contidos no prontuário da nominada, com a finalidade de facilitar o trabalho do futuro interrogador.
Info nº 55/ DOI/6ª RM	03 MAI 78	-Informa seguintes dados da Vigilância: -Residente à Rua Brasília, Ed Madri Aptº 302, reside AUGUSTO JOSÉ SANTANA MARTINS, solteiro, com quem a nominada passou a morar após o regresso ao BRASIL; -Um dia antes da Operação, a nominada viajou para SP, no dia 16 Abr 78; -Informações colhidas com a empregada da residência, dão conta de que ela foi morar com o irmão em SP de nome ANTÔNIO JOSÉ MARTINS SIMÕES, / conhecido cantor TOM ZÉ, pretendendo alí fixar residência; -AUGUSTO JOSÉ SANTANA MARTINS é / engenheiro e trabalha com DEMOCRITO DRODEVAL SIMÕES, seu cunhado (esposo de MARIA JOSÉ MARTINS SIMÕES) no Frigorífico FRIUSA localizado em / Água de Meninos. -Foi confirmado o endereço dado pela MARIA JOSÉ no DPF/BA; -MARIA JOSÉ trabalha na Clínica de Endocrinologia da Drª ANITA TEIXEIRA

Continua...

— SECRETO —

Continuação do extrato de Dossiê de MARIA LÚCIA SANTANA CERQUEIRA Fl n.º 06

Doc Origem Pasta e Arq	Data Fonte e Classificação	HISTÓRICO
		na rua Alameda Antunes nº 42-Barra; -Durante a Vigilância ficou observado que MARIA JOSÉ conhece perfeitamente as regras de segurança contra vigilância, e que usa artifícios para evitar ser seguida; -Ainda não foi constatada nenhuma ligação suspeita dos vigiados.
Relatório do DOI/6ª RM	08 MAI 78	-Informa que MARIA JOSÉ MARTINS SIMÕES aparentemente tem uma vida pacata, reunindo suas atividades em trabalhos domésticos e profissionais na Clínica. Não costuma receber visitas e permanece às noites em casa. -O filho da nominada que estava sob custódia de MARIA JOSÉ, de nome / HENRIQUE SANTANA CERQUEIRA tambem seguiu para SP no dia 07 Mai 78, sob responsabilidade da tripulação da VASP. Na ficha de embarque constava que seria recebida pela sua genitora MARIA LÚCIA SANTANA CERQUEIRA, residente à Rua Profª JOÃO RAMALHO nº 1748 em SÃO PAULO. -Foi levantado que AUGUSTO JOSÉ SANTANA MARTINS, irmão da nominada, / trabalha na Empresa Técnica de / Engenharia Comercial Ltda, ETECLA, no Ed SULACAP, Salas 313 e 314, e não como anteriormente tinha sido informado. -Segundo informação do Ten R/2 Med Dr Simas, que reside em frente ao Aptº de AUGUSTO JOSÉ SANTANA MARTINS, este indivíduo é homossexual, e seu Aptº é constantemente visitado por pessoas jovens.
Telex nº 0714/ E/2, do II Ex	23 MAI 78	-A nominada e seu filho retornaram a SALVADOR, em companhia do irmão AUGUSTO SANTANA MARTINS; irão para o endereço: Rua Brasília, Edifício Madrid, Aptº 302-Pituba.
Telex nº 0716 E2, do II Ex	23 Mai 78	-A nominada seguirá no vôo de 18,40 horas da VASP, de SÃO PAULO com destino a SALVADOR
Relatório do DOI/CODI/III	Período de 13 a 20 Jun 78	-Dia 13 não foi observada qualquer suspeita.

Continua...

— SECRETO —

— SECRETO —

Continuação do extrato de Dossiê de MARIA LÚCIA SANTANA CERQUEIRA Fl n.º 07

Doc. Origem Ponto e Ano	Data Fonte e Classificação	HISTÓRICO
		- No dia 14 a nominada saiu da casa de sua irmã MARIA JOSÉ juntamente com o irmão AUGUSTO JOSÉ, sua mãe e seu filho, indo para o Ed Débora, na rua São Pedro 43-Graça, regressando às 23 horas. - No dia 15 não foi observada qualquer suspeita. - No dia 16, a nominada em companhia de seu irmão AUGUSTO esteve na ENTIDADE. - A tarde esteve no Edifício Serra de Pedra nº 459 da Av Oceânica / onde demorou pouco. - A noite chegou ao Edifício onde se encontra hospedada a nominada um carro Chevette creme placa AD-2111, onde embarcou a nominada / com destino ignorado, por ter sido perdida no trânsito. - No dia 17 chegou ao endereço da nominada no veículo Brasília branca de placa FA-4170 (Alagoinhas/Ba), um casal composto de MARIA LUCIA SILVA ORNELLAS e um amigo que lá pernoitaram a noite. - No dia 18 às 08,30 horas saiu do Aptº da nominada MARIA LUCIA SILVA ORNELLAS, dirigindo-se para a sua residência (Av D. João VI,19) e posteriormente para a rua Araújo Pinho nº 40/42 Curso Aquarius, onde ensina dança. Às 11,45 horas saiu do apartamento da nominada o seu irmão AUGUSTO JOSÉ, em companhia de dois elementos, prováveis namorados de MARIA LUCIA SILVA ORNELLAS e da nominada, dirigiram-se para o Curso Aquarius onde pegaram MARIA LUCIA SILVA ORNELLAS e foram para a praia de Piatã. AUGUSTO JOSÉ retornou sozinho às 18,00 horas. - No dia 19 nada foi observado. Foi interceptada correspondência endereçada a nominada por L.F Nequeira, com dados que indicam /

Continua...

— SECRETO —

Continuação do extrato de Dossiê de MARIA LÚCIA SANTANA CERQUEIRA Fl n.º 08

Dos Origem Pasta e Ano	Data Fonte e Classificação	HISTÓRICO
		ter o mesmo convivido com a nominada em MAPUTO/MOÇAMBIQUE, podendo inclusive ser o pai do menino NENRIQUE, filho da nominada, brasileiro, registrado no Consulado de MAPUTO. Verificou-se a existencia de registros nesta AI de um subversivo cojo nome é LÚCIO FLÁVIO UCHOA REQUEIRA.
Relatório do DOI/CODI/III	Período de 7 a 10 Jun 78	-Dia 7 - Deslocou-se de sua residência até a rua Miguel Calmon, 42-Ed São Paulo, 3º andar, FUNTRAB(Fundação Baiana para o Trabalho) onde permaneceu por 20 minutos. -Dia 8 - Saiu de casa para a Secretaria de Agricultura no Centro Administrativo, permanecendo por 30 minutos, quando saiu portando um envelope amarelo grande. Dirigiu-se depois para a rua Gamboa de Cima nº 23 onde funciona a BAHIATURSA. Desse local, acompanhada de quatro moças, embarcou em um fusca amarelo de placa AI-1034 dirigido por uma delas, deram várias voltas, deixaram uma das moças na Rua Euclides da Cunha, 43-Graça,seguindo para a Rua Greenfield onde entraram com o carro no estacionamento do Ed Silvana de nº 12. -O carro de placa AI-1034 pertence a MARIA JOSÉ PAES DA SILVA, residente a rua Greenfield nº 12/204. -À noite a epigrafada em companhia de duas moças, sairam no referido veículo, deixaram uma delas na rua Mesquita dos Barris nº 78 e foram até a Rua Lelis Piedade nº 158-Aribeira. No interior desta casa existia de 12 a 15 pessoas, na maioria jovens barbados, com um ambiente assemelhado ao de um postíbulo. Às 22,30 horas a nominada e sua companheira retornaram a rua Greenfield nº 12/204, onde passaram a noite,/ somente saindo às 09,30 horas do dia seguinte. -Dia 10, a nominada ao sair tomou

Continua...

Continuação do extrato de dossiê de MARIA LÚCIA SANTANA CERQUEIRA

Fl n.º 09

Doc Origem Pasta e Arq	Data Fonte e Classificação	HISTÓRICO
		um coletivo, e dirigiu-se ao ISB (Instituto Social da Bahia). Do local, foi a casa da irmã MARIA JOSÉ, e juntos foram a praia.
Info 643/78, do II Ex	19 JUN 78	-O cantor TOM ZÉ, cujo nome é ANTONIO JOSÉ SANTANA MARTINS, possui identidade nº MG 3.090.151 da SSP/SP, reside na rua Homem de Melo nº 727, Aptº 1102-Ed Franco da Rocha - Perdizes/SP. -Os dados de qualificação da nominada coincide com os constantes do presente e ter a mesma residido na Avn Conego Eugênio Leite nº 865 - Cerqueira Cesar/SP, em companhia do filho HENRIQUE, tendo ambos retornado a SALVADOR no dia 23 Mai 78, indo residir no endereço já mencionado. -Foi levantado o endereço da Rua João Ramalho nº 586, Bloco C-Aptº 133, 13º andar, Ed Vera Cristina, Telefone 262-4416/SP, onde reside STELA CONCEIÇÃO SANTANA CERQUEIRA, irmã da nominada, e que trabalha no Banco Novo Rio de Investimentos situado a Rua Benjamin Constant nº 75, Tel 37-2930/SP.
Relatório do DOI/CODI/III	15 JUL 78	-A nominada encontra-se trabalhando no CEPED (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento) em CAMAÇARI/BA, local que se desloca todos os dias. Nesse período permaneceu todo o tempo em casa em tarefas caseiras, ressaltando-se o fato ocorrido no dia 15, Sábado, às 19,00 horas, que / saiu da residência, em companhia de um elemento desconhecido, embarcaram no Volks azul AZ-4527 de BELÉM DO PARÁ. O casal dirigiu-se a rua Greenfield -Ed Silvana e após alguns minutos, saiu acompanhada de uma mulher tomando outro carro, fusca vermelho AI-1034, indo juntos a Biblioteca Central, onde aguardaram dentro do veículo cerca de 30 minutos até serem chamadas pelo porteiro da Bi-

Continua...

Doc Origem Ponto e Ano	Data Fonte e Classificação	HISTÓRICO
		blioteca, quando entraram no cinema que alí funcionava. O filme projetado, era de origem polonesa, com legendas em espanhol, com assistencia reduzida, constituída de jovens. A entrada foi franca e não existia cartazes de propaganda. Após a projeção os três permaneceram conversando com um casal por 30 minutos, retornando em seguida ao Ed Silvana onde deixaram a acompanhante, retornando o Volks AB-4527, seguindo para a residência da nominada onde pernoitaram. -No dia 15 acompanhada de MARIA LUCIA, a nominada dirigiu-se para o nº 118 da rua dos Bandeirantes. -Verificou-se que o irmão da nominada está fiajando, tendo ela passado a noite de Sábado em companhia apenas de seu novo amigo.
Infe nº 081, do DOI/CODI/III	03 Ago 78	-Correspondência interceptada recebida pela nominada da Rep de MOÇAMBIQUE-Cidade de LAFUTO, Av Julius Nyerere 106, 3º Esqº, cujo remetente é Cão.
Infe nº 089, do DOI/CODI/III	11 SET 78	-A nominada foi contratada pelo "Projeto da Mandioca" do CEPED, com contrato de duração de 18 meses, preenchendo vaga de Socióloga II, em 03 Jul 78. -Foi empregada pelo Pró-Agro que é dirigido pela Engª Química JUDITH COTTA PESSOA SANTOS NETA. -Sua função é de Secretária do Pró-Agro. -Foi demitida em 14 Ago 78; -Foi recomendada para o emprego pelo conhecido subversivo AMILCAR BAIARDI, que possui antecedentes neste AI; -O casal que entrou no Ed Silvana era constituído de MARIA LUCIA SANTANA CERQUEIRA e JOSÉ CARLOS PEREIRA SANTANA; -O proprietário do Volks Vermelho placa AT-1034 é MARIA JOSÉ PAES DA SILVA;

Continua...

Continuação do extrato de Dossiê de MARIA LÚCIA SANTANA CELESTINO Fl n.º 11

Doc Origem Pasta e Arq	Data Fonte e Classificação	HISTÓRICO
		- O porteiro da Biblioteca Pública é ANDRÉ OLIVEIRA SETARO; - O atual companheiro da nominada é JOSÉ CARLOS PEREIRA SANTANA, pron tuariado nesta AI, residente a rua dos Bandeirantes 118-Matatu e fun cionário da Secretaria de Agricul tura.

REGIÃO MILITAR

CONFIDENCIAL

— XXXXXXXXXX —

SEXTA REGIÃO MILITAR
2.ª SEÇÃO

ADERBAL CAETANO DE BURGOS
NOME

FOTO

PROFISSÃO: Func Pub Estadual (1966)

FILIAÇÃO: STENIO HENRIQUE DE BURGOS e EUNICE DE BURGOS

ESTADO CIVIL: Solteiro (1966)

NATURALIDADE: BAHIA (Est.) - SÃO FELIX (Mun.)

DATA NASCIMENTO: 14 JAN 44

SINAIS CARACTERÍSTICOS:

Altura: 1,63 Cutis: Morena Cabelos: Cast. Esc. Olhos: Cnd. Cast. Esc.

IDENTIDADE:

— Número da carteira [redacted]
— Número do registro:
— Local de fornecimento: SSP/BA

OUTROS DADOS: Certificado de Isenção nº 374080-Série C - expedido pela 6ª RM, em 23 Dez 63. Título de Eleitor nº 6040.

INSTRUÇÃO:

LOCAL DE TRABALHO:

RESIDÊNCIA: Rua José Duarte nº 5 (1966)

Doc Origem Pasta e Ata	Data fonte - Classificação	HISTÓRICO
Of Secreto nº 1/TG, de 23 Abr 64, do TG 06-114	23 ABR 64	-Funcionário Público Estadual, lotado no Tribunal de Contas do Estado da BA na função de Auxiliar Instrutivo TC.3; -Foi intimado a comparecer a Delegacia da Polícia da cidade de CACHOEIRA/BA, por ter proferido uma proclamação subversiva dirigida ao povo da cidade, através do serviço de auto-falantes "Vozes da Primavera".
Ficha do Colégio Estadual da Bahia	04 MAR 68	-Aluno do Colégio Estadual da Bahia.
Informe de Agente da 2ª Sec-6ª RM	JUN 68	-Durante o movimento subversivo estudantil, encontrava-se no interior da Faculdade de Filosofia da UFBA. Quando esta foi invadida pela Polícia, o nominado foi o único elemento a ter cobertura para evadir-se; -Nos comícios em que se fez presente, levava sempre segurança pessoal; -Na Universidade era conhecido pelo / codinome de "MIGUEL".
Relatório do IP nº 14/69	09 MAI 69	-Foi indiciado no IP nº 14/69, instaurado pela DR/DPF/BA, para apurar as atividades subversivas ligadas à POLOP (Política Operária), sendo enquadrado

Continua...

— XXXXXXXXXX —

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

— SECRETO —

Continuação extrato de Dossiê de ADEMAR CAETANO DE BURGOS Fl n.º 02

Doc Origem Ponto e Ano	Data Fonte e Classificação	HISTÓRICO
		nos Art 21 e 23 do Dec-Lei nº 314, de 13 Mar 67; -Teve prisão preventiva decretada em 09 Mai 69.
Cópia da Denúncia	12 JUN 69	-Foi denunciado pelo Procurador Militar da 6ª CJM, como incurso nas sanções previstas no Art 37 da Lei nº 314, de 13 Mar 67.
Cópia do Relatório do Processo.	23 JUL 69	-Foi submetido a processo ordenado pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, para apurar o abandono do cargo, tendo a Comissão encarregada do processo, opinado pela sua demissão com base no Art 239, I, combinado com o Art 234, item IV, da Lei 2323/66.
Cópia do Ato de Demissão	05 AGO 69	-Demitido do quadro de pessoal do TC do Estado da Bahia, de acordo com o Art 234, IV e 239, I, da Lei 2323/66, através do ato nº 107, de 05 Ago 69, do Presidente do TC, publicado no DO do Estado da Bahia, de 07 Ago 69.
PA nº 121-J, de 16 Nov 71, da 4ª RM/DI.	20 JAN 70	-Teve prisão preventiva decretada pela Auditoria da 4ª CJM.
Cópia do Mandado de Prisão	23 JAN 70	-Julgado pelo CPJ para o Exército, na Auditoria da 6ª CJM, sendo condenado a 1 (um) ano e 5 (cinco) meses de reclusão, por desclassificação, como incurso no Art 36 do Dec Lei nº 314, de 13 Mar 67 (ISN).
Cópia do Mandado de Prisão	26 JAN 70	-Teve decretada prisão preventiva pela Auditoria da 6ª CJM; -Encontra-se foragido.
Info nº 0290/70, do CENIMAR	05 JUN 70	-Prisão solicitada pelo CENIMAR por estar ligado ao MOL.
Relatório do IP nº 33/70, da DR/DPF/BA	19 JUN 70	-Foi instaurado pela DR/DPF/BA, para apurar atos de subversão na Bahia, que envolve o MOL(Movimento de Organização e Luta), tendo sido enquadrado como incurso no Art nº 42, do Dec-Lei nº 898/69(ISN).
Info nº 10/S-2 CISA/70	31 JUL 70	-Adota linha Marxista Leninista, e é filiado ao POC, setor de Imprensa

Continua....

— SECRETO —

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

— SIGILOSO —

Continuação do extrato de Dossiê de ADEMAR CAETANO DE BARROS Fl n.º 03

Doc Origem Pasta e Arq	Data Fonte e Classificação	HISTÓRICO
		da Secretaria Regional de Minas Gerais e no momento encontra-se foragido.
CI nº 5/TG, do TG 06-114	02 SET 70	-Há muito tempo que o nominado não aparece pela área. Não se encontra no Brasil, estando foragido, provavelmente, em CUBA.
Info nº 214/71 da 6ª RM	13 MAI 71	-Consta o nome do epigrafado de uma relação de elementos pertencentes à PCC, procurados nesta área.
Jornal Tribuna da Bahia - Pag 5	06 NOV 71	-Condenado no dia 05 Nov 71, pela Auditoria da 4ª RM, a 2(dois) anos de reclusão.
Nd nº 121-J de 16 Nov 71, da 4ª RM - DI	08 NOV 71	-Julgado pelo CPJ da Auditoria da 4ª CJM, tendo sido condenado à revelia a dois anos de reclusão.
Info nº 155/72 do CIE	18 AGO 72	-Confirmada a absolvição do nominado pelo STM.
Telex nº 5958, do CIE	27 NOV 75	-Absolvido pelo STM, em seção de 14 Ago 72, dos crimes que lhes foram imputados no Art 23 e 37 da LSN.
Boletim Informativo nº 1/77, do Sv Pol do III Ex.	1977	-Condenado a revelia a dois anos de reclusão, incurso no Art 37 do Dec Lei nº 314/67. Mandado de Prisão expedido pela 4ª RM. -Condenado a revelia em 15 Fev 74, pela 2ª Auditoria(2ª CJM), a pena de 6 (seis) meses de reclusão, incurso no Art 14 do Dec Lei nº 898/69.

— SIGILOSO —

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

— XXXXXXXXX —

SEXTA REGIÃO MILITAR

2.ª SEÇÃO ANTONIO SÉRGIO MELO MARTINS DE SOUZA
NOME

FOTO

PROFISSÃO: ANTONIO MARTINS PURTADO DE SOUZA e ADAIGISA MELO MARTINS DE SOUZA

FILIAÇÃO:

ESTADO CIVIL:

NATURALIDADE: PERNAMBUCO (Est.) RECIFE (Mun.)

DATA NASCIMENTO: 25 JAN 52

SINAIS CARACTERÍSTICOS:

Altura: Cutis: Cabelos: Olhos:

IDENTIDADE:

— Número da carteira:

— Número do registro:

— Local de fornecimento:

INSTRUÇÃO:

LOCAL DE TRABALHO:

RESIDÊNCIA:

Doc Origem Pasta e Arq	Data Fonte Classificação	HISTÓRICO
IA nº 636/71, do IV Ex	27 JUL 72	-GILSE MARIA VENTIN COSENZA pertencente a AP está presa em RECIFE e que viajaria para SALVADOR a fim de se encontrar com o nominado. Em consequencia o mesmo deve ser detido para averiguações.
Id nº 638/71, do IV Ex	28 JUL 71	-O nominado deve ser da cúpula da AP em SALVADOR e elemento de contato para entrada de subversivos clandestinos na área.
Dossiê do nominado	28 JUL 72	-Existe no seu Dossiê, uma série de panfletos, projetos de panfletos, livro de MAO TSE TUNG "SERVIR AO POVO", correspondência, etc., tudo ligado ao movimento subversivo AP, sendo a maioria de próprio punho, encontrados em seu poder quando da sua prisão em 28 Jul 71.
Info nº 068/71 do 2º DN	03 AGO 71	-Recebido do CENIMAR que em diversos depoimentos, o nominado foi reconhecido como sendo "CARATAU", elemento da AP que atua em MAUÁ/SP.
Termo de Declarações no DPF/BA	05 AGO 71	-Prestou depoimento declarando pertencer a organização clandestina UBES(União Brasileira de Estudantes Secundários) desde 1968;

Continua...

— XXXXXXXXX —

CONFIDENCIAL

O MILITAR

— SECRETO —

Continuação de extrato de Dossiê de ANTONIO SÉRGIO NERY MARTINS DE SOUSA Fl n.º 02

Doc Origem Ficha e Arq	Data Fonte e Classificação	HISTÓRICO
		-Pertenceu a Ação Popular de Pernambuco até ser preso.
Info nº 145/71 do CIE.	1971	-Como decorrência da prisão do nominado, foram presos vários militantes da AP.
Of nº 215/S2, da 6ª RM	11 AGO 71	-Solicita ao DPF/BA abertura de IM contra o nominado, recolhido preso a P BA e à disposição do COPI/6.
Info nº 416/71 da SR/DPF/BA	17 AGO 71	-Por ato do Governo do Estado da Bahia, o nominado teve suspensa a sua matrícula nos Colégios secundários do Estado, devido a sua participação em movimentos subversivos e atos de indisciplina.
Auto.de Qualificação do DPF/BA	09 OUT 71	-Qualificado e ouvido em Termos de Declaração no DPF/BA.
Info nº 697/S2 da 6ª RM	18 NOV 71	-Remetido ao CIE e IV Exército o relatório final do IP nº 52/71-SCPS/DPF/BA onde o nominado é responsabilizado criminalmente.
Mandado de Prisão da 6ª CJM	30 NOV 71	-Prisão imediata do nominado por ter iniciado no IP nº 52/71.
	27 JAN 72	-Foi denunciado pelo Procurador da Auditoria da 6ª CJM.
RA nº 489/72, do IV EX	02 MAI 72	-Possibilidade do nominado ser ouvido pelo Juiz Auditor da 1ª Aud da 2ª CJM.
Alvará de Soltura da 6ª CJM	16 MAR 73	-Soltura imediata do nominado visto a decisão do STM realizada em seção de 15 MAR 73, relaxando portanto a prisão preventiva anteriormente decretada.
Of nº 57/74, da 6ª CJM	31 JAN 74	-Em sessão de 28 Jan 74, o Conselho Permanente de Justiça da 6ª CJM, / condenou o nominado a pena de 1(um) ano de reclusão, deixando de ser / expedido Mandado de Prisão, por já ter o mesmo cumprido-a.
Mandado de Prisão da 6ª CJM	23 FEV 76	-Expedido Mandado de Prisão contra o nominado pelo STM(condenado) a / pena de 2 (dois) anos de reclusão, por estar incurso no Art 14 do Dec Lei nº 898/69.
Info nº 0270/76 SR/DPF/BA	18 MAR 76	-Foi preso no dia 05 Jul 76 e se encontrava preso na Penitenciária Lo

Continua...

— SECRETO —

— SECRETO —

de extrato de Dossiê de ANTONIO SÉRGIO MELO MARTINS DE SOUZA

Continuação

Fl n.º 02

Doc Origem Ponto e Art	Data Fonte e Classificação	HISTÓRICO
		-Pertenceu a Ação Popular de Pernambuco até ser preso.
Info nº 145/71 do CIE.	1971	-Como decorrência da prisão do nominado, foram presos vários militantes da AP.
Of nº 215/S2, da 6ª RM	11 AGO 71	-Solicita ao DPF/BA abertura de IPM contra o nominado, recolhido preso a PMBA e à disposição do CODI/6.
Info nº 416/71 da SR/DPF/BA	17 AGO 71	-Por ato do Governo do Estado da Bahia, o nominado teve suspensa a sua matrícula nos Colégios secundários do Estado, devido a sua participação em movimentos subversivos e atos de indisciplina.
Auto de Qualificação do DPF/BA	09 OUT 71	-Qualificado e ouvido em Termos de Declaração no DPF/BA.
Info nº 697/E2 da 6ª RM	18 NOV 71	-Remetido ao CIE e IV Exército o relatório final do IP nº 52/71-SCPS/DPF/BA onde o nominado é responsabilizado criminalmente.
Mandado de Prisão da 6ª CJM.	30 NOV 71	-Prisão imediata do nominado por estar indiciado no IP nº 52/71.
	27 JAN 72	-Foi denunciado pelo Procurador da Auditoria da 6ª CJM.
Rd nº 489/72, do IV EX	02 MAI 72	-Possibilidade do nominado ser ouvido pelo Juiz Auditor da 1ª Aud da 2ª CJM.
Alvará de Soltura da 6ª CJM	16 MAR 73	-Soltura imediata do nominado visto a decisão do STM realizada em seção de 15 MAR 73, relaxando portanto a prisão preventiva anteriormente decretada.
Of nº 57/74, da 6ª CJM	31 JAN 74	-Em sessão de 28 Jan 74, o Conselho Permanente de Justiça da 6ª CJM, / condenou o nominado a pena de 1(um) ano de reclusão, deixando de ser / expedido Mandado de Prisão, por já ter o mesmo cumprido-a.
Mandado de Prisão da 6ª CJM	23 FEV 76	-Expedido Mandado de Prisão contra o nominado pelo STM(condenado) a / pena de 2 (dois) anos de reclusão, por estar incurso no Art 14 do Dec Lei nº 898/69.
Info nº 0270/76 SR/DPF/BA	18 MAR 76	-Foi preso no dia 05 Jul 76 e se encontrava preso na Penitenciária Lo

Continua...

— SECRETO —

CONFIDENCIAL

— XXXXXXXX —

do extrato de Dossiê de ANTONIO SÉRGIO MELO MARTINS DE SOUZA Fl n.º 03

Continuação

Doc Origem Posto e Arq	Data Fonte e Classificação	HISTÓRICO
		mos de Brito.
Info	20 MAR 76	-Foi posto em liberdade por força do Livramento Condicional no dia 20 MAR 76.
Info nº 814/ 32, do IV Ex	25 MAI 76	-Executaram a prisão do nominado cumprindo determinação anterior, da / 6ª CJM, porém, o mesmo apresentou a caderneta do Conselho Penitenciário da Bahia, provando já ter cumprido a pena, tendo fornecido o seguinte endereço: Av Boa Vista 2020- Aptº 1301-Unicap-Secção de Computadores, Fone 223000-Ramais 128e 141. Sua genitora reside na Rua Alfredo Osório nº 257 - Tel 280483 - RECIFE/PE.
Boletim Informativo nº 1/78, do Sv Fol do III Ex.	1978	-Condenado pela 6ª CJM em 12 Fev 76 a pena de 2 (dois) anos de reclusão, incurso no Art 14 do Dec-Lei nº 898/69, e com Mandado de Prisão expedido pelo DPF/BA.

— XXXXXXXX —

CONFIDENCIAL

193

CONFIDENCIAL

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N.º 1972/78 /SI/SSP/BA

DATA	:	31 Out 78
ASSUNTO	:	JOÃO LUIZ DA SILVA FERREIRA
ORIGEM	:	ACE Nº 2027/ASV/SNI/78 - PME Nº 10764/78
REFERENCIA	:	PEDIDO DE BUSCA Nº 0054116/ASV/78, de 08 Set 78
DIFUSAO	:	ASV/SNI
ANEXO	:	Xerocópia do Prontuário de João Luiz da Silva Ferreira

1. Em atenção ao quanto foi solicitado por esse OI no expediente referenciado, estamos remetendo xerocópia do Prontuário nº 000022/78-SI/SSP/BA, contendo os registros existentes em nossos arquivos sobre JOÃO LUIZ DA SILVA FERREIRA, filho de Ayrton Silva Ferreira e de Osa Santos Ferreira, nascido em 31 Jan 949 - Salvador/BA.

O DESTINATARIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTE DOCUMENTO. (Art IV, Dec N.º 79099/77 Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

CONFIDENCIAL

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

CONFIDENCIAL

PRONTUÁRIO



NOME: JOÃO LUIZ DA SILVA PEREIRA

Filiação: Ayrton Silva Ferreira
Ceo Bentos Ferreira

D L N: 31 Jan 949-Salvador/BA

" JUJO " " JUCA " "LULA"

Conhecido por

NOME(S) FALSO(S) USADO(S): –

CODNOME(S) ou APELIDO(S): –

CARACTERES

Cor: ...... Cabelos .....
Bigode: ...... Altura .....
Cacoêtes: .....
Tatuagens: .....
Grau de periculosidade .....
Maneira de se comunicar: .....
Sinais: .....

SOMÁTICOS

Olhos ..... Barba: .....
Físico ..... Bôca .....
Cicatrizes : .....
Defeitos físicos: .....
Modo de andar e vestir: .....
Grau de comunicação: .....
Vícios: .....

ATENÇÃO
O original desse documento (com 02 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa nem no original nem na microficha.

NOME: [illegible] apelido: "[illegible]"

Filiação: Ayrton Silva Ferreira e Ona Bastos Ferreira

D.I.N.: 11 Jan 949-Sv/78 Profissão: ex-estudante

ANTECEDENTES POLÍTICO-IDEOLÓGICOS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

CONTROLE			REGISTROS
DATA	PGE	DOC	
05 Fev 71	7271/77	Têrmo de Declaração, em anexo a Informação nº 0996/77-SI/SR/DPF/Ba, de 17 Out 977.	Extrato dos itens do Têrmo de Declaração prestado por Carlos Orlando Figueiredo de Andrade, em 05 Fev 71 no [illegible], quando o prontuariado foi citado como elemento integrante do ISB-8: " Que o declarante quer ainda acrescentar aos depoimentos anteriores os seguintes dados: que no "aparelho" da liberdade passaram algum tempo..... e ínio, que pela fotografia que ora é exibida ao declarante, é reconhecido, tem o nome verdadeiro de João Luiz da Silva Ferreira .....".
18 Jan 71	P-76/42	Mandado de Prisão, em anexo ao PB nº 77/71/SI/SR/DPF/BA, de 07.07.71.	Transcrição na íntegra do Mandado de Prisão: " Mandado de Prisão: Exmº Sr.Cel Delegado Regional do DPF nos Estados da Bahia e Sergipe: O Dr. Mário Gomes dos Santos Filho, Auditor/Substituto da 6ª C.J.M, usando da atribuição que a lei lhe confere e em virtude de Decisão do Egrégio Conselho Permanente de Justiça para a Marinha, tomada em Sessão hoje realisada por maioria de três votos contra dois (3 x 2) de sem Juizes, ainda que seja imediatamente preso João Luiz da Silva Ferreira, filho de Ayrton Silva Ferreira e Ona Bastos/Ferreira, residente à rua Marechal Floriano/nº 7, aptº 501, nesta Capital, visto ter sido, nesta data decretada a sua prisão preventiva, de conformidade com o Art.43, inciso II da Lei de Organização Judiciária Militar, e Art.254 do Código de Processo Penal Militar. O que cumpra de conformidade com a Lei. Salvador 18 de Junho de 1971- ass. Mário Gomes dos Santos Filho - Auditor".
26 Mai 76	1535/76	Of.nº 471/76 da Aud.da 6ª C.J.M, em anexo ao Inf.nº nº 0112/76-SI/SR/DPF/Ba de 28/05/76.	Transcrição parcial dos itens do Ofício referentes ao Prontuariado: " Auditoria da 6ª CJM - Salvador 28 de Maio/76 - Ao Sr.Superintendente Regional do DPF/Ba. Comunico que o Sr.Dr.Diretor Geral da Secretaria do Egrégio Superior Tribunal Militar, pelo telex nº 206/DG, de 17 do mês em curso, informou a esta Auditoria que aquela Alta Corte de Justiça, em Sessão de 14 daquele mês, por unanimidade de votos, deu provimento ao apêlo do Dr.Procurador Militar, restabelecendo a classificação da denúncia para condenar os acusados civis.....João Luiz da Silva Ferreira, à pena de 2 anos de

Continuação do FPI de : JOÃO LUIZ DA SILVA PERREIRA | 000022

CONTROLE			REGISTROS
DATA	PGE	DOC	
			à pena de 2 anos de reclusão, como incurso no Art.43 do Dec-Lei nº 898/69. Esclareço que o acusado acima foi condenado pelo Egrégio Conselho Permanente de Justiça para a Marinha, em Sessão de 14 Jan 74, à pena de 6 mêses de reclusão, como incurso no Art.14, por desclassificação do Art.43 do Decreto-Lei nº 898/69. Esclareço que o acusado civil, João Luiz da Silva Perreira foi condenado à revelia pelo mencionado Conselho, cujo Mandado de Prisão foi encaminhado a essa digna Superintendência Regional pelo Ofício de nº 19, de 16 Jan 74. ass. Dr.Alzir Carvalhaes Braga - Auditor.
Out 76	1535/76	Of nº 918/76 Auditoria Adjuntes 5ª CJM, em anexo a Informação nº 0989/76-SI/SR/DPF/BA, de 08 Out 976.	Transcrição parcial dos itens do Ofício referentes ao Prontuariado: " Em aditamento ao Ofício de nº 463, de 26 de Maio do ano em curso, informo que o Egrégio Superior Tribunal Militar, comunicou a esta Auditoria, que decidiu Sustar as apelações do Ministério Público Militar referentes aos revéis civis,.....e João Luiz da Silva Perreira, com fundamento no Art.259, parágrafo 2º do CPM, continuando os mesmos com as condenações do Conselho Permanente de Justiça para a Marinha, Sessão de 14 de Janeiro de 74, ou seja ..... e João Luiz da Silva Perreira tambem a seis mêses de reclusão, como incurso no Art.14, por desclassificação do Art.43, do Dec-Lei nº 898/69 - Lei de Segurança Nacional". OBS: O documento referido, foi encaminhado a Polinter/SSP/BA, através Of.nº 556/76, =SI / SSP/BA, de 16 Nov 76.
6 Out 78	10764/78	Consulta aos Orgãos Internos da SSP/BA..	Polinter e ACPCMF - Registros idênticos aos acima citados, remetidos por este SI/SSP/BA/ aos referidos Orgãos. É identificado no IIPI/DPF/SSP/BA sob o nº 742.276, constando no verso da FI, o seguinte: " Reid. em 12 de Fev de 1969 para obter 2ª/via de C.de Id. com a seguinte alt.Resid. Marechal Floriano nº 07, aptº 501(Canela). O identificado responde Inquérito no SR/DPF/BA. Art.43, Dec-Lei 898, de 29/09/69(LEI DE SEGURANÇA NACIONAL). Foi expedida cópias xerográficas de sua FI e de individual dactiloscópica a pedido da 2ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª C.J.M, em 14 de Fevereiro de 1973 no Estado da Guanabara.

DOCUMENTO (Art. 12 Dec. Nº 79.099/77 Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

197

CONFIDENCIAL

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N.º 1974/78 /SI/SSP/BA

DATA : 31 Out 78
ASSUNTO : CLAUDIONOR FRÕES COUTO
ORIGEM : ACE Nº 2027/ASV/SNI/78 - PGE Nº 10764/78
REFERENCIA : PEDIDO DE BUSCA Nº 0054116/ASV/78, de 08 Set 78
DIFUSÃO : ASV/SNI
ANEXO : Xerocópia do Prontuário de Claudionor Frões Couto

1. Em atenção ao quanto foi solicitado por esse OI no expediente referenciado, estamos remetendo xerocópia do Prontuário nº 000028/78-SI / SSP/BA, contendo os registros existentes em nossos arquivos sobre CLAUDIONOR/ FRÕES COUTO, filho de João Batista Couto e de Idalina Frões Couto, nascido em 23 Ago/938 - São M. das Matas/BA.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTE DOCUMENTO (Art 12. Dec N.º 79099/77 Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

CONFIDENCIAL

198

PRONTUÁRIO



NOME: CLAUDIONOR FRÓES COUTO

Filiação: João Batista Couto
Idalina Fróes Couto

D L N: São M.das Matas - 23 Ago 938

" MAURICIO "

Conhecido por

NOME(S) FALSO(S) USADO(S): –

CODNOME(S) ou APELIDO(S): –

CARACTERES

Cor: Branca Cabelos Cast.mado
Bigode: rap Altura 1.70m
Cacoêtes:
Tatuagens:
Grau de periculosidade
Maneira de se comunicar:
Sinais:

SOMÁTICOS

Olhos: acerdeados Barba: rap
Físico Bôca
Cicatrizes:
Defeitos físicos:
Modo de andar e vestir:
Grau de comunicação:
Vicios:

OBSERVAÇÕES

NOME: CLAUDIONOR FRÓES COUTO " Mauricio

Filiação: João Batista Couto e Idalina Fróes Couto

D.L.N.: 23 Ago 38-S.[illegible] Profissão: [illegible]

199

ANTECEDENTES POLÍTICO-IDEOLÓGICOS

CONTROLE			REGISTROS
DATA	PGE	DOC	
16 Abril 71	P-89/23	Recorte do Jornal da / Bahia, de 16 Abril 971.	Conforme notícia no Jornal da Bahia, intitulada "Mais 7 condenados" consta que o prontuariado foi julgado juntamente com outros, pela Auditoria da 6ª RM, como acusado de atividades subversivas. O prontuariado foi o único que não se encontrava presente ao julgamento por estar foragido; foi condenado a pena de três anos de reclusão e teve seus direitos políticos cassados por seis anos.
1971	0222/76	Boletim Informativo / nº 1/78, do / Serviço de Polícia do III Exército.	Pertencente a Organização subversiva VAR - PALMARES. Condenado pela Auditoria da 6ªCJM à pena de 3 anos de reclusão e suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 6 anos. Expedido Mandado de Prisão à SR/DPF/BA.
15 Maio 72	2740/76	Ofício nº / 397/72 - Auditoria 6ª CJM, em anexo a Infão nº 1.190 / 76-SI/SR / DPF/BA. (Dif.Ois área).	Extrato do item do Ofício, referente ao prontuariado: " Claudionor Fróes Couto, brasileiro, solteiro, estudante, com 31 anos de idade, natural de S.Miguel das Matas, Bahia, filho de João Batista Couto e Idalina Fróes Couto, Foragido -condenado à pena de três(3)anos de reclusão e a pena acessória de suspensão de direitos / políticos por seis(6)anos, de conformidade / com o Art.62, do Dec.Lei nº 314, de 13 de Março de 1967, com as alterações feitas pelo Dec. Lei nº 510, de 20 Mar 69. Tendo os acusados apelado para o Egrégio / / S.T.M, com exceção do condenado CLAUDIONOR / FRÓES COUTO, que se encontra foragido, foi / mantida a respeitável sentença do Egrégio / Conselho Permanente de Justiça para o Exército".
10 Nov 76	2740/76	PB nº 1045/ /76-DCI/SSI /SC, de 10/ Nov/76. (Dif.SI/SSP /BA e CIOP/ SP).	Citado no PB referido, dentre outros como acusado de subversão no Estado de São Paulo e Bahia, sendo condenado pela CPJ da 6ª CJM.
06 Out 78	10764/78	Consulta aos Orgãos Internos da / SSP/BA.	Polinter - Rd. Circular - Transcrição dos técnicos alusivos ao prontuariado: "Rd NR 1757/11/10/71 Vg solicito Del Pol capturar seguintes elementos BIPTS.....

CONFIDENCIAL

CONTROLE			REGISTROS
DATA	PGE	DOC	
			elementos BIP.S..... Claudionor Fróes Couto Vg filho [illegible] Batista Couto et Idalina Fróes Couto PTVG.... rogo informar urgente logo sejam capturados PT Sds Diretor Polinter/Ba". ACPCMP - A Auditoria da 6ª RM em data de 30 Jan 70, solicitou através de ofício nº 79/70 os antecedentes do prontuariado, por estar / respondendo a IPM como incurso no Art.21 da Lei nº 314. É identificado no IIPM/DPF/SSP/BA, sob o nº 264.173.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

201

CONFIDENCIAL

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N.º 1978/78 /SI/SSP/BA

DATA : 31 Out 78
ASSUNTO : FERNANDO AUGUSTO DA FONSECA
ORIGEM : ACE Nº 2027/ASV/SNI/78 - PGE Nº 10764/78
REFERENCIA : PEDIDO DE BUSCA Nº 0054116/ASV/78, de 08 Set 78
DIFUSÃO : ASV/SNI
ANEXO : Xerocópia do Prontuário de Fernando Augusto da Fonseca

1. Em atenção ao quanto foi solicitado por esse OI no expediente referenciado, estamos remetendo xerocópia do Prontuário nº 000017/78-SI/SSP/BA, contendo os registros existentes em nossos arquivos sobre FERNANDO AUGUSTO DA FONSECA, filho de José Augusto Valente e de Natahayl Machado da Fonseca.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTE DOCUMENTO, [illegible] 12 Dec Nº 79099-77 Regulamenta a Lei de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

CONFIDENCIAL

ATENÇÃO
O original deste documento (com 01 folha) foi apresentado parcialmente legível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

202

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

CONFIDENCIAL

PRONTUÁRIO



FERNANDO AUGUSTO FONSECA

"GIL", "JOÃO", "CLÁUDIO", "COMPRIDO", "SANDÁLIA", "SANDALINHA", "JOÃO MACARRÃO", do Comando Nacional do PCBR.

NOME: FERNANDO AUGUSTO DA FONSECA

Filiação: José Augusto Valente
Natahayl Machado da Fonseca

D L N:

"SANDÁLIA" "GIL"
"COMPRIDO"
"FERNANDO SANDÁLIA"
Conhecido por

NOME(S) FALSO(S) USADO(S): –

CODNOME(S) ou APELIDO(S): –

CARACTERES

Cor: ..... Cabelos .....
Bigode: ..... Altura .....
Cacoêtes: .....
Tatuagens: .....
Grau de periculosidade .....
Maneira de se comunicar: .....
Sinais: .....

SOMÁTICOS

Olhos ..... Barba: .....
Físico ..... Bôca .....
Cicatrizes : .....
Defeitos físicos: .....
Modo de andar e vestir: .....
Grau de comunicação: .....
Vicios: .....

203

NOME: FERNANDO AUGUSTO DA FONSECA

Filiação: José Augusto Valente e Nathayl Machado da Fonseca

D.I.N.: Profissão:

ANTECEDENTES POLÍTICO-IDEOLÓGICOS

CONTROLE			REGISTROS
DATA	PGE	DOC	
28 Abril 71	P-73/2	Infe nº 189 71-E2/6ª RM de 28 Abril 71.(Dif.OIs área).	Extrato dos itens da Informação relativos a participação do prontuariado: No depoimento prestado por Jorge Emílio Bonnet Guilayn,"Gerson",preso em Niterói,é citado o subversivo "Gil" ou"Fernando Sandália" possivelmente Fernando Augusto da Fonseca. OBS:No referido expediente não existem outros dados a não ser os acima citados.
Jun 71	P-73/36	Infão nº263 /71-E2/6ªRM de 1º Jun 71 (Dif.OIs da área).	Complementando o documento acima citado, o depoente Emilio Bonet Guilhayn,declarou também que presentemente estão atuando na Bahia,Antonio Prestes de Paula e Fernando Augusto da Fonsêca."Fernando Sandália"-militante do PCBR.
Ago 71	P-76/83	Mandado de Prisão em / anexo ao PB Nº 148/71 / /SI/SR/DPF/ BA,de 24.08. 971. (Dif.6ª RM-COMCOS-2ºDN SI/SSP/BA.	TRANSCRIÇÃO NA INTEGRA,do Mandado de Prisão: "Mandado de Prisão-Exmº Sr.Cel.Delegado Regional do D.P.F,nos Estados da Bahia e Sergipe.O Dr.Amilcar Cardoso de Menezes Filho, Auditor da 6ª Circunscrição Judiciária Militar,usando da atribuição que a lei lhe confere e em virtude de Decisão do Egrégio Conselho Permanente de Justiça Para a Aeronáutica,tomada em Sessão hoje realizada,por / unanimidade de votos dos seus membros,manda que seja imediatamente preso o acusado FERNANDO AUGUSTO DA FONSECA,brasileiro,estudante universitário,com 25 anos de idade,filho de José Augusto Valente da Fonseca e de Nathayl Machado da Fonseca,sem endereço certo foragido,visto ter sido nesta data,decretada a sua prisão preventiva,de conformidade/ com o Art.60 do Dec.Lei nº 898/69,combinado com o Art.254,letras a e b e Art.255,letras a,b e c,tudo do Código de Processo Penal Militar.O que cumpra,de conformidade com a / Lei. Salvador,06 de Agôsto de 1971. ass.Amilcar/ Cardoso de Menezes Filho, Auditor."
10 Nov 71	P-76/A/27	Infão nº1151 /CI/DPF, de/ 10 Nov 71,em anexo ao Inf nº 638/71-SI /SR/DPF/BA - de 17 Nov 71 (Dif.6ª RM - PM/BA-SSP/BA COMCOS).	Extrato dos principais itens do Infão alusivos ao prontuariado. "Fernando Augusto da Fonsêca,filho de José/ Augusto Valente da Fonsêca e de Nathayl Machado da Fonseca, teve sua prisão preventiva decretada pela 6ª CJM. Solicitada a prisão do epigrafado e comunicação imediata ao Centro de Informações do D.P.F".

CONTROLE			REGISTROS
DATA	PGE	DOC	
06 Abril 72	P-74/36	Infão 0131/ CISA, em anexo ao Enctº nº 080/A2 / COMCOS/72 / de 25 Mai72. (Dif.OIs da área).	Transcrição Parcial dos itens da Infão, alusivos ao prontuariado: "Depoimentos de militantes do PCBR ultimamente detidos na Guanabara, indicam a seguinte estrutura da Organização no Nordeste: "Comprido","Gil" ou "Fernando Sandália"Fernando Augusto da Fonseca, da Direção Nacional, é o responsável pelo trabalho no Nordeste. Tem contatos no setor Operário e contatos incipientes com a pequena burguesia..... A grande maioria dos militantes ou aliados do PCBR estariam no Recife. Os / contatos do PCBR em pequenas cidades do interior do Nordeste foram abandonados por / falta de condições de se dar assistencia regular. O objetivo do Partido é formar um núcleo de direção no Nordeste, a fim de que o "Gil" ou "Comprido" possa deslocar-se para/ outra região....."
Mai 72	P-73/B-11	Infão nº399 E-2/6ª RM - de 23 Mai72. (Dif.OIs da área).	Extrato: dos intens da Infão: "Os dados abaixo foram obtidos junto a Ramy ana Vargem (militante do PCBR) e Hélio da / Silva "Anastácio" ou "Nadinho" (militante / da VAR)..... 7.Fernando Augusto da Fonsêca "Gil" ou "Fernando Sandália". Direção do PCBR, atuando no Nordeste".
Jun 72	P-73/37	Infão nº480 E2/6ª RM, de 12 Jun 72. (Dif.OIs da área).	Registros idênticos aos da Infão nº 0131/CISA, em anexo ao Enctº nº 080/A2/COMCOS/72, de 25 Mai 72, citado anteriormente.
Fev 73	PTR-204	Infão nº080 /E2/6ªRM, de 06 Fev 73. (Dif.OIs da área).	Transcrição Parcial de documento em anexo a Infão referida, (possivelmente um Relatório) versando sobre uma Operação realizada na GB quando foi destruido o Grupo de Fogo Terrorista do PCBR. Oportunidade em que o prontuariado foi morto: "Destruido o Grupo de Fogo Terrorista do // PCBR/GB- Em ações simultaneas, realizadas em pontos diferentes da Guanabara, os Orgãos / de Segurança, prosseguindo operações contra Grupos Terrorista, remanescentes desbarataram duas importantes células do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário(PCBR), que atuavam coordenados nos bairros de Grajaú e Bento Ribeiro. No choque consequente, ficou gravemente ferido um Agente de Segurança, / morreram seis terroristas, um ficou ferido e conseguiu fugir após ser perseguido por alguns populares que presenciaram o tiroteio/ e dois foram presos. Esses terroristas cons

continua:

CONTROLE			REGISTROS
DATA	PGE	DOC	

Esses terroristas constituiam o [illegible] DE FOGO/GB",que seriam encarregado da execução de vários assaltos a agências bancárias,planejados para o inicio do corrente ano.Os fatos aconteceram na noite de 29 de Dezembro/ último e deixaram de ser noticiado na oportunidade em face do sigilo necessário ao / prosseguimento das Operações.....
No decorrer dessas Operações,foi preso tambem o terrorista FERNANDO AUGUSTO DA FONSECA,o "Fernando Sandália", do Comando Nacional do PCBR,procurado em todo o pais,devido a sua periculosidade verificada na execução de inúmeros assaltos e crimes diversos,ocorridos na Guanabara e em algumas capitais do Nordeste,particularmente Salvador e Recife. Fernando Sandália estava condenado à revelia a pena de 20 anos de reclusão,por ter chefiado o assalto ao Banco da Bahia,em Salvador. Planejara vários assaltos ,no inicio do corrente ano. Para isso,realizaria no final de Dezembro último,vários contatos no Rio com os integrantes do "GRUPO DE FOGO" da organização que era chefiado pelo terrorista Getúlio de Oliveira Cabral (GOGÓ). Previa assim ultimar os preparativos para a primeira ação que seria efetuada contra a Agência Voluntários da Pátria,da União dos Bancos Brasileiros:Após os interrogatórios preliminares / Fernando Sandália foi trazido ao Rio,a fim de concretizar os encontros planejados e / possibilitar a prisão dos terroristas participantes.OS FATOS: Já no Rio,"Sandália" indicou o "aparelho" principal da organização situado à Rua Sargento Valder Xavier de Lima - Bento Ribeiro,de onde seriam coordenados as ações e, depois se prontificou a conduzir os agentes ao encontro do "aparelho" movel que fazia ponto no Grajaú. No dia 29 de Dezembro, data marcada para os acertos / finais das primeiras operações do ano novo equipes de segurança cercaram o "aparelho"/ enquanto outras, conduzindo "Fernando Sandália", se deslocaram para a Rua Grajaú,local previsto para o encontro visando com isso / realizar a prisão do Grupo de Fogo do PCBR/ que estava mobilizado para o assalto. No / "aparelho", o grupo ocupante procurou romper o cerco, empregando suas armas,inclusive granadas de mão. Entretanto após algum / tempo, dois terroristas se entregaram presos e estavam mortos Valdir Sales Saboia,desertor da Polícia Militar da Guanabara e Luciana Ribeiro da Silva "Gordinha",antiga militante do PCBR. As equipes de segurança que se dirigiram para o Grajaú, conduzindo "Sandália, se aproximaram do local previsto on-

MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTE DOCUMENTO. (Art. 12, Dec. Nº 79.099/77 Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos.)

Continuação do ITR de: FERNANDO AUGUSTO DA FONSECA | DOC 017

CONTROLE			REGISTROS
DATA	PGE	DOC	

se aproximaram do local previsto, onde avistaram um fusca azul, chapa GB -EB 3890, que posteriormente se apurou ter sido roubado p/ a realização do assalto à União de Bancos / Brasileiros. Feito o reconhecimento preliminar e identificados os ocupantes do fusca/ os Agentes se retiraram, para depois estacionar na entrada da referida rua, onde "Sandália" deveria descer. Bastante nervoso "Sandália" dirigiu-se a pé para o Volks, sendo / recebido a tiros. Em decorrencia, as equipes de segurança se aproximaram, travando-se então intenso tiroteio, após o qual o fusca/ se incendiou. No interior do carro, parcialmente carbonizados, estavam mortos os terroristas Getúlio de Oliveira Cabral (Gogó)... .....Apesar dos socorros ministrados, Fernando Sandália não resistiu aos ferimentos, tendo morrido no local. Fernando Augusto Fonseca "Gil","João","Cláudio","Comprido","Sandália","Sandalhinha" e "João Macabeu", do Comando Nacional do PCBR - filho/ de José Augusto Valente e Nathanayl Machado da Fonseca - Ex-aluno de Economia da UFRJ. Trabalhou no Banco do Brasil, à rua 1º de Março nº 66. Em 1966, quando entrou para a / Faculdade, começou a participar das assembleias estudantis, sendo logo escolhido para representante de turma, por indicação da Organização. Dentro da Faculdade, juntou-se a um grupo já aliciado e entusiasta que se intitulava GI (Grupo Independente). Vivia / com a terrorista Sandra Maria Araújo da Fonseca, ex-estudante da Faculdade de Psicologia da UFRJ, durante sua participação no Diretório Acadêmico ao lado de outros militantes comunistas. Ela, depois, foi atingida pelo Dec. Lei 477, em virtude de sua atuação/ subversiva. Atualmente Sandra se encontra / presa, em fase de processo judicial. "Sandália" foi membro da Organização de base da Faculdade de Economia da UFRG, membro do Comitê Universitário e um dos principais agitadores dos organismo de atuação, no meio / universitário. Condenado, pela 6ª CJM em 20/ de Abril 72 à pena de 20 anos de reclusão / por participação no assalto à Agência Liberdade do Banco da Bahia, em 1970 - Salvador/ BA. Participou do assalto ao Banco Sotto / Mayon, Agência Vila Penha, na Av. Braz de Pina, no Rio, em 17 Dez 69, quando foi baleado e morto o Sargento da PMRG, Joel Nunes. Participou pessoalmente da execução de todas as ações realizadas pelo Grupo de Fogo/ do PCBR anteriormente citadas".
Em anexo ao expediente citado, consta xerocópias da fotografia do prontuariado, com a seguinte inscrição: "Terrorista Morto".

FOLHA DE S.PAULO

★★★

ELEIÇÕES 2018 (HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/PODER/ELEICOES/2018)

Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp

Com contratos de R$ 12 milhões, prática viola a lei por ser doação não declarada

18.out.2018 às 2h00

EDIÇÃO IMPRESSA (https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2018/10/18/)

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO Empresas estão comprando pacotes de disparos em massa de mensagens contra o PT no WhatsApp (https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/10/como-o-whatsapp-combate-a-desinformacao-no-brasil.shtml) e preparam uma grande operação na semana anterior ao segundo turno.

A prática é ilegal, pois se trata de doação de campanha (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/candidatos-doaram-r-158-milhoes-as-proprias-campanhas.shtml) por empresas, vedada pela legislação eleitoral, e não declarada.

A **Folha** apurou que cada contrato chega a R$ 12 milhões e, entre as empresas compradoras, está a Havan (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/dono-da-havan-nega-que-tenha-coagido-funcionarios-para-voto-em-bolsonaro.shtml). Os contratos são para disparos de centenas de milhões de mensagens.



Logotipo do aplicativo WhatsApp - Reuters

As empresas apoiando o candidato Jair Bolsonaro (PSL) compram um serviço chamado "disparo em massa", usando a base de usuários do próprio candidato (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/jair-bolsonaro-propos-projeto-favoravel-ao-whattsapp.shtml) ou bases

vendidas por agências de estratégia digital. Isso também é ilegal, pois a legislação eleitoral proíbe compra de base de terceiros, só permitindo o uso das listas de apoiadores do próprio candidato (números cedidos de forma voluntária).

Quando usam bases de terceiros, essas agências oferecem segmentação por região geográfica e, às vezes, por renda. Enviam ao cliente relatórios de entrega contendo data, hora e conteúdo disparado.

Entre as agências prestando esse tipo de serviços estão a Quickmobile, a Yacows, Croc Services e SMS Market.

Os preços variam de R$ 0,08 a R$ 0,12 por disparo de mensagem para a base própria do candidato e de R$ 0,30 a R$ 0,40 quando a base é fornecida pela agência.

As bases de usuários muitas vezes são fornecidas ilegalmente por empresas de cobrança ou por funcionários de empresas telefônicas.

Empresas investigadas pela reportagem afirmaram não poder aceitar pedidos antes do dia 28 de outubro, data da eleição, afirmando ter serviços enormes de disparos de WhatsApp na semana anterior ao segundo turno comprados por empresas privadas.

Questionado se fez disparo em massa, Luciano (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/quanto-mais-eu-malho-o-pt-mais-eu-vendo-diz-dono-de-rede-que-apoia-bolsonaro.shtml)Hang (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/quanto-mais-eu-malho-o-pt-mais-eu-vendo-diz-dono-de-rede-que-apoia-bolsonaro.shtml), dono da Havan (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/justica-proibe-dono-da-havan-de-realizar-atos-politicos-com-funcionarios-e-compara-a-voto-de-cabresto.shtml), disse que não sabe "o que é isso". "Não temos essa necessidade. Fiz uma 'live' aqui agora. Não está impulsionada e já deu 1,3 milhão de pessoas. Qual é a necessidade de impulsionar? Digamos que eu tenha 2.000 amigos. Mando para meus amigos e viraliza."

Procurado, o sócio da QuickMobile, Peterson Rosa, afirma que a empresa não está atuando na política neste ano e que seu foco é apenas a mídia corporativa. Ele nega ter fechado contrato com empresas para disparo de conteúdo político.

Richard Papadimitriou, da Yacows, afirmou que não iria se manifestar. A SMS Market não respondeu aos pedidos de entrevista.

Na prestação de contas do candidato Jair Bolsonaro (PSL) (https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2018/presidente/jair-bolsonaro-280000614517.shtml), consta apenas a empresa AM4 Brasil Inteligência Digital, como tendo recebido R$ 115 mil para mídias digitais.

Segundo Marcos Aurélio Carvalho, um dos donos da empresa, a AM4 tem apenas 20 pessoas trabalhando na campanha. "Quem faz a campanha são os milhares de apoiadores voluntários espalhados em todo o Brasil. Os grupos são criados e nutridos organicamente", diz.

Ele afirma que a AM4 mantém apenas grupos de WhatsApp para denúncias de fake (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/presidente-do-tse-pede-a-bolsonaro-e-haddad-tres-medidas-contra-fake-news.shtml)news (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/presidente-do-tse-pede-a-bolsonaro-e-haddad-tres-medidas-contra-fake-news.shtml), listas de transmissão e grupos estaduais chamados comitês de conteúdo.

No entanto, a **Folha** apurou com ex-funcionários e clientes que o serviço da AM4 não se restringe a isso.
Uma das ferramentas usadas pela campanha de Bolsonaro é a geração de números estrangeiros automaticamente por sites como o TextNow.

Funcionários e voluntários dispõem de dezenas de números assim, que usam para administrar grupos ou participar deles. Com códigos de área de outros países, esses administradores escapam dos filtros de spam e das limitações impostas pelo WhatsApp —o máximo de 256 participantes em cada grupo e o repasse automático de uma mesma mensagem para até 20 pessoas ou grupos.

Os mesmos administradores também usam algoritmos que segmentam os membros dos grupos entre apoiadores, detratores e neutros, e, desta maneira, conseguem customizar de forma mais eficiente o tipo de conteúdo que enviam.

Grande parte do conteúdo não é produzida pela campanha —vem de apoiadores.

Os administradores de grupos bolsonaristas também identificam "influenciadores": apoiadores muito ativos, os quais contatam para que criem mais grupos e façam mais ações a favor do candidato. A prática não é ilegal.

Não há indício de que a AM4 tenha fechado contratos para disparo em massa; Carvalho nega que sua empresa faça segmentação de usuários ou ajuste de conteúdo.

As estimativas de pessoas que trabalham no setor sobre o número de grupos de WhatsApp anti-PT são muito vagas — vão de 20 mil a 300 mil— pois é impossível calcular os grupos fechados.

Diogo Rais (https://www1.folha.uol.com.br/colunas/diogo-rais/), professor de direito eleitoral da Universidade Mackenzie, diz que a compra de serviços de disparo de WhatsApp por empresas para favorecer um candidato configura doação não declarada de campanha, o que é vedado.

Ele não comenta casos específicos, mas lembra que dessa forma pode-se incorrer no crime de abuso de poder econômico e, se julgado que a ação influenciou a eleição, levar à cassação da chapa.

EM MG, ROMEU ZEMA CONTRATOU EMPRESA DE IMPULSIONAMENTO

O candidato ao governo de Minas do partido Novo, Romeu (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/surpresa-na-eleicao-de-mg-zema-se-diz-anti-pt-e-aguarda-partido-sobre-apoio-a-bolsonaro.shtml)Zema (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/surpresa-na-eleicao-de-mg-zema-se-diz-anti-pt-e-aguarda-partido-sobre-apoio-a-bolsonaro.shtml), declarou ao Tribunal Superior Eleitoral pagamento de R$ 200 mil à Croc Services por impulsionamento de conteúdos. O diretório estadual do partido em Minas gastou R$ 165 mil com a empresa.

A **Folha** teve acesso a propostas e trocas de email da empresa com algumas campanhas oferecendo disparos em massa usando base de dados de terceiros, o que é ilegal.

Indagado pela **Folha**, Pedro Freitas, sócio-diretor da Croc Services, afirmou: "Quem tem de saber da legislação eleitoral é o candidato, não sou eu."

Depois, recuou e disse que não sabia se sua empresa prestara serviço para Zema. Posteriormente, enviou mensagem afirmando que conferiu seus registros e que vendera pacotes de disparo em massa de WhatsApp, mas só a bases do próprio candidato, filiados ao partido e apoiadores de Zema —o que é legal.

Procurada, a campanha afirmou que "contratou serviço de envio de mensagem somente por WhatsApp para envio aos filiados do partido, pessoas cadastradas pelo website e ações de mobilização de apoiadores".

A **Folha** apurou que eleitores em Minas receberam mensagens em WhatsApp vinculando o voto em Zema ao voto em Jair (https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/surpresa-no-2o-turno-de-mg-zema-surfa-em-bolsonaro-e-ja-ameaca-deputados.shtml)Bolsonaro

(https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/surpresa-no-2o-turno-de-mg-zema-surfa-em-bolsonaro-e-ja-ameaca-deputados.shtml) dias antes do primeiro turno. Zema, que estava em terceiro nas pesquisas, terminou em primeiro.

Colaboraram Joana Cunha e Wálter Nunes

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (https://login.folha.com.br/newsletter)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml

PUBLICIDADE

Jornalista é insultada em depoimento na CPMI das Fake News

ESTADÃO conteúdo

São Paulo
12/02/2020 07h28

Um ex-funcionário da empresa de marketing digital Yacows insultou nesta terça-feira, 11, a jornalista Patrícia Campos Mello, da Folha de S.Paulo, ao prestar depoimento na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das Fake News. Hans River do Rio Nascimento disse

que a jornalista "queria sair" com ele em troca de informações para uma reportagem.

Ao comentar as acusações, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) disse não duvidar que a repórter "possa ter se insinuado sexualmente, como disse o senhor Hans, em troca de informações para tentar prejudicar a campanha do presidente Jair Bolsonaro". Após sua participação na CPMI, o filho do presidente ainda postou suas afirmações no Twitter.

Em nota divulgada ontem, a Folha condenou os ataques à jornalista. "A Folha repudia as mentiras e os insultos direcionados à jornalista Patrícia Campos Mello na chamada CPMI das Fake News. O jornal reagirá publicando documentos que mais uma vez comprovam a correção das reportagens sobre o uso ilegal de disparos de redes sociais durante a campanha de 2018. Causam estupefação, ainda, o Congresso Nacional servir de palco ao baixo nível e as insinuações ultrajantes do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP)", afirmou o jornal.

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) também repudiou as "alegações difamatórias" de Eduardo. "É assustador que um agente público use seu canal de comunicação para atacar jornalistas

cujas reportagens trazem informações que o desagradam, sobretudo apelando ao machismo e à misoginia", disse a Abraji.

Disparos

O episódio fez com que Patrícia fosse alvo de ofensas machistas nas redes sociais. Em 2018, ela publicou uma série de reportagens sobre a ação de empresas que faziam disparos em massa de mensagens por WhatsApp para influenciar o voto nas eleições presidenciais. A Yacows era uma delas.

No início da sessão da CPMI das Fake News, Hans River também provocou polêmica ao afirmar que o deputado Rui Falcão (PT-SP) o chamou de "favelado" quando o cumprimentou. Falcão disse que se tratava de uma "mentira", reagindo à acusação ao lado de seu correligionário, o senador Humberto Costa (PT-PE). Hans disse mais tarde que teria sido chamado de "periférico". As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo.**

COMUNICAR ERRO

NEWSLETTERS | UOL RESUMO DO DIA

Para começar e terminar o dia bem informado.

Preencha seu email

CADASTRAR

AS MAIS LIDAS AGORA

Inspirado na Coreia do Sul, Paraná fará testagem em massa contra a covid-19

Mulher usa calcinha no lugar da máscara após ser barrada em supermercado

Ex-participante do The Voice Kids assassinado em PE foi alvo de emboscada

Notícias

Cotidiano

UOL Notícias - Cotidiano

Covid-19: Caxias (RJ) acusa empresa de por cadáveres em contêiner irregular

A prefeitura de Duque de Caxias (RJ) acusou uma empresa que administra cemitérios da cidade de colocar cadáveres...

01/05/2020 21h20

UOL Notícias - Cotidiano

PE: Justiça obriga Caixa a marcar horário e ampliar atendimento de agências

O desembargador federal em Pernambuco Vladimir Souza Carvalho determinou hoje, em decisão liminar, que a Caixa...

01/05/2020 20h51

UOL Notícias - Cotidiano

Coronavírus: confira vias que serão bloqueadas semana que vem em São Paulo

Para desencorajar os paulistanos a saírem de casa em meio à quarentena de combate ao coronavírus, a prefeitura de...

01/05/2020 20h07

Estadão Conteúdo

Estado do Rio registra 921 mortes e 10.166 casos confirmados de covid-19

O governo do Estado do Rio de Janeiro contabiliza 921 mortos por coronavírus e 10.166 contaminações até esta...

01/05/2020 18h46

Estadão Conteúdo

'04' é banido de plataforma de streaming após chamar covid-19 de 'gripezinha'

01/05/2020 18h39

Estadão Conteúdo

'Ruy Fausto valorizava muito a democracia', diz Janine Ribeiro

01/05/2020 18h24

Estadão Conteúdo

Bolsonaro se reúne com ministros André Mendonça (Justiça) e Wagner Rosário (CGU)

O presidente Jair Bolsonaro se reuniu no final da tarde desta sexta-feira (dia 1º) com o ministro da Justiça e...

01/05/2020 17h52

Estadão Conteúdo

1º de maio de centrais sindicais termina sem participações de Maia e Alcolumbre

01/05/2020 17h49

Estadão Conteúdo

Nos EUA, FDA autoriza uso emergencial do Remdesivir em pacientes com covid-19

Washington - A FDA, agência federal norte-americana de controle de alimentos e medicamentos, autorizou o uso...

01/05/2020 17h45

Estadão Conteúdo

Para Barroso, decisão judicial não é principal motor contra fake news

01/05/2020 17h38

Estadão Conteúdo

Eleições municipais não devem ser aglutinadas às presidenciais, diz Barroso

01/05/2020 17h28

Estadão Conteúdo

Cidades do litoral paulista registram baixo movimento nas praias no feriado

01/05/2020 17h18

Agência Brasil

Prefeitura já fechou 5,6 mil lojas que descumpriram quarentena no Rio

A prefeitura do Rio de Janeiro fechou mais de 5,6 mil estabelecimentos comerciais que descumpriam decreto...

01/05/2020 17h14

Estadão Conteúdo

Brasil registra 428 mortes por coronavírus nas últimas 24 horas

01/05/2020 17h11

Estadão Conteúdo

SP tem só 46% de taxa de isolamento social, índice mais baixo da quarentena

São Paulo registrou nesta quinta-feira (30) a taxa mais baixa de isolamento social da quarentena, com apenas 46%....

01/05/2020 17h10

Estadão Conteúdo

FHC prega união: 'temos que construir o futuro', afirma

01/05/2020 16h59

Estadão Conteúdo

Alexandre de Moraes 'passou por vários cargos sem nenhuma mácula', diz Barroso

01/05/2020 16h36

Estadão Conteúdo

Precisamos de projeto que coloque trabalhadores no centro, diz Ciro Gomes

01/05/2020 16h29

Estadão Conteúdo

Filósofo Ruy Fausto morre aos 85 anos em Paris

Doutor em Filosofia pela Universidade de Paris I e professor emérito da Universidade de São Paulo (USP), Ruy...

01/05/2020 16h27

Estadão Conteúdo

'Enfrentamos o principal aliado do vírus que é o governo Bolsonaro', diz Randolfe

01/05/2020 16h21

Estadão Conteúdo

Carlos Lupi: Bolsonaro vai contra os médicos e incentiva pandemia a matar

01/05/2020 16h21

Estadão Conteúdo

Marina Silva: não se pode permitir que delírio autoritário retome ditadura

01/05/2020 16h20

Estadão Conteúdo

Flávio Dino: no pós-covid-19, o indutor de desenvolvimento deve ser setor público

01/05/2020 16h16

Estadão Conteúdo

Pandemia chega ao País 'no pior governo da nossa história', diz Manuela D'Avila

Durante transmissão ao vivo organizada pelas centrais sindicais em razão do Dia do Trabalho, a ex-deputada federal

01/05/2020 15h56

Agência Brasil

Entidades temem interrupção da limpeza urbana em meio à crise

Entidades que representam as empresas do setor de limpeza urbana e coleta de resíduos avaliam que o agravamento da

01/05/2020 15h23

UOL Notícias - Cotidiano

ES: Menino de 2 anos se engasga e é salvo por PM após manobra de Heimlich

Uma distração que quase acabou em uma tragédia. Uma criança de apenas dois anos de idade engoliu uma tampinha de...

01/05/2020 15h11

Estadão Conteúdo

Cariocas ignoram pedidos de isolamento e vão à praia no feriado

01/05/2020 14h50

Estadão Conteúdo

Celso de Mello aprova indicados por Aras para acompanhar depoimento de Moro

01/05/2020 14h41

Tubarão-baleia surpreende pescadores em Niterói

01/05/2020 14h06

1:53

Estadão Conteúdo

Justiça do Rio determina que estado e capital liberem leitos para covid-19

01/05/2020 13h50

Estadão Conteúdo

Procuradoria acusa Onyx Lorenzoni de segurar dinheiro da segurança alimentar

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF), concluiu que o...

01/05/2020 13h47

UOL Notícias - Cotidiano

Ceará pode endurecer medidas de isolamento, diz governador

O Ceará pode restringir ainda mais a circulação de pessoas em meio à pandemia de covid-19. O governador do estado,

01/05/2020 13h35

Estadão Conteúdo

STF rejeita ação sobre aborto para grávidas com zika

01/05/2020 13h31

Estadão Conteúdo

Bolsonaro desafia Moraes e fala em 'crise institucional'

01/05/2020 12h00

Estadão Conteúdo

Procon aciona a Polícia contra iFood e Rappi por golpe de entregadores

O Procon de São Paulo encaminhou ofício ao Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania solicitando instauração

01/05/2020 11h56

Estadão Conteúdo

Aras avisa Moro que não admite ser manipulado ou intimidado

O procurador-geral da República Augusto Aras divulgou nota nesta sexta, 1º, no qual afirma que não admite ser...

01/05/2020 11h50

Estadão Conteúdo

Ministro da Saúde deixa Palácio da Alvorada

01/05/2020 11h16

Estadão Conteúdo

Movimento nas estradas de São Paulo segue normal neste feriado de 1º de maio

01/05/2020 11h08

Estadão Conteúdo

Aras recomenda ao Itamaraty suspensão da retirada de diplomatas de Maduro

O procurador-geral da República, Augusto Aras, enviou ofício ao Itamaraty cobrando a suspensão da ordem de...

01/05/2020 11h04

UOL Notícias - Cotidiano

Ex-participante do The Voice Kids assassinado em PE foi alvo de emboscada

O cantor Arthur Almeida, 15, conhecido como Tuca Almeida, ex-participante do The Voice Kids 2018, foi assassinado...

01/05/2020 10h54

Estadão Conteúdo

Concedi entrevista à Veja para me defender de fake news, diz Sergio Moro

01/05/2020 10h44

Estadão Conteúdo

Ministro da Saúde chega ao Palácio da Alvorada, residência de Bolsonaro

01/05/2020 10h38

Estadão Conteúdo

CPMI das Fake News quer explicações da Secom sobre relatórios de redes sociais

A CPMI das Fake News quer explicações da Secretaria Especial de Comunicação (Secom) sobre relatórios de...

01/05/2020 10h35

Estadão Conteúdo

Terceiro hospital de campanha para novo coronavírus é inaugurado em SP

Um novo hospital de campanha para o atendimento de pacientes com o novo coronavírus, a covid-19, começou a...

01/05/2020 10h23

Estadão Conteúdo

Gilmar rejeita reclamação da PGR e mantém 'doleiro dos doleiros' em domiciliar

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, rejeitou reclamação apresentada pela Procuradoria-Geral da...

01/05/2020 10h05

UOL Notícias - Cotidiano

SP: Uber e táxi com passageiro sem máscara serão multados em R$ 150

O prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB), confirmou hoje em entrevista para a Globo News que táxis e carros de...

01/05/2020 09h49

Estadão Conteúdo

SP planeja bloquear rua para ampliar isolamento

01/05/2020 09h00

Estadão Conteúdo

Governador do Amazonas é alvo de pedido de impeachment

01/05/2020 08h24

VER MAIS

NOTÍCIAS

PUBLICIDADE



Veja os passos da milícia digital contra jornalista da Folha citada em CPI

Aiuri Rebello e Vinícius Segalla
Do UOL e colaboração para o UOL, em São Paulo

16/02/2020 04h01 | Atualizada em 16/02/2020 14h01

Erramos: este conteúdo foi alterado



Hans River do Rio Nascimento depõe à CPMI das fake news no Congresso

Imagem: Jane de Araújo/Agência Senado

RESUMO DA NOTÍCIA

- Redes de desinformação no WhatsApp distribuem fake news e difamação
- Redes são ativadas e compartilham em massa conteúdo sobre um tema
- Mesmo material é divulgado em diversos grupos ao mesmo tempo
- Tática foi usada para difamar a jornalista Patrícia Campos Mello, da Folha

A "milícia digital" de WhatsApp que compartilha mensagens de apoio ao presidente Jair Bolsonaro e fake news e ataques contra aqueles vistos como adversários do governo é organizada em fóruns numerados, com pautas coordenadas, agendas e administração centralizada.

Por meio de grupos com rede de administradores trabalhando de maneira integrada, é possível estabelecer ações conjuntas de ataques a adversários ou campanhas em favor de agendas políticas.

RELACIONADAS



Deputados da CPI das Fake News mantêm grupos com notícias falsas e ataques



Frota lista Olavo, deputados e empresário em rede de fake news bolsonarista



Rede de fake news com robôs pró-Bolsonaro mantém 80% das contas ativas

Nos últimos dias, a jornalista Patrícia Campos Melo, do jornal "Folha de S.Paulo", por exemplo, foi alvo de uma orquestração desse tipo. O UOL acompanhou a movimentação nesses grupos.

Na terça-feira (11), uma testemunha depôs na CPI mista das Fake News, no Congresso Nacional, e fez diversas afirmações falsas sobre o trabalho e a conduta da jornalista. O depoente trabalhou em uma empresa de envio em massa de mensagens de WhatsApp durante as

eleições de 2018, e foi uma das fontes nas reportagens que ela escreveu sobre esta história.

Desde terça-feira, poucas horas após o depoimento da testemunha, começaram a chegar nos grupos links para notícias falsas, memes e vídeos dessa ação coordenada contra a jornalista.

O passo a passo da campanha difamatória

Primeiro, sites especializados em fake news, notícias distorcidas e hiperpartidárias publicam a "notícia". No caso, a de que a jornalista havia assediado a fonte em troca de informação e outras sobre o mesmo alvo.

Após as acusações, a Folha publicou trechos das conversas entre a jornalista e a fonte que desmentem as declarações dadas na CPI.

A relatora da comissão parlamentar de inquérito, deputada Lídice da Mata (PSB-BA), pediu ao MPF que investigue o depoente pelo falso testemunho. O PTB, partido ao qual era filiado desde 2010, anunciou sua expulsão pelas mentiras e ataques à jornalista durante o depoimento.



Link para site de notícias falsas compartilhado em grupo de fake news instantes após depoimento calunioso

Imagem: Reprodução

Até lideranças do PSL ligadas ao presidente Jair Bolsonaro condenaram o depoimento, como o caso do senador Major Olímpio (PSL-SP).

Realidade não faz diferença

Nada disso, no entanto, fez diferença na disseminação de fake news nestes grupos de WhatsApp. Mensagens com calúnias contra a

jornalista continuavam a chegar nos grupos de discussão até o final da semana.



Após os primeiros links com a notícia, começaram a aparecer nestes fóruns de discussão links para postagens das redes sociais de expoentes bolsonaristas, como o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), repercutindo a "notícia".

Em um terceiro momento, aparecem os memes. Nestas peças, o tom costuma subir e os alvos são vítimas de xingamentos, montagens grosseiras e ilações fraudulentas.

Este material recircula por vários dias em diversos grupos de WhatsApp até serem substituídos

Link para canal no Youtube repercute declarações do deputado Eduardo Bolsonaro sobre os ataques contra jornalista da Folha na CPI mista das Fake NEws

Imagem: Reprodução



Meme traz ataques e mentiras contra jornalista da Folha

Imagem: Reprodução

por um novo assunto do momento.

Chama a atenção que vários dos memes são assinados por pessoas, sites ou grupos de direita com forte atuação nas redes sociais.

Lula e o Papa

Outro assunto que mobilizou a "milícia digital" foi a visita do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Papa Francisco, nesta semana.

O encontro reforçou a desconfiança que setores do espectro político da direita tem em relação ao líder católico.



Meme repercute no WhatsApp ataques à jornalista Patrícia Campos Mello

Imagem: Reprodução



Imagem: Reprodução



Redes bolsonaristas no WhatsApp não gostaram da visita do ex-presidente Lula ao Papa Francisco nessa semana

Imagem: Reprodução

Errata: o texto foi atualizado

Lídice da Mata (PSB-BA) é deputada, e não senadora. A informação foi corrigida no texto.

COMUNICAR ERRO

NEWSLETTERS | UOL RESUMO DO DIA

Para começar e terminar o dia bem informado.

Preencha seu email

CADASTRAR

AS MAIS LIDAS AGORA



Ex-participante do The Voice Kids assassinado em PE foi alvo de emboscada



"Peço desculpas, porque errei", diz Witzel sobre apoio a Bolsonaro



Inspirado na Coreia do Sul, Paraná fará testagem em

Conteúdo De Marca

Sua ro pode te opções imagin

massa contra a
covid-19

Notícias WhatsApp

1088 Comentários

Escreva seu comentário*

O autor da mensagem, e não o UOL, é o responsável pelo comentário. Leia os termos de uso

VALDEMIR DO VALE 26/02/2020 20h47

A matéria da jornalista Patrícia Campos Mello é de 18 de outubro de 2018. As "provas" da FSP de que a testemunha teria mentido são prints de mensagens trocadas em novembro de 2018. Cadê a Patrícia Campos Mello? É o Queiroz que precisa ser blindado?

1 Responder

rosa-murillo251740462 20/02/2020 11h06

No começo da matéria já terminei de ler. Será até quando eles vão continuar com esses jornalismo sensacionalista? A população não é mais ingênua como

era antigamente, esta chegando aí uma outra geração melhor informado do que essas que vocês postam.

3 | Responder | Respostas (1)

VER MAIS COMENTÁRIOS

Política

UOL Notícias - Política

Moro depõe neste sábado em inquérito sobre interferência de Bolsonaro na PF

O ex-ministro da Justiça Sergio moro depõe neste sábado (2) em Curitiba no inquérito que apura se o ex-presidente...

01/05/2020 20h33

Reinaldo Azevedo

O É DA COISA: O prazer da divergência civilizada e delinquências que matam

A montanha de mortos só atiça as tentações homicidas da canalha.

01/05/2020 20h25

UOL Notícias - Política

"Peço desculpas, porque errei", diz Witzel sobre apoio a Bolsonaro

Em vídeo gravado para marcar o Dia do Trabalho, nesta sexta-feira (1º), o governador do Rio de Janeiro, Wilson...

01/05/2020 20h01

Reinaldo Azevedo

Governo vai aumentar em R$0,20 tributo sobre gasolina, diz deputado do agro

O governo vai anunciar aumento de R$ 0,20 na Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) incidente...

01/05/2020 19h23

Reinaldo Azevedo

Venda de veículos no mercado nacional cai 77% em abril

As vendas de veículos caíram 77% em abril na comparação com o mesmo período de 2019. Foram emplacadas...

01/05/2020 19h20

Reinaldo Azevedo

Bolsonaro negocia secretaria do Ministério da Saúde com PL, do "Centrão"

O governo negocia com o centrão uma área estratégica na contenção da pandemia causada pelo coronavírus — a...

01/05/2020 19h14

Reinaldo Azevedo

Barroso, próximo presidente do TSE, vê risco de adiamento das eleições

O ministro Luís Roberto Barroso, futuro presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), afirmou nesta sexta-feira

01/05/2020 19h11

Reinaldo Azevedo

1º de Maio virtual das centrais une de Lula a FHC em atos contra Bolsonaro

Os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) participaram, nesta...

01/05/2020 19h05

Reinaldo Azevedo

Presidente da Caixa diz que é impossível acabar com filas em agências

O presidente da Caixa Econômica, Pedro Guimarães, afirmou nesta sexta-feira (1º) que é impossível acabar com as...

01/05/2020 18h52

Reinaldo Azevedo

SP tem menor índice de isolamento já registrado: 46% nesta quinta

São Paulo registrou nesta quinta-feira, 30, a taxa mais baixa de isolamento social da quarentena, com apenas 46%....

01/05/2020 18h48

Reinaldo Azevedo

Covid-19: Brasil registra mais de 6.000 mortes, com 428 novos óbitos em 24h

O Brasil registrou 428 novas mortes e 6.209 novos casos confirmados de coronavírus nas últimas 24 horas, segundo...

01/05/2020 18h41

UOL Notícias - Política

Após vídeo sobre covid, rede social apaga conta de filho do presidente

A rede social de vídeos Twitch baniu a conta do quarto filho do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), Jair...

01/05/2020 18h37

BBC News Brasil

Coronavírus: Povo quer que Bolsonaro 'perceba dimensão do problema', diz presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Enquanto o país se aproxima do pico da pandemia do novo coronavírus, os brasileiros esperam que o presidente Jair...

01/05/2020 17h54

UOL Notícias - Política

Bolsonaro luta pela sobrevivência e abre caminho a militares, diz NYT

O presidente Jair Bolsonaro está lutando pela sua sobrevivência política após ser "golpeado por uma torrente de...

01/05/2020 17h32

UOL Notícias - Política

Mendes critica "espetáculo" e defende vetar entrevistas nas ações da PF

As entrevistas após as operações da Polícia Federal e das polícias civis deveriam ser proibidas na avaliação do...

01/05/2020 16h32

Balaio do Kotscho

No Palácio da Alvorada e na carreata da Paulista, o 1º de Maio da morte

Cena um, praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Planalto.

01/05/2020 16h29

Josias de Souza

Bolsonaro cava na crise do vírus sua cova eleitoral

Se Jair Bolsonaro sobreviver politicamente até 2022, enfrentará na campanha à reeleição um adversário duro de...

01/05/2020 15h52

Reinaldo Azevedo

Hospital de campanha mencionado por Bolsonaro em live ainda está fechado

Embora objeto de propaganda de Jair Bolsonaro em live nesta quinta (30), o hospital de campanha de Águas Lindas...

01/05/2020 14h05

Reinaldo Azevedo

Aras rebate crítica de Moro; diz que não aceita ser manipulado e intimidado

O procurador-geral da República, Augusto Aras, rebateu a declaração de Sergio Moro de classificar como...

01/05/2020 14h00

Reinaldo Azevedo

Prefeitos da baixada santista pedem a Doria que limite acesso a estradas

A Baixada Santista solicitou formalmente nesta sexta-feira (1º) que o governo do estado bloqueie a descida da...

01/05/2020 13h57

Reinaldo Azevedo

No Pará, mortes por coronavírus quadruplicam em uma semana

Enfrentando uma escalada dos casos de Covid-19 nos últimos dias, o Pará chegou a 224 mortes pela doença, sendo 68...

01/05/2020 13h54

Reinaldo Azevedo

Gostaria que todos voltassem a trabalhar, diz Bolsonaro sobre 1º de Maio

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou nesta sexta-feira (1º) que gostaria que "todos voltassem a...

01/05/2020 13h32

UOL Notícias - Política

Alerj aprova alteração em lei e repasse para confecção de respiradores

Os deputados estaduais do Rio de Janeiro aprovaram ontem uma alteração no Fundo Especial da Assembleia Legislativa

01/05/2020 12h32

UOL Notícias - Política

Coronavírus: Toffoli estende home office no STF até 31 de janeiro de 2021

O presidente do STF (Supremo Tribunal de Federal), ministro Dias Toffoli, estendeu o home office na corte até o...

01/05/2020 12h28

UOL Notícias - Política

Schelp: "Discurso de Bolsonaro sobre covid é factível a quem sente impacto"

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) mantém uma base de sustentação no governo mesmo depois da saída de...

01/05/2020 12h00

UOL Notícias - Política

PGR pede a Itamaraty que suspenda ordem de saída de diplomatas da Venezuela

O procurador-geral da República, Augusto Aras, recomendou ontem que o ministro das Relações Exteriores, Ernesto...

01/05/2020 11h26

UOL Notícias - Política

"Concedi entrevista para me defender de fake news e ofensas", diz Moro

O ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro afirmou hoje que concedeu entrevista à revista "Veja"...

01/05/2020 11h07

UOL Notícias - Política

Doria sugeriu a Guedes que deixasse governo após demissão de Moro, diz site

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), teria sugerido ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que deixasse o

01/05/2020 10h49

Marcos Silveira

O Brasil avança a 10 km/h, Covid-19 a 100 km/h

No último artigo da coluna, o objetivo era alertar sobre as falhas e subnotificações do sistema de informações...

01/05/2020 10h08

UOL Notícias - Política

Aras designa três procuradores para acompanhar depoimento de Moro à PF

O procurador-geral da República, Augusto Aras, determinou que três procuradores acompanharão o depoimento do...

01/05/2020 09h59

Reinaldo Azevedo

Coluna na Folha: É preciso cultivar nosso jardim e punir os anjos da morte

Sinto desconforto ao ter de escrever sobre certas vigarices políticas quando o caos da Covid-19 já engolfou Manaus

01/05/2020 09h00

Reinaldo Azevedo

Um esquerdista concorda com Bolsonaro, o reacionário. Eu discordo dos dois

Pedro Serrano, advogado e professor de direito da PUC, concede uma entrevista à Folha desta sexta e critica a...

01/05/2020 08h46

Reinaldo Azevedo

Gado desorientado! Lula critica liminar de Moraes. Vamos entender a coisa

O "gado", coletivo que designa, aos olhos dos adversários, os bolsonaristas radicais das redes sociais — para os...

01/05/2020 07h02

Reinaldo Azevedo

Como faz Moro para exibir provas contra Bolsonaro sem confessar crimes?

O ministro Celso de Mello, relator no Supremo do pedido feito pela Procuradoria Geral da República para que Jair...

01/05/2020 06h05

Constança Rezende

Sem canal com Moro, Damares se afina com ministro terrivelmente evangélico

A escolha de André Mendonça para o Ministério da Justiça foi incentivada e comemorada pela ministra da Mulher, da...

01/05/2020 04h00

UOL Notícias - Política

Proximidade de Moraes com meio político já foi alvo de críticas em 2017

O fato de o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes ter barrado a nomeação de Alexandre...

01/05/2020 04h00

UOL Notícias - Política

Trevisan: "STF ficará na linha de tiro do presidente como o grande inimigo"

A tentativa de nomeação de Alexandre Ramagem para a diretoria-geral da Polícia Federal gerou a queda de braço que...

01/05/2020 04h00

UOL Notícias - Política

Duas semanas após trocar ministro, Bolsonaro mantém postura sobre covid-19

Duas semanas após a troca de comando no Ministério da Saúde, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tomou ontem

01/05/2020 03h00

Josias de Souza

Bolsonaro vira um conto do vigário em que Moro caiu

Na forma, o desembarque de Sergio Moro foi a conversão de um ato administrativo —o pedido de demissão— em...

01/05/2020 02h57

Josias de Souza

Bolsonaro violenta o bom senso ao sonegar exames

Não há lei que obrigue o presidente da República a divulgar exames médicos. Mas o bom senso pede transparência....

30/04/2020 23h27

Josias de Souza

Bolsonaro submete Teich a uma rotina de Mandetta

Duas semanas depois da demissão de Henrique Mandetta, o ministro Nelson Teich ecoou seu antecessor na pasta da...

30/04/2020 23h16

Reinaldo Azevedo

Novo coordenador do Ibama liberou balsas de garimpo próximas a reservas

Recém-nomeado coordenador de fiscalização ambiental do Ibama, o servidor Leslie Tavares liberou a devolução de...

30/04/2020 21h59

Reinaldo Azevedo

Ibama exonera chefes de fiscalização após operação contra garimpo ilegal

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, exonerou dois servidores de carreira de que ocupavam cargos de chefia

30/04/2020 21h55

Reinaldo Azevedo

STF: Ministro dá 5 dias para PF ouvir Moro sobre acusações contra Bolsonaro

O ministro Celso de Mello, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou à Polícia Federal que colha depoimento de

30/04/2020 21h53

UOL Notícias - Política

Celso de Mello manda PF ouvir Moro sobre acusação a Bolsonaro em até 5 dias

O ministro Celso de Mello, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou hoje que a Polícia Federal tome o...

30/04/2020 21h29

UOL Notícias - Política

Moro não descarta possibilidade de um mandante da facada em Bolsonaro

O ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, declarou hoje em entrevista para o site da Revista Veja

30/04/2020 20h54

UOL Notícias - Política

Covid-19: AM abre ação de impeachment contra governador por gestão da crise

Após ser questionado sobre as medidas de enfrentamento à covid-19 por órgãos de controle estaduais e pela...

30/04/2020 20h51

Reinaldo Azevedo

O É DA COISA: Apostam na mentira política para esconder a verdade da doença

Por essa razão, ao jornalismo profissional só interessam os fatos.

30/04/2020 20h38

VER MAIS

PUBLICIDADE



Denuncia de usuária sobre tuíte contra a jornalista Patrícia Campos Mello

caso Patrícia Campos Mello

Judite Cypreste
Do UOL, em São Paulo

12/03/2020 04h04 | Atualizada em 12/03/2020 12h28

Topo

Imagem: Reprodução/Twitter

RESUMO DA NOTÍCIA

- UOL encontrou pelo menos 60 hashtags ativas com ataques sexuais a jornalista
- Patrícia Campos Mello foi alvo de testemunha da CPI das Fake News
- Ataque orquestrado tem forte indício de uso de "robôs", diz pesquisadora
- Twitter afirma combater conteúdo ofensivo; neste caso, 150 tuítes foram banidos

Um mês após a onda de ataques virtuais à jornalista Patrícia Campos Mello, da "Folha de S.Paulo", motivados por um depoimento de testemunha na CPI das Fake News no Congresso, ainda é possível acessar mensagens sexistas e com insultos à repórter no Twitter.

O **UOL** analisou primeiramente publicações durante o dia 11 de fevereiro deste ano, quando Hans River do Nascimento, ex-funcionário de uma agência de disparos de mensagens em massa por WhatsApp, afirmou em seu depoimento à CPI que a repórter teria oferecido sexo em troca de informações para uma reportagem.

RELACIONADAS

Topo



Depoimento: No Brasil, ser mulher nos transforma em alvo de ataques



Veja os passos da milícia digital contra jornalista da Folha citada em CPI



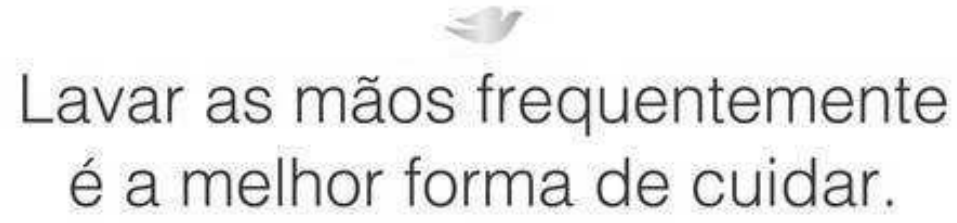
Como Patrícia Campos Mello, jornalistas relatam ataques machistas e sexuais

Patrícia nega e expôs conversas com Hans para comprovar sua versão. A Folha também afirmou que as acusações do marqueteiro são mentirosas.

O Twitter afirma ter atuado em pouco mais de 584 mil contas relacionadas a conteúdo de ódio no primeiro semestre do ano passado, quando produziu seu último relatório de transparência.

Topo

[x]
PUBLICIDADE



Segundo a rede social, metade dos casos foram detectados sem a necessidade de denúncia. No que diz respeito a Patrícia, foram excluídos cerca de 150 tuítes.

Na plataforma, xingamentos e referências à fala do ex-funcionário da Yacows ainda são acessíveis, mesmo após denúncias feitas pelos usuários.

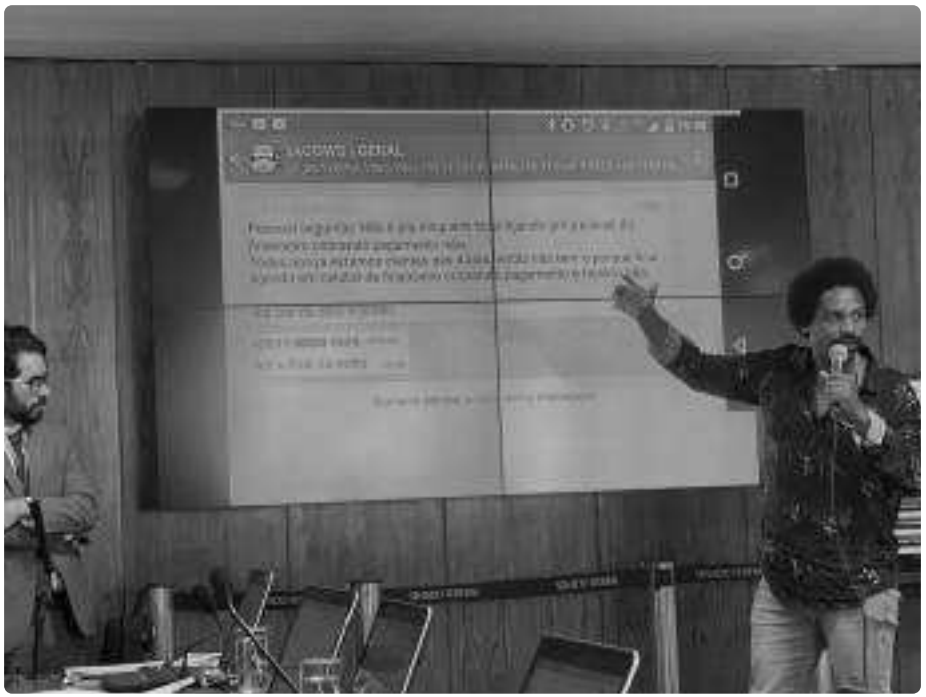
Topo

Na ocasião, o ataque foi ainda endossado pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) no Congresso e em suas redes sociais — incluindo o Twitter.



Eduardo Bolsonaro
@BolsonaroSP

Eita! Sr. Hans diz que Patrícia Campos Mello, correspondente internacional da Folha, se insinuou sexualmente para conseguir extrair informações dele. Agora imagine se fosse um homem se insinuando para cima de uma mulher?



9.312 15:57 - 11 de fev de 2020 · Senado Federal

2.861 pessoas estão falando sobre isso

Topo

O UOL mostrou como após essa data as redes de apoio ao presidente Bolsonaro no WhatsApp orquestraram a distribuição em massa de uma série de insultos em relação a Patrícia.

O presidente Bolsonaro endossou as manifestações de cunho sexista em declaração em frente ao Palácio do Alvorada.



A reportagem entrou em contato com a assessoria de comunicação do Twitter, que afirmou estar tomando medidas no caso.

Topo

Sobre a permanência de mensagens caluniosas e ataques, a rede social informou que os tuítes denunciados pelos usuários passam por uma equipe que analisa qual medida tomar.

Ainda segundo a plataforma, o acompanhamento de denúncias de abuso contra jornalistas na plataforma está sendo monitorado "para dar ainda mais celeridade aos processos de análise e tomada de medidas".

Disparos contra a lei eleitoral

A convocação de Hans à CPI tinha o intuito de esclarecer o esquema de disparo em massa que beneficiou a campanha de Jair Bolsonaro à Presidência, além de outros candidatos, como Fernando Haddad e Henrique Meirelles, fato noticiado pelo UOL em 2018.

O fato fere a lei eleitoral, que pode considerar os disparos um investimento não declarado (caixa 2). A lei proíbe ainda ao candidato divulgar material de propaganda com calúnias contra o adversário

A jornalista publicou diversas reportagens sobre o assunto, inclusive citando a Yacows em esquema irregular de uso de CPFs.

Topo

Monitorando o Twitter

A reportagem do **UOL** analisou que pelo menos 60 hashtags, exclusivamente com ataques sexuais dirigidos a Patrícia Campos Mello, que foram criados no dia do depoimento de Hans.

Palavrões, referências a prostituição e a troca de favores por atos sexuais são encontrados na listagem de hashtags de ataque sexista.

Escrita com o símbolo #, a hashtag é o modo que a rede social usa para listar assuntos e facilitar que os usuários naveguem por tópicos de interesse.

Segundo Rose Marie Santini, professora da Escola de Comunicação na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), uma grande quantidade de hashtags com o mesmo assunto, sendo usadas para linchamento virtual, é um forte indício de um ataque orquestrado, com ajuda de "robôs" (programas que enviam mensagens de forma coordenada).

> *“ O objetivo dessas milícias virtuais é diminuir a credibilidade da imprensa, intimidar os jornalistas (especialmente as mulheres) e*

Topo

diminuir a liberdade de expressão através da produção massiva de conteúdo que se sobrepõe à produção orgânica.

Rose Marie Santini, Escola de Comunicação da UFRJ

Para o Fábio Malini, coordenador do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura na UFES (Universidade Federal do Espírito Santo), as ofensas e as ameaças contra a mulheres na internet têm, como padrão, o caráter sexual.

> *Quando são direcionadas ao homem, as ofensas e ameaças têm relação com o assassinato. Para a mulher, é o estupro. Não é novidade para o Twitter que as mulheres são alvo de ataques sexuais.*

Fábio Malini, coordenador na UFES

COMUNICAR ERRO

NEWSLETTERS | UOL RESUMO DO DIA

Para começar e terminar o dia bem informado.

Preencha seu email

CADASTRAR

Topo

VEJA TAMBÉM

Em meio à crise da água, CPI da Cedae é alvo de disputa política no Rio

Motorista morre atropelado pelo ônibus que ele dirigia no Espírito Santo

Proteína cultivada em alface pode melhorar fraturas ósseas, diz estudo

Notícias

Política

Topo

UOL Notícias - Política

Moro depõe neste sábado em inquérito sobre interferência de Bolsonaro na PF

O ex-ministro da Justiça Sergio moro depõe neste sábado (2) em Curitiba no inquérito que apura se o ex-presidente...

01/05/2020 20h33

Reinaldo Azevedo

O É DA COISA: O prazer da divergência civilizada e delinquências que matam

A montanha de mortos só atiça as tentações homicidas da canalha.

01/05/2020 20h25

UOL Notícias - Política

"Peço desculpas, porque errei", diz Witzel sobre apoio a Bolsonaro

Em vídeo gravado para marcar o Dia do Trabalho, nesta sexta-feira (1º), o governador do Rio de Janeiro, Wilson...

01/05/2020 20h01

Reinaldo Azevedo

Governo vai aumentar em R$0,20 tributo sobre gasolina, diz deputado do agro

O governo vai anunciar aumento de R$ 0,20 na Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) incidente...

01/05/2020 19h23

Topo

Reinaldo Azevedo

Venda de veículos no mercado nacional cai 77% em abril

As vendas de veículos caíram 77% em abril na comparação com o mesmo período de 2019. Foram emplacadas...

01/05/2020 19h20

Reinaldo Azevedo

Bolsonaro negocia secretaria do Ministério da Saúde com PL, do "Centrão"

O governo negocia com o centrão uma área estratégica na contenção da pandemia causada pelo coronavírus — a...

01/05/2020 19h14

Reinaldo Azevedo

Barroso, próximo presidente do TSE, vê risco de adiamento das eleições

O ministro Luís Roberto Barroso, futuro presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), afirmou nesta sexta-feira

01/05/2020 19h11

Reinaldo Azevedo

1º de Maio virtual das centrais une de Lula a FHC em atos contra Bolsonaro

Os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) participaram, nesta...

01/05/2020 19h05

Reinaldo Azevedo

Topo

Presidente da Caixa diz que é impossível acabar com filas em agências

O presidente da Caixa Econômica, Pedro Guimarães, afirmou nesta sexta-feira (1º) que é impossível acabar com as...

01/05/2020 18h52

Reinaldo Azevedo

SP tem menor índice de isolamento já registrado: 46% nesta quinta

São Paulo registrou nesta quinta-feira, 30, a taxa mais baixa de isolamento social da quarentena, com apenas 46%....

01/05/2020 18h48

Reinaldo Azevedo

Covid-19: Brasil registra mais de 6.000 mortes, com 428 novos óbitos em 24h

O Brasil registrou 428 novas mortes e 6.209 novos casos confirmados de coronavírus nas últimas 24 horas, segundo...

01/05/2020 18h41

UOL Notícias - Política

Após vídeo sobre covid, rede social apaga conta de filho do presidente

A rede social de vídeos Twitch baniu a conta do quarto filho do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), Jair...

01/05/2020 18h37

BBC News Brasil

Topo

Coronavírus: Povo quer que Bolsonaro 'perceba dimensão do problema', diz presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Enquanto o país se aproxima do pico da pandemia do novo coronavírus, os brasileiros esperam que o presidente Jair...

01/05/2020 17h54

UOL Notícias - Política

Bolsonaro luta pela sobrevivência e abre caminho a militares, diz NYT

O presidente Jair Bolsonaro está lutando pela sua sobrevivência política após ser "golpeado por uma torrente de...

01/05/2020 17h32

UOL Notícias - Política

Mendes critica "espetáculo" e defende vetar entrevistas nas ações da PF

As entrevistas após as operações da Polícia Federal e das polícias civis deveriam ser proibidas na avaliação do...

01/05/2020 16h32

Balaio do Kotscho

No Palácio da Alvorada e na carreata da Paulista, o 1º de Maio da morte

Cena um, praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Planalto.

01/05/2020 16h29

Topo

Josias de Souza

Bolsonaro cava na crise do vírus sua cova eleitoral

Se Jair Bolsonaro sobreviver politicamente até 2022, enfrentará na campanha à reeleição um adversário duro de...

01/05/2020 15h52

Reinaldo Azevedo

Hospital de campanha mencionado por Bolsonaro em live ainda está fechado

Embora objeto de propaganda de Jair Bolsonaro em live nesta quinta (30), o hospital de campanha de Águas Lindas...

01/05/2020 14h05

Reinaldo Azevedo

Aras rebate crítica de Moro; diz que não aceita ser manipulado e intimidado

O procurador-geral da República, Augusto Aras, rebateu a declaração de Sergio Moro de classificar como...

01/05/2020 14h00

Reinaldo Azevedo

Prefeitos da baixada santista pedem a Doria que limite acesso a estradas

A Baixada Santista solicitou formalmente nesta sexta-feira (1º) que o governo do estado bloqueie a descida da...

01/05/2020 13h57

Reinaldo Azevedo

No Pará, mortes por coronavírus quadruplicam em uma semana

Topo

Enfrentando uma escalada dos casos de Covid-19 nos últimos dias, o Pará chegou a 224 mortes pela doença, sendo 68...

01/05/2020 13h54

Reinaldo Azevedo

Gostaria que todos voltassem a trabalhar, diz Bolsonaro sobre 1º de Maio

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou nesta sexta-feira (1º) que gostaria que "todos voltassem a...

01/05/2020 13h32

UOL Notícias - Política

Alerj aprova alteração em lei e repasse para confecção de respiradores

Os deputados estaduais do Rio de Janeiro aprovaram ontem uma alteração no Fundo Especial da Assembleia Legislativa

01/05/2020 12h32

UOL Notícias - Política

Coronavírus: Toffoli estende home office no STF até 31 de janeiro de 2021

O presidente do STF (Supremo Tribunal de Federal), ministro Dias Toffoli, estendeu o home office na corte até o...

01/05/2020 12h28

UOL Notícias - Política

Topo

Schelp: "Discurso de Bolsonaro sobre covid é factível a quem sente impacto"

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) mantém uma base de sustentação no governo mesmo depois da saída de...

01/05/2020 12h00

UOL Notícias - Política

PGR pede a Itamaraty que suspenda ordem de saída de diplomatas da Venezuela

O procurador-geral da República, Augusto Aras, recomendou ontem que o ministro das Relações Exteriores, Ernesto...

01/05/2020 11h26

UOL Notícias - Política

"Concedi entrevista para me defender de fake news e ofensas", diz Moro

O ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro afirmou hoje que concedeu entrevista à revista "Veja"...

01/05/2020 11h07

UOL Notícias - Política

Doria sugeriu a Guedes que deixasse governo após demissão de Moro, diz site

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), teria sugerido ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que deixasse o

01/05/2020 10h49

Topo

Marcos Silveira

O Brasil avança a 10 km/h, Covid-19 a 100 km/h

No último artigo da coluna, o objetivo era alertar sobre as falhas e subnotificações do sistema de informações...

01/05/2020 10h08

UOL Notícias - Política

Aras designa três procuradores para acompanhar depoimento de Moro à PF

O procurador-geral da República, Augusto Aras, determinou que três procuradores acompanharão o depoimento do...

01/05/2020 09h59

Reinaldo Azevedo

Coluna na Folha: É preciso cultivar nosso jardim e punir os anjos da morte

Sinto desconforto ao ter de escrever sobre certas vigarices políticas quando o caos da Covid-19 já engolfou Manaus

01/05/2020 09h00

Topo

Reinaldo Azevedo

Um esquerdista concorda com Bolsonaro, o reacionário. Eu discordo dos dois

Pedro Serrano, advogado e professor de direito da PUC, concede uma entrevista à Folha desta sexta e critica a...

01/05/2020 08h46

Reinaldo Azevedo

Gado desorientado! Lula critica liminar de Moraes. Vamos entender a coisa

O "gado", coletivo que designa, aos olhos dos adversários, os bolsonaristas radicais das redes sociais — para os...

01/05/2020 07h02

Reinaldo Azevedo

Como faz Moro para exibir provas contra Bolsonaro sem confessar crimes?

O ministro Celso de Mello, relator no Supremo do pedido feito pela Procuradoria Geral da República para que Jair...

01/05/2020 06h05

Topo

Constança Rezende

Sem canal com Moro, Damares se afina com ministro terrivelmente evangélico

A escolha de André Mendonça para o Ministério da Justiça foi incentivada e comemorada pela ministra da Mulher, da...

01/05/2020 04h00

UOL Notícias - Política

Proximidade de Moraes com meio político já foi alvo de críticas em 2017

O fato de o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes ter barrado a nomeação de Alexandre...

01/05/2020 04h00

UOL Notícias - Política

Trevisan: "STF ficará na linha de tiro do presidente como o grande inimigo"

A tentativa de nomeação de Alexandre Ramagem para a diretoria-geral da Polícia Federal gerou a queda de braço que...

01/05/2020 04h00

Topo

UOL Notícias - Política

Duas semanas após trocar ministro, Bolsonaro mantém postura sobre covid-19

Duas semanas após a troca de comando no Ministério da Saúde, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tomou ontem

01/05/2020 03h00

Josias de Souza

Bolsonaro vira um conto do vigário em que Moro caiu

Na forma, o desembarque de Sergio Moro foi a conversão de um ato administrativo —o pedido de demissão— em...

01/05/2020 02h57

Josias de Souza

Bolsonaro violenta o bom senso ao sonegar exames

Não há lei que obrigue o presidente da República a divulgar exames médicos. Mas o bom senso pede transparência....

30/04/2020 23h27

Topo

Josias de Souza

Bolsonaro submete Teich a uma rotina de Mandetta

Duas semanas depois da demissão de Henrique Mandetta, o ministro Nelson Teich ecoou seu antecessor na pasta da...

30/04/2020 23h16

Reinaldo Azevedo

Novo coordenador do Ibama liberou balsas de garimpo próximas a reservas

Recém-nomeado coordenador de fiscalização ambiental do Ibama, o servidor Leslie Tavares liberou a devolução de...

30/04/2020 21h59

Reinaldo Azevedo

Ibama exonera chefes de fiscalização após operação contra garimpo ilegal

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, exonerou dois servidores de carreira de que ocupavam cargos de chefia

30/04/2020 21h55

Reinaldo Azevedo

STF: Ministro dá 5 dias para PF ouvir Moro sobre acusações contra Bolsonaro

O ministro Celso de Mello, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou à Polícia Federal que colha depoimento de

30/04/2020 21h53

UOL Notícias - Política

Topo

Celso de Mello manda PF ouvir Moro sobre acusação a Bolsonaro em até 5 dias

O ministro Celso de Mello, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou hoje que a Polícia Federal tome o...

30/04/2020 21h29

UOL Notícias - Política

Moro não descarta possibilidade de um mandante da facada em Bolsonaro

O ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, declarou hoje em entrevista para o site da Revista Veja

30/04/2020 20h54

UOL Notícias - Política

Covid-19: AM abre ação de impeachment contra governador por gestão da crise

Após ser questionado sobre as medidas de enfrentamento à covid-19 por órgãos de controle estaduais e pela...

30/04/2020 20h51

Reinaldo Azevedo

O É DA COISA: Apostam na mentira política para esconder a verdade da doença

Por essa razão, ao jornalismo profissional só interessam os fatos.

30/04/2020 20h38

Topo

VER MAIS

Topo

Com 474 novas mortes, Brasil registra mais vítimas da COVID-19 que a China

Cecília do Lago e Guilherme Venaglia Da CNN, em São Paulo
28 de Abril de 2020 às 17:49 | Atualizado 28 de Abril de 2020 às 18:59

Compartilhar

Ouvir

MAIS DA CNN BRASIL

Ao Senado, Teich diz ser cético sobre cloroquina e não defende fim de isolamento

1º de Maio: Lula e FHC dividem 'palano[illegible] 1ª vez desde eleição de Collor

Estudo chinês indica desenvolvimento de



Teste da COVID-19

Foto: Diy13/Shutterstock

O Brasil passou nesta terça-feira (28) a registrar mais mortes decorrentes da COVID-19 do que a China, que foi o epicentro do novo coronavírus.

Segundo o Ministério da Saúde, 474 novas mortes foram confirmadas nas últimas 24 horas, totalizando 5.017 no país. É a maior elevação diária do número de mortes para um único dia, lembrando que esse número diz respeito aos óbitos que foram confirmados no período, independentemente da data em que tenham ocorrido.

anticorpos após infecção por COVID-19

Moraes defendeu Constituição ao suspender nomeação de Ramagem, diz Ayres Britto

CONTEÚDO PAGO POR |

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora
Cars&Yachts

Cacau Protásio e sua nova imagem
InvestmentGuru

PUBLICIDADE

Ver novamente

Promote health. Save lives. Serve the vulnerable. Visit who.int

De acordo com os números da Organização Mundial da Saúde (OMS), a China registra 4.643 mortes decorrentes da COVID-19. De acordo com a atualização divulgada pelo governo federal, o número de casos no Brasil cresceu 8,1%, chegando a 71.886 (acréscimo de 5.385 casos). Na China, são 84.347 casos.

O Brasil vive um problema crônico de falta de testes. Algumas das mortes que receberam confirmação somente agora se referem a óbitos ocorridos no final de março.

Dada a velocidade com que novas mortes são registradas, o Brasil tende a ampliar essa diferença com a China daqui pra frente, mesmo que o país asiático faça mais revisões pra cima do seu número de mortos. O Brasil caminha para ser o 4º epicentro da COVID-19.

A China conseguiu interromper o avanço da epidemia utilizando medidas duras, com isolamento social radical e bloqueio de cidades. Mas isso não eliminou o vírus. Ela ainda possui 898 casos ativos e teme uma segunda onda da doença em seu território, já que sua população permanece suscetível.

Os chineses foram os primeiros a serem afetados pela pandemia causada pelo Sars-Cov-2, um novo tipo de coronavírus, que foi relatado a primeira vez na cidade de Wuhan, na região central do país, a partir de um mercado de animais silvestres. Desde então, o vírus tem se espalhado pelo mundo, desafiando os sistema de saúde, a ciência, os líderes mundiais e a economia global.

Panorama

Segundo o Ministério da Saúde, dos 71,8 mil diagnosticados com COVID-19 no Brasil, 5.017 morreram, o que corresponde a 7% dos casos conhecidos. O número de mortes ainda pode ser maior, considerando 1.156 óbitos ainda sem causa conhecida e suspeitos de relação com o novo coronavírus.

Dos demais, 32.544 são considerados recuperados e outros 34.325 seguem em acompanhamento.

Estados

No Brasil, segundo os números do Ministério da Saúde, o estado de São Paulo é aquele que concentra o maior número de casos, com 24.041 registros da doença e 2.049 mortes. Na sequência, em números totais, há 8.504 casos confirmados e 738 mortes no Rio de Janeiro. O Ceará registra 6,9 mil casos e 403 mortes, Pernambuco registra 5,7 mil casos e 508 mortes e o Amazonas registra 4,3 mil casos e 351 mortes.

Proporcionalmente, a maior incidência média está nos estados do Amapá e do Amazonas, que possuem, respectivamente, 1.085 e 1.046 casos a cada um milhão de habitantes. Ceará (758/milhão), Roraima (702/milhão), Pernambuco (599/milhão) e São Paulo (524/milhão) são os demais quatro estados com 500 casos ou mais a cada 1 milhão de habitantes.



ID	UF	CONFIRMADOS	ÓBITOS	ID	UF	CONFIRMADOS	ÓBITOS
1	AC	311	16	15	PB	633	53
2	AL	777	36	16	PE	5.724	508
3	AM	4.337	351	17	PI	408	21
4	AP	918	28	18	PR	1.271	77
5	BA	2.540	86	19	RJ	8.504	738
6	CE	6.918	403	20	RN	857	48
7	DF	1.213	28	21	RO	415	11
8	ES	1.874	64	22	RR	425	8
9	GO	661	27	23	RS	1.286	45
10	MA	2.528	145	24	SC	1.476	44
11	MG	1.640	71	25	SE	280	11
12	MS	240	9	26	SP	24.041	2.049
13	MT	261	11	27	TO	79	2
14	PA	2.262	129	BRASIL		71.886	5.017 (7%)

Boletim da pandemia do novo coronavírus, divulgado nesta terça (28) pelo Ministério da Saúde

Foto: Reprodução/Ministério da Saúde

CONTEÚDO PAGO

Compre agora 100 unidades da máscara mais segura por um preço inacreditável

Máscara Segura | Patrocinado

Internet caindo o tempo todo? Esse extensor de Wi-Fi resolve sua vida

WIFI UltraBoost | Patrocinado

Casais que você não sabia que tinham existido!

Desafiomundial | Patrocinado

Você se lembra do filho de Ronaldo? Tente não ficar impressionado ao vê-lo agora

Cash Roadster | Patrocinado

Que tipo de nariz você tem? É isso que diz sobre a sua personalidade!

Conselhos E Truques | Patrocinado

Não coma mais um grama de cúrcuma antes de ler este artigo.

Fito Cúrcuma | Patrocinado

Homem que enterrou 42 ônibus escolares finalmente permite a entrada de câmeras

MyDailyMagazine | Patrocinado

Carros para quem quer parecer rico

lupa times | Patrocinado

Pessoas de Belém, aprenderam a tocar violão e guitarra usando um pequeno aparelho.

Guitar Acordes | Patrocinado

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente

Vital 4k | Patrocinado

Política

Toffoli entra na operação pela nomeação de Ramagem na PF

Política

Fux envia à PGR notícia-crime contra Bolsonaro por superfaturamento

Política

Guedes conta que recebeu de Doria conselho para sair do governo, diz site

Nacional

Advogados denunciam Moro para a Comissão de Ética da Presidência

Política

Ministro Luís Roberto Barroso diz que 'impeachment é a última opção'

Internacional

COVID-19 pode ser erradicada mesmo sem vacina, diz Trump

Política

Análise: STF e Planalto começam a construir pontes com nomeações de Bolsonaro

Saúde

Vacina contra COVID-19 deve ter primeiros resultados até junho, diz Pfizer

Política
'Inadmissível' a intervenção parlamentar em inquérito contra Bolsonaro, diz PGR

Internacional
Trump se diz confiante de que COVID-19 pode ter surgido em laboratório chinês

---

Celebridades falidas que hoje trabalham em empregos comuns
Free Hub | Patrocinado

Secador IQ Perfetto. Revolucionário, ultraleve, compacto
GA.MA Italy | Patrocinado

O jogo mais viciante do ano!
Forge of Empires - Jogo Online Grátis | Patrocinado

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem
Cuponomia | Patrocinado

Poliglota de 22 anos ensina inglês em 8 semanas e vira febre na internet
Método Inglês Rápido | Patrocinado

Celebridades brasileiras que foram mães muito jovens e você não sabia
Vida Brilhante | Patrocinado

Os 17 países mais ricos na América Latina

EverydayChimp | Patrocinado

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
Articaps | Patrocinado

Super câmera de segurança 360 assusta empresas de monitoramento
Cammax | Patrocinado

Os melhores SUVs de 2020 chegaram
SUV | Links Patrocinados | Patrocinado

Política

Análise: ataques de Bolsonaro a ministro atrapalham articulação com Toffoli

Internacional

Como o segundo país mais populoso do mundo tem cerca de mil mortes por COVID-19

Nacional

O Grande Debate: quem são os responsáveis pelo recorde de contágio?

Nacional

Filho de Bolsonaro, Jair Renan ironiza coronavírus em vídeo: 'Gripezinha'

Política

AGU diz que tomará medidas judiciais sobre exames de Bolsonaro até sábado (2)

Saúde

Nelson Teich: Aumento no número de mortes não muda política contra COVID-19

Política

Moro diz para revista que apresentará provas de acusações contra Bolsonaro

Política

Rosa Weber suspende requerimentos de CPI contra assessor de Eduardo Bolsonaro

Política

"Gostaria que todos voltassem a trabalhar", diz Bolsonaro em live

Saúde

Estudo brasileiro mostra que COVID-19 consegue infectar neurônios humanos

Editoria
Ao Vivo
Política
Nacional
Business
Internacional
Saúde
Tecnologia
Esporte
Entretenimento
Estilo
Viagem

Mais
Equipe CNN Brasil
Grade de Programação
Colunistas

Siga

- Sobre a CNN Brasil
- Termos de Uso
- Políticas de Privacidade
- Mapa do site
- Fale com a CNN

© 2020 Cable News Network Brasil. Uma empresa NOVUS MÍDIA. Todos os direitos reservados.